

O título do livro adota o lema do XVII Congresso de Ciências do Desporto e de Educação Física dos Países de Língua Portuguesa, transcrito de uma encíclica do Papa Francisco. Reflete o estado de inquietude em que vivemos, e chama a atenção para a inaceitável atitude de alheamento da comunidade académica em relação à situação. As entidades do ensino superior são instituições intelectuais; logo não é compreensível o abismo do pasmo, da indiferença, da demissão e do conformismo para o qual se deixaram arrastar. Quem, mais apropriadamente do que elas e os seus docentes, pode e deve formular, divulgar e adotar posições sobre esta era crepuscular e sobre o futuro desejável?

A resposta é óbvia. Porém, reina um silêncio sepulcral sobre o assunto. Os académicos fogem dele como o diabo foge da cruz; preferem temas do senso comum, impostos pelos diversos tipos de predadores da natureza e da sociedade. É igualmente a esta 'lógica' que se sujeitam a criação e a estruturação de cursos, e as linhas de pesquisa na moda, patrocinadas e valoradas pelos organismos de controlo e financiamento. Isto vale para o ensino superior como um todo, e também para a Educação Física e Desporto.

Nesta conformidade, os editores pediram a um alargado grupo de especialistas da área uma reflexão portadora do olhar peculiar do campo em que trabalham, subordinada à problemática do congresso. O resultado está expresso nos textos do livro. Compete ao leitor extrair as devidas ilações.

CUIDAR DA CASA COMUM: DA NATUREZA, DA VIDA, DA HUMANIDADE.

OPORTUNIDADES E RESPONSABILIDADES DO DESPORTO E DA EDUCAÇÃO FÍSICA

VOLUME 1

CUIDAR DA CASA COMUM: DA NATUREZA, DA VIDA, DA HUMANIDADE.
OPORTUNIDADES E RESPONSABILIDADES DO DESPORTO E DA EDUCAÇÃO FÍSICA

VOLUME 1



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-98612-58-4



9 788598 612584



Organizadores:
Jorge Olímpio Bento
Wagner Wey Moreira
Adriano César Carneiro Loureiro
Helena Cristina Baguinho Bento
Rafael Guimarães Botelho
Teresa Cristina da S. T. Marinho

Cuidar da Casa Comum:

Da natureza, da vida, da humanidade.
Oportunidades e responsabilidades do
Desporto e da Educação Física

VOLUME 1

Jorge Olímpio Bento
Wagner Wey Moreira
Adriano César Carneiro Loureiro
Helena Cristina Baguinho Bento
Rafael Guimarães Botelho
Teresa Cristina da S. T. Marinho
(Organizadores)



Fortaleza
Setembro/2018

Cuidar da Casa Comum: Da natureza, da vida, da humanidade. Oportunidades e responsabilidades do Desporto e da Educação Física. - Vol. 1
Copyright 2018: Casa da Educação Física

Proibida a reprodução total ou parcial deste livro, por qualquer meio ou sistema, sem o prévio consentimento de seus editores.

Casa da Educação Física
www.casaef.org.br

Impresso em Belo Horizonte - MG, Brasil
Editoração: Elder Roberto

Comissão Científica:

Adroaldo Cezar Araujo Gaya (UFRGS)	Junior Vagner Pereira da Silva (UFMS)
Alberto Carlos Amadio (USP)	Luís Paulo Rodrigues (ISPVC - Portugal)
Alcides José Scaglia (UNICAMP)	Marco Tulio de Mello (UFMG)
Alfredo Gomes de Faria Junior (UNIVERSO)	Mirleide Chaar Bahia (UFPA)
António José Barata Figueiredo (UC - Portugal)	Paulo Cesar Montagner (UNICAMP)
António José Silva (UTAD - Portugal)	Regina Simões (UFTM)
António Manuel Machado Prista e Silva (UP - Moçambique)	Rita Santos Rocha (ESDRM - Portugal)
Cláudia Lúcia de Moraes Forjaz (USP)	Roberto Ferreira dos Santos (UNIVERSO)
Heraldo Simões Ferreira (UECE)	Sidónio Olivério da Costa Serpa (FMH - Portugal)
Jair Sindra Virtuoso Júnior (UFTM)	Silvio Pedro José Saranga (UP - Moçambique)
Juarez Vieira do Nascimento (UFSC)	Vilde Gomes de Menezes (UFPE)

Ficha Catalográfica

C966 Cuidar da casa comum: da natureza, da vida, da humanidade.
Oportunidades e responsabilidades do desporto e da educação física / Jorge Olímpio Bento ... [et al.]. - Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2018.

v.1
376p.
ISBN 978-85-98612-58-4
Contém gráficos e tabelas

1. Educação física - Formação de professores. 2. Desporto - Formação de professores. 3. Pedagogia do esporte - Estudos.
I. Bento, Jorge Olímpio.

CDD: 371.732

Sumário

Nota introdutória: em jeito de balanço	5
Jorge Olímpio Bento / Wagner Wey Moreira / Adriano César Carneiro Loureiro / Helena Cristina Baguinho Bento / Rafael Guimarães Botelho / Teresa Cristina da S. T. Marinho	
Cuidar da casa comum: da natureza, da humanidade e da sociedade.	
Desafios, oportunidades e responsabilidades do Desporto e da Educação Física	13
Jorge Olímpio Bento	
Universidade, ciência, tecnologia, degradação do ecossistema e crise civilizacional	29
José Dias Sobrinho / Rafael Dias / Milena Serafim	
A universidade e seu rosto precário: do desassossego à utopia	39
Helena Cristina Baguinho Bento / Teresa Cristina da Silva Teixeira Marinho	
Formação de professores do Desporto e a exigência da complexidade	53
Ângelo José Muria	
Valores olímpicos y educación universitaria en Argentina:	
la Educación Física y el Deporte como promotores de formación integral	
en la Universidad Nacional del Litoral	63
Javier Villarreal Doldán	
Gestão do ensino superior: um estudo de caso do curso de Educação Física	
da Universidade Federal de Pernambuco	73
Tamires Oliveira da Silva Andrade / Edilson Laurentino dos Santos / Vilde Gomes de Menezes	
Extensão universitária: um espaço na formação profissional	85
Regina Simões / Aline Dessupoio Chaves	
Ensino e pesquisa universitária: um relato de experiência	97
Alberto Graziano	
Do corpo prisioneiro à corporeidade exultante: pelos caminhos do jogo e do Esporte	
para a educação de crianças e adolescentes	105
Wagner Wey Moreira / Marcus Vinicius Simões de Campos / João Luiz da Costa Barros	
Estudos em Pedagogia do Esporte: posicionamentos em defesa do Esporte	
de crianças e jovens	117
Paulo Cesar Montagner	
Processo formativo de jovens no futebol: das transições do jogo	
para as transições da vida	143
Otávio Baggiotto Bettega / Alcides José Scaglia / Riller Silva Reverdito / Larissa Rafaela Galatti	
Esporte: o fascinante palco de habilidades motoras	153
Go Tani / Flavio Henrique Bastos / Luciano Basso / Cleverton José Farias de Souza / Umberto Cesar Corrêa	
Desporto e desenvolvimento humano	165
Pedro Sarmento	
O jogo e a festa: alguns apontamentos éticos	173
Soraia Chung Saura / Ana Cristina Zimmermann	
Meu jogo é o “Fair Play”: é mesmo?	
Uma interpretação da violência no futebol à luz de Norbert Elias	181
Roberto Ferreira dos Santos / Juliano de Souza / Carlos Eduardo Rafael de Andrade Ferrari / Carlos Henrique de Vasconcellos Ribeiro	

Educação Física, sociologia, futebol: uma interpretação do Brasil	193
Mauricio Murad	
O Esporte na ecologia do desenvolvimento humano: desafios da pesquisa e intervenção no Brasil	203
Riller Silva Reverdito / Larissa Rafaela Galatti / Otávio Baggio Bettega / Roberto Rodrigues Paes / Alcides José Scaglia	
Comitê Olímpico Internacional, meio ambiente e desenvolvimento sustentável	217
Alcides Vieira Costa / Alberto Reinaldo Reppold Filho	
Carreira e pós-carreira: a transição entre pós-atletas olímpicos brasileiros	231
Katia Rubio / Neilton Ferreira Junior	
O status do atleta nos jogos olímpicos modernos: do amadorismo ao profissionalismo	243
José Geraldo do Carmo Salles / Antonio Jorge Gonçalves Soares / Israel Teoldo	
Educação e Olimpismo	255
Antônio Rosado	
Contextos e perspectivas do mercado da gestão esportiva em Belém – Pará	269
Christian Pinheiro da Costa	
Ética e democracia no Esporte: mudanças emergentes nas relações de poder e na gestão das entidades esportivas	283
Mariana Zuaneti Martins / Heloisa Helena Baldy dos Reis	
Compreender, explicar e gerir o Desporto	297
Fernando Franco de Almada / Ana C. R. M. Fernando / Helder Manuel A. Lopes / Antonio Manuel N. Vicente	
Beach Tennis como prática intergeracional: um exemplo de como enfrentar o tradicionalismo dos cursos de formação de professores de Educação Física	311
Alfredo Faria Junior / Rejane Batalha Lima Gomes	
Esporte educacional e desenvolvimento humano: a perspectiva das demandas ambientais na Educação Física escolar	323
Ricardo Hugo Gonzalez / Luiz Sanches Neto	
Esporte escolar em Minas Gerais	333
Celina Sousa Gontijo	
A Disciplina desportiva no futebol português não profissional: análise e reflexões a propósito de uma época desportiva (2016/2017)	339
José Manuel Meirim / Catarina Cravo	
O importante é competir? Valores e atitudes associados ao fenômeno esportivo	365
Jean Carlo Ribeiro / Carlos Mendes Rosa / Luanna Rodrigues / Mírian Carvalho Lopes	
Apêndice: Carta ao Comitê Organizador do XVII Congresso de Ciências do Desporto e de Educação Física dos países de língua portuguesa – Em defesa da Arte e da Literatura nas Ciências do Desporto e na Educação Física	375
Rafael Guimarães Botelho / Alfredo Faria Junior / Helena Bento / Teresa Marinho	

A QUE VIEMOS?

Nota introdutória: em jeito de balanço

Há pessoas que nunca se perdem porque nunca se põem a caminho.

Johann Goethe (1749-1832)

Há uma regra fundamental quando se vive como nós estamos a viver – em sociedade, porque somos uns animais gregários – que é simplesmente não calar.

José Saramago (1922-2010)

1. A Comissão Organizadora do XVII Congresso de Ciências do Desporto e de Educação Física dos Países de Língua Portuguesa, a realizar na UECE-Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, de 25 a 28 de setembro de 2018, incumbiu-nos de tomar em mãos a edição de um livro destinado a refletir sobre o tema abrangente que preside ao evento.

Como é notório, o mundo, a vida e a sociedade encontram-se numa encruzilhada de caminhos, propensa a escolhas perigosas, dada a desorientação reinante e a caducidade das soluções até agora vigentes, responsáveis pela grave crise da conjuntura presente. A sociedade contemporânea afoga-se em cansaço e exaustão física, psicológica e moral. Cada um transporta às costas o seu próprio campo de concentração. É uma *'sociedade desorientada'*, carente de um alfabeto que nos ajude a entender este tempo.

O lema do congresso, transcrito propositadamente do título de uma encíclica do Papa Francisco, reflete o estado de inquietude em que vivemos, e quer chamar a atenção para a dolosa e inaceitável atitude de alheamento da Universidade e dos seus membros em relação à situação. Com efeito, sendo a Universidade a instituição intelectual suprema, não é compreensível, nem tolerável o abismo do pasmo, da indiferença, da demissão e do conformismo para o qual se deixou arrastar. Quem, melhor e mais apropriadamente do que a Universidade, as suas Escolas e os seus docentes, pode e deve formular, divulgar e adotar posições sobre esta era crepuscular e sobre o futuro desejável?

A resposta a esta pergunta parece óbvia. Todavia, no ambiente universitário reina um silêncio sepulcral sobre o assunto; os académicos fogem dele como o diabo foge da cruz. A prioridade das preocupações vai para temas do senso comum, impostos pelos diversos tipos de predadores da natureza e da sociedade. É igualmente a esta *'lógica'* que se submete a maioria da criação e estruturação de cursos, e das linhas de pesquisa na moda, patrocinadas e valoradas pelos organismos de controlo e financiamento. Isto vale para a Universidade como um todo, e também para a Educação Física e Desporto.

Nesta conformidade, os editores dirigiram-se a um alargado grupo de especialistas da área, convidando-os a contribuir com uma reflexão, portadora do olhar peculiar do campo em que trabalham, porém, tanto quanto possível, subordinada à problemática inerente ao lema do congresso. De resto, o título do livro seria, *ipsis verbis*, o do lema do evento.

A mensagem de convite, enviada primeiramente em 12 de outubro (altura em que era suposto o congresso realizar-se em Manaus) e posteriormente em 17 de fevereiro de 2018 (após a mudança do local de realização do congresso para Fortaleza), referia expressamente o seguinte: “Os colegas podem agregar quem bem entenderem à elaboração do texto. Este deve aproximar-se da preocupação de ser um ensaio, uma reflexão, uma proposta de ação e ou inovação, um relato de experiência, etc., e menos a usual forma de *'paper'*. Naturalmente, espera-se que cada um procure enquadrar a abordagem na temática e nas intenções do congresso, embora labore na sua área académica e ou disciplinar”.

Face a este enquadramento, afigura-se pertinente que os editores procedam a um balanço do empreendimento realizado. Ele serve, simultaneamente, de preparação dos leitores para o que vão encontrar nos dois volumes que perfazem a obra.

2. As vicissitudes, que afetaram a fixação final do local do congresso, não podiam deixar de ter consequências. Lembre-se que estava previsto para acontecer em Porto Alegre (RS). Em julho de 2017, a entidade organizadora desistiu da realização, o que levou a procurar uma alternativa, tendo esta surgido com a disponibilidade da UFAM-Universidade Federal do Amazonas para assumir essa tarefa. O compromisso foi selado com uma cerimónia pública, realizada em Manaus, no dia 25 de setembro de 2017. Isto não obstou que, no início de janeiro de 2018, tal disponibilidade tivesse sido inopinadamente declinada. Mais uma vez, foi necessário efetuar uma corrida de maratona, em alta velocidade, concluída com o acolhimento do evento pela UECE-Universidade Estadual do Ceará, em parceria com o CREF5-Conselho Regional de Educação Física do Ceará. O anúncio da boa nova foi feito no dia 1 de fevereiro de 2018. Deus seja louvado! O barco chegava finalmente a bom porto, na margem dos mares de Iracema.

LUMEN AD VIAM: Eis o lema cimeiro da UECE-Universidade Estadual do Ceará! E assim é realmente: quem procura a luz encontra-a nessa busca. A UECE e o CREF5-Conselho Regional de Educação Física ofereceram-nos a luz para resolver o problema da realização do nosso XVII Congresso. E colocaram-se o desafio de o realizar no período inicialmente previsto: 25 a 28 de setembro! Um gesto merecedor de se lhe tirar o chapéu, porquanto obrigou ao desenvolvimento de um trabalho verdadeiramente notável, em tempo recorde. Os organizadores tornaram-se, desde logo, credores do nosso superior apreço e da nossa profunda gratidão.

A melhor forma de reconhecimento seria o empenhamento de todos, visando contribuir para que o Congresso de Fortaleza fosse um momento e marco de celebração exaltante do caminho já andado e de renovação dos seus propósitos.

José de Alencar deve ter ficado muito contente. Muita gente iria à terra da palmeira carnaúba, venerar religiosamente a sublime utopia, formulada no romance *Iracema – Lendas do Ceará*. Lá corre uma brisa suave, ao cair do crepúsculo, afagando-nos o rosto e a alma, soprada das doces terras e dos verdes mares. Enche-nos e tinge-nos, por dentro e por fora, com os cheiros, as cores e sabores do Ceará. Lá os olhos naufragam num mar de deslumbramento e cintilação, sulcado por saveiros que tecem rendas e bordados nas ondas da imaginação.

À lembrança acode-nos a narrativa prodigiosa do escritor, pintando o encontro da índia tabajara com o incendiado coração do colonizador lusitano. Ela, virgem e fascinante como a natureza; ele, intensamente humano. Viveram um amor puro, intenso e belo, de comunhão plena da carne e do espírito. O enlace de Iracema e Martim Soares Moreno não é apenas lenda, mito ou ficção. O fogo da paixão gerou Moacir, paradigma de uma pujante nação, feita da desmedida do amor e da beleza da miscigenação.

Unem os povos lusófonos o sangue, a língua e o milagre de uma genuína, nova e luminosa Humanidade. Bendito seja quem comungar esta crença e fraternidade!

O congresso quer reavivar aquele encontro, iluminado e sublimado por causas e ideais perenes. Vai às paragens de Iracema; e encontra-a à beira do mar, que a todos nos une. Curvada pela dor do desamparo, a índia dos lábios de mel volta-se para a imensidão do oceano, em atitude de prece e agarrada à esperança.

Daquelas bandas veio e por elas se apartou o seu amado. Voltará, não voltará?! A angústia consome-lhe o vigor do ânimo, mas não a formosura singela de Afrodite esbelta e radiosa, escrita com letras de ouro, sem igual no Olimpo dos céus e da terra.

Iracema é símbolo da natureza e da sociedade doridas; aguilhoa-nos e semeia-nos de inquietudes a consciência. É o seu apelo que nos convida a rumar a Fortaleza, na condição de romeiros ciosos de pagar as graças recebidas, de assumir e honrar compromissos, de estar à altura das circunstâncias da vida que nos tocou viver. Não faltaremos à chamada, a nós mesmos, à nossa identidade e alteridade.

A lenda de José de Alencar é magnífica, sublime e transcendente. Exige que renovemos o seu sentido; e tenhamos saudade do futuro que ela criou!

3. Foram esta luz, inspiração e devoção que nos intimaram a enviar o já referido convite a muitos colegas de ofício. Nem todos, por motivos de ordem vária, corresponderam ao desafio. Mas é grande o número e são deveras significativos os nomes dos autores que responderam pronta e generosamente à chamada. A tal ponto que nos vemos forçados a desdobrar a obra em dois extensos volumes, considerando a quantidade dos trabalhos enviados.

Os editores sentem-se, pois, obrigados a expressar a sua profunda gratidão. Em primeiro lugar, aos organizadores do congresso; em segundo lugar, aos colegas que, mediante os textos, quiseram contribuir ativamente para o engrandecimento e a sustentabilidade do movimento lusófono na nossa área. A uns e outros endereçamos o nosso mais subido apreço e agradecimento pela confiança depositada em nós. Bem hajam, em todo o tempo!

4. Como facilmente se compreende, o tempo foi escasso para o cumprimento cabal das funções de editor. Disso se ressentiu, sobretudo, a estrutura da obra. A larga diversidade de assuntos versados nos textos tornou extremamente difícil agrupá-los de maneira inequívoca. Assumimos a nossa culpa pelo insuficiente ordenamento dos temas. Para melhorar este aspeto teria sido necessário entrar em contacto com os autores, visando proceder a alterações, quer nas designações, quer no conteúdo das abordagens.

O mesmo vale para a qualidade linguística dos textos, tanto mais que o congresso tem como objetivo ser um veículo de exaltação da língua portuguesa.

Os leitores perceberão bem, cremos nós, que faltou tempo quer para uma coisa, quer para a outra. Assim, vimo-nos forçados a publicar os textos tal como os recebemos, excetuando algumas uniformizações no concernente ao modo de indicar as referências bibliográficas, bem como as instituições de pertença dos autores. Mais, desejamos sublinhar que a qualidade dos textos, tanto na vertente cognitiva como na linguística é da inteira responsabilidade de quem os elaborou. Todavia, repetimos, os editores não se põem de fora de lacunas neste capítulo, embora tenham como desculpa a manifesta escassez de tempo ao seu dispor.

5. Que avaliação fazemos das abordagens e reflexões contidas nas páginas desta obra? Passamos a tentar responder com curtas ponderações sobre problemas que são, a nosso ver, inquietantes para a Universidade, em geral, e para as instituições da nossa área, em particular.

Primeiro: Da ignorância positiva

Os editores não esperavam respostas ou soluções acabadas, prontas a aplicar, para as questões fulcrais projetadas pelo lema do congresso. O nosso intento foi e é o de incentivar discussões que rompam com o marasmo instalado.

Há muitos assuntos, factos e fenómenos que não dominamos e escapam ao nosso entendimento. Isto devia levar-nos a estar sempre de sobreaviso contra a tentação da arrogância, das certezas e pesporrências.

Sirvamo-nos da atitude de humildade e bom senso para aguçar e tirar partido do nosso desconhecimento e dúvida no tocante a tantas coisas. Abriremos assim o caminho da solidariedade e coexistência com os restantes seres, para aceitar as nossas limitações insuperáveis e a dependência face a eles.

Não se trata de nos colocarmos de cócoras, escondermos ou omitirmos, mas sim de afinar a nossa relação com o mundo, com a natureza, com o Outro, mediante a maneira de pensar e agir. Deste jeito podemos dar um sentido positivo à ignorância.

Isto requer ensaios teóricos ousados e difíceis. Não desconhecemos que a teoria é um campo de solidão. Muitas vezes, doloroso. Mas serve-nos de muito: acompanha-nos e é solidária connosco nas horas de desconsolo.

Segundo: Do medo, do tédio e da necessidade de pensamento

O medo é ‘negativo’ e, por isso, vivificante. Somente a dor provocada pela negatividade mantém o espírito com vida. Conquanto a olhemos de frente e não fuçamos dela.

Hegel e Heidegger enfatizam que a consciência do medo e do tédio profundos tem voz, contém avisos e apelos, exorta e convoca possibilidades de ‘agir aqui e agora’, visando remediar fracassos ou frustrações.

Porém, hoje evita-se o negativo; apenas conta o positivo. O medo e o tédio hodiernos casam com a estupefação e a habituação à precariedade da vida, e à falta de perspectivas de futuro. Os atingidos emudecem e não se rebelam contra o que lhes é oferecido: uma existência superficial e supérflua. Voltam-se para a hiperatividade, procurando nela remedeio; em vão, porquanto estar ativo não significa ‘agir’. O ‘agir’ requer pensamento atrevido e corajoso, habilitante a enfrentar o abismo e os temores essenciais, para que algo totalmente novo e outro possa começar.

Não há Universidade sem pensadores e sem tomada de posições sobre os problemas de cada era, para além do tempo e das circunstâncias. Ora, a universidade não premeia hoje o pensar; ao invés, penaliza quem pensa. Logo, está cometendo um crime contra si mesma.

Oremos pela vinda do pensar proscrito e desassombrado que, no dizer de Deleuze, nos faz ‘*idiotas*’ perante a realidade vigente, mas nos encoraja a conceber outra relação com ela, nos torna recetivos à verdade e à compreensão dos acontecimentos, nos estimula a existir sem receio de rótulos e de romper com a ditadura do idêntico¹. E nos incita a descobrir a sabedoria das velharias, a implodir a tristeza e vileza, a cantar e dançar com quem está disposto a partilhar e semear o riso e a alegria.

Terceiro: Do futuro

O critério da ‘*empregabilidade*’, constantemente invocado para a acreditação de cursos, não possui qualquer fundamento objetivo. No tocante a este assunto, há muita gente equivocada, nomeadamente nas universidades, no mundo das empresas e nos decisores políticos.

Ninguém tem o condão de prever o futuro, mas pode formular previsões com bases sustentáveis. Ora, não apenas está em mudança acelerada o leque das profissões, como também o perfil de competências para as exercer. A instrução e, porque não dizer isto, a formatação funcional não são sustentáveis. A formação de base alargada e de âmbito transdisciplinar, capacitando os quadros para a aprendizagem e o estudo contínuos, será cada vez mais requerida. A criatividade, a compreensão, a sensibilidade e o sentido da inovação levarão a palmas a visões estreitas. O Humano recuperará o centro das preocupações; a inteligência artificial e os robôs não serão o centro do futuro, nem determinarão os empregos do amanhã.

Neste capítulo, a desolação e o desalento alastram. Entre os dias 20 e 22.05.2018 teve lugar em Salamanca uma reunião, patrocinada pelo Banco Santander, que congregou centenas de reitores de universidades do espaço ibero-americano. A declaração final é pomposa, feita de termos envernizados para ocultar os propósitos e a inocuidade de algumas formulações. As palavras são sinais da identidade dos seus autores e dos roteiros que desejam seguir. Nelas fica evidente a afinidade entre o patrocinador e os patrocinados; os segundos estão atados aos fins do primeiro.

Mas... o que é enfatizado na declaração? Mais do mesmo e menos do mais, isto é, o seguinte: “liderar a mudança numa sociedade em constante e acelerada mudança”, “criar novas ofertas, sobretudo nas áreas das ciências computacionais, inteligência artificial ou *data science*, flexibilizar e aplicar métodos educativos inovadores, estabelecer mais parcerias com empresas” e outras generalidades do mesmo teor.

Qual o sentido e significado concretos de tais propostas? Sobre isso, sobre o futuro e os caminhos a andar e sobre as questões axiais que afligem a Humanidade na atualidade, nem uma palavra. Como era de esperar. A academia não prima, hoje, por ser um lugar de cultivo elevado do intelecto e de agudas inquietudes éticas. Quem contrarie o discurso em vigor não tem trânsito fácil, nem via aberta para chegar longe.

¹ HAN, Byung-Chul. **A expulsão do outro**. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 2018. p. 40-42.

Como formar um melhor Ser Humano na era digital, de crença cega na ‘*artificialização*’ e robotização de tudo, e de trituração das relações humanas, como renovar estas, como qualificar a Vida e reformar a Democracia, como lançar pontes sólidas de diálogo e entendimento entre os povos que perfazem a policromia do mundo, como salvar a Casa Comum da Natureza e da Sociedade? Eis exemplos de temas que a universidade não gosta de abordar; o Papa que se ocupe deles!

Enfim, a universidade revê-se na missão de caixa de ressonância do neoliberalismo puro e duro. Parece incapaz de se propor outra, conforme a grandezas axiológicas à margem do senso comum.

Quarto: Do mau trato da língua portuguesa

A CPLP-Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa instituiu, em 2009, o Dia da Língua Portuguesa, celebrado em 5 de maio. O nosso idioma conta com mais de 260 milhões de falantes em todos os cantos do mundo. O português tem um inestimável valor, é uma língua de futuro e dispõe de um incontestável poder de criar laços e entendimentos dentro e fora da lusofonia.

Não se compreende, portanto, que a nossa língua seja subestimada e tenha até inimigos onde se devia sentir em casa. Quem são eles? Muitos académicos, as instituições de ensino superior, em geral, e as universidades, em particular. Ela é pisada e corre o risco de ser eliminada em tais paragens. Ora, a defesa e promoção do português constitui um dos imperativos constitucionais; ninguém está dispensado de o observar.

A palavra anda pelas ruas da amargura, sujeita a tratos de polé. É insultada, agredida, torpedeada, enlameada e deformada a toda a hora no espaço público. Muita gente não a sabe dizer, nem escrever e, muito menos, embelezar e honrar.

Então na universidade ela vive num clima de asfixia e horror. Muitos falam e escrevem fluentemente a linguagem do ‘*globish*’. Poucos dominam o idioma pátrio. Cada vez mais rara é a dissertação escrita em português correito; e uma exceção a aula onde o verbo adquire esplendor para encantar e iluminar quem o ouve. Voltaire (1694-1778) estava cheio de razão: “Aprender várias línguas é questão de um ou dois anos; ser eloquente na sua própria exige a metade de uma vida”.

As palavras denunciam quem as escreve e diz. Tal como formulou o insigne mexicano Octávio Paz (1914-1998): “Pela palavra, o homem é uma metáfora de si próprio”. Uns levantam voo, outros afogam-se em pântanos.

Todo este clima de degradação é o resultado da cumplicidade com derivas e insanidades que se apoderaram do areópago académico. Não é curial imitar a avestruz e esconder a cabeça na areia, para não ver o lamentável panorama. Urge assumi-lo e proceder a uma revisão.

Quinto: Do manicómio das métricas, dos ‘rankings’ e quejandos

O assunto não sai de cena. As bitolas instituídas para avaliar as instituições de educação, formação e investigação, os docentes e pesquisadores são parte do sofisticado arsenal de técnicas de cosmética e propaganda, promovido pela globalização. São insanas e têm conduzido a ética a um calvário de crucificação. Não são indicadores fiáveis da qualidade do labor desenvolvido, do bem ou mal-estar sentido; divulgam dados enviesados que escondem problemas de fundo, devido à falta de escrutínio esclarecido. A credibilidade e a integridade murcham, envenenadas pelo exibicionismo, ludíbrio e prosápia, e pela procura de vantagem e visibilidade. Eis um manicómio elevado a catedral!

A serventia da maioria dos ‘*papers*’, se fossem pesados e não contados, não teria peso algum na balança da fecundidade! A inalienável obrigação de produtividade gerou um produtivismo estéril; à feira da vaidade não corresponde uma genuína utilidade. É real o perigo de soar o grito público: o rei vai nu, vestido apenas de autoengano!

De nível semelhante e passível de questionamento é a relevância de linhas de pesquisa conformes a modismos falhos de consistência conceptual. E também não se desconhece a falácia do celebrado ‘*fator de impacto*’. Alastra a autoalienação destrutiva, encoberta pela auréola da ‘competitividade’!

Tal como mostrou o filme *'O Clube dos Poetas Mortos'*, a verdade e grandeza do mundo e da vida são reveladas pelas palavras e pela poesia. Sobre isso pouco ou nada dizem as métricas. Devem, pois, ser olhadas com parcimónia.

Todavia, muitos académicos parecem cegos e não ver o óbvio; mas têm cura, conquanto tomem os remédios adequados. Um deles é a leitura de autores que pensam e respiram fora da caixa oficial. Para quê? Para abrir um caminho não trilhado, em vez de prosseguir no mesmo. A saída do ambiente mórbido é, desde logo, um sinal de sanidade.

Creemos fazer algum sentido exarar aqui uma proclamação de Chico Xavier (1910-2002): “O mundo não é dos espertos. É das pessoas honestas e verdadeiras. A esperteza, um dia, é descoberta e vira vergonha. A honestidade se transforma em exemplo para as gerações do futuro. Uma corrompe a vida; a outra enobrece a alma”.

Sexto: Da ‘massa crítica’ e da transdisciplinaridade

Uma das mais estapafúrdias propostas programáticas em alta, na universidade e fora dela, é a junção de *'massa crítica'*, visando atingir um superior nível de saber. Para tanto advoga-se a fusão de faculdades, institutos e organismos afins.

Porém, o conhecimento novo surge nas fronteiras de áreas diversas e complementares, mediante a transdisciplinaridade. Esse milagre não resulta, espontaneamente, da adição de especialistas; requer que cada um seja *'transdisciplinar'* e evolua nessa direção, por formação, estudo e leitura, por visão e vontade próprias. Só assim se aguça e aprimora o intelecto.

A *'massa'* não tem nada de ‘crítico’. Ao invés, é *'acrítica'*, representa a degradação do pensamento e da razão. Basta reparar na conduta de qualquer bando e horda ou tribo do futebol. O excesso de idêntico é obeso e comatoso, mais do mesmo, amorfo, indiscernível, insípido e uniforme; falta-lhe o contrário dialético, a dimensão redentora da Alteridade. A embriaguez do idêntico estreita o raciocínio e a compreensão, e fecha-se ao saber².

O escritor Henry David Thoreau (1817-1862) viu com acuidade: “A massa nunca se eleva ao padrão do seu melhor membro; pelo contrário, degrada-se ao nível do pior”³.

Sétimo: Ciência – da admiração à desilusão

A ciência é uma das mais extraordinárias criações da Humanidade. Não é a única, nem a maior. Não nos atrevemos a atribuir a alguma essa grandeza, porquanto todas se atam a um objetivo sublime: o alargamento da imaginação e o florescimento do encanto numa existência condenada à finitude.

O campo da ciência é assaz fértil em frutos magníficos, indo desde o alívio de dores, a cura de males e o prolongamento da vida até ao melhor conhecimento do universo. Mas este é *'multiverso'*, contém dimensões cujo aclaramento está para além do horizonte das respostas do método científico. Este, embora esclareça muito, não explica tudo, nem detém a prerrogativa de decretar o que há para ser explicado. Ora, muitos dos seus cultores encaram-no com o olhar expectante de um crente inflamado na busca religiosa e metafísica. Mais, assumem o ofício de polícias e vigias, agem como se a razão científica fosse totalitária e excludente de outros olhares imprescindíveis. E assim transformam a ciência em *'tudologia'* e credo de fanáticos: realizam autos de fé, negam e suprimem os caminhos para tentar reduzir a fome de sentido dos humanos.

Esta fome existe desde tempos imemoriais. A ciência pode ajudar a iluminá-la, mas não logra saciá-la. De resto, as instituições de formação e investigação estão repletas de ‘triunfadores’ científicos, com profundas e visíveis marcas de défice de sentido, de depressão, exaustão e sensação de vazio, de desamparo, desilusão, frustração e futilidade. Por lá transitam vidas infantilizadas que se consomem e esgotam em si mesmas, sem pontes para a transcendência e o mistério da vida, para algo maior e superior.

² HAN, Byung-Chul. **A expulsão do outro**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2018. p. 10.

³ ESCRITO na pedra. **Jornal Público**, Porto, p. 43, 22 mar. 2018.

Afinal, falta a humildade científica para aceitar e valorar a amplidão da visão ‘*universitária*’, para compreender o ‘multiverso’ do universo, e admitir o desconcerto do saber finito pela ignorância infinita.

Oitavo: A desgraça das ‘competências’

O discurso oficial, mediático e político sobre a educação resume-se a pouco mais do que a definição da lista de ‘competências’. A receita vigora na escola e na universidade. Mas ‘*definir*’, neste contexto, é limitar, excluir e matar possibilidades.

O resultado está à vista: é incontável o número de jovens e adultos rendidos à desídia. Ensinaram-lhes muitas coisas, e não aprenderam o essencial. Não têm o atrevimento do pensamento e questionamento, nem sabem ser Pessoas ciosas da sua honorabilidade e identidade. São espoliados de direitos: tanto se lhes dá, como se lhes deu!

Voltaire (1694-1778) vociferava, há mais de dois séculos: “Uma das maiores desgraças dos homens de bem é serem cobardes. Gemem, calam-se e esquecem”⁴. Hoje estamos na mesma em termos de cidadania e condição: o rebanho alonga-se.

Nono: Orientação da pós-graduação

Afigura-se-nos necessário e, quiçá, urgente um ‘*alerta*’. As novas janelas abertas, nos últimos anos, na varanda de onde se olha o horizonte profissional da área da Educação Física e Desporto não pode, nem deve adormecer e distrair o nosso desassossego. Não é recomendável que a pós-graduação caia na tentação de se autossatisfazer em ‘*treinar*’ os mestres e doutores como técnicos e especialistas da pesquisa. Requer-se mais, uma fina capacidade de entendimento e compreensão que se sirva e transcenda isso.

A definição da identidade da profissão mantém-se inconclusa; é e será, em todo o tempo, uma construção inacabável. Hoje e sempre, obriga-nos o dever de nunca dar por terminada essa tarefa. Nem de perder de vista as finalidades do labor educativo dos professores em todos os graus de ensino, no básico, secundário e superior. Afinal, o objetivo último e exaltante da educação é o da formação do *Ser Humano*. É ele que justifica a existência da Educação Física e do Desporto, a nossa existência, a dos leitores. Bem hajam e sejam felizes os que se conservam fiéis a esta bandeira!

Os organizadores:

Jorge Olímpio Bento

Wagner Wey Moreira

Adriano César Carneiro Loureiro

Helena Cristina Baguinho Bento

Rafael Guimarães Botelho

Teresa Cristina da S. T. Marinho

⁴ ESCRITO na pedra. **Jornal Público**, Porto, p. 47, 20 abr. 2018.

Cuidar da casa comum: da natureza, da humanidade e da sociedade. Desafios, oportunidades e responsabilidades do Desporto e da Educação Física

Jorge Olímpio Bento¹

Pecar pelo silêncio, quando se deveria protestar; transforma homens em cobardes.
Abraham Lincoln (1809-1865)

Se a ética não governar a razão, a razão desprezará a ética.
José Saramago (1922-2010)

Humanidade sem rumo - Sociedade desorientada

1. A temática escolhida para o *XVII Congresso de Ciências do Desporto e de Educação Física dos Países de Língua Portuguesa* – e também para o título desta publicação – inspira-se nas preocupações enunciadas pelo Papa Francisco na Encíclica *Laudato Sí', Sobre o Cuidado da Casa Comum*, de 24.05.2015. Esta requer ser lida, meditada e assumida em todos os setores, dado o feixe de intrincados problemas da Humanidade, da Natureza e Sociedade, à escala global, nacional e local. Com efeito, vivese uma crise designada por inúmeros pensadores como *'regressão civilizacional'*.

A desorientação generalizada tomou conta do mundo, melhor dizendo, de cada um de nós e do conjunto da tribo humana. Repetem-se as denúncias de que estamos a globalizar a destruição do planeta, a multiplicar, com novos rostos e vítimas, a multiseular escravidão e corrupção, quando temos meios para alcançar o ansiado paraíso, a terra prometida. A maioria das pessoas está ciente desta realidade; e, no entanto, isto já não gera qualquer inquietude ou vergonha; a passividade e o conformismo dão-nos comos mortos.

A sociedade contemporânea, líquida e pós-moderna, é uma *'sociedade desorientada'*, carece de um alfabeto que nos ajude a entender este tempo². Os instrumentos, que nos trouxeram até aqui, têm o prazo de validade expirado. Faltam mapas elucidativos da complexidade da realidade, e bússolas indicadoras dos rumos a tomar.

Os especialistas em indicação de avenidas para o sucesso e para a felicidade pululam por aí semelhantes a pulgas na imundície; têm escritório em cada esquina. Somemos os livros, os cursos e as igrejas. A oferta é enorme, à medida da procura; nunca houve tamanha legião de gurus e consumidores dos seus serviços³.

A cegueira, a insegurança e o pânico são gerais, tal como a falta de orientações e guias confiáveis. As instituições incumbidas da supervisão dos caminhos da sociedade abdicaram da função e entraram em falência. Tudo foi privatizado; cada um que se vire por conta própria, desgarrado e vagueando sozinho na vastidão repleta dos perigos apavorantes do fracasso, da humilhação e da vergonha da culpa interiorizada!⁴

¹ Professor Catedrático Jubilado da Universidade do Porto (UP), Portugal.

² Domenico De Masi, *Alfabeto da Sociedade Desorientada: para entender o nosso tempo*. São Paulo: Objetiva, 2017.

³ Byung-Chul Han declara que “estamos perante uma típica figura de assessor do mundo neoliberal.” Apesar do sucesso, os indivíduos caem “numa crise existencial grave”; veem-se solitários, aborrecidos, desenganados, desorientados, perdidos “numa sociedade de consumo e de rendimento vazia de sentido, monótona e polida. Nela, todos os homens têm um rosto idêntico e falam uma voz idêntica (...) Os clones povoam um mundo no qual, paradoxalmente, todos pretendem ser diferentes dos restantes.” Eis o *'inferno do idêntico'* e da *'expulsão do outro'*: “Em toda a parte, o deserto do idêntico (...) Todos são idênticos uns aos outros (...) Os homens não são mais do que bonecos manobrados à distância (...) Somos bonecos com arames movidos por poderes desconhecidos. Não somos nós mesmos! Não somos nada!” (Byung-Chul Han, *A Expulsão do Outro*, p. 17-18. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2018).

⁴ Zygmunt Bauman, *A Arte da Vida*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2017.

A Humanidade encontra-se aturdida e abandonada. Por mais admiração e confiança que o Papa Francisco suscite, ele está sozinho no meio do deserto. A descrença e o desespero avançam, criando o húmus para soluções inumanas. São tempos de matança e perdição os nossos, de via aberta para os carneiros, os feiticeiros e agentes do diabo. Subamos aos campanários e toquemos a rebate, convocando a novidade para a praça da Cidade.

A desorientação ocorre tanto na dimensão ecológica como na social, no ecossistema e no sociossistema. Não temos a luz adequada para iluminar as sombras. Parecemos perdidos na espera do que virá, imersos na perscrutação do infinito, com nostalgias, saudades, sonhos e esperanças.

Como assinala Leonor Nazaré, “o planeta grita a sua intolerância zero às agressões e a matriz política globalizada no último meio século tem cada vez maior dificuldade em esconder a sua criminosa perversidade.” Como se não fosse suficientemente grave “a enormidade de tudo aquilo a que assistimos, devem preocupar-nos, acima de tudo, as ditaduras do pensamento único”⁵.

Isto acontece em todo o lado, porquanto o mundo é hoje um arquipélago de ilhas ligadas entre si. Todas são habitadas de fantasmas e de sereias, de frustrações e ilusões; em todas há tempestades. Felizmente, também há faróis ainda em funcionamento; a encíclica do Papa Francisco é um deles.

A ‘*crise civilizacional*’ é evidente nas sombras e densas trevas brancas que nos rodeiam, tornando invisível aos olhos o essencial. Patrick Modiano, escritor francês e Prémio Nobel da Literatura 2014, recorda-nos que “é preciso muito tempo para que a luz regresse àquilo que foi apagado”⁶.

A luz não virá milagrosamente, mas pelos nossos pés. A reorientação para o desassombro não surgirá espontaneamente, mas apenas pela via da nossa determinação. Para que este deprimente e maléfico presente não seja definitivo, cumpre-nos convocar a ajuda das ‘*perigosas*’ e ‘*radicais*’ ciências humanas e sociais, fecundadoras do pensamento, da reflexão e da visão filosófica. Continuaremos estacionados e paralisados no pasmo da escuridão, da incerteza e perplexidade, enquanto não nos propusermos o desafio de um Novo Humanismo, e não erguermos os marcos balizadores da caminhada conseqüente.

Seja-me permitido um esclarecimento. Desde o início até ao termo das funções docentes na Universidade, nunca consegui entender e dimensionar o papel da educação, do desporto e de outros domínios culturais fora da visão do seu contributo para a melhoria da pessoa e, conseqüentemente, da vida e do mundo. É por aí que começa e vai qualquer laboração teórica.

Hoje conservo, ainda mais reforçada, tal convicção. Considero falaciosas propostas não comprometidas com aquele desígnio. A axiologia, a ponderação dos princípios e fins, não pode deixar de presidir à indagação dos caminhos a seguir. Mesmo quando parece tratar-se apenas de questões e soluções técnicas.

É inaceitável numa argumentação séria e, portanto, impróprio do ensino superior ignorar o teor filosófico dos assuntos. O particular deve buscar a largueza dos horizontes, integrar o abrangente e transdisciplinar, para obviar que a especialização se torne bastião do dogma, rebaixe o nível da consciência e da razão, e leve ao concomitante estreitamento da liberdade.

Não sei soltar-me desse condicionamento e do quadro por ele traçado, nem pensar de outro jeito. Eis uma ‘limitação’, obviamente, pessoal!

2. O vento neoliberal, que hoje varre o mundo, colocou tanto o ecossistema como o sociossistema à beira do abismo. O que afeta um, violenta igualmente o outro. Ambos estão entrelaçados; não há salvação isolada, mas apenas conjunta. O mandamento da paixão pela vida, compartilhada com os outros humanos, prolonga-se no da partilha da natureza com os entes que a perfazem. Fazemos parte da natureza; não estamos e somos fora ou acima dela, nem acima dos restantes habitantes.

Seria bom que todos tivéssemos presente e praticássemos a lição da metáfora da Arca de Noé. Animais e humanos salvaram-se juntos. Até os seres de boca grande se salvaram! Tiveram que refrear a gula e não dar ouvidos aos excessos ruidosos do estômago. Mas só lucraram com isso: a pança diminuiu e a harmonia do corpo despertou a atenção dos indivíduos do outro sexo. Então não valeu a pena?!

⁵ Leonor Nazaré, Dragões, telemóveis e aviões, *Jornal Público*, p. 55, 15.03.2018.

⁶ Escrito na Pedra, *Jornal Público*, p. 52, 10.10.2014.

A crise ecológica e a social resume-se a uma: a ética. Os predadores da natureza e da sociedade são os mesmos e movem-se, em ambas as frentes, por motivações comuns: a exploração e a rapina.

A patologia das escandalosas injustiças sociais tem idêntica imagem no abuso da natureza. Para piorar a situação, a civilização contemporânea ou tardo-moderna não se distingue pela propensão para se questionar.

A nossa '*casa comum*' (natureza e sociedade) está sendo usurpada e instrumentalizada para descarado benefício de alguns e monstruoso prejuízo da imensa maioria.

As tragédias humanas são acompanhadas de catástrofes naturais. A mentalidade e as práticas de predação e esbulho levaram a decomposição do ecossistema para um estágio tão avançado que não é mais possível condescender com discursos e propostas de '*desenvolvimento sustentado*'. É tarde demais. A dita 'sustentabilidade' é uma falácia para manter o atual regime predador; tem que ser rejeitada, sem concessões.

As mudanças são tantas e de tal envergadura, em todos domínios, que o projeto da Humanidade se encontra parado e encalhado numa encruzilhada. Não há nela uma sinalização que aponte para um futuro redentor e sublimador do marasmo desta intrigante e desesperante conjuntura. Parece que não fomos educados para o uso reto, justo e decente do conhecimento, do poder e dos meios ao nosso alcance. Falta-nos uma ética sólida, uma cultura e uma espiritualidade que espelhem o desenvolvimento virtuoso do ser humano no tocante à responsabilidade, aos valores, à autoconsciência dos limites.

A ilusão de um crescimento infinito redundava numa frustração infinita, numa incapacidade de garantir felicidade, serenidade, segurança e tranquilidade. Acumulam-se angústias, depressões, exaustões e rebeliões. São orações e implorações pela vinda de um ambiente físico e social fundado na beleza, na ética e na estética, no refinamento das atitudes e condutas, no respeito pela natureza e pelas pessoas, na civilidade interior, na permanente orquestração da polifonia, no universalismo. O canto pertence a todos.

3. Não se trata de um credo revolucionário, portador de visões fechadas em relação ao passado ou ao porvir; é aberto à inclusão e participação, à reavaliação, regulação e transformação permanentes, convida a medir o caminho à medida que este é andado.

A ambição é ousada, mas humilde, funda-se na razão crítica e na distância de qualquer dogma; tanto se afasta do delírio como do niilismo, porém sem abrir mão da discussão antropológica, isto é, do Ser Humano que estamos a edificar. Quer confrontar-nos com a nossa finitude e com a possibilidade de vivermos mais e melhor no plano ético. Para tanto conclama a '*boa vontade*' e a clarividência de que o concerto do mundo apenas pode ser empreendido, se o olharmos a partir dos esquecidos, excluídos e humilhados, seja qual for o tipo de esquecimento, exclusão e humilhação.

À Universidade, às instituições de educação, formação e investigação cumpre questionar e rever a centralidade do indivíduo humano. '*Ser Humano*' implica um trato aprimorado da natureza extrínseca e dos outros. Implica a condição e consciência de não ser destruidor do planeta e da sociedade, mas um ente responsável e cuidador do ambiente, visando outra modalidade de ser melhor, mais humano, mais parecido consigo mesmo e com o ideal da Humanidade.

A Universidade e a ciência devem colocar o cuidado da Humanidade no centro do que são as práticas de relacionamento com a natureza e com os outros (alteridade e sociedade). E apostar na formação do sentimento cósmico de irmandade, através do respeito pela natureza, que é pedra basilar do respeito pelo outro.

Mas... será isto tão relevante? Claramente! A '*casa comum*' da Natureza, Humanidade e Sociedade assemelha-se a uma mãe que nos acolhe nos seus braços, e sustenta com os mais variados frutos. Como nos atrevemos a devastá-la, oprimi-la e saqueá-la? Porque fugimos à obrigação de ser usufrutuários gratos e cuidadosos, e nos tornamos predadores insaciáveis?

Ao destruir o ambiente natural e social estamos a destruir-nos como seres humanos. Por isso requer-se a tomada de consciência da necessidade de uma *Ecologia Humana*, voltada para uma mudança radical dos comportamentos e dos estilos de vida da nossa espécie. Os crimes contra a natureza e a sociedade são crimes contra nós mesmo; têm raízes éticas e espirituais.

Para um mundo e uma vida melhor carecemos de uma *ecologia universal e integral*, vivida com alegria e autenticidade, porque são inseparáveis a preocupação pela natureza, a justiça social, a abertura e transcendência para categorias que “nos põem em contacto com a essência do ser humano”. Ou seja, “uma ecologia que, nas suas várias dimensões, integre o lugar específico que o ser humano ocupa neste mundo e as suas relações com a realidade que o rodeia”⁷.

Sinopse de inquietudes, problemas e vias de solução

1. O panorama e ideário atrás esboçados exigem, conforme a Encíclica do Papa Francisco, “reconhecer a grandeza, a urgência e a beleza do desafio que temos pela frente”. E traçar um ‘*caminho educativo*’, balizado por várias bandeiras de reflexão:

- Relação íntima entre a fragilidade do planeta, a corrupção, as guerras, a violência, a tragédia dos emigrantes em fuga e as injustiças sociais;
- Convicção de que tudo está interligado: a deterioração da qualidade de vida resulta da degradação ambiental, ética, humana e social;
- Crítica do paradigma tecnológico vigente e das inerentes formas de poder, ao serviço de uma economia sem ética e de uma finança especulativa e sufocante;
- Reconhecimento do valor próprio e da dignidade de cada criatura;
- Colocação de freios no antropocentrismo despótico e ilegítimo;
- Acentuação do sentido humano da ecologia;
- Denúncia da distorção do mandamento de arar a terra e colher os seus bens;
- Organização de debates honestos e sinceros;
- Responsabilização da política internacional, nacional e local;
- Condenação da cultura do descarte hoje em alta, decretada pela aliança entre a política, a economia, a finança, a tecnologia e os órgãos de comunicação social, e do progresso não integral, sem inquietudes éticas;
- Chamada de atenção para as doenças emergentes, e a perda de biodiversidade;
- Decréscimo da sabedoria de viver, traduzido em tranquilidade artificial, em exclusão e fragmentação, na rutura dos vínculos de comunhão, generosidade e integração, no surgimento de novas formas de agressividade e violência social;
- Aumento dos ‘*danos colaterais*’, visando objetivamente os mais frágeis;
- Perda de audição em relação ao clamor da terra, dos pobres e abandonados, sem representação e voz nos formadores da opinião pública e nos órgãos mediáticos.

2. Não dá para fechar os olhos à deprimente realidade: “O ambiente natural está cheio de chagas causadas pelo nosso comportamento irresponsável.” Cresce o número dos sujeitos a “viver cada vez mais submersos de cimento, asfalto, vidro e metais, privados do contacto físico com a natureza” e com dificuldade de acesso a áreas de especial beleza⁸.

Logo, é incontornável a necessidade de repor o primado do Ser sobre o utilitarismo, de cultivar virtudes ecológicas, de garantir o destino comum dos bens, de afirmar os direitos para todos. Somos uma única família humana: não faz qualquer sentido a globalização da indiferença. Consequentemente, digamos ‘*Não*’ a uma ecologia superficial e parcelar; e ‘*Sim*’ a uma ecologia abrangente e radical com propostas para um novo estilo de vida.

Do capítulo de responsabilidades não podem ser excluídas as universidades, nem os laboratórios científicos. Há que conciliar a ambicionada inovação biológica, os deveres e as consequências das experiências científicas! Assim como não é curial cercear a criatividade humana em qualquer ramo da arte, também não se pode obstaculizar o labor de quem possui dons especiais para o progresso científico e

⁷ Carta Encíclica LAUDATO SI’, do Papa Francisco, Sobre o Cuidado da Casa Comum, 24 de maio de 2015.

⁸ Carta Encíclica LAUDATO SI’, *ibidem*.

tecnológico. Todavia, há casos de laboratórios onde se exterminam animais para pesquisas que provam o óbvio!

O uso da técnica, as manipulações genéticas, as intervenções no mundo animal e natural não podem prescindir da supervisão ética. A fragmentação dos saberes ocasiona a perda da visão de totalidade e do horizonte alargado. Ou seja, as vertentes fundamentais da filosofia (axiologia e ética) devem contar com boa aceitação em todas as áreas científicas e tecnológicas, em vez de ser afugentadas, com ruído e fogo, como as pragas na Idade Média. As perdas desta involução são enormes. Somente o diálogo da ciência com outras fontes de saber permite alargar a percepção e a compreensão do sentido e da finalidade das coisas. A realidade é maior e superior do que as ideias parcelares.

A gravidade da crise impõe:

- A crítica da razão instrumental;
- O reconhecimento dos limites da ciência empírica, de que não há soluções técnicas salvíficas;
- A obrigação de preservar o património ético e espiritual, isto é, a *'casa comum'*.

3. Temos hoje conhecimento e poder para melhorar a vida e o mundo. A técnica constitui remédio para muitos males. A tecnociência podia e devia propiciar uma ecologia universal e integral, ajudar a traçar um roteiro educativo para a imersão no mundo da beleza, e incitar-nos a dar o *"salto para uma plenitude propriamente humana"*⁹.

Porém nada garante que a humanidade utilizará bem este potencial. Falta-nos uma ética sólida, uma cultura e espiritualidade que espelhem o desenvolvimento do ser humano no tocante à assunção de responsabilidade, aos valores, à autoconsciência de limites na sua conduta. É deficitária a relação amigável com a natureza extrínseca e intrínseca, com o Outro; no seu lugar implantaram-se, de pedra e cal, a exploração abusiva, a mentira e a falácia do crescimento infinito ou ilimitado.

A apologia do mercado predador é hipócrita e mentirosa. Os seus arautos defendem com factos o que não se atrevem a afirmar com palavras, a saber: o incremento da miséria desumanizadora. Para tanto tiram proveito da falta de consciência suficiente sobre as raízes profundas dos desequilíbrios atuais.

Por conseguinte, o fito da realização da utopia da Humanidade autêntica requer uma nova síntese de saberes, técnicas, ideias e noções, de caminhos andados e a andar. E a consideração da antropologia e axiologia.

A triste realidade ecológica incita-nos a erguer um *'programa educativo'*, sustentado por fascinantes colunas corínticas:

- Resistência ao avanço do paradigma tecnocrático vigente;
- Ampliação do olhar para outro tipo de progresso mais saudável, mais humano, mais social, mais integral e fecundo, propício à convivialidade e não à hostilidade e desconfiança, comprometido com a busca criadora e contemplação do belo;
- Oposição à fugacidade e superficialidade, causadoras da perda de profundidade da vida e do tédio enfadonho;
- Questionamento dos fins e do sentido de tudo, bem como do vazio e daquilo que o preenche;
- Urgência de uma corajosa revolução cultural, não confundível com o devaneio do retorno à idade da pedra; porém, inequivocamente contrária à deturpação do ideal prometeico e aos danos por ela provocados;
- Necessidade de impregnar de dimensão espiritual as atividades laborais, contra o desfiguramento de que tem sido alvo o trabalho.

4. É a nossa própria dignidade que está em jogo e exige que estejamos à altura dela. Para tanto sopesemos as responsabilidades que impendem sobre o conjunto do Desporto e da Educação Física. Confrontemo-nos com inquietudes, tais como estas:

⁹ Carta Encíclica LAUDATO SI', *ibidem*.

- Qual é o estado de ‘saúde’ intelectual, moral e social das instituições de formação e pesquisa e das organizações desportivas? Examinemos a qualidade da vida e das relações humanas nelas reinantes, os comportamentos ilegais e imorais, as constantes violações da legalidade e moralidade.
- Qual é o teor humanista e iluminista da formação e pesquisa?

Não descuremos as relações de reciprocidade entre o ambiente e os comportamentos. Os espaços onde vivemos influem sobre a nossa maneira de entender a vida, de sentir e agir. Formam e expressam a nossa identidade e subjetividade. Favorecem comportamentos humanos ou desumanos.

A encíclica do Papa Francisco é perentória: “Como são encantadoras as cidades que, já no seu projeto arquitetónico, estão cheias de espaços que unem, relacionam, favorecem o reconhecimento do outro!”¹⁰.

Ela lembra que todos estamos obrigados a enfrentar as ameaças ao património artístico, histórico, cultural e axiológico. Porque há cumplicidade entre a educação estética e o ambiente sadio. Porque há sentidos a preservar. Porque é merecedora de respeito a lei moral inscrita na natureza.

Neste ponto é pertinente olhar para a *ecologia humana* como *ecologia do corpo*. Isto inclui a aceitação do corpo, e o apreço por ele, pela sua feminilidade e masculinidade, pela sua diferença sexual.

Não adianta enterrar a cabeça na areia. Também se inscreve na corporeidade a questão da renovação de princípios e valores exaltantes do mistério da vida, que se oponham ao perigo de banalidade e vacuidade, imerso na onda de um ‘*ativismo físico*’, despido de roupagem axiológica¹¹.

O medo da morte leva a proscrever da vida toda a negatividade. No entanto, a morte é alguma coisa com implicação existencial. Mas está impedida de falar e de operar por antecipação; emudece e vê ser apagado o seu papel de instituidora do mistério e da radicalidade axiológica na existência. Nas palavras videntes de Byung-Chul Han, a morte é vista como “só o simples termo da vida, que deve ser postergado por todos os meios. A morte significa simplesmente a des-produção, o termo da produção. Hoje, a produção totalizou-se transformando-se na única forma de vida. A histeria com a saúde é, em última instância, a histeria com a produção. Mas destrói a verdadeira vitalidade. A proliferação do saudável é tão obscena como a proliferação da obesidade. É uma doença. Tem uma morbidez inerente. Quando se nega a morte em nome da vida, a própria vida torna-se algo destrutivo. Torna-se *autodestrutiva*”¹².

Quantas pontes são abertas, por este provocativo ajuizamento, à reflexão nas instituições consagradas à formação e pesquisa na área do Desporto e Educação Física!

Byung-Chul Han é implacável na sua apreciação: “O imperativo neoliberal de rendimento, de atrativos e de boa condição física acaba por reduzir o corpo a um objeto funcional que é necessário otimizar.” A acusação desdobra-se na tese: a onda do ‘*ativismo físico*’ colabora na proliferação do ‘*inferno do idêntico*’ e do uniforme, na ‘*expulsão*’ do diferente, do alheio e do enigma, na ‘*desmitificação*’ da existência, no povoamento do mundo por clones, na eclosão da ‘*nostalgia do outro*’¹³.

O corpo está perdido numa encruzilhada de incerteza, hesitando escolher entre a anorexia e a bulimia. De um lado, acenam-lhe com excitantes receitas culinárias, a toda a hora inventadas e propagandeadas, convidativas a entrar no ágape das comidas, iguarias e gulas irrecusáveis. Do outro, assustam-no com a acumulação de calorias, e propõem-lhe uma vasta panóplia de rígidas dietas e apertadas vias para o emagrecimento. Tudo em nome da exaltação do consumo!¹⁴

¹⁰ *Encíclica Laudato Si’, ibidem.*

¹¹ Já que nos ocupamos da corporeidade, não pode ser esquecida a necessidade de operar mudanças na dieta humana e na produção e consumo de alimentos, nomeadamente os de origem animal. Por exemplo, há que pôr um travão à voracidade por proteína animal. (Fernando Mano, Por favor, encaremos o problema de frente, *Jornal Público*, p. 47, 04.04.2018).

¹² Byung-Chul Han, *ibidem*, p. 39-40.

¹³ Byung-Chul Han, *ibidem*, p. 15-17.

¹⁴ Byung-Chul Han denuncia a ‘*autoalienação destrutiva*’, uma ‘*alienação de si mesmo*’, decorrente “dos processos de autootimização e de autorrealização (...) Esta autoalienação prossegue sem que nos demos conta dela. Não é só a autoexploração que assim se torna destrutiva, mas é também a autoalienação que se exprime patologicamente como transtorno da perceção neuropsicológica do organismo. A anorexia, a bulimia ou o transtorno de compulsão alimentar são sintomas de uma progressiva autoalienação. O sujeito acaba por deixar de sentir o próprio corpo.” (*Ibidem*, p. 50).

É difícil o equilíbrio entre os benefícios e prejuízos, as degustações e privações. Não cessa de chegar o convite para as delícias artisticamente elaboradas, nem se cala o alerta contra os invasores (colesterol, gorduras, toxinas) que o acometem. São aliciantes as tentações externas, e terrificantes os inimigos internos.

Cada passo dado e incentivado em direção ao prazer requer um antídoto, igualmente recomendado, que elimine os efeitos nocivos. A pertença à elite da fruição tem que ser expiada com a penitência da renúncia e malhação. A ansiedade e a esquizofrenia instalam-se. É impossível definir um rumo no mar da ambivalência. Os impulsos são contraditórios, os valores incompatíveis, a dicotomia insuperável. Atenas e Esparta divergem.

Não admira que o cuidado do indivíduo consigo tenda a reduzir-se à preocupação com o corpo: com a ‘forma’, para melhorar a capacidade de experienciar os prazeres e minimizar os riscos e sequelas negativas; com a ‘aparência’, para atrair sobre si as atenções e olhares apetecíveis. A obsessão faz disto um programa de vida, religiosamente cumprido nos 12 meses do ano, nos 7 dias da semana¹⁵.

5. Igualmente nunca pode ser silenciada a exigência de uso responsável das capacidades humanas. Na mesma onda de preocupações se inserem a problematização e a renovação das ofertas de formação, das linhas de pesquisa e dos programas de extensão. Não é edificante fugir ao enfrentamento da reflexão acerca dos quadros que estamos a formar, dos alvos que queremos atingir e dos campos onde devemos intervir, tendo em conta a gravidade da conjuntura.

As instituições de educação e formação apagar-se-ão na ineficácia da sua missão, se não difundirem um novo modelo relativo ao Ser Humano, à vida, à sociedade e à relação com a natureza. Se não se empenharem na promoção de uma organização da sociedade que exalte a capacidade de viver juntos e de comunhão, o amor cívico, os relacionamentos, os gestos simples e belos, o cuidado mútuo e da natureza e da Pólis, a fraternidade universal, o sentimento de que vale a pena ser bom e honesto, de que é má a alegre superficialidade assente na degradação moral, no voltar as costas à ética, à bondade, à honestidade e à decência.

Ecologia humana: Inseparável do princípio do bem comum

1. Correndo o risco de ser pleonástico e enfadonho, não nos cansemos de repetir que só há uma crise: a socioambiental e ética! É inegável a relação entre a natureza e a sociedade que a habita. O papel central deste princípio contém diversos elementos estruturantes:

- Reflexão sobre o lugar e a função da política, e sobre a apropriação do poder real por alguns grupos, que prefiguram formas de organização criminosa;
- Implementação de políticas inspiradas em metas de nobreza, de sinceridade e verdade, com procedimentos orientados para o serviço do bem comum;
- Formação de um forte sentido de comunidade, da capacidade de solicitude, e de criatividade generosa, do trato humano do Outro, do bem-estar e segurança social para todos, da solidariedade e da justiça intergeracional.

Sejam ou não do nosso gosto, há perguntas fulcrais que não podemos evitar:

- Qual o tipo de mundo que queremos legar a quem vai suceder-nos, às crianças que estão a nascer e a crescer?
- Com que finalidade e significado passamos pelo palco da existência? Que fins, ideais e valores animam e orientam a nossa vida? Para que trabalhamos e nos envolvemos em ações cívicas?

¹⁵ Zygmunt Bauman, *ibidem*, p. 149-150. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2017.

- Temos noção de que a crise ecológica é acompanhada de uma deterioração ética, cultural, espiritual e moral? Sentimos necessidade de renovação da solidariedade entre os habitantes do planeta, do nosso país, da nossa cidade, da nossa zona residencial, do nosso âmbito profissional?

A sobrevivência da Humanidade e o florescimento do ideal da plenitude humana clamam por mudanças urgentes, por renovação das convicções, das atitudes e dos modos de vida. Nesta consonância somos chamados a assumir posições inequívocas:

- A política, a economia, a finança e a tecnologia são meios e não fins da realização humana;
- Pôr fim à mentalidade utilitarista: Primado do *'Homo Performator'* sobre o *'homo faber'*, o *'animal laborans'* e *'eficiens'*;
- Questionamento do modelo e da novílingua do sucesso e do individualismo, uma vez que à exaltação empolada de meios corresponde uma afirmação escassa e raquítica de fins nobres e superiores;
- Redefinição do que é o progresso: necessidade de outra modalidade de progresso e desenvolvimento, sem vistas curtas e sem via reduzida, que coloque o científico, tecnológico e material ao serviço do aprimoramento cívico, cultural, espiritual e intelectual, ético e estético, cívico e moral;
- Usar a inteligência para fazer germinar e florescer a lhaneza e nobreza do Ser Humano, pedras basilares de uma noção mais ampla da qualidade de vida;
- Procura de um novo início, de nova reverência e jubilosa celebração da existência;
- Capacidade de sair de si rumo ao Outro, de se auto-transcender, de romper o egocentrismo, o solipsismo e a auto-referenciação, de recusar a indiferença, de descobrir o valor e grandeza de cada coisa, de tocar o céu, as estrelas, a Lua e o Sol, de assumir que estamos profundamente unidos com todas as criaturas.

2. Essencialmente, precisamos de operar o milagre da *conversão ecológica*. Ora, esta implica uma *profunda conversão interior*, a regeneração da espiritualidade ligada ao corpo, à natureza e às realidades do mundo, porquanto os desertos *interiores* são tão ou mais extensos e áridos do que os *exteriores*.

A conversão não acontecerá sem gerar e maturar hábitos de transformação pessoal e de cultivo de virtudes sólidas: crescer na solidariedade, na responsabilidade, no cuidado e na compaixão. Sem atingir distintos *níveis de equilíbrio ecológico*: o *interior* consigo mesmo, o *solidário* com os outros, o *natural* com todos os seres vivos, o *espiritual* predisponente a tanger o mistério, para viver na profundidade existencial e não apenas na superfície, para a admiração e contemplação das pequenas grandes coisas, para a contenção do que nos entorpece.

Passa igualmente pela coragem da busca do estado de humildade, de paz interior, serena atenção, harmonia com a criação, de falar da integridade da vida humana, de incentivar e conjugar todos os grandes valores, de denunciar a ansiedade doentia que nos torna agressivos e consumistas desenfreados.

Essa coragem intima-nos ao combate ativo à corrupção, porquanto é esta que impede o avanço e ocasiona a regressão da civilização. Ela é desencadeada pelo apego a motivações superiores e revela-se em comportamentos de criatividade generosa, dignificante e gratificante, que ponham a descoberto o melhor que tem o Ser Humano e nos restituam o gratificante sentimento da dignidade. Podemos dar-lhe o nome de *'cultura da vida'* compartilhada, de comunhão com o que nos rodeia (pessoas e natureza), em oposição à *'cultura da morte'*, do latrocínio e morticínio dos outros.

Quem labora no campo desportivo não tem desculpa para se subtrair a estes apelos e mandamentos. Com efeito, o desporto é um compêndio de métodos e regras do trato Humano do Outro. Nele aprendemos e ensinamos que não basta que cada um seja melhor, mas que se alcance a melhoria do grupo, através da união de forças e da unidade de contribuições.

Uma *equipa desportiva* constitui um tipo de *'sociedade criadora e libertadora'*; rege-se pela norma constante e suprema do agir: tornar humano cada um e o grupo, cultivar uma identidade comum, cuidar da ética e estética de relações entre todos os integrantes, formar a consciência de que perseguem uma causa comum.

Conquista da natureza

1. Talvez não seja descabido, seguindo a linha de análise e raciocínio de Zygmunt Bauman, afirmar que a Humanidade nos últimos séculos se entregou a uma mentalidade de guerra e conquista. Dois episódios são, particularmente, marcantes:

O primeiro é o terramoto ou tsunami, que arrasou grande parte de Lisboa em 1755. Essa catástrofe levou à desconfiança e à demissão do antigo e divino gerente do mundo; e inaugurou o confronto da então emergente ‘civilização moderna’ com a natureza. Os pensadores da época insistiram na “necessidade de conquistar a Natureza e de a submeter à administração humana: substituir a aleatoriedade cega da Natureza por uma ordem guiada pela razão, meticulosamente planeada e monitorizada, à prova de acidentes e acima de tudo administrável, e assim forçá-la, sob uma nova administração (humana), a servir os interesses humanos.”

O segundo episódio prende-se às duas Guerras Mundiais, com ênfase no matadouro da segunda. Esta “solapou a confiança investida durante quase dois séculos na sabedoria e eficácia de uma ordem construída por seres humanos, baseada na ciência e na tecnologia, colocando também em dúvida a convicção de que essa ordem deveria chegar mais alto em termos do bem e da justiça (...) do que a Natureza alguma vez seria capaz de fazer.”

O iluminismo viu-se destruído. Com efeito ele propôs e acreditou na necessidade e na coragem de cada um pensar por si mesmo, de assumir a responsabilização pelo mal, em vez de a delegar para os outros. Que desmedida ilusão!

A ‘Grande Guerra’, com a onda de genocídios que varreu o planeta, mostrou a indignidade da espécie humana e a sua incapacidade de agir responsabilmente. Confirmou que “os resultados da administração humana são exatamente tão caprichosos, imprevisíveis, cegos, impensados e indiferentes às virtudes e vícios humanos quanto a Natureza fora acusada de ser dois séculos antes. E ainda mais atroz e devastadores”¹⁶.

Como é sabido, foi desalentador e terrível “o choque que isso provocou na autoconfiança, presunção e arrogância dos pioneiros e porta-vozes da ‘civilização’.”¹⁷

O terramoto de Lisboa desencadeou as ambições modernas; Auschwitz e os outros campos de concentração e extermínio incumbiram-se de as desmoronar. As palavras de Susan Neiman contêm lições para aprender e meditar: “Lisboa revelou o quanto o mundo estava distante dos seres humanos; Auschwitz revelou a distância dos seres humanos em relação a si mesmos. Se desembaraçar o natural do humano é parte do projecto moderno, a distância entre Lisboa e Auschwitz mostrou como é difícil mantê-los separados (...) Se Lisboa assinalou o momento do reconhecimento de que a teodiceia tradicional era inútil, Auschwitz marcou o reconhecimento de que nenhum substituto se saiu melhor”¹⁸.

2. Afinal, a orgia do progresso, a euforia dos presságios bons e melhores de ano para ano, a marcha irresistível para o reino da ordem e da justiça, da razão e da perfeição, da domesticação dos instintos malévolos dos ‘*hominianos*’, todas estas certezas não estavam garantidas. Ao invés, esboroaram-se num mundo cheio de massacres, de cadáveres perfurados pelas balas do progresso, de vítimas do ódio e do preconceito. Sim, a civilização morria, à medida que o mundo se afundava e afogava num mar de sangue humano, um mundo transformado em matadouro, sem que isto tivesse sido programado, planeado, previsto e sequer considerado possível.

Pois é, só que, após algumas décadas de sublimação, tudo foi olvidado. A onda de conquista, de guerra, de massacre, de dizimação, de rapina, tanto da Natureza como da Humanidade e Sociedade, retornou em força, obviamente em novos moldes. As vítimas são as mesmas e os algozes e beneficiários também. Os acontecimentos deste século 21 estão aí para nos lembrar que o mal não desaparece; ele circula no meio de nós, sem nenhum sinal indicativo na testa, envernizado com modos civilizados.

¹⁶ Zygmunt Bauman, *ibidem*, p. 83.

¹⁷ Zygmunt Bauman, *ibidem*, p. 84.

¹⁸ Zygmunt Bauman, *MEDO LÍQUIDO*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

“Só os mortos conhecem o fim da guerra”, disse Platão (427-347 a.C.) com fulgurante clarividência. A guerra, sempre a guerra, nunca se ausenta, apenas muda de figura. Nestes dias, o poderio das armas substitui, mais uma vez, a força dos argumentos. Eis um sinal da fragilidade da razão e da perda da superioridade moral.

A logodiceia é uma chama frágil, abanada pelo vento, quase a apagar-se. Mas não temos mais nada para rasgar a escuridão, gerada pela teodiceia do macabro negócio das máquinas bélicas e pelos deuses da falsidade, hipocrisia e maldade.

No final, não há vencedor. Para a Humanidade é sempre uma derrota amarga, causada pela cegueira da crueldade e inutilidade. Estava certo Fernando Pessoa: “*Só a arte é útil. Crenças, exércitos, impérios, atitudes – tudo isso passa. Só a arte fica, por isso só a arte se vê, porque dura.*” Da guerra também fica algo: um cenário de devastação e horror.

António Damásio (no seu último livro ‘*A Estranha Ordem das Coisas*’, editado em finais de 2017) adverte-nos, de maneira dramática, para a urgência de colocar na ordem do dia a ‘*educação dos sentimentos*’, de investir e conceder prioridade a essa frente. Chegamos a um tal estado de desordem existencial, cultural e social que, se não os educarmos, matar-nos-emos, cada vez mais, uns aos outros. A pulsão da morte vive uma era de euforia, e tende a esmagar a pulsão da vida.

‘Educar’ os sentimentos é humanizar e sublimar a violência e a bestialidade, ínsitas em nós. Elas traduzem-se em modalidades diversas de amordaçamento, eliminação, exclusão, humilhação e subjugação do outro; e andam bem à vista nas palavras e atos de acinte, ameaça, agressão, insulto, ódio, intolerância, perseguição, raiva, represália e vingança.

A ‘educação dos sentimentos’ é hoje uma tarefa premente. A política deve assumi-la, à escala universal, como metro-padrão da organização e regeneração da sociedade e da Humanidade. Mas constitui também um imperativo individual; obriga cada um a vigiar a subjetividade e civilizar a conduta.

Revisão do antropocentrismo

Parece pertinente trazer à colação um editorial da revista *EGOÍSTA*, intitulado ‘Natureza e vida’, da autoria de Mário Assis Ferreira:

“Há, da Natureza, uma percepção mística e uma visão científica. A primeira aproxima-nos de Deus; a segunda acerca-nos do Homem. Mas, em qualquer delas, a Natureza confunde-se com a Vida, qual indissociável amálgama em que reside o mistério de existir.

Um mistério ínsito à própria raiz etimológica de Natureza: na sua origem, o vocábulo latino “*natura*” significa nascimento, acto gerador da Vida.

Até por isso, a Vida nunca chega a pertencer-nos: apenas a fruímos, como dadivoso empréstimo que nos fez a Natureza.

Daí decorre o respeito que, enquanto beneficiários da Vida, devemos à sua concedente, a Natureza. Pois que ao temermos a morte é porque amamos a Vida. E o que se ama nunca é alheio à graça de quem o concede.

Perigoso é que, em insana irreverência, os homens imaginem ter aprendido a dominar a Natureza, antes mesmo de saberem dominar-se a si próprios.

Pois a Natureza não pode ser comandada: apenas influenciada, se for sempre obedecida.

Talvez por isso ela tende, de amiúde, a fustigar-nos.

Para nos lembrar que o Homem poderia ser o seu mais ideal resumo.

Para nos dizer, enfim, que o Homem é o mais perfeito defeito da Natureza.”¹⁹.

¹⁹ Mário Assis Ferreira, Natureza e vida, *EGOÍSTA*. Casino do Estoril: dezembro de 2009.

Estas formulações encerram um convite para a modificação do relacionamento com os outros ocupantes do planeta Terra. É tempo de “abandonar a visão antropocêntrica e abraçar um novo paradigma em que todos os seres do Universo, humanos e não humanos, coexistam”, proclama Timothy Morton, filósofo do Antropoceno²⁰.

No fundo, é imperioso assumir o gigantesco, mas irrecusável desafio de rever as nossas ideias sobre o que significa existir, o que são a Terra e a sociedade. As questões ecológicas que enfrentamos requerem uma melhor compreensão dos problemas do planeta e da sua abordagem. A discussão não pode ficar confinada a um núcleo restrito de especialistas; a sua premência diz respeito a todos²¹.

Porquê tamanha urgência e abrangência? Porque “hoje quase tudo o que fazemos é uma questão ambiental. Isso não era verdade há algumas décadas, ou pelo menos não havia essa percepção (...) Os seres humanos tornaram-se uma força geofísica à escala planetária e isso tem consequências. Mas é apenas quando nos deparamos com as nossas acções sobre o planeta que percebemos o quanto realmente fazemos parte dele. Por isso, perante a crise ambiental, é urgente abandonar a visão antropocêntrica que ainda vai subsistindo”²².

Mais ainda, “grande parte da crise ecológica em que estamos imersos tem que ver com a nossa forma de pensar e isso pode mudar”, acrescenta Timothy Morton. A separação entre humanidade e natureza é errónea, sendo imprescindível abandoná-la ou, pelo menos, reformular o olhar antropocêntrico. Com efeito, nem os humanos estão acima de todas as coisas, nem pode deixar de ser reavaliado o seu impacto no planeta. Os seres não humanos, que o habitam, também contam. Há uma interdependência entre todos, o que apela à solidariedade. Ora, isto implica a necessidade de pôr de lado a mentalidade e a crença de que controlamos a envolvimento. Tal mentalidade é responsável pelo desastre ecológico; este já aconteceu e é ele que nos controla no presente e no futuro, de uma forma tão drástica que poderá originar uma era mais volátil, de clima extremo, com falta de recursos e com extinção de várias espécies.

Não só temos noção dos efeitos da destruição ecológica ou do aquecimento global, como sabemos que somos nós os agentes destruidores. Esta constatação parece colocar, pouco a pouco, um ponto final na nossa insensibilidade moral.

Para Timothy Morton isto representa uma revolução na compreensão do nosso lugar no Universo: “Vivemos com uma precisão moral que antes não existia (...) Durante gerações pensávamos que estávamos simplesmente a manipular ou a controlar outros seres num vazio a que chamamos ‘meio ambiente’, mas essa ideia de que a ‘natureza’ está separada de nós tem sido posta em causa. Está tudo interligado. Sempre esteve. Até as coisas que julgamos estar a deitar fora – mas a deitar fora para onde, se do planeta Terra não saem? – exigem a nossa solidariedade (...) Estamos todos, humanos e não humanos, por assim dizer, imersos na mesma realidade simbiótica.” Ou seja, está tudo interligado; não há alternativa à coexistência ecológica²³.

Reconheçamos com feliz serenidade: há muitos assuntos, factos e fenómenos que não dominamos e escapam ao nosso entendimento. Isto deve ajudar-nos a estar de sobreaviso contra a tentação da arrogância, das certezas e das pesporrências. A exercitar a atitude científica da humildade, e a mudar de paradigma.

Em vez de usarmos a ciência e tecnologia para explorar a natureza, sirvamo-nos delas para tirar partido do desconhecimento e da dúvida no tocante a tantas coisas. Para abriremos o caminho da coexistência solidária com os restantes seres, animais, minerais e vegetais, para aceitarmos as nossas limitações insuperáveis e a dependência face a eles.

²⁰ Vítor Belanciano, Entrevista a Timothy Morton, *Jornal Público*, 10 de novembro de 2017.

²¹ “Após o fracasso da humanidade no uso e controle das outras forças do universo, que se voltaram contra nós, é urgente que nos alimentemos de outro tipo de energia. Se queremos que a nossa espécie sobreviva, se queremos encontrar sentido na vida, se queremos salvar o mundo e todos os seres sensíveis que nele habitam, o amor é a única e a última resposta. Porventura não estamos ainda preparados para fabricar uma bomba de amor, uma criação suficientemente poderosa para destruir todo o ódio, egoísmo e ganância que assolam o planeta. No entanto, cada indivíduo carrega dentro de si um pequeno, mas poderoso gerador de amor, cuja energia aguarda para ser libertada.” (Excerto da ‘Carta de Einstein à sua filha Lieserl’. É com este título que circula na internet, embora seja mais que duvidosa a autoria da mesma).

²² Vítor Belanciano, *ibidem*.

²³ Vítor Belanciano, *ibidem*.

Não se trata de nos colocarmos de cócoras ou de nos escondermos, mas sim de afinarmos a relação com o mundo, com a natureza, com o Outro, mediante o aprimoramento da maneira de pensar e agir. Deste jeito podemos dar um sentido positivo à ignorância. Eis aqui uma fonte de otimismo, conclui Timothy Morton²⁴.

Do estado de 'saúde' das instituições

1. Estarão as instituições de formação disponíveis para encarar as premências desta hora? Serão humana, moral e socialmente 'saudáveis'?

Quando falamos de 'saúde', as nossas palavras contemplam, em regra, os familiares, os amigos e vizinhos. Não voltamos a atenção para as instituições; mas devíamos fazê-lo. Há razões ponderosas para um tal olhar.

As instituições estruturam a sociedade e as relações humanas. São sede de criação e irradiação de princípios e valores. O seu funcionamento repercute-se na qualidade da vida social e humana, ou seja, no bem ou mal-estar das pessoas.

O rol das instituições é vasto, desde as da administração central até às de proximidade. Muitas delas estão gravemente doentes. Perderam solidez nos princípios e nas atuações. Estão-se liquefazendo e desmoronando aos pedaços, minadas por uma demasia de práticas ilegais e imorais. As leis tornaram-se letra morta num ambiente perverso, em que muitos são testemunhas mudas da sua frequente violação. Esta afeta diretamente mais alguns do que outros, cuidando os últimos que escapam à propagação dos efeitos perniciosos. Acabam todos por sofrer danos na saúde.

Por exemplo, na universidade, instância altamente exemplar e simbólica para o conjunto social, a '*competitividade*' escancarou as portas à conflitualidade; e esta escorraçou a convivalidade e hospitalidade, e lesou profundamente as células da amizade cívica e da solidariedade humana. Respira-se nela o ar doentio da indiferença, da agressividade e hostilidade, das omissões e traições; as marcas da exaustão são manifestas.

Muito gostaria de ser um especialista em semiótica para desmascarar o linguajar que se implantou, na última dúzia de anos, na universidade e para além dos seus muros!

Um dos termos mais usados na gíria quotidiana por mentes pueris e mirradas de ideais, mas com apetites exterminadores, é o flamejante vocábulo '*competitividade*'. Do que se trata? De um embuste! A pretensa ênfase da competência não passa de um embrulho que esconde uma abominável degradação. Intenta colocar o ardiloso verniz da normalidade humana nos comportamentos de sujeitos que aceitam todo o tipo de exigências, incluindo calcar e esmagar colegas de ofício, para satisfazer o instinto de progressão na carreira.

Esta guerra insana e total de competição por rendimento e supremacia provoca graves transtornos de personalidade: elimina o '*Eros*' e o '*Locus*' da gratificação proveniente do outro. Em vez da autoestima e por detrás da miragem da afirmação e liberdade, medram os sentimentos da autoalienação e autoagressão destrutivas de si mesmo, da depressão e do esgotamento²⁵. Edificante, como bem se vê!

O diagnóstico ordena que acordemos para uma ecologia preocupada com a boa saúde das instituições. Sem esta perdemos a nossa. A do corpo e a da alma.

Quem não tem pensamento não comanda os tempos, é conduzido por estes. A penosa circunstância, que afeta não poucas instituições, é a pobreza de pensamento de quem está ao leme. Em vez de orientações, surgem confusões, naufrágios e desgraças.

Uma Faculdade não é escola profissional; não cria e fecha cursos por ordem do mercado mutável de empregos e ofícios. Cuida da '*formação*' na respetiva área, de '*formar*' quadros '*superiores*', de

²⁴ Vítor Belanciano, *ibidem*.

²⁵ Byung-Chul Han, *ibidem*, p. 9-18.

lhes dar uma *'forma'* culta, ilustrada e iluminada. Habilita-os a avaliar a sua época e sobrepor-se a ela, a exceder a vulgaridade e banalidade, a entender e situar a ação no plano da vida e no contexto sociocultural, a viver no pleno uso da inteligência e da capacidade sublime que é a de perceber a própria limitação²⁶.

Numa Faculdade estuda-se e investiga-se para esclarecer os fenómenos e as *'coisas'*, para desnudar os vários modos da hemiplegia intelectual, cívica e moral. O seu alvo supremo é constituir um sistema de saberes vivos, que represente o nível cimeiro de desafios, anseios e ideais de cada era. E dotar os formandos de uma força espiritual, renovadora da vida individual e coletiva, contrária aos desvarios da arrogância e frivolidade, da estupidez e insinceridade, da mesquinhez e irracionalidade.

2. A este propósito recorramos a uma incisiva interpelação do Papa Francisco, desafiando os professores e estudantes para um exame sério das orientações que estão a seguir.

“É justo que nos interroguemos: Como ajudamos os nossos alunos a não olhar um grau universitário como sinónimo de maior posição, sinónimo de mais dinheiro ou maior prestígio social? Não são sinónimos. Ajudamos a ver esta preparação como sinal de maior responsabilidade perante os problemas de hoje, perante o cuidado do mais pobre, perante o cuidado do meio ambiente? Não basta realizar análises, descrições da realidade; é necessário gerar espaços de verdadeira pesquisa, debates que gerem alternativas para os problemas de hoje. Como é necessário descer ao concreto!”²⁷

O Papa Francisco veio do lugar mais sublime da Humanidade para nos espicaçar e apelar a ponderar as orientações impostas ao mundo e à nossa vida. Todavia, muitas vezes, as suas palavras esbarram em paredes, sobretudo quando fala para casa. Veja-se estouta passagem da recente mensagem à Universidade Católica Portuguesa: “Por natureza e missão, sois universidade, isto é, abraçais o universo do saber no seu significado humano e divino, para garantir aquele olhar de universalidade sem o qual a razão, resignada com modelos parciais, renuncia à sua aspiração mais alta: a de buscar a verdade. À vista da grandeza do seu saber e do seu poder, a razão cede perante a pressão dos interesses e a atração da utilidade, acabando por a reconhecer como seu último critério”²⁸.

Os fatos não mentem: as universidades sofrem de profunda surdez; têm o ouvido duro para mensagens deste teor, mas ouvem e seguem vozes incompatíveis com a sua matriz originária.

O espaço universitário é suposto ser um fórum onde cada um se deve sentir obrigado à autorreflexão, a tornar imanente a si mesmo, às suas convicções, ações e respetivas consequências uma teoria da transcendência. Uma teoria, com um alcance e pensamento normativos, que reflita sobre a deontologia e o devir, que combata a sobrançeria e o autoritarismo da *'tecnociência'*; e que convide a questionar os meios e os fins, a sacralizar o Outro, a divinizar o humano, a dar-se ao esforço de perseguir a perfectibilidade e a liberdade, a sair e distanciar-se de si, a adicionar às características iniciais, particulares e situacionais traços, noções e princípios universais e a vincular, assim, a condição individual e singular à universalidade, dada por uma perspectiva mais ampla, por uma experiência e vivência com selo e identificação de Humanidade.

3. Para que serve a Universidade?

A pergunta é simples, mas as respostas não o são, por mais extensa que seja a ementa delas, prontas para ir à mesa e satisfazer o pedido dos clientes.

Hoje ela é criada ou diarista para todo e qualquer serviço. Compraz-se em ter orgasmos com o acessório; e descarta o culminante e essencial. Porém, se não servir para ensinar, aprender e encorajar a pensar e respirar fora da caixa vigente, para pouco ou nada vale.

Não há Universidade sem pensadores e sem tomada de posições sobre os problemas de cada era, para além do tempo e das circunstâncias. Se assim não for, ela fica prisioneira do relativismo e do niilismo,

²⁶ “A cultura é uma necessidade imprescindível da toda uma vida, é uma dimensão constitutiva da existência humana, como as mãos são um atributo do homem.” (José Ortega y Gasset, 1883-1955, Escrito na Pedra, *Jornal Público*, p. 43, 04.04.2018).

²⁷ Discurso do Papa Francisco à comunidade da Universidade Católica Portuguesa por ocasião do 50º aniversário da sua instituição, 26.10.2017.

²⁸ Discurso do Papa Francisco à comunidade da Universidade Católica Portuguesa, *ibidem*.

e ausente da Humanidade e Sociedade. Se não escapar aos ventos do senso-comum, sobre ela cairá a vergonha desta acusação lançada por Oscar Wilde (1854-1900): “*Todo o crime é vulgar, exatamente como toda a vulgaridade é um crime*”²⁹.

A queda da Universidade no apoucamento e pequenez da vulgaridade não está por vir, já veio; ou seja, a universidade está cometendo um crime contra si mesma.

Nesta era de mágoas, agonias e opressões é preciso filosofar, pensar e questionar, para ver mais alto e distante. Todos os acadêmicos devem fidelizar-se a esse compromisso e ter presente que o poema da ética e estética, da arte e beleza, da virtude e excelência exige afínco, empenhamento e persistência.

É essencialmente sobre isto que os textos desta publicação laboram. Convidam a sair de penumbra da demissão e omissão, demarcam-se do politicamente correto, enfrentam e criticam o enviesamento das análises e estudos, das propostas e medidas pretensamente científicas e inovadoras, querem despertar da dormência e aliciar para o desassossego e a reflexão. Enfim, espicaçam contra o veneno da acefalia, do conformismo e resignação, contra o efeito anestesiador das verdades feitas, encomendadas e publicitadas, das loas e cantatas impingidas, dos absurdos produzidos e da imbecilidade tornada regra e lei. Têm a ambição de ser um ‘*ensaio sobre a cegueira e sobre a lucidez*’, em simultâneo. Clamam pela ressurreição e assunção da obrigação de não pactuarmos com a tresloucada deriva do processo da inominável desumanização, estultificação, infantilização e menorização dos indivíduos em curso.

Aqui e agora, como sempre, incumbe-nos cuidar dos vivos. Estar vivo e acordado. Inscrever na nossa frente o lema olímpico do desporto e da vida: *Citius, Altius, Fortius!* Isto obriga-nos a sonhar e realizar. A não cair na tentação de confundir a reflexão com a lamúria inibidora da ação; nem de nos entregarmos à ingênua espera de ver, de maneira espontânea, ultrapassados os males denunciados e realizados os sonhos idealizados, sem o empenho correspondente. A passividade tolhe os nossos passos.

Somos as nossas ações ou a infamante cobardia. Sabemos, de cor e salteado, a apreciação de José António Marina: “O importante é a ação, que é o modo de converter em realidade as irrealidades que pensamos”³⁰.

Sem vontade nada feito, disse muito antes Aristóteles (384-322 a.C.). Aquilo (acrasia, peso, gravidade, indolência, preguiça, desídia e obesidade nos sentimentos, nos objetivos, nos olhos, no coração e na alma) que nos puxa para o chão e para a inércia afunda-nos no pasmo, na farsa e na iniquidade, no nível zero de humanização; e atira-nos para fora da órbita da dignidade.

Aos professores cumpre integrar a plêiade dos que aram, revolvem e amanhã o terreno árido e estéril, para nele lançar a *canção do semeador* (de Miguel Torga), e para das fragas e pedras arrancar o pão do humano sustento:

*Na terra negra da vida,
Pousio do desespero,
É que o Poeta semeia
Poemas de confiança.
O Poeta é uma criança
Que devaneia.
Mas todo o semeador
Semeia contra o presente.
Semeia como vidente
A seara do futuro,
Sem saber se o chão é duro
E lhe recebe a semente.*

²⁹ Oscar Wilde, Escrito na Pedra, *Jornal Público*, p. 43, 01.05.2018.

³⁰ José António Marina, *Ética para Náufragos*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

Razões para esperança numa mudança

A crise é ingente; contudo temos boas razões para esperança na mudança de atitudes. Os biliões de cérebros que, todas as manhãs, acordam e começam a pensar, e, todas as noites, adormecem para sonhar, produzem uma extensa e exaltante manifestação da inteligência humana. Esta é tamanha que não pode fracassar na tarefa de regenerar e salvar o ecossistema e sociossistema, de garantir a sua sobrevivência.

Para tanto a Humanidade dispõe de meios e recursos como em nenhuma era anterior: ciência diversificada e proficiente, progresso tecnológico assombroso, um intelecto que erra muito, mas se consolida assumindo e remediando os seus erros.

Podemos prever e prevenir, com métodos sofisticados e dotados de suficiente rigor, as catástrofes e malefícios. Elevar o nível de educação, reduzir a ignorância, a absurdidade e a animalidade. Produzir alimentos para todos, e praticar uma alimentação saudável. Garantir a toda a gente a possibilidade de atingir níveis de bem-estar aceitáveis. Melhorar a higiene das populações, o acesso à água potável, etc.

Dispomos de uma medicina mais evoluída e capaz de oferecer eficientes cuidados de saúde aos cidadãos. Cresce o número de indivíduos instruídos, informados e avessos à instrumentalização e manipulação.

As atividades são cada vez mais intelectuais e mentais, e cada vez menos físicas, evitando assim contaminações decorrentes das ações materiais.

A tecnologia e os altos índices de produtividade favorecem o aumento do tempo livre e as oportunidades do ócio criativo, “permitindo perceber, estudar e resolver melhor também os problemas ligados à salvaguarda e à valorização do ecossistema...”³¹.

Os valores emergentes (estética, ética, emotividade, qualidade de vida) têm correlações positivas com o respeito do ambiente natural e social.

Regista-se o aparecimento e entusiasmo de organizações, de estudiosos, de voluntários, de projetos e movimentos dedicados à conservação do património artístico e natural, à doação de sentido e do senso de beleza ao mínimo aspecto da vida (não vestuário, nas ruas e praças, na paisagem urbana e rural, etc.).

A batalha não está ganha. Estas forças são chamadas a arrostar “a pulsão exclusivamente quantitativa (voltada para o poder, a posse e o dinheiro), uma pulsão que joga inconscientemente contra o ambiente e o património cultural. Mas, para nossa sorte, também aumenta uma grande tensão exclusivamente qualitativa em direção à introspecção, à amizade, ao amor, à diversão, à beleza, ao convívio. A tensão entre essas duas forças, que o neoliberalismo tende a resolver em favor das necessidades quantitativas, não está de forma alguma perdida para a humanidade”³².

Apesar de parecer que as ideias deprimentes, rasteiras, simplistas e vulgares subjagam as ideias elaboradas, a beleza persiste. Esta é o pressuposto da felicidade e a pré-condição do equilíbrio harmonioso do nosso ecossistema e sociossistema.

Ressalta à vista desarmada, a logodiceia persiste refém de fragilidades; não passa de um pequeno lume, mas não temos outro para nos alumiar a caminhada. Há muitos passos por dar e degraus para subir na escada que nos abeira do Humano. A Humanidade continua a vestir de luto, ainda longínqua, muito ferida e carente de raios de afeto e luminosidade e de abraços de empatia e fraternidade nesta conjuntura de tristeza e obscuridade, de suplício e precariedade, de pobreza e falta de contemporaneidade.

Não nos entreguemos à derrota e desistência; porfiemos em edificar a laboriosa, radiosa e contagiante cidadania planetária e universal. Sejam persistentes como os mosquitos da dengue, do mal e da desgraça, para levar de vencida a teimosia das forças do descaso e desagregação, da mentira e alienação, da tráfuhice e corrupção, da especulação e ganância, da tragédia e desolação, da cerração e escuridão!

Assumamos e iluminemos a nossa fraqueza metafísica e ôntica, e a nossa fadiga perante o Outro, que é a fórmula redentora do deserto de desmesuradas depressões que a perversa e destrutiva onda

³¹ Domenico De Masi, *ibidem*.

³² Domenico De Masi, *ibidem*.

neoliberal deixa atrás de si. E nós consentimos que sejam impressas no nosso corpo e alma, acorcondados pelo sobrepeso do eu, exauridos por um produtivismo que nos torna cegos aos outros.

Coloquemo-nos face à natureza, à sociedade e a nós próprios; emudeçamos e recuperemos a arte, a atitude e capacidade de ‘estar à escuta’, de oração e súplica. Oiçamos o apelo e a voz silenciosa do Outro, do longínquo, do ausente e transcendente do eu; concedamos-lhe o nosso tempo, reconheçamos a sua prioridade ética e ponhamo-nos de novo a caminho em busca dele. Como recomenda Byung-Chul Han, rompamos “a casca narcísica do eu” e reaprendamos a ética e a linguagem da responsabilidade a partir do Outro, escutando-o e respondendo-lhe. Sejamos participantes na edificação da Sociedade, da Comunidade e da Pólis vindouras, constituídas por ‘amigos’, ‘vizinhos’ e ‘ouvintes’ que escutam, prestam atenção e devolvem a fala ao Outro, redescobrem o ‘tempo bom’, o ‘tempo do Outro’ e da renúncia à totalização do ‘tempo do eu’. Quem sabe, talvez retardemos a morte, e voltemos a infundir vida, assombro, deslumbramento e espanto ao espírito, a estranhar o mundo, a existir poeticamente na terra, a bordar poemas e canções, a edificar obras belas, a recuperar o enigma, a mensagem, o misticismo e simbolismo da arte e da poesia!³³

Em suma, renovemos os juramentos que conferem magnificência e excelsitude à realização da essência da nossa função. Impliquemo-nos no advento de uma nova era existencial que ponha cobro à proliferação patológica do numérico e digital, do idêntico e igual; e restaure a amabilidade e convivialidade, a comunicação e proximidade, a cumplicidade e solicitude, o cuidado e zelo, a deferência e ternura, a hospitalidade e disponibilidade para a Alteridade. É no nosso interesse que devemos pensar e agir fora da vulgata neoliberal, porque na peregrinação sobre a Terra somente respiramos nas alturas, na multiplicidade e pluralidade do Outro, e não no reino esconso e sufocante do eu. Encetemos uma nova heterotopia; coloquemos o esquecido, negligenciado e periférico no centro dos olhares!

Nesta conformidade, o *XVII Congresso de Ciências do Desporto e de Educação Física dos Países de Língua Portuguesa*, as reflexões nele suscitadas, e as preocupações exaradas nesta publicação pretendem irradiar uma *carta de recomendações e obrigações*. Move-nos o aliciante intento de revigorar os fins e ideais, as causas e práticas do Desporto e da Educação Física, de inspirar a atuação das suas instituições e organizações. Almejamos que o Desporto e a Educação Física dobrem as circunstâncias e honrem o legado humanista, olímpico e universalistas que perfaz a sua causa e missão educativas.

Não deixemos para amanhã o que nos compete fazer no momento presente: reinventar o desígnio, a aventura e a saudade do Humano. Cantemos, com Paulinho da Viola: *Meu tempo é hoje!*

³³ Byung-Chul Han, *ibidem*, p. 83-95.

Universidade, ciência, tecnologia, degradação do ecossistema e crise civilizacional

José Dias Sobrinho¹

Rafael Dias²

Milena Serafim³

Isto sabemos: a terra não pertence ao homem; o homem pertence à terra. Isto sabemos: todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família. Há uma ligação em tudo. O que ocorrer com a terra recairá sobre os filhos da terra. O homem não tramou o tecido da vida; ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo... Todas as criaturas respiram em comum – os animais, as árvores, o homem... Somos parte da terra e ela é parte de nós.

(Excertos da Carta do Cacique Seattle ao presidente dos EUA, Franklin Pierce, 1854).

Se você já construiu castelos no ar, não tenha vergonha deles. Estão onde devem estar. Agora, dê-lhes alicerces.

(Henry David Thoreau, 1817-1862).

A deterioração do ecossistema é inseparável da crise civilizacional. Como a universidade é uma instituição cuja razão de ser é a elevação humana, ela não pode deixar de agir pelo desenvolvimento de uma nova cultura de preservação e aperfeiçoamento das bases da vida em todo o planeta. Trata-se do imperativo de uma mudança radical implicando direitos e deveres de todos nos cuidados permanentes de sustentação das boas condições de vivência e sobrevivência do homem.

A crise civilizacional global é uma expressão da deterioração do sistema social em estreita relação com a degeneração ecológica. Antes que seja tarde demais, são urgentes e prioritárias profundas mudanças de sentido ético, político e econômico, uma nova cultura que realmente cuide do planeta terra como a casa em que todos moramos. As dificuldades são gigantescas, pois se trata de agir sobre modelos de vida humana perversos e profundamente arraigados na história de conflitos, destruições e cultivos do ódio, atualmente exacerbados pelo neoliberalismo.

Inserida nessa crise, a história da ciência moderna consolida a fragmentação dos conhecimentos em disciplinas compartimentalizadas, que sistematicamente reafirmam a noção de que “sociedade” e “natureza” são esferas independentes, sendo a segunda subordinada à primeira.

No mundo contemporâneo, o imaginário social é intensamente povoado por uma visão positiva acerca da ciência e da tecnologia: estas são geralmente compreendidas como motores inexoráveis que impulsionariam a humanidade em direção a um progresso material e moral não apenas possível, mas desejável (SAREWITZ, 1996).

¹ Professor Titular aposentado da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil.

² Professor da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil.

³ Professora da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil.

Se há, por outro lado, aqueles que reconhecem ciência e tecnologia como grandes fontes de problemas ambientais, econômicos, políticos e sociais e que, eventualmente, advogam pela recuperação de tradições e valores que estariam sendo destruídos pelo avanço dessas forças, a narrativa predominante em nossos dias parece ser aquela que considera o avanço técnico-científico como a principal – ou, talvez, a única – fonte de esperança para a resolução dos problemas hoje enfrentados pela humanidade.

Tal narrativa parece ignorar, contudo, que cerca de 500 gigantescas corporações globais, via sistema financeiro e desregulação das economias nacionais, determinam como deve ser a vida de bilhões de indivíduos que hoje vivem e sofrem as ações deletérias da escandalosa concentração de rendas, destruição de empregos e rebaixamento moral. A ciência não é o desinteressado escrutínio da natureza; tampouco é a tecnologia a mera aplicação do conhecimento científico. Fala-se hoje em *tecnociência*, indivisível produto da união entre a ciência e a técnica sob a ordem imposta pelo capital em escala mundial. Trata-se, como Araújo (1998, p. 13) nos lembra, da “concretização de redes de relações, de tamanho variável, constantemente mantidas e atualizadas, que ligam entre eles os homens e as coisas. O que, por definição, não exclui os interesses políticos e econômicos e tampouco os valores sociais e morais”.

É pertinente apontar que os interesses e valores que predominantemente orientam o desenvolvimento da *tecnociência* são aqueles de ordem econômica. É nos laboratórios das grandes empresas multinacionais que se produz atualmente significativa parcela do conhecimento gerado no mundo. Portanto, é o capital que define, em grande medida, o que deve constituir objeto de pesquisa científica. A ciência é cada vez mais guiada, portanto, pela demanda formada a partir dos mercados, e não pelas necessidades básicas dos povos. Um exemplo que ilustra essa condição de forma bastante clara é o das chamadas “doenças negligenciadas”: doenças cujas formas de tratamento, em geral, têm pouco apelo à indústria farmacêutica, uma vez que os grupos por elas afligidos tendem a ter pouco poder econômico.

Paralelamente a isso, do lado das instituições de ensino superior (IES), há um forte engajamento das mesmas pela aproximação das políticas de educação superior ao mercado. Esta vinculação, pautada pela influência das políticas neoliberais, vem na perspectiva de implantar a tal economia do conhecimento. Como desdobramento disso, visualiza-se a orientação dos conhecimentos a serem produzidos nas IES ao mercado global, consolidando e legitimando práticas e atividades de ensino, pesquisa e extensão de cunho instrumental-utilitarista e mercadológico. É claro que se espera que os conhecimentos produzidos nas IES sejam úteis e que as pessoas formadas sejam capazes de atender aos quesitos de um mundo laboral moldado pelas ciências e tecnologia atuais, bem como pesquisas que fomentem inovações de produtos e geração de conhecimento ao mercado mundial. Entretanto, o princípio ordenador das instituições de ensino e pesquisa deve ser a qualidade e a pertinência do seu conhecimento gerado, no sentido de gerar dinâmicas que impulsionem a conformação de uma sociedade democrática do conhecimento, mais justa e equitativa e capaz de gerar mudanças sociais, econômicas e culturais. A formação, neste sentido, não deve se pautar estritamente ao apelo do útil, do utilitário e do mercadológico, mas sim na perspectiva da formação ético-crítico-reflexiva dos profissionais, capaz de impulsionar consciências destes na estruturação de sua existência em sintonia com o(s) outro(s), com a sociedade e com a natureza. Apesar do mercado ser capaz de organizar muitos aspectos da vida social, é evidente que ele é absolutamente insuficiente para garantir a realização das condições mínimas para a vida digna de grande parte da humanidade.

A economia neoliberal, expressão clara da cominação dos mercados, cria conflitos, desemprego, esgarçamento social, ódio, violência e relativização do valor humano. Não lhe interessa a promoção de um desenvolvimento democrático, menos desigual e mais sustentável. Para ela, só tem lugar o Estado Mínimo. Mas, como se sabe, esse Estado é Mínimo para a imensa maioria de pobres e vulneráveis, e é Máximo para uma restrita classe de endinheirados e supostos donos do mundo.

Problemas, dilemas e contradições de toda ordem sempre existiram, mas estão adquirindo significados e intensidades novos nestes últimos tempos. Estes são tempos de grande complexidade. Conquistas formidáveis no complexo ciência-tecnologia-informação criam a ilusão de vitória incontestada sobre as imperfeições e, até mesmo, de superação da finitude humana. Entretanto, as promessas de um mundo venturoso a partir do amplo domínio da tecnologia têm-se mostrado falsas e falhas. Inclusive a verdade,

hoje, perdeu consistência e se relativizou, a ponto de ninguém poder afirmar com segurança o que é verdadeiro ou ilusório. As crenças passam a ser constituídas pela conveniência individual. Tais como mercadorias em uma prateleira, as versões da verdade são selecionadas por cada um para comporem as narrativas nas quais acreditam *a priori*. Há verdades para todos os gostos, deuses para todas as crenças, fatos para todas as ideologias. Tudo é negociável, tudo é flexível.

Em sua longa trajetória, a humanidade não cessa de criar e enfrentar duros obstáculos. Estes são tempos de enormes rupturas sociais, erosão de valores e incertezas quanto ao presente e ao futuro que se deseja construir. Tempos de avanços jamais anteriormente concebidos e realizados, mas também de agravamento nas assimetrias e conflitos mundiais, de erosão da solidariedade e conseqüente aprofundamento do individualismo. “Modernidade líquida”, segundo expressão de Bauman (2001), em que tudo é fragmentado, mutável, imprevisível, descartável e fugaz. Tempos de desassossego, perplexidades e perdas de referências valorativas. Segundo Hobsbawm (2013, p. 9-10), tempos fraturados, “uma época da história que perdeu o rumo e que nos primeiros anos do novo milênio, com mais perplexidade do que lembro ter visto numa já longa vida, aguarda, desgovernada e desorientada, um futuro irreconhecível”.

Há um aumento significativo das riquezas materiais, mas é indiscutível a enorme supremacia do incomensurável incremento do capital intelectual e da riqueza imaterial, cujo valor econômico é muito superior ao valor dos bens materiais. Em texto de 2010, Bucchi (2010) informa que na atividade de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico estariam empenhados cerca de cinco milhões e setecentos mil pesquisadores e mais de um bilhão e cem milhões de dólares (NATIONAL SCIENCE FOUNDATION, 2010; OCDE, 2009 apud BUCCHI, 2010, p. 20). O desenvolvimento exponencial da *Big Science*, fortemente vinculada aos processos de industrialização, especialmente aos empreendimentos bélicos, acarretou grandes transformações mundiais após a segunda grande guerra.

A ciência cumpre papéis ambíguos. Tanto pode servir à melhora da vida humana, como também pode estar colaborando com o aprofundamento e a difusão das desigualdades, do ódio e da destruição. Entre ciência e guerra muitas vezes existem poderosas alianças, no financiamento, na pesquisa e na produção de armamentos altamente sofisticados.

Além disso, é nada desprezível o grande poder de determinação econômica e política de uma elite de cientistas ligados a empresas e grupos de corporações globais. Essa elite determina ao sistema internacional de cientistas o que deve ser pesquisado, o que é científico e tem valor de ciência e como deve se dar a distribuição e a apropriação dos saberes e produtos. No limite, não é a sociedade em geral quem está definindo qual é o conhecimento verdadeiro e o que é importante para a vida humana. Exemplo disso são as grandes corporações financeiras que, nas últimas décadas, compraram as bases e revistas científicas, como *Nature*, *Springer*, *Elsevier*, *Scopus*, *Web of Science*, etc. As holdings que detêm as ações de corporações, como *RELX Group*, possuem relações com indústria de segurança, saúde/genômica, agricultura, dentre outras. É visível que os mecanismos de dominação da ciência e tecnologia se tornaram mais agressivos. A hipótese é que, se antes o financiamento direto a determinados grupos científicos bastava para implementar a economia do conhecimento, agora as corporações entenderam que deter o “controle” das revistas científicas, tão almejadas pelos cientistas do mundo todo, surte efeito de atração e direcionamento da pesquisa em escala maior. As revistas direcionam, por meio do que elas querem publicar, linhas de pesquisa. Os cientistas querem entrar para a elite de cientistas. Para isso, somente mediante aceitação das “grandes” revistas científicas, os cientistas podem alcançar o “legítimo” reconhecimento dos pares.

Cabe aos “senhores dos sistemas técnicos”, termo usado por Feenberg (2002), definir a direção dada ao progresso tecnocientífico em um arranjo hierárquico que furta da maior parte da humanidade a possibilidade de participar de importantes decisões a respeito da ciência e da tecnologia. Os benefícios dessas conquistas científicas e tecnológicas não são distribuídos com equidade e justiça na sociedade. Ricos são cada vez mais ricos e poderosos (1% possui a soma de recursos dos 51% restantes). Pobres, oprimidos, vulneráveis e desassistidos de todo tipo são crescentemente mais numerosos; aprofundam-se as misérias, a fome, os conflitos, a indigência, a degradação ambiental, os desvios morais, enquanto cresce absurdamente a riqueza de alguns grupos e de algumas gigantescas corporações.

A ditadura da economia neoliberal, ao disseminar as regras do movimento global das finanças, tem um efeito perverso sobre a política. Segundo Bauman (1999, p. 74), “o significado primordial do termo ‘economia’ é o de ‘área não política’”. Para ele, na atual conjuntura, o Estado não pode se imiscuir em nada que se relaciona com a vida econômica. “Qualquer tentativa nesse sentido enfrentaria imediata e furiosa punição dos mercados mundiais”. Também em consequência do desmantelamento do Estado, emerge o indivíduo possessivo em substituição ao cidadão.

Os papéis epistêmicos e éticos da ciência tendem a submeter-se às normas gerais da economização da vida humana. Uma das principais vítimas é a área de conhecimentos humanísticos, cujo poder de crítica e reflexão sobre os sentidos da sociedade se tornam bastante esmaecidos. O embotamento da reflexão se dá num quadro que Bauman (1999) chama de “verdades autoevidentes”. Essas “verdades” se arvoram o poder de explicar o mundo, sem que elas mesmas precisem ser explicadas. “Ajuda a afirmar coisas sobre o mundo sem serem mais vistas elas mesmas como afirmações, quanto mais objetos de discussão e argumentação” (BAUMAN, 1999, p. 13-14).

Sem a ciência, não teríamos sequer uma compreensão ampla e clara de nossos problemas; sem a tecnologia, poucos recursos teríamos para resolvê-los. Os fantásticos avanços nos campos da ciência-tecnologia-informação produzem um espetacular salto de modernização e dão mais eficiência às atividades nos campos de saúde, educação, indústria, agricultura, economia e assim por diante, mas também estão na origem de novos e importantes problemas para a Humanidade: “justamente com seus êxitos, parecem crescer desproporcionalmente também os riscos de evolução técnico-científica” (BECK, 2011, p. 236).

De todo modo, é importante não abdicar dos sonhos, da esperança e da utopia. Rojas Mix (2003, p. 127), referindo-se à universidade, mas perfeitamente aplicável à educação em geral, diz: “Universidade não pode renunciar à Utopia porque seu projeto de futuro só pode ser o de uma sociedade melhor e seu compromisso ético na sociedade democrática não pode prescindir de formar um cidadão mais humano”. É do acréscimo de humanidade que se trata, sem falsas crenças, mas com conhecimentos, esperança e sonhos.

O papel das instituições de educação, assim, é preservar um lugar para a esperança. Há muitos que hoje atacam a missão civilizatória da educação, advogando por modelos de formação estritamente técnicos e instrumentais. Ao fazê-lo, tolhem a possibilidade de construção das utopias, pois estas necessariamente se apoiam no desenvolvimento das condições morais e éticas da sociedade, transcendendo, pois, a dimensão estritamente material do progresso.

A educação é movida pelos ideais de vida melhor, porém, não só de sonhos a vida é feita. A edificação humana também requer, e muito, o uso da razão e da ciência. O desenvolvimento da Humanidade se exerce com sabedoria, conhecimento e capacidade crítica, com o saber fazer e a compreensão do significado do fazer, com o desenvolvimento do pensamento e da ação consequente. Mas isso só pode ocorrer porque existem os anseios da elevação humana.

Se a ciência não é feita para melhorar a vida das pessoas em geral, se apenas voltada ao lucro de empresas e dos ricos, muito pobre seria sua razão de existência, se é que alguma justificativa lhe restasse. Se a universidade negligenciar esse objetivo, comete um grave desvio de função que compromete sua missão social e seus fins essenciais. Chauí (2003) afirma que a universidade deixaria de ser uma instituição social, passando a ser uma organização fechada em si na execução de objetivos e metas, parametrizadas em organismos internacionais, que buscam compatibilizar a produção de conhecimento – a ciência e a tecnologia - a uma mercadoria. Retomando Michel Freitag em “*Le naufrage de l’université*”, Chauí (2003) descreve essa organização da seguinte forma:

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro-organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. A heteronomia da

universidade autônoma é visível a olho nu: o aumento insano de horas/aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios etc. (p. 7).

É inegável que a economia tem importância central na vida humana. Entretanto, ela não deve ser considerada a razão de ser da humanidade. Contrariamente à ideologia e à política hegemônicas, não é ela que há de determinar o modo de ser da sociedade; ao contrário, é a sociedade que deve determinar o funcionamento da economia, em prol da concretização do bem comum. Se a universidade aderir à determinação exclusivista da economia de mercado, ela também se torna responsável pela ignominiosa desigualdade social e pela erosão dos valores que dão sentido e direção à vida humana. Consequentemente, também se torna responsável por processos de esboroamento do ecossistema natural-social.

Não é o caso de deslegitimar o desenvolvimento de empresas e empresários, desmerecer a necessidade da competitividade internacional, obstar em bloco os avanços tecnológicos e as vantagens da modernização etc. Trata-se de assegurar que a economia propicie empregos apropriados, atendimento adequado à saúde, segurança, transporte, desenvolvimento do capital de conhecimentos, relação respeitosa com o meio ambiente, justa distribuição de recursos materiais e imateriais e tudo o mais que constitui a ética da vida digna.

São bem distintas as lógicas que deveriam nortear a universidade e as empresas do mercado. Os objetivos primários da instituição universitária consistem no desenvolvimento sustentável da condição humana, pela formação profissional, intelectual, artística, moral, política e ética. Nas empresas, busca-se otimizar os lucros, a ganância, os proveitos individuais, o enriquecimento material ilimitado, não importando, muitas vezes, os conteúdos e formas de alcançá-los. As empresas obsessivamente movidas pelo objetivo da acumulação sem limites têm o lucro como última fronteira.

Na lógica empresarial, a competitividade é um valor a ser desenvolvido pelos atores educacionais. Segundo essa lógica, a função primordial da universidade seria aumentar a competitividade na relação capital-capital (concorrências entre os capitalistas) e na relação capital-trabalho (entre patrão e empregados). Ser competitivo, portanto, é querer sempre estar à frente e acima dos outros. Mais educado seria, então, o mais competitivo, não se levando em conta que não são iguais e justas para todos as condições de partida e as circunstâncias ao longo da vida. Se a universidade se curvar a essas determinações, mais se identificará com uma empresa capacitadora de empresários e empreendedores e menos com uma instituição educativa formadora de cidadãos solidários e compromissados com a construção e o desenvolvimento das condições de sobrevivência da civilização.

Ser cidadão é ter direitos civis, políticos e sociais, mas é também ter o dever de agir em favor dos princípios de justiça social a organizar a vida coletiva. A Humanidade não é uma dádiva já pronta e acabada. Há que se cuidar dela diuturnamente. Ninguém escapa ao mundo das contradições e paradoxos humanos. Mesmo quando a vida das pessoas é guiada pela esperança e pelos ideais de transcendência humana, ela está irremediável e permanentemente marcada pelas contingências da miséria, das injustiças sociais e das ameaças de novos tipos de barbárie.

Mais que produzir ricos, deve a universidade produzir riquezas com valor social. Não lhe cabe reforçar o modelo único de sucesso e de progresso, onde o mais rico é o mais poderoso, e não o mais solidário, honrado e honesto. Como todo bem público, a educação há de ser o quanto possível de qualidade, não apenas para setores sociais já privilegiados, mas para todos. A bem dizer, por uma questão de justiça e equidade, são os indivíduos mais vulneráveis e tradicionalmente desprotegidos os que mais merecem uma educação de qualidade. Isso impõe a exigência de o sistema educacional ser acessível a todos.

Para ser forte e mais igualitária e justa, uma sociedade precisa ser constituída pelo máximo possível de indivíduos com elevada formação profissional e intelectual. Por tudo isso, a educação deve ser vista não só como um direito dos indivíduos, mas também como um aprofundamento dos valores democráticos, consolidação da soberania e da identidade nacionais, o que exige também que se respeitem os conhecimentos e práticas tradicionais, partes fundamentais da cultura de diferentes povos. A educação é fundamental e central no que se refere ao desenvolvimento econômico, que é o alicerce e a coluna mestra

da edificação de um país desenvolvido e soberano. Porém, é necessário que a sociedade discuta mais profundamente o significado de economia vigente.

Exacerbando os processos de individualização hoje intensamente vigente, “torna-se poroso o conglomerado social, a sociedade perde consciência coletiva e sua capacidade de negociação política. A busca de respostas políticas às grandes questões do futuro fica sem sujeito e sem lugar” (BECK, 2008, p. 25). Não se dá a devida atenção à proliferação dos conflitos, da violência moral e física, da matança e das guerras, da riqueza obscena de alguns e a absurda e desumana miséria de muitos. Está amplamente instalada a ideia de que tudo isso é natural e necessariamente integrado a estes tempos como dimensões do que falsamente vem sendo chamado de “progresso”, “desenvolvimento”, “modernização”.

A popularização mundial de alguns instrumentos de comunicação, que faz parte da “sociedade da informação”, é frequentemente designada pela expressão “sociedade do conhecimento”. Equivocadamente, dissemina-se a crença, tida por muitos como verdade, segundo a qual o domínio universal dos meios informáticos seria o substituto da democracia representativa. Naturalizou-se universalmente a ideia de que todos os indivíduos têm ampla e instantânea informação sobre tudo e, então, podem manifestar-se livremente sobre qualquer coisa, utilizando-se, em geral, de pouquíssimas e descuidadas palavras e esfarrapados conceitos. Pouco importa se faltam os fundamentos e a reflexão sobre os significados dos fenômenos. Diante de notícias fragmentadas e nem sempre rigorosas, as posições individuais são desconectadas, liquefeitas e efêmeras. Confunde-se a profusão de informações instantâneas e eivadas de alto grau de subjetivismo, com conhecimento. O excesso de informação caótica produz tensões e obscurece a capacidade de compreensão e discriminação.

Por sua vez, a expressão “sociedade do conhecimento” sugere a ilusão de que usufruímos de um sistema com elevada e livre participação das pessoas na construção de uma sociedade com altos padrões de desenvolvimento. Segundo crença amplamente divulgada, tratar-se-ia de um sistema democrático e criador de novas possibilidades de realização para todos aqueles que possuem alguma capacitação técnica.

Porém, as coisas não são bem assim. O que há são as sociedades de mercado, que oferecem pouca margem de livre criação para além das lógicas e interesses das corporações e das decisões das elites internacionais. Ademais, a técnica pode ser uma interessante conquista dos homens, mas seus produtos são sujeitos a uma rápida obsolescência (programada, muitas vezes, por aqueles que projetam e desenvolvem as mercadorias que consumimos). O equipamento técnico que se produz hoje, em muitos casos, já nasce obsoleto, demandando substituição, alimentando, assim, o consumismo e a ideia de rápida mudança, sem que a maioria dos usuários ou consumidores tenham tempo para compreender os sentidos das transformações. Espalha-se a crença de que o novo é melhor, mais moderno, mais atualizado, e possuí-lo antes que os outros é símbolo de destaque social.

A atual “sociedade do conhecimento” não corresponde aos anseios de uma humanidade democrática, culta e justa, na qual o conhecimento seria patrimônio de todos e superaria obstáculos ao impulsionar o desenvolvimento humano e a qualidade da vida social em suas diversas dimensões. Isso não se realizou. Juntamente com indiscutíveis benefícios, também proliferam grandes malefícios. Na sociedade do conhecimento, ainda não realizada, a ciência, a tecnologia, a inovação e a informação não estão a serviço de minorias. Promovem um rápido progresso nas esferas econômicas e financeiras das camadas ricas, em detrimento dos valores da subjetividade e das condições básicas de uma vida coletiva saudável e realmente sustentável.

Hoje, em razão da grande volatilidade dos conhecimentos e da necessidade de constante adaptação do capital e do trabalho, é necessária uma forte formação da inteligência. Formação cidadã e formação profissional são correlativas e coessenciais nos processos de constituição de sujeitos sociais orientados pelos imperativos morais do bem comum. Profissionais competentes técnica e eticamente são imprescindíveis para a sustentabilidade do desenvolvimento econômico e intelectual da sociedade. O progresso material, desde que assentado em valores humanos de dignidade e respeito ao bem comum, é um dos objetivos alavancados pelas aspirações e projetos das pessoas. Sem o desenvolvimento técnico-profissional, submetido à ética e à moralidade públicas, são escassas as possibilidades de existência de indivíduos razoavelmente realizados e de um país solidamente sustentável.

A universidade, como instituição educativa, não pode ser instrumento de regressões e destruições. Ao contrário, através do desenvolvimento técnico-científico e da formação profundamente ética, compete-lhe preservar a natureza, que é patrimônio de todos, como bem inalienável e fundamental para a vida humana. Ela deve dedicar-se com denodo, de acordo com seus limites e possibilidades, ao desenvolvimento econômico, porém como instrumento de humanização. O desenvolvimento não deve ser medido apenas segundo os critérios e indicadores da economia. O desenvolvimento é, antes de tudo, evolução de todas as dimensões do ser humano na trajetória das tarefas civilizatórias. O necessário e desejável aumento de produtividade há de ser fator de mais equidade e justiça social. É imperioso evitar que o progresso material se faça destruindo as fontes da natureza que sustentam as possibilidades de vida humana.

A sustentabilidade não é apenas uma questão de caráter técnico ou econômico. Antes de tudo, é um princípio ético e político. Porém, infelizmente, esses princípios já não gozam de prestígio na presente sociedade de consumo. Certamente a tecnologia é imprescindível ao mundo contemporâneo. Faz parte dos movimentos da vida cotidiana dos indivíduos, das sociedades e dos países. Pessoas e povos que não dominam as novas tecnologias e não têm acesso ao conhecimento incessantemente produzido estão inevitavelmente fadados à marginalização. Entretanto, não é pura positividade, muito comumente desrespeita a ética e os princípios do bem-estar coletivo.

A ciência muitas vezes segue ritmos lentos, cautelosos e adequados ao objeto específico a que ela se dedica. Por exemplo, a cura do câncer não é matéria científica que se resolve rapidamente e fora de um ritmo temporal que lhe seja adequado. Essa administração mais cuidadosa do tempo dá origem a tensões e pressões. Ao contrário, a tecnociência é voraz e opera com o imediatismo, mesmo que isso lhe custe os constantes mecanismos de autofagia e rápida obsolescência. O imperativo da geração de lucros crescentes, assim, constitui um tempo distinto daquele em que a ciência muitas vezes é capaz de operar.

O conhecimento é o principal capital para a hegemonização da globalização da economia e de sua lógica a formatar globalmente a assim chamada sociedade do conhecimento e da informação. A concepção de homem e de humanidade dominante requer, para sua expansão e dominação, um modelo de educação superior que ofereça os instrumentos e as bases conceituais, teóricas, ideológicas, científicas e técnicas que lhe seja adequado. A universidade, em seu labor de formação humana e de produção científica e tecnológica, tem que ancorar-se nos valores da pertinência e dos compromissos sociais que vinculam as pessoas a suas realidades concretas. Pertinência e relevância são critérios de grande importância para a efetivação da qualidade da educação. São dimensões de algo muito amplo e, por vezes, contraditório, da qualidade social da universidade.

Impossível reunir consensos a respeito dos conceitos de qualidade. Quanto muito se conseguem entendimentos relativos em aspectos parciais e em círculos de atores bem circunscritos e delimitados. Como tudo o que é social, qualidade universitária é uma questão atravessada de subjetividades, interesses, ideologias. Sua conceituação jamais é neutra, desinteressada, absoluta e definitiva.

São de extraordinária complexidade as disputas políticas e ideológicas a respeito da educação, especialmente a de nível superior. Isso faz parte da sinergia entre a economia neoliberal informacional e a noção vigente de progresso material da sociedade, o que torna a educação, especialmente a universitária, um campo de alta relevância como motor do desenvolvimento econômico em todo o mundo. As contradições de caráter social não são simples. Há um estreito entrelaçamento de caráter epistemológico, econômico, político, ideológico, moral e, sobretudo, filosófico.

O conjunto de contradições e demandas divergentes explica, em grande parte, as crises que atravessam as universidades atuais. Nenhuma instituição consegue atender a todas as demandas e contradições sociais de todo tipo. Além disso, é impossível acompanhar a crescente velocidade, às vezes de cunho autofágico, que caracteriza a produção de conhecimentos e aplicações técnicas. As instituições de formação integral e de produção de conhecimentos são obrigadas, pela lógica da economia neoliberal global, a priorizar o desenvolvimento do sistema produtivo, tanto no que se refere ao modelo de ciência e tecnologia, quanto relativamente à organização de habilidades e competências exigidas nas empresas.

A universidade não é o único *locus* de produção e divulgação de conhecimentos. Pesquisas realizadas em gigantescos laboratórios internacionais trazem importantes ganhos comerciais para empresas privadas

que as mantêm. Mas fora dos muros universitários também há importantes instituições públicas que aportam significativos produtos para a sociedade em geral em diferentes áreas, notadamente na saúde, na agricultura e na indústria, com fortes impactos sobre a economia.

A universidade não tem exclusividade na geração e disseminação dos conhecimentos e de seus produtos, mas ela é a instituição mais bem aparelhada para dar um relativo sentido de unidade e organização a essa produção. Organiza os conhecimentos em disciplinas, abre nexos de interdisciplinaridade, incentiva a inovação tecnológica e didático-pedagógica. Além disso, ela é uma instituição privilegiada para gerar conhecimentos sobre os conhecimentos, cuidar da fundamentação científica, criticar os eventuais desvios teóricos ou éticos, refletir sobre o valor do ensino, das aprendizagens e da socialização dos saberes e atitudes. Assim se coloca como instituição apta a compreender e criticar, ainda que limitada e não consensualmente, as transformações da sociedade global, prever possíveis horizontes futuros e, idealmente, contribuir para a constituição de uma real sociedade do conhecimento, democrática e inclusiva.

O processo educacional que impulsiona a formação humana se constitui de conhecimentos, valores, ciência, técnica, moral e práxis. Não se trata de processo pacificado, pois a conflitualidade é inerente à natureza social humana e às suas instituições. Para evoluir culturalmente, toda sociedade precisa desenvolver estruturas sólidas não apenas de ciência, mas, sobretudo, de moral. Bento (2012, p. 41) sintetiza a pauta: “As sociedades somente são moralmente aceitáveis se não assentarem na desigualdade intencional. Mais, somente são eficientes se forem equitativas. E, ainda, os cidadãos somente são livres se forem minimamente iguais”.

Uma nova área de estudos e de práticas se abre à universidade no tocante à sustentabilidade ambiental e criação de melhores condições de vida para todos. Dentre muitas outras tarefas, a universidade e demais instituições científicas têm amplos recursos cognitivos e instrumentais para pesquisar e propor ações relativas à sustentabilidade energética, à gestão ambiental, à economia de baixo carbono e de uma nova cultura popular de preservação e relação saudável com a natureza. A sustentabilidade da vida natural e social passa por uma reconceituação de “desenvolvimento” e de “progresso” que atenda as mais ricas dimensões humanas, e não restritamente assentada na economia.

Economia é hoje uma ciência complexa, mas é interessante consultar suas raízes etimológicas: no grego clássico, *oikos* significava a casa, o lar, o ambiente em que se vive; *nomein* referia-se à administração, direção, organização. Economia, seria, portanto, algo como organização ou administração da casa comum. Hoje, mesmo abrangendo sistemas muito mais amplos e complexos, não deveria afastar-se da ideia de gestão equilibrada da casa comum da qual todos devem cuidar. Sem os devidos cuidados de todos, precárias são as condições no presente e não há sólidas garantias de vida saudável no futuro.

São muitos os benefícios das pesquisas dedicadas à sustentabilidade do ecossistema e, sobretudo, das ações que daí se derivam. Novas tecnologias que venham a ser ativadas para a redução de emissões de carbono têm impacto sobre a indústria, a agricultura, a saúde pública, o clima e, nada desprezível, têm potencialidade de geração de novos empregos. Portanto, são importantes para o bem-estar das populações e para o desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo.

Mas quase nada disso poderá efetivar-se sem que haja a decisiva adesão da sociedade civil. São necessários constantes compromissos e ações positivas de pessoas e famílias dos diferentes setores da economia, da política e da cidadania em geral. É necessário trabalhar para mudar arraigados hábitos de uma longa história de destruição da natureza, a fim de desenvolver uma nova cultura de preservação e de relação saudável e harmoniosa com o patrimônio de vida de toda a humanidade. É inconcebível que a maioria dos povos amazônicos não tenha saneamento básico e aí muitos morrem de sede ou não bebem água potável. Saneamento básico e água potável são de responsabilidade dos governos e dos habitantes locais, mas nenhum fenômeno vital pode restar alheio às preocupações dos universitários e cientistas em geral. Energia limpa, renovável, de baixo carbono, aumento da produtividade agrícola sem prejuízo do desenvolvimento econômico, compostagem de resíduos, alimentos orgânicos, recuperação e exploração adequada de florestas, recuperação de rios e suas margens, políticas de apoio aos direitos e às necessidades de povos ribeirinhos e indígenas, água tratada e potável, educação e consolidação generalizada de uma cultura de respeito às condições básicas da vida, língua, arte e cultura dos diversos povos e grupos étnicos

e muitos outros assuntos devem fazer parte importante dos compromissos sociais da universidade e das demais instituições de pesquisa.

Uma radical mudança cultural passa pelo colapso do neoliberalismo. Coisa ainda quase totalmente improvável, dada a capacidade de renovação do capitalismo, mas realizável dentro dos possíveis humanos. Há atualmente uma grave crise do capitalismo. Cresce aos poucos a consciência da necessidade de reformulação do neoliberalismo. Já se discute em importantes círculos a ideia do Pós-Consenso de Washington. Mas seria grande ingenuidade crer numa derrocada completa do neoliberalismo. Sem alterar os fundamentos políticos, econômicos e ideológicos do atual estágio do capitalismo global, alguns ajustes talvez venham a ser feitos, especialmente por motivo do crescimento massivo do desemprego estrutural e da consequente violência, que são obstáculos ao livre caminho dos lucros e dos poderes.

O cerne dessa crise é a desigualdade. Quanto maior a desigualdade, maior é a dificuldade de a economia de mercado resolver problemas que ela mesma gestou e realimentou: desemprego, fome, ameaças constantes de guerra, graves conflitos entre nações, matança generalizada, degradação moral, crise civilizacional. A tecnologia, instrumento principal da economia de mercado, prometeu uma vida cada vez mais próspera, feliz e inclusiva, e realmente isso ocorreu para uma elite global, mas também ajudou a gerar uma sociedade partida, desorientada, odienta e ameaçada pelos riscos reais dos obscurantismos e da barbárie.

A universidade, a ciência, a tecnologia e a inovação também estão em crise. No Brasil (e certamente também em outros países periféricos), cientistas, milhares deles formados nas melhores universidades do mundo, veem as fontes de financiamento secarem drasticamente. A universidade pública tem sido vitimada por atentados de violência física, restrições da liberdade de pensamento e coerção moral. Laboratórios estão sendo sucateados. A pesquisa no Brasil se tornou irrelevante ao governo e também às empresas, devido a um falso e nefasto entendimento de que pesquisa é coisa de centros avançados.

O desprestígio da formação cidadã e de toda produção intelectual já não causa espanto, em um mundo em crise, que já perdeu a memória do passado e não tem certeza dos rumos do futuro. A tecnologia traz grandes avanços, mas só vive no presente. História e memória pouco significam neste mundo da fragmentação e da fugacidade, da avalanche da banalização de informações indistintamente verdadeiras ou falsas. Sem história e memória, sem a formação que consiga compreender a historicidade cultural da humanidade, sem a visão crítica das Ciências Humanas, sem o valor emancipatório das artes, são escassas as possibilidades de pensar um mundo ainda não imaginado e mais sustentável.

A crise, em suas diversas formas de manifestação, é inerente à universidade e à intelectualidade em geral. A crise incita a crítica, que desapareceu quase por completo da universidade. Ela requer o reconhecimento da pluralidade e dissensos, e só pode prosperar num espaço de autonomia de pensamento e ação. Lamentavelmente, tal espaço de liberdade está sendo constrangido pela ditadura da economia de mercado e as Ciências Humanas e as Artes estão sendo quase banidas das escolas. Emblemático é o caso da filosofia. Proibido pensar, criticar e divergir. Gravíssimas são as violências policiais contra a comunidade universitária, trazendo à lembrança alguns dos anos mais tenebrosos e bárbaros da história brasileira.

Abusos de poder violentando uma instituição educativa são crimes gravíssimos de lesa pátria e vil ofensa à cidadania. São bárbaros, retrógrados e ditatoriais quaisquer atentados contra um patrimônio da sociedade cuja vocação é exercer pacificamente a liberdade, combater o obscurantismo e todas as forças que obstam a transcendência humana. As universidades públicas estão seriamente ameaçadas, no Brasil. Estão sendo vítimas de violências policiais apenas vistas em estados de exceção, asfixiadas por drásticas restrições orçamentárias, coagidas moralmente pelo mercado e pelos setores mais autoritários e repressivos do governo, apequenadas por sórdidas campanhas na mídia, insidiosa propagação ideológica negativa, estudos e recomendações estapafúrdios do Banco Mundial, tudo aplainando caminhos para uma ampla privatização da educação superior. Coerções às universidades públicas atentam contra a humanidade, a pátria, a cidadania, a inteligência de um povo e põem em risco a sustentabilidade da vida humana irmanada com a natureza em geral.

Respeitados seus limites e suas missões, a universidade não pode eximir-se de prestar sua colaboração ao desenvolvimento da sociedade como um todo, por meio da ciência e da formação integral do ser humano, enquanto sujeito responsável por melhores condições de transcendência da Humanidade. Os desafios são complicados e complexos, reais são os seus limites e suas fragilidades para vencer as tormentas da barbárie e superar os gigantescos problemas que atingem o centro de sua existência. Mas não se abandone à inércia e à descrença. Alguma coisa conseguirá fazer para que a Humanidade não se descarrile tanto. Por difícil que seja acreditar nas potencialidades humanas, por mais vilipendiadas que sejam, ainda e sempre deve restar a esperança de vida mais digna.

Não se deve subestimar o potencial emancipatório da civilização. Não só de baixios e vilanias se constitui a espécie humana. Se pomos nossos sonhos nas estrelas, cuidemos para dar-lhes sustentação e seiva de vida. O essencial é barrar a obra renitente de deterioração da humanização e edificar, com solidez de princípios e ações consistentes, a casa planetária em que toda a família humana possa conviver solidariamente. Crimes contra o ecossistema são crimes contra nós mesmos, pois estamos na natureza e a natureza está em nós. Não há como separar-nos dos nossos semelhantes e de tudo o mais que existe na terra. A existência humana é sempre uma coexistência.

Referências

- ARAÚJO, Hermetes Reis. **Tecnociência e cultura**: ensaios sobre o tempo presente. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BECK, Ulrich. **Qué es la globalización**. Falacias del globalismo, respuestas a la globalización. Buenos Aires: Paidós, 2008.
- _____. **Sociedade de risco**. Rumo a uma outra modernidade. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BENTO, Jorge Olímpio. **Corrida contra o tempo**. Posições e intervenções. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- BUCCHI, Massimiano. **Scienza e società**: Introduzione alla sociologia della scienza. Nuova edizione riveduta e aggiornata. Milano: Raffaello Cortina Editore, 2010.
- CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educac'ão**, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003.
- FEENBERG, Andrew. **Transforming technology**: a critical theory revisited. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. In: SAID, Edward W. (Org.). **Humanismo e crítica democrática**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HOBBSAWM, Eric. **Tempos fraturados**: cultura e sociedade no Século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- ROJAS MIX, Miguel. Los nuevos desafíos para la democracia: una perspectiva latinoamericana. In: BROVETTO, Jorge; ROJAS MIX, Miguel; PANIZZI, Wrana Maria (Org.). **A educação superior frente a Davos/La educación superior frente a Davos**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.
- SAREWITZ, Daniel. **Frontiers of illusion**: science, technology and the politics of progress. Filadélfia: Temple University Press, 1996.

A universidade e seu rosto precário: do desassossego à utopia

Helena Cristina Baguinho Bento¹
Teresa Cristina da Silva Teixeira Marinho¹

*Cidadania é dever
De povo.
Só é cidadão
quem conquista o seu lugar
na perseverante luta
do sonho de uma nação.
É também obrigação:
a de ajudar a construir
a claridão na consciência
de quem merece o poder.
Força gloriosa que faz
um homem ser para outro homem,
caminho do mesmo chão,
luz solidária e canção.
Thiago de Mello, Cidadania*

Um outro olhar sobre a Universidade

Tendo em conta o desnorte humano, pedagógico e científico que se tem vindo a instalar no seio das universidades, torna-se essencial perceber para onde nos tem conduzido a visão empresarial que recai sobre as mesmas, retirando-lhes legitimidade, autonomia e liberdade.

O academismo parece irremediavelmente rendido aos ditames de uma moda assente na competição desenfreada em detrimento da cooperação, na era do artigo métrico e científico, na irracionalidade que o medo provoca em relação ao outro, no endeusamento do *ranking* e do desesperado reconhecimento a nível nacional e internacional, nas relações vazias e calculistas, na ânsia de poder e no pavonear de vaidades que se constituem como enfermidades que resultam numa estagnação cultural, intelectual, social e humanista da mesma.

Todo este panorama, ao invés de contribuir para a solidez dos alicerces que catapultam as faculdades para um nível elevado de edificação ética e estética, parece estar a favorecer o ambiente que Bauman (2000) qualifica de estado “líquido”, afastando irremediavelmente a academia do caminho da probidade, da virtude, da responsabilidade e do compromisso. A raiz do nosso desassossego não se contenta com a aceitação passiva desta realidade, que tanto dano faz à instituição e às pessoas.

Creemos que é necessário repensar a forma como nos estamos a comportar e as posturas que temos vindo a adotar, para que a transformação de todos estes valores em decadência possa resultar num momento de felicidade, motivação e diálogo franco e aberto entre os seus intervenientes. Para tanto, depositamos a nossa esperança numa formação que prime pela elevação ontológica da pessoa humana, pelo entendimento primoroso da vida, pela elevação da humildade e da forma simples de existir, pelo respeito por nós próprios, pela natureza e pelo outro e pela construção sólida de um bem comum e de um

¹ Doutoradas em Ciências do Desporto Faculdade de Desporto da Universidade do Porto (UP), Portugal.

tempo e um espaço onde todos possamos viver em plenitude e harmonia. Surge à luz Ortega y Gasset (2002, p. 20) a este propósito: “o Ser da vida é um *fazer*, melhor ainda, um *fazer-se*”. Acreditamos que essa formação não estará completa se não existir um investimento profundo nas disciplinas do pensamento, as mesmas que não nos asfixiam e nos formatam na mesmice, mas que nos permitem voar para pensar com substância, para criar, para partir à aventura, para sonhar, para realizar as nossas utopias, para viver sem amarras e sem medo do desconhecido.

É urgente considerar seriamente a importância da assunção de posturas morais e éticas por parte de cada um de nós, invocando para tal a relevância da filosofia, da literatura, da poesia, da comunicação, da beleza da palavra, do livro e do ensaio, como parte integrante da vida e do saber viver. Tal como nos relembra Edgar Morin (2002), a cultura das humanidades estimula a reflexão. Prescindir desta vertente amputa o entendimento do que nos rodeia e nutre cada vez mais a nossa solidão e cegueira perante a nossa condição.

O espírito crítico, autónomo, idealista e em liberdade é atirado por terra e constantemente olhado de soslaio pela moda vigente, que nos asfixia sem perdão: a total subserviência, o medo que arrasta a voz e o olhar, a submissão desmedida (ao ponto de se perder a dignidade e o prazer de se ser humano), o assédio moral e sexual, o desrespeito, o insulto rasteiro, o (des)mando feroz e sem sentido, o vilipêndio e a humilhação dos “fortes” sobre os “fracos”, a criteriosa seleção de quem nos acompanha na triste figura de arrasar quem não se curva inteiramente perante a “vã cobiça de mandar”, os suspeitáveis desejos e as estólicas vontades.

Hoje, e mais do que nunca, torna-se curial (re)pensar de que modo é possível tornar o ser humano a nossa principal preocupação. Urge perceber onde fica o homem no meio de tanta ação política predadora e desumana; de um devir tecnológico que parece fazer prevalecer o número e a fita métrica em detrimento da vulnerabilidade humana; de um cenário impiedoso e maquiavélico onde o grotesco e a vileza consomem deliberadamente o coração humano.

O que aqui se busca é uma exegese que se abeire do gesto ético e estético e que represente uma proposta de (re)invenção do humano, levando-nos a ponderar em conjunto que tempos são estes que vivemos. É um apelo à nossa sensibilidade, à nossa fundura, à nossa probidade. É um retrato crítico do que se passa à nossa volta, pretendendo encarecidamente que se supere o arrivismo e a indolência e que se abra os olhos, a razão e o coração ao renascimento de arrojados estados de consciência que não se deixem subjugar pela leviandade moral e ética que se instalou sem pretender arredar pé.

A Universidade não pode prescindir de uma cidadania ativa e capaz de pensar profundamente os problemas que a afetam e diminuem. Impedir a diversidade no seio do espaço académico é o mesmo que impedir a sua realização humana e identitária, que por sua vez se estende ao outro permitindo a construção de um espaço comum sólido, justo e fraterno.

O homem deve ter consciência do quão importante é o seu feito para que este mundo seja esculpido com brio e intensidade.

É o ensino superior estúpido?

A transparência há muito que se instalou na nossa sociedade, não a tão benquista e desejada transparência face à corrupção e liberdade de informação, mas aquela outra que apoderando-se de todos os factos sociais os submete a uma transformação profunda, subordinando as ações aos processos do cálculo, da direção e do controlo, desapossando de toda e qualquer singularidade e constringendo a sua expressão meramente na dimensão do preço (HAN, 2014).

O mesmo sucede na Universidade onde hoje podemos observar a oratória e a conduta universitária centradas (e refêns) na gestão e na eficiência e já não nas ditosas qualidade e liberdade académicas.

Esta centralidade do ensino superior nas questões financeiras, aplicando amorfa e imponderadamente métodos e técnicas similares aos empresariais, onde o silenciamento de opiniões dissemelhantes, tidas como não conformes, acompanhado do medo de as expressar, bem como a fragmentação temática,

associada à excessiva valorização de umas ciências e detrimento de outras, num ambiente de competição desmedida onde os resultados e interesses individuais se sobrepõem e aniquilam os do grupo, coloca em causa e em perigo o futuro do ensino e, por consequência, o futuro da humanidade.

A liberdade de pensamento e expressão está a ser alvo de uma investida cruel, irresponsável, despótica e egocêntrica. John Stuart Mill (2010) adverte para os perigos do silenciamento das opiniões, uma vez que ao eliminar as opiniões por via da autoridade pressupomos que é verdadeiro o que se afirma e falso o que se cala, ou seja, entende-se que há infalíveis com certezas absolutas. Acontece que a verdade, apenas por o ser, não prevalece por si só, ela instala-se no comportamento e confronto de opiniões, ganhando uma resistência aos ataques tendente à sua eliminação.

Sabendo que “a pluralidade é condição de ação humana pelo facto de sermos todos o mesmo, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” e que “ser visto e ouvido por outros é importante pelo facto de que todos se veem e ouvem de ângulos diferentes” (ARENDETT, 2001, p. 20-72), entendemos que o bem estar da humanidade, depende do seu bem estar mental e este assenta inteiramente na liberdade de expressão e opinião (MILL, 2010).

Morin (2002, p. 32) acautela-nos para a imprescindibilidade da luta contra as ideias e da necessidade de rever as nossas práticas e os nossos conceitos, pois

O poder imperativo e proibitivo dos paradigmas, crenças oficiais, doutrinas reinantes, verdades estabelecidas, determina os estereótipos cognitivos, ideias recebidas sem exame, crenças estúpidas não discutidas, absurdos triunfantes, rejeições de evidências em nome da evidência e faz reinar, sob todos os céus, os conformismos cognitivos e intelectuais.

Contudo a contenda das ideias apenas pode ser feita com recurso a ideias, sendo um “dever capital da educação armar cada um para o combate vital pela lucidez” pese o facto de a “educação para a compreensão estar ausente dos nossos ensinamentos” (MORIN, 2002, p. 19-38).

Ora a dúvida (ou o questionar) é um ato de vontade que constituindo-se num mecanismo intelectual nos ajuda a atestar a certeza do conhecimento e a solidez do arbítrio, porquanto a faculdade de aprender resulta da formulação de perguntas e enunciação de respostas baseadas na crítica e na contestação e não na mera aceitação do estabelecido e decretado, sendo o pensamento sobre o que se pensa tão importante como o saber pensar (SAVATER, 1997).

Tabori (2017) avança com uma explicação para o medo da exposição à crítica pessoal e interpessoal, incapacitando a formulação de juízos e a tomada de decisões independentes, levando à negação de conhecimentos e factos suficientemente compreendidos. A par do servilismo, da bajulação e da submissão, existentes e persistentes ao longo dos séculos, não sendo nem invulgares, nem surpreendentes, a estupidez é a principal causa.

Diz-nos o autor que “a estupidez é a mola real, tanto nas atitudes anti-sociais como nos casos mais extremos de conformismo” (TABORI, 2017, p. 351) por esta poder representar “recusa indolente, e muitas vezes propositada em nos servirmos do que nos foi dado pela Natureza, como a sua utilização no mau sentido (...) há homens estúpidos que possuem vastos conhecimentos (...) o conhecimento prolixo e exuberante encobre muitas vezes a estupidez” (p. 17).

Entendendo que há matérias onde a diferença de opinião é possível, dependendo a verdade duma paridade entre os grupos de razões contrários, sabemos que a incapacidade da maioria para abraçar a imparcialidade e operar os necessários procedimentos de ajuste e correção, transformam a manifestação de opiniões diversas num campo de batalha (MILL, 2010).

O silenciamento das opiniões impede ainda o surgimento do novo. O novo é fruto da criação, não podendo ser predito, nem antecipado, logo não cabendo em “certezas doutrinárias, dogmáticas e intolerantes (...), pelo contrário, a consciência do carácter incerto do ato cognitivo constituiu uma oportunidade para chegar ao conhecimento pertinente, o qual necessita exames, verificações e convergência de indícios” (MORIN, 2002, p. 92).

Assim, a liberdade de expressão possui quatro fundamentos distintos enunciados por John Stuart Mill (2010):

- 1º As opiniões silenciadas podem ser verdadeiras; a sua negação é uma presunção de infalibilidade;
- 2º As opiniões silenciadas podem ser erradas, mas normalmente contêm uma parte de verdade; só no confronto de opiniões contrárias reside a possibilidade do conhecimento da verdade inteira;
- 3º As opiniões aceites mesmo sendo verdadeiras ou verdades inteiras, não sendo sujeitas a contestação, são aceites sem a devida compreensão dos seus fundamentos racionais, adotada tal como um preconceito;
- 4º Daqui decorre o perigo de esta se perder ou enfraquecer, porquanto não resulta de uma convicção real fundada na razão e/ou na experiência pessoal.

Embora a escravatura formal tenha há muito sido abolida, a escravidão mental, que sempre existiu, persiste, refletindo-se numa sujeição ao poder e à autoridade, vendo-se as pessoas “reduzidas a pedir, a rogar por favores aos amos, umas migalhas aqui e ali” (CHOMSKY, 2014, p. 41).

Podemos argumentar que hoje já não mais se persegue os que pensam de forma diferente da nossa como outrora, contudo, numa análise mais serena e ponderada veremos que o mal que lhes impomos é de igual monta pelo tratamento que lhes damos (MILL, 2010), tendo presente o postulado por Lipovetsky (2010, p. 317) “cada indivíduo, de imediato e em toda a parte quer ser considerado como um semelhante, uma pessoa plena e inteira, com direito de expressão e de respeito, direito ao respeito rigoroso por parte do outro”.

Da relação de afrontamento entre as ciências

Outro dos males de que padece o ambiente académico é a compartimentação do conhecimento científico e a unilateralidade intelectual. Boaventura Sousa Santos (1993) alerta para os efeitos negativos da fragmentação temática e da inutilidade da distinção entre ciências naturais e ciências sociais, porquanto o cientista vê-se transformado num ignorante especializado, não se constituindo a ciência moderna como a única explicação possível da realidade não havendo “sequer qualquer razão científica para a considerar melhor do que as explicações alternativas da metafísica, da astrologia, da religião, da arte ou da poesia”(p. 52).

Morin (2002, p. 47) afirma que “a inteligência parcelada, compartimentada, mecanicista, disjuntiva, reducionista (...) é uma inteligência míope que termina normalmente por cegar” e Agostinho da Silva (In: CORREIA, 2017, p. 208) informa que nas escolas de hoje “o que fazemos é criar cabeças cúbicas (...) nós perdemos essa memória do cúbico, o que dizemos é que a maior parte das vezes, a pessoa sai da escola sendo uma besta-quadrada”.

Damásio (2017) adverte para a escolha do caminho a seguir na educação, um caminho onde os valores humanos e a sua abordagem transcendam a gestão das necessidades imediatas da vida, pois desde Ortega Y Gasset (2001, p. 16) que sabemos que “o mais necessário é o supérfluo”, tendo a vida triunfado “no planeta terra graças ao facto de, em vez de se atender à necessidade, ter sido inundada por exuberantes possibilidades, permitindo que o fracasso de um sirva de parte para a vitória e outro”. A respeito da condição humana Morin (2002) postula que esta deveria ser propósito basilar de todo o ensino, onde o conhecimento se constitui como preparação para enfrentar os riscos manentes do erro e da ilusão, como arma de recontra capital pela lucidez, porquanto é necessária uma “inteligência geral apta a referir-se ao complexo, ao contexto, de forma multidimensional e numa concepção geral” (p. 43).

Acontece que para o emprego da inteligência geral há a necessidade do uso da curiosidade, curiosidade essa que se silencia e extingue quando apenas se apresenta e aceita um ponto de vista e não se promove o debate e a discussão. A unilateralidade intelectual não é vantajosa, ela encerra em si a resignação, o suicídio quotidiano anunciado por Honoré de Balzac (1799-1850), deixa o indivíduo à mercê da mentira e inverdade, torna-o refém da sua ignorância.

Ora “o sentido da educação é conservar e transmitir o amor intelectual ao humano” (SAVATER, 1997, p. 124), mas aparentemente a gestão do fluxo de conhecimentos impele a uma rápida classificação, uma vez que a “exaustão provocada pelo excesso de factos recomenda uma fuga para as crenças e opiniões predefinidas, em geral as do grupo a que o indivíduo pertence” (DAMÁSIO, 2017, p. 294), ou seja a máquina de autómatos anunciada por Leonardo Coimbra (2004, p. 129):

Lançar nos espíritos vulgares uns tantos conhecimentos científicos, cujo valor e alcance filosófico não suspeitam, é fabricar esses pedantes cínicos que todos conhecemos, recitando fórmulas abstractas obstrusas sobre qualquer caso concreto interessando profundamente a vida. Levados para um mundo oco de conceito, cuja realidade não farejam, aí vivem secos, afastados dos homens e da vida.

Um dos grandes físicos modernos, Victor Weisskopf (1908-2002), quando questionado sobre os temas que o seu curso iria abordar, respondia com a irrelevância do abordado, face ao que os estudantes iriam aprender a descobrir, atribuía primazia ao que se descobre sobre o que se cobre, porquanto essa competência pode ser transportada para outros domínios que não o académico e/ou científico. Bruce Alberts (1938), bioquímico, afirma (em editoriais na revista Science) que a educação científica, da forma como está sendo organizada, elimina todo e qualquer interesse pela ciência, uma vez que esta tem vindo a extinguir o entusiasmo da descoberta.

E o que tem de mal este ensino parcelar e unilateral? Tudo! O conhecimento autêntico é aquele que respeita à Humanidade, que não encontrando espaço de expressão natural ou compensatório alimenta uma doença psicológica, que acompanha os indivíduos da infância à idade adulta, cuja expressão se manifesta na (em) estupidez (TABORI, 2017).

Byung-Chul Han (2014) sustenta que não devemos supor que as informações e dados de carácter positivo possam substituir a teoria, visto esta não ser meramente substituível pela ciência positiva, pois a motivação para este fenómeno é que só um processo aditivo pode ser acelerado, nunca um processo narrativo; acresce que “os homens não são problemas ou equações mas sim histórias, somos mais parecidos com contos do que com contas” (SAVATER, 1997, p. 99) e a ciência por si só não tem a capacidade de pensar (HEIDEGGER, 1954).

Competição versus Colaboração

A predominância do pensamento único, a mesma que afirma que não há alternativa paralela e possível ao poder instituído, substitui os direitos sociais por um individualismo desenfreado, que cultiva e altiva o cuidado consigo mesmo e a vantagem a qualquer custo sobre os outros. Daí a competição pútrida, desregulada e doentia, que se alia inevitavelmente ao narcisismo exacerbado, à aceleração e à agitação. Bertrand Russell (2015) assevera que a competição tem facilidade em invadir e ocupar esferas que lhe são estranhas e que este fenómeno hodierno tem direta relação com o manifesto declínio da cultura, o mesmo havia indicado Agustina Bessa Luís (In: BENTO, 2016, p. 145) “a competição é só civilizadora enquanto estímulo; como pretexto de abater a concorrência, é uma contribuição para a barbárie”.

Byung-Chul Han (2014) considera que dentro da sociedade da transparência coexiste (e coadjuva esta primeira) a sociedade da aceleração, onde todos os atos se despojam de narratividade, de direção e de sentido, havendo uma “hiperaceleração que deixa de ser realmente motora e não leva a efeito seja o que for (...) é obsceno esse movimento puro, que se acelera pelo próprio movimento” (p. 47), traduzindo-se no primado do cálculo sobre o pensamento, uma vez que o cálculo ao permanecer sempre igual a si mesmo é uma premissa de possibilidade da aceleração, por oposição ao pensamento, que não seguindo vias antecipáveis e estando aberto à contingência, não é acelerável; traduzindo-se esta aceleração e agitação em tempo, tempo esse que no dizer de António Damásio (2017, p. 290) não existe:

[...] dedica muito pouco tempo à leitura de romances ou de poesia, que continuam a ser a forma mais garantida e recompensadora de penetrar na comédia e no drama da existência, e de ter oportunidade de refletir sobre aquilo que somos ou que podemos vir a ser. Ao que parece, não há tempo a perder com a questão pouco lucrativa de, pura e simplesmente, ser.

Ocorre que o ser humano está adaptado à monotonia, embora uma certa dose de agitação seja desejável e salutar, o excesso de agitação leva ao esgotamento, não parecendo tarefa fácil hodiernamente escapar à exaustão nervosa.

A manutenção do espírito de competição apenas será possível por uma ou duas gerações, pois ele é extremamente rígido, férreo, firme, intenso, imoderado e brutal, traduzindo-se, findo esse período, numa “fadiga nervosa, vários fenómenos de evasão, uma procura de prazer tão tensa e tão penosa como o trabalho (pois o afrouxamento tornou-se impossível) e, finalmente, o desaparecimento da raça devido à esterilidade” (RUSSELL, 2015, p. 50).

Mota (2014) aconselha que o melhor é considerar a cooperação como recurso para a eficiência, pois ela tem a capacidade de potenciar e incrementar, contribuindo para a felicidade coletiva, aproximando-nos uns dos outros, por posição à competição que fomenta a inveja, a idolatria e o individualismo; Leonardo Coimbra (2004, p. 229-230) adverte-nos para os perigos da crença cega na ciência, em especial quando esta pretende fazer valer as suas ideias e valores em âmbitos que lhe são estranhos, como no caso da seleção pela luta e a vitória dos mais aptos como sendo transponível para sociedades humanas, negando a importância e alcance de grandiosos princípios, tais como a beleza, a dedicação, a tenacidade, o sacrifício, o ideal, o sonho, a audácia, a ousadia, o esforço, o empenho, o labor, etc., indo mais longe ao afirmar que:

É preciso reduzir a ciência ao seu justo valor. Os criadores das ciências nunca generalizam a metafísica (...) os que estudam a ciência e só a ciência, feita por outros, têm a natural tendência, explicada pela lei da inércia mental, de prolongar os seus hábitos mentais, construindo uma filosofia incrítica e amesquinhadora.

Contudo a aceitação acrítica (ou tácita) e a adaptação irrefletida (ou estudada) acarretam inconvenientes pessoais e para o coletivo. A constatação do impedimento do exercício livre de competências e aptidões, a obrigação de se pôr ao serviço de corporações com interesses meramente financeiros (sem alcance de conhecimento ou pensamento) e a imposição de legitimar o que consideram despautérios indecorosos conduzem à infelicidade e à vergonha, incompatíveis com o respeito próprio e alheio, uma vez que a condição para ser respeitado é respeitar-se, não sendo compatível com o abrir mão de si mesmo para atender a expectativas de outros. O outrora intelectual e pensador fica reduzido a um mero cumpridor acéfalo de ordens e deliberações, qual obsequente tarefeiro.

Assim, reduzido à condição de funcionário e de membro de um organismo oficial, espaços de desenvolvimento da cultura da estupidez, o docente universitário enferma da doença inevitável, sucumbindo até o mais inteligente à infeção, “acontece-lhes algo de misterioso e assustador: o espírito é substituído pela letra, os precedentes expulsam a iniciativa e os regulamentos triunfam da clemência e da compreensão. (Como acontece em todas as regras, também esta apresenta numerosas exceções)”. (TABORI, 2017, p. 143), o servilismo anunciado por António Sérgio (In: CORREIA, 2017, p. 205) “uma carneirada escolar dá uma carneirada administrativa e um decorador de compêndios, um amanuense”.

Considerações sobre o pedantismo académico

Para além da estupidez já aqui referida, o académico padece de outras maleitas sem cura à vista. O pedantismo é uma delas. E não está só. Faz-se acompanhar do despotismo e da maldade, traços distintivos bem presentes e em franca expansão na maioria das instituições de ensino superior.

Savater (1997) refere que o problema do pedante é a sua indiferença pelo ensino e o seu amor à deferência dos sábios, numa tentativa de provar que vale tanto ou mais que estes, renunciando ao seu dever de ajudar e estimular os outros à descoberta, blasonando os achados próprios.

Os merecidos respeito e admiração nutridos, ao longo dos tempos, pelos homens da ciência, granjeando-lhes distinções e veneração, levou a um crescimento desmedido da sua vaidade, mas não dos seus compromisso, responsabilidade e probidade, ou seja, deslumbraram-se e isso fê-los sentirem-se importantes e poderosos (TABORI, 2017).

O sentimento de merecimento do respeito e admiração alheia por parte dos docentes universitários é exacerbado pelos títulos e formas de cortesia que estes ostentam, embora estes sejam manifestamente inestimáveis e úteis eles

[...] passam a pertencer à história da estupidez humana quando se tornam o santo-e-senha e assunto de ninharias pretensiosas. Todavia, para nosso mal, é isto que acontece na maioria dos casos. Não me posso esquecer de um dístico manuscrito que vi na montra de um café nos Balcãs (...). Dizia o dístico: Aqui todos são tratados por Senhor Doutor. O dono do café sabia realmente o que fazia! (TABORI, 2017, p. 128).

A arrogância emparelha-se ao autoritarismo, numa crença de grandeza e importância superior face aos demais, sobretudo os “inferiores” hierárquicos ou os colocados em posições de fragilidade, onde a exigência do ditado pelo “eu quero, posso e mando”, “manda quem pode, obedece quem deve” e “quem não é por mim, é contra mim” impõe a regra e instaura a conduta do conveniente e do admissível, não tendo em conta a dignidade individual, coletiva (e corporativa) e institucional, ou seja o primado da maldade sobre a dignidade.

Ocorre que a banalidade do mal reside no facto de este não ser um exclusivo de loucos ou psicopatas, ele é usado por pessoas comuns que operam dentro das normas e convenções sociais, recorrendo a comportamentos que intentam prejudicar ou ultrajar o outro, num sentimento de completa indiferença e violação dos direitos e sentimentos do outro; negar esta banalização ou omitir a existência do mal é recusar a própria condição humana (CARVALHO, 2017).

A este respeito brindou-nos o poeta Miguel Torga (1989, p. 172) com a seguinte reflexão:

Tenho a impressão de que certas pessoas, se soubessem exatamente o que são e o que valem na verdade, endoideciam. De que, se no intervalo da embófia e da importância pudessem descer ao fundo do poço e ver a pobreza franciscana que lá vai, pediam a Deus que os metesse pela terra dentro.

Esta subjugação dos “mais fracos” ao poder dos “mais fortes” configura-se numa escravidão mental, criada e potenciada por mecanismos de controlo, tendentes à aceitação inquestionada de seja o que for e à doutrinação, que é tanto mais eficaz quanto mais impercetível (CHOMSKY, 2014). Ora, como já anteriormente vimos, a negação da liberdade de expressão, aliada à unilateralidade intelectual, imposta despótica e maldosamente num contexto de competição, conduz à aceitação do instituído, nem sempre de forma imponderada e inquestionada, mas como condição de adaptação, uma vez que a alternativa, o confronto da conjuntura, acarreta graves consequências, pois tal como relembra Hanna Arendt (2001, p. 79) “a pobreza força o homem livre a agir como escravo”.

Acontece que a opressão clara e penosa nunca teve uma existência longa e/ou serena, pois quem é oprimido pela força é habitualmente um revoltado inexpugnável, sendo apenas possível a vitória sobre este através do seu aniquilamento ou morte:

A opressão do indivíduo pelo indivíduo seria efémera e contingente se apenas resultasse da luta decisiva e tenaz, franca e leal. Se o homem tivesse somente por arma de combate a força nua e crua o resultado seria simplesmente a vitória do mais forte ou, como se diz em calão pretensiosamente científico, do melhor adaptado” (COIMBRA, 2004, p. 177).

Ocorre que hoje em dia os valores tradicionais (dignidade, liberdade, responsabilidade...) são desprezados e abandonados, embora esta prática devesse ser generalizadamente condenada ela é desaconselhada e abolida, pois o apego a estes valores é visto como adoção duma posição demasiadamente radical, dado que constitui uma ameaça ao poder com a capacidade de o afrontar e minar (CHOMSKY, 2014).

A liberdade não é a ausência de constrangimentos, mas o apoderamento da autonomia, constituindo-se o pensamento como criador da liberdade, onde a reciprocidade ativa das representações individuais e coletivas são condição de realização do progresso (humano), dependendo a Humanidade do aperfeiçoamento de cada um dos indivíduos que a formam. Leonardo Coimbra (2004, p. 224) avisa-nos que “ser livre, nesta altura, é ser uma pessoa” e George Orwell (In: BENTO, 2016, p. 31) lembra que “se a liberdade significa alguma coisa, será sobretudo o direito de dizer às outras pessoas o que elas não querem ouvir”.

A Universidade e o sentido ético da (sua) existência

Está em falta uma ética do ser. Facto bem visível na forma como o mundo se tem revelado. Como nós nos temos comportado. O academismo não foge a esta incúria; pelo contrário, alimenta-a. Os seus escritos e o seu discurso afastam-se do seu gesto; a beleza esvai-se quando é preciso agir em conformidade, quando é vital denunciar a falta de transparência, quando é necessário pugnar pelo civismo, quando se torna fulcral lutar por valores que defendam a sua missão como a autêntica oficina de homens que é. É determinante sair em sua defesa, sem peias no pensamento e na ação. É crucial voltar a reinventá-la como o verdadeiro *locus* da concretização do humano. José António Marina (1996, p. 248) aclama que “a ética é um projecto constituinte universal, que pretende fundar um modelo de sujeito humano em que todos os homens se reconheçam”. E esse reconhecimento advém da união, do esforço unísono, da ação rigorosa e em plena relação de alteridade e respeito pela vida humana, pelos outros seres vivos e pela natureza na sua unidade e diversidade.

Porque nas palavras de Ortega y Gasset ser-se ético é o mesmo que estar alto de moral, é ter-se vontade de criar, de fazer, de se ultrapassar, é ter-se a inspiração da excelência a percorrer as veias, é ser-se um ser humano digno em todas as circunstâncias da vida. Pugnando pela dissolução da mentira e do ódio e caminhando para uma claridade que inspira a rebeldia e a sabedoria. Essa busca incessante pelo novo, pela criação, pela superação do já pensado e do já feito é o que nos motiva a criar cada vez com mais vontade, inteligência e dedicação. Ao futuro entregamos o melhor que fazemos no presente, criando e resistindo ao que nos constitui obstáculo nesta nossa errância existencial.

E José António Marina (1996, p. 249) continua: “A criação do universo ético e das morais que o especificam exige uma participação universal, porque o seu fundamento é a afirmação dos direitos como poderes simbólicos, e esse nível não se mantém enquanto houver pessoas empenhadas em manter-se fora dele”. E quem se mantém fora não entende o valor da relação humana, da solidariedade, da partilha, da comunhão. O projeto ético é um ensejo que precisa de todos nós para se afastar da violência, da maldade, da falsidade e da selvajaria que nos cerca.

Creemos, por tanto, que há que voltar a olhar o homem com clareza e amor. Há que voltar a devolver-lhe o brilho e a integridade que lhe pertence, sem permitir que se lhe grave na pele a ferro quente a marca da vassalagem e da pretensa ignorância. A humanidade merece mais. A humanidade merece que a reescrevam com a palavra poética, com o *logos* que traz à luz a leveza de um coração que se abre ao ímpeto da solenidade, da graça, da liberdade.

Rebatemos a falta de ética, a indiferença, a insolidariedade, as injustiças, a morbidez de carácter, o faz de conta e a incultura que se vive na academia pelo mundo fora. Perturba-nos este ligeirismo moral, esta impunidade, esta degradação dos valores, esta batotice descarada, esta imbecilidade bacoca que faz do chico-esperto a cara da razão. Tal como afirma José Gil (2009, p. 33):

O chico-espertismo não é característico de determinada zona de comportamento, mas estende-se à relação inteira do sujeito com o outro. Constitui um traço inerente à nossa sociabilidade. Um rapaz que não gosta já da namorada e que não ousa dizer-lho frente a frente arranja como pretexto «afastarem-se uns tempos, o que, de resto reforçará o seu afeto»: é um chico-esperto no amor. (...) ou o universitário que traduz uma tese do japonês para a apresentar no seu doutoramento numa universidade portuguesa; o ministro que fabrica uma lei para ele próprio escapar a tal imposto, etc. Em qualquer destes casos se desliza rapidamente para a mentira, a aldrabice, a irresponsabilidade, o medo, a incapacidade de «se assumir».

Recusamos olhar de soslaio para este espertismo sagaz e que se afunda nos prazeres levianos da volúpia rasteira e voraz; para o alpinismo social descarado e pestilento; para as amizades fétidas e de ocasião; para as reformas estruturais (termo tão vazio, por sinal!) reveladoras de demência em estado avançado de putrefação, causando danos insuperáveis à vida das pessoas; para a aceitação passiva de todos nós a um poder político inábil, decadente e com um sentido democrático de cariz fascista; para o pensamento académico sem ideias e afastado dos problemas que retiram vitalidade à polis; para o valor excessivo que atribuímos à forma fácil de existir, onde o desfalque, a lisonja interesseira, o empenho focado no ganho imediato, no pensamento calculista e no sorriso oportunista tomam conta do que nos vai na alma; para a consciência frágil e perigosa de que só os “outros” perecem das coisas más que acontecem neste mundo e por isso não nos incomodamos, não nos colocamos no seu lugar, não entendemos e não somos solidários com o sofrimento e a desilusão que atacam a fragilidade do estrangeiro que conosco habita este espaço inóspito e alienado.

No entender de Peter Sloterdijk (2011, p. 382) está em nós esta busca pelo estado de honorabilidade a que tendemos ao afastamento e à recusa. Um projeto que não nos demite da tarefa que nos ilustra como seres de abertura, de desejo e de infinito:

A ética do ser procura a verdade na veracidade: exige e favorece a confissão e o discurso-honesto-sobre-si-próprio como a virtude cardinal *tout court*. Face a esta última, todas as outras morais são tiradas da circulação, ainda que as éticas sectoriais não se desmintam mutuamente. Quem quer a verdade não pode limitar-se a construir «teorias» e a arrancar máscaras, antes tem também de criar entre os homens uma situação em que toda a confissão passa a ser possível. Só tendo compreensão por tudo, admitindo tudo, colocando-nos para além do bem e do mal e, no fim de contas, olhando tudo de tal modo que nada de humano nos seja estranho – só então essa ética do ser se torna possível porque põe fim à desavença com as outras espécies de ser.

O espaço académico apresenta-se-nos cansado, inerte, deveras massacrado pela influência de estratégias políticas desumanas praticadas por homens cruéis que se julgam deuses no Olimpo, amputando todo e qualquer sonho, alimentando o pânico e a capacidade de se ser em comunidade. Impera a “razão meretriz” postulada por Martinho Lutero, a razão que está sempre pronta para se colocar ao serviço do interesse próprio egoísta e mesquinho.

Convenhamos que está na hora de não nos deixarmos manipular pela opulência da ditadura, pela prepotência do dinheiro e pela sobrançeria altaneira que nos impede de pensar e de ver o que realmente se passa à nossa volta. Não fomos feitos para nos arrastarmos reptilmente pela vida, nascemos sim, para anelarmos ao mais alto, à possibilidade, à forma transcendente de ser. Por isso não aceitamos. Não nos rendemos. Não nos vemos como servos de nada nem de ninguém. Lutamos com a palavra, com o gesto de quem sabe que o outro se traduz na esperança do que somos; juntos daremos o grito da e pela liberdade, apesar de toda esta desilusão e deste mundo precário e em vivo estado de apneia. Em conformidade, trazemos novamente à luz José António Marina (1996, p. 18):

[...] criamos à força de esforços. Mantemos suspenso o orbe dos valores e da dignidade humana, prestes a desabar se claudicarmos. Vivemos uma ética precária. (...) Criar é sacudir a inércia, manter a pulso a liberdade, nadar contra a corrente, cuidar do estilo, dizer uma palavra amável, defender um direito, inventar uma graça, dar um presente, rir-se de si próprio, tomar-se muito a sério nas coisas sérias. Tudo isto é o tema da ética, que não é uma meditação sobre o destino, mas antes uma meditação sobre como enganar o destino, ou seja, o determinismo, a rotina, a maldade e o tédio.

É curial voltar a debruçar a nossa atenção para a capacidade de saber dar voz a um desafio que não nos deixe adormecer perante as inconstâncias e as agruras desta realidade tão desoladora. É premente assumir o pensamento que nos acompanha com determinação e ousadia, sem medo do olhar de esguelha ou do dedo que aponta insensivelmente para nós. A postura ética que assumimos não pede licença nem deve favores. Não carece de entendimento só porque nos desviamos e escolhemos ser autênticos, ou melhor, porque escolhemos sermos nós próprios, sem máscaras ou atavios, de rosto limpo e vazio de disfarces que só nos atiram para o precipício de uma história que não é a nossa, de uma existência sem sentido. Já é tempo de restituir à Universidade a missão de situar o homem na cultura do seu tempo, ensinando-o a comprometer-se ética e culturalmente, fazendo-o exceder a vulgaridade e o embuste e apelando a uma postura digna e inconformista. Contemplar a pessoa humana e com ela trabalhar para a criação de um projeto de cidadania que espelhe a integridade de cada ser. Padre Manuel Antunes (2005, p. 253) dá o mote:

[...] de facto, só num espírito de colaboração e cooperação entre professores e alunos, só numa participação instituída e efectiva de todos na «república» universitária, é que se pode realizar trabalho proveitoso e útil à comunidade geral. Erguer, em princípio, ou tolerar, na prática, a luta de todos contra todos é condenar à ruína uma instituição que deveria funcionar como exemplo de civismo, de educação e de autodisciplina com todos. Da horda só pode surgir a tirania como salvação, *in extremis*, de uma vida que não se quer perder. Da corporação universitária toda a violência, física ou apenas simbólica, devia ser proscrita como atentado à verdade. À verdade que todos, professores e alunos, devem buscar na paz, na justiça, na liberdade, no respeito mútuo, da dedicação não fingida, no sentido da responsabilidade pelo outro, mesmo que se trate de um adversário ideológico, real ou tão só imaginário.

Tempo de renovação

*Este é o tempo
Da selva mais obscura
Até o ar azul se tornou grades
E a luz do sol se tornou impura
Esta é a noite
Densa de chacais
Pesada de amargura.
Este é o tempo em que os homens renunciam*

Sophia de Mello Breyner Andresen, Este é o tempo

Continuamos à espera da renúncia destes homens cuja infâmia destrói a capacidade de sonhar. O ato arrogante de uma realidade que parece estar muito bem sustentada, a qualquer momento desaba e desaparece, dando origem a uma outra, que sempre se tenta distanciar da que lhe antecede, agravando

muitas das vezes a situação com resultados que atropelam os direitos humanos. Estes tempos parecem guardar rancor à existência humana. Parecem atacar esse bicho que é o homem e puni-lo por um qualquer crime, talvez pela eventualidade de existir. Este desnorte causa tremuras e depressão. Afasta-nos, a todos nós, do diálogo e da discussão de temas inerentes à vida em sociedade, deixando-nos fora dos limites que constituem a Universidade. O espaço académico é povoado pelo cinismo irresponsável de homens sem qualquer tipo de formação cívica e moral para estarem ao comando de todo e qualquer tipo de cargo e mister que peça uma postura de cidadania. A academia não repousa à noite, pois povoada por chacais sente-se insegura:

Desde há muito, as posições-chave da sociedade pertencem ao cinismo difuso, nos comités directores, nos parlamentos, nos conselhos gerais e nas direcções das empresas, nos comités de leitura, nos consultórios, nas faculdades, nos gabinetes dos notários e nas redacções. Uma certa amargura, elegante, acompanha a sua acção. É que os cínicos não são [totalmente]estúpidos, e, de tempos a tempos, vêem perfeitamente o Nada a que tudo conduz (...) Sabem o que fazem, mas fazem-no porque os condicionalismos impostos pelos factos e os instintos de conservação a curto prazo falam a mesma linguagem para lhes dizerem que é preciso que assim seja feito. (...) O cinismo é a falsa consciência esclarecida (SLOTTERDIJK, 2011, p. 31-32).

Estes predadores cínicos e sem escrúpulos vivem segundo regras feudais por eles instituídas e com as quais convivem alegremente, enganando os novos servos da gleba que se curvam perante a desgraça e a destruição que paira sobre a própria esfera social, familiar e humana. São os intitulados “especialistas”. São a encarnação da ignorância, da vaidade, da imperícia, da postura imberbe e obediente que se ajoelha para ascender e se fazer notar. São os peritos de alguma coisa, todavia por decifrar. Este *homo academicus* que agora predomina na esfera universitária (salvo raras exceções) é a imagem da ignorância, do vazio, da manada ideológica, da delinquência, do oportunismo e do carreirismo, da publicação à custa do trabalho alheio, do conhecimento compartimentado, da corrupção, da inveja, da aceitação e do aproveitamento do trabalho escravo, do desrespeito e da bajulação constante. Enfim, a lista já vai longa. E mais se poderia acrescentar.

Este é o homem que não nos interessa manter no futuro, pois revela-se desfigurado e preso a preceitos que desrespeitam a justiça que se impõe manter dentro das paredes da Universidade. Tal como a poesia de Eugénio de Andrade (2011, p. 177), a Universidade deveria ser “aberta a um mundo que não pactua com os obscuros jogos do poder, da violência, da intolerância, da xenofobia, do dogmatismo, do sectarismo, tudo isso que põe em causa os valores culturais e civilizacionais do homem”.

Caminhemos no sentido da civilidade e da humanização, daquele espaço onde sentimos ser preciso a nossa presença, onde somos acolhidos e ouvidos pelo contributo que podemos dar. Cedemos espaço a vozes que poluem o espaço académico com desaforos, insipiência e traição. Voltemos a confiar na arte de nos reinventarmos todos os dias, acreditando que a maldade se combate com a bondade e com a capacidade de nos reerguermos das cinzas, tal como fénix. O amor, o respeito e a nobreza de espírito vencem o ódio, a solidão e a tremura da omissão. A palavra funda e limpa vence a palavra rasteira e que fere como espadas. O homem bom modifica o que de mal existe no mundo e traz esperança e beleza e autenticidade. Precisamos deste homem urgentemente, assim como precisamos de uma academia de homens livres, que se revelem e se façam ouvir e ver e respeitar sem amarras que asfixiem a vontade e a ilusão.

Porque a esperança é o húmus da existência, é o que ainda nos faz acreditar ser possível, é o que nos faz trabalhar e resistir e lutar e renovar as forças e permanecer. Não sabemos o que esperar. Vive-se o dia-a-dia sem fazer muitos planos para o futuro. Estamos neste momento a dobrar o infundável Cabo das Tormentas, a viagem parece não ter fim, a fúria do mar parece não querer abrandar. Assim vamos vivendo, no meio da tempestade sem porto de abrigo à vista. Empreendemos uma viagem pé ante pé, com dúvidas se chegaremos ao destino. Mas não desistimos. Continuamos a pelejar, umas vezes com

prazer outras com dificuldade, mas na mira situa-se a linha do horizonte, aquele momento único de revelação, de aprumo, de coragem.

Partilhamos com Miguel Torga (1993, p. 14) a seguinte deixa: “mas são os Quixotes ocasionais que dão dignidade e sentido à humanidade de sempre”. Quixotes que seguem muitas das vezes sozinhos e sem disfarce trilhando o caminho por mais ninguém compreendido. Porque querem mudar o mundo, no retiro da sua contrariedade, no silêncio da sua emoção. Apesar da rugosa condição em que se encontram. Apesar da degeneração e do alheamento daqueles que se afastam dos verdadeiros valores que nos tornam humanos. Apesar do nojo e da idiotia das almas medíocres que cedo se esquecem que em breve ficarão reduzidas a pó como todos os outros. A esses não há ofício e favor que lhes valha e que os poupe ao destino do efêmero e da finitude.

Resta-nos a utopia, bem lá escondida nas entranhas, de que um dia tudo poderá ser diferente. Que a vaidade desmedida do homem se banhe nas águas da vergonha e que desperte para a excelência, para o respeito, para a gentileza e para a humildade. Porque não é nos discursos e nas teorias ditas complexas que se apreende a verdade do que nos rodeia; é na simplicidade do discurso, no uso da palavra pulcra e humilde, a mesma que nos leva para o que é belo e bom e que nos faz sentir em harmonia com o todo.

Por isso, “importa colocar cuidado em tudo. Para isso urge desenvolver a dimensão *anima* que está em nós. Isso significa: conceder direito de cidadania à nossa capacidade de sentir o outro, de ter compaixão com todos os seres que sofrem, humanos e não humanos, de obedecer mais à lógica do coração, da cordialidade e da gentileza do que à lógica da conquista e do uso utilitário das coisas” (BOFF, 2011, p. 102). Só cuidando é que somos realmente humanos. Só amando e sentindo com o coração é que superamos a animalidade que nos acompanha. Só com consensos e respeito é que revitalizaremos a nossa casa comum. Um espaço onde nos reconhecemos como obreiros de uma outra humanidade, de uma outra urbanidade, de um outro querer académico, mais digno e menos empresarial. É a hora!

Em jeito de Conclusão

Estas páginas representam o ensejo de que a Universidade possa respirar ar puro, povoada por todo o cidadão que lhe queira prestar homenagem e tirar partido da sua força e inspiração. Para tal, há necessidade de criar inquietação, de questionar e de procurar alternativas às já pensadas. Abalando e inquietando o pensamento dominante, que se acomodou à apatia e à ideia de que não há alternativa à política severa de dominação do mundo através do enfraquecimento da força do homem, dos seus direitos, dos seus sonhos, das suas ilusões, da sua dignidade, do seu carácter, da sua voz, da sua bondade.

E a verdade é que este arrojo, esta existência prometeica e sempre em busca da sabedoria e da elevação é o que nos continua a dar alento para não sucumbir a um tempo de cólera, a um tempo sem rosto, sem memória, sem lonjura e extensão. Cremos que de nada vale a frieza da metáfora de existir, pois a vida só faz sentido se vivida na plenitude do seu alcance ontológico, sempre dedicada à razão da densidade e da substância de um discurso que nos instigue a não permanecer apáticos perante a postura inestética que tem vindo a ser adotada pela Universidade.

Por tudo isto, tecemos algumas considerações acerca do contexto moral, ético e académico que se vive nas instituições politécnicas e/ou universitárias e que são merecedoras de uma nota final:

1. O silenciamento da expressão de pensamentos e opiniões inibe o surgimento do novo, impossibilita verificação do erro e o conhecimento da verdade e promove a aceitação acrítica do apresentado, pois quer a discussão, quer a experiência são necessárias à retificação dos erros, sendo a discussão indispensável na interpretação da experiência: “o estranho mal de silenciar a expressão de uma opinião está a defraudar a raça humana; a posteridade assim como a presente geração; os que divergem de opinião e ainda mais os que a mantêm” (MILL, 2010, p. 10);

2. Para educar uma ciência ou um conjunto de ciências é insuficiente, é necessária uma sabedoria baseada nas conquistas da experiência humana e na experiência própria, assente na capacidade de amar: “Educar é dar ao presente toda a força, toda a grandeza, toda a dolorida experiência do passado, num beijo e num sorriso, simplesmente, amorosamente, devotamente inclinados para o futuro que se anuncia” (COIMBRA, 2004, p. 130);
3. A competição imoderada, acarretando um sentimento de urgência incomensurável, conduzindo a um frenesim constante, é inoportuna e inconciliável com (a vida do) o ser humano, concorrendo para a sua exaurição, culminando na sua extinção: “o processo funcionalmente determinado é somente um objeto de direção ou de gestão (...) num mundo desnarrativizado, desritualizado, o final é somente uma rutura que dói e aturde (...) o final é sempre uma perda absoluta, uma privação absoluta (...) a estrada narrativa é estreita, não admite senão determinados acontecimentos (...) impede a pululação e a massificação do positivo” (HAN, 2014, p. 49-50);
4. O insensato pedantismo, que exagera e não dá conta da sua desmedida e frívola vaidade, acarretando comportamento despropositado, onde o título, o grau, a posição e o posto são condição de imposição de vontades levianas e sujeição dos outros aos interesses próprios, atingiram um grau incedível na academia, sendo esta passível de apelação de “último reduto do senhor feudal”: “os homens da ciência eram muito respeitados (...) não é, pois, de estranhar que tudo isso lhes tenha subido à cabeça e que o seu orgulho atingisse alturas até aí desconhecidas” (TABORI, 2017, p. 138-139);
5. Todas as esferas do humano se devem referenciar à dignidade humana, porquanto ela se reclama na sua totalidade: “procede de maneira que trates a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de todos os outros, sempre ao mesmo tempo como fim e nunca como puro meio” (KANT, 1964, p. 92);
6. A estupidez não é sinónimo de incompreensão, mas de considerável compreensão, fruto de uma opção de ação, onde se escolhe agir de forma diferente do que se compreende. A estupidez é hoje reconhecida como um problema médico, passível de cura, desde que o desejo de cura exista: “um homem psicologicamente não pode ser estúpido” (TABORI, 2017, p. 352);
7. Einstein pronunciou que “duas coisas são infinitas: o universo e a estupidez humana. Mas, em relação ao universo, ainda não tenho certeza absoluta”.

Porque nada nos pode fazer desistir do ideal que levamos dentro de nós. A ética está enferma, sem forças para se soerguer. Mas qualquer um de nós pode levantá-la, se assim o entender. O próprio homem não pode deixar de alargar os horizontes do seu pensar, do seu desassossego, da sua contemplação. Por isso abraçamos intensamente a seguinte afirmação de Karl Popper e com ela continuaremos a procurar constantemente a reinvenção moral e espiritual, pois sabemos que só a mesma permitirá recolocar a Universidade no verdadeiro patamar da sua condição: na luta pelo bem, pela beleza e pela eterna busca da liberdade e da transcendência: “Eu sou partidário da audácia intelectual. Nós não podemos ser intelectualmente covardes e ao mesmo tempo buscar a verdade. Aquele que busca a verdade deve ousar ser sábio – deve ousar ser um revolucionário no campo do pensamento” (1978, p. 91).

Referências

- ANDRADE, E. **Prosa**. Vila Nova de Gaia: Modo de Ler, 2011.
- ANDRESEN, S. M. B. **Obra poética**. Alfragide: Editorial Caminho, 2011.
- ANTUNES, M. **Paideia: educação e sociedade**. Tomo II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2001.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- BENTO, J. **Abalos na torre de marfim**. Descaminhos e desatinos da Universidade. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.
- BOFF, L. **Saber cuidar**. Ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- CARVALHO, H. **O índice da maldade**. Lisboa: Guerra e Paz Editores, 2017.
- CHOMSKY, N. **Mudar o mundo**. Lisboa: Editora Bertrand, 2014.
- COIMBRA, L. **Obras completas**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004.
- CORREIA, V. **Quem tem medo dos filósofos?** Citações filosóficas polémicas. Lisboa: Verso da Kapa, 2017.
- DAMÁSIO, A. **A estranha ordem das coisas**. A vida, os sentimentos e as culturas humanas. Lisboa: Círculo de Leitores, 2017.
- GIL, J. **Em busca da identidade**. O desnorde. Lisboa: Relógio D'Água, 2009.
- HAN, B. **A sociedade da transparência**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2014.
- KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. São Paulo: Editora Nacional, 1964.
- LIPOVETSKY, G. **O crepúsculo do dever**. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2010.
- MARINA, J. A. **Ética para náufragos**. Lisboa: Editorial Caminho, 1996.
- MELLO, T. **De uma vez por todas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- MILL, J. **A liberdade de pensamento e de expressão**. Alfragide: Leya, 2010.
- MORIN, E. **Os sete saberes para a educação do futuro**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- _____. **Reformar o pensamento**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- MOTA, G. **Competição e felicidade: uma equação complexa**. Jornal Público, 2014.
- ORTEGA Y GASSET, J. **O que é o conhecimento?** Lisboa: Fim de Século, 2002.
- _____. **El origen desportivo del estado**. A Coruña: Edicion INEF Galicia, 2011.
- POPPER, K. **Lógica das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- RUSSELL, B. **A conquista da felicidade**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2015.
- SANTOS, B. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1993.
- SAVATER, F. **O valor de educar**. Lisboa: Editorial Presença, 1997.
- SLOTERDIJK, P. **Crítica da razão cínica**. Lisboa: Relógio D'Água, 2011.
- TABORI, P. **História natural da estupidez**. Silveira: Letras Errantes, 2017.
- TORGA, M. **Diário I**. Coimbra [s.n.], 1989.
- _____. **Diário XVI**. Coimbra [s.n.], 1993.

Introdução

Como “*Cuidar da Casa Comum: da Natureza, da Vida e da Humanidade*”

Só se “A formação do HOMEM é a grande missão da Humanidade. E (É) ser a ela que se consagre (a) desde (para) sempre a civilização, em todos os tempos e lugares, com as suas instituições e pelos mais diversos meios”.

Jorge Olímpio Bento²

O presente Congresso ao adoptar o tema aglutinador de “**cuidar da casa comum...**” convida-me a reflectir sobre como formar esse Homen no contexto do Desporto. O Desporto tornou-se hoje a casa comum da Humanidade em todas dimensões da Vida Humana. Refiro-me aos contextos Social, Económico, Político, Cultural, Ecológico e Espiritual. Sendo assim, a formação do professor do Educação Física e Desporto (EFD) tende a passar por um debate que demonstre não só a actualidade das investigações nesta área, mas também, a situação de “crise” que ela enfrenta no contexto da formação profissional. A minha discussão centrar-se-á à volta da experiência vivida ao longo dos 32 anos como formador de professores de EFD em Moçambique. A minha tese estará assente sobre a pertinência de mudança do paradigma³ estruturador da formação do professor de EFD para o de formação do professor do Desporto.

Como pontos argumentativos da tese, trago quatro razões que justificam a minha inquietação, designadamente: **1ª razão** (Domínio científico de onde provem o nome EFD); **2ª razão** (Essência da profissão de ser professor de EFD); **3ª razão** (Conceitos de desporto ao longo do tempo) e **4ª razão** (Sistema Nacional de Desporto em Moçambique e a pertinência de mudança paradigmática).

Partindo das minhas convicções trago diferentes autores, com destaque para os que apresentam concepções aproximadas às bases de construção curricular da formação em EFD em Moçambique e que me possam ajudar a justificar às minhas inquietações nomeadamente: Edgar Morin (2005); Adroaldo Gaya (2006); Jorge Bento (2006); Thomas Kuhn (2006); Gustavo Pires (2007); Wagner Moreira (2010); Isabel Mesquita (2012) entre outros que estarão mencionados nas referências consultadas. Numa primeira parte, trago as razões da inquietação, seguida da pertinência de formação tendo em conta a complexidade e, por fim, as considerações finais.

As razões da minha inquietação

Primeira razão: De onde vem os conteúdos da Educação Física e Desporto? Esta questão encaminha-me no sentido de considerar e concordar com Jorge Bento (2006, p. 3), quando afirma que a EFD “[...] é uma disciplina com designação muito pouco precisa e algo equivocado”. Enquanto outras “[...] disciplinas escolares retiram o nome do domínio científico [...] do qual provêm os seus conteúdos curriculares” a EFD foge do seu domínio. Sendo assim, e concordando com o mesmo autor, sou levado a considerar que, em Moçambique, a formação e profissionalização dos professores de EFD⁴ deveria

¹ Faculdade de Educação Física e Desporto da Universidade Pedagógica (UP), Moçambique.

² As palavras destacadas em negrito são nossas.

³ “[...] Realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KHUN, 2006, p. 13).

⁴ Trago o termo EFD em respeito à tradição e para podermos fazer uma transição para o conceito do Desporto.

decorrer em estreita relação com o ensino e educação desportiva, como tem acontecido com a formação de professores de ensino de Biologia, de Química, de Desenho, de Matemática, de História, de Língua Portuguesa entre outras. Portanto, a formação de professores de Desporto, diferentemente de outros profissionais que actuam no desporto, deve procurar construir-se em referência à complexidade da escola e de todo o Sistema Nacional de Educação em Moçambique.

A falta de clareza da designação da EFD traz como consequência a dificuldade de se identificar um conceito consensual.

É notória a falta de alinhamento epistemológico do que é a EFD. Como consequência, tenho notado que a criação de cursos e faculdades não tem como base uma fundamentação epistemológica consensual e universalmente aceite. Encontramos diferentes faculdades que, trabalhando com mesmo objecto de estudo, o desporto, apresentam diferentes designações (Faculdade de Educação Física, Faculdade de Desporto, Faculdade de Ciências do Desporto, Faculdade de Motricidade Humana, Escola de Educação Física e Desporto, Faculdade de Cinesiologia, etc., etc.). Não quero aqui discutir se isso é bom ou mau, mas a minha experiência mostra que se adoptássemos uma designação consensual caminharíamos no sentido de fortalecimento da nossa área.

Por exemplo, em várias ocasiões questiono aos estudantes que frequentam a Licenciatura em EFD, não só, mas também, mestrandos e doutorandos, sobre, qual é o conceito de EFD. As respostas são bastante diversificadas e sem alinhamento nenhum, em função do seu objecto de estudo. Em grupos de vinte estudantes, recebo vinte diferentes entendimentos⁵ sobre o que é EFD, por exemplo⁶, podemos observar, a seguir, as respostas dadas pelos estudantes do 2º ano de Licenciatura em EFD: **EI**- “é o desporto”; **EII**- “É uma cadeira, disciplina ou área de pesquisa, direccionada ao uso dos exercícios físicos e o desporto como meio de ensino o educação”; **EIII**- “...é toda a actividade física que visa manter o bem-estar físico do corpo para que tenha uma boa saúde”; **EIV**- “...são actividades extras curriculares praticadas na escola que visam melhorar os alunos”; **EV**- “... é uma actividade ou uma disciplina fundamental para fins desportivos”, entre várias respostas. Perguntando os mesmos estudantes qual é o conceito de História de Educação Física, em pouco menos de dois minutos as respostas dos estudantes convergem. Por exemplo: **EI**- “são fatos narrados no passado para beneficiarmos no presente e perspectivar-mos o futuro na área do desporto”; **EII**- “É o percurso feito pela educação física, concernente a sua evolução do passado ao presente”; **EIII**- “...é conhecimento que adquirimos do passado para melhorarmos o entendimento da educação física no presente”; **EIV**- “.. é o estudo das actividades físicas que vêm evoluindo no tempo de geração a geração” e **EV** “... é uma ciência que estuda a actividade física e o desporto do homem no tempo e no espaço”. Isto leva-me a considerar que a falta de entendimento do conceito da EFD influencia negativamente a formulação do seu objecto de estudo, conseqüentemente, a construção da identidade profissional e a inserção social do graduado em EFD. Trazendo a tradição de algumas famílias moçambicanas, nunca se dá um nome desconhecido e sem significado ao recém-nascido sob pena da criança crescer sem identidade familiar. Muito menos nome de um parente ou que tenha sido conotado com algum problema seja de saúde, má conduta ou enquadramento sociocultural. Neste sentido teremos que repensar de facto o que é a EFD!

Segunda razão: Em função às reflexões à volta da essência da profissão de professor de EFD, tenho constatado que a primeira razão para a sua “sobrevivência” é a existência do desporto nas suas diferentes formas de manifestação.

Durante a actuação profissional tenho-me deparado com considerações da Mesquita (2012, p. 177-179) ao afirmar que, tradicionalmente assiste-se a uma diferenciação forçada nos procedimentos de ensino adotados nas etapas de formação desportiva em referência aos contextos de prática, mormente, no clube e na escola. Observa-se no clube uma distorção dos objectivos de formação e uma exaltação precoce dos resultados a serem atingidos, enquanto na escola a prática desportiva é conotada, quase

⁵ Não falo de conceitos, porque, isso é assunto estruturado e com identidade.

⁶ Tentarei ser ao máximo fiel a escrita e os depoimentos dos estudantes.

⁷ EI=Estudante 1; EII=Estudante 3 e assim por diante.

exclusivamente, como meio de divertimento, de ocupação de tempos livres, com menosprezo do valor social e da cultura desportiva. A respeito desse tipo de EFD, interrogo-me se será necessário que exista uma disciplina como a actual EFD no currículo escolar? A experiência, ainda, mostra-me que a formação do professor de EFD constrói-se no âmbito de uma formação disciplinar fechada, abstraindo-se das condições culturais, sociais, históricas, políticas e psicológicas do Desporto enquanto actividade complexa.

Provavelmente, é por esta razão que os professores de EFD têm sido cada vez mais incapazes de usar o Desporto como a principal fonte de construção da sua identidade e conseqüentemente têm dificuldades em prever e predizer o desenvolvimento da própria formação (MURIA; MOREIA; SIMÕES, 2010). Se a intenção da EF é pôr os alunos a correrem mecanicamente uns atrás dos outros e sem validade para a vida deles, como tem acontecido actualmente, não precisamos de EFD precisamos sim é de “Educação Desportiva” (ED).

Mas por que precisamos da ED? A esse respeito concordo com o Modelo de Educação Desportiva (MED) defendido por Mesquita (2012, p. 181), que, apoiando-se em Siedentop (1994), considera o MED como sendo “... ensino baseado no currículo do desporto que simula aspetos fundamentais dos contextos desportivos... os alunos assumem gradualmente responsabilidades acrescidas pelas suas aprendizagens, viabilizados pelo professor e às estratégias instrucionais mais implícitas e informais”. Este modelo valoriza a dimensão humana e cultural do desporto “... estabelece um compromisso pedagógico entre inclusão, competição e aprendizagem, contrariamente, ao modelo de EFD, desenvolvida ao longo da história que é o resultado de um modelo simplificado baseado, segundo Moreira et al (2006, p. 186) na “formatação do corpo objecto” na perspectiva mecanicista. A perspectiva mecanicista que orientou a actual EFD direccionou algumas instituições de formação a considerarem o professor de EFD como sendo Educador Físico.

A actual EFD é alérgica à competição. Qual é a vida que em pleno século XXI não é baseada em competição? Defendo um modelo de formação de professores de desporto que consiga, através deste, formar alunos ajustados à dinâmica da vida do século XXI. Refiro-me à competição sã em todas as dimensões da vida Humana dentro da pluralidade dos sentidos da prática desportiva.

O modelo de formação de professores de desporto traria a competição por constituir, segundo Mesquita (2012, p. 185), “uma componente de formação desportiva insubstituível, descurá-la é o mesmo que passar uma certidão de óbito ao desporto”, como está acontecendo actualmente com a EFD em Moçambique. A respeito da competição, Bento (1999) postulava que a competição assume-se, antes de mais, como uma ferramenta social e cultural, o que pressupõe que é no uso que se faz dela que é determinada, em grande parte, a qualidade do processo de educação e formação dos jovens desportistas. A realidade moçambicana entende equivocadamente o desporto e o direcciona para o clube desportivo. É recorrente ouvir-se em sujeitos bem posicionados⁸ no domínio do desporto que “essa coisa de desporto é lá clube”. Não vejo fronteiras estanques entre o clube e a escola. Quando discuto o desporto parto do princípio que a essência é o desporto que se difere na sua prática e pelos objectivos que se pretendem atingir seja no clube ou na escola.

Terceira razão: Nesta recorri a diferentes conceitos de desporto ao longo do tempo. No contexto do Dicionário da língua portuguesa, (FERREIRA, 1999), a origem etimológica da palavra desporto é originária do francês antigo “*desport*” que significa “conjunto dos exercícios físicos praticados com método, individualmente ou em equipas”, enfatizando-se nessa visão a prática do exercício físico, aparece, também, como sinónimo da informalidade como, por exemplo, o de roupa desportiva etc...

Mais adiante busco vários conceitos elaborados por diferentes autores tais como: Pierre Coubertin (1934), Georges Hébert (1935), Bernard Gillet (1949) George Magname (1964), Luigi Volpicelli (1967), Michel Bouet (1968), MacIntosh (1970), Pierre Laguillaumie (1970) e Norbert Elias (1992), sistematizados por Gustavo Pires (20...). Jorge Bento (2006), Wagner Moreira (2012).

⁸ Mas que não entendem nada do conhecimento científico sobre desporto, porque, caíram nessas posições por imperativos políticos e não por competência na área.

Pierre Coubertin (1934) traz o desporto como sendo o culto voluntário e habitual do exercício muscular intenso suscitado pelo desejo de progresso e não hesitando em ir até ao risco. Enfatizando deste modo o culto voluntário da prática do exercício físico intenso. No ano de 1935, Georges Hébert⁹, baseando-se no seu Método Natural de Educação Física, sublinha a performance humana que se demonstra através do enfrentamento de uma distância, um tempo, um obstáculo, uma dificuldade material, um perigo, um animal, um adversário e, por extensão, o próprio desportista.

Já Bernard Gillet (1949), direciona o conceito do desporto ao treino físico, perspectivando-o como actividade física intensa, submetida a regras precisas e preparada por um treino físico metódico. Na década de 60, precisamente no ano de 1964, George Magname traz o conceito aliado a uma intencionalidade do desporto, isto é, exercício físico aliado ao lazer, considerando o desporto como actividade de lazer cuja dominante é o esforço físico, praticada por alternativa ao jogo e ao trabalho.

Na mesma década, Luigi Volpicelli (1967) vem discutir a questão da mecanização no Desporto e observa que, não se pode falar de desporto onde falta a cientificidade das suas regras e suas táticas, do seu treino, das suas medidas, em suma, da organização racional do rendimento da máquina humana. A questão da performance humana no desporto, presente no conceito de Georges Hébert (1935), vem ser retomado por Michel Bouet (1968) ao trazer o entendimento do desporto como a procura competitiva da *performance* no campo, do movimento físico afrontado intencionalmente com dificuldades.

Na década de 70 do século XIX, discute-se o desporto não somente no que concerne ao seu significado de prática física, mas sim como elemento de “satisfação” (MACINTOSH, 1970) e como uma estrutura organizacional (PIERRE LAGUILLAUMIE, 1970). O primeiro autor entende o desporto como sendo todas as actividades físicas que não são, necessariamente, para a sobrevivência do indivíduo ou da raça e que são dominadas por um elemento compulsório. Imaginemos o enquadramento deste conceito, no concernente à questão da sobrevivência do indivíduo e da raça, em pleno século XXI¹⁰. Para este autor, uma classificação deve estar de acordo com a satisfação que cada desporto dá e não sobre a estrutura da actividade que ele determina, contrariamente ao segundo autor que enfatiza precisamente o desporto como “estrutura organizacional”. Neste sentido, para Pierre Laguillaumie (1970), desporto é sobretudo uma organização mundial dominada por um governo internacional desportivo, referindo-se ao Comité Olímpico Internacional, às Federações Internacionais e outros organismos desportivos que gerem, administram, dirigem e controlam o desporto.

Norbert Elias (1992) considera que o termo desporto é utilizado de uma maneira bastante vaga e até aberta, de forma a abranger confrontos de jogos de numerosos géneros. Este autor faz uma analogia entre desporto e indústria, com uma abrangência sobre diversas actividades e diferentes estádios de organização e de desenvolvimento e assim, o Desporto aparece como elemento de produção industrial.

Por seu turno, Moreira (2012, p. 109) entende o “desporto como estruturado por tecnologias destinadas às vivências corporais, constituídas por padrões culturais valorizados socialmente, nos quais encontramos junto ao conhecimento e práticas esportivas intencionalidade regularidade e controle”.

Concordando com as visões de desporto apresentadas pelos autores anteriormente citados, considero que nesta 3ª razão Bento (2006) desenvolve o conceito de desporto como um constructo que se alicerça num entendimento plural e num conceito representativo, agregador, sintetizador e unificador de dimensões biológicas, físicas, motoras, lúdicas, corporais, técnicas, culturais, mentais, espirituais, psicológicas sociais e efectiva.

Este conceito chama a atenção pela sua abrangência que leva ao entendimento do desporto como algo complexo e não um simples meio ligado ao adestramento físico. O conceito e a visão do autor encaixa, desta forma, perfeitamente às novas tendências de construção curricular no âmbito das Teorias

⁹ Hébert (op.cit) acentuava, em suas propostas de educação, a necessidade de ser forte, definindo que “ser forte” significa se desenvolver não só de maneira completa, mas útil, considera que “*Etre fort pour être utile*” ou “*Ser forte para ser útil*”.

¹⁰ Quantas pessoas hoje sobrevivem a custa do desporto? Quantas raças hoje só são respeitadas pela força da prática do desporto? Quantas famílias hoje foram retiradas da vida de miséria porque um filho sobressaiu no desporto? O princípio de convivência pacífica entre americanos e norte coreanos partiu da participação da Coreia do Norte nos Jogos Olímpicos de inverno realizados na Coréia do Sul. Aliás os dois países desfilaram juntos cobertos com a bandeira olímpica. Só desporto consegue atingir esses níveis civilidade.

Pós-Críticas. A visão abrangente deste conceito vai para além da visão tradicionalista analisada anteriormente, que classifica o desporto na sua simplicidade de prática de exercícios físicos; de aquisição da *performance*; de actividade de lazer alternativa ao trabalho; de actividades físicas não necessárias para a sobrevivência do indivíduo ou da raça; de organização desportiva e ou de uma indústria.

O Conceito de Bento (2006), sem eliminar as intencionalidades tradicionais dos conceitos anteriormente analisados, integra importantes categorias de estudo sobre o desporto e o entendimento deste na sua plenitude e complexidade, isto é, o desporto não se confina simplesmente às categorias de modalidades de prática, actividade física, exercício, *performance* e competição, mas sim, e, também, às categorias biológicas, físicas, motoras, lúdicas, corporais, técnicas, culturais, mentais, espirituais, psicológicas, sociais, afectivas, éticas, morais e estéticas. O desporto carrega consigo a dimensão “antropológica e axiológica” do ser e estar. Este conceito inspira-me e alio-o ao conceito de “a arte de mediação”, desenvolvida por Hugo Lovisolo e citada por Gaya (2012). A arte de mediação significa “... que no espaço de intervenção sobre o esporte convivem diversos saberes: conhecimentos do senso comum, religioso, filosófico ...”, científico/tecnológico e artístico (GAYA, 2012, p. 187).

O sentido humanizador do desporto é trazido por Bento (2010, p. 18), através do lema *citius altius fortius* inspirador e fundador dos desporto e do olimpismo, enfatizando que, “temos que ser mais lesto e rápido no assumir dos mesmos deveres... , mais fortes e ousados para abordarmos e ultrapassarmos os desafios, obstáculos e perigos, para não cairmos na indignidade, na indecência, na indolência, na desídia e na imoralidade”. É isto que se pretende quando aqui estamos reunidos, neste Congresso, para cuidarmos da “**casa comum**”, não só, mas também, para construirmos um mundo melhor através do desporto. O desporto é mais do que um mero divertimento lúdico ou uma simples actividade física, bases de sustentação da actual EFD em Moçambique. É uma exigência filosófica e pedagógica da existência “... é um meio de enxergar e inventar o Homem e de perseguir o sentido da vida” (BENTO, 2010, p. 18).

Como se pode observar os conceitos do desporto baseado num embasamento teórico de cariz tradicional, trazidos por Pierre Coubertin (1934), Georges Hébert (1935), Bernard Gillet (1949), George Magname (1964), Luigi Volpicelli (1967), Michel Bouet (1968), MacIntosh (1970), Pierre Laguillaumie (1970) e Norbert Elias (1992), não permitiram, em minha opinião, a construção de um paradigma convincente e um movimento aglutinador sobre o que é o desporto na sua essência. Uma análise do conceito, ao longo do tempo, ajuda-me a perceber que estes conceitos estiveram aliados a uma visão restrita do desporto no âmbito da prática física e das modalidades desportivas, o que de certa forma terão influenciado a forma de construção curricular no âmbito da formação de professores.

Acredito, a partir do conceito de Bento, que a construção de uma matriz de conhecimento lusófono e o surgimento de um paradigma conceitual convincente que defende o Desporto, com o “*agregador*”, nas suas diferentes manifestações, constituindo a forma mais popular e identitária de participação e manifestação “*cultural*”. Não constitui dúvida para ninguém que o desporto anula barreiras culturais como a língua, a religião, as fronteiras geográficas¹¹. Pela sua força “*unificadora*” aproxima as Nações com seus participantes e espectadores de todo o mundo e todas as idades nas suas paixões, obsessões e desejos de viver e vencer. Este conceito encaixa-se, perfeitamente, como elemento orientador e necessário para construir e “**cuidar da casa comum**”, isto é, formando professores de desporto direccionados à pluralidade de sentidos da prática desportiva. Por exemplo, formando aqueles que trabalhem o desporto com uma intencionalidade direccionada para o âmbito escolar.

Criar a casa comum, em nosso âmbito, significa formar Homens comprometidos com a realidade Desportiva. Para isso, necessitamos de desenvolver currículos que orientem os estudantes a perceberem que estão numa escola ou faculdade a serem formados para serem professores do desporto. Pois somente assim poderemos ter sujeitos formados com a identidade profissional em Desporto.

¹¹ As duas coreias já demonstraram isso, que apesar das desavenças políticas os atletas podem se unir e defender um ideal comum: os Jogos Olímpicos.

A 3ª razão motiva-me a questionar o seguinte: afinal nós estamos a caminho do “*XVII Congresso de Ciências do Desporto e Educação Física dos Países de Língua Portuguesa*”, qual a linha de orientação para o entendimento do Desporto? O que foi criado de comum em termos de construção do conhecimento que leve a um paradigma orientador do desporto no contexto da lusofonia? O Português é a terceira língua mais falada a nível mundial não é o momento de nos unirmos à volta do desporto e comunidade trazermos uma visão sobre o que pensamos do desporto? Pesquisadores e cientistas de reconhecido mérito é que não faltam nesta comunidade.

Na tentativa de trazer argumentos vou à **Quarta razão**. A vida, não só profissional, mas também como sujeito inserido numa sociedade, orienta-me no sentido de ver o desporto como o fundamento de construção de todo o conhecimento de formação profissional em desporto. Esta formação, para que seja útil à vida, sob meu ponto de visto, poderia ser orientada numa perspectiva paradigmática de Bento. Por quê?

O desporto como fundamento para a formação em Moçambique explica-se pelo facto do sistema desportivo moçambicano considerar o desporto na sua pluralidade de sentidos e práticas. O conhecimento da complexidade do desporto como um todo e da sua pluralidade de práticas e intencionalidades permitirá definir um perfil amplo com competências que constituirão as diferentes áreas de conhecimento, consequentemente, a criação de diferentes formações com diferentes intencionalidades.

A leitura atenta do Sistema Desportivo Moçambicano observam-se diferentes intencionalidades e pluralidades de sentidos do desporto que perseguem objectivos diferenciados, mas tendo como objecto o desporto. O sistema contempla as seguintes intencionalidades: **(i) Desporto federado; (ii) Desporto nos estabelecimentos de ensino; (iii) Desporto nos locais de residência e desporto no trabalho e (iv) Desporto nas forças de defesa e segurança.**

Uma revisão com vista a encontrar estudos que se enquadrem e ajudem a reforçar a tese da formação de professor de desporto, com vista a servir o sistema, identifiquei um estudo elaborado por Gaya em 2006. Gaya (2006, p. 107), de igual forma ao Sistema Desportivo Moçambicano, considera o **Desporto federado** como sendo também “o esporte de excelência”, aquele cujas actividades de aprendizagem e treinamento “...perseguem exaustivamente o máximo, e o melhor desempenho com vista a superação de limites”. Acrescentaríamos nesta perspectiva a questão da ética, moral e estética. O desporto **nos estabelecimentos de ensino** que é objecto específico da formação dos Licenciados em Educação Desportiva teria como objectivo primário “alfabetização do corpo e descoberta de suas possibilidades de movimentos.

Transmitir a crianças e jovens a cultura desportiva. Formar cidadãos que saibam utilizar-se de práticas corporais ao longo de sua existência”. Parafraseando Bento (2006, p. 20-21), consideraríamos que a formação em desporto deve formar professores capazes de educar os alunos para situações que contribuam para uma prática desportiva para a realização de objectivos que vão muito para além do domínio puramente motor e corporal e integram as dimensões cognitivas, afectivas e sociais. Formando professores do desporto nesta perspectiva teríamos desporto como “...meio primordial de revigorar a educação, de quebrar a rotina escolar com competições internas e externas. **Desporto nos locais de residência e Desporto no trabalho**, práticas onde a dimensão social é predominante e passível de “minimizar a formalidade e o rigor dos regulamentos e normas que envolvem o Desporto de excelência, abre-se a oportunidade para modificação na forma, no espaço, na técnica com o intuito de criar oportunidades de autoconhecimento”, incluiria também nesta intencionalidade o desporto relacionado com a saúde, para fins terapêuticos, com perspectivas preventivas ou de reabilitação; **Desporto nas forças de defesa e segurança**, cujo objectivo prende-se com o treino das aptidões físicas militar, o aprontamento para o combate, a destreza, a combatividade, o desenvolvimento das qualidades físicas do combatente e a melhoria da proficiência profissional. Pretende-se, também, com esta actividade e através de diferentes práticas desportivas convencionais e tradicionais desenvolver a sociabilidade e intercâmbio entre os diferentes componentes das forças armadas.

As razões atrás a floradas me conduzem a uma reflexão profunda sobre o que pretendemos ser no âmbito da formação profissional. Como avançar nesta perspectiva?

Saindo da formação simplificada para a complexidade

Acreditando nas premissas evocadas e sustentadas pelo conceito estruturador de Bento (1999, 2006, 2010), sou chamado a recomendar no contexto moçambicano uma revisão curricular da formação de professores de EFD para a de formação de professores de desporto numa perspectiva não programática, mas sim paradigmática da Teoria da Complexidade postulada do Edgar Morin (2003, 2005, 2006).

Morin (2003) lembra que, para qualquer reestruturação, “é preciso recompor o todo” mobilizando o todo. Contudo, o autor esclarece que é impossível conhecer tudo do mundo ou captar todas as suas multiformes transformações, mas, por mais aleatório e difícil que seja o conhecimento dos problemas essenciais do desporto, acreditamos que é necessário tentar aproximar aqueles que fazem sentido à vida. Estou convicto de que todo o conhecimento para a formação desportiva tende a partir do próprio desporto.

O desporto na actualidade carrega consigo toda a complexidade da Sociedade de Informação e Comunicação, tornando, desta forma, um campo fértil de produção de conhecimentos interdisciplinares e transdisciplinares. Mas como organizar esses conhecimentos com a finalidade de formar professores, tendo como base o conhecimento da complexidade do próprio Desporto? A resposta a essa questão podemos encontrar em Morin (2006), ao afirmar que se necessita de uma Reforma de Pensamento.

A Reforma do Pensamento na formação em Moçambique tende a permitir que a construção do conhecimento para a formação de professores do desporto siga um paradigma aglutinador que reconheça a necessidade da aplicação da transdisciplinaridade. É preciso substituir uma formação que separa por uma que une, e essa ligação exige a substituição da actual unidimensional para uma multidimensional. Necessita-se de uma reforma paradigmática, de uma formação na lógica clássica por uma formação dialógica, entre o saber fazer e com saber estar.

A complexidade, alinhada à visão agregadora do desporto, permitirá uma formação sustentada pelo reconhecimento do desporto como o objecto aglutinador de toda a produção científica da área. O conhecimento da profundidade do desporto como actividade complexa permitirá caminhar para uma reforma sustentada da profissionalização da formação de professores de desporto, ajudando, assim, a travar a progressão simplista.

A formação com base em princípios dialógicos do Desporto, enquanto objecto de formação, estreitará, progressivamente, as competências dos professores de desporto que neste momento estão “condenados” a aceitação ignorante dos infiltrados e dos “pretensos” conhecedores do Desporto e da própria formação¹². Deixaríamos, assim, de formar inteligências cegas com uma visão parcelar e abstrata.

Sobre a “inteligência cega” podemos encontrar respostas aberrantes sobre uma questão simples mas complicada a respeito das intenções profissionais dos nossos formandos. Quando questionados, os estudantes do 4º ano de Licenciatura em EFD, sobre o que pretendiam ser terminado os cursos, respondem que pretendem ser engenheiros, juizes advogados, Professores de Português e Matemática entre várias outras profissões menos serem professores de EFD. Sobre isso repensemos profundamente o que estamos de facto a formar. Constatei que 95% ou muito mais dos estudantes da Faculdade nunca nas suas vidas pretenderam ser professores, muito menos, de EFD. Estão no curso como última alternativa. Curioso é que ao questionarmos se na vida já pretenderam ser desportistas¹³ o gráfico sobe exponencialmente comparativamente à pretensão de ser professor de EFD.

O desenvolvimento da profissionalidade para a formação de professores de desporto, será possível numa reorganização do saber ensinar, o qual reclama uma reforma curricular capaz de permitir não somente a separação para conhecer, mas a ligação do que está separado, isto é, fundir num todo, o saber estar,

¹² O maior problema do desporto em Moçambique não é somente o desalinhamento da formação mas, também, pela falta de uma gestão séria e competente em termos de conhecimento científico.

¹³ Não questionamos se já pretenderam ser professores de desporto, porque no ordenamento administrativo das carreiras profissionais ainda não existe a profissão de professor de desporto.

fazer, conviver, partilhar tendo em vista sempre “[...] o saber e a emoção, a razão e a paixão, a inventiva e a ação, os direitos e os deveres, os desejos pessoais e as obrigações e preceitos universais” (BENTO, 2006, p. 5).

Para isso necessitamos de caminhar para além dos fundamentos de 1975 no concernente aos conteúdos desportivos que se mantêm embalsamados até hoje. Com a diferença de que no currículo actual as modalidades desportivas perdem a designação da sua essência, isto é, Ginástica, Futebol e Natação já não são disciplinas mais sim blocos que representam a prática desportiva I, Atletismo, Basquetebol e Natação (Prática desportiva II) e por fim Andebol, Voleibol e Danças (Prática Desportiva III).

No que diz respeito à formação a que fazemos alusão, trata-se, de uma reforma não programática, mas paradigmática, que diz respeito à atitude em relação à organização da formação. Toda reforma desse tipo suscita um paradoxo, não se pode reformar a instituição sem a reforma anterior das mentes, mas não é possível reformar as mentes sem antes reformar a instituição.

Daí que, se o desporto é complexo, olhemo-lo e tecemo-la na sua unidade para podermos perceber as suas partes e o seu todo. Para isso exige-se uma mudança paradigmática. É necessário que a reforma no contexto da formação para o ensino passe pelo entendimento do conceito do desporto como primeiro princípio.

O entendimento do desporto na sua pluralidade permitirá discutir a formação em função do objecto de estudo que ditará o tipo de profissionais que uma determinada sociedade necessita. O conhecimento do tipo de profissionais necessários permitirá que os conhecimentos produzidos no desporto seja um contributo para o conhecimento da condição humana. Concordamos com Morin (2005), ao afirmar que conhecer o humano é, “antes de mais nada, situá-lo no universo, e não separá-lo dele”. Isto é, conhecer a necessidade da formação de professores de desporto é antes de tudo situá-la no universo do desporto.

Considerações finais

O desporto deve ser visto não somente na sua componente física, mas, sim no âmbito biológico, psíquico, cultural, social e histórico.

Para a formação de professores de desporto é necessário deixar de lado a visão restricta do desporto virada somente à especialização através de práticas hegemónicas¹⁴.

A formação complexa do professor do desporto deve abordar a questão da preparação dos sujeitos para o desempenho de funções específicas para a vida, incorporando conhecimentos pertinentes, não só num sistema redutor como a actual EFD, mas reflectindo, também, sobre pluralidade de intenções que o desporto carrega. A formação de professores de desporto deve conduzir ao conhecimento da origem e do destino da espécie humana, individual, social e histórico, tudo entrelaçado e inseparável.

Podemos perceber ao longo do trabalho de que há necessidade de se realizar uma reforma mais profunda, do que simplesmente reestruturar currículos ou alterar espaços físicos. Não estamos a afirmar que este tipo de acção não seja importante, mas acreditamos que as reformas internas sem sustentação epistemológica são simplesmente impostas, tendem a gerar resistências e acabam por fracassar.

¹⁴ Somente Atletismo, Andebol, Basquetebol, Futebol, Ginástica e Voleibol, são definidos no sistema de ensino moçambicano como modalidades prioritárias a serem praticadas no âmbito da Educação e Física e Desporto Escolar.

Referências

- BENTO, Jorge O. Contextos e perspectivas. In: BENTO, Jorge O.; GARCIA, Rui; GRAÇA, Amândio (Ed.). **Contextos da pedagogia do desporto**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 19-112.
- BENTO, Jorge O. Pedagogia do desporto: definições, conceitos e orientações. In: TANI, G.; BENTO, J. O.; PETERSEN, R. D. S. (Ed.). **Pedagogia do desporto**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 3-97.
- BENTO, Jorge O. Desporto e Educação Física – acerca do ideal pedagógico. In: BENTO, Jorge; TANI, Go; PRISTA, António (Org.). **Desporto e educação física em português**. Porto: CIFI2D, Faculdade de Desporto, Centro de Investigação, Formação, Inovação e Intervenção em Desporto, 2010. p. 13-35.
- FERREIRA, Aurélio B. H. **Novo Aurélio Século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- GAYA, Adroaldo. Corpos esportivos: o esporte como campo de investigação científica. In: TANI, Go; BENTO, Jorge O.; PETERSEN, R. D. S. (Ed.). **Pedagogia do desporto**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 185-192.
- GAYA, Adroaldo. Caminhos e descaminhos nas ciências do esporte. In: TANI, Go et al. (Ed.). **Celebrando a lusofonia: ensaios e estudos em desporto e Educação Física**. Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2012. p. 182-189.
- KUHN, Thomas S. **Estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- MESQUITA, Isabel. Fundar o lugar do desporto na escola através do modelo de educação desportiva. In: MESQUITA, I.; BENTO, J. (Ed.). **Professor de educação física: fundar e dignificar a profissão**. Porto: FADEUP, 2012. p. 177-206.
- MOREIRA, W. W.; PELLEGRINOTTI, I. L.; BORIN, J. P. (2006). Formação profissional em esporte: a complexidade e a performance humana. In: TANI, G.; BENTO, J. O.; PETERSEN, R. D. S. (Ed.). **Pedagogia do desporto**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 185-192.
- MOREIRA, W. W. Uma visão pessoal sobre a multidimensionalidade na formação profissional em Educação Física e esporte: ganhos e prejuízos. In: TANI, Go et al. (Ed.). **Celebrando a lusofonia: ensaios e estudos em desporto e educação física**. Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2012. p. 191-206.
- MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, F. M.; JUREMIR, M. da S. (Org). **Para navegar no século XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 5-23.
- MORIN, Edgar. **O método V: a humanidade da humanidade: a identidade humana**. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MORIN, Edgar. **Coleção grandes pensadores**. Apresentação: Edgar de Assis Carvalho e participação especial de Edgar Morin. São Paulo: Paulus, 2006. Disponível em CD, ATTA mídia e educação.
- MURIA, Ângelo J.; MOREIRA, Wagner W.; SIMÕES, Regina. A identidade profissional do professor de educação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1., 2010, Uberaba. **Anais...** Uberaba: Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2010.
- PIRES, Gustavo. **Agôn: gestão do desporto: o jogo de Zeus**. Porto: Porto Ed., 2007.

Valores olímpicos y educación universitaria en Argentina: la Educación Física y el Deporte como promotores de formación integral en la Universidad Nacional del Litoral

Javier Villarreal Doldán¹

Introducción

Tal como se ha vislumbrado en la elección de la temática del *XVII Congreso de Ciencias del Deporte y de Educación Física de los Países de Lengua Portuguesa*, desde los comienzos de este nuevo milenio, notamos una acentuación de una humanidad en crisis, señalada por muchos intelectuales como un retroceso que exhibe la desigualdad marcada por los constantes avances tecnológicos y de conocimiento colaborativo, que contrastan con una deshumanización e indiferencia para con el otro.

Estas desigualdades llevan a que sea imperativo volver a realizar prácticas de reflexión profunda; no sólo a nivel de sociedad, sino como individuos. Para contribuir con esto, es necesario que como formadores podamos facilitar herramientas y generar esas prácticas en nuestros espacios laborales: herramientas que permitan pensarnos como personas que conviven con sus pares, que pueden contribuir al crecimiento como sociedad a base de respeto, civilidad y concientización sobre la importancia de cuidar nuestra *casa comun* (BENTO, 2017).

La educación supone la socialización de normas y valores, experiencias y logros que son significativos para actuales y futuras generaciones; así pues contribuye a crear cultura. La Educación Física y el Deporte han sido siempre exponentes de cultura y vida de los seres humanos en sociedad. Por ello es necesario que su acercamiento sea desde una perspectiva social, cultural y educativa; con un enfoque integral y multidisciplinario (VILLARREAL DOLDÁN, 2014).

Al respecto, el movimiento Olímpico, tal como lo señala la Carta Olímpica (COMITÉ OLÍMPICO INTERNACIONAL, 2017, p. 11), busca poner al deporte al servicio del desarrollo armónico de la humanidad promoviendo una sociedad pacífica.

Esta aseveración también fue adoptada por el área de Deportes de la Universidad Nacional del Litoral (Santa Fe, Argentina) junto con la “vinculación del Deporte, Arte, Cultura y Educación” (DALOTTO, 2013, p. 16) que propone el Comité Olímpico Argentino.

En este orden de ideas, el presente trabajo constituye una narrativa de experiencia de incorporación de Educación Olímpica en un caso universitario, como el de la Universidad Nacional del Litoral.

Para ello, en primer lugar se contextualizará la Educación Física en Argentina, desde sus inicios en la educación pública en la actualidad.

En segundo lugar, se desarrollarán las acciones que se han llevado a cabo en la Universidad Nacional del Litoral en relación a Educación Olímpica.

En el tercer punto versará sobre la introducción del Olimpismo en la currícula universitaria y cómo éste va más allá del deporte y se relaciona con las carreras de esta casa de estudios.

El cuarto punto, describirá la conformación del Centro de Estudios Olímpicos “UNL-COA”, y las experiencias que se han realizado en el marco del mismo.

En el último punto, se expondrán algunas ideas a futuro en el marco del Centro de Estudios Olímpicos de la Universidad Nacional del Litoral.

¹ Centro de Estudios Olímpicos “UNL-COA” – Facultad de Bioquímica y Ciencias Biológicas, Dirección de Deportes – Universidad Nacional del Litoral (UNL), Santa Fe, Argentina.

La educación física en Argentina

Históricamente, la población Argentina ha sido físicamente activa. Desde los inicios de la Ley 1420 de Educación Pública, laica y obligatoria, la Educación Física ha sido parte de la currícula escolar concentrando, tal como lo afirma Sharagrodsky (en ROZENGARDT; ACOSTA, 2011, p. 43), “las complejas relaciones entre la cultura y la escuela, entre los saberes y las prácticas socialmente construidas y los contenidos escolares” a su vez, ha sido fuertemente marcada por las diferentes corrientes inmigratorias de siglo XIX y siglo XX y sus correspondientes escuelas deportivas, (principalmente el modelo inglés y la gimnasia inducida (AISENSTEIN, 1999) y de la enorme cantidad de clubes sociales que hacen a la base del modelo de sistema deportivo argentino (AGUILAR; CHEBEL; FRANCIS, 2003).

Desde los albores de la Educación Pública Argentina, el mismo Domingo F. Sarmiento, uno de los principales impulsores del proyecto de educación estatal, sostenía que “la educación debe ser integral y la escuela formar al ciudadano mediante el cultivo de todas las aptitudes” (SARAVÍ RIVIÉRE, 1999, p. 32). Esto brindaría más herramientas para poder convivir en sociedad.

Sin embargo, como resultado de los constantes cambios civilizacionales, el modo de vida y de relación entre pares se vió alterado. Esto también se observa en los cambios urbanísticos y ambientales, el crecimiento demográfico desigual, el aumento de conectividad -a veces, paradójicamente, acentuando el aislamiento -, el desarrollo tecnológico y la necesidad creciente de tener que desenvolverse en múltiples espacios laborales, que pueden atentar contra los hábitos de buena salud.

De lo anterior, se observa una disminución de la calidad de vida junto con la pérdida de valores que contribuyen al crecimiento como sociedad sana. Desafortunadamente estamos observando el declive en la solidaridad y el respeto por uno mismo y el otro (UADE, 2017); que también se traslada al Deporte y la Educación Física, lo que lleva inexorablemente a reflexionar críticamente sobre el significado de nuestra área y modo de poder reafirmar valores importantes para la vida en sociedad como son el juego Limpio, la Amistad, la Cooperación y la Competencia saludable, entre otros.

Como educadores que formamos parte de una Institución Superior que tiene alcance e incidencia en todos los niveles educativos en la Ciudad de Santa Fe (Argentina), nos cuestionamos de qué manera podemos comenzar a transformar estas situaciones que percibimos anteriormente.

Así es que encontramos en el Movimiento Olímpico y el Deporte, un excelente medio para volver a recuperar valores que puedan contribuir a una sociedad más sana comprendiendo que todos somos responsables de que las cosas cambien (MAMMARELLA, 2018, p. 11). Para ello, el debate y reflexión en los distintos estamentos de la Universidad Nacional del Litoral -en particular- y de la Dirección de Deportes específicamente, han sido indispensables.

Movimiento olímpico en la Universidad Nacional del Litoral

La Universidad Nacional del Litoral fue creada en 1919 y, actualmente, forma personas que se encuentran localizadas principalmente en la región centro-norte de la provincia de Santa Fe. Por su gran compromiso con la comunidad y por sus avances educativos, científicos y tecnológicos, es una de las universidades más importantes de la Argentina.

La institución cuenta con trece facultades, un instituto, una escuela superior, tres colegios secundarios, un colegio primario, un jardín maternal y un total de 40,000 estudiantes que realizan sus estudios de manera presencial o desde la virtualidad, a través del Centro de Estudios Multimediales.

La Dirección de Deportes fue creada bajo el nombre de Dirección de Educación Física, Deportes y Recreación en el año 1938 y originariamente estaba a cargo de ofrecer sólo actividades deportivas a la comunidad universitaria.

Desde el año 1999, la Dirección de Deportes comenzó a tener una participación activa en actividades académicas. Evidencia de ello fue el diseño, gestión e implementación de Licenciatura en Educación Física (junto a la Facultad de Bioquímica y Ciencias Biológicas) y, en el año 2011, la Tecnicatura en Gestión

Deportiva, (con la Facultad de Ciencias Económicas, la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales y la Facultad de Bioquímica y Ciencias Biológicas.

Por otra parte, desde la creación del área de Capacitación en Ciencias del Deporte en el año 2001 se organizan instancias de formación continua y seminarios sobre Deportes y Educación Física, motivando la interrelación con otras instituciones de Estudios Superiores del mundo (Porto, España, Brasil, Italia, entre otros), que han permitido incentivar el crecimiento del Deporte buscando despertar del letargo académico de más de sesenta años a la Educación Física Argentina. Dicho letargo ha sido producto de los vaivenes de los gobiernos de turno y tal como lo manifiesta Albarracín (2008), por la pérdida de identidad que ha tenido la Educación en general y nuestra área en especial.

Esta última afirmación ha llevado a que la Dirección de Deportes de la UNL, en su búsqueda por dar sustento a sus actividades y aportando a la misión de la Universidad, haya encontrado en los valores del Olimpismo una excelente herramienta para enmarcar su funcionamiento.

A los valores de base de amistad, respeto y excelencia, debemos incorporar otros que son fundamentales ejercitar, considerando la realidad social de Argentina. Ellos son el juego limpio y, tal como lo ha descrito Müller (2004), la educación para la paz. Esto último es de importancia trascendental para combatir el incipiente crecimiento de la intolerancia y la violencia simbólica, psicológica y física que observamos en nuestro país.

Olimpismo en la *curricula* universitaria. Más allá del deporte

Desde la Dirección de Deportes de la UNL (2018) se ha realizado un cambio balanceado y gradual, sujeto a constante revisión y evaluación para hacer frente con la complejidad y el asombroso desarrollo del conocimiento. Así es que se buscan cubrir diferentes áreas, tales como:

- La Física, para formentar el cuidado del cuerpo y el respeto por y a través del deporte.
- La Académica, para promover la autonomía en el aprendizaje y que tanto los estudiantes como los docentes puedan seguir un proceso de educación continua. Esto también conlleva el uso crítico de las Tecnologías en Información y Comunicación (VILLARREAL DOLDÁN, 2011) para la selección y organización de conocimientos pertinentes y contextualizados.
- La socio-emocional, para desarrollar el respeto propio, hacia los otros y el medio ambiente, el autocontrol, la empatía y la cooperación para poder convivir pacíficamente.

Lo anteriormente descrito es complementado por una constante reflexión ética sobre los valores que se buscan inculcar agregando la buena conducta, tolerancia, competición justa, respeto por la diversidad de razas y clase social e igualdad sexual.

En la Universidad Nacional del Litoral, el desarrollo académico de quienes asisten diariamente abarca desde el Nivel Inicial hasta los estudios de Postgrado. El Deporte está presente en todos los Niveles con el valor agregado que todos los docentes de Educación Física son de la Dirección de Deportes, facilitando la unificación de criterios en lo que hace a contenidos conceptuales, actitudinales y procedimentales deseados.

De esta forma, la enseñanza en Jardín Maternal “La Ronda”, creado en 1988, se da en base al programa innovador que le dio origen:

Con un proyecto fundado en la cultura de la niñez y los derechos del niño como líneas conceptuales, el Jardín fue bautizado con ese nombre, en alusión a la figura geométrica que, acorde al imaginario infantil, simboliza lo grupal a partir de la solidaridad, la unión en las diferencias y el respeto mutuo (UNIVERSIDAD NACIONAL DEL LITORAL, 2018a, S/P)

En la formación primaria, los alumnos y las alumnas continúan desarrollando los conocimientos previamente adquiridos. El rasgo característico de la Escuela Primaria, que comenzó a funcionar el lunes 5 de marzo de 2007, está dado por su propuesta metodológica, que “contempla la existencia de un Laboratorio de Ciencias Experimentales, un Centro de Nuevas Tecnologías, un Taller Innovador de Lenguajes Artísticos y Expresivos y un Plan de Estímulo y Desarrollo de la Lectura” (UNIVERSIDAD NACIONAL DEL LITORAL, 2018b, S/P).

A Nivel Secundario, los contenidos se adaptan no sólo a la edad madurativa sino también a la terminalidad que tiene cada uno de los tres colegios. Los colegios son: el recientemente creado Colegio Secundario con orientación humanística (cuyo “diseño curricular propuesto se fundamenta en las convicciones políticas y pedagógicas presentes en el Estatuto de la UNL sobre la enseñanza Pre-universitaria, teniendo como finalidad formar al estudiantado para la ciudadanía, el trabajo y la continuidad en los estudios superiores” [UNIVERSIDAD NACIONAL DEL LITORAL, 2018c, S/P]), la Escuela Industrial Superior (de formación técnica profesional gestada entre 1885 y 1916 y pilar fundamental para la creación del Universidad Nacional del Litoral) y la Escuela de Agricultura, Ganadería y Granja fundada en 1966.

A Nivel Universitario, por el contrario, se presentaba la situación de que la Educación Física dejaba de ser parte obligatoria de la currícula y quedaba limitada a los deseos y/o necesidades de los alumnos para realizar algún tipo de actividad deportiva. Esta opción era cubierta a través del servicio que la Dirección de Deportes brindaba.

A partir de algunos cambios curriculares que se introdujeron en la formación de grado universitario, se comenzó a implementar el cursado de materias electivas obligatorias. Los alumnos de todas las carreras debían seleccionar dos materias electivas que podían o no tener relación con su área de estudio. Ésta fue una excelente oportunidad para que el Deporte atravesase, una vez más, la formación de los futuros profesionales con una visión desde la disciplinabilidad.

Así es que -desde el año 2009- se viene dictando la materia electiva denominada (UNIVERSIDAD NACIONAL DEL LITORAL, 2018d, S/P) “El cuerpo y el movimiento como fenómeno de integración socio cultural”, la cual fue una experiencia piloto para desarrollar la temática del Olimpismo a Nivel Universitario. Esta experiencia llegó a generar un interés común entre la Universidad Nacional del Litoral y el Comité Olímpico Argentino, puesta de manifiesto en la creación del *Centro de Estudios Olímpicos*. El centro, fruto de un convenio celebrado en el año 2014, tuvo como primera actividad -tal como lo publicó el Comité Olímpico Argentino (2014)- el lanzamiento de la materia electiva “Olimpismo: Deporte, Cultura y Valores” y la realización del curso de “Administración Olímpica” (año 2015).

Centro de Estudios Olímpicos “UNL – COA” (CEO UNL-COA)

El *Centro de Estudios Olímpicos “UNL-COA”* comenzó sus actividades en el año 2015 en la Facultad de Bioquímica y Ciencias Biológicas, con apoyo de la Dirección de Deportes y tiene como objetivos:

Promover el Olimpismo en los distintos niveles de la Universidad Nacional del Litoral (Inicial, Primario, Secundario, Superior y de Posgrado) a través de instancias de enseñanza, investigación y transferencia en áreas que sean prioritarias para el Movimiento Olímpico. Recopilar y facilitar documentación a alumnos e investigadores que estén realizando sus estudios en la Universidad Nacional del Litoral.

Difundir las actividades que realice el Comité Olímpico Argentino en la comunidad Universitaria.

Promover las actividades académicas y la difusión científica y social de los estudios realizados y que sean fuente de consulta permanente. (FBCB, S/D).

En lo que refiere al funcionamiento, el CEO UNL -COA basa su trabajo en pilares comenzando por la *promoción* por medio de la enseñanza en los Niveles Inicial, Primario, Secundario, Universitario, Postgrado y formación continua. También, siguiendo por la *investigación*, la *difusión*, el *desarrollo*, el *archivo* y la *cooperación*.

Primeras actividades

Una de las primeras actividades del CEO UNL – COA, fue el rediseño y lanzamiento de la materia “Olimpismo: Deporte, Cultura y Valores” en donde alumnos que cursaban diferentes carreras de grado podían interiorizarse sobre la esencia del Deporte Olímpico. Por ejemplo, se estudia el Deporte en la antigua Grecia y su significación religiosa y militar, la creación del Movimiento Olímpico -a través del Barón Pierre de Coubertin y la Carta Olímpica-, la estructura del deporte actual y su desarrollo dentro del Comité Olímpico Internacional.

También, en el año 2016, se comenzó con el proceso de archivo a través de la construcción de un repositorio digital y el aporte de bibliografía a la biblioteca centralizada de la Facultad de Bioquímica y Ciencias Biológicas.

En ese mismo año se procedió a revisar los contenidos de las materias de la Licenciatura en Educación Física y Tecnicatura en Gestión Deportiva, incorporando el Olimpismo a la currícula tratados desde un enfoque multidisciplinario (Historia, Política, Administración y Organización de la Educación Física, Derecho y Legislación, Epistemología, Antropología Social y Cultural, Bioestadística, por nombrar algunas).

A partir del año 2017 se lanzó una segunda materia electiva denominada “Gestión Deportiva: desde el Club a Organizaciones Olímpicas Deportivas”, con la misma metodología de trabajo que las demás propuestas; pero con la particularidad de generar un espacio de potencial desarrollo interdisciplinario en relación al Deporte para quienes se encuentran finalizando su título de grado. Aquí, se tuvo en cuenta la estructura del Deporte argentino y la necesidad de contar con profesionales preparados en cada una de las áreas para poder continuar creciendo a través del Deporte.

Contenidos sobre Gestión Deportiva Olímpica, tales como: *marketing* deportivo, estilos de liderazgo, estructura del deporte moderno, *fair play* Financiero, buena gobernanza, desarrollo sustentable, economía y gestión deportiva a Nivel Universitario (VILLARREAL DOLDÁN, 2015) y de clubes, son tratados con especial énfasis en la Administración Deportiva Olímpica (COMITÉ OLÍMPICO INTERNACIONAL, 2014) y en áreas de potencial desarrollo profesional.

Con sede en la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales y en colaboración con Dirección de Deportes se lanzó la materia electiva “Fútbol: Enfoque integral acerca del deporte masivo”. Al respecto, se entendió que el deporte es un reflejo del comportamiento del ser humano que vive en sociedad y dentro de ello, el Fútbol un fenómeno que permite analizar las reacciones y actitudes de la humanidad gracias a su masividad.

Así pues, actitudes tales como respeto, compañerismo, competencia, juego limpio, situaciones de violencia, cuestiones políticas, conflictos y paz, han sido analizados a través de ejemplos que se manifiestan en eventos de fútbol a nivel internacional, nacional y local.

Para ello, fue necesario realizar un análisis sobre los inicios de la práctica deportiva del ser humano, el deporte moderno, la organización del fútbol en Federaciones y Ligas y algunos aspectos particulares del deporte que lo transforman en un fenómeno único.

Los contenidos teóricos se abordaron a partir de disparadores sociales y culturales (textos, exposiciones orales y materiales multimedia) a fin de permitir al alumno analizar conscientemente las características del movimiento deportivo y cómo es utilizado considerando el entorno. Asimismo, se propuso fomentar la práctica de la actividad física como factor para el mejoramiento de la salud psicofísica de las personas en general y del estudiante en particular.

La participación en eventos académicos también ha sido importante para el *Centro de Estudios Olímpicos*. Prueba de ello fue la participación en la *12th International Session for Educators of Higher Institutes of Physical Education*, que versaba sobre el tema de gobernanza en el deporte. En este caso, se expuso un artículo titulado “La importancia de establecer prácticas y conceptos de buena gobernanza en estudiantes de carreras universitaria” (VILLARREAL DOLDÁN, 2017).

La ética en el Deporte también fue eje de análisis y discusión en el marco del CEO UNL-COA en donde se contó con la participación del Dr. Francisco Javier López Frías y el Dr. Carlos Marino, quienes expusieron sobre la “Ética en el Deporte como herramienta para la excelencia deportiva”.

Finalmente, continuando con las líneas de trabajo del CEO, se estableció un primer acuerdo de cooperación con la Università Degli Studi di Roma “Foro Itálico”, abriendo espacios para desarrollar líneas de trabajo e intercambio docente y estudiantil.

Propuestas a futuro

Tanto en las acciones que se han nombrado previamente, como en las que se contemplan realizar en un futuro cercano, el Olimpismo se encuentra presente. Tal como lo señala Marino (en DALOTTO, 2013, p. 2), la inclusión del Olimpismo como contenido en la currícula se encuentra en la Carta Olímpica, se enmarca en el contexto de la política educativa de Argentina, se puede observar en la Ley Nacional de Educación N 26.206 y la Ley de Protección Integral de los Derechos de las Niñas, Niños y Adolescentes N 26.061. Se buscará así que, a partir de la experiencia a Nivel Universitario, desde la Dirección de Deportes de la Universidad, el Olimpismo atraviese toda la currícula de la UNL, fomentando los valores en todos los niveles.

En el Nivel Inicial (Jardín Maternal), se incentivará a que los niños y niñas aprendan a socializar a través de la Educación Física y el Deporte experimentando los valores de Amistad, Lealtad, Respeto por el juego, por el otro y el entendimiento por el cuidado del Medio Ambiente.

En el Nivel Primario (Escuela Primaria), simultáneamente con el ejercicio de la competencia saludable y leal, se fomenta el trabajo en equipo y la apreciación por el esfuerzo individual y de conjunto, más allá del resultado. El Deporte permitirá trabajar interdisciplinariamente con otras áreas (Historia, Matemáticas, Lengua, Literatura, por nombrar algunos), lo que facilitará el aprendizaje significativo.

En el Colegio Secundario (Colegio Industrial Superior, Escuela con orientación Humanística y Escuela de Agricultura, Ganadería y Granja) será ideal trabajar los contenidos para fomentar el trabajo colaborativo en pos de un determinado objetivo a la vez que se ejerciten y comprendan derechos y obligaciones cívicas. Aquí se deberá destacar la necesidad de adaptar temáticas propias del Movimiento Olímpico, al enfoque y particularidades que cada uno de los colegios secundarios posee.

Los contenidos se podrán ir adaptando de acuerdo con el desarrollo cognitivo y psicológico de los grupos. Otros temas, tales como el balance de cuerpo y mente, la psicología básica (impulso y cómo manejarse frente al triunfo y derrota o fracaso), la prevención de lesiones, el cuidado del cuerpo, los primeros auxilios, la anatomía, el respeto por uno mismo, el otro y el medio ambiente, desarrollo emocional y el empoderamiento, también pueden ser tratados a través de las clases de Educación Física. En esta instancia, los programas de Educación Olímpica (2007) elaborados por el Comité Olímpico Internacional son de excelente ayuda para la adaptación a la realidad Argentina.

A Nivel Universitario la tarea continúa y buscará incorporar otra materia que relacione a los estudiantes con el medio acuático, tan importante en el contexto de la ciudad de Santa Fe. Esta propuesta será ideal para fomentar el cuidado del medio ambiente y desarrollo sustentable. La currícula de las carreras deportivas, al igual que las propuestas de Postgrado, también serán eje de desarrollo. Cabe destacar que se refiere no sólo aquellas que son específicas del Deporte, sino también se buscará poner en agenda el tema del Olimpismo en otras carreras de Postgrado en áreas de Física, Biología, Bioquímica, Ciencias Sociales, Derecho, Humanidades, Economía y Arquitectura; por nombrar algunas.

Con el fin de alcanzar lo descripto anteriormente, la capacitación de los docentes de Educación Física en temáticas del Olimpismo será indispensable para generar y “compartir solidariamente, conocimiento, tareas y recursos que hacen al capital humano, cultural, social, simbólico y económico” (DALOTTO, 2013, p. 2).

Finalmente, respondiendo a la nueva dirección que adopta la gestión de la Universidad Nacional del Litoral de pensar la adecuación de los trayectos educativos en función de la formación del ciudadano, se buscará incentivar la “apropiación social del conocimiento” (LIZÁRRAGA, 2018) entendiéndola como la responsabilidad que tenemos como educadores de transferir los saberes para potenciar y generar nuevos

que sean sumativos para responder a necesidades y demandas del entorno. Así, se comprenderá que todos tomamos parte en el momento de crear espacios de cambio a través del trabajo coordinado en pos de un objetivo común establecido.

Referencias

- AGUILAR, J.; CHEBEL, E.; FRANCIS, C. El origen de los clubes en Argentina y el rol del estado frente a las entidades deportivas. **Efdeportes: Revista Digital**, Buenos Aires, año 9, n. 61, jun. 2003. Disponible em: <<http://www.efdeportes.com/efd61/clubes.htm>>. Acceso em: 03 mar. 2018.
- AISENSTEIN, A. La educación física en la escuela primaria (1880 – 1930). En: ASCOLANI, A. (Comp.). **La Educación en Argentina**. Estudios de Historia. Rosario: Ed. Del Arca, 1999. p. 145-161.
- ALBARRACIN, N. La identidad de la Educación Física. Un debate entre alienación, ciencia y crisis. **Efdeportes: Revista Digital**, Buenos Aires, año 13, n. 121, jun. 2008. Disponible em: <<http://www.efdeportes.com/efd121/la-identidad-de-la-educacion-fisica.htm>>. Acceso em: 04 mar. 2018.
- BENTO, J. Texto circular del XVII Congresso de Ciências do Desporto e de Educação Física dos Países de Língua Portuguesa. **Cuidar da Casa Comum: da Natureza, da Vida, da Humanidade**. Oportunidades e responsabilidades do desporto e da educação física. Fortaleza, 2017.
- BINNDER, A. **Teaching Values**. An Olympic Education Toolkit. Lausanne: International Olympic Committee, 2007.
- COMITÉ OLÍMPICO ARGENTINO. (2015). **Curso de Administración Deportiva en Santa Fe**. Disponible em: <<http://www.coarg.org.ar/index.php/jjooj/item/1330-curso-de-administraci%C3%83%C2%B3n-deportiva-en-santa-fe>>. Acceso em: 10 mar. 2018.
- COMITÉ OLÍMPICO ARGENTINO. (2014). **Olimpismo: Deporte, Cultura y Valores**. Nueva materia de la UNL. Disponible em: <<http://www.coarg.org.ar/index.php/jjooj/item/1160-%E2%80%9Colimpismo-deporte-cultura-y-valores%E2%80%9D-nueva-materia-de-la-unl>>. Acceso em: 10 mar. 2018.
- COMITÉ OLÍMPICO INTERNACIONAL **Manual de administración deportiva**. Calgary: Ed. Roger Jackson & Associates Ltd, 2014.
- COMITÉ OLÍMPICO INTERNACIONAL. **Carta olímpica**. Lausanne: Comité Olímpico Internacional, 2017.
- DALOTTO, S. **Educación olímpica**. Buenos Aires: Ed. Comité Olímpico Argentino, 2013.
- UNIVERSIDAD NACIONAL DEL LITORAL (2017) **Conferencia: La ética en el deporte como herramienta para la excelencia deportiva**, 2017. Disponible em: <<https://www.unl.edu.ar/agenda/index.php?act=showEvento&id=15485&imprimir=1>>. Acceso em: 10 mar. 2018.
- NÓMINA DE ASIGNATURAS ELECTIVAS. Facultad de Bioquímica y Ciencias Biológicas, Universidad Nacional del Litoral, 2013. Disponible em: <[http://www.fbc.unl.edu.ar/media/N%C3%93MINA%20DE%20ASIGNATURAS%20ELECTIVAS\(1%C2%BAC%202013%20Res_%20CS%20424-12\).pdf](http://www.fbc.unl.edu.ar/media/N%C3%93MINA%20DE%20ASIGNATURAS%20ELECTIVAS(1%C2%BAC%202013%20Res_%20CS%20424-12).pdf)>. Acceso em: 10 mar. 2018.
- FACULTAD DE BIOQUÍMICA Y CIENCIAS BIOLÓGICAS. **La UNL firmó un acuerdo para la creación del Centro de Estudios Olímpicos UNL-COA**. 2016. Disponible em: <http://www.fbc.unl.edu.ar/noticia/27158/la_fbc_firm%C3%B3_un_acuerdo_para_la_creaci%C3%B3n_del_centro_de_estudios_ol%C3%ADmpicos_unl-coa.html>. Acceso em: 11 mar. 2018.
- Facultad de Bioquímica y Ciencias Biológicas. **El Centro de Estudios Olímpicos viajó a Grecia**. 2017. Disponible em: <http://www.fbc.unl.edu.ar/noticia/31603/el_centro_de_estudios_ol%C3%ADmpicos_viaj%C3%B3_a_grecia.html>. Acceso em: 02 feb. 2018.

- Facultad de Bioquímica y Ciencias Biológicas. **Centro de Estudios Olímpicos “UNL-COA”**. 2018. Disponible em: <<http://www.fcb.unl.edu.ar/pages/destacados/centro-de-estudios-olimpicos.php>>. Acceso em: 03 fev. 2018.
- FACULTAD DE BIOQUÍMICA Y CIENCIAS BIOLÓGICAS. **Programa de carreras a término. Licenciatura en Educación Física**. Disponible em: <<http://www.fcb.unl.edu.ar/pages/estudios/carreras-a-termino/licenciatura-en-educacion-fisica.php>>. Acceso em: 16 mar. 2018.
- FACULTAD DE INGENIERÍA QUÍMICA. **Propuesta de asignaturas electivas – Segundo cuatrimestre 2017**. 2017. Disponible em: <<http://www.fiq.unl.edu.ar/media/docs/Estudio%20Grado/Asignaturas%20Electivas/UNL-%20N%C3%B3mina%20Asignaturas%20Electivas%20do%20Cuat%202017.pdf>>. Acceso em: 10 mar. 2018.
- “Mammarella y Lizárraga empiezan a perfilar la universidad del centenario”. **Diario. El Paraninfo**. Santa Fe, Argentina, 2018. p.10-11.
- MÜLLER, N. **Olympic. Education**. University Lecture on the Olympics. Barcelona: Centre d’Estudis Olímpics, 2004.. p. 5.
- ROZENGARDT, R.; ACOSTA, F. **Historia de la Educación Física y sus instituciones: Continuidades y rupturas**. Buenos Aires: Ed. Miño y Dávila, 2011.
- SARAVÍ RIVIÉRE, J. **Historia de la Educación Física Argentina**. Buenos Aires: Publicación del IEF N1 “Dr. Enrique Romero Brest”, 1999.
- UNIVERSIDAD NACIONAL DEL LITORAL. **Colegio Secundario**. 2018c. Disponible em: <<https://www.unl.edu.ar/blog/escuela-secundaria/>>. Acceso em: 18 mar. 2018.
- UADE. **Valores que representan a los argentinos**. 2017. Disponible em: <[https://www.uade.edu.ar/upload/Informe%20Valores%20que%20Representan%20a%20los%20Argentinos_UADE-Voces_2017%20\(feb2018\).pdf](https://www.uade.edu.ar/upload/Informe%20Valores%20que%20Representan%20a%20los%20Argentinos_UADE-Voces_2017%20(feb2018).pdf)>. Acceso em: 01 mar. 2018.
- UNIVERSIDAD NACIONAL DEL LITORAL. **Nivel Inicial: Jardín maternal “La Ronda”**. 2018a. Disponible em: <<https://www.unl.edu.ar/blog/nivel-inicial-jardin-maternal-la-ronda/>>. Acceso em: 18 mar. 2018.
- UNIVERSIDAD NACIONAL DEL LITORAL. **Nivel Primario**. 2018b. Disponible em: <<https://www.unl.edu.ar/blog/nivel-primario/>>. Acceso em: 18 mar. 2018.
- UNIVERSIDAD NACIONAL DEL LITORAL. **La UNL dictará una novedosa carrera sobre gestión deportiva**. 2012. Disponible em: <https://www.unl.edu.ar/noticias/leer/9516/La_UNL_dictara_una_novedosa_carrera_sobre_gestion_deportiva.html#.WrGs5pNuYWp>. Acceso em: 18 mar. 2018.
- UNIVERSIDAD NACIONAL DEL LITORAL. **Tecnicatura Universitaria en Gestión Deportiva**. 2018. Disponible em: <<https://www.unl.edu.ar/blog/carreras/tecnicatura-universitaria-en-gestion-deportiva/>>. Acceso em: 18 mar. 2018.
- UNIVERSIDAD NACIONAL DEL LITORAL. **Dirección de Deportes**. 2018. Disponible em: <<https://www.unl.edu.ar/bienestar/deportes/>>. Acceso em: 18 mar. 2018.
- UNIVERSIDAD NACIONAL DEL LITORAL. **Escuela Industrial Superior**. 2018d. Disponible em: <<http://www.eis.unl.edu.ar/pages/institucional/historia.php>>. Acceso em: 18 mar. 2018.
- VILLARREAL DOLDÁN, J. **Perfeccionamiento bajo modalidad blended learning de profesionales de educación física y deportes con apoyo de herramientas multimedia en el contexto de la Universidad Nacional del Litoral**. 2011. 201f. Tesis (Magister en Tecnología Informática Aplicada en Educación)– Facultad de Informática, Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2011.

_____. Body and Movement as Means of Social and Cultural Integration. Developing Olympism Through Education and Sport. The Case of The National University of The Littoral (Santa Fe, Argentina). **XXI Postgraduate Seminar on Olympic Studies**. Olympia, Greece: International Olympic Academy, 2014.

_____. **Gestión deportiva**. Una primera aproximación. Santa Fe: Ed. Universidad Nacional del Litoral, 2015.

_____. Importance of Establishing Good Governance Concept and Practices Among University Students. **12th International Session for Educators and Officials of Higher Institutes of Physical Education**. Olympia. Greece, 2017.

LEY NACIONAL DE EDUCACIÓN 26.206. Disponible em: <<https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/ley-de-educ-nac-58ac89392ea4c.pdf>>. Acceso em: 21 mar. 2018.

LEY DE Protección Integral de los Derechos de las Niñas, Niños y Adolescentes N 26.061. Disponible em: <<https://www.educ.ar/recursos/118943/ley-nacional-26061-de-proteccion-integral-de-los-derechos-de-ninos-ninas-y-adolescentes>>. Acceso em: 21 mar. 2018.

Gestão do ensino superior: Um estudo de caso do curso de Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco

Tamires Oliveira da Silva Andrade¹
Edilson Laurentino dos Santos²
Vilde Gomes de Menezes³

Introdução

Quando falamos de Universidade, Mendonça (2000, p. 131) defende que a instituição universitária é uma criação específica da civilização ocidental, que tem um papel importante da cultura medieval e que ao longo dos anos exerceu também um papel significativo no processo de consolidação dos Estados Nacionais, surgidos principalmente no fim do século XVIII e início do século XIX, constituídos a partir do processo de industrialização original ou clássica com mecanismo de divisão do espaço geográfico internacional.

Assim como numa sociedade, nas Instituições de Ensino Superior (IES) também há necessidade de administrar os diversos cursos que são oferecidos, e para tal função, os gestores assumem a responsabilidade de administrar cada curso. Para Marquesin et al. (2008, p. 09):

O coordenador é um ator educativo fundamental para o sucesso da Instituição de Ensino Superior, já que mediante seu engajamento, sua participação e seu compromisso, ele busca coordenar e direcionar as configurações da instituição e do grupo, assegurando os ideais e os princípios educativos e a missão institucionais da IES.

Em se tratando do Curso de Educação Física no Brasil, desde o seu surgimento no período de 1824, vem-se desenvolvendo e conquistando espaço nos mais diversos âmbitos: escolas, áreas de lazer, academias, entre outros. Atualmente, são oferecidas nas Instituições de Ensino Superior (IES) duas formações: uma voltada para a escola, que seria a Licenciatura e outra voltada para clubes, academias etc., que seria o Bacharelado, ambas sempre com seu objetivo de aprimorar as potencialidades físicas e contribuindo assim com o desenvolvimento pleno do ser humano.

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar a Memória da Gestão do Ensino Superior em Educação Física em Licenciatura Plena da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no período de 1973 a 1985, e a justificativa para esse marco temporal, se dá pelo fato de que em 1973 foi ano da aula inaugural da primeira turma do curso de Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, e 1985 era o fim do regime militar e no qual o processo de redemocratização do Brasil ganhava força com escolha do novo presidente da República, à época, Tancredo Neves. Mais especificamente, o estudo teve como objetivos: a) analisar o perfil dos gestores do período em análise; b) sistematização da memória de programas, projetos e ações referentes ao período, c) análise do relacionamento entre o curso de Educação Física juntamente com os órgãos da reitoria e d) analisar a postura da Universidade Federal de Pernambuco, especialmente o Departamento de Educação Física, mediante aos acontecimentos políticos da época.

¹ Mestra em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil.

² Doutorando em Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPE), Brasil.

³ Doutor em Ciência do Desporto (U. Porto-Portugal); Prof. Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil.

Percurso metodológico da pesquisa

A pesquisa teve uma abordagem qualitativa do tipo descritivo e documental, que tecnicamente se propõe a proceder registro, análise e correlação de informações/dados. A pesquisa qualitativa responde “a questões muito particulares (...), ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 1994, p. 21), o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

O estudo em questão pode-se tratar de uma pesquisa histórica, que de acordo com Richardson (1999) é tipo de pesquisa que:

[...] ocupa-se do passado do homem, e a tarefa do historiador, consiste em ‘localizar, avaliar e sintetizar sistemática e objetivamente as provas, para estabelecer os fatos e obter conclusões referentes aos acontecimentos do passado’. A pesquisa histórica, porém, não está interessada em todos os acontecimentos desde a aparição do homem no mundo; ela se preocupa, particularmente, com o registro escrito dos acontecimentos (...). O objetivo da pesquisa histórica é contribuir para solucionar problemas através do exame de acontecimentos passados (p. 246).

De acordo com o autor, os critérios estabelecidos pela pesquisa histórica são: 1) *Área Geográfica*: Pernambuco/Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); 2) *Tempo Considerado*: 1972 a 1985; 3) *Atividade Humana*: Gestão do ensino superior; 4) *Pessoas Envolvidas*: ex-alunos e ex-coordenadora do curso de Educação Física do Estado de Pernambuco.

Utilizamos também, enquanto mais um recurso metodológico, da história oral como um método investigativo, pois ela centraliza na memória humana, além de buscar registrar vivências, acontecimentos e lembranças do passado enquanto testemunha do vivido, seja como atores ou testemunhas. Segundo Thompson (1992, p. 17) “[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas”.

Universidade no Brasil: uma descrição de sua trajetória

No Brasil, o ensino de caráter superior só foi criado em 1550 na Bahia, trazido pelos jesuítas, ao todo, foram criados 17 colégios no Brasil, e segundo Cunha (2000, p. 152) “Os alunos eram filhos de funcionários públicos, de senhores de engenho, de criadores de gado, de artesãos e, no século XVIII, também de mineradores”. As criações de universidades na colônia eram proibidas por Portugal, pois eles impediam o desenvolvimento do ensino superior, pois temiam que os estudos pudessem contribuir nos movimentos de independência.

Só em 1810 foram criadas as escolas, as academias e as faculdades, essas unidades de ensino superior possuíam uma direção especializada, programas sistematizados e organização conforme uma seriação preestabelecida, funcionários não docentes, meios de ensino e locais próprios. As cátedras independentes de Anatomia e de Cirurgia foram reunidas, e em 1813 deram origem às academias de Medicina no Rio de Janeiro e na Bahia. Após cinco anos da independência, o Imperador Pedro I acrescentou ao quadro existente os cursos jurídicos em São Paulo e em Olinda, com isso se completava a tríade dos cursos profissionais superiores que por muito tempo dominaram o cenário do ensino superior no Brasil: Medicina, Engenharia e Direito (CUNHA, 2000).

No Período imperial (1822 – 1889), o ensino superior no Brasil ficou mais denso, as cátedras se uniram formando academias, e foram criadas a Escola Politécnica, no Rio de Janeiro, em 1874, nascida da Escola Militar, e um ano depois a Escola de Minas, em Ouro Preto por determinação do Imperador. Após da transferência da sede do reino português para o Rio de Janeiro, o ensino superior que era clerical, se tornou todo estatal até a proclamação da República, em 1889.

Em 1891, ocorreram as reformas educacionais, que segundo Cunha (Ibid., p. 157), “criaram a figura da equiparação dos estabelecimentos de ensino secundário e superior ao Ginásio Nacional e às faculdades mantidas pelo governo federal”.

Com a volta de Getúlio Dornelles Vargas ao poder (1950-1954), ocorreu uma expansão do ensino médio e, conseqüentemente, o aumento da demanda pelo ensino superior que foi respondida pelo governo federal, que segundo Cunha (Ibid., p. 171) ocorreu de três maneiras: a) A criação de novas faculdades onde não as havia ou onde só existiam instituições privadas; b) A gratuidade de fato dos cursos das instituições federais de ensino superior, mesmo a legislação prevendo a cobrança de taxas; c) A “federalização” das faculdades estaduais e privadas, reunindo-as, posteriormente, em universidades custeadas e controladas pelo MEC.

Durante a ditadura militar, a educação sofreu duas grandes reformas, em 1968 e 1971, a partir de promulgação da lei nº 5.540/68, denominada de “Lei da Reforma Universitária”, que unifica o vestibular, passando a ser classificatório. Também aglutina as faculdades em universidade, visando uma maior produtividade com a concentração de recursos, cria o sistema de créditos, permitindo a matrícula por disciplina, que também resultará na criação das Faculdades ou Centros de Educação.

A Educação Física é inserida de forma mais sistemática no Brasil com a iniciativa do Exercício Brasileiro na primeira metade do século XX, associada à obrigatoriedade do serviço militar no país. O processo de obrigatoriedade do serviço militar era um investimento militar sobre a sociedade na época, visando à formação da nacionalidade brasileira, e com a iniciativa militar se deu a introdução da Educação Física no Brasil, de forma sistemática e obrigatória, como nos esclarece Castro (1997, p. 03):

Isso se deve, provavelmente, ao fato de que o senso comum contemporâneo relaciona educação física a ideologias de saúde, de lazer ou de esportes. Na primeira metade do século XX, entretanto, a vinculação entre educação física e defesa nacional era muito estreita. A educação física era vista pelo Exército e por amplos setores do Estado e da sociedade civil como uma atividade militar.

Com a leitura e análise deste artigo, podemos compreender como a área da Educação Física ingressou no Brasil com ajuda do Exército Brasileiro, e posteriormente em Pernambuco, também vimos como as contribuições do Militares foram importantes neste ingresso e nas mudanças na oferta da Educação Física no âmbito educacional.

Se observarmos os processos de ensinar e aprender na Educação Física Escolar na cidade de São Paulo, no governo ditatorial de Getúlio Dornelles Vargas, na perspectiva dos sujeitos que vivenciaram tal momento histórico enquanto alunos, e que posteriormente formaram-se em cursos superiores de Educação Física e atuaram como professores no ambiente escolar formal público e/ou privado, identificaremos na formação dessas pessoas uma profunda relação com as práticas corporais militares.

A problematização do estudo em tela se deu pelo fato de que as experiências vividas por professores que ensinaram Educação Física mostravam que mesmo com turmas mistas (meninos e meninas), eles sempre separavam nas atividades práticas, e com exercícios próprios para cada gênero, e o recorte utilizado no estudo foi o período da “Era Vargas”, caracterizado pelo governo Ditatorial do Presidente Getúlio Vargas, entre as décadas de 1930 e 1940.

A autora relata analisando as falas dos professores, que a dinâmica das aulas de Educação Física eram trabalhadas, pedagogicamente, a partir das questões de gênero, onde meninas e meninos faziam aulas separadamente, e os professores homens ensinavam as meninos primeiro e, logo em seguida, as professoras mulheres ensinavam as meninas. Esse era os dos principais controles ideológicos vigentes à época.

O Regime Militar enxergava as Universidades como um campo de atuação e intervenção direta para influenciar a sociedade brasileira, e a autora ainda esclarece que havia grupos muito heterogêneos (empresário, religiosos, intelectuais conservadores, nacionalistas de Direita) que apoiavam a lógica governamental militar. Esse coletivo conseguiu sustentar o golpe de 1964, e tinham como objetivo se unir contra “um inimigo comum” – os movimentos e coletivos de esquerda - na tentativa de barrar o crescimento dos mesmos, que diretamente, os ameaçava em seu *status quo*.

Várias Reformas de base foram se tornando mais frequentes nos debates entre os anos de 1961 e 1964, mas, parte significativa dos responsáveis pelo golpe militar, era contra reformas de cunho social, porém defendiam mais Reformas cristãs e democráticas, como uma forma de estratégia para afastar os projetos das esquerdas:

Primeiro presidente do ciclo militar, o general Castelo Branco patrocinou ensaio de reforma agrária com a edição do Estatuto da Terra e de Emenda Constitucional que removia o principal obstáculo à reforma: a exigência de indenizar as desapropriações em dinheiro. O propósito era tanto esvaziar a ação das esquerdas como modernizar a economia brasileira, mas provocou reação furiosa dos grupos conservadores, que acusaram Castelo Branco de trair o espírito da “revolução de 1964” (MOTTA, 2008, p. 30).

Para as Universidades a política do Regime Militar potencializou o combate e a censura às ideias de Esquerda e tudo que era considerado perigoso e desviante, com isso, fez afastar e reprimir todo o controle do movimento estudantil, e, além disso, foram criadas as Agências de Informação (AESI) com o objetivo de vigiar a comunidade acadêmica, censurando as pesquisas, a publicação de livros, através de murais e panfletos, disseminando valores tradicionais e também criaram disciplinas que se dedicavam ao ensino da moral e civismo. O artigo tem como objetivo abordar uma das facetas da dimensão repressiva do Regime militar nas Universidades.

Atualmente, quando falamos de organização das Instituições de Ensino Superior Brasileiras, estas seguem uma classificação, e com isso, existem diferenças entre suas funções, atribuições e características. Segundo o Ministério da Educação, e em conformidade com a Lei n. 9394/96 e Decreto n. 3860/0, as Instituições são divididas em dois segmentos: o primeiro é de *Organização Acadêmica* e o segundo é o de *Organização Administrativa*.

Quanto à de Organização Acadêmica, as IES podem ser: As Instituições Universitárias que podem ser **universidades** (que desenvolvem regularmente atividades de ensino, pesquisa e extensão); **universidades especializadas** (atuam numa área de conhecimento específica ou de formação profissional) ou **centros universitários** (com autonomia limitada pelo Plano de Desenvolvimento da Instituição - PDI); e Instituições não universitárias que podem ser os **IFET** (antigo CEFET) e **CET** que são instituições públicas ou privadas, pluricurriculares, especializadas na oferta de educação tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino e também podem ser **Faculdades Integradas** que são instituições públicas ou privadas, com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento.

Quanto à de Organização Administrativa, as Instituições de acordo com o MEC, podem ser públicas ou privadas, exemplos são as Instituição privadas sem fins lucrativos, as Comunitárias, Confessionais ou Filantrópicas.

A reforma universitária de 1968 veio para modificar de forma significativa a estrutura acadêmica e administrativa ao declarar “a autonomia econômica e didático-científica das universidades públicas, estabelece a escolha dos Reitores ao Presidente da República; cria a unificação das unidades acadêmicas” (ANTUNES, S.A.), abrindo caminho para que a Lei 5540/68 apresentasse todo um conjunto de normas importantes para a configuração atual das Instituições de Ensino Superior, “passando a requerer padrões inteiramente novos (para quem ainda não havia se consolidado, em termos institucionais) de regulação acadêmica e administrativa” (TRIGUEIRO, 2003, p. 4).

Com essa legislação de 1968, as universidades federais passaram a ser divididas pelos seguintes órgãos: **Órgãos Supervisores** que são compostos pelos: Conselhos Universitários, Conselho de Curadores, de Diretor, de Ensino, Pesquisa e Extensão e Reitoria; e **Órgãos Setoriais** que são compostos pelos: Centros, Conselho Departamental, Departamentos e Diretoria.

De acordo com o Decreto nº 2026, qualquer estrutura adotada pelas Instituições deve seguir os seguintes aspectos: *I. Administração Geral*: efetividade do funcionamento dos órgãos colegiados; relações entre a entidade mantenedora e a instituição de ensino; eficiência das atividades meio em relação aos objetivos finalísticos; *II. Administração Acadêmica*: adequação dos currículos dos cursos de graduação

e da gestão da sua execução; adequação do controle do atendimento às exigências regimentais de execução do currículo, adequação dos critérios e procedimentos de avaliação do rendimento escolar; *III. Integração Social*: avaliação do grau de inserção da instituição na comunidade, local e regional, por meio dos programas de extensão e de prestação de serviços; *IV. Produção científica, cultural e tecnológica*: avaliação da produtividade em relação à disponibilidade de docentes qualificados, considerando o seu regime de trabalho na instituição.

Educação Física na Universidade Federal de Pernambuco

A Universidade Federal de Pernambuco-UFPE foi criada pelo Decreto Lei nº 9.388, em 20 de junho de 1948, sendo solenemente instalado sob o nome de Universidade do Recife, fruto da união entre a *Faculdade de Direito do Recife* (fundada em 1827), a *Faculdade de Filosofia de Pernambuco* (fundada em 1941), a *Faculdade de Medicina do Recife* (fundada em 1927), a *Escola de Engenharia de Pernambuco* (fundada em 1895) e a *Escola de Belas Artes* (fundada em 1932), tornando-se o primeiro cento universitário do Norte e Nordeste de Brasil, e teve como seu primeiro Reitor o Professor Joaquim Inácio de Almeida Amazonas.

Com a Lei nº 5.540/68, a UFPE sofreu grandes mudanças, possibilitando a implantação de uma estrutura orgânica com base em Departamentos, implantação essa existente nos dias atuais. Segundo Cavalcante (2008, p. 90), a UFPE seguindo em direção a sua reforma, substituiu os cursos seriados pelo sistema de regime de créditos, logo em seguida, cria os ciclos básicos e agrupamento dos centros acadêmicos. Além disso, foi criado pela Resolução nº 12/72, do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPE, que cria o Curso de Licenciatura em Educação Física e o de Técnico em Desportos, tendo como Reitor o Professor Marcionilo de Barros Lins.

O Curso de Educação Física tinha como principal objetivo atender às exigências do mercado de trabalho, e junto com ele criou-se o Departamento de Educação Física, tendo como primeira Coordenadora a professora Carmem Monteiro Freitas. Seus principais objetivos eram: dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da educação física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática; pesquisar, conhecer, compreender, analisar, avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões do movimento humano, tematizadas, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando à formação, à ampliação e enriquecimento cultural da sociedade para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável, dentre outros.

Sua primeira turma teve a aula inaugural em março de 1973, e segundo França (1994, p. 57) “a turma era composta por cinquenta alunos, doze do sexo feminino trinta e oito do sexo masculino, as aulas eram desenvolvidas nas instalações da UFPE e no Clube Náutico Capibaribe eram realizadas as aulas de natação” e formou trinta e sete alunos em 1975, o ingresso para o curso era por meio de vestibular, além de se submeter a um teste de aptidão física.

Os candidatos que fossem reprovados no teste de aptidão física eram considerados inaptos e desclassificados, e além desse teste eram submetidos a exames clínicos e de laboratório, como forma de análise de suas condições de saúde. Os cursos de Licenciatura em Educação Física e do Técnico de Desportos eram subordinados à Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários, tendo como Pró-Reitor o Professor Armando Samico.

Para a realização das atividades práticas do curso, houve a necessidade de estrutura mais adequada para as aulas, com isso foi criado o Centro Esportivo Universitário, por meio da Resolução nº 02/1972 do Conselho universitário da UFPE, atualmente é denominado Núcleo de Educação Física e Desportos, tendo como primeiro Diretor o Professor Adilson Figueredo.

Ao analisarmos as disciplinas ofertadas pelo Curso de Educação física, podemos perceber que as de cunho pedagógico exercem um papel secundário, sendo as de cunho prático e da saúde privilegiadas, e segundo Carvalho e Vianna (1998), “as disciplinas do curso de licenciatura (conteúdos específicos e pedagógicos), não podem ser simplesmente agregadas”. Para Cavalcante (2008, p. 102) “a formação do licenciado complementa-se através da acomodação dos conteúdos específicos e pedagógicos em disciplinas capazes de transformar e selecionar os conteúdos mais adequados ao contexto escolar”.

A importância das disciplinas pedagógicas se dá ao simples fato que só cursando as mesmas que o licenciando tem função enquanto professor, pois elas os ensinam a ensinar; já as disciplinas de modalidades esportivas visam mais a sua prática, de como é feito, os movimentos, as regras, as táticas, com isso, só cursando as disciplinas pedagógicas que o professor formado será capaz de transmitir, de ensinar todas as práticas contidas no curso.

Outro ponto importante fazendo a análise da grade curricular do Curso de Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco é que ele:

Não sofreu alterações significativas até o início da década de 1980, época em que foram inseridas disciplinas eletivas como o Atletismo 3, Voleibol 2, Handebol 2, Natação 2, Basquetebol 2, Futebol de campo 2 e Métodos de Processos de Treinamento. A disciplina Esgrima 1 (comum a ambos os sexos) passou de obrigatória para eletiva e os alunos deveriam cursar, no mínimo, duas disciplinas entre as eletivas oferecidas (Ibid., p. 103).

O curso tinha a carga horária de 1.935 horas/aula para alunos do sexo masculino e 1.920 horas/aula para alunos de sexo feminino, assim o curso era denominado Licenciatura Plena, as disciplinas mais específicas do curso eram ministradas pelos professores lotados no Departamento de Educação Física, as disciplinas das áreas de saúde e ciências humanas eram ministradas nos seus departamentos, com essa interação do departamento de Educação Física com outros departamentos.

Com o crescimento da área da Educação Física em Pernambuco, principalmente a necessidade de professores de Educação Física no interior do Estado, foi criado, no início da década de 1980, o Curso de Licenciatura curta em Educação Física, onde seria ministrado na Cidade de Petrolina, tinha carga horária de 1.200 horas/aula, e era composta por três módulos, e mesmo em crescimento.

O Curso de Educação Física da UFPE não sofreu, de forma positiva, mudanças em seu currículo até a primeira revisão realizada em 88/89. As primeiras grandes mudanças só ocorreriam em 2011, com alteração do perfil curricular do Curso de licenciatura e com a renovação do reconhecimento do Curso pela Portaria nº 286 de 24/12/2012, deixando de ser plena, e com a autorização do funcionamento e criação do Curso de Bacharelado, de acordo com 3ª sessão ordinária do CCEPE em reunião de 15/06/2011 com base no Parecer nº 81/2011. Hoje em dia são ofertados dois Cursos, ambos com 60 vagas na primeira e segunda entrada, e com carga horária 2.970 horas/aula e 3.255 horas/aula, respectivamente.

Sistematização e análise de dados

Conforme foi descrito na metodologia, realizamos as entrevistas de acordo com os critérios estabelecidos de escolha dos participantes, que era de exercer função de coordenadores, professores e alunos no curso de Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco no período de 1972 a 1985, após a escolha, chegamos ao total de três entrevistas realizadas.

Os dados obtidos nas entrevistas, juntamente com bibliografias relacionadas ao objetivo de pesquisa, tornaram possíveis chegar a uma análise necessária ao estudo, os instrumentos de coleta de dados foram elaborados seguindo os critérios mencionados da metodologia, organizamos as respostas por categorias empíricas estabelecidas de acordo com os objetivos, descritas a seguir: **1º Categoria Temática:** Década de 1970; **2º Categoria Temática:** Postura da Universidade Federal de Pernambuco e do Departamento de Educação Física, mediante aos acontecimentos políticos da época; **3º Categoria Temática:** A Relação

dos gestores tanto por parte da Reitoria como por parte do Departamento de Educação Física, com os professores, alunos e funcionários; **4ª Categoria Temática:** Existência de programas, projetos e eventos no Departamento de Educação Física; **5ª Categoria Temática:** Estrutura física do Núcleo de Educação Física e Desportos e articulação com outros cursos.

Sobre os resultados, na primeira categoria, abordamos a década de 70, todos os entrevistados relataram que foi uma década muito conturbada, de tempos difíceis, foi uma década governada por dois presidentes Médici (1969 a 1974) e Geisel (1974 a 1979) e, historicamente, a década de 70 se destacou por sua repressão à luta armada crescente, ao mesmo tempo em que uma severa política de censura era colocada em execução, isso ocorria de forma geral no País, e as Universidades foram essenciais nesta luta contra a ditadura militar.

Ao analisarmos os discursos dos entrevistados, verificamos algumas palavras que foram destaque em suas falas: “conturbada” e “momentos difíceis”, e essas afirmações dos nossos entrevistados podem ser explicadas, quando identificamos que, os anos setenta se iniciam numa atmosfera de repressão e perseguição aos segmentos não alinhados ao projeto governamental de desenvolvimento econômico e limitação democrática. Motta (2008, p. 33) destaca que “nas Universidades brasileiras houve resistência contra o autoritarismo, especialmente proveniente do movimento estudantil e sindical”. Santos (2009, p. 101) completa destacando a importância do Movimento Estudantil (ME) no Brasil dizendo que “o ME foi responsável por muitas ações de protesto em oposição ao regime e que teve apoio de alguns partidos e organizações políticas”.

Todos os órgãos de repressão da ditadura militar estavam em pleno funcionamento, quando o presidente Médici assumiu o poder

De 1964 até 1968, o trabalho de repressão política ficou sob exclusiva jurisdição civil, destacando-se neste período as atuações do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) em cada estado, Secretarias Estaduais de Segurança Pública (SESPS) e Departamento de Polícia Federal (DPF). A partir de 1969, entraram em funcionamento os centros de informações de cada ramo das Forças Armadas: Centro de Inteligência do Exército (CIE), Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). Também foram criados o Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e órgãos paramilitares clandestinos como a Operação Bandeirante (Oban) (CANCIAN, 2006).

Outro ponto importante a se destacar é que, na transição do governo Médice para o governo Geisel, o Movimento Estudantil ganhou força, enquanto antes as manifestações eram restritas no interior das Universidades; a partir de 1977, os estudantes saíam às ruas realizando passeatas, atos políticos e exigindo liberdade democrática (CANCIAN, 2006).

Na segunda categoria abordamos a Postura da Universidade Federal de Pernambuco e do Departamento de Educação Física, mediante aos acontecimentos políticos da Época, e também, de forma generalizada, os entrevistados relataram a imparcialidade da instituição em meio à ditadura militar, na fala da Professora Tereza França. Ela destaca que só em alguns segmentos da Universidade ocorreram movimentos de resistência, de opressão, alegando que muito professores foram sim exilados.

No Departamento de Educação Física essa postura não mudou, e o motivo foi explicado pela fala da ex-coordenadora da época, professora Carmen Monteiro, que disse: “havia um movimento estudantil contra a ditadura e a Universidade Federal não escapou disso, mas eu não permiti lá, como coordenadora, nenhuma reunião dentro das instalações, eles foram para lá e eu não permiti que entrassem, mandaram me chamar, eu fui lá na portaria e disse: não quero movimento político aqui e eu, modesta parte, tinha uma certa autoridade, então não deixei entrar”. Isso nos leva à conclusão de que a Universidade, e também o Departamento de Educação Física, tomaram a posição de permanecer neutra diante dos fatos ocorridos.

Interessante destacarmos que os discursos dos entrevistados nos mostram a imparcialidade da Universidade Federal de Pernambuco em meio à ditadura militar, o que nos leva a pensar sobre as atitudes

(ou a falta) dos órgãos de autoridade como a Reitoria e Pró-Reitorias, e quando a Professora Tereza França fala em seu discurso, sobre a não criação de um movimento de resistência por parte da UFPE, esse relato por ser explicado a seguir:

Falar-se em resistência nas administrações universitárias é, na verdade, inapropriado, pois como dirigentes de órgãos públicos reitores e diretores tinham pequena margem de manobra para fugir às determinações do Estado. Escolhidos pelo governo federal após a elaboração das listas sêxtuplas, de modo geral os reitores estavam de acordo com os projetos do regime militar, e deve ser ressaltado que alguns dentre eles eram oficiais das Forças Armadas. Muitos dos reitores apoiavam as ações de repressão contra membros da comunidade universitária e mantinham contatos e cooperavam assiduamente com os órgãos de segurança (MOTTA, 2008, p. 57-58).

Ainda sobre o seu relato, a professora Tereza França, diz que só alguns segmentos da UFPE realizaram esse combate contra o governo, por meio de movimentos estudantis, e por consequência houve professores exilados, expulsos. Também no relato da professora Carmen Monteiro, houve um caso de invasão do exército por causa de um tumulto que estava acontecendo numa área da Universidade, e estes acontecimentos descritos pelas entrevistadas, pode ser explicado a seguir:

A política do regime militar para as Universidades implicou o combate e a censura às ideias de esquerda e tudo o mais considerado perigoso e desviante – e, naturalmente, reprimiu e afastou dos meios acadêmicos os seus defensores; o controle e a subjugação do movimento estudantil; a criação de agências de informação (AESI) para vigiar a comunidade universitária; a censura à pesquisa, assim como à publicação e circulação de livros; e tentativas de disseminar valores tradicionais através de técnicas de propaganda (murais e panfletos), da criação de disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo (chamadas nas universidades de Estudos de Problemas Brasileiros – EPB) (MOTTA, 2008, p. 32).

Analisando os discursos acima mencionados, diferente das Universidades das Regiões Sudeste, Sul, a Universidade Federal de Pernambuco, particularmente os órgãos administrativos, assim como também o departamento do Curso de Educação Física, não exerceu um papel ativo contra um acontecimento político importante no Brasil, a ditadura militar, nos levando a pensar que a sua abstenção se dá por não aceitar as ideologias políticas do regime militar e/ou as ideologias dos grupos e movimento estudantis contra o governo, optando em não escolher um dos lados e sim permanecer neutra.

Na terceira categoria, analisamos a relação dos gestores tanto por parte da Reitoria como por parte do Departamento de Educação Física, com os professores, alunos e funcionários, houve contradições nas falas dos entrevistados, quando perguntados sobre a relação da Reitoria com coordenadores e professores.

Nesta categoria analisada, podemos observar nos relatos dos entrevistados, discordâncias na fala da professora Carmen Monteiro, com as falas da professora Tereza França e do professor Paulo Rubem. Enquanto coordenadora, a professora Carmen Monteiro teve uma relação muito boa com a reitoria, a prova é que o reitor da época lhe convidou para criar o curso de Educação física da UFPE, já nas falas da professora Tereza França e professor Paulo Rubem, vimos que na função de alunos, e logo em seguida de professores, houve um certo atrito nas partes. O professor enxergou que a Reitoria não dava a devida importância ao curso de Educação Física, enquanto a professora relatava a dificuldade em se conseguir subsídios e no contato com as Pró-Reitorias.

Diante dos fatos apresentados, podemos compreender a importância que o bom gestor tem numa instituição de ensino, ele tem o dever de assumir a responsabilidade de alcançar metas e objetivos estabelecidos na sua organização, e para ser conduzido a melhores resultados. O gestor antes de tudo precisa ter competência em sua função e para esclarecer sobre o desenvolvimento de competências do ser humano, Gramigna (2002) traz uma metáfora, a “árvore das competências”:

Observa-se o desenvolvimento de competências do ser humano, comparando-o ao processo de crescimento de uma árvore, a qual é composta por três componentes (raiz, tronco e copa), combinados formam um todo, não tendo um bom resultado vistos isoladamente. Quando se cuida de cada parte de forma adequada, a árvore percorre seu curso natural, cresce saudável, gerando assim, bons frutos e belas flores. Tal tripé está relacionado às atitudes, conhecimentos e habilidades, vistos de forma integrada, produzirão bons resultados (GRAMIGNA, 2002, p. 18).

Quando na fala da professora Tereza, ela fala sobre gestão mais eficiente, isso nos diz que o bom gestor universitário é o responsável pelo crescimento positivo de uma IES, e para isso é preciso traçar metas e alcançar objetivos de forma eficiente. Segundo Maia e Santana (2014, p. 2) “é importante que o gestor universitário identifique e desenvolva um perfil de competências gerenciais que possibilite uma gestão eficaz, garantindo assim superar os desafios atuais e futuros que podem acometer a instituição”.

Na quarta categoria, falamos sobre a Existência de programas, projetos e eventos no Departamento de Educação Física e ocorreram vários programas, eventos esportivos como caminhadas, torneios de futebol, festivais e acadêmicos, dando destaque aos Jogos Universitários, mas também foram citados eventos acadêmicos, encontros acadêmicos, entre outros.

Como analisamos nas falas, ocorreram vários programas, eventos esportivos como caminhadas, torneios de futebol, festivais e acadêmicos, dando destaque aos Jogos Universitários, segundo Santos e Malagutti (2014, p. 01):

Os Jogos Universitários Brasileiros (JUBs) representam a principal competição esportiva entre os alunos das Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil. Sendo organizada pela Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CBDU), é realizada anualmente com a função de selecionar alunos/atletas para representação nacional em competições internacionais continentais e mundiais.

Ainda sobre os Jogos Universitários, o intuito desses jogos era de reunir os alunos para prática de atividades esportivas, realizado fora do calendário acadêmico como forma de comemorar a conclusão do período de estudo, era diferente das competições oficiais, sendo visto mais como forma de lazer entre os acadêmicos.

Não só eventos esportivos foram citados entre as entrevistadas, mas também eventos acadêmicos, encontros, isso é de grande importância para qualquer curso de graduação, e segundo França (1994, p. 58) o departamento de Educação Física da UFPE, realizou um Curso de Aperfeiçoamento em Natação, em 1973, e outro Curso de Aperfeiçoamento em Atividade Didático-Desportivo-Biomecânica, em 1976. Segundo a autora, “em convênio com a CAPES/PICD, o Departamento de Educação Física promoveu dois cursos de Pós-Graduação, em nível de Especialização em Ciências do Esporte. O primeiro período foi de 1979 a 1980 e o segundo de 1980 a 1981”. Como podemos notar o Departamento de Educação Física, nesses períodos acima mencionados, teve um crescimento científico bastante significativo, onde destacamos:

Um grupo de professores preocupados com os rumos apresentados e buscando assumir o compromisso com a produção de conhecimento, elabora e desenvolve projetos, cursos e eventos significativos de repercussão regional e nacional, dentre os quais destaco: Projeto Desenvolvimento de Esportes para Todos no Bairro Vasco da Gama, Projeto Praia, Projeto Criança em movimento e Vida, Projeto Interdisciplinar (Ibid., p. 58).

Na quinta e última categoria, abordamos a Estrutura física do Núcleo de Educação Física e Desportos e articulação com outros cursos e pudemos observar nas falas que dois entrevistados relataram que sempre houve problemas com relação às instalações físicas do Núcleo de Educação Física e Desportos,

desde a inauguração do curso. O professor Paulo Rubem ainda destaca em sua fala, sobre as várias reivindicações feitas, e que nem tudo era consolidado. De quadras descobertas a banheiros inadequados eram os problemas, causando assim desconforto aos acadêmicos, e isso tudo interferiu de forma negativa na aprendizagem destes.

Como sabemos o Curso de Educação Física abrange os mais diversos esportes do mundo, e com isso cada Esporte tem um espaço físico diferente, e seguindo a fala da professora Carmen Monteiro, “tudo tem suas medidas”, então, para um bom funcionamento do curso Educação Física, são necessárias instalações que permitam as vivências do curso, e quando se tem falhas nesta parte, tem consequência no ensino-aprendizagem.

Considerações finais

Assim como toda a prática dessa área no âmbito escolar, Motta (2008) trouxe como o Regime Militar enxergava as Universidades, como a presença das assessorias de segurança, de forma repressiva, nas Universidades modificou o cotidiano acadêmico, concluindo que essa presença foi bastante negativa, sendo um causador, por exemplo, da censura e controle, censurar a circulação de livros, além de vigiar as cerimônias de colação de grau, eles filtravam pessoas a serem contratados para exercer cargos de direção, proibiram certos eventos.

Podemos concluir como a importância de sabermos a história de um Curso, de sua trajetória, dos seus problemas enfrentados, das suas conquistas, da sua criação, e ao analisarmos especificamente o Curso de Educação Física, podemos concluir que, com base a minha vivência acadêmica e as falas dos (as) entrevistado (as), desde sua criação até os dias atuais sempre enfrentaram problemas, tanto de ordem pedagógica quanto de estrutura física, além da dificuldade, ainda presente, de diálogos com a Reitoria. Podemos observar que alguns problemas descritos no período de 1972 a 1985, ainda estão presentes nos dias atuais.

Concluimos, também, refletindo sobre a importância de um gestor universitário, e de como ele necessita ser preparado para administrar uma Instituição por igual, olhando não só para alguns cursos, mas sim para todos. As dificuldades podem ser diferentes de um para outro, mas a sua relevância não, pois todos os problemas precisam ser enfrentados por igual, desde a compra de um aparelho para o curso de medicina, de computadores para o curso de informática, de bolas para o curso de Educação Física. Tais questões são necessidades diárias de cada curso. E para, além disso, saber administrar logisticamente o uso de cada um desses equipamentos adquiridos. Este trabalho serviu e servirá, aos futuros coordenadores, chefes e Reitoria como forma de planejamento estratégico em suas gestões ainda servirá de estudos para analisar a história dos outros cursos numa Instituição de Ensino Superior.

Referências

- ANTUNES, Isa Cristina Barbosa; SILVA, Rafael Oliveira da; BANDEIRA, Tainá da Silva. A Reforma Universitária de 1968 e as transformações nas instituições de ensino superior. In: SEMANA DE HUMANIDADES, 19., 2011, Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2011.
- BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 894, 14 nov. 1969.
- _____. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 215, 10 jun. 1987.
- _____. Conselho Federal de Educação. Resolução nº 03, 16 jun. 1987. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 set. 1987.
- _____. Conselho Federal de Educação. Resolução nº 69, de 2 de dez. 1969.

- _____. Lei nº 5.664, de 21 de junho de 1971. Acrescenta parágrafo único ao artigo 1º do Decreto – Lei nº 705/69 de 25/07/69, que altera a redação do artigo 22 da lei nº 4.024 de 20/12/61, que fixa as diretrizes e bases de Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 jun. 1971. Seção 1, p. 4769.
- _____. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento de ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 nov. 1968. Seção 1, p. 10369.
- _____. Lei nº 9.388, de 20 de junho de 1946. Cria a Universidade do Recife e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 jun. 1946. Seção 1, p. 9615.
- _____. Ministério da Educação. **Resolução nº 03/88-CFE**: Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). Brasília: MEC, 16 de jun. de 1987.
- CANCIAN, Renato. **Governo Médici (1969-1974)**: “milagre econômico” e a tortura oficial. 2006. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-medici-1969-1974-milagre-economico-e-a-tortura-oficial.htm>>. Acesso em: 03 abr. 2018.
- _____. **Governo Geisel (1974-1979)**: “distensão”, oposições e crise econômica. 2006. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-geisel-1974-1979-distensao-oposicoes-e-crise-economica.htm>>. Acesso em: 03 abr. 2018.
- CARVALHO, A. M. P.; VIANNA, Deise Miranda. A quem cabe à licenciatura. **Ciências e Cultura**, São Paulo, v. 40, n. 2, 1988.
- CASTRO, Celso. Corpore sano: os militares e a introdução da educação física no Brasil. **Antropolítica**, Niterói, n. 2, p. 61-78, 1. sem. 1997.
- CAVALCANTE, Márcio Eustáquio Lopes. **O ensino da educação física no Estado de Pernambuco (1940-1972)**. 2008. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T. et al. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- FRANÇA, Tereza Luiza de. **A prática pedagógica no interior das disciplinas específicas do curso de licenciatura em educação física e técnico em esportes da Universidade Federal de Pernambuco**: capacidade, possibilidades e motivação no trabalho docente. 1994. 174f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)– Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- GRAMIGNA, Maria Rita. **Modelo de competências e gestão dos talentos**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.
- MARQUESIN, Denise Filomena Bagne et al. O coordenador de curso da Instituição de Ensino Superior: atribuições e expectativas. **Revista de Educação**, v. 11, n. 12, p. 7-21, 2008.
- MENDONÇA, A. W. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 131-150, 2000.
- MENEZES, Vilde Gomes de. **Gestão de políticas públicas desportivas municipais**: análise da região metropolitana do Recife-PE- Brasil no período de 2002-2008. 2009. 360f. Tese (Doutorado em Ciência do Desporto)– Faculdade de Desporto, Universidade do Porto, Porto, 2009.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

- _____. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. Cecília (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 30-67, 2008.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- SANTOS, Luciana Letícia Sperini dos; MALAGUTTI, João Paulo Melleiro. O esporte/festa: uma nova proposta de jogos entre os universitários. In: CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 7., 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2014.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. **Gestão de educação superior no Brasil**. [s.d.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/governo_e_gestafinal_michelangelogiotto.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2018.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. São Paulo: Atlas, 1987.
- UFPE. Resolução nº 12, de 06 de outubro de 1972. Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão – CCEPE, cria o Curso de Licenciatura em Educação Física e Técnico em Desportos na Universidade Federal de Pernambuco.
- _____. Resolução nº 02/1972 do Conselho universitário da UFPE, cria o denominado Núcleo de Educação Física e Desportos.

Extensão universitária: um espaço na formação profissional

Regina Simões¹

Aline Dessupoio Chaves²

Introdução

Na atualidade, a reestruturação da sociedade em diferentes setores é uma realidade, consequência das diversas transformações políticas, sociais, econômicas, culturais e educacionais (RIOS, 2005).

No aspecto educacional, as mudanças dos últimos tempos afetam tanto a formação como a atuação profissional nas diferentes áreas de conhecimento, obrigando os cursos e os que neles atuam a (re)construir, (re)organizar e mesmo atualizar currículos e práticas pedagógicas, considerando tanto a produção de novos conhecimentos e tecnologias quanto a dinâmica do mundo do trabalho e do oferecimento de serviços na sociedade atual.

Como instituição educacional, a universidade tem o compromisso de promover ações que garantam uma formação calcada em valores culturais, democráticos, científicos, éticos, de igualdade e de cidadania, mesmo diante dos movimentos para que ela atenda às demandas de consumo geradas pela globalização e pelas necessidades da economia de mercado (COLOSSI; CONSENTINO; QUEIROZ, 2001; SANTOS et al., 2014).

Apesar dessas pressões, a universidade necessita exercer sua vocação histórica e manter a liberdade de pensamento, gerar novos conhecimentos e buscar junto à própria comunidade subsídios para detectar os anseios sociais.

Do ponto de vista legal, o eixo fundamental da universidade brasileira é formado pelo princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 1988), sendo essencial, em seu interior, discutir e implementar ações que assegurem a igualdade de tratamento numa perspectiva de íntima unidade entre estas três dimensões (MOITA; ANDRADE, 2009).

Pensar e concretizar a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão é a afirmação de um paradigma de universidade, que deve produzir conhecimentos e, efetivamente, torná-los acessíveis aos mais variados segmentos da sociedade. Nesta perspectiva, é a partir desta associação que se explica o princípio de conjugação entre teoria e prática como elemento fundamental na (re)construção e sistematização do conhecimento (CHAUI, 2003).

Corroborando com as reflexões sobre a necessidade da articulação destas três dimensões, Moita e Andrade (2009, p. 269) afirmam que:

[...] se consideramos apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade). Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade.

¹ Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Brasil. Programa de Mestrado em Educação. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Corporeidade e Pedagogia do Movimento – NUCORPO.

² Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Brasil. Grupo de Estudos e Pesquisas em Atividades Aquáticas – GEPEATA.

A pesquisa é peça importante, pois representa uma forma de dialogar criticamente com a realidade, colhendo maiores subsídios para a produção de conhecimento próprio no sentido de permitir possibilidades, resultantes de questionamentos, gerando novas atitudes frente à realidade encontrada. A pesquisa é fundamento básico do ensino na medida em que ele não pode ser mais tomado como autossuficiente. O professor que pesquisa pode proporcionar um ensino inovador. Seu trabalho se caracteriza pela produção de novos conhecimentos e não pelo mero repasse de dados existentes e, algumas vezes, desatualizados (GOULART, 2004; SOUZA JUNIOR, 2004).

O conhecimento novo, sendo pesquisado e produzido em consonância com a realidade social onde está inserido, propicia a qualificação do ensino, bem como possibilita a utilização de instrumentos apropriados para o fazer e para o saber fazer, o que, em última análise, contribui para a ação crítica e libertadora do futuro profissional.

Além disso, é essencial que na prática docente a pesquisa esteja vinculada aos conteúdos conceituais e aos saberes dos alunos (LÜDKE et al., 2009), e possa subsidiar e ou inovar o processo pedagógico (PORTILHO; ALMEIDA, 2008). Estimular a busca pelo conhecimento é levar o aluno a ter dúvidas, questionamentos, não se contentar com uma única resposta, ir ao encontro de soluções para resolver os problemas que estejam contextualizados em sua vida prática. O conhecimento deve ser incorporado, saboreado, pois a mera transmissão de informações não garante a aprendizagem (MOREIRA; SIMÕES, 2008).

No entanto, nenhuma dessas dimensões se concretiza sem a extensão universitária, que por ser elemento intrínseco do processo ensino-aprendizagem, possibilita ao aluno traduzir para o campo operativo no tempo presente os conhecimentos científicos e técnicos produzidos na universidade. É um espaço privilegiado para a formação que vai além do assistencialismo ou da prestação de serviços, pois provoca situações concretas de vivências da realidade cotidiana com vistas a superar desafios teórico-práticos (ALMEIDA; SAMPAIO, 2010).

As investigações oriundas destas vivências trazem para a sala de aula reflexões e discussões, materializando o processo de ensino, produzindo neste espaço um novo conhecimento articulado com a realidade experienciada. O envolvimento com vivências que extrapolam a sala de aula pode garantir uma formação não somente com competência científica e técnica, mas com habilidade política e ética.

Apesar de várias disciplinas em cursos de formação propiciarem vivências práticas, elas não garantem aos universitários a autonomia, a tomada de decisão, a competência técnica, a experiência antecipada de verdadeiros profissionais e todas as demais valências necessárias para ministrar aulas.

O ensino integrado ao conhecimento produzido a partir da pesquisa influenciando a demanda social através da extensão, ganha relevância e significado para os alunos em formação. Ao mesmo tempo, a mediação entre as três dimensões proporciona ao professor universitário a possibilidade de estar “[...] atualizado e conectado com as transformações mais recentes que o conhecimento científico provoca ou mesmo sofre na sua relação com a sociedade, além de formar novos pesquisadores, críticos e comprometidos com a intervenção social” (MOITA; ANDRADE, 2009, p. 272).

As reflexões de Freire (1996, p. 32) ratificam esta necessidade, pois:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Apesar da necessidade de pensar a universidade a partir dos objetivos básicos de formação profissional, geração de novos conhecimentos e disseminação desses conhecimentos, estudos mostram (PEREIRA JUNIOR, 2005; SANTOS, 2004), que por ser um processo complexo, na prática poucas ações docentes garantem esta articulação. Em geral o ensino fica reservado à graduação e a pesquisa para a pós-graduação. Em se tratando de extensão, esta questão é ainda mais isolada, reservada em sua maioria às universidades comunitárias (BARTNIK; SILVA, 2009).

Apesar da extensão se constituir uma dimensão da universidade e estar constitucionalmente garantida, a sua implementação nas instituições de ensino superior brasileiras tem-se pautado por um processo de avanços e retrocessos, quer no plano acadêmico, como político e institucional, possuindo atuação limitada e muitas vezes confundida com assistencialismo e desconsiderando o seu papel de mediadora entre a universidade e a sociedade (HENNINGTON, 2005).

Partindo do pressuposto que a extensão universitária é um elemento essencial na formação inicial, este texto tem o intuito de expor a visão que os discentes participantes de projetos de extensão do curso de Educação Física da Universidade Federal do Triângulo Mineiro/UFTM possuem sobre extensão universitária e a inserção dela no processo de formação profissional.

Extensão universitária: qual o seu papel?

As primeiras experiências com a extensão universitária datam de 1911 e 1917 na Universidade Livre de São Paulo, caracterizando-se por conferências que abordavam várias áreas do saber e semanas abertas ao público com foco em diversos temas, porém sem a preocupação de atender às necessidades da população e da sociedade da época, mas sim às da elite de poder econômico e político (PAULA, 2013).

[...] a universidade brasileira por muito tempo, teve o ensino como a modalidade mais tradicional utilizada para cumprir seu papel social. A pesquisa surgiu tempos depois, também no intuito de servir como função social da universidade, entretanto, ambas as funções evidenciavam um caráter elitista, já que atendiam a uma parcela muito pequena da população, deixando a universidade, exposta as críticas sobre a sua função social (FRIZZO; MARIN; SCHELLIN, 2016, p. 632).

Através do Decreto nº 19.851, de 11/4/1931 (BRASIL, 1931), a extensão foi prevista no sistema universitário brasileiro. Apesar de ter assumido um papel considerável na luta pela transformação social do Brasil, o processo de institucionalização da extensão no interior do ensino superior em vários países, e não só no Brasil, historicamente, mostrou-se incompleto.

Parte destas lutas remontam para a década de 60 do século passado, caracterizada pela efervescência dos movimentos estudantis e pela reforma universitária, questionando o papel elitista da universidade e abrindo espaço para a estruturação das propostas extensionistas com o intuito de atender prioritariamente as classes populares.

Foram muitos os embates deste período, mas o mote estava posto e assim os programas de extensão nas diversas áreas do conhecimento levaram para os segmentos menos favorecidos da sociedade o saber erudito e aprenderam, através das experiências cotidianas, o saber popular (SOUSA, 2010).

Este movimento se estruturou na década seguinte, em especial através das manifestações dos movimentos sociais, e culminou com a efetivação da extensão como política institucional presente na Constituição Federal Brasileira de 1988 (MACIEL, 2010).

Foram redigidos diversos documentos em nível nacional e sistematizadas as ações de extensão existentes, além de serem elaboradas propostas de programas e de bolsas que interligassem a universidade, principalmente as públicas, com a sociedade em geral. No entanto, apesar desta iniciativa, quer no âmbito do Ministério da Educação (MEC) quer nas próprias universidades, o desenvolvimento da extensão esbarrou no reduzido suporte financeiro (SOUSA, 2010).

Nas décadas seguintes, a extensão universitária se materializa e tem como meta atenuar as desigualdades sociais e conhecer as classes populares. Para tal, foram criadas nas instituições de ensino superior as pró-reitorias de extensão, o Forproex (Fórum de pró-reitores de extensão), entre outros, que defendiam a interação entre a universidade e a comunidade na qual ela está inserida, ou seja, funciona como um ir e vir, em que a universidade leva conhecimento e ou assistência à comunidade e recebe dela “[...] influxos positivos em forma de retroalimentação, tais como suas reais necessidades, anseios e aspirações” (NUNES; SILVA, 2011, p. 120).

Pode-se entender que a extensão universitária é uma via de mão dupla, em que possui trânsito assegurado na comunidade acadêmica, encontrando na sociedade a oportunidade necessária para o desenvolvimento das práticas acadêmicas.

Aliás, de acordo com o CRUB (Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras), as atividades de extensão possuem três ideias básicas: prestação de serviços à comunidade, realimentação da universidade e, em decorrência, a integração de ambas (POLÍTICA DE EXTENSÃO, 1998).

Discutir extensão significa, necessariamente, estabelecer uma relação entre universidade e comunidade, uma vez que através das práticas extensionistas é que as instituições de ensino superior manifestam sua presença junto aos variados segmentos da sociedade. Através da extensão a universidade influencia a comunidade, da mesma forma que a comunidade influencia a universidade.

Mas para que ocorra a extensão universitária é preciso existir relações humanas e sociais, as quais se concretizam através da aproximação e troca de conhecimentos e experiências entre professores, alunos e comunidade e pela possibilidade de desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem a partir de práticas cotidianas coadunadas com o ensino e pesquisa e, especialmente, pelo fato de propiciar o confronto da teoria com o mundo real de necessidades e desejos.

No caso dos docentes é preciso preparar profissionais com domínio da linguagem técnica e com condições de se apropriar de novas informações e equipamentos para se inserir no contexto da comunidade com a qual irá trabalhar (SOARES, 2003). Para os alunos que vivenciam esta experiência é uma oportunidade de ultrapassar os limites impostos pela sala de aula e protagonizar a formação, a partir da aproximação com a realidade social e conseqüentemente do cotidiano profissional. Já para a comunidade é uma possibilidade de adquirir conhecimentos, que na maioria das vezes é reservado apenas a uma parcela privilegiada da população.

[...] a extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que viabiliza a relação entre universidade e sociedade, [...] a universidade deve ser mais do que um laboratório, objeto de estudo ou campo de pesquisas, mas também uma instituição com pessoas, demandas, reivindicações, anseios e saberes que se encontram dentro e fora da universidade (NUNES; SILVA, 2011, p. 123).

O discente que pretende ser um bom profissional deve obter uma base de ensino teórico-prática sólida que envolva amplos conhecimentos que vão além das disciplinas impostas pelo curso, mas também domínio de competências e habilidades que são encontradas nos projetos de pesquisa e extensão.

[...] o processo pedagógico e para dinâmica da relação professor/aluno, na medida em que se compreende as atividades de pesquisa e extensão como expedientes vitais ao processo de ensino-aprendizagem na graduação e vinculados à vivência do/no real, numa relação dialética entre teoria e prática. Isso, necessariamente, exige um redirecionamento dos tempos e dos espaços de formação, das práticas vigentes de ensino, de pesquisa e de extensão e da própria política das universidades (DIAS, 2009, p. 43).

Fernandes et al. (2012, p. 3) diz mais sobre formação profissional:

Parte-se do princípio de que a formação do acadêmico é tomada como fundamento do processo educativo implementado na universidade, uma vez que contribuirá para sua compreensão como ser socialmente responsável e livre, capaz de refletir sobre o vivido e o aprendido em sala de aula e outros espaços, como na comunidade, que vão construindo cotidianamente sua identidade pessoal e profissional alicerçadas na busca do saber ser, saber fazer e saber aprender, ou seja, na formação de suas competências.

Araujo (2014, p. 51) relembra que “a extensão universitária é composta por cinco ações: programa, projeto, curso, evento e prestação de serviço”.

É importante destacar que a extensão não pode ser confundida com o estágio curricular obrigatório, oferecido pela universidade, pois este possui um tempo limitado, além de não permitir maior autonomia para que os discentes desenvolvam atividades práticas e nem metodologias. Por outro lado, as experiências em projetos e ou programas de extensão oportunizam aos alunos uma inserção teórico-prática real do que estes encontrarão em sua vida profissional, como se fosse um laboratório que permite total interação com os seus atendidos (MANCHUR; SURIANI; CUNHA, 2013).

Goulart (2004) destaca que o projeto de extensão atua de forma concomitante à prática de ensino fora das paredes da sala de aula, levando os alunos para a comunidade para a prestação de serviço, por isso deve-se enfatizar a importância deste como um coautor no processo da formação profissional. Saraiva (2007) complementa afirmando que um novo tipo de conhecimento real e prático pode ser adquirido através da extensão universitária quando ligada ao ensino e à pesquisa. Tal junção propicia um confronto com a teoria e a realidade, possibilitando ao aluno novos embasamentos científicos e até mesmo populares advindos da constante transformação da sociedade atendida.

A confirmação da extensão como função acadêmica da universidade não passa apenas pelo estabelecimento da interação ensino e pesquisa, mas implica a sua inserção na formação do aluno, do professor e da sociedade, na composição de um projeto político-pedagógico de universidade e sociedade em que a crítica e autonomia sejam os pilares da formação e da produção do conhecimento (JEZINE, 2004, p. 4).

Assim, a extensão, deve fazer parte da vida acadêmica dos discentes como uma vivência a ser explorada e não apenas para contagem de carga horária para conseguir graduar-se. Sabe-se que não existe uma receita pronta que seja aplicável para a prática docente, mas quando se possui estruturas e metodologias elencadas dentro da realidade profissional, é possível florescer uma docência que favoreça os objetivos educacionais.

Sendo assim, pode-se discursar que, dentro do âmbito acadêmico, as maneiras mais oportunas para se ensinar e aprender se fazem através do projeto de extensão, já que este permite uma interação com a comunidade como forma de contextualizar experiências práticas docente para o exercício de sua futura profissão (MANCHUR; SURIANI; CUNHA, 2013).

O Projeto de extensão na realidade da formação profissional

Os futuros profissionais necessitam realizar uma análise dos problemas dentro das situações diárias, de modo a obter soluções para com a realidade vivenciada e não apenas reproduzir modelos pré-estabelecidos e que não permitem que ocorra a reflexão para a ação, quer na formação como na atuação profissional (MOREIRA; NISTA-PICCOLO, 2010).

Neste processo, Nozaki (2012, p. 62) revela que se faz necessário “práticas e métodos, nos quais os graduandos possam vivenciar refletir e discutir as ações cotidianas profissionais, sendo estimulados por espaços que proporcionem este tipo de dinâmica reflexiva durante toda a sua formação inicial ou pelo menos boa parte dela”.

Como meio de possibilitar esta prática, se estruturam os projetos que atuam no processo de formação ao longo da graduação, sobre questões que podem vir a acometer situações cotidianas do futuro professor/profissional. Participar de um projeto de extensão, além de valorizar o currículo de formação, promove a reflexão necessária sobre como difundir o conhecimento produzido por entre os próprios alunos, os docentes e a comunidade.

Em geral, nos cursos de Educação Física as atividades extensionistas ocorrem por meio de aulas que necessitam de uma vivência prática, como a Dança, a Ginástica de Academia, as Ginásticas Artística e Rítmica, o Futebol, o Basquete, o Atletismo, a Musculação e as Atividades Aquáticas.

É a partir desta vivência enquanto professor que o discente adquire uma formação rica dentro da proposta da experiência prática do ensino-aprendizagem. Além de possibilitar pesquisas científicas que agregam tanto à área estudada quanto à sociedade.

No caso do curso de Bacharelado em Educação Física da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), são oferecidos, desde 2009, quando da criação do curso, diferentes projetos de extensão, os quais têm como objetivos: ofertar aos acadêmicos a oportunidade de vivenciar a experimentação e aplicação de procedimentos e ações metodológicas possíveis na área do exercício físico e do esporte; viabilizar um espaço para desenvolvimento de pesquisas científicas na área do exercício físico e do esporte, cujo mercado de trabalho e o número de praticantes vêm crescendo a cada dia; oferecer aos alunos, professores e servidores da UFTM atividades esportivas e físicas, com o objetivo de contribuir para uma melhoria na saúde e qualidade de vida e proporcionar à comunidade uberabense um espaço para práticas esportivas e corporais.

Para verificar a inserção destas experiências para os discentes que participaram de algum projeto do curso, e justificar a relevância que a extensão universitária tem no âmbito da formação na área, foi realizada uma investigação com 15 discentes egressos do curso de Educação Física da UFTM, que atuaram como bolsista e ou voluntário de algum projeto de extensão do curso.

Os 15 alunos participaram de uma entrevista estruturada, agendada de acordo com a disponibilidade de cada um deles, composta pelas seguintes perguntas:

- 1^a Qual a sua compreensão de extensão universitária?
- 2^a Por que você se interessou em fazer parte de um projeto de extensão da universidade?
- 3^a Qual avaliação você faz de sua participação no projeto?
- 4^a A participação no projeto o preparou para atuar no mercado de trabalho?

As respostas foram transcritas na íntegra e analisadas através da técnica de Análise de Conteúdo (AC) proposta por Bardin (2011), já que este método permite que os achados estratificados sejam analisados de forma qualitativa a respeito do fenômeno explorado, sendo que esta metodologia se caracteriza por três momentos, sendo eles: pré-análise, exploração do material e inferência.

Ao serem questionados sobre como compreendiam a extensão universitária, nota-se que um grupo de oito (08) discentes associou a extensão à aplicação prática de conhecimentos, enquanto outro de sete (07) alunos percebeu como uma oportunidade de aprofundamento do conteúdo estudado.

As respostas demonstram que quando há oportunidade para vivenciar o que se relaciona à futura profissão a aprendizagem do conteúdo das disciplinas é mais efetiva, além de ampliar a gama de conhecimentos que vai sendo aprendida durante a experiência profissional. Desta forma, a aquisição de alguns aspectos só são apreendidos experimentando a relação professor-aluno. Tudo isto fica demonstrado na fala de alguns alunos: *“São atividades da universidade voltadas para a comunidade, levando a eles o conhecimento adquirido pelos alunos durante sua formação...”*(A1); *“[...]Como uma oportunidade de aprender/vivenciar experiências práticas durante minha formação...”*(A4) ou *“[...] como oportunidade de conhecimento, tanto teórico quanto prático”*(A10).

Nesta perspectiva, deve-se priorizar o conhecimento advindo das relações homem-mundo e das relações de transformação, que irá se aperfeiçoar na problematização crítica destas relações (FREIRE, 2006), e assim a teoria aprendida na sala de aula passa a ter maior sentido e significado para aquele que aplica e para aquele que recebe.

A extensão proporciona situações diferentes, porém interligadas, proporcionando reflexões sobre possíveis acontecimentos que podem ocorrer durante a jornada profissional. As falas de A12 *“[...]preparar os alunos para o mercado de trabalho...”*, e A13 *“De grande valia para nossa formação e experiência no mercado de trabalho...”* vão ao encontro de Nascimento (2000), ao afirmar que os discentes se acercam de várias dúvidas em relação à formação adequada em Educação Física por se tratar de um mercado que se encontra em constante transformação.

Almeida e Sampaio (2010) destacam que vivenciar situações concretas e refletir sobre elas é essencial para que o conhecimento elaborado se faça realmente significativo para quem o vivencia. Só assim, acredita-se que a aprendizagem aconteça efetivamente, e consequentemente, influencie na atuação profissional e elucide uma maior preocupação deste com aquele que está participando da ação extensionista.

A segunda pergunta questionava sobre o motivo de participar de um projeto de extensão da universidade, e nove (09) discentes citaram a possibilidade de aplicação prática de conhecimentos na área que pretendem atuar quando formados, como A1, que aponta “*a vontade de aprender a trabalhar com nataçã...*” e A13 sobre a “*possibilidade de lidar com turmas específicas*”, no caso de cada modalidade, faixa etária e níveis de habilidades.

Sampaio e Freitas (2010) afirmam que são necessários, além dos conhecimentos específicos dos conteúdos a serem ministrados, ter o domínio das habilidades que oriente para o desenvolvimento das capacidades pedagógicas e comprometimento com o caráter de respeito e entendimento sobre a individualidade de cada ser.

Souza e Souza (2012, p. 348) reiteram que no processo de formação profissional é esperado um movimento de desenvolvimento, ou seja, de “[...] transformação do futuro professor em direção ao que deseja ser, evidenciando a estreita relação entre suas potencialidades e as condições contextuais nas quais essa transformação acontece”.

Por sua vez, três (03) alunos destacaram o auxílio financeiro como um dos motivos, e outros dois (02) a possibilidade de computar horas para as atividades de Atividades Acadêmicas Científicas e Culturais (AACC). Aspectos que também são relevantes, já que muitos discentes têm dificuldades econômicas para manterem seus estudos e necessitam das AACC para finalizarem o curso.

A terceira pergunta foi sobre a participação dos discentes no projeto de extensão que eles atuavam e sobre a influência do mesmo na formação profissional. As respostas indicaram que o principal da vivência extensionista é o contato com alunos mais experientes (10), que estão no projeto há mais tempo e contribuem trocando experiências; a aquisição de segurança para adentrar no mercado de trabalho (08); e a possibilidade de experimentar aspectos e habilidades necessárias para uma boa atuação profissional (04). Algumas falas trazem estas representações, A15 “*...aumentando então o nosso leque de experiências quando convivemos com os que estão há mais tempo no projeto, nossos veteranos...*”, A14 “*A influência do projeto sobre minha formação foi grande tendo em vista que me considero pronto para trabalhar na área...*”, e A4 “*...tive a vivência de como lidar com os alunos e pais, e a planejar antes as aulas que seriam ministradas, e carrego essa experiência até nos dias de hoje*”.

A extensão deve ser desenvolvida de forma a privilegiar a ampliação do universo formativo do discente, no seu caráter humano e profissional, “[...] na qual os estudantes têm possibilidade de adquirir conhecimento a partir do mundo da vida, fora dos muros da universidade”. (SAMPAIO; FREITAS, 2010, p. 38), possibilitando maior reflexão sobre sua ação e proporcionando maior segurança na atuação.

Estas descrições fazem entender o quanto a extensão agrega ao discente tanto na trajetória acadêmica quanto na carreira profissional, da mesma forma que os transformam em seres mais comprometidos com o outro. Deste modo, acredita-se que a experiência contribui como fonte de conhecimento de forma dinâmica para quem busca uma boa formação profissional.

Para Santos (2012, p. 160) a extensão universitária é um instrumento capaz de capacitar os acadêmicos para o mercado profissional:

Colocando-os em contato direto com a realidade social; proporcionar mudanças políticas, culturais e sociais na comunidade; socializar conhecimentos; auxiliar os estudantes na aplicação clara e objetiva dos conhecimentos obtidos em sala de aula; possibilitar a vivência da interdisciplinaridade; oportunizar o desenvolvimento de novas habilidades e competências pessoais; bem como aprofundar conhecimentos teóricos em uma determinada área do saber e de atuação profissional.

Por fim, a última pergunta, que indagava sobre a segurança do discente para encarar o mercado de trabalho, naquela área específica, a partir das experiências no projeto de extensão. Apenas dois (02) relataram ainda não se sentirem seguros, pois ficaram apenas seis meses no projeto, e por não terem tido a experiência de praticante na modalidade, necessitavam de maior aprofundamento com o conteúdo relacionado. Em contrapartida, 13 discentes afirmaram se sentirem aptos para inserção no mercado, como demonstrado nas falas a seguir, A2 “*Essa confiança se deu pelo fato de estar diretamente envolvido, como se fosse um professor, responsável por todas as etapas, planejar, ensinar, avaliar...*”; A10 “*adquiri uma boa base de conhecimento que consegui aplicar e ver dar certo*”; A15 “*...bem seguro, pois a presença da prática constante vai lhe dando uma segurança...*”.

Tojal (2000) afirma que a preparação do futuro professor de Educação Física deve ultrapassar as situações práticas cotidianas para que, deste modo, este profissional seja capaz de pesquisar, estudar e entender e assim ampliar a área de conhecimento na qual está envolvido e sendo preparado.

Acredita-se que a atividade de extensão perderá o sentido:

[...] se não colaborar para que a pessoa se entenda como sujeito com desejos, necessidades e aspirações. Daí a importância da compreensão de que as atividades universitárias não visam somente à preparação de profissionais, porém deve-se ter como meta algo mais abrangente que é a formação para o exercício da cidadania. A extensão universitária desenvolvida a partir das salas de aula colabora para este propósito (SILVA, 2002, p. 52).

A extensão universitária deve, portanto, pautar-se nas necessidades da comunidade, apresentando-se como espaço de aprendizagem e interação com o mundo de hoje e no tempo presente, favorecendo a troca de conhecimento entre a universidade e a comunidade. Além disso, deve provocar situações concretas de vivência da realidade cotidiana, apresentando desafios que necessitam ser solucionados. E, a partir das demandas sociais, o interesse e a vontade são despertados nos discentes, “*motivados por uma demanda societária e humana que lhes faça sentido por meio da busca de soluções possíveis a partir da construção de projetos coletivos*” (ALMEIDA; SAMPAIO, 2010, p. 36).

Deste modo, mais uma vez a bagagem teórico-prática alcançada dentro da extensão oportuniza aos discentes a segurança indispensável para que este atue com firmeza e clareza no exercício da sua profissão, e com o olhar para além do corpo físico que se movimenta, mas para toda sua corporeidade.

Conclusão

Diante das respostas obtidas, ficou evidente a importância dos projetos de extensão para a formação acadêmica. Foi possível notar nas falas dos discentes como a extensão universitária atuou como influenciadora na formação acadêmica dos mesmos.

Mesmo não sendo obrigatória, já que os projetos de extensão não são fixados nas grades curriculares, nota-se o quanto ela vem sendo valorizada entre os discentes que têm essa oportunidade, pois, segundo eles, proporcionam uma vivência necessária para que futuramente possam desempenhar com mais segurança seu trabalho.

Deste modo, acredita-se que a extensão acadêmica deveria ser mais incentivada durante a formação dos alunos. Para isso se faz necessário o desenvolvimento de medidas para que em algum momento da graduação seja necessário que discentes participem da extensão.

Compreende-se que o acesso aos lugares universitários não gera por si só transformações significativas, mas a experiência técnica e científica contribui para que se formem profissionais humanizados e comprometidos com a sociedade em que vivem e estão inseridos, através de posturas éticas, relevantes e consistentes.

Referências

- ALMEIDA, L. P.; SAMPAIO, J. H. Extensão universitária: aprendizagens para transformações necessárias no mundo da vida. **Revista Diálogos: construção conceitual de extensão e outras reflexões significativas**. Brasília, v. 14, n. 1, p. 33-41, dez. 2010.
- ARAÚJO, R. A. S. **A educação física na formação inicial: prática pedagógica e currículo**. Maranhão: EdUFMA, 2014.
- BARDIN, L. **Análise do conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007.
- BARTNIK, F. M. P.; SILVA, I. M. da. Avaliação da ação extensionista em universidades católicas e comunitárias. **Avaliação**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 385-438, jul. 2009.
- BRASIL. **Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931**. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 13 de abril 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEP/ Autores Associados, n. 24, p. 5-15, set.-dez./2003.
- COLOSSI, N.; CONSENTINO, A.; QUEIROZ, E.G. Mudanças no contexto do ensino superior no Brasil: uma tendência ao ensino colaborativo. **Revista FAE**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 49-58, jan./abr. 2001.
- DIAS, A. M. I. Discutindo caminhos para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. **Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física**, Cristalina, v. 1, n. 1, p. 37-52, ago. 2009.
- FERNANDES, M. C. et al. Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. **Educação em Revista**, v. 28, n. 4, p. 169-193, 2012.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FRIZZO, G. F. E.; MARIN, E. C.; SCHELLIN, F. O. A extensão universitária como elementos estruturante da universidade pública no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 623-646, set./dez. 2016.
- GOULART, A. T. A importância da pesquisa e da extensão na formação do estudante universitário e no desenvolvimento de sua visão crítica. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 60-73, 2004.
- HENNINGTON, E. A. Acolhimento como prática interdisciplinar num programa de extensão universitária. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 1, p. 256-265, jan./fev. 2005.
- JEZINE, E. As práticas curriculares e a extensão universitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte, **Anais...** Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <www.ufmg.br/congnext/Gestao/Gestao12.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.
- LÜDKE, M. et al. **O que conta como pesquisa?** São Paulo: Cortez, 2009.
- MACIEL, A. da S. **O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: um balanço do período 1988-2008**. 2010. 195f. Tese (Doutorado em Educação)– Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 2010.
- MANCHUR, J.; SURIANI, A. L. A.; CUNHA, M. C. A contribuição de projetos de extensão na formação profissional de graduandos de licenciaturas, **Revista Conexão UEPG**, v. 9, n. 2, p. 333-341. 2013.

- MOITA, F. M. G. da S. C.; ANDRADE, F. C. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41, p. 269-393, maio/ago. 2009.
- MOREIRA, W. W.; NISTA-PICCOLO, V. L. Formação de professores de Educação Física e o projeto pedagógico da escola: a busca do pensamento complexo. In: BENTO, J. O.; TANI, G.; PRISTA, A. (Org.). **Desporto e educação física em português**. Porto: CIFPD, Faculdade de Desporto, Centro de Investigação, Formação, Inovação e Intervenção em Desporto, 2010, p. 75-83.
- MOREIRA, W. W.; SIMÕES, R. Educação Física, corporeidade e motricidade: criação de hábitos para a educação e para a pesquisa. In: DE MARCO, A. **Educação Física: cultura e sociedade**. 2 ed. Campinas: Papirus, 2008. p. 71-86.
- NASCIMENTO, J. V. Realidade e perspectivas do mercado de trabalho em Educação física para o século XXI. **Caderno de Educação Física**, v. 2, n. 1, p. 117-136, 2000.
- NOZAKI, J. M. **Os significados e as implicações da extensão universitária na formação inicial e na atuação profissional em Educação Física**. 2012, 158f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade)– Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2012.
- NUNES, Ana Lucia de Paula Ferreira; SILVA, Maria Batista da Cruz. A extensão universitária no ensino superior e a universidade. **Mal-Estar e Sociedade**, Barbacena, Ano IV, n. 7, p. 119-133, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://revista.uemg.br/index.php/malestar/article/view/60/89>>. Acesso em: jan. 2018.
- PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013
- PEREIRA JÚNIOR, A. A universidade pública e os desafios do desenvolvimento. **La Insígnia: Brasil**, 13 jan. 2005. Disponível em: <http://www.lainsignia.org/2005/enero/cul_040.htm>. Acesso em: 18 maio 2017.
- POLÍTICA DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA. Piracicaba: Unimep, 1998.
- PORTILHO, E. M. L.; ALMEIDA, S. C. D. Avaliando a aprendizagem e o ensino com pesquisa no Ensino Médio. **Ensaio: avaliação, política pública, educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 60, p. 469-488, jul./set. 2008.
- RIOS, T. A. **Compreender e ensinar**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- SAMPAIO, J. H.; FREITAS, M. H. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: és tu a universidade que estava por vir ou ainda esperamos por outra? In: FREITAS, L. G.; CUNHA FILHO, J. L.; MARIZ, R. S. (Org.). **Educação superior: princípios, finalidade e formação continuada de professores**. Brasília: Universa, 2010, p. 35-48.
- SANTOS, A. B. et al. Extensão universitária: política educacional que orienta políticas públicas locais. **Revista Udesc em Ação**, v. 8, n. 2, p. 65-79, 2014.
- SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2004.
- SANTOS, M. P. dos. Extensão universitária: espaço de aprendizagem profissional e suas relações com o ensino e a pesquisa na educação superior. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p. 154-163, 2012.
- SARAIVA, J. L. Papel da extensão universitária na formação de estudantes e professores. **Brasília Médica**, v. 44, n. 3, p. 225-233, 2007.

- SILVA, P. B. da. A dimensão da extensão nas relações com ensino e a pesquisa. In: ARAGÃO, M. R. de; SANTOS NETO, E.; SILVA, P. B. da. (Org.). **Tratando da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2002, p. 78-89.
- SOARES, V. L. A. O papel social das IES: contribuição do ensino superior particular. **Revista do Centro de Estudos Sociais Aplicados**, Belém, n. 6, p. 8, out. 2003.
- SOUSA, A. **A História da extensão universitária**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2010.
- SOUZA, E. R.; SOUZA, A. R. B. A extensão na formação inicial em Educação Física. In: NASCIMENTO, J. V. do; FARIAS, G. O. (Org.) **Construção da identidade profissional em educação física: da formação à intervenção**. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2012, p. 56-68.
- SOUZA JUNIOR, A. J. Ensino com pesquisa na universidade: A importância da colaboração. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 8., 2004, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2004. Disponível em: <<http://www.sbem.com.br/files/viii/pdf/15/PA05.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2018.
- TOJAL, J. B. A. G. Esporte e formação profissional. In: MOREIRA, W. W.; SIMÕES, R. (Org.). **Fenômeno esportivo no início de um novo milênio**. Piracicaba: UNIMEP, 2000, p. 267-274. v. 01.

Ensino e pesquisa universitária: um relato de experiência

Alberto Graziano¹

Introdução

Escrever um texto, a convite do professor Jorge Bento, não é fácil: por ter que enquadrar a abordagem na temática nas intenções do XVII Congresso do Desporto e de Educação Física dos Países de Língua Portuguesa; por ter que aproximar o mesmo a um relato de experiência. Por outro, e valendo-me das palavras de Adroaldo Gaya, ao prefaciá-lo o ensaio de Bento (2008) “Formação de Mestres e Doutores: Exigências e Competências”, diria também que não é fácil porque o professor Jorge Bento é um grande pensador experiente pelo tempo de suas andanças e pelas obras que já edificou nesse trajecto.

Não obstante, receber o convite do professor Jorge Bento, para que consubstanciasse com este humilde contributo, é uma honra, mas aceitá-lo foi um imenso desafio.

O presente texto trata da questão colocada no título. Assim, mantendo-me fiel ao título, a minha apresentação será devotada a uma visão geral do campo do ensino e pesquisa. Em simultâneo tomarei minha própria trajectória como objecto de narrativa e interpretação. Para preparar as bases para o que se segue, é provavelmente desejável gastar alguns minutos na questão fundamental: o que é universidade e qual o seu papel na sociedade moçambicana?

O que é universidade

Ao falar da universidade, não vou pintar com cores vivas, tal como o faz Jorge Bento, quando pinta um quadro do mundo pós-moderno. Vou apenas desafiar ao leitor para reflectir sobre o papel da universidade. No entanto, quem quiser filosofar, desenvolver a visão crítica, a cultivar amor ao conhecimento e à sabedoria, poderá ler o ensaio do professor Jorge Bento (BENTO, 2008).

A palavra universidade vem da palavra *Universitas* do latim que significa corporação de mestres. Toda a Idade Média era formada por corporações, estas de sapateiros, de artesãos e outros. Uma universidade faz-se a partir de sua organização formal caracterizada como instituição baseada em leis, regimentos e normas.

Numa abordagem inicial é bom destacar que a universidade é uma instituição social preparada para atender as necessidades sentidas pelo povo. Estas necessidades, por sua vez, dão espaços para que estudiosos e pesquisadores aprofundem seu trabalho em busca de soluções que sejam relevantes à sociedade em geral.

A universidade é um conjunto de faculdades ou escolas do curso superior; conjunto de disciplinas do curso superior e ainda, conjunto de corpo docente e não docente e discente dessas escolas superiores.

Por isso, a universidade é uma instituição superior que proporciona conhecimento. Acredita-se que a universidade deve gerar saber, saber esse que deve ser encaminhado à sociedade, ou seja, para a população (LAMPERT, 2008).

Se a universidade não consegue encaminhar à sociedade o saber, esse saber se tornará produto de prateleiras de arquivos que serão esquecidos com o tempo.

Sendo a pesquisa a função principal da universidade, ela tem, entre outras, a premissa de ajudar a melhorar o ensino, principalmente através do ensino com pesquisa. Cabe à universidade produzir o saber. Lampert (2008, p. 135), citando Belloni (1992, p. 73), diz:

¹ Faculdade de Educação Física e Desporto – Universidade Pedagógica (UP), Moçambique.

A função da universidade é apenas uma: gerar saber. Um saber comprometido com a verdade porque ela é a base da construção do conhecimento. Um saber comprometido com a justiça porque ela é a base das relações humanas. Um saber comprometido com a beleza porque ela possibilita a expressão da emoção e do prazer, sem o que a racionalidade reduz o humano a apenas uma das possibilidades. Um saber comprometido com a igualdade porque ela é a base da estrutura social inerente à condição humana. Um saber comprometido com o verdadeiro, o justo, o igualitário e o belo; é, em verdade, um compromisso com a transformação da sociedade, pois estes não são valores predominantemente estabelecidos e praticados na organização da vida humana, apesar de lhe serem próprios e inerentes.

Portanto, de tudo o que foi dito, o que precisa ficar evidenciado é que a universidade nada mais é que um espaço crítico, do conhecimento, onde o cidadão tem a oportunidade de conhecer, de construir e de fazer parte de um universo de pesquisa. Os resultados desta ênfase de estudos são as contribuições que saem da universidade para o desenvolvimento da sociedade e dos cidadãos que nela se instala.

O papel do Ensino Superior na Sociedade Moçambicana

O subsistema de ensino superior ocupa um lugar de destaque nas políticas, programas e estratégias de desenvolvimento económico e sociocultural de todos os países. O lugar de destaque conferido ao ensino superior deve-se ao facto de este sistema ser importante para a produção e disseminação de conhecimentos técnico-científicos úteis para o desenvolvimento dos sistemas económico, político e sociocultural.

O ensino superior é particularmente relevante no actual mundo global, onde o desenvolvimento, a afirmação e a competitividade entre Nações Unidas se baseiam no domínio dos mecanismos de produção, divulgação e utilização de conhecimentos técnico-científicos (MURTEIRA, 2004; PILLAY, 2008).

Em Moçambique, o ensino superior passou por sucessivas fases de transformação que consistiram na mudança dos seus fundamentos filosóficos e consubstanciada numa expansão do acesso, diferenciação e diversificação de instituições (LANGA, 2006, 2010).

A literatura sobre o ensino superior em Moçambique tem periodizado as transformações filosóficas, de visão e missão/função societal e estruturais em três fases (BEVERWIJK, 2005; DO ROSÁRIO, 2013; LANGA, 2006, 2010, 2011). A fase colonial, de 1962 a 1975, com a prevalência dos Estudos Gerais de Moçambique, mais tarde elevados ao estatuto de Universidade em 1968, passando a designar-se Universidade de Lourenço Marques (ULM). A fase pós-colonial, normalmente subdividida em duas subfases. A primeira subfase, de 1975 a 1987/1990. O maior evento histórico desta fase foi a proclamação da independência de Moçambique do jugo colonial. Para o ensino superior isso implicou a reconversão da ULM para passar a servir os desígnios de uma nação independente e com o desiderato do desenvolvimento como função primordial. A ULM foi rebatizada, em honra do fundador e primeiro Presidente da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), passando a designar-se Universidade Eduardo Mondlane (UEM). A característica fundamental deste período foi o experimento socialista de 1977 a 1987. Neste período a Frelimo declarou-se formalmente, no seu terceiro congresso, um partido de vanguarda marxista-leninista sob a liderança de Samora Machel (LANGA, 2006).

A organização e governação do ensino superior neste período foram feitas de acordo com a visão societal socialista e na planificação centralizada do Estado. Em 1985 e 1986, pela primeira vez, o número de instituições aumenta com a criação do Instituto Superior Pedagógico (ISP), em 1985, mais tarde elevado ao estatuto de Universidade, passando a designar-se Universidade Pedagógica (UP), e, em 1986, a criação de uma escola superior para formação de diplomatas, o Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI). A derrocada desta fase ocorre na sequência do fracasso global do projecto socialista e que em Moçambique culmina simbolicamente com a morte de Samora Machel, em 1986.

A terceira fase, na verdade a segunda sub-fase do ensino superior pós-colonial, vai de 1990 até ao presente. Esta fase inicia-se com a derrocada do projecto de constituição, de uma sociedade socialista. Em 1990, Moçambique adopta uma nova Constituição da República que abre espaço para a introdução da democracia multipartidária e para a liberalização da economia, abrindo rumo para o fim da Guerra civil que durou dezasseis anos e reclamou a vida de mais de 1 milhão de moçambicanos (LANGA, 2006). Para o ensino superior, em particular, esta fase caracteriza-se pelo surgimento de provedores privados, por um lado, mas também pela contínua expansão de instituições públicas a escala nacional. Alguma leitura descuidada e menos conceptual têm caracterizado esta fase como sendo da massificação do ensino superior. De facto, nesta fase verifica-se um crescimento significativo de ingressos e uma expansão territorial do ensino superior.

O advento do pluralismo político e social, a adopção da economia de livre mercado, o incremento de capitais privados em diversos sectores de actividades podem ser apontados como alguns dos factores que contribuíram para o surgimento de instituições privadas do Ensino Superior.

Actualmente o ensino superior em Moçambique, numa fotografia sincrónica, conta aproximadamente com cinquenta e duas IES entre as quais Universidades, Academias, Escolas Superiores, Institutos Superiores, o que ilustra o grau de diferenciação e diversificação do sistema.

As IES em Moçambique, seja qual for a sua localização e seus *curricula*, têm a incontornável missão de desenvolver ideias inovadoras que podem ajudar a sociedade moçambicana a transformar em riqueza os recursos existentes no País (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012).

Com efeito, as IES têm contribuído para o desenvolvimento das comunidades em que se inserem. Por sua vez, as comunidades já sentem de forma palpável que vale a pena acolher o ensino superior no seu seio, sobretudo, pela capacidade de este imprimir mudanças positivas nas suas vidas.

Por outras palavras, as IES têm sido chamadas a disseminar o conhecimento em favor da sociedade civil, através de cursos de curta duração para a formação de agricultores, homens e mulheres de negócios de pequenas e médias empresas, assistência jurídica, feiras de saúde, formação de activistas de várias ONG's, etc.

Portanto, a educação superior em Moçambique tem vindo, nos últimos anos, a contribuir para o desenvolvimento da sociedade, em geral e das comunidades locais em particular, através da inovação científica e tecnológica.

Por isso, o papel da universidade é de fundamental relevância para os avanços de qualquer natureza, pois o mundo está em constante modificação e cada vez mais competitivo o que força de certa maneira as nações a buscarem por modernizações. Sabe-se que sem autonomia a universidade não se desenvolve, faz-se necessário a construção de sua identidade e de mais subsídios para que a qualidade de ensino seja de facto realidade no ensino superior.

Na sequência das mudanças políticas e socioeconómicas em Moçambique, o ensino superior passou a desempenhar um papel preponderante, no que diz respeito à sua grave responsabilidade de formar homens e mulheres íntegros, capazes de enfrentar os novos desafios que a sociedade impõe. A este respeito, Bento (2008) enaltece quando diz que as Universidades devem formar “humanistas”, profissionais técnicos com teor intelectual do que tem a dizer ou fazer, capazes de reflectirem, especialistas com espirito, etc.

É neste sentido que as universidades em Moçambique têm tido como prioridade a melhoria da qualidade de ensino e da aprendizagem, tendo sempre em vista a solução dos grandes problemas e preocupações dos moçambicanos. Ou seja, as universidades em Moçambique têm tido o papel de formar profissionais úteis e necessários à sociedade, bem como o de promover a sua autonomia. Portanto, a primeira missão (papel) das universidades moçambicanas é o compromisso com a formação do homem para a autonomia. Não preparar para a autonomia no mundo de hoje, onde a comunicação é um dos principais factores de acção política, profissional e pessoal, é fazer do estudante um servo do sistema, um cidadão sem condições de usar seus direitos, um profissional sem capacidade de pensar a sociedade. Esta é a essência da actividade do ensino nas universidades moçambicanas.

Em suma, a universidade não pode ignorar o fenômeno da pós-modernidade é preciso discuti-lo, refleti-lo no sentido de contribuir, analisando criticamente num processo de sínteses provisórias, incorporando no ensino e na pesquisa princípios e valores essenciais à integração e ao sentido de direção da realidade humana. O convívio com posições teóricas diversas e até contrárias deve ser uma das características da universidade pós-moderna. Que deve constituir uma pluralidade ideológica.

Ensino e pesquisa na universidade

A universidade não somente prepara para a vida profissional, mas também tem como missão a investigação, a busca de novas técnicas, novos produtos e novas aplicações. Por isso, diferentes autores nacionais e internacionais, ao longo do tempo, enfatizam o ensino e a pesquisa como funções essenciais da universidade. Por exemplo, Botey (1988) refere que, desde suas origens, a função da universidade é dupla: investigação e docência. No entanto, a universidade deve ser organizada e estruturada para a vida moderna a fim de atender as principais funções: a pesquisa (buscando e organizando os conhecimentos) e o ensino (distribuindo conhecimentos).

Na opinião de Hurtado (1997), a universidade, para desenvolver suas funções, precisa de pesquisa e de ensino. Na realidade, ambas as atribuições se encontram relacionadas e devem enriquecer e oferecer seu fruto a sociedade em que está inserida. No entanto, López Segrega (2009, p. 546), referindo-se à missão da universidade, assinala que há consenso acerca da docência, da investigação e da extensão como funções básicas da universidade. “La definitiva razón de ser de la universidad es la transformación de la sociedad y para ello debe participar activamente en la solución de los principales problemas locales, regionales, nacionales y universales”.

A universidade Pedagógica, onde sou docente, estatutariamente, apresenta, tal como em outras universidades, três funções básicas: ensino, pesquisa e extensão.

A actividade de ensino, formando profissionais de nível superior para a sociedade, é função privativa da universidade e de outras instituições de ensino superior (IES).

As actividades de pesquisa, por outro lado, são compartilhadas com várias outras entidades, principalmente os institutos de pesquisa aplicada ou tecnológica, voltados para a solução de problemas da comunidade,

As actividades de extensão, aqui definidas como acções que visam melhorar as condições de vida da comunidade, também são compartilhadas com numerosas outras entidades que prestam assistência à comunidade em suas necessidades básicas.

Nesta estrutura tripartida, o eixo de ensino representa o ponto de partida para a apreensão do conhecimento; no eixo de pesquisa, o desconhecido é definido ou redefinido em termos sociais, partindo dos conhecimentos já existentes; enquanto o eixo de extensão traduz-se pela importância do conhecimento apreendido e pela sua utilidade e aplicabilidade no âmbito da intervenção no contexto social.

A pesquisa científica apresenta um paradoxo curioso. Por um lado, ela é entendida como actividade prática, orientada para a busca de resultados socialmente significativos, inseparável da tecnologia e portanto faz parte dos recursos económicos de uma nação. Por outro lado, ela é entendida como actividade cultural, visando à geração de novos conhecimentos: em todas as áreas, mais voltada para as universidades do que para indústrias e, portanto, faz parte do património cultural de uma nação. É óbvio que são os aspectos práticos aplicados que mais atraem a atenção dos governantes e é para onde grandes recursos financeiros, e privados, são canalizados. O paradoxo está no facto de que mesmo nos países mais desenvolvidos o maior número de pesquisadores de alto nível concentra-se nas universidades e é onde a pesquisa científica se instala e se desenvolve com maior intensidade, apesar da escassez de recursos (JANKEVICIUS, 1995).

As actividades de pesquisa são indispensáveis aos professores universitários, sem as quais seriam meros repassadores de informações livrescas de antemão ultrapassadas e que rapidamente tornam-se inúteis com o avanço da fronteira do conhecimento, mesmo que as actividades de pesquisa não tragam

benefícios directos e imediatos à comunidade, são actividades académicas essenciais para o bom desempenho de sua função de ensino.

Durante o processo de formação profissional, o futuro profissional deve encontrar na universidade um programa/plano curricular que garanta a assimilação do conhecimento baseada nos três domínios, nomeadamente: (i) por meio do ensino ministrado nas aulas; (ii) pela participação em projectos de extensão, que o deixem em contacto directo com a comunidade; (iii) ou através da pesquisa científica, que proporciona o embasamento teórico da sua área de actuação. Portanto, a formação oferecida pela universidade só será considerada completa e pedagogicamente articulada com a sua missão estatutária, quando o conhecimento for propiciado a partir destes três princípios.

A pesquisa está ou deveria estar em todas as universidades que aspiram a oferecer melhores condições de vida à sociedade, pois ela abre novas possibilidades, novos horizontes, novas descobertas e novos caminhos, além de propiciar um ensino com qualidade.

Através da pesquisa, a universidade torna-se universidade, e seu trabalho é reconhecido nacional e internacionalmente. Por isso, a actividade principal da universidade é a pesquisa, e o professor tem a incumbência de incentivar o aluno para que ele seja um novo pesquisador, pois, sem investigação, o ensino se reduz à reprodução.

Nesse sentido, a universidade não deve ser somente uma instituição para a qualificação e habilitação académicas de estudantes. Ela deve estar a serviço da formação de cidadão. Ajudá-los a revelar o humano, a defender e promover a cultura e sustentar princípios e valores éticos (BENTO, 2008).

Relato de experiência nos diferentes ciclos de ensino universitário

Esta parte tem por objectivo reflectir sobre a importância do ensino e da pesquisa durante o meu processo de formação. Para isso, tomarei minha própria trajetória como objecto de narrativa e interpretação. Este relato de experiência é uma narrativa pessoal, o qual consta de experiências com a pesquisa na universidade, enquanto discente e docente. Dentro do meu percurso formativo, a experiência com a pesquisa foi dividida em três momentos fundamentais: enquanto estudante do curso de graduação na Ucrânia, cidade de Kiev; no Mestrado em Treino de Alto Rendimento e no Doutoramento em Ciências do Desporto, na Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. Em cada um desses momentos, o contacto com a pesquisa aconteceu de forma diferente, todavia, foram primordiais para que houvesse uma aprendizagem cada vez mais consistente.

No entanto, e preciso recordar que o meu percurso estudantil teve início em 1967, com apenas 5 anos, quando os meus progenitores me inscrevem como aluno interno na Missão Alvore, distrito de Manhica.

Concluída a segunda classe, desloquei-me aos distritos de Malema, Anchilo e Nacavala, na província de Nampula, para concluir a terceira classe. A quarta classe foi feita no Colégio Dantas, na cidade de Nampula. Tendo depois frequentado o ensino preparatório na cidade da Beira, na Escola Preparatória Dr. Baltazar Rebelo de Sousa, tendo passado pela Escola Comercial da Beira, e posteriormente em Nacala, e o secundário, na cidade de Maputo, na Escola Josina Machel.

Após a conclusão do ensino secundário geral frequentei, a partir de 1981, o curso médio de professores de Matemática e Física na Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane.

A partir de 1983 frequentei o curso médio de professores de educação física no Instituto Nacional de Educação Física, em Maputo, tendo terminado em 1986.

A primeira actividade docente desenvolvida foi no segundo ano do curso de Educação Física, no Instituto Nacional de Educação Física (INEF), em Maputo, como monitor da Disciplina de Educação Física na Faculdade de Agronomia da Universidade Eduardo Mondlane. Senti logo o gosto do acto de transmitir conhecimentos, de organizar as ideias de forma a torná-las mais compreensíveis, e poder ver essas ideias organizadas propagando-se num movimento autónomo devido o seu valor intrínseco. O prazer por organizar ideias, tarefas na elaboração de uma actividade, um processo ou um pensamento de forma estruturada sempre foi um exercício constante na minha vida desde os tempos do INEF.

Logo após a conclusão do curso médio de Educação Física, comecei a leccionar a disciplina de Matemática no INEF.

Em 1986, ingressei como aluno no curso de professores em Educação Física e Desporto, no Instituto Estatal de formação, em Kiev – Ucrânia. A partir dessa altura, dei início ao processo de formação académica. Para além do conjunto de disciplinas que frequentei, visando à totalização dos créditos exigidos para conclusão do referido curso, constituiu, também, como exigência curricular, o desenvolvimento de uma pesquisa monográfica. Assim, foi-me possível o contacto mais directo com a prática da pesquisa. Claro que enfrentei dificuldades para definir a temática e o campo de abordagem no qual iria desenvolver a minha pesquisa monográfica, dentro da modalidade de andebol. Decidi, então, pesquisar sobre questões ligadas à táctica colectiva no ataque.

Debrucei-me sobre esta temática com a finalidade de desenvolver minha pesquisa de final de curso de graduação. Com bastante dificuldade, é claro, primeiro por causa da língua e, segundo, pela temática em si, mas, sobretudo, com enorme prazer, a congelar-me diariamente, naquele país que parecia mais um frigorífico, reflecti, em meu estudo monográfico, sobre a dimensão emocional do trabalho docente. A pesquisa teve como objectivo geral investigar a rentabilidade dos sistemas ofensivos face aos sistemas defensivos.

Ressalte-se que a pesquisa monográfica me encorajou a dar continuidade a minha formação inicial. Sendo assim, submeti-me, em 1997, ao processo selectivo do Mestrado em Desporto de Alto Rendimento, na Universidade do Porto, Faculdade de Desporto.

Nesse mesmo período, já estava assumindo a função de docente na Universidade Pedagógica, na então Faculdade de Ciências de Educação Física e Desporto, criada em 1993, leccionando as cadeiras de Andebol e Biomecânica. Devo esclarecer que, durante a graduação, tive uma formação de base profissional voltada para o ensino de andebol.

Actualmente, a Faculdade em Moçambique está em pleno processo de estabelecimento e graças à cooperação que temos feito com universidades estrangeiras, particularmente com a Universidade do Porto, Faculdade de Desporto (FADEUP) e com a Universidade de São Paulo, Escola de Educação Física e Desporto. Ela tem tido um desenvolvimento assinalável.

Dessa cooperação, assinala-se a contribuição inicial dos professores Jorge Bento, António Marques, José Castro Goncalves, José Ferreira da Silva, João Paulo Vilas-Boas, Paulo Santos, Go Tani, Alberto Amadio, José Maia, entre outros. Esses professores foram, nos primeiros anos, as pedras angulares da evolução que conseguimos. Contribuíram e ainda têm contribuído significativamente para o percurso notável e o retrato que hoje a nossa Faculdade apresenta na minha universidade.

Esta história é relevante e trago-a aqui principalmente para sublinhar que a influência que recebi, os ensinamentos de que desfrutei, os estímulos e os impulsos que me dinamizaram, foram sempre temperados por uma incontornável vocação educativa, repleta de valores que preenchem hoje a minha consciência de professor, de supervisor, de coordenador do Laboratório de Biomecânica e de Presidente da Escola Doutoral em Ciências do Desporto.

Durante este percurso foi-se, entretanto, fazendo a Faculdade, ajudando-a a crescer. Crescimento a que esses professores estiveram sempre ligados, umas vezes mais explicitamente, outras naturalmente menos. Portanto, tem sido grande o crescimento que se está a operar. Ainda temos o privilégio de continuarmos a contar com a colaboração da maior parte desses professores nomeadamente através da leccionação e co-supervisão de diversos tipos de projetos, quais sejam de investigação, de doutoramento, entre outros.

O processo de desenvolvimento da pesquisa, no âmbito da especialização, foi também marcado pela dificuldade no manuseamento dos equipamentos laboratoriais e de perceber o *Peack 5* (software utilizado para análise bidimensional). Graças à contribuição do Professor Doutor José Castro Gonçalves e da colega e amiga Filipa de Sousa, e ao meu empenhamento, defendi a minha dissertação de Mestrado em 1998.

Encontrei, no curso de Mestrado, o ambiente para, com mais rigor, continuar a desenvolver a prática da pesquisa. Todo o investimento que fiz visou fortalecer meu patrimônio intelectual. Assim,

conquistada a maturidade que me foi possível no curso de Mestrado, resolvi dar sequência a minha trajetória acadêmica, tendo, nos finais de 1999, precisamente no mês de novembro, ingressado no curso de doutoramento em Ciências do Desporto, na Universidade do Porto, Faculdade de Desporto, tendo, com a contribuição dos colegas Filipa de Sousa, Filipe Conceição e Pedro Gonçalves, terminado, de forma brilhante, em 2002. A defesa da tese, dentro da modalidade de andebol e da disciplina de Biomecânica, foi realizada na cidade de Maputo, no Anfiteatro da Faculdade de Medicina da Universidade Eduardo Mondlane, no dia 25 de abril. O meu interesse era bem claro. Tudo isso era o reflexo da minha situação como atleta e treinador de Andebol a nível de clubes e a nível de selecção e pelo gosto que eu tinha pela Biomecânica.

De tudo o que foi dito, fica claro que todo processo de formação, que se inicia na universidade, nos cursos de graduação, dando continuidade, em outros cursos de pós-graduação, a pesquisa é o cerne de toda a construção do conhecimento. Somando-se a estas, tem-se a actividade prática do professor, que possibilita uma série de aprendizagens, partindo da acção para a reflexão e vice-versa.

Por isso, todos os meus trabalhos de pesquisa ainda como aluno no curso de licenciatura, na antiga União Soviética, no mestrado e no doutoramento em Portugal, foram importantes para mim.

É nesse sentido que tem sido defendida a ideia de que o professor deve trabalhar como um pesquisador, identificando problemas de ensino, construindo encaminhamentos de solução baseados em leituras e em sua experiência, colocando em acção as alternativas planificadas, observando e analisando resultados obtidos, corrigindo caminhos que não foram satisfatórios. Essa visão é defendida como forma de desenvolvimento profissional dos docentes e também como uma estratégia para a melhoria do ensino.

Considerações finais

A partir da narração deste relato de experiência, conclui-se que, o acto de pesquisar é indispensável na carreira do docente, que se inicia ainda quando discente, em toda sua trajetória escolar, mas que se intensifica na formação inicial, que se quer dar na universidade, nos mais diversos cursos de graduação, prosseguindo nos cursos de pós-graduações, contemplando deste modo, a formação continuada. Enquanto docente pesquisador, sua prática deve ser movida pela pesquisa, sendo esta, a base de toda acção pedagógica. Por isso, a universidade nada mais é que um espaço crítico, do conhecimento, onde o cidadão tem a oportunidade de conhecer, de construir e de fazer parte de um universo de pesquisa.

Referências

- BENTO, J. Formação de mestres e doutores. Exigências e competências. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, Porto, v. 8, n. 1, p. 169-183, jan./abr. 2008.
- BEVERWIJK, J. **The genesis of a system: a coalition formation in Mozambican higher education, 1993 –2003.** 2005. 238 f. Doctoral thesis. Center for Higher Education Policy Studies, University of Twente, Netherlands, 2005.
- BOTEY, J. Universitat escoles d’adults. **Educar**, Barcelona, n. 13, p. 81-94, 1988.
- DO ROSÁRIO, L. Universidades moçambicanas e o futuro de Moçambique. **Ensino Superior UNICAMP**, Campinas, n. 10, p. 43-55, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed10_julho2013/MOCAMBIQUE.pdf>. Acesso em: jan. 2018.
- HURTADO, T. Innovación educativa y desarrollo profesional docente en la universidad. In: TOJAR HURTADO, Juan Carlos; GUTIERREZ DE TENA, Roque Manchado (Org.). **Innovación educativa y formación del profesorado: proyectos sobre la mejora de la práctica docente en la universidad.** Málaga: Universidad de Málaga, 1997. p. 9-18.

- JANKEVICIUS, J. V. A pesquisa científica e as funções da Universidade. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, Londrina, v. 16, n. 2, p. 328-330, jun. 1995.
- LAMPERT, E. O Ensino com pesquisa: realidade, desafios e perspectivas na universidade brasileira. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 14, n. 26, p. 131-150, jan./jun. 2008.
- LANGA, P. V. **The constitution of the field of Higher Education institutions in Mozambique**. 2006. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Estudos de Ensino Superior)– University of Cape Town, Cape Town, 2006.
- _____. Poverty fighters in Academia: the subversion of the notion of socially engaged science in Mozambican Higher Education. In: BURAWOY, M.; CHANG, M.; HSIEH, F. (Ed.). **Facing an unequal world: challenges for a global sociology**. Taipei: Academia Sinica, 2010. v. 1, p. 245-467.
- _____. The significance of Bourdieu's concept of cultural capital to analysing the field of Higher Education in Mozambique. **International Journal of Contemporary Sociology**, v. 48, n. 1, p. 93-116, 2011.
- LÓPEZ SEGREGA, F. Reflexiones em torno a la financiación actual y futura de las universidades a nível mundial. **Avaliação**, Campinas, v. 14, n. 3, p. 523-560, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n3/a02v14n3.pdf>>.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Dados estatísticos sobre o ensino superior em Moçambique 2011**. Maputo: Edição MINED, 2012.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano estratégico 2012-2020**. Maputo: Imprensa Universitária, 2012.
- MURTEIRA, M. **Economia do conhecimento**. Lisboa: Quimera, 2004.
- PILLAY, P. Higher Education Funding Frameworks in SADC. In: KOTECHA, P. (Ed.) **Towards a common future: higher education in the SADC Region; Research Findings from Four SARUA Studies**. Johannesburg: Southern African Regional Universities Association, 2008. p. 127-195.

Do corpo prisioneiro à corporeidade exultante: pelos caminhos do jogo e do Esporte para a educação de crianças e adolescentes

Wagner Wey Moreira¹
Marcus Vinicius Simões de Campos¹
João Luiz da Costa Barros²

Brincar com criança não é perder tempo, é ganhá-lo; se é triste ver meninos sem escola, mais triste ainda é vê-los sentados enfileirados, em salas sem ar, com exercícios estéreis, sem valor para a formação do homem.

(Carlos Drummond de Andrade)

Quando uma criança brinca, joga e finge, está criando um outro mundo. Mais rico, mais belo e muito mais repleto de possibilidades e invenções do que o mundo onde de fato vive.

(Marilena Chaui)

Eu perdi mais de 9.000 lances na minha carreira. Eu perdi quase 300 jogos. 26 vezes eu confiei em fazer o lance final vencedor...e perdi. Eu falhei repetidamente na minha vida. É por isso que eu tenho êxito.

(Michael Jordan)

Introdução

Há uma letra de um tradicional samba brasileiro que diz mais ou menos assim: o que dá para rir, dá para chorar, depende da hora e do lugar.

É nesta trilha que vamos caminhar no presente texto. Apresentar argumentos que demonstrem a importância do jogo e do esporte como elementos a cooperar com o ato educativo dos seres humanos, sem deixar de reconhecer que estes mesmos elementos também são explorados para o aprisionamento das consciências ao longo dos tempos.

O homem é mais humano quando joga, quando vivencia uma atividade com paixão, com sabor, com vontade de nela colocar todo o seu ser. Assim pode também ser quando praticamos esportes.

As linhas constantes da presente reflexão irão percorrer duas trilhas pelas quais podemos caminhar quando falamos de jogo e de esporte. Na primeira, alertar, mais uma vez, pelos problemas do conhecimento e prática de esportes a serviço de forças de dominação, de controle corporal, sendo o esporte fator de aprisionamento corporal. Na segunda, enaltecer o jogo e o esporte como ferramentas possíveis para a liberdade, para qualificar as relações humanas, para ver a vida mais colorida, exaltando o sentido humano do homem.

¹ Núcleo Pesquisas em Corporeidade e Pedagogia do Movimento – NUCORPO. Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Brasil.

² Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil.

Essas razões nos levam às epígrafes iniciais. Brincar e jogar não pode ser considerado uma perda de tempo, em especial no trato com a criança. Será que nós professores temos consciência disso? Que bom recorrer a Drummond. Da mesma forma, estamos necessitando criar um novo mundo, mais belo e mais rico, no qual inventar e sonhar não sejam valores menores, em especial como compromisso às crianças, concordando com Marilena Chaui. Lutar para isso requer persistência, requer superar obstáculos e falhas, viver sempre tentando ir à frente, elementos esses presentes no ato de conhecer e praticar esportes, razão dos dizeres de Michael Jordan.

Um alerta inicial se impõe. Tratar do fenômeno esportivo não se esgota em analisá-lo numa perspectiva dualista, de bom e/ou mau, ou ainda apenas dentro de uma lógica formal que só conhece resultados, enaltecendo a vitória e criticando a derrota. Jogar é brincar com a vida, revelando subjetividades, sensibilidades, emoções, é participar de um projeto coletivo explicitando encontros, desencontros, superações, sem o que a vida perde a graça e o sentido.

Esporte para um corpo aprisionado

Antes de adentrarmos ao jogo e ao esporte, convém mostrarmos alguns problemas da educação institucionalizada, normalmente por onde se inicia o contato da criança com o esporte de forma mais sistemática. Para isso é importante deixar claro que não iremos discutir conceitos de jogo e de esporte mesmo porque isto não é importante para o presente escrito e, até hoje, teóricos não conseguiram limitar e ou explicitar devidamente os limites de cada um destes fenômenos.

Como profissionais da Educação Física, lembramos que tradicionalmente a graduação em Educação Física estava vinculada apenas aos cursos de licenciatura. Isto em si não é um obstáculo, no entanto, a área sofria de um problema também presente em todas as licenciaturas, qual seja, formavam-se, e ainda se formam, especialistas das áreas e não necessariamente professores.

Inforsato (2017) mostra que a crise na formação de professores no Brasil não é fato recente. Ela permeia toda a história da educação brasileira, desde seus primórdios.

Interessante notar a presença da crise em quase todas as áreas da formação profissional em nosso país. Há o que poderíamos chamar de um defeito formativo nos cursos de graduação em geral. No entanto a repercussão desse fato varia de área para área, e as críticas muito maiores se dão na formação de professores, enquanto outras áreas são preservadas.

O mesmo Inforsato (2017, p. 40) revela essa discrepância:

Uma das hipóteses para essa assimetria de críticas reside no fato de que os fracassos da educação, exibidos *ad nauseam* nos meios de comunicação social têm maior repercussão na sociedade, atribuindo-se esses fracassos, muitas vezes, à má formação dos professores, enquanto que, por exemplo, o fracasso da saúde, não apontado com resultados de instrumentos aplicados sistematicamente como o é na educação, mais raramente se atribui à má formação dos médicos. Principalmente pelos próprios médicos, classe corporativa e auto protetora por tradição, ao contrário dos professores.

Constata-se também, por outro lado, que é regra geral encontrarmos nos cursos de licenciaturas a ênfase na formação de especialistas que dominam sua área de conhecimento científico, destinando o preparo de professores para um segundo plano. Por sinal, até recentemente no Brasil os cursos de Bacharelado possuíam carga horária superior aos cursos de Licenciatura, demonstrando que estes poderiam ser cursados rapidamente sem grandes compromissos quanto ao conhecimento e ao trato científico.

Constatada esta realidade, são necessárias mudanças considerando a ineficácia do ensino formal. Isto ganha maior dimensão quando afunilamos as preocupações a partir do ser criança e adolescente, frequentadores das séries iniciais do Ensino Fundamental.

O que estamos a propor neste primeiro momento quando centramos nossa atenção educativa, em especial, ao ser criança? Capacitar professores para o ensino formal dos primeiros anos de escolarização que busquem desenvolver seus conhecimentos não a partir dos conteúdos, mas, a partir do que é próprio para o mundo vida da criança e do adolescente.

Mencionando a Educação Infantil podemos afirmar que sua finalidade é o desenvolvimento integral de criança, este representado pelos aspectos físicos, intelectual, linguístico, afetivo e social. Nista-Piccolo e Moreira (2014) deixam claro que estes estímulos: vivências de afetividade, de sociabilidade, de interação, todos fazem parte de uma educação saudável.

Daí perguntamos: como propiciar isto se não respeitamos a criança enquanto tal; ela não é um adulto em miniatura que deve ser adestrada para logo servir ao mundo do trabalho. Se isto nos convence, por que não propiciar, na maior parte do tempo dessa criança na escola a vivência de jogos, de brincadeiras, de movimentos que possam contribuir com o desenvolvimento de sua motricidade? Será que não fazemos isto porque os professores não estão preparados para a utilização do jogo e do esporte na escola?

Necessitamos, na educação de crianças e adolescentes, superar as duas utopias que levam ao apagamento dos corpos, criadas por Foucault (1991): a da cidade dos mortos, surgida na cultura egípcia, e o mito da alma. Na primeira, o corpo só pode ser importante se viver permanentemente através da mumificação; na segunda, bem mais atual na sociedade ocidental, o corpo só pode ser considerado importante se, através do olhos – janelas da alma, buscar a pureza e o belo, ambos perspectivados no sentido da perfeição e não das possibilidades. Não podemos exercitar uma educação nos anos iniciais da Educação Básica que negue o corpo, o movimento, a motricidade, a capacidade de estar jogando com os outros e com o mundo. Corpo criança que se educa reconhece o trabalho para aprender, mas caminha sempre na busca das possibilidades de transcendência, a qual pode ser conseguida quando se busca um corpo possível e não um corpo perfeito.

Calcados ainda no mesmo Foucault (1991), nos convencemos de que não pode ser função de uma escola para crianças e adolescentes a criação de corpos dóceis. Aqui a responsabilidade na formação de professores para essa faixa etária. Voltamos a afirmar: não é uma questão de conteúdos, e sim um enfoque de corporeidade, de existencialidade viva, de outro aporte para a vida humana.

Não nos é permitido educar crianças e adolescentes apenas para disciplinar seus corpos, para estarem debaixo do propósito de se alcançar no futuro um indivíduo produtivo. Se esta for a missão dos anos iniciais da Educação Básica, vale a pena lembrar Foucault (1991, p. 125-126):

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – ao corpo que se manipula, que se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam. O grande livro do Homem-Máquina foi escrito simultaneamente em dois registros: no anátomo-metafísico, cujas primeiras páginas haviam sido escritas por Descartes e que os médicos, os filósofos continuaram; o outro, técnico-político, constituído por um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos bem distintos, pois tratava-se de submissão e utilização, ora de funcionamento e de explicação: corpo útil, corpo inteligível.

Quando nos dirigimos à escolarização formal, aquela que acompanha o corpo criança e adolescente por vários anos em suas classes ou séries, emitindo um sentido falacioso de neutralidade, faz-nos lembrar de Althusser (1980). Este pensador coloca bem o sentido da escola como o principal aparelho ideológico do estado. Não é sem razão que a educação escolarizada exige corpos submissos, ordeiros, quietos, proibidos de se movimentarem ou de brincar e correr, afinal educação é coisa séria. Assim, pra que jogar, brincar, criar, elementos esses de difícil controle e bem subversivos para a ordem dominante.

Ao associarmos toda essa argumentação com o jogo e com o esporte, é possível identificar que na escola há pouco tempo destinado ao jogo, desde os primeiros anos do Ensino Fundamental. Aliás, jogar se confunde apenas com a execução de movimentos padronizados de um determinado esporte a ser vivenciado nas aulas de Educação Física. E não é só dentro da escola que esta história não é muito interessante.

Somos um país do futebol, algo presente no senso comum. No entanto, este esporte não tem conseguido ser vivenciado na plenitude da alegria como deveria ser. Diz Galeano (2012, p. 10) que “A história do futebol é uma triste passagem do prazer para o dever. Ao mesmo tempo em que o esporte se tornou indústria, foi desterrando a beleza que nasce da alegria de jogar só pelo prazer de jogar”.

Provavelmente deixamos de aprender o significado importante do jogo porque não fomos educados para esse fim. Daí a razão de olharmos para esse fenômeno de forma enviesada, fato esse já apresentado por Galeano (2012, p. 10):

O jogo se transformou em espetáculo, com poucos protagonistas e muitos espectadores, futebol para olhar, e o espetáculo se transformou num dos negócios mais lucrativos do mundo, que não é organizado para ser jogado, mas para impedir que se jogue. A tecnocracia do esporte profissional foi impondo um futebol de pura velocidade e muita força, que renuncia à alegria, atrofia a fantasia e proíbe a ousadia.

E os problemas do entendimento e utilização do jogo e do esporte têm ainda dimensões maiores. Jennings (2011, p. 30) produziu um obra denúncia que revela a compra de votos e escândalos ocorridos ao longo do tempo na FIFA, denominando o mundo do futebol como “jogo sujo”, indicando entre outros argumentos que “A equipe de lobistas se ampliou e agora tinha funcionários trabalhando em tempo integral e agentes de meio período estrategicamente posicionados em todas as federações e associações internacionais”. Tão impressionante são as revelações explicitadas pelo autor que Juca Kfoury escreve na “orelha” de apresentação da obra de Jennings (2011):

Leia como se fosse uma obra de ficção. Mas saiba que não tem nada de ficção. Leia como se fosse uma novela de poucos mocinhos e muitos bandidos. Mas saiba que é você quem perde no fim. Leia como se fosse uma peça de humor. E ria à vontade, porque há mesmo momentos hilariantes. Mas não perca de vista que, ao cabo, você chorará.

No Pós-Escrito de sua obra, Jennings indica finalmente o perigo que ronda os poderosos chefões da FIFA com a investigação em processo deflagrada pela Comissão de Ética do Comitê Olímpico Internacional (COI), do qual os vários presidentes da FIFA fazem parte arrematando “...o Comitê pode decepar a cabeça da víbora venenosa que a FIFA se tornou” (JENNINGS, 2011, p. 316).

Estas são facetas do esporte atreladas aos desmandos, à corrupção, à dominação, em que todos perdem pois não há aí a presença de princípios éticos e morais. É o esporte utilizado para privilégio de poucos, aprisionando o corpo de muitos.

Claro está que não é esta vertente do esporte que importa ser trabalhado na educação de crianças e adolescentes no Ensino Fundamental, da mesma forma que não podemos transformar o ensino dos esportes em aulas apenas teórico-críticas sobre discussão do fenômeno esportivo já nas séries que compõem a fase final dessa etapa de escolarização.

Vamos então às possibilidades de alterar esse quadro utilizando-nos do jogo e do esporte em abundância como elementos propícios para o engrandecimento do humano no homem. E isto deve ser um dos principais princípios da educação de crianças e adolescentes quando estamos diante do ensino e da vivência dos fenômenos jogo e esporte. Afinal, como diz Bento (2013, p. 82) o desporto deve ser uma filosofia para a vida e para o corpo, e por essa razão “Constitui uma esperança para a necessidade de viver”.

Esporte para uma corporeidade exultante

Da mesma forma que já vai muito tempo em que se produz artigos e pesquisas informando dos males sobre o fenômeno esporte, também já faz tempo em que se produz literatura mostrando a importância e os benefícios do esporte.

Dumazedier et al. (1960, p. 34) já grafavam as seguintes palavras: “Desporto – Escola de beleza! Escola de moral! Escola de formação social! Desde há cinquenta anos que a nossa civilização descobriu o desporto e não há virtude que se lhe não atribua...”.

Os mesmos autores já enfatizavam:

Julga-se que a prática do desporto em si mesma desenvolve hábitos de destreza, de vontade. Mas nós mostramos as reais ligações que unem o desporto à vida da sociedade e vinculam a libertação do desporto à libertação social. Evitamos apresentar o espírito do desporto em si mesmo, separando-o de tudo o que o rodeia! (DUMAZEDIER et al., 1960, p. 64).

No entanto, apenas como pequeno exemplo, poucos foram os cursos de graduação em Educação Física e Esportes que trabalharam essas ideias junto aos formandos da licenciatura na área, cursos esses destinadas a preparar professores para a Educação Infantil e para os ensinos Fundamental e Médio.

Nossa utopia no presente momento é cativar profissionais da Educação Física para o entendimento do jogo e do esporte, apreendido nos cursos de formação profissional estruturado em técnicas e táticas, que associem estes elementos aos sentidos de estilo e expressão. Se conseguirmos isto, é provável que possamos consagrar a relação esporte e arte.

Por essa e outras razões, é necessário destinarmos espaço maior para argumentarmos a favor das possibilidades educativas do jogo e do esporte se queremos, na verdade e com dedicação, superarmos a situação apresentada no item anterior deste escrito.

A tese defendida é de que podemos contribuir para libertar os corpos humanos a partir da vivência maior e crítica, também, do conhecimento e da prática dos fenômenos jogo e esporte. Mas, como se apropriar dessa possibilidade se não aprendemos dessa forma na escola?

O jogo e o esporte detêm em seu interior valores necessários a uma vida comunitária, a uma visão de sociedade mais justa, a um estabelecer de corresponsabilidades e de obrigações sem o que a vida em conjunto não tem significado.

Outros teóricos e pesquisadores do jogo, da segunda metade do século passado, apontavam a necessidade dele estar mais presente na vida das crianças e adolescentes na escola. Dentre estes mencionamos Ferran, Mariet e Porcher (1979, p. 26), os quais já informavam: “Na atividade de jogar, o ensino encontra tudo o que constitui a própria criança como ser complexo, simultaneamente inacabado e transbordante de potencialidades”. Vão mais além os autores mencionados quando alertam: “É claro que a entrada do jogo na instituição escolar não poderá ser verdadeiramente eficaz se não respeitar acima de tudo as características próprias (extra-escolares) dos jogos infantis (idem, p. 70).

A importância da obra dos autores mencionados no parágrafo anterior pode ainda ser demonstrada quando elencam as dificuldades da implantação de uma pedagogia do jogo na escola: a primeira “porque não se está convencido do valor do jogo como argumento educativo”; a segunda “porque um método de utilização pedagógica do jogo é sempre relativamente complexo de pôr em prática”; e terceiro porque o jogo não se coaduna com os seres que não são ativos ou ainda que não desejam controlar dinâmica movimentação do jogo (FERRAN; MARIET; PORCHER, 1979, p. 71).

Parece que já passou a hora de professores admitirem a dignidade e a importância do jogo na escola, valorizando sua presença no universo escolar. Jogar colabora na formação intelectual de crianças e adolescentes, evitando um ensino puramente intelectualista.

Estamos preocupados com a educação de crianças e adolescentes? Voltamos aos autores anteriormente citados (idem, p. 15): “Todas as crianças brincam, procuram brincar, desejam brincar; lamentam não brincar. [...] É pois indiscutível que o jogo preenche as funções psicossociais, afetivas e intelectuais no devir infantil”.

Outro importante teórico da relação esporte e educação foi Cagigal (1984, p. 112), pois criou vários escritos já na segunda metade do século passado alertando sobre a necessidade dessa relação. A partir da afirmação de que “educar é muito mais vital que instruir”, desenrola uma argumentação riquíssima sobre a importância do aprendizado e da vivência do esporte para a vida, já que educar é, dentre outros pressupostos: ensinar a viver bem; buscar a liberdade e fazer bom uso dela; aprender a construir regras para vivência comunitária e viver por elas. Esses pressupostos, que num primeiro momento parecem construções teóricas, todos podem ser trabalhados através do conhecimento e da vivência do jogo e do esporte.

Jogar nos auxilia a incorporar valores morais, a entender o significado de vontade, a desenvolver o idealismo, a moldar nosso caráter, além de nos capacitar no desenvolvimento das benesses já amplamente divulgadas pelos meios de comunicação como melhoria da saúde, vigor para enfrentar o trabalho na vida diária...

Cagigal (1984, p. 314) declara ainda outros aspectos importantes do jogo:

Es providencia biológica y pedagógica que el niño ponga en uso su vitalidad jugando. De este modo aprende, se desahoga, se fortalece, y, siendo ya crecido, se defiende de las primeras coacciones de la vida. Las colectividades, dotadas en algún modo de vitalidad definida, de alma propia, nacen también con ilimitadas posibilidades de juego; dentro de él se desenvuelven sus primeros estadios evolutivos. Y procuran conservar siempre esa capacidad lúdica que les hace aptas para contemplarse a sí mismas risueñas. Los “juegos” constituyen la sonrisa de la sociedad.

O próprio Cagigal indica a necessidade de uma nova olhada para o fenômeno esportivo quando o compara com a música, ambos destinados à maioria dos seres humanos:

El *hombre deportivo*, como el *hombre musical*, consiste más em uma disposición, em una prontitud a integrar deportivamente (o musicalmente) su conducta, que en una erudición o tecnificación o capacitación física (CAGIGAL, 1984, p. 798, grifo do autor).

Jogo e esporte, conhecimento e vivência no sentido de auxiliar a nos tornar capazes de sentir nossa corporeidade, de (re)significar a vida humana. Ao jogar vivemos nossa sensibilidade através da corporeidade, e aí buscar o aprimoramento do ser sensível e perceber a presença do outro. A isto, o jogo e o esporte podem fornecer excelentes meios para se atingir este pressuposto.

É provável que ao nos habituarmos a jogar possamos incorporar uma ética da sensibilidade nos moldes apresentados por Santin (2005, p. 231-232):

Por fim, gostaríamos de dizer como nasce a ética da sensibilidade. Em primeiro lugar, ela exclui os corpos dos laboratórios de ciência e os dos conceitos e definições da metafísica. Ela não pensa o corpo como veículo da alma ou do espírito, nem como instrumento de trabalho ou de prazer. A ética da sensibilidade surge da compreensão de nós mesmos, dos outros e do mundo, fazendo com que a vida seja vivida em equilíbrio e harmonia.

Se quisermos ampliar a importância do jogo e do esporte na sociedade atual, incluindo aqui também os seres adultos, recorremos a Elias e Dunning (1992), quando revelam que o esporte pode desenvolver em seus praticantes uma forma especial de tensão, ou como preferem chamar, de excitação agradável, a qual favorece os sentidos a fluírem mais livremente. Essa excitação favorece a perda das tensões e do estresse. Aqui mais um argumento da importância do universo do jogo e do esporte para o estilo da vida humana com qualidade.

Quem joga e/ou pratica esportes incorpora o sentido da corporeidade, mergulhando na paixão humana. Desta forma o esportista, seja ele vivenciando o esporte como lazer, como iniciação a uma determinada modalidade, ou mesmo no alto rendimento atlético, pode ascender a um patamar diferente do trato do corpo do outro como objeto. O esporte faz com que nos movimentemos, propicia o aumento de nossa vontade em participar do feito e de realizar a missão, coisas importantes também para a aprendizagem e para a consecução do ato educativo (MOREIRA et al., 2008).

Merleau-Ponty (2011) enfatiza a importância de se habitar o corpo. Trazendo isto ao esporte e para a educação temos a observação de Novaes (2003, p. 12):

Não se pode negar que o pensamento depende muito dos movimentos mecânicos do corpo. O corpo em cólera, por exemplo, provoca pensamentos perturbadores. Mas não se pode negar também que, do seu lado, a vontade possa alterar o corpo, pelo poder que ela tem de fazê-lo andar ou parar, por exemplo. Mais, o homem é todo inteiro paixão: lida permanentemente com o medo, o amor, a esperança, a glória, a amizade etc.

Queremos corpos dotados de vontade, de vitalidade? Pratiquemos jogos e esportes. Queremos desenvolver paixão pela vida no sentido de vivenciar amores, esperanças, bem como de incentivar amizades e condições de superar medos? Pratiquemos jogos e esportes.

Mais uma vez é importante destacar que o jogo e o esporte aqui referidos necessita de jogadores que tenham a vivência ou que possam passar pela pedagogia lúdica, considerando que o jogo é uma atividade simbólica em predominância. No jogo o jogador se volta para dentro, criando com isto situações que possa imaginar. “O jogador quando joga volta-se para si” (FREIRE, 2008, p. 69).

Talvez, um dos mais consagrados autores a debater, analisar, (re)significar e enaltecer os valores do esporte em língua portuguesa é Jorge Olímpio Bento. Ele já redigiu extensa bibliografia sobre a importância do conhecimento e prática dos esportes, pois isto permitiria redimensionar ontologicamente a vida tanto individual quanto coletiva.

Em uma de suas obras discorre sobre o sentido do desporto, desenvolvendo argumentos que transitam pelos caminhos, dentre outros: da criação da forma humana; da arte de viver; de ensinar a viver e a competir; de cultivar princípios e valores; do lugar pedagógico e laboratório de humanidade (BENTO, 2013). Vamos nos ater a explorar um pouco de cada um destes pressupostos.

Quando expõe o assunto sobre a criação da forma humana, revela que uma das características fundamentais do ser humano é que ele nasce para se formar, considerando que somos seres inacabados. Aqui o desporto “torna evidentes as nossas fraquezas, insuficiências, mazelas e contradições, pondo a nu e convidando a cultivar o que em nós falta. Mas, por isso mesmo, é educativo e pedagógico por excelência”. (BENTO, 2013, p. 85). Educação de crianças e adolescentes na escola não é para oferecer aos educandos as possibilidades de aprendermos a superar nossas fraquezas? Então, utilizemos o fenômeno esportivo para auxiliar nesse propósito.

Viver com arte significa buscar a felicidade e ela está dentro de nós mesmos. Isto pode ser alcançado, segundo Bento (2013, p. 87) pelo esporte:

O desporto pode ser parte da vida boa, da vida correta, quer e pode contribuir para a felicidade do homem, para a realização harmoniosa e racional das funções da natureza humana, quer das biológico-naturais, quer das sócio-culturais. No desporto as vivências da felicidade são encenadas de uma forma exemplar e única. Nele acontecem movimentos bem conseguidos numa combinação perfeita de ética e estética, de técnica e tática, em que impulsos e sensações, o orgânico e o espiritual, o irracional e o racional, o corpo, a intimidade e a pessoa se fundem, oferecendo-nos não apenas um pressentimento mas até um índice substancial de concretizada da felicidade. Eis uma característica essencial que reveste o desporto com um caráter de utopia.

Em nossa opinião, não há outro elemento superior ao esporte que possa nos ensinar a viver e a competir. Recorrendo a um pensamento de Friedrich Schiller de que o *homem só é homem quando joga*, o autor a que estamos nos referindo enfatiza que ao perdermos essa possibilidade o sentido humano esmorece. Também alerta para a premissa de quem não sabe competir não poderá entender o significado do que seja cooperar. Para se chegar a incorporar isto como algo substancial, importante lembrar a observação de Bento (2013, p. 96): “Do que estamos carecidos é de uma sólida aprendizagem da competição susceptível de enraizar profundamente uma ética do jogo, do jogador e do competidor”.

Já quanto a cultivar princípios e valores, elementos em falta nos dias atuais em nossa convivência, não nos cansamos de enaltecer os argumentos apresentados por Bento (2013) quando discorre sobre como o esporte pode ser aproveitado para uma intervenção educativa de grande escala, junto a todos os seres humanos, mas, para nós, em especial junto a crianças e adolescentes. A lista dessa importância é grande: colocar paixão e emoção para alcançarmos os objetivos propostos; gerir o tempo disponível para todas as atividades diárias, inclusive é claro as destinadas à aprendizagem; exercitar, para isso, a disciplina e a auto-disciplina; aprender a interagir melhor com os outros; gostar de assumir riscos e aprender a tomar decisões; melhorar as competências motoras, técnica e táticas, afetivas e cognitivas; cultivar a imaginação e a criatividade... Vejam, valores possíveis de serem trabalhados na escola através da vivência do jogo e do esporte. Se isto é possível, por que não explorar essa faceta do fenômeno esportivo nos momentos de ensino e aprendizagem de crianças e adolescentes na escola? Será a função da escola unicamente transmitir conhecimentos calcados em teorias e definições?

Atrelado ao cultivo de princípios e valores está a aprendizagem e o desenvolvimento de virtudes, estas tão em falta hoje em dia no convívio humano. Bento (2013, p. 103) nos lembra: “O desporto falamos da entrega a causas e ideais, de normas e regras, de exigências e desafios, de sacrifício e disciplina, ou seja, de valores decadentes”.

Se o jogo e o esporte propicia descobertas e revelações junto ao mundo das crianças e adolescentes, eles são constituídos de um estatuto pedagógico por excelência. No esporte e no jogo todos temos lugar e aprendemos a respeitar as diferenças. Ao participar de um esporte aprendemos a enfrentar deveres e obrigações nos níveis táticos e técnicos, e com isto podemos nos acostumar a desenvolver mais essas obrigações do que meramente nos acostumarmos a reivindicar defeitos (tendo clareza de que estes também são fundamentais).

Mais uma vez mostrando a importância do esporte enquanto possibilidade educativa de crianças, Bento (2013, p. 106) indica:

Chamemos as crianças para o desporto, porquanto este encerra um confronto simbólico com os problemas e dilemas humanos. Um campo de aprendizagem e exercitação de formas construtivas, autônomas e refletidas de lidar com regras, de desdobrar a competência moral, de forjar motivos e perspectivas de vida. O que convida a valorizar cada vez mais o desporto na escola, na família e na vida, sob pena de abdicarmos de um modo vivo de educar, de respeitar e realizar os direitos inalienáveis das crianças.

Toda a argumentação até aqui levantada propicia a facticidade da corporeidade exultante, corporeidade essa que deve ser vivenciada, por essa razão mais compreendida que explicada. Nas ciências, temos a prioridade da explicação ligada às ciências naturais, enquanto a compreensão residindo nas ciências humanas. Isto nos leva, durante todo o nosso escrito, a não nos preocuparmos em explicar e ou definir os sentidos de jogo e esporte. Preocupamo-nos sim em compreender esses fenômenos através da vivência do sujeito que joga, que pratica esporte e da relação que o fenômeno jogo e esporte propicia entre os diversos sujeitos integrantes do ato de jogar.

Bases epistêmicas atuais, dentre elas a fenomenologia e a teoria da complexidade, indicam que não é apenas o cérebro que sabe. O corpo todo sabe, mesmo porque não é possível a vivência de dois movimentos idênticos a serem realizados pelo ser humano, pois nossa estrutura perceptiva está permanentemente se auto-organizando produzindo novas interpretações para os nossos movimentos.

Aqui centra-se o sentido da corporeidade a qual advoga o conhecimento como uma manifestação do corpo todo. Isto não é importante para sabermos quando nos deparamos com a educação de crianças e adolescentes? Afinal, estes seres vivos nessas faixas etárias não são primordialmente motricidade?

As mais variadas teorias educacionais indicam que uma das funções do ensino é propiciar liberdade aos aprendentes. Já afirmava Merleau-Ponty (2011, p. 582):

Minha liberdade e minha universalidade não podem admitir eclipse. É inconcebível que eu seja livre em algumas das minhas ações e determinado em outras: o que seria esta liberdade ociosa que deixa os determinismos funcionarem?

Qual é a liberdade permitida para a corporeidade criança e adolescente em sala de aula? Claro que não estamos a advogar a bagunça e o caos. Estamos sim a mostrar as contradições intrínsecas do atual modelo escolar, o qual se destina à educação da cabeça e ao aprisionamento do corpo. Muitos professores justificam esta limitação da liberdade para que o controle das atividades didáticas possa ser concretizado. No entanto, se operacionalizarmos o jogo e o esporte na escola certamente a organização da atividade parecerá mais estável, o que pode garantir ao professor a tranquilidade que hoje está ausente no seu fazer pedagógico.

A corporeidade que joga para aprender e aprende jogando conquista atitudes educativas provenientes de “um ambiente carregado de representação, que valoriza a imprevisibilidade, provoca desequilíbrios e é desafiador para os jogadores” (SCAGLIA; REVERDITO, 2016, p. 50). Se aprender é um desafio, construído de representações muitas vezes imprevisíveis, então a corporeidade não pode estar ausente desse processo. Não é mais possível conceber uma educação que possa ser, por um lado, significativa para uma inteligência espetacular e brilhante, e por outro lado, destinada a um corpo inerte, passivo, destinado à acomodação e não ao desafio.

Jogar e praticar esporte, nos ditames defendidos no presente artigo, favorecem a assunção da atitude presente na corporeidade. Esta “traz para a reflexão dos alunos de educação física palavras que hoje pouco valor têm na área, mas que são fundamentais para o entendimento do humano: sentir, pensar, agir, sonhar, ousar, criar, transcender, dentre outras” (MOREIRA; SIMÕES, 2016, p. 146).

Estruturados no pensamento de Morin (2000), Moreira et al. (2008, p. 144-145) indicam:

A corporeidade aprendente deve reconhecer que todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa, antes de tudo, o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana. A corporeidade aprendente, neste novo século, deverá abandonar o conceito unilateral que define o ser humano pela racionalidade, pela técnica, pelas atividades utilitárias e pelas necessidades obrigatórias. É necessário que se veja, no ser humano, suas características antagonistas, como sábio e louco, trabalhador e lúdico, empírico e imaginário, econômico e consumista, prosaico e poeta.

A corporeidade que joga e pratica esportes incorpora o sentido da individualidade e da coletividade, vive a possibilidade de existencializar antagonismos, experimenta o sentido lúdico do ato educativo e exercita sua criatividade e sua imaginação. A pergunta que resta a se fazer: Por que, na educação de crianças e adolescentes, na busca da corporeidade exultante, não se vivenciam os jogos e os esportes?

Ainda nesta associação de corporeidade e educação, recorreremos e concordamos com os escritos de Nóbrega (2010, p. 09):

Uma intuição apresenta-se de modo significativo: a de que a corporeidade, como noção teórica-experimental, pode contribuir para a transformação de atitudes frente ao conhecimento, de um modo geral, e na educação, de modo particular, realizando uma parceria, um jogo criativo entre razão e sensibilidade por meio da estesia do corpo e de sua comunicação sensível.

Associar os elementos aqui sugeridos na busca de uma educação diferenciada para crianças e adolescentes, para a qual os conhecimentos e as atitudes sobre corporeidade, jogo e esporte estejam presentes pode ser missão árdua no primeiro momento, mas necessária. Se até agora viemos defendendo que jogar e praticar esportes é necessário, soma-se a estes um terceiro parceiro: mudar é necessário.

Por fim uma nova constatação. Vivemos momentos contraditórios no que diz respeito à educação brasileira. Por um lado, há projetos sendo ofertados pelo governo na direção de uma Escola em Tempo Integral, a qual, para nós, só poderá ser importante e necessária se ofertar uma Educação Integral aos alunos, ou seja, uma educação de corpo inteiro. Por outro lado, numa clara exacerbação do sentido racionalista da educação, as autoridades governamentais instituem um Ensino Médio calcado apenas em disciplinas utilitárias visando à preparação para o mercado de trabalho.

Para o primeiro caso, Escola de Tempo Integral, enfatizamos que o “corpo humano só pode ser percebido e conhecido por meio da vivência e da experiência do mesmo, portanto, entendido em sua integralidade” (GONÇALVES; CAMPOS; MOREIRA; 2017, p. 259).

Vamos ainda mais à frente deixando clara nossa posição frente ao assunto:

É essa compreensão de corpo que nos estimula, primeiro: a questionar as iniciativas de educação integral, em tempo integral, perpassadas pelo discurso do sujeito completo, mas que na verdade justificam, na ampliação da jornada escolar, a necessidade de diversificação dos conteúdos escolares e a inclusão de atividades esportivas, artísticas e culturais; e segundo: propor uma educação integral que tenha a corporeidade como paradigma inaugural (GONÇALVES; CAMPOS; MOREIRA; 2017, p. 259).

Queremos nesta escola a corporeidade que joga, pois o “jogo possibilita que intuamos mais e racionalizemos menos, aprendendo a partir da linguagem do sensível. Consequentemente, intensifica nossa relação com nos mesmos, com os outros e com o mundo” (Idem, p. 264).

Quanto ao segundo caso, a reforma atual do Ensino Médio, não vale a pena perder tempo para comentar a concepção que o atual governo tem de educação.

Afinal, estamos diante de uma via de mão dupla: de um lado a corporeidade pode auxiliar na (re)significação do jogo e do esporte; do outro lado o esporte e o jogo podem qualificar o sentido da corporeidade permitindo a esta um existencializar em que se explicita prazer e qualidade de vida. Estaremos prontos para assumir essa responsabilidade como profissionais da Educação Física e do Esporte?

Considerações finais

Se hoje temos sérios problemas com o estado atual do jogo e do esporte em nossa sociedade, é importante projetar a (re)significação do jogo e do esporte para o futuro, apropriando-nos de suas virtudes e colocá-lo a serviço do bem educar. Missão difícil? Sim, mas não impossível.

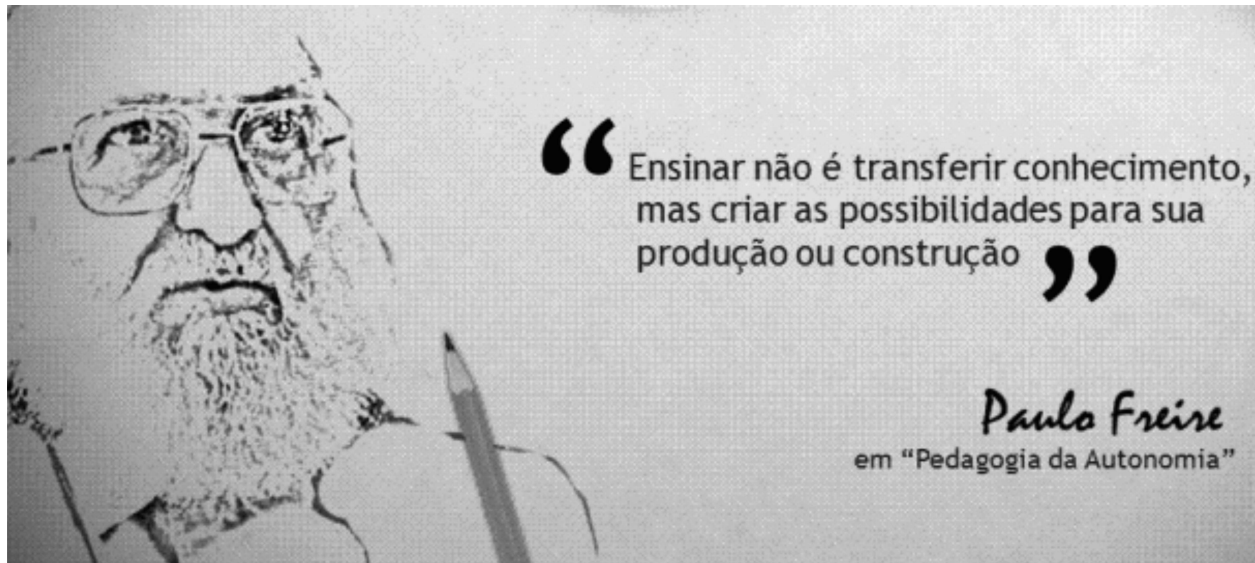
A área de Educação Física e da Pedagogia do Esporte já produziu muitas propostas estruturadas em teorias epistêmicas como, por exemplo, a da fenomenologia e a da complexidade, enfatizando a importância de uma mudança de rota na educação institucionalizada quando esta diz respeito ao corpo do aluno.

A todo momento foi enfatizada a necessidade dos alunos, crianças e adolescentes na escola, jogarem, praticarem esporte, não com finalidades em si mesmas, mas como possibilidades de uma aprendizagem significativa calcadas em valores necessários à vida em sociedade nos dias presentes. Estamos carentes de buscar superações, de exercitar cooperações, de vivenciar o lúdico, de ousarmos em fazer diferente, fundamentos estes presentes no ato de jogar e de praticar esportes, contribuindo assim para a assunção definitiva da corporeidade.

Para os profetas da impossibilidade, aqueles que sempre acreditam que mudar é utopia, lembremos do pensamento de Victor Hugo quando nos alerta para como devemos enfrentar o futuro: se formos

fracos, ele será inatingível; se formos medrosos, ele será desconhecido; mas, se formos valentes, ele será a oportunidade de vivenciarmos um ponto de mutação.

Estamos nós, professores, com energia suficiente e valentes para enfrentar os desafios educacionais desse nosso tempo presente?



Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- BENTO, J. O. **Desporto: discurso e substância**. Belo Horizonte: Instituto Casa da Educação Física; Campinas: UNICAMP – Centro de Estudos Avançados, 2013. (Coleção CEAv Esporte, 2).
- CAGIGAL, José María. **Obras selectas: volume I – hombres y deporte; deporte, pedagogia y humanismo**. Cadiz: Linea Offset, 1984.
- DUMAZEDIER, Jofre et al. **Olhares novos sobre o desporto**. Lisboa: Compendium, 1960.
- ELIAS, Norbert; DUNNIG, Enrique. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.
- FERRAN, Pierre; MARIET, François; PORCHER, Louis. **Na escola do jogo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FREIRE, João Batista. Um mundo melhor, uma outra Educação Física. In: RODRIGUES, David (Org.). **Os valores e as atividades corporais**. São Paulo: Summus, 2008. p. 51-74.
- GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra**. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- GONÇALVES, Luiza Lana; CAMPOS, Marcus Vinicius Simões de; MOREIRA, Wagner Wey. Expressões corporais e educação: os fenômenos jogo e esporte na escola de tempo integral. In: BARBOSA, Juliana Bertucci; SIMÕES, Regina (Org.). **Formação de professores na educação básica: trabalhando as linguagens verbais e corporais**. Campinas: Mercado de Letras, 2017. p. 253-274.
- INFORSATO, Edson do Carmo. A crise permanente da formação de professores: a oportunidade e a impossibilidade de sua superação. In: BARBOSA, Juliana Bertucci; SIMÕES, Regina (Org.). **Formação de professores na educação básica: trabalhando as linguagens verbais e corporais**. Campinas: Mercado de Letras, 2017. p. 39-54.

- JENNINGS, Andrew. **Jogo sujo: o mundo secreto da FIFA – compra de votos e escândalos de ingressos.** São Paulo: Panda Books, 2011.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção.** São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- MOREIRA, Wagner W. et al. Corporeidade aprendente: a complexidade do aprender viver. In: MOREIRA, Wagner Wey (Org.). **Século XXI: a era do corpo ativo.** Campinas: Papirus, 2008. p. 137-154.
- MOREIRA, Wagner W.; SIMÕES, Regina. Educação física, esporte e corporeidade: associação indispensável. In: MOREIRA, Wagner W.; NISTA-PICCOLO, Vilma L. (Org.). **Educação física e esporte no século XXI.** Campinas: Papirus, 2016. p. 133-149.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários para a educação do futuro.** São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000.
- NISTA-PICCOLO, Vilma Leni; MOREIRA, Wagner Wey. **Corpo em movimento na educação infantil.** São Paulo: Telos, 2014.
- NÓBREGA, Terezinha Petrúcia. **Uma fenomenologia do corpo.** São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2010.
- NOVAES, Adauto. A ciência no corpo. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O homem-máquina: a ciência manipula o corpo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 7-14.
- SANTIN, Silvino. O corpo e a ética. In: DANTAS, Estélio H. M. (Org.). **Pensando o corpo e o movimento.** Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 219-232.
- SCAGLIA, Alcides José; REVERDITO, Riller Silva. Perspectivas pedagógicas do esporte no século XXI. In: MOREIRA, Wagner W.; NISTA-PICCOLO, Vilma L. (Org.). **Educação física e esporte no século XXI.** Campinas: Papirus, 2016. p. 43-72.

Estudos em Pedagogia do Esporte: posicionamentos em defesa do Esporte de crianças e jovens

Paulo Cesar Montagner¹

Introdução²

Vivemos desde alguns anos sob vários desafios no ensino do Esporte de crianças e jovens, fenômeno do século XX, e que se estende com mais força e vigor no atual século XXI. Temos nesse campo diálogos e concepções que necessitam novas compreensões e análises e, não seria nenhum equívoco afirmar que tal fenômeno tende a se alargar. Felizmente a Universidade, e esperamos definitivamente, assumiu e incorporou o estudo da Educação Física e do Esporte e muitos podem testemunhar essa transição e evolução formal.

Os sólidos indicadores de que o Esporte apresenta e representa na educação, na pesquisa e investigação, na promoção da cultura e do lazer, nos seus aspectos econômicos e pelo inegável reconhecimento social, impõem à Universidade a defesa – cada vez com mais intensidade e intransigência – dos seus estudos em ambiente acadêmico. A extraordinária produção e ampliação do conhecimento sobre o fenômeno esportivo encontram nas universidades brasileiras espaços nobres de crescimento e consolidação. Também na Unicamp, minha Universidade, com a criação dos seus cursos de Educação Física (1984) e Ciências do Esporte (2009), que reafirmam cotidianamente essa tendência.

O presente ensaio-teórico tem como proposta, a partir de seis posicionamentos teórico-críticos, considerações temáticas a partir de argumentos, exposição de ideias, motivos, pontos de vista e debates com autores da área, tendo como eixo central de argumentação o esporte de crianças e jovens, construir argumentos em defesa do esporte.

Os temas desenvolvidos permeiam discussões sobre a competição esportiva, sobre o esporte na escola como ambiente de formação esportiva, a importância de construirmos, no Brasil, um sistema escolar de esporte e competição esportiva. Na sequência, apontamentos referentes à dicotomia entre o “ser” professor e o “ser” treinador-técnico e, por fim, uma exposição de princípios referentes aos desafios da especialização esportiva e da gestão do esporte de crianças e jovens.

A defesa do esporte de crianças e jovens é, portanto, um desafio cada vez mais atual. Interessante esse posicionamento teórico de Constantino (2007): “[...] O desporto contemporâneo está a colocar-se perante novos desafios para os quais as velhas teorias explicativas conduzem a perplexidades, a desencantos e a verdadeiros becos sem saída” (p. 57). Devemos buscar suportes teóricos alinhados com a nova realidade, estarmos à altura dessa missão e valores educacionais e sociais, estarmos não apenas nos corpos, mas também nos cérebros, evitar os riscos das velhas teorias e teses interpretativas que refletem espaços e tempos anteriores e não mais existentes. Como bem disse Freire (1989), matricular a “cabeça e o corpo”, os sentimentos e sensações e valorizar as experiências dos nossos alunos na vida escolar e esportiva. Significa se envolver com as questões humanas, interpretar as responsabilidades e oportunidades do esporte e da educação física, defender o esporte perante os seus méritos, desvios, equívocos, virtudes, preconceitos, valores e méritos.

¹ Doutor em Educação Física, Professor Livre-Docente do Departamento de Ciências do Esporte (D.C.E.), Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil.

² O presente capítulo fundamenta-se e utiliza vários excertos da tese de livre-docência “Estudos em pedagogia do esporte de crianças e jovens: análises, olhares e desafios teóricos” (MONTAGNER, 2015).

Princípios balizadores da Pedagogia do Esporte

A contribuição do campo teórico da pedagogia do esporte deve ter como foco e atenção não apenas na minoria possuidora de talentos para as práticas competitivas. São milhares de pessoas que praticam atividades esportivas, que podem qualificar a vida de seus praticantes dado o potencial de formação e educação que o esporte promove. Pedagogia que se compromissa não apenas com o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos e táticos, mas que permita ao aluno e ao atleta o desenvolvimento da capacidade crítica do fenômeno esportivo. Pedagogia do esporte na qualidade de ser um “[...] campo de conhecimento que investiga a prática educativa, especificamente pelo esporte. Seu objetivo é a reflexão, a sistematização, a avaliação, a organização e a crítica do processo educativo, por meio do esporte”. A pedagogia do esporte como referencial teórico na relação do homem com o ambiente esportivo (PAES; MONTAGNER; FERREIRA, 2009, p. 2). Esse é o nosso conceito de pedagogia do esporte, e que nos permite avançar, com uma correspondência estável e efetiva entre discurso e realidade, entre o teórico e o prático, entre o difícil e o viável, o possível.

Reflexões sobre metodologias de intervenção no processo de iniciação esportiva, sobre a formação de jovens atletas e a aprendizagem esportiva, a competição e a *performance* como produto da formação esportiva, as contradições do esporte, se o atleta nasce feito ou se ele aprende com bons métodos, ou ainda a soma das duas partes, se as condições são inatas, genéticas ou adquiridas, pela transmissão pura do conhecimento, ou ainda, como explicar a excelência a partir das hipóteses inatistas, empiristas ou construtivistas são alguns dos intensos e ricos temas nesse cenário delineado pelo campo da pedagogia do esporte (MONTAGNER, 1999).

Na apresentação do livro “Pedagogia do Esporte: iniciação e treinamento em basquetebol”³, celebramos vários conceitos teóricos no campo da pedagogia do esporte. A obra, relacionada com nossas histórias de trabalho na Universidade e no Esporte, e mais especificamente dedicada ao basquetebol, buscou organizar a diversidade de conteúdos, dos materiais didáticos, das orientações teórico-metodológicas e dos pressupostos teóricos que orientam nossa visão nesse campo de atuação. Buscamos, nessa obra, construir conceitos que permitiram dar ao basquetebol um olhar teórico-pedagógico em todas as suas fases de desenvolvimento, desde o ensino básico chegando ao treinamento de equipes competitivas, nas fases da iniciação esportiva até o aprofundamento técnico-tático do jogo.

Com isso, foi possível lidar com o fenômeno do basquetebol – e em consequência do esporte em geral – vinculando às questões técnicas, táticas, físicas, intelectuais e psicológicas, detalhar o jogo com profundidade numa perspectiva de ensino e treinamento balizados por princípios que entendemos fundamentais para a atuação no campo pedagógico no esporte.

Os princípios balizadores que permitiram, por exemplo, a defesa da competição esportiva, o olhar para as intervenções pedagógicas em diferentes cenários e a discussão sobre as configurações e sistematização organizacional do esporte de crianças e jovens, estão definidos no pressuposto teórico de que uma proposta de ensino, aprendizagem e treinamento:

[...] independentemente do seu cenário, deve pautar-se por objetivos, pela intencionalidade do processo, deve ser conduzida por uma proposta pedagógica, que leve em consideração um conjunto de princípios norteadores, que deverão balizar todo o processo de ensino e aprendizagem. (PAES; MONTAGNER; FERREIRA, 2009, p. 10).

Isso posto, destacamos os princípios balizadores da pedagogia do esporte, mais especificamente para as fases iniciais no contato com o esporte, e que propusemos como reflexões e pressupostos teóricos para o trabalho com crianças e jovens⁴:

³ PAES, R. R.; MONTAGNER, P. C.; FERREIRA, H. B. **Pedagogia do esporte**: iniciação e treinamento em basquetebol. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. Uma nova edição do livro foi publicada em 2015.

⁴ Os princípios balizadores estão nas páginas 10 e 11 da obra: PAES, R. R.; MONTAGNER, P. C.; FERREIRA, H. B. **Pedagogia do esporte**: iniciação e treinamento em basquetebol. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

- Garantir a oportunidade de participação efetiva para todos os alunos;
- Despertar o prazer e o interesse pelo esporte em diversos níveis;
- Educar a moral autônoma;
- Estabelecer relações pessoais de valores morais, tais como cooperação, empatia, ética e respeito;
- Preparar o aluno para conviver com o fenômeno esportivo de forma reflexiva e autônoma;
- Valorizar a diversidade esportiva e refletir sobre a especialização esportiva;
- Buscar o desenvolvimento integral do aluno/atleta, estimulando suas múltiplas competências.

Há uma associação estreita entre esses princípios balizadores e os temas que estudamos. Como bem diz Bento (2013)⁵, quando discute sobre o papel dos profissionais do esporte, treinadores, técnicos e professores, “somos, pois, todos teóricos e práticos simultaneamente. Visamos todos a construção fantástica de uma obra que se concretiza sob várias formas e com a ajuda de diversas próteses, sejam elas a palavra ou o gesto, a ideia ou o ato, a disciplina e o rigor, o prazer ou o sacrifício, o esforço e o suor” (p. 49).

É apreciável a interpretação de Santana (2004)⁶ e seus conceitos referentes à Pedagogia do Esporte. Ainda que seja de conhecimento de todos da área de Educação Física as divisões conceituais que diferentes autores fazem de atribuição ao Esporte (profissional, participação, rendimento, de representação, lazer, dentre algumas), o autor apresenta em seu texto, com bastante propriedade, a visão reducionista predominante na formação esportiva. Baseia-se em reflexões de Edgar Morin para discutir os desafios de quem ensina esporte, demonstrando evidências das complexidades que o fenômeno possui ao se dizer que ele (Esporte) educa. Ou seja, é necessário pessoas qualificadas e com condições de não simplesmente educar apenas a atividade motora esportiva, mas contribuir naquilo que temos chamado de educação esportiva, na formação da moralidade, de atitudes, de reflexões consistentes sobre esse grande fenômeno do século XX e desse século atual. Esse sim deve ser – permanentemente – o assunto central do debate.

Constantino (2007) afirma que os comportamentos esportivos não são automaticamente transferidos para as atividades sociais, assim, é uma ilusão supor que aprender regras esportivas tem um caráter de transferências automáticas para as “[...] competências cívicas ou de cidadania”. Segundo o autor, isso só acontece se ocorrer o crescimento de envolvimento e participação ativa e passiva das pessoas em torno do fenômeno esportivo em suas diferentes dimensões, sociais, políticas e econômicas, ou seja, nos seus diferentes cenários de atuação. Deixemo-nos guiar por essas reflexões e referências que permitem construir um círculo virtuoso na convivência com esse grandioso fenômeno.

No diálogo com Bento (2013), o esporte tem motivações, ementas e práticas inesgotáveis, permitindo ser “[...] objeto de instrumentalização para um largo espectro de funções e finalidades muito distintas e até, não raras vezes, contraditórias” (p. 76). Somos sabedores daquilo que ele afirma. As atividades esportivas, as atividades corporais e lúdicas foram, ao longo de sua história, multifuncionais, polimórficas, polissêmicas, multifacetadas, complexas e versáteis. Reflexão valiosa do autor é de que o esporte é educativo e pedagógico “[...] quando proporciona oportunidades para colocar obstáculos, desafios e exigências, para se experimentar, observando regras e lidando corretamente com os outros; quando fomenta a procura de rendimento na competição e para isso se exercita, treina e reserva um pedaço da vida [...]” (BENTO, 2013, p. 136). Ainda, “[...] é educativo quando não inspira vaidades vãs, mas funda uma moral do esforço e do suor [...] quando forja otimismo na dificuldade, satisfação pela vitória pessoal e admiração pelo sucesso alheio” (p. 136).

E se existe essa mensagem e queremos que ela prolifere, necessitamos de crianças e jovens praticando no ambiente esportivo, vivendo essas contraditoriedades e polissemias, seus conteúdos, valores positivos

⁵ BENTO, J. O. **Desporto**: discurso e substância. Belo Horizonte: Instituto Casa da Educação Física; Campinas: UNICAMP – Centro de Estudos Avançados, 2013. (Coleção CEA-V Esporte, 2).

⁶ SANTANA, W. C. Pedagogia do esporte na infância e complexidade. In: PAES, R. R.; BALBINO, H. F. **Pedagogia do Esporte**: contextos e perspectivas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005, p. 1-22.

e negativos, comportamentos, fatos e vivências. Precisamos oferecer esporte às crianças e jovens, não apenas pelas suas muitas opções, mas pelas suas muitas possibilidades educacionais, culturais e princípios humanos potenciais.

Como escreveu João Batista Freire no prefácio do livro “Algo para além de tirar as crianças da rua: a pedagogia do esporte em projetos socioeducativos”⁷, “[...] apropriar-se do esporte significa permitir que a imaginação seja penetrada de maneira avassaladora”, e “[...] poucas serão as oportunidades maiores de ter acesso ao cérebro humano que a prática esportiva”. E concluí o prefácio, com uma belíssima reflexão:

Por qual razão não educar tendo por ambiente o esporte tendo por fim e por meio essa prática encantadora, tão mágica, tão aglutinadora que é o esporte? Afinal, toda educação é para a vida. Educamo-nos para aprender a viver, pois nascer nada garante quanto a esse que é o maior de nossos compromissos: viver (FREIRE, JOÃO BATISTA. Prefácio do autor no livro).

Então, se temos como inquestionável que o esporte é um dos “[...] instrumentos de fabricação do Homem, de criação de seu corpo e, por via deste, da sua alma” e no esporte identificamos que, “[...] à configuração dos ossos, músculos e articulações liga-se a arquitectura interior da consciência e da vontade” (BENTO, 2007, p. 25), temos ainda a concepção filosófica da defesa do esporte assim explicitada:

No desporto, enquanto manifestação de humanidade, o diálogo entre a mente e o corpo é de tal ordem que um não consegue subjugar o outro. Para marcar um golo nem o corpo basta, nem o espírito chega; ambos são necessários em igual medida, em pé de igualdade e em perfeita harmonia. No desporto ambos se misturam para revelar e celebrar a maravilha exaltante da humana competência (p. 25).

Essa cumplicidade e diálogo proposto por Bento constrói a consistente defesa do fenômeno social do esporte, a importância do tratamento pedagógico em suas diferentes manifestações para um melhor – e avançado – entendimento de sua natureza, na ação nos seus diferentes cenários, modalidades, distintos significados em razão de uma infinidade de personagens que o praticam diariamente e em crescimento visível em nossa sociedade atual. Alguns dos aspectos que entendemos relevantes na análise da pluralidade do fenômeno esportivo à luz das conceituações e orientações dos estudos em pedagogia do esporte (PAES; MONTAGNER; FERREIRA, 2009, p. 5-8):

- Como patrimônio cultural da humanidade, estar presente em todas as fases da vida humana e acessível a todas as pessoas;
- Um fenômeno tão complexo de magnitude como o esporte não pode se manifestar apenas num único ambiente, pois isso privaria seu acesso e suas possibilidades. Por isso, faz-se necessário valorizá-lo em diferentes agências e instituições que compõem o cenário de práticas;
- Esporte não pode ser visto apenas como sinônimo de iniciação esportiva ou de atleta profissional. O elenco de praticantes é significativamente mais amplo a cada dia, e devemos valorizar a formação de profissionais para atuação nos seus diferentes cenários.
- Se novos significados são atribuídos ao esporte, e não se cria a partir do nada, temos um complexo real de crescimento e precisamos valorizar a inclusão de pessoas em suas diferentes manifestações;
- Praticado desde a infância e a adolescência, passando pela fase adulta e do envelhecimento, o esporte contribui com a formação do homem em sua totalidade;

⁷ Prefácio do prof. João Batista Freire. In: HIRAMA, L. K.; MONTAGNER, P. C. **Algo para além de tirar as crianças da rua: a pedagogia do esporte em projetos socioeducativos**. São Paulo: Phorte, 2012.

- E, nessa evolução, como agente de mercado, de recreação, educação, reabilitação ou representação, dentre algumas, é necessário à compreensão de procedimentos, estratégias e das modalidades esportivas nas suas estruturas formais, com a finalidade em atender aos mais diversos significados;
- Para que possamos observar o esporte para muito além dele, numa visão pluralizada e com horizontes avançados, devemos identificar quatro aspectos relevantes: o cenário e como ocorre sua prática; a modalidade, conhecendo suas especificidades e particularidades; os personagens, respeitando suas características, individualidade, sonhos e interesses; e seus significados e múltiplas possibilidades.

O Esporte está na sociedade para cultivar a beleza do gesto, a paixão pela superação, na concepção de que sempre podemos ser vencidos e que isso implica em autoconhecimento e análise de si perante os outros, da compreensão de que excelência pode ser um objetivo do indivíduo, respeitando seus limites e valorizando o conquistado, do poder de transformação do esporte na vida humana, na beleza estética e ética desse fenômeno de grandeza maior, e que “[...] está simultaneamente aí para confirmar o homem como um ser de horizontes, capaz de ser e estar para além de si... Uma prova insofismável de que nós somos aquilo que fazemos de nós” (BENTO, 2007, p. 33).

Se como já dissemos em muitas aulas e textos, estamos a cada dia mais convencidos de que aprendemos pelos exemplos mais do que pelas palavras. São os exemplos que “arrastam” as pessoas. Exemplos permanecem e perenizam-se. Encontramos diversos fatos, razões e ações dos exemplos esportivos, e dos aprimoramentos humanos por ele provocados no projeto de desenvolvimento humano. Temos, como lembra Pierre Seurin (1981, 1983, 1984)⁸, fatos concretos na atuação esportiva não apenas como discurso, mas de exemplos práticos e reais para a formação humana.

Posicionamentos em defesa do esporte de crianças e jovens

Em suma, nós os humanos praticamos a única coisa que aos deuses é vedado fazer: arriscar-se ao fracasso, ao insucesso, à incerteza, à tensão, à desilusão e à derrota. Eles só sabem e podem ganhar; nós somos predestinados a assumir o risco de perder, nascemos para cumprir o destino e fado de ganhar algumas vezes, de perder muitas outras e de ter que aprender a perder e a suportar a derrota, mas sem perder a face, a determinação e o gosto de insistir, treinar e competir, de tentar e ousar, de melhorar e progredir. Chama-se a isto vencer, viver e existir. O atleta – assim o definiu Píndaro (521-441 a.C.) – é “aquele que se deleita com o esforço e o risco”. É isto que constitui o desporto e é constituinte de nós, expressão do nosso ser.

Jorge Olímpio Bento (2007, p. 55)

À medida que a sociedade evoluiu, o Esporte também avançou nas suas características transformadoras e educadoras, sobretudo relacionadas com crianças e jovens. No atual presente, se expande na sociedade e conquista novas terras, passando “[...] progressivamente a ser uma prática aberta a todas as pessoas e idades e a todos os estados de condição física e sócio-cultural”, na descoberta de valores novos, superando sua vocação original consolidada da excelência e do alto-rendimento para as mais distintas finalidades e novos significados (BENTO, 2007, p. 20).

⁸ Ressaltamos três publicações de Pierre Seurin que tratam do tema: (1) SEURIN, P. Observações e conclusões da participação de crianças nos esportes e competições. **Boletim FIEP**, Brasília, v. 51, n. 3-4, jul./dez. 1981. FIEP (Federation Internationale D'Education Physique); (2) SEURIN, P. A manipulação da criança para o sucesso esportivo. **Boletim FIEP**, Brasília, v. 53, n. 2-3, jun.set. 1983; (3) SEURIN, P. A. competição desportiva e a educação do adolescente. **Revista Artus**, Rio de Janeiro, ano VII, n. 12/14, p. 44-47, 1984.

Quando escrevemos o subtítulo acima apresentado, “posicionamentos em defesa do esporte de crianças e jovens”, somamos esforços a muitos que diariamente tratam de valorizar o fenômeno esportivo nas suas finalidades sociais, educacionais, morais, éticas e estéticas, de crianças e jovens que encantam e são encantadas com a prática esportiva, suas manifestações polimórficas e polissêmicas, seus significados e formas. Imaginar, como exemplo, que a competição esportiva é excessivamente danosa à formação humana, ou ainda propor a utilização acrítica ou ideologizada do esporte sem a devida avaliação dos seus pontos fortes e frágeis, sem avaliar suas contradições, dinâmicas e potenciais, empobrece a crítica e forja conceitos por vezes equivocados.

Em Bento encontramos uma reflexão nítida desse pressuposto. Para ele:

[...] é extremamente grave que textos legais se deixem enredar na tentativa, descabida de lucidez e bom senso, de dirimir pleitos epistemológicos que a realidade, a abordagem filosófica e a inteligência decidiram, há muito, a favor de quem não se fecha num academismo serôdio, obscurantista e retrógrado” (BENTO, 2007, p. 20).

Não apenas os textos legais, mas muitos textos formais e acadêmicos subscrevem ideias e ideais teóricos inconsistentes sobre as práticas esportivas, estão fora do tempo atual, “**gente que nunca viveu o assunto**” (grifo nosso). Buscamos aqui reafirmar o dito por Constantino (2007, p. 57), da emergência de um novo tipo de discurso, enfatizando sua “pluralidade e multifuncionalidade”, da “[...] reflexão e a construção argumentativa sobre os verdadeiros bloqueios a uma perspectiva crítica dos universos do desporto”. A similaridade desse posicionamento, a premência pela defesa do esporte balizada pela elaboração crítica e atual de suas práticas, também dos seus desvios, nos desequilíbrios produzidos pelas novas configurações econômicas, da comercialização do espetáculo esportivo e dos tensionamentos em seus diversos eixos de influências e intervenções, todas elas reais e produzidas no interior dessas práticas.

Em sequência, seis posicionamentos para melhor explicitar e aprofundar essas considerações teóricas:

Primeiro: reafirmando princípios e valores educacionais na defesa da competição esportiva

“A derrota tem algo de positivo, nunca é definitiva. Pelo contrário a vitória tem algo de negativo, jamais é definitiva”.

José Saramago⁹

Quando pensamos em educação esportiva, e mais ainda, no processo educativo através da competição, temos uma clara dificuldade metodológica de provas científicas. As perspectivas de análise e avaliação sempre estarão no território do controverso, do polêmico, e muito, no plano ideológico (MONTAGNER, 1993).

No Brasil, em tempos recentes de megaeventos mundiais e olímpicos, são vários os temas definidos como legados que compõem a pauta de discussões acerca do assunto. Também, o alcance dos eventos dessa magnitude em relação à educação esportiva de crianças e jovens. De fato, o que devemos priorizar nessas oportunidades? Em linhas gerais, o que observamos nas muitas discussões acadêmicas bem como na imprensa e órgãos de opinião importantes do país é a de que esses eventos se constituiriam num marco de mudanças para a educação esportiva brasileira. A palavra que mais se mencionava como conceito implícito de eventos dessa grandeza é “legado esportivo”. Podemos observar experiências de sucesso, mas também de grandes fracassos nesse campo de atuação em países que já sediaram Copas do Mundo ou Jogos Olímpicos.

⁹ José Saramago, escritor português, poeta, argumentista, jornalista, dramaturgo e romancista, autor de vários livros, sendo suas obras de maior destaque “Ensaio sobre a cegueira”, “O Evangelho segundo Jesus Cristo” e “Memorial do Convento”. Dentre os vários prêmios que recebeu, está o Nobel de Literatura, em 1998.

No caso da educação esportiva e ampliação de projetos que permitam maior participação de crianças e jovens no esporte, temos ausência de diagnósticos mais precisos e fundamentados, o que dificulta a análise qualificada do impacto desses eventos na sociedade brasileira, transformando-se em exercícios de futurologia ou ainda de interesse comercial. Por exemplo, se, em 2018, buscarmos dados precisos de participação de crianças e adolescentes em programas de esportes públicos federais, estaduais ou municipais, ou ainda, identificar quais são os programas de esportes que estão preparando os atletas para os próximos Jogos Olímpicos a se realizarem em Tóquio, teremos muito mais “achismos” do que respostas qualificadas.

No esporte escolar, temos a pesquisa de Carone Soares (2010), que se aprofunda no estudo de caso da competição esportiva em Campinas, São Paulo. A autora buscou, no sistema estadual, relatórios, documentos, dados e planilhas com indicadores para análise, e realizar cruzamentos teóricos com, por exemplo, informações do IBGE sobre população de crianças e jovens e a participação nas competições estudantis. Encontrou relatórios de jogos e dos eventos com dados pouco relevantes para diagnosticar com maior profundidade o tema, necessitando recorrer às entrevistas e outras estratégias metodológicas para compreender o fenômeno da competição nesse público-alvo específico. No Brasil, temos uma cultura de fazermos muito, planejarmos pouco e avaliarmos quase nada nessa área do conhecimento.

Nos estudos sobre megaeventos esportivos, os indicadores qualificados que encontramos são de análises de variáveis, tais como fluxo de turismo, emprego, hotelarias, número de visitantes nos países que sediam os eventos, geração de divisas financeiras através de gastos *per capita* bem como os aspectos positivos e negativos de legados de megaeventos. Nos positivos, melhorias de infraestrutura, revitalização urbana, oportunidades de negócios e de *marketing* esportivo, dentre alguns. Nos aspectos negativos, elevação de custos de construção, aglomerações de pessoas no ciclo dos eventos, congestionamentos e transtornos no transporte, gastos excessivos e endividamento do setor público, desapropriações de grupos sociais nos locais planejados para a construção de arenas ou de fluxos de transporte (PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014). Precisamos desenvolver metodologias de investigação dos efeitos do esporte desvinculados de situações ideológicas, de visões distorcidas da realidade do esporte. Também de visões unicamente comerciais. Conhecemos pouco dos resultados do empoderamento produzido pelo esporte nos projetos sociais, por exemplo.

Não temos dúvidas em mencionar que o Brasil é um país com talentos esportivos, mas, se observarmos nossa cultura relacionada a essa área, e à exceção do futebol (formal e não formal)¹⁰, temos na falta de acessibilidade um dos nossos maiores desafios a serem vencidos. E se não nos propusermos a desenvolver práticas e vivências das diversas modalidades com profundidade, deixaremos de realizar uma importante tarefa educacional: de promover o esporte e, conseqüentemente, também os talentos. Em tempos de eventos olímpicos, observamos a discussão sobre a formação dos talentos e as muitas análises equivocadas sobre esse tema. Pode parecer simplista, mas para termos talentos aflorando, basta fazermos esporte. Simples assim. Eles “brotarão” em todos os níveis e classes sociais. Valorizamos as olimpíadas

¹⁰ O futebol no Brasil possui particularidades que são próprias do nosso país. Praticamos futebol em diferentes níveis e ambientes, as peladas de rua, o futebol de “várzea”, nas praias, os modelos organizados de desenvolvimento dessa modalidade, o interesse das crianças pelos ídolos do futebol caracterizam essa presença intensa da modalidade na cultura brasileira. O formal como esporte institucionalizado e o não formal como práticas livres. Os conceitos de educação formal, não formal e informal são utilizados em trabalhos científicos para expressar a ação educativa, sendo o formal desenvolvido no sistema escolar, o não formal como as atividades sistemáticas que ocorrem em ambientes não escolares, mais difusas, menos hierarquizadas e burocráticas. Ainda, a educação informal corresponde ao processo de socialização em várias vias não formalizadas, livres, exemplificados pela família, amigos, no bairro. Para alguns autores, o termo não formal é como um sinônimo de informal, mas existem reflexões teóricas que dividem essas formas de educação. No caso, quando debatemos sobre a educação formal, temos a comparação com a educação não formal como algo antagônico, e o referencial teórico sobre esse tema é valioso para estudar processos de educação na sociedade. No exemplo do texto, o futebol no Brasil possui várias formas de acesso pela sua natureza, facilidades de adaptação, gosto pelo jogo, forte influência da mídia em geral, e investimentos financeiros milionários, que provocam interesse e acesso. Temos desde clubes organizados, os fenômenos recentes de escolas de futebol de várias equipes do mundo no Brasil, torneios regionais, locais, nas ruas, nas escolas, viabilizando o acesso das nossas crianças e jovens nessa prática esportiva e nas diferentes formas de desenvolver Educação.

de matemática e história, mas temos grupos de profissionais da área da educação física que apresentam resistências às olimpíadas esportivas. Isso é um equívoco histórico.

Por que na escola nos aprofundamos nos temas teóricos e auxiliamos na formação de ótimos matemáticos, físicos, químicos e não podemos desenvolver educação esportiva para nossos jovens, de forma a educá-los na prática, e aos que se destacarem, cuidarmos deles como talentos esportivos que são? Parece-nos algo natural e viável. E a competição é conteúdo estratégico nesse processo. Ela permite, juntamente com os outros conteúdos do esporte, a busca profunda desse conhecimento, permite colocar à prova crianças e jovens, desenvolver consciência de que nós humanos não somos bons em tudo, conhecer nossas virtudes e limites.

No momento, o Brasil está desperdiçando a oportunidade de chamar a atenção para a importância do esporte, de colocá-lo como um dos temas centrais da educação de suas crianças e jovens. Esse sim deveria ser o assunto primário do debate. O que estamos vivendo na era pós-olimpíadas são os escândalos produzidos pelos dirigentes e políticos decorrentes de suas práticas durante a formulação e execução dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo, eventos grandiosos recém-concluídos.

As discussões estiveram muito centralizadas em construção de estruturas, de estádios e ginásios e perdemos oportunidades importantes de desenvolvimento de políticas públicas e ações privadas para ampliar o conhecimento sobre o esporte numa sociedade como a brasileira, com talentos esportivos, de gente que gosta de praticar, com clima e ambiente adequados para a sistematização de programas nas diferentes faixas etárias e grupos sociais. Não estamos apresentando algo absolutamente novo, mas sim reafirmando questões que são de reconhecida aceitação pela sociedade em todo o mundo.

A perspectiva de que a competição esportiva tem como papel único a produção de atletas configura-se num equívoco, num “andar para trás”. Isso é muito pouco para um país que deseja e precisa investir em educação e cultura para o seu povo. Seguramente, se ampliarmos a “base da pirâmide” com políticas de acesso e se considerarmos o talento da nossa gente para o esporte, teremos atletas surgindo naturalmente a partir dessas práticas em escalas maiores. Em articulação ao desenvolvimento de esporte com qualidade e quantidade, a necessidade de investir em formação humana com bons cursos universitários para a qualificação de pessoal habilitado no esporte e compreensão de suas diferentes manifestações.

Tenhamos presente os apontamentos elaborados por De Rose Junior (2009, p. 103), que preconiza o olhar teórico de que a competição infanto-juvenil não deve ser encarada de forma tão radical, sendo um importante meio de aprendizagem quando desenvolvida natural e progressivamente. Para o autor, desde muito o esporte tem contribuído com a formação, possui caráter educativo, a competição apresenta, na sua essência, a busca de um objetivo, significa rivalizar, lutar e conseguir um feito.

De Rose Junior (2009, p. 108) reflete sobre as exigências implícitas existentes na competição. Elas implicam domínio de habilidades motoras e cognitivas, aperfeiçoamento das capacidades físicas, propõe o confronto, a demonstração, a avaliação e comparação entre pessoas. Observamos sua preocupação na interpretação desses conflitos e a validade da prática esportiva como parte do processo educativo, do “saber ser”, do “saber estar”, e do “saber fazer”. Isso posto, temos em De Rose Junior (2009) a concepção dos aspectos favoráveis e desfavoráveis do envolvimento da criança e adolescente no esporte. O valor da espontaneidade, a oportunidade da criança e do jovem de jogar, competir e realizar essas tarefas conforme suas competências, divertindo-se e desfrutando dessas ações esportivas, minimizam as ações desfavoráveis, de sempre ter que jogar bem, de vencer a qualquer custo e de que isso seja uma responsabilidade além do possível.

Sobre a competição, o dito por Saramago na epígrafe pode ser lido de forma mais abrangente, ou seja, o que as vitórias têm de negativo é que não são definitivas, em contraponto, o que as derrotas têm de positivo é que também não são sempre definitivas. Se nos focarmos nessa reflexão de Saramago, temos a fascinante ideia de uma integração real entre o ganhar e o perder, uma bandeira de possibilidades para a vida no ambiente do simbolismo pedagógico, revestido de um consistente pragmatismo teórico-educacional. Dito de outra forma, se na competição esportiva nunca as coisas são definitivas, portanto, elas também não devem ser mal-entendidas ou interpretadas com maniqueísmo.

Segundo: em defesa do esporte na escola como ambiente de formação esportiva. A construção, no Brasil, de um sistema de competição escolar

Juntamente com as outras agências consagradas de fomento esportivo de crianças e jovens, a escola pública deveria ser um dos pilares de sustentação do projeto esportivo no Brasil. Em linhas gerais, a educação física escolar está muito aquém das expectativas que todos nós gostaríamos que estivesse e reconhecemos sua relevância para a formação das crianças e jovens do país. Tem sido insatisfatório o seu desempenho dadas as condições e precariedades. E não se trata de uma crítica ao trabalho docente, mas das políticas públicas que permeiam essa área do conhecimento no sistema escolar.

Nas últimas três décadas, com o fortalecimento de programas de pós-graduação em educação física, o desenvolvimento de pesquisas nesse tema foi rico para que pudéssemos definir novos conceitos e conteúdos para o trabalho na educação física escolar, que anteriormente a essas novas manifestações também se resumiam unicamente em práticas de esportes, muitas vezes para poucos indivíduos mais habilidosos.

Essa crise e o surgimento de novas propostas nos leva a dizer que temos estudos consistentes sobre a distribuição de conteúdos nos diferentes ciclos escolares, com propostas pedagógicas inovadoras e qualificadas, dentre alguns o esporte, a luta, o jogo, a dança e a ginástica como exemplos, incluindo diferentes metodologias para sua abordagem, dentre algumas, as brincadeiras, diferentes manifestações do jogo, aulas historiadas e as atividades lúdicas¹¹. É imperioso ampliar a ideia da importância da educação esportiva nas diferentes agências de desenvolvimento e seu papel social.

Parece-nos arriscado confundir educação física escolar com formação de atletas, sendo esse um papel no Brasil para outras agências de formação esportiva (clubes, federações, confederações). Reforçamos, não deve ser o papel prioritário de a escola ser o celeiro de atletas para o país. Experiências como essa foram combatidas nos últimos 30 anos pelos estudos acadêmicos. Contudo, se ainda existem críticas aos modelos escolares, observa-se que esta é a instituição de maior potencial de acesso das crianças do país para se praticar esportes, e seria desejável que esses conteúdos fossem apresentados nos ciclos escolares aos alunos de todos os estados e municípios do Brasil, respeitando-se vocações, culturas e interesses locais.

Como já mencionamos na apresentação do ensaio, nosso projeto de desenvolvimento esportivo brasileiro está fincado em grupos e associações, no caso, todo o nosso sistema esportivo é formado por confederações e federações que tem como base de desenvolvimento os clubes esportivos. Um modelo elitista. Considerando as dimensões continentais do Brasil, existem modelos diferentes nos estados e também o surgimento de novas formas de proporcionar esporte para a população. Mais recentemente, temos os fenômenos de ONGs e OSCIPs, órgãos que atualmente prospectam novos movimentos de organização para o fomento de educação esportiva.

O sistema esportivo brasileiro tem sua base de formação e sustentação de desenvolvimento de atletas nos clubes, federações, ligas e confederações. Isso é concreto. No mundo, em linhas gerais e com uma rápida abordagem, temos várias escolas de formação esportiva. A escola da Europa Ocidental influenciou bastante o sistema esportivo da América do Sul e do Brasil, em particular com a formação de clubes e o associacionismo de pessoas para o desenvolvimento esportivo. Mas atualmente no Brasil, os

¹¹ Mencionamos o estudo de mestrado de Cassia dos Santos Joaquim sobre a importância do jogo e da aula historiada para o ensino do Judô. A pesquisa propôs o ensino da filosofia do judô através dos Jogos de Conto, que é uma proposta de ensino, vivência e aprendizagem que apresenta um conto como introdutor e jogos baseados em seu enredo e/ou personagens. A sua aplicação em campo contemplou crianças e jovens de cinco a 13 anos mostrando-se pertinente por promover aspectos como o simbolismo, a reflexão, o diálogo e a narrativa. Quanto à interpretação do aspecto filosófico proposto como um dos objetivos do estudo, as respostas apresentadas foram profundas e, com isso, podemos afirmar que os Jogos de Conto demonstraram qualidades pedagógicas por oferecerem sedução para a prática, além de construir relações concretas entre o conto, os jogos e os conteúdos abordados. A referência bibliográfica é: JOAQUIM, Cássia dos Santos. **Jogos de conto: o conto e o jogo como possibilidade de ensino, vivência e aprendizagem da filosofia do judô.** 2017. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)– Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

modelos de gestão encontram na iniciativa privada os motores de desenvolvimento econômico para apoiar esse sistema de mais de 100 anos de construção. A clássica escola do Leste Europeu teve na URSS um modelo de sucesso em resultados esportivos e teve no Estado seu gestor de políticas esportivas em âmbito nacional. Atualmente, esse modelo de escola esportiva apoiada pelo Estado é representado pelo sistema da China e seu poderio como nação não está apenas no mercado de produtos e bens tangíveis, mas também no esporte, com uma demonstração de força nas olimpíadas de Pequim.

O único sistema esportivo que tem sua base de desenvolvimento no sistema escolar e que se apoia na escola como centro de referência e desenvolvimento de talentos é o modelo anglo-saxônico, representado pelos EUA e Canadá. Poderíamos optar por uma escola no Brasil com essas características, contudo, sem perder de vista que não seria prudente modificar ou diminuir as funções ou objetivos da educação física escolar e sua importância educacional, evitando o foco somente no desenvolvimento de atletas. Os talentos surgirão naturalmente e deveremos cuidar também dos atletas que surgirão nesse processo. Será um “bom problema”.

Um dos maiores desafios do país é de proporcionar acesso aos esportes em geral, torná-los próximos das pessoas. O poder público tem e deve investir em estruturas esportivas qualificadas, mas devemos construir, em articulação aos espaços de práticas esportivas, políticas de acesso aos esportes. O legado significativo é a permanente interferência positiva nas políticas esportivas nacionais, estaduais e locais, de sermos capazes de apresentar soluções de participação às pessoas, de ampliar a visão do papel do esporte na sociedade contemporânea.

Sem nenhuma dúvida, a escola hoje no Brasil é o ambiente físico de maior acessibilidade social, e mesmo com todas as críticas que possam ser feitas ao sistema escolar, ainda é um ambiente favorável para alcançar o maior número de crianças e jovens e propor programas para que elas tenham experiências motoras das mais variadas, incluindo o Esporte em seus diferentes cenários e dimensões.

Reafirmando o dito por Constantino (2007) e citado anteriormente, se os comportamentos esportivos não são automaticamente transferidos para as atividades sociais, não é possível imaginar que ao promovermos esporte, por si só teremos o desenvolvimento das competências cívicas ou de cidadania. Para isso acontecer, segundo o autor, necessitamos do envolvimento e participação ativa das pessoas em torno do fenômeno esportivo, ações que os profissionais da escola podem desempenhar com excelência, a educação como missão primária da instituição escolar, encontrarmos mecanismos intensos para essa difusão. Para o autor:

Nos tempos actuais, o que a escola pode fazer pelo desporto é bastante mas, apesar de tudo, menos do que o desporto pode fazer pela escola. Reinterpretar e recentrar o papel que a escola pode ter perante a educação e a formação desportivas é absolutamente indispensável perante a emergência de um novo paradigma social (CONSTANTINO, 2007, p. 70).

Não nos parece ter sido razoável negar – e insistir na negação – do que está evidente. A prática do esporte é uma das atividades que permite contribuir e qualificar a formação integral de nossas crianças e jovens. E não é o esporte que precisa ser reinventado como querem alguns, mas sim a escola quem necessita se reorganizar nessa área para atender a esses indicadores consagrados.

Terceiro: da dicotomia entre o “ser” professor e o “ser” treinador/técnico

A contribuição do esporte para a formação e integração social tem reconhecimento na sociedade, a prática esportiva é considerada estratégia importante de educação, permitindo vinculações afetivas, de pertencimento, de emancipação, valorização da saúde e vários significados. Esses são princípios fundamentais para quem atua na formação esportiva.

Necessitamos superar a dicotomia entre o professor e o treinador/técnico. O “ser” treinador/técnico é um pedagogo do esporte, mesmo reconhecendo as limitações quantitativas do seu trabalho, a dedicação única por pequenos grupos de atletas, o alcance especializado de sua atuação.

Lembramo-nos dos equívocos – no caso brasileiro – da divisão conceitual existente entre licenciados e bacharéis na formação em educação física. Tenha-se presente, como abordamos, essa dicotomia à qual nos referenciamos tem uma relação histórica na formação profissional na área, aonde, para alguns, licenciados devem estar preparados para o “como ensinar” e possuem formação intensa nas áreas pedagógicas e um saber “menos profundo” na área da educação física. Aos bacharéis, reserva-se que o saber pedagógico não é necessário, mas sim uma forte influência teórico-científica, o que permite diferenciá-los dos licenciados no campo de conhecimento específico. Um equívoco (MONTAGNER; DAÓLIO, 2006). Aos licenciados a escola, aos bacharéis o campo da “não escola”.

Transportado essa reflexão para o ambiente do esporte, essa falsa dicotomia está na relação entre professores e treinadores/técnicos de modalidades esportivas. Ao professor, a ação pedagógica, reflexiva e crítica. Ao treinador/técnico, a preocupação excessiva com as técnicas, táticas, o desenvolvimento físico e a *performance* para um homem-máquina, com a missão única da repetição de gestos, estratégias e táticas, com a preocupação prioritária dos resultados dessa convivência. Ledo engano.

Treinamento esportivo não pode ser confundido com alienação, a repetição imposta ao processo de evolução do treinamento não é o “emburrecimento” das pessoas, mas sim o aperfeiçoamento por opção de algo valioso ao esporte de competição, a técnica como expressão de excelência humana e refinamento produzido pelo homem para se diferenciar dos outros animais. A técnica não é o mérito único do esporte, mas da vida humana nas suas mais variadas atividades. Sem técnica não teríamos pontes, automóveis, ferramentas, tecnologia, não teríamos a beleza estética do esporte em avanço permanente. Sem a evolução da técnica não teríamos a beleza do jogo de basquetebol, o arremesso preciso de mais de 7 metros, a perfeição das ginastas, o maravilhoso gesto do salto triplo e do salto em altura.

O treinador/técnico, assim como o professor, deve ser intenso no relacionamento entre a capacidade de exercitar a formação técnica com o processo educativo, de mergulhar seu atleta no aprofundamento do treinamento sem perder o olhar crítico para o mundo que o cerca (MONTAGNER, 1993).

O ofício de ser professor, de ser treinador/técnico, implica ensinar e aprender, em reconhecer as limitações dos métodos, dos aspectos positivos e negativos dessa convivência. Uma boa aula é como um bom treino e representa o sentimento de respeito ao próximo, uma boa aula ou um bom treino não são significados apenas de transmissão de conhecimento, requer trabalho, sentir o pulsar do coração dos alunos, exige disciplina e planejamento com quem e a quem se faz, necessita valorizar opiniões, fazer crescer as gerações, trabalhar para que os que virão sejam melhores do que nós, as gerações atuais. Como assinala Consolaro (2002, p. 20) “[...] a arte de ensinar exige tolerância com a contradição, com a dúvida, com a ambiguidade, com o espírito crítico e criatividade manifestada. Devem ser aceitas as diferenças com naturalidade em um ambiente de cordialidade, lealdade e respeito às regras estabelecidas”.

Essa compreensão das diferenças de papéis dos professores e treinadores/técnicos empobrece a vida esportiva e representa uma falsa dicotomia, expressa pontos de vista antagônicos inconsistentes, quando na realidade, ambos são profissionais necessários à formação das gerações, dentro dos seus limites, ambientes e metas inerentes ao trabalho. Assim como as escolas, são milhares de clubes, instituições e de projetos esportivos espalhados pelo país educando pessoas e modificando vidas.

Os estudos de Fachina (2014) e Rodrigues (2014) são altamente especializados nas considerações da metodologia do treinamento esportivo aplicado a jovens atletas. Contudo, ainda que os indicadores de maturação, da avaliação das capacidades biomotoras e da carga do treinamento, a busca de *performance* e a organização do treino tenham relevância central nos projetos de pesquisa desses autores, encontramos em suas dissertações a alma do treinador/técnico responsável, a perspectiva do humano estar acima do resultado, da preocupação com o desenvolvimento saudável do esporte juvenil, do conhecimento científico como valor maior para o pleno envolvimento com a prática do treinamento em crianças e jovens. Isso implica em delimitar claramente que uma área não exclui a outra, são condições indissociáveis para a certeza do princípio maior dos processos do treinamento esportivo: a formação plena do homem futuro.

Ninguém vai modificar o que pensamos inspirados em Rubem Alves. O treinador/técnico esportivo deve ser um educador, e o que deve ser destaque em um bom profissional, assim como num professor, é a sua formação completa, física, moral, intelectual e pedagógica. Educador não é uma profissão, é vocação, e vocação nasce do amor, do respeito, da esperança nas gerações futuras, no fazer bem ao próximo

(MONTAGNER, 1993). Técnicos esportivos devem respeitar e fazer o dito por Dumazedier (1979, p. 42), “[...] a formação humana do desportista é inseparável da libertação do desporto pelos próprios desportistas”.

O treinador/técnico educador deve trabalhar com o atleta presente olhando para o homem futuro, que vai “[...] interagir, partilhar e participar da sociedade. Para isso, o esporte não deve ser um simples fazer mecânico, mas ser um incorporador de atitudes, um formador integral da personalidade” (MONTAGNER, 1993, p. 95).

Considerando o processo civilizatório do mundo e o esporte como um dos seus fenômenos de grandeza, temos nas reflexões de Bento (2013) um ponto crucial. É bem verdade que vivemos numa enxurrada de corrupções expostas aos nossos dias pela televisão, pelas notícias dos *sites*, redes sociais e jornais. É bem possível que educar nos tempos atuais esteja mais difícil do que outrora, dizer ao seu aluno para “não passar a perna” no outro está mais complexo, vemos isso todos os dias nos mais altos níveis de governo em nosso Brasil.

Seja como for, Bento (2013) aporta um aspecto relevante para a superação da dicotomia que mencionamos. Para ele, o aspecto central que definiu como elemento nucleador a qualquer profissão é a ética profissional. É essa ética que dá sentido e forma às atividades profissionais, e que dão o embasamento para as ações aplicadas. As atividades do treinador/técnico são variadas, desde a preparação até o envolvimento com problemas pessoais dos atletas, treinar é muito mais do que o sentido real que essa palavra carrega. Diz assim:

Observando bem o que se passa na prática diária do treino em qualquer disciplina desportiva (por exemplo, no treino de gestos técnicos e de ações técnico-táticas) fica evidente que treinar é maioritariamente um processo pedagógico [...]. Assim treinadores e atletas formam uma comunidade de ensino e aprendizagem [...]. Por conseguinte, a ética do treinador é, em primeiro lugar, uma ética pedagógica especial ou aplicada ao treino. Assim sendo, o treino não pode deixar de ser presidido por ideais pedagógicos tais como os da formação, desenvolvimento e autonomia dos atletas. E isto exige do treinador um apurado sentido de responsabilidade e de fidelidade a tais ideais (BENTO, 2013, p. 185-186).

Esporte é um fenômeno que interessa a crianças e jovens, os treinadores/técnicos possuem o poder de colaborar em algo que muitos meninos e meninas anseiam: formarem-se atletas. Mesmo que seja visível e possível um exercício de previsão de futuro e a detecção da ausência do talento refinado para tal exigência das tarefas, ainda assim os treinadores/técnicos devem incentivar os meninos e meninas a perseguirem os seus sonhos. É uma necessidade educacional. Uma premissa valiosa nessa relação ética com o treinamento e com o denominado por Bento (2013), de ética pedagógica aplicada ao treino.

Assumimos, sem qualquer receio da crítica, que o que fizemos como treinador/técnico de basquetebol foi educar jovens para a vida, de sermos pedagogos no desenvolvimento do conhecimento humano, preocupados em promover educação através do esporte, investigando e estudando seus efeitos e finalidades. Com erros também. Não tomamos essa avaliação dicotômica dos **professores x treinadores/técnicos** como algo rude, mas como sinônimo de julgamento equivocado e uma inadequação, uma visão maniqueísta entre o bom ou o ruim, entre os que educam e os que não educam (se é que existe essa possibilidade), de que os conhecimentos técnicos são apenas repetições de gestos sem maiores consequências sociais, de que aos professores o conhecimento pedagógico aprofundado e aos treinadores/técnicos apenas a preocupação com a técnica e a *performance* a qualquer custo.

Aos treinadores/técnicos, a assunção de suas responsabilidades sociais, os atuais desafios de natureza antropológica e axiológica¹² (BENTO, 2013), o fazer do esporte não apenas com o descompromisso

¹² Os desafios antropológicos e axiológicos nesse contexto referem-se a importantes áreas de estudo do esporte na vida humana e os comportamentos sociais, biológicos e culturais inerentes a esses envolvimento. A investigação do esporte e os valores predominantes em uma determinada sociedade, dentre alguns, os valores morais, éticos, estéticos e sociais.

acrítico da prática, a certeza de que o coração de um menino em atividades esportivas não são apenas as pulsações da fisiologia e as reações bioquímicas, mas da vontade de ser alguém, da merecida atenção desse momento, das responsabilidades morais de quem ensina, do respeito aos sonhos dos milhares de meninos e meninas, os compromissos com a evolução das competências técnicas, físicas, táticas, sociais, estéticas e éticas. Esperamos que os treinadores/técnicos assim também o pensem e façam dessas premissas suas ações. Não existem fossos entre os professores (os pedagogos) e os treinadores/técnicos (os “fazedores” cotidianos do esporte).

Quarto: dos desafios na especialização esportiva de crianças e jovens

A especialização esportiva compreende a fase de aprimoramento dos gestos específicos de uma determinada modalidade, quando se inicia a organização e sistematização do treinamento específico. Autores com Bompa (2002), Weineck (1999) e Arena (1998) construíram reflexões que corroboram com essa concepção. A literatura especializada na área aponta indicadores para essa caracterização da especialização esportiva.

Temos o desafio da especialização esportiva precoce imbricada nessa área. Vários são os autores que estudam esse fenômeno e apontam indicadores para caracterizar esse processo precoce. Dentre alguns desses parâmetros, a idade de início da prática, a participação em competições regulares, o treinamento direcionado para somente uma modalidade e aumento da intensidade e volume dos treinos (BAKER et al., 2009). No Brasil, alguns autores afirmam que esse processo tem acontecido cada vez mais precocemente por parte dos treinadores das modalidades oficiais (ARENA; BÖHME, 2000; CAFRUNI et al., 2006; MARQUES et al., 2014; MENEZES et al., 2014 PAES, 1992).

Apenas uma minoria consegue alcançar o *status* de atleta, um argumento clássico para analisar os impactos e a justificativa da especialização esportiva precoce devido aos riscos físicos, técnico-táticos, fisiológicos e psicológicos inerentes ao treinamento esportivo. Para tal situação, Malina (2010) propõe a diversificação como alternativa metodológica.

Reflexão importante apontada por Marques (2001), é que as crianças e jovens necessitam de atividades informais e estes indivíduos estão cada vez mais pobres em relação ao repertório motor. Além disso, o aspecto social pode ser um fator determinante para a prática esportiva (BAKER et al., 2009), e se aproximarmos da realidade brasileira, esse fato se torna mais evidente, pois o acesso formal a diferentes modalidades esportivas torna-se algo bastante distante para indivíduos de classes sociais mais baixas se considerarmos nossa clássica organização esportiva clubística estabelecida pelo modelo brasileiro (BENELI, 2007).

Aspecto relevante de análise é de que a massificação do esporte promove a cada dia mais o interesse prioritário na perspectiva da ampliação do consumo. Logicamente que a massificação pelo consumo remete a possibilidades de ampliação da informação e do conhecimento do esporte em larga escala, e conseqüente interesse nessa roda viva. Torna-se necessário o debate desse tema em nossas escolas e ambientes de formação esportiva.

Com relação à faixa etária e aos atletas de elite, alguns estudos no Brasil (CAFRUNI et al., 2006; MARQUES et al., 2014) relacionaram a idade de início e a prática de outras modalidades por parte dos atletas, submetendo a esse público específico pesquisa qualitativa através de questionário. Os autores argumentam que os aspectos apontados pela literatura não convergem com a realidade dos profissionais no campo de atuação. Outro estudo (CAFRUNI et al., 2006), que analisou a carreira desportiva dos atletas de modalidades individuais e coletivas no Brasil, dividindo a preparação desportiva a longo prazo (PDL) em três etapas, relacionando-as com obtenção de resultados, demonstrou que somente 27,5% conseguiram altos resultados (AR) na primeira etapa da preparação desportiva de longo prazo e 87,3% alcançaram AR na terceira etapa. Não obstante, a modalidade coletiva voleibol foi aquela que apresentou maior índice de AR na segunda etapa, com 67,3% dos atletas. Além disso, o estudo não considerou aspectos importantes como as análises sobre o contexto social dos indivíduos e do modelo de organização da modalidade no país, características que influenciam a prática.

A partir destes apontamentos anteriores, bem como da discussão abordada neste ensaio, algumas inquietações em torno dos desafios da especialização esportiva no Brasil são necessárias. Um importante referencial produzido para balizar a discussão sobre especialização precoce no Brasil nas modalidades coletivas de quadra foram os estudos de Paes (1992), que desenvolveu sua linha de argumentação diante de uma pesquisa realizada com atletas de basquetebol. Os seus principais trabalhos no tema da especialização esportiva precoce datam do final da década de 80 e dos anos 90, com a maioria dos atletas sujeitos da pesquisa tendo iniciado suas práticas no treinamento especializado nos anos 70. As reflexões de Paes foram, e ainda são relevantes para a análise da especialização esportiva, contudo, em contraponto, observa-se uma grande evolução do esporte e das áreas que permeiam seu campo de atuação, conforme menciona o próprio autor (PAES, 2002).

Isso posto, e tendo como pilar de sustentação essas reflexões produzidas nesse período, urge a necessidade de novas investigações sobre a temática da especialização esportiva, sendo elementos importantes de ponderação o desenvolvimento científico e tecnológico do esporte, a formação especializada de novas gerações de profissionais técnicos focados em programas esportivos que respeitem a integridade física e moral dos praticantes, as diversas categorizações propostas pelos estudos da pedagogia do esporte, as novas concepções metodológicas de ensino e formas de difusão do conhecimento.

Temas como a diversificação necessitam de avaliações no nosso tempo atual. As grandes cidades e metrópoles são exemplos concretos de que famílias e crianças têm cada vez menos condições de mobilidade pelo trânsito excessivo, perda de tempo considerável em transporte e das dificuldades de praticar esportes livres nas ruas e praças. São ações impensáveis ao grande centro, como, por exemplo, na capital de São Paulo. A relevância desses estudos no seu período abriram frentes de reflexão fundamentais para a compreensão da especialização esportiva nas faixas etárias iniciais. Essa problematização tomou assento nos cursos de pós-graduação no Brasil, nas escolas de formação de atletas, nas faculdades e universidades especializadas nos cursos de educação física e esporte e áreas afins. Enfim, é inquestionável a relevância e natureza dessa linha de pesquisa.

Todavia, muitos desses argumentos se extrapolaram sem a devida atenção, generalizando-se – e até ampliando-se sem grande sustentação teórica – suas dimensões nas etapas da iniciação esportiva, do esporte escolar e até mesmo da especialização esportiva. Como exemplos, a evasão do esporte ou o “não sucesso” esportivo tendo como argumento a especialização com o conseqüente início precoce numa determinada modalidade esportiva, as limitações motoras promovidas pela especialização de uma criança ou jovem em formação pela especificidade de uma posição técnico-tática do jogo, e com isso, em decorrência, o insucesso ou o cansaço devido ao desgaste e à especialização antecipada, o excesso de treinamento e aprimoramento exaustivo das técnicas.

Logicamente, essas podem ser variáveis relevantes para análise, mas a pesquisa nesse tema ainda não avançou – ou desconsiderou – outros indicadores existentes na vida desses jovens praticantes do esporte na realidade brasileira. Temos indicadores de desinteresse pouco analisados, dentre alguns, e uma especificidade brasileira, o vestibular para as universidades na fase dos 17/18 anos, jovens que precisam trabalhar para apoiar financeiramente suas famílias, outras formas mais interessantes de ocupação do tempo livre, o desinteresse das práticas esportivas substituídas por novas tendências, dentre elas o computador, “*smartphones*”, *Internet*, música, amizades. Também, o treinamento diário e a obrigatoriedade da presença constante como um conflito frente aos interesses familiares e pessoais dos jovens, a opção espontânea pelos estudos ou trabalho, o desinteresse simples por não querer ser jogador ou atleta e ter a enfrentar rotinas diárias de treinamentos. Muitas excelentes promessas esportivas simplesmente não quiseram mais praticar, substituíram seus interesses. Enfim, vários podem ser os fatores. Dessa forma, atribuir à especialização precoce no treinamento de uma modalidade a não continuidade de uma carreira e o insucesso como única variável testada parece-nos um ponto questionável frente aos vários questionamentos aqui elencados.

O argumento é de que o processo de especialização precoce não garante a formação de atletas.

Para alguns, iniciar a prática especializada “muito cedo” é garantia certa do comprometimento na formação de gerações de atletas pelos excessos e cansaço dos treinamentos e das exaustivas repetições. Daí, o surgimento das teorias que constroem as fases de iniciação e especialização esportiva em níveis etários, as alternativas metodológicas da diversificação em detrimento da monoculturalização esportiva. Esses temas necessitam ser investigados à luz de novos apontamentos, de novas variáveis, testamos poucas dessas alternativas, uns e outros se expressaram com enorme importância para o tema, mas nos parecem necessárias novas abordagens de pesquisa.

Para o desenvolvimento motor e humano, a monocultura esportiva pode não ser sinônima de pobreza motora, de práticas repetidas sem a preocupação com ampliação das capacidades físicas, motoras e cognitivas. Também, a diversificação pura e simples não significa a certeza de garantias de repertório motor rico, de ampliação do conhecimento e cultura esportiva. Existem casos de profissionais altamente especializados que minimizam, em muito, a prática única de uma modalidade esportiva com aulas riquíssimas aportadas pelas mais modernas concepções teóricas de pleno desenvolvimento humano.

É pertinente à realidade esportiva atual, a perspectiva da prática de apenas uma modalidade com atividades que permitam a diversificação motora. Autores como Marques (2001) respondem a essa tendência, sugerem a priorização de treinos de preparação geral na modalidade específica em busca de melhorar a qualidade dos exercícios e não o aumento do tempo, possibilitando melhorias na coordenação e conseqüentemente na velocidade e rapidez da informação (BENELI; RODRIGUES; MONTAGNER, 2006). E, analisando a realidade brasileira relacionada à prática de outras modalidades, os resultados da pesquisa de Marques e Samulsky (2009), que avaliaram a carreira esportiva de jogadores de futebol, não confirmam os resultados de Wyllemann et al. (2000) e Cote (1999), pois a maioria dos atletas profissionais não praticou outros esportes nesta fase inicial. Isso é um paradoxo.

Vários atletas apontam que praticaram diferentes modalidades nas fases iniciais de suas carreiras, porém essa prática de outras modalidades não ocorre de maneira formal (normalmente na escola ou nos clubes esportivos), podem ser simples brincadeiras com os gestos esportivos e jogos livres, tratados nas pesquisas como prática esportiva sistematizada. Em muitos casos, devido à condição física e antropométrica, crianças e jovens que praticam apenas uma modalidade sistemática possuem condições de participar das competições escolares sem desenvolverem programas de treinamento na escola, se é que existem. Participam apenas jogando dos torneios sem maiores compromissos. Isso é possível devido ao baixo nível nos indicadores de jogo no esporte escolar, sobretudo técnico, tático e físico. Isso necessita ser considerado nas pesquisas (MONTAGNER, 1999). Atletas não vivem em redomas, não permitem controles permanentes. Têm vida para além do esporte, recebem influências da família, dos amigos, da televisão, das redes sociais, aprendem gestos e outras condutas motoras observando, brincando e repetindo o que veem.

Atualmente, grande parte da população tem acesso à escola formal. Poderia ser um ambiente valioso de desenvolvimento esportivo. Mas, conforme Marques (2001) mencionou, no esporte escolar existe cada vez mais uma pobreza em relação ao repertório motor (suas referências estão localizadas nas escolas portuguesas). No Brasil, o assunto não está diferente. Reafirmamos o dito, as escolas formais, especialmente a escola pública, apresentam dificuldades em promover bons projetos de educação física, têm dificuldades em manter qualidade de ensino, o que minimiza as possibilidades de encontrarmos na escola formal, no atual momento, um agente formador de cultura esportiva, quer na disseminação da iniciação do esporte e muito menos no descobrimento de aptidões nos jovens talentos. Já mencionamos isso há vinte e cinco anos atrás e as coisas pouco evoluíram no Brasil (MONTAGNER, 1993).

No caso do nosso país, surge a hipótese de que indivíduos que se tornam atletas são selecionados por equipes no momento em que as competições esportivas são organizadas por federações e associações (12 e 13 anos) e iniciam nas idades sugeridas pela literatura (próxima dos 13/14 anos) por reunirem certas aptidões, sobretudo, e principalmente, físicas e antropométricas, e não por fazerem parte de um planejamento

que segue literalmente as fases propostas pela literatura.¹³ Em alguns casos, ocorre a seleção ao acaso, atletas são descobertos de várias formas e muitos nas “peneiras”, sendo fortes os indicadores de altura e peso compatíveis com as exigências das modalidades esportivas. Atletas altos em modalidades coletivas como basquetebol e voleibol nem precisam de grande habilidade e destreza aos 13 ou 14 anos para serem selecionados. Basta serem altos. Praticam pouco tempo e logo estão nas quadras e campos jogando competitivamente, por vezes de forma até “desengonçada e descoordenada”, sem praticar adequadamente os fundamentos básicos do jogo. Em confirmando esta hipótese, não há como relacionarmos esses casos de início da vida esportiva dos atletas brasileiros como sendo a idade preconizada pela literatura, e como as demais variáveis mencionadas e não analisadas influenciam nesse processo. São fatos, basta perguntarmos aos atletas com alta estatura suas histórias de vida.

Beneli (2018), em recente estudo com o objetivo de analisar a trajetória esportiva de atletas de alto rendimento masculino e feminino de basquetebol no Brasil, afirma que a formação esportiva é uma temática complexa, sendo uma área de investigação que necessita observá-la através de vários fatores multidimensionais, e que influenciam nessa trajetória (BENELI, 2018)¹⁴.

É fato que a especialização esportiva em momento inicial não garante a formação do atleta, até mesmo porque existem diversas interferências que influenciam neste aspecto. Por outro lado, não é possível afirmar que indivíduos que realizam treinamento específico em um momento inicial no Brasil não se tornarão atletas por conta deste processo de especialização precoce, ou mesmo pelo fato de obterem excelentes resultados precoces no início de sua trajetória esportiva, o que assegura que eles não chegarão à plenitude atlética. Pelas variáveis pesquisadas e concepções teóricas que estamos estudando, existem dúvidas do que é definidor para uma análise mais apurada da realidade. Inclusive sobre “as certezas” da especialização precoce considerando o processo de ensino dos esportes para crianças e jovens.

Quinto: dos desafios da gestão do esporte na iniciação e especialização de crianças e jovens

Não são apenas questões metodológicas e de ensino que se avizinham como desafios na especialização esportiva. Ampliando algumas dessas justificativas do estudo, reconhecemos mudanças paradigmáticas nas propostas de formação e administração da especialização esportiva de crianças e

¹³ O estudo de mestrado da acadêmica Caroline Tosini Felicíssimo, concluído em dezembro de 2015 e orientado pelo prof. Paulo Cesar Montagner no programa de pós-graduação em Educação Física da Unicamp buscou investigar, através de entrevistas estruturadas com técnicos de voleibol, os parâmetros norteadores do processo de detecção, seleção e desenvolvimento de talentos no voleibol feminino. Tendo como delimitação da pesquisa de campo as equipes de formação esportiva no estado de São Paulo nas categorias de sub-15 a sub-19, os argumentos determinados pelos técnicos dos clubes formadores são vários, com uma predominância significativa na seleção de atletas para as questões de natureza antropométricas, a estatura de jovens meninas. Esse argumento facilita o acesso e a escolha, sendo natural esse indicador de altura e peso. Muitas delas estão se iniciando na especialização esportiva mais tarde, por volta de 14-15 anos, mas existem casos de jovens com iniciação bastante precoce. A referência bibliográfica é: FELICISSIMO, C. T. **Parâmetros norteadores da detecção e seleção de talentos no voleibol feminino do Estado de São Paulo**. 2015. 211f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)– Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

¹⁴ Conforme informações extraídas do resumo no estudo retrospectivo recém-concluído em março do corrente ano, Beneli (2018) realizou investigação com uma amostra de atletas muito valiosa e que se caracteriza como uma metodologia exploratório-descritiva *ex-post facto*, um desenho retrospectivo. No projeto, participaram da pesquisa 96 atletas masculinos brasileiros (27,7±6,16 anos) e 28 atletas brasileiras femininas (30,39±5,56 anos) que disputaram a mais importante liga brasileira, a L.N.B. (Liga Nacional de Basquetebol) na temporada 2016/2017. No resumo encontramos que “...atletas de basquetebol masculino e feminino demonstram em comum que iniciaram no Estado de São Paulo em idades tardias, participaram da iniciação esportiva por um período pequeno ou já ingressaram na competição oficial, na qual realizavam 3 sessões treinamentos de 90 minutos por semana durante 10 meses no ano, se especializaram em uma posição do jogo em idades precoces e o estudo foi o principal motivo do abandono de companheiros de equipe. Obtiveram resultados em idades precoces, possuem ensino superior incompleto, estudaram em escola pública, mudaram de cidade pelo menos uma vez devido à melhor estrutura oferecida pela equipe, não possuem parentes no esporte, e obtiveram total apoio familiar. Os atletas masculinos praticaram outra modalidade coletiva além do basquetebol, o que sugere uma diversificação, iniciaram a competição em idades estabelecidas pela literatura e o local foi o clube. Já as atletas femininas iniciaram em instituições públicas, começaram a competir precocemente e não praticaram outra modalidade”. A referência bibliográfica completa é: BENELI, Leandro de Melo. **Trajétória esportiva de atletas de alto rendimento no basquetebol masculino e feminino no Brasil**: estudo retrospectivo. 2018. 83f. Tese (Doutorado em Educação Física)– Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

jovens. Reconhecemos que os novos modelos de financiamento e gestão nas novas configurações socioeconômicas do esporte contemporâneo (MARQUES; GUTIERREZ; MONTAGNER, 2009) modificaram os mecanismos de articulação do esporte na sociedade, rompendo tradições históricas e provocando modificações culturais, acelerando as transformações na organização esportiva. Essas novas formatações implicaram, por exemplo, numa nova organização de regulamentos, tendo casos como os do voleibol e o basquetebol, que modificaram suas regras para atender a interesses comerciais.

Como afirmamos no prefácio do livro “Impactos econômicos de megaeventos esportivos”, desde meados da década de 70, o mundo experimenta “[...] um rápido e notório crescimento do esporte e as suas mais variadas formas de expressão, representadas por diferentes modalidades esportivas” (PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014, p. 5). Tais fatos também ocorrem no Brasil, um país com características e organização esportiva própria e integrada ao sistema esportivo e econômico internacional. Nessas novas configurações, desde a construção do ideal olímpico no final do século XIX, passando pela utilização política em meados do século XX, chegamos naquilo denominado esporte como negócio, a transformação do que era amador para profissional, a dedicação profissional integral e a importância dos métodos científicos, o esporte como um gerador de riquezas e empregos, a aplicação de conceitos modernos de gestão e administração nos esportes.

Esses conceitos de administração esportiva e *marketing* esportivo, com a intensa aproximação do mercado, modificaram as tradições na estrutura de organização do esporte, chegando também à especialização de nossas crianças e jovens. Os ambientes de clubes e escolas estão se transformando, consolida-se um interesse comercial em algumas modalidades esportivas tendo o futebol como maior símbolo desse modelo. A taça São Paulo de Futebol Júnior não é um simples campeonato de jovens de 17 a 19 anos, mas uma vitrine comercial para negócios esportivos, sendo o protagonista maior desse comércio o atleta, “um produto a ser explorado”.

Um desafio estratégico para as entidades brasileiras é de se adaptar às novas legislações e modelos de financiamento e amplificar canais de práticas esportivas e o contato e conhecimento das modalidades, tanto individuais quanto coletivas. A cada dia mais as entidades e organizações necessitam se estruturar para ações e a novas formas de financiamentos, em alguns casos com a presença efetiva de agentes privados. O Estado, através de suas prefeituras e órgãos estatais, encontra-se em transformação. Não se trata de julgamento do certo ou errado, de qual é o melhor modelo, mas das formas concretas de manutenção e financiamento do esporte de crianças e jovens. Vemos escolas de esportes tradicionais, representadas por clubes e prefeituras regionais encerrando suas atividades e equipes, deixando lacunas valiosas para o fomento de atletas e na manutenção da tradição esportiva. Os exemplos de clubes como o Sírio no basquetebol, bem como do Clube Pirelli em vários esportes, são casos clássicos dessa nova configuração esportiva.

Os conceitos visionários estabelecidos por Brohm (1976) referem-se às transformações do esporte moderno, baseiam-se na progressividade dessa tendência de transformação e evolução alinhadas à construção do modelo capitalista mundial, assumem formas que refletem interesses visíveis do lucro e dos interesses comerciais. Isso chegou aos esportes de crianças e jovens, chegou à especialização esportiva. Em atenção a essa tendência, a legislação se modifica permitindo novas construções e agrupamentos socioesportivos. As instituições tradicionais produtoras do esporte se reorganizam para responder aos tempos atuais, os clubes centenários sucumbem nas práticas esportivas de competição, novos mecanismos de produção esportiva estão se organizando.

O capital tem interesse primário no esporte profissional, o esporte dos grandes atletas e equipes consagradas, apreciado pela sociedade e de perspectiva comercial. A avaliação é pelo alcance da propaganda, pelo público-alvo a ser atingido, a ligação da imagem dos atletas na energização das marcas. É o que Brohm (1976) argumenta, o interesse pela construção do *self-made man*, do valor do homem que se faz sozinho, empreendedor, obtém sucesso com o próprio esforço, linguagem afeita ao sonho capitalista. E esse capital “flutua” na captura dos ídolos que surgem dia após dia.

Contudo, nesse cenário, muitos projetos de formação de crianças e jovens carecem de investimentos por não existirem mecanismos de interesse comercial, operacional e midiático imediato para o financiamento

privado. O financiamento privado tem por escolha “quem vende”, quem permite vínculos intensos de imagens, quem fortalece marcas comerciais. Era natural que a linguagem comercial chegasse aos esportes, dado sua magnitude, penetração social, universalidade gestual e cultural, também pela beleza estética produzida por grandes atletas. Produz e vende vínculos afetivos, de emoção e perfeição humana. Mas ainda patina na promoção do esporte infantil e adolescente.

Se de um lado, os conceitos de gestão e do *marketing* esportivo reconfiguraram as relações esportivas em um novo modelo, a oferta de serviços ou de oportunidades de práticas do esporte no Brasil para crianças e jovens ainda são limitadas. A acessibilidade a programas esportivos nas mais variadas modalidades resume-se em ações tímidas ou ainda em escala muito inferior aos interesses das crianças. Necessitamos encontrar mecanismos de promover especialização esportiva organizada e planejada como estratégia de educação, saindo dos grandes centros e dos clubes e levando às periferias, praças, escolas públicas. A escola poderá ser um ambiente de promoção da iniciação esportiva e também da especialização, compromissos possíveis sem romper com o importante trabalho a ser desenvolvido pela educação física escolar.

A especialização esportiva não deve servir apenas para formar atletas. Ela é um importante meio de formação humana, e ainda que reconheçamos que os acessos no esporte são para poucos meninos e meninas, representa um mundo rico e que não deve ser analisado apenas pelas suas características negativas. Necessitamos ampliar isso para mais crianças e jovens, necessitamos de novos ambientes de práticas esportivas regulares e planejadas, também de ampliar a participação e presença de profissionais qualificados no ambiente esportivo.

Sexto: dos valores educativos do esporte

Somos confrontados cotidianamente com uma série de acontecimentos que indica que vivemos tempos de incertezas morais, de crises nas relações entre as pessoas e consigo mesmas, de individualismo em detrimento do bem coletivo. Tais acontecimentos estão expressos nos mais variados ambientes sociais, incluindo os educacionais como os exemplos de gangues, agressões entre jovens, alunos, professores e funcionários. Certamente, existem realidades e exageros. Também no esporte.

Este cenário tem sido discutido por diversos filósofos e identificados de diversas maneiras. Destacamos os estudos de Zigmunt Bauman (2001), nomeados de modernidade líquida, que defende a tese de que as relações sociais atuais possuem as características do estado líquido como a instantaneidade, transitoriedade, maleabilidade, inconstância, diferentemente do passado não tão distante de certezas, de ideais firmes e verdades absolutas. Tais características influenciam toda a sociedade, mais marcadamente a ocidental. Desta forma, é de se esperar ao se aproximar das reflexões sobre o esporte, fenômeno este que, por sua vez, também tem grande impacto na sociedade, sofra consequências em suas diferentes formas de se manifestar.

Destaca-se o consumo como eixo fundamental da modernidade líquida que se expressa no esporte na forma da aquisição de produtos esportivos diversos, como programas em TV a cabo, jogos no sistema pague e veja (*pay-per-view*), materiais relacionados às equipes preferidas, entre outros. Prazer e instantaneidade são outros aspectos valorizados nas relações cotidianas atuais. Bauman (2001, p. 148) afirma: “A ‘escolha racional’ na era da instantaneidade significa buscar a gratificação evitando as consequências, e particularmente as responsabilidades que essas consequências podem implicar”.

A diminuição da adesão dos jovens aos programas de aprendizagem, aperfeiçoamento e treinamento esportivo de médio e longo prazo pode estar relacionada à característica da evitação, do que é duradouro e das responsabilidades das próprias. O estudo de Vianna e Lovisolo (2005) pode reforçar esta afirmação. Os autores investigaram cerca de 6.000 jovens participantes de projetos socioesportivos no Estado do Rio de Janeiro, detectando que 80% deles deixavam os projetos antes do primeiro ano de atividades. Fonseca (2004) também denuncia altos índices de abandono esportivo nos EUA e em diversos países da Europa, chegando a 80% de evasão.

A superficialidade nas relações é destacada na modernidade líquida de Bauman (2001) e intimamente relacionada à busca pela satisfação imediata. Segundo o autor não há sentido em tolerar situações, objetos

ou pessoas que não tenham relevância com esta satisfação imediata. Transferindo-se para o ambiente esportivo, são eventos corriqueiros nas aulas e treinamentos, a responsabilidade com materiais, horários, colegas, a cooperação, a superação, o respeito, a dedicação, o esforço e inclusive a frustração e sua superação. Tais condições parecem bastante contrárias aos desejos de quem procura prazer instantâneo e superficial. Portanto, é de se esperar a diminuição do número de jovens que se dediquem a tais conquistas mais profundas que exigem entrega maior.

A individualidade é mais uma das características da contemporaneidade e está intimamente relacionada com as demais. No ambiente de aprendizado esportivo, seja ele individual ou coletivo, é esperado que os participantes atuem de forma a cooperar com o bom andamento da aula ou treino. Nos esportes individuais, simular o opositor, auxiliar nas correções técnicas e táticas, colaborar para que o colega execute seus exercícios para depois poder ele mesmo ser auxiliado parecem ser situações que se chocam com a exacerbação da individualidade. Nas modalidades coletivas o clima se agrava, pois, em geral, o jogador que não atua coletivamente prejudica a si próprio e o seu grupo.

Como é possível perceber no cotidiano do esporte, todos os principais aspectos levantados dizem respeito, por exemplo, ao próprio corredor ou corredora em detrimento do convívio social, reforçando a teoria de individualização que a humanidade vem passando. Observamos essa tendência nos estudos de Brohm (1976), com a construção do mito, do atleta herói, da produção de funcionalidades no sistema esportivo atual.

Desta forma, defende-se que são necessárias práticas pedagógicas contrárias ao modelo de vida pautado nas características da modernidade líquida, apontados por Bauman (2001). Se o objetivo a ser buscado é construir uma sociedade diferente, com manifestações esportivas e praticantes diferentes, deve-se tematizar as questões aqui levantadas. A crítica e compreensão dos sentidos e valores alimentados na contemporaneidade fazem-se necessárias para a superação dos mesmos.

Evidenciados que, mesmo sendo um terreno polêmico, é viável constatar o esporte com agente educacional, dos seus valores educativos (MONTAGNER, 1993). A pedagogia do esporte deve atuar, prioritariamente, no campo educativo. Apesar de o esporte sofrer influências da crise de valores da contemporaneidade, entendemos que este fenômeno também pode apresentar ambiente muito rico para o desenvolvimento, por exemplo, da personalidade moral. Como defendido por Puig (1998), a construção da personalidade é pessoal, mas realizada a partir das relações com outras pessoas, com a cultura e o contexto histórico do meio em que se vive.

Caminhando para discutir propostas educacionais para a formação da moralidade, Puig (1998) afirma que ao se pensar em educação moral, é necessário lembrar que a qualidade do espaço social em que cada indivíduo se desenvolve tem relação direta com sua formação. Outros estudiosos denominam este espaço social de ambiente sociomoral, que segundo Devries e Zan, citados por Liccinardi (2010, p. 15), referindo-se especificamente ao ambiente da escola, é definido como “toda a rede de relações interpessoais que forma a experiência escolar da criança. Essa experiência inclui o relacionamento da criança com o professor, com as outras crianças, com os estudos e com as regras”.

Ao se discutir a qualidade do ambiente sociomoral em espaços educacionais, duas características básicas podem ser refletidas: o ambiente cooperativo, democrático ou coercitivo, autocrático. O ambiente cooperativo é defendido como o ideal para que as relações interpessoais possam contribuir para uma formação moral aprofundada, visto que estimulará os alunos a passarem do nível heterônomo para o autônomo. Por outro lado, o ambiente coercitivo ou autocrático tem por características a imposição de regras, a ênfase na intervenção da figura da autoridade, muitas vezes de forma autoritária.

É possível afirmar que tradicionalmente o ambiente do ensino esportivo tem-se caracterizado por atitudes autoritárias provenientes dos professores. Montagner (1993, p. 119), em estudo sobre o esporte competitivo como possibilidade educacional, apresenta discurso de um ex-atleta entrevistado que afirma que seu técnico estimulava a agressão aos seus adversários, salientando ter sido “domesticado” pelo professor.

No entanto, se ainda existem ambientes coercitivos no esporte, possibilidades bem opostas também podem ser conquistadas. Constantino (2007), tratou do tema, e tem uma importante opinião sobre o assunto:

Pode constituir-se nos dias de hoje, como um importante meio de socialização que permite transmitir normas e valores sociais e garantir direitos de cidadania. Mas isso obriga a rejeitar teses apoloéticas que entendem o desporto como uma ‘escola de vida’ e a aceitar que as práticas do desporto, não são integradoras por essência, pelo que carecem de um forte investimento educativo. Do estado, é certo, mas também da família, do clube, dos treinadores, dos dirigentes e de todos quantos organizam e enquadram a prática desportiva (CONSTANTINO, 2007, p. 70-71).

Prosseguindo na descrição das características de propostas de formação da personalidade moral, defende-se a importância da experiência em dilemas morais por parte dos alunos, que representam oportunidades de confrontarem seus juízos de valores às situações vividas. Destacamos a importância dada por Puig (1998, p. 152) à questão das vivências: “Não é possível compreender a formação da personalidade moral sem considerar os contextos de experiência moral em que se realizam os processos formativos”. Essas situações são plenamente observadas e vivenciadas nos projetos esportivos.

Santana (2003) nos auxilia a “enxergar”, no ambiente esportivo, as oportunidades de estímulos em dilemas morais e as possibilidades de tratamento pedagógico contribuindo para a formação moral. Para o autor, é “preciso a experiência, o fazer. Este acontece individualmente, mas também, e quase sempre em se tratando de aulas de esporte, coletivamente. Essas trocas, que nem sempre serão lineares, exigirá da criança descentrar-se (sair do centro)”. Para Santana (2003, p. 18), ocorrerão ações de interações denominadas por ele de um “toma lá da cá”, e esses conflitos, que possuem natureza prática, “[...] precede o discurso do professor e a conseqüente tomada de consciência do aluno”.

Nessa direção, o relacionamento entre o professor e o aluno é importante e primordial para a criação de vínculos facilitadores para o desenvolvimento de valores. Desde os primeiros níveis da construção da personalidade, onde o exemplo da pessoa referência é essencial até os mais elevados, quando as relações mais adequadas são aquelas pautadas no respeito recíproco, no diálogo e na compreensão, a proximidade entre professor e aluno deve ser pautada pela afetividade. La Taille (1998, p. 104) afirma que, ao contrário:

[...] o risco de uma educação exclusivamente racional é “esfriar” a moral, dando-lhe o aspecto de mero problema de lógica. A criança precisa perceber que o “bem” e o “mal” incendiam os corações das pessoas e envolvem sua personalidade em favor do primeiro e contra o segundo. São mestres medíocres pais ou professores que argumentam com certo talento sobre o certo e o errado mas que, na prática, nunca se indignam com nada, nem dão mostra de sincera admiração quando testemunham ações virtuosas. Podem convencer seus filhos ou alunos, mas não os comovem. Ora, se para agir moralmente é preciso que a inteligência esteja convencida, também é preciso que o coração esteja sensibilizado.

Processos de aprendizado que permaneçam na superficialidade contribuem pouco na formação de um ambiente sociomoral adequado. Damon (2009, p. 49), defendendo que o conteúdo a ser aprendido seja significativo, afirma: “O que importa para a felicidade é o comprometimento com algo que a pessoa considere envolvente, desafiador e atraente, especialmente quando ela faz uma valiosa contribuição ao mundo”.

Nessa temática, caminhamos para o ambiente esportivo, e defendemos que se deve procurar ensinar de forma profunda e continuada, isto é, em constante aprendizado, desafiando o grupo a querer sempre aprender mais, não somente em seus aspectos procedimentais, como também conceituais e atitudinais. A proposta de continuidade no aprendizado proporciona aos alunos um sentimento de valorização, de elevação da autoestima por poderem verificar que conseguiram se desenvolver na modalidade esportiva praticada, no caso o voleibol (HIRAMA; MONTAGNER, 2012). O ambiente do ensino de esportes pode representar espaço ímpar para intervenções no processo educativo, na educação moral, dado o conjunto de características próprias, como a busca pela evolução na modalidade, o desenvolvimento que

precisa contar com os demais companheiros e as situações ricas em dilemas morais que a própria competição pode gerar.

Reconhecer-se como vencido porque existe um alguém melhor naquele momento, porque ninguém será melhor em tudo, existem características em cada um de nós que nos fazem melhor numa coisa do que em outras. No entanto, são raras as investigações sobre a adequação do ambiente esportivo para o desenvolvimento de valores. O estudo mais recente de HIRAMA (2018)¹⁵ possui excelentes indicadores para essas análises teóricas. A maioria dos estudos com esta temática possui recorte mais específico, focando na didática do professor para o desenvolvimento moral. (CAETANO, 2013; HERNANDEZ, 2010; SANTANA, 2003; SANTOS; FREIRE, 2006).

Considerações finais

“O que interessa na vida não é prever os perigos das viagens; é tê-las feito”.

Agostinho da Silva (1906-1994)¹⁶

Como professor, treinador/técnico de basquetebol, professor universitário, construtor e receptor de ideias e ideais, enfim, um sonhador, buscamos praticar esses princípios aqui apresentados no presente ensaio com nossos alunos, atletas, adultos, jovens e crianças com quem estivemos no caminho e na formulação de relações teóricas e práticas simultâneas. Não bastava – e ainda não basta – o estudante estar em aulas, é sempre necessário promover a sua participação direta e significativa, era e permanece sendo relevante despertar nas crianças e jovens o conhecimento sobre o fenômeno esportivo, ir para além das questões técnicas e táticas do jogo. Necessitamos expandir os limites, o que é muito diferente de superá-los.

Aprender o valor do ambiente cooperativo, das relações de respeito mútuo e de reciprocidade, do pertencimento, explorar a riqueza e oportunidades da fertilidade do ambiente esportivo, conhecer as regras e os modos de construção histórica. Isso extrapola indicadores únicos de apenas educação para o esporte para um foco de educação esportiva para a vida. E não é um empenho único e isolado, muitos profissionais da área realizam esforços diariamente nessa direção. Embora consciente dos riscos, ainda reforçamos sobre a importância da preparação dos alunos e atletas para interpretar os diferentes significados e manifestações do esporte, seus limites, os aspectos positivos e negativos, suas limitações e virtudes.

Estudos científicos mais aprofundados são necessários, em especial os que proponham intervenções para a construção, pelo esporte, de formação no projeto educativo, ser possível afirmar que a criança e jovem, ao vivenciar momentos significativos em um ambiente onde se sinta acolhido, respeitado, apoiado e valorizado, tenha a capacidade de reagir a tantas pressões contrárias que sofre cotidianamente. Este, portanto, é um dos maiores desafios para as investigações no campo do ensino do esporte.

Por fim, apropriando-nos do dito por Jorge Bento (2007), diferentemente dos deuses, temos que nos dar o direito de falhar, de errar, buscar o sucesso e conhecer o fracasso. Arriscarmo-nos ao desconhecido, correr riscos, aprender a vencer e a perder, ter acesso ao mundo do esporte, fenômeno de grandeza e direito inexorável a todas as crianças e jovens do mundo.

¹⁵ HIRAMA, L. K. **Valores que o esporte ensina: intervenções pedagógicas para a formação da personalidade moral.** 2018. 231f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. O presente estudo investigou as características de intervenção na construção de um ambiente sociomoral em um projeto esportivo de ensino do judô para crianças e jovens. Tratou-se de uma pesquisa longitudinal de cinco anos acompanhando a transformação da cultura moral do projeto, as condutas de seus alunos e a formação docente para a temática. A tese destaca por fim a possibilidade da contribuição do ambiente do ensino esportivo como meio ímpar para a formação da personalidade moral, mas que necessita de tratamento planejado e intencional para este objetivo.

¹⁶ George Agostinho Baptista da Silva (1906-1994), filósofo, poeta e ensaísta português, com um pensamento que combina elementos do panteísmo, milenarismo e ética da renúncia, e afirma ser a Liberdade a mais importante qualidade do ser humano, tendo buscado, com sua obra e vida, produzir mudanças na sociedade.

Referências

- ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1988.
- ARENA, S. S. Especialização esportiva: aspectos biológicos, psico-culturais e treinamento a longo prazo. **Revista Corpoconsciência**, Santo André, v. 1, n. 1, p. 41-54, 1998.
- ARENA, S. S.; BÖHME, M. T. S. Programas de iniciação e especialização esportiva na grande São Paulo. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 184-95, jul./dez. 2000.
- BAKER, J., COBLEY, S.; THOMAS-FRASER, J. What do we know about early sport specialization? Not much! **European Council for High Ability**, v. 20, n. 1, p. 77-89, jun. 2009.
- BAUMAN Z. **Modernidade líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BAXTER-JONES, A. D. G.; HELMS, P. J. Effects of training at a young age: A review of the Training of Young Athletes (TOYA) Study. **Pediatric Exercise Science**, v. 8, n. 4, p. 310-327, nov. 1996.
- BAXTER-JONES, A. D. G.; MAFFULLI, N.; MIRWALD, R. L. Does elite competition inhibit growth and delay maturation in some gymnasts? Probably not. **Pediatric Exercise Science**, v. 15, n. 4, p. 373-382, nov. 2003.
- BELBENOIT, G. **O desporto na escola**. Lisboa: Estampa, 1976.
- BENELI, L. M. **Basquetebol masculino paulista: apropriação das características do esporte profissional na estrutura organizacional das categorias de base**. 2007. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)– Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- BENELI, L. M. **Trajectoria esportiva de atletas de alto rendimento no basquetebol masculino e feminino no Brasil: estudo retrospectivo**. 2018. 83f. Tese (Doutorado em Educação Física)– Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- BENELLI, L. MONTAGNER, P. C. Intervenções pedagógicas na especialização esportiva de jovens atletas. In: MONTAGNER, P. C. (Org.) **Intervenções pedagógicas no esporte: práticas e experiências**. São Paulo: Phorte, 2011. p. 171-200.
- BENELI, L. M.; RODRIGUES, E. F.; MONTAGNER, P. C. O modelo de Brohm e a organização do basquetebol masculino brasileiro. **Revista Conexões**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 52-69, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637962/5653>>.
- BENELI, L. M.; RODRIGUES, E. F.; MONTAGNER, P. C. Periodização do treinamento desportivo para atletas da categoria infantil masculino de basquetebol. **Revista Treinamento Desportivo**, v. 7, n. 1., p. 29-35, 2006.
- BENTO, J. O. Em defesa do desporto. In: BENTO, J. O.; CONSTANTINO, J. M. (Coord.). **Em defesa do desporto: mutações e valores em conflito**. Portugal: Almedina, 2007. p. 9-55.
- _____. **Contextos da pedagogia do desporto: perspectivas e problemáticas**. Lisboa: Ed. Horizonte, 1999.
- _____. **Desporto: discurso e substância**. Belo Horizonte: Instituto Casa da Educação Física; Campinas: UNICAMP – Centro de Estudos Avançados, 2013. (Coleção CEAv Esporte, 2).
- BENTO, J. O.; CONSTANTINO, J. M. (Coord.). **Em defesa do desporto: mutações e valores em conflito**. Portugal: Almedina, 2007.
- BOMPA, T. O. **Treinamento total para jovens campeões**. São Paulo: Manole, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BROHM, J. M. **Sociología política del deporte**. Ciudad del México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

- CAETANO, A. **O jogo e o desenvolvimento moral nas aulas de educação física**. 2013. 227f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)– Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- CAFRUNI, C.; MARQUES, A.; GAYA, A. Análise da carreira desportiva de atletas das regiões sul e sudeste do Brasil. Estudo dos resultados desportivos nas etapas de formação. **Revista Portuguesa de Ciência do Desporto**, Porto, v. 6, n. 1, jan. 2006.
- CARONE SOARES, F. **Realidade da olimpíada colegial do Estado de São Paulo (OCESP) em relação ao discurso presente na educação física acerca da competição escolar**: estudo da região Leste de Campinas. 2010. 202f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)– Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- CARONE SOARES, F.; MONTAGNER, P. C. A OCESP e o discurso da Educação Física sobre a competição escolar. In: REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; MONTAGNER, P. C. **Pedagogia do esporte**: aspectos conceituais da competição e estudos aplicados. São Paulo: Phorte Editora, 2013.p. 259-314.
- CASTRO, J. A.; MONTAGNER, P. C. O jogo como proposta de intervenção no ensino do handebol: inferências sobre as práticas realizadas. In: MONTAGNER, P. C. (Org.) **Intervenções pedagógicas no esporte**: práticas e experiências. São Paulo: Phorte, 2011. p. 89-110.
- CAZETTO, F. F.; MONTAGNER, P. C. As influências do esporte espetáculo na competição de jovens: as lutas em estudo. In: REVERDITO, R.S.; SCAGLIA, A.J.; MONTAGNER, P. C. (Org.). **Pedagogia do esporte**: aspectos conceituais da competição e estudos aplicados. São Paulo: Phorte, 2013.p. 147-191.
- CONSOLARO, A. **O “ser” professor**: arte e ciência no ensinar e aprender. 3. ed. Maringá: Dental Press, 2002.
- CONSTANTINO, J. M. Os valores educativos do desporto. In: BENTO, J. O.; CONSTANTINO, J. M. (Coord.). **Em defesa do desporto**: mutações e valores em conflito. Portugal: Almedina, 2007. p. 57-79.
- CÔTÉ, J. The influence of the family in the development of talent in sport. **The Sport Psychologist**, Champaign, v. 13, n. 4, p. 395-417, dez. 1999.
- DAMON, W. **O que o jovem quer da vida?** Como pais e professores podem orientar e motivar os adolescentes. Tradução Jacqueline Valpassos. São Paulo: Summus, 2009.
- DE ROSE JUNIOR, D. Esporte, competição e estresse: implicações na infância e na adolescência. In: DE ROSE JUNIOR, D. et al. **Esporte e atividade física na infância e adolescência**: uma abordagem interdisciplinar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 103-114.
- DE ROSE JUNIOR, D. et al. **Esporte e atividade física na infância e na adolescência**: uma abordagem interdisciplinar. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- DUMAZEDIER, J. et. al. **Olhares novos sobre o desporto**. Lisboa: Editora Compendium, 1979. (Coleção Educação Física e Desporto).
- FACHINA, R. J. de F. G. **Modelo de organização do treinamento para competições de curta duração para jovens atletas de basquetebol**. 2014. 92f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)– Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- FELICISSIMO, C. T. **Parâmetros norteadores da detecção e seleção de talentos no voleibol feminino do Estado de São Paulo**. 2015. 211f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)– Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro**: teoria e prática da Educação Física. São Paulo: Scipione, 1989.

- _____. **Pedagogia do futebol**. Londrina: Midiograf; Ney Pereira Editora, 1998.
- FONSECA, A. M. O abandono das práticas desportivas: aspectos psicológicos. In: GAYA, A. et al. (Org.) **Desporto para crianças e jovens: razões e finalidades**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004. p. 265-288.
- GALATTI, L. R. et al. (Org.). **Desenvolvimento de treinadores e atletas: pedagogia do esporte**. Campinas: Editora da Unicamp, 2017. v. 1.
- GALATTI, L. R. et al. (Org.). **Múltiplos cenários da prática esportiva: pedagogia do esporte**. Campinas: Editora da Unicamp, 2017. v. 2.
- HIRAMA, L. K. Valores que o esporte ensina: intervenções pedagógicas para a formação da personalidade moral**. 2018. 231f. Tese (Doutorado em Educação Física)– Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- HIRAMA, L. K.; MONTAGNER, P. C. **Algo para além de tirar as crianças da rua: a pedagogia do esporte em projetos socioeducativos**. São Paulo: Phorte, 2012.
- HIRAMA, L. K.; MONTAGNER, P. C. Competição em esportes: “ingrediente” para uma proposta formativa. In: REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; MONTAGNER, P. C. **Pedagogia do esporte: aspectos conceituais da competição e estudos aplicados**. São Paulo: Phorte, 2013. p. 315-342.
- HIRAMA, L. K.; JOAQUIM, C. S.; MONTAGNER, P. C. Intervenção pedagógica no esporte e aspectos atitudinais em comunidades brasileiras de baixo IDH. In: MONTAGNER, P. C. (Org.). **Intervenções pedagógicas no esporte: práticas e experiências**. São Paulo: Phorte, 2011. p. 61-88.
- HIRAMA, L. K.; JOAQUIM, C. S.; MONTAGNER, P. C. Pedagogia do Esporte e estimulação de valores humanos: relato de intervenção. In: MONTAGNER, P. C. (Org.). **Intervenções pedagógicas no esporte: práticas e experiências**. São Paulo: Phorte, 2011. p. 171-200.
- JOAQUIM, C. S. **Jogos de conto: o conto e o jogo como possibilidade de ensino, vivência e aprendizagem da filosofia do judô**. 2017. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)– Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- LA TAILLE, Y. **Limites: três dimensões educacionais**. São Paulo: Ática, 1998.
- MARQUES, A. Desporto e futuro. O futuro do desporto. In: GARGANTA, Julio (Ed.). **Horizontes e órbitas nos treinos dos jogos desportivos**. Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Universidade do Porto, 2000. p. 7-20.
- MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, G. L.; MONTAGNER, P. C. Novas configurações socioeconômicas do esporte contemporâneo. **Revista da Educação Física/UEM**. Maringá, v. 20, n. 4, p. 637-648, 4. trim. 2009.
- MARQUES, A. T.; OLIVEIRA, J. M. O treino dos jovens desportistas. Actualização de alguns temas que fazem a agenda do debate sobre a preparação dos mais jovens. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, Porto, v. 1, n. 1, p. 130-137, jan. 2001.
- MARQUES, R. F. R. et al. Formação de jogadores profissionais de voleibol: relações entre atletas de elite e a especialização precoce. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v. 28, n.2, p. 293-304 abr./jun. 2014.
- MARQUES, M. P.; SAMULSKY, D. M. Análise da carreira esportiva de jovens atletas de futebol na transição da fase amadora para a fase profissional: escolaridade, iniciação, contexto sócio-familiar e planejamento da carreira. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 103-19, abr./jun. 2009.
- MENEZES, R. P.; MARQUES, R. F. R.; NUNOMURA, M. Especialização esportiva precoce e o ensino dos jogos coletivos de invasão. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 351-373, jan./mar. 2014.

- MONTAGNER, P. C. **Esporte de competição x Educação?** O caso do basquetebol. 1993. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1993.
- _____. **A formação do jovem atleta e a pedagogia da aprendizagem esportiva.** 1999. 190f. Tese (Doutorado em Educação Física)– Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- _____. **Estudos em pedagogia do esporte de crianças e jovens: análises, olhares e desafios teóricos.** 2015. 188f. Tese (Livre–Docência em Educação Física)– Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- MONTAGNER, P. C.; SCAGLIA, A. J. Pedagogia da competição: teoria e proposta de sistematização nas escolas de esportes. In: REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; MONTAGNER, P. C. **Pedagogia do esporte: aspectos conceituais da competição e estudos aplicados.** São Paulo: Phorte, 2013.P. 193-216.
- MONTAGNER, P. C.; HIRAMA, L. K. Esporte e projeto social na “favela”: memórias, experiências e valores educativos. In: BENTO, J. O.; TANI, Go; PRISTA, A. **Desporto e educação física em português.** Porto: CIFI2D, Faculdade de Desporto, Centro de Investigação, Formação, Inovação e Intervenção em Desporto, 2010. p. 373-400.
- PAES, R. R. **Aprendizagem e competição precoce: o caso do basquetebol.** Campinas, Editora da UNICAMP, 1992.
- PAES, R. R.; MONTAGNER, P. C.; FERREIRA, H. B. **Pedagogia do esporte: iniciação e treinamento em basquetebol.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
- PRONI, M. W.; FAUSTINO, R. B.; SILVA, L. O da. **Impactos econômicos de megaeventos esportivos.** Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2014.
- REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; MONTAGNER, P. C. (Org.). **Pedagogia do esporte: aspectos conceituais da competição e estudos aplicados.** São Paulo: Phorte, 2013.
- RODRIGUES, A. **Organização do treinamento no basquetebol: um estudo de um macrociclo de 20 semanas para praticantes da categoria sub 14.** 2014. 84f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)– Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- RODRIGUES, E. F.; MONTAGNER, P. C. O conteúdo esportivo da mídia e intervenções pedagógicas na educação física e esportes. In: MONTAGNER, P. C. (Org.). **Intervenções pedagógicas no esporte: práticas e experiências.** São Paulo: Phorte, 2011.p. 141-169.
- SANTANA, W. C. de. **A pedagogia do esporte e a moralidade infantil.** 2003. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)– Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- SANTANA, W. C. Pedagogia do esporte na infância e complexidade. In: PAES, R. R.; BALBINO, H. F. **Pedagogia do esporte: contextos e perspectivas.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. p. 1-22.
- SANTOS, R.; FREIRE, E. S. Educação Física e esporte no terceiro setor: estratégias utilizadas no ensino e aprendizagem de valores, atitudes e normas no projeto Esporte Talento. **Revista Makenzie de Educação Física e Esporte**, v. 5, n. 1, p. 35-45, 2006.
- SCHIMMEL, K. **Os grandes eventos esportivos: desafios e perspectivas.** Belo Horizonte: Casa da Educação Física; Campinas: UNICAMP – Centro de Estudos Avançados, 2013. (Edição bilíngue português/inglês).
- SEURIN, P. Observações e conclusões da participação de crianças nos esportes e competições. **Boletim FIEP**, Brasília, v. 51, n. 3-4, jul./dez. 1981.

- _____. A manipulação da criança para o sucesso esportivo. **Boletim FIEP**, Brasília, v. 53, n. 2-3, jun./set. 1983.
- _____. A competição desportiva e a educação do adolescente. **Revista Artus**, Rio de Janeiro, ano VII, n. 12/14, p. 44-47, 1984.
- TUBINO, M. J. G. **Dimensões sociais do esporte**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1992.
- VIANNA J.A; LOVISOLO H. Esporte educacional: A adesão dos sujeitos das camadas populares. **FIEP Bulletin**, v. 75, Special Edition, p. 487-490, 2005.
- WEINECK, J. **Treinamento ideal**. São Paulo: Manole, 1999.
- WYLLEMANN, P. et al. Transitions in youth sport: a developmental perspective on parental involvement. In: LAVALLEE, D.; WYLLEMANN, P. (Ed.). **Career transitions in sport: international perspectives**. Morgantown: FIT Publications, 2000. p. 143-160.

Processo formativo de jovens no futebol: das transições do jogo para as transições da vida

Otávio Baggiotto Bettega¹

Alcides José Scaglia²

Riller Silva Reverdito³

Larissa Rafaela Galatti²

Introdução

O contexto esportivo e, especificamente o jogo, contempla um cenário de elevada complexidade, circunstaciado por constantes interações. Essas interações ocorrem de forma proximal e/ou distal às ocasiões, extrapolando a situação momentânea e ampliando a rede de relações. Nesse sentido, a abordagem do texto caminha na mudança da ciência objetiva para a ciência “epistêmica” (CAPRA; LUISI, 2014). Ou seja, compreendendo a complexidade das situações, buscamos no texto a mudança de perspectiva: de objetos para relações, de medição para mapeamento, de quantidades para qualidades e de estruturas para processos (CAPRA, 2001).

O percurso do jovem no esporte, e nesse caso destacamos o futebol, modifica-se constantemente a partir de transformações biológicas e das condições contextuais. O sistema de desenvolvimento é suficientemente diversificado e complexo, logo, necessita de alguns meios para conectar indivíduo e contexto de forma a aumentar a probabilidade de mudanças e de promover características mais positivas do desenvolvimento humano (Geldhof et al., 2014). Nessa perspectiva, o caminho do jovem jogador da iniciação até o alto rendimento transita entre diferentes configurações sistêmicas e torna-se dependente de diversos fatores, sendo esses relacionados ao âmbito profissional, interpessoal e intrapessoal (CÔTÉ; GILBERT, 2009).

Na esfera profissional, o jogador deve vivenciar diversas situações, enfrentando constantes e diferentes problemas de jogo, tomando decisões em momentos mais e menos previsíveis e também resolvendo situações específicas de sua carreira esportiva. No domínio interpessoal os jovens interagem com diferentes pessoas, internas e externas ao ambiente esportivo, necessitando criar interações positivas para fortalecer e direcionar sua formação (GILBERT; CÔTÉ, 2013). As competências profissionais e interpessoais constituídas irão balizar as ações dos jovens, mas ganhando significância se essas forem estimuladas e motivadas para criarem metas diante do cenário esportivo, contemplando assim o âmbito intrapessoal.

A organização do treino no futebol deve abarcar conteúdos tático-técnicos condizentes com a etapa de formação dos jovens, sendo esses aplicados de forma contextualizada ao jogo. O processo de ensino-treino perpassa a formação profissional, ligada ao conhecimento específico do futebol, repousa também na formação interpessoal e intrapessoal (GILBERT; CÔTÉ, 2013), atrelada à autonomia do indivíduo, ao encorajamento dos jogadores para tomarem decisões em meio à dinâmica constante, aleatória e imprevisível do jogo e da vida.

Diante de tal circunstância, a formação positiva do jovem no futebol deve envolver possibilidades para o crescimento não somente do atleta, mas do sujeito que faz gestão da desordem do jogo (REVERDITO; SCAGLIA, 2007), tomando decisões eficazes em ocasiões favoráveis e desfavoráveis, além de interações positivas em momentos externos ao jogo de futebol. Assim, nesse texto o objetivo é uma análise de caráter crítico-reflexivo dos processos que marcam transições no contexto do jogo e na formação dos jogadores por meio do futebol.

¹ Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas (FEF/UNICAMP), Brasil.

² Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas (FCA/UNICAMP), Brasil.

³ Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade do Estado de Mato Grosso (FACIS/UNEMAT) e Faculdade de Educação Física, Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Federal de Mato Grosso (FEF/PPGEF/UFMT), Brasil.

As “transições” vistas em diferentes níveis do processo organizacional: O jogo como foco

O jogo de futebol representa um cenário complexo e dinâmico, circunstanciado por uma série de elementos, sendo esses palpáveis ou até mesmo intangíveis à percepção dos jogadores, que visam facilitar as ações bem como dificultar. Garganta e Cunha e Silva (2000) destacam que o jogo contempla um ambiente caótico, que se projeta numa cadeia de estados de desequilíbrio-equilíbrio, sendo que as soluções resultantes do raciocínio inspirado na relação direta entre causa/efeito podem ser pistas perigosas para uma escolha, ou seja, mesmo com a dinâmica constante do jogo, por vezes, a tomada de decisão deve ser sustentada pelo mapeamento dos distintos referenciais que circundam o ambiente de jogo. Jogar requer tomar decisões frequentemente, sendo essas balizadas pelo plano temporal – tempo total de jogo e parcial das ações, plano espacial – espaço delimitado para o jogo e espaço abstrato com base nas interações de jogo, plano da informação – facilitada para companheiros e dificultada para adversários e plano da organização – individual, grupal (setorial e intersetorial) e coletiva (GALATTI et al., 2017).

O jogo de futebol apresenta uma estrutura constituída por um espaço delimitado, por uma bola, balizas, companheiros, adversários, árbitros e regras que regulamentam as condições para realização do jogo e da equidade. As equipes, mesmo que bem ou mal organizadas, utilizam princípios de jogo para defender (proteger o alvo – impedir progressão – recuperar a bola) e atacar (conservar a bola – progredir ao alvo – atacar o alvo) (BAYER, 1994). Além disso, a configuração do jogo também sustenta-se na imprevisibilidade, na representação, no desafio e no desequilíbrio (SCAGLIA, 2017).

O comportamento do jogador na circunstância de jogo modifica-se constantemente, visando auxiliar na ação dos companheiros e contrapor as movimentações do adversário. Nas constantes e simultâneas ações realizadas no jogo, Mahlo (1970) aponta que o jogador transita pela percepção e análise da situação, solução mental e solução motora com o objetivo de resolver os problemas estabelecidos no ambiente de jogo. Esses problemas advêm da interação com companheiros e adversários, solucionados ou não, com base em princípios (diretrizes de ação concebidas anteriormente) e pressupostos (informações advindas da situação vivenciada circunstancialmente) (BETTEGA et al., 2015).

O jogador atua com base em informações já concebidas previamente ou reconhecidas, e até mesmo aprendidas circunstancialmente, interagindo em nível individual, grupal e coletivo. No momento ofensivo os jogadores buscam cooperar para mover a bola até a zona de finalização e, conseqüentemente, marcar o gol. No momento defensivo os jogadores visam se organizar com referência nas movimentações dos adversários e/ou com base na ocupação de espaços e circulação da bola (GRÉHAIGNE; GODBOUT; ZERAY, 2011). Assim, estar ou não com a bola consiste em um estado de transição determinado pela lógica do jogo, exigindo do jogador a reorganização do seu plano de ação.

Os comportamentos dos jogadores na competição são balizados também pelas ações estabelecidas no treino, logo, a construção do cenário de treino deve estimular os jogadores a resolverem problemas semelhantes aos encontrados no contexto de jogo. Deve ocorrer o desenvolvimento da cooperação, da comunicação (através de recursos a sistemas de referências comuns) e da inteligência, que se caracteriza como a capacidade de adaptação a novas situações (GARGANTA, 1994).

O processo de ensino-treino no futebol direcionado para os aspectos tático-técnicos necessita ser pedagogicamente estruturado, visando estabelecer intencionalidade na medida em que todas as tarefas têm um significado, uma intenção clara e inequívoca da circunstância do jogo (PINTO, 1996). Logo, busca-se no ambiente de treino garantir o desenvolvimento de competências que permitam ao jogador regular o seu comportamento nas diferentes circunstâncias do jogo, transferindo as competências do treino para a competição.

Os estados de estabilidade e instabilidade, indo dos diferentes contextos às mudanças e continuidades do desenvolvimento humano, marcam um complexo processo de transição que alcançam o jogador de futebol (GRÉHAIGNE; GODBOUT, 2014). E, em um sistema aninhado (sistêmico), resolver problemas no jogo requer decidir entre inúmeras informações, e isso de fato torna-se dependente não somente de informações específicas sobre o jogo, mas também de valores que possam propiciar ao jogador autonomia,

criatividade e coragem para continuar tomando decisões mesmo percebendo que as soluções anteriores tenham se tornado ineficazes. Desse modo, o cenário esportivo, que nesse caso direcionamos para o clube de futebol, ganha papel fundamental na proposição de experiências, estimulando os treinadores e jogadores na busca constante de respostas, que por vezes podem transpor de contextos inespecíficos à tarefa, logo, da decisão de deixar um clube à decisão de parar de jogar futebol.

As “transições” da vida durante a formação do jogador de futebol

Refletindo a propósito das constantes transições em que o jogador de futebol enfrenta durante o processo de formação, estamos falando de um processo que alcança dimensão espaço-temporal, que está para além das situações de jogo. O processo formativo é compreendido a partir do desenvolvimento profissional, interpessoal e intrapessoal de forma contextualizada, ou seja, retratando fatores subjetivos do conhecimento humano, condicionados por peculiaridades do sujeito, pelo tempo e circunstâncias externas, como o meio ambiente e a cultura (HESSEN, 2000).

O jogador de futebol em seu processo de formação transita entre diferentes cenários, passando por transformações não somente biológicas, mas também em sua rede de interação social. Nesse sentido, com base em alguns estudos que apontam aspectos relevantes da participação de jovens futebolistas em diferentes ambientes (CAVICHIOLO et al., 2011; ROCHA et al., 2011; SOARES et al., 2011), ressaltamos três cenários em que os jovens têm participação constante em sua formação: o clube, a escola e a casa (família). No clube, o jogador geralmente interage com colegas, treinadores e demais profissionais; na escola, a interação acontece com colegas e professores; e, em casa, as interações se estabelecem com a família. Assim, ressalta-se que a formação ocorre a partir da complementariedade de interações realizadas nos diferentes cenários de convívio.

As transições na carreira esportiva compreendem a transformação de uma série de fatores, internos e externos ao contexto esportivo. Folle e colaboradores (2016), em um estudo com atletas de basquetebol feminino, caracterizaram as transições como: i) Transições Esportivas Não Normativas: compreendem as lesões, as mudanças e a não seleção esportiva; ii) Transições Esportivas Normativas: correspondem as transições entre as categorias de formação; iii) Transições Não Esportivas: contemplam as transições acadêmicas e profissionais, psicossociais e psicológicas. Nessa perspectiva, as transições na carreira esportiva ou fora dela necessitam ser entendidas a partir da realidade interpretada pelos agentes que interagem socialmente, logo, acrescentando sentidos e significados para as ações (BERGER; LUCKMANN, 2014).

Outro fator relevante é a caracterização dos cenários formativos, sua estrutura e possibilidades. O estudo de Côté e colaboradores (2006) ressalta que as cidades menores possibilitam maiores oportunidades de acesso à prática, sendo essa geralmente uma atividade lúdica, de caráter informal, circunstanciada por um ambiente psicossocial de menor competitividade. Por outro lado, as cidades maiores geralmente oferecem maior estrutura e melhores recursos para a prática, configurando um contexto apropriado para o treinamento especializado, sendo esse realizado nas etapas posteriores à iniciação esportiva.

A criação de um ambiente social seguro para o desenvolvimento do indivíduo nessa primeira etapa de formação é fundamental no percurso ao alto rendimento. O treinador precisa possibilitar experiências positivas para os jovens, estimulando habilidades físicas, cognitivas, afetivas e psicossociais. Outro ponto crucial é a formatação das atividades, que devem ser estruturadas de maneira informal, regulada as necessidades e limitações das crianças e que maximize o engajamento de todos que participam (CÔTÉ; LIDOR; HACKFORTH, 2009).

Diante desse cenário de iniciação, reitera-se que a criação de um ambiente motivador para prática esportiva fortalece os laços da criança no esporte. O treinador de categorias de base do futebol precisa compreender as necessidades dessa etapa de desenvolvimento, propiciando uma transição que encoraje as crianças a permanecerem no esporte, instigando-as para a busca de novos desafios, construindo, na fase de iniciação, alicerces essenciais para o investimento autorregulado até o esporte de alto rendimento ou também com vistas para o esporte de participação (CÔTÉ; ERICKSON; ABERNETHY, 2013).

A formação do jogador deve ser compreendida em longo prazo, sendo que as possibilidades para a tomada de decisão dos jovens devem ser ampliadas, orientadas e não impostas a determinadas ações. Nesse sentido, Côté, Baker e Abernethy (2007) ressaltam que o período de iniciação esportiva durante a infância deve abranger o envolvimento em vários esportes, estabelecendo a aprendizagem informal e criativa, sobretudo através da prática espontânea e do jogo deliberado.

Na etapa inicial da prática esportiva deverá predominar a diversificação esportiva (BAKER; CÔTÉ; ABERNETHY, 2003, 2009; BRIDGE; TOMS, 2013; FRANSEN, 2012), não indicando para construção de estereótipos na resolução das tarefas de jogo, mas ampliando o acervo de possibilidades de repostas para o jogo. Na iniciação espera-se que a formação congregue para a multiplicidade de experiências, contemplando o aprendizado de forma harmônica às características, necessidades e anseios das crianças.

Transitando para a etapa seguinte, após a iniciação esportiva, a criança passa da infância para a adolescência, e em geral começa a direcionar o foco para a prática de alguns esportes, aqueles que lhe sejam mais atrativos, bem como proporcionem maior destreza e autonomia para prática. Nessa etapa ocorrem alterações fisiológicas, mudanças de grupos sociais, dificuldades e perturbações em relação ao futuro e dúvidas entre investir no esporte e divertir-se com os amigos. Diante de tais situações algumas características devem ser consideradas para o desenvolvimento positivo da juventude, como segurança física e psicológica, estruturas adequadas, relacionamentos solidários, normas sociais positivas, oportunidades para a construção de competências e integração da família, escola e comunidade (STRACHAN et al., 2008).

Na fase da adolescência, em geral os jovens expandem seus contatos sociais, estabelecendo maior autonomia quanto à decisão de pertencimento a determinados grupos de amigos e ambientes participativos; os jovens gostam de se mostrar, de ver e serem vistos pelos seus semelhantes (TIBA, 2002). Desse modo, compreendem o contexto social de maneira mais ampla, e mesmo que orientados pelos pais, por vezes, decidem participar de cenários negativos para o seu desenvolvimento, em vez da escolha de cenários que propiciem interações positivas. Diante dessa paisagem social, Gould e Carson (2008) propõem um modelo para compreender o desenvolvimento de “*life skills*” (habilidades para vida) através do esporte. Essas habilidades permitem aos indivíduos a transposição de valores nos diferentes ambientes que vivem, como na escola, em casa e seu bairro.

As habilidades para vida podem ser classificadas como comportamental (comunicar-se de forma eficaz com colegas e adultos), cognitiva (tomar decisões eficazes), interpessoal (trabalhar com pessoas que você gosta) e intrapessoal (ser autoconsciente) (DANISH, 2004). No desenvolvimento das habilidades o treinador deve reconhecer as necessidades e características intrapessoais e interpessoais de seus alunos, estabelecendo estratégias intencionais e sistematizadas, bem como alinhando sua filosofia de trabalho ao seu contexto de intervenção (CAMIRÉ; TRUDEL; FORNERIS, 2012).

O treinador como figura preponderante na condução do processo e facilitação da aprendizagem deve fortalecer os conceitos das habilidades para vida que forem desenvolvidas, fornecendo exemplos de como tal habilidade poderá ser aplicada em outros contextos, logo, propiciando oportunidade para aplicação e consequente reflexão da experiência. Por conseguinte, o treinador deve estimular os alunos a trocarem experiências com referência aos sucessos e insucessos na aplicação dessas habilidades, assim, reforçando cada vez mais a aprendizagem (DANISH; FORNERIS; WALLACE, 2005).

A intervenção do treinador a partir de “*life skills*” representa um processo complexo, com habilidades intangíveis e que por vezes tornam-se dificilmente compreendidas pelos jovens e impossibilitadas de realização em outros contextos. Dentre tal complexidade no ensino, Allen, Rhind e Koshy (2015) ressaltam que a falta de engajamento dos atletas e também a ausência de estratégias didáticas inovadoras e estimulantes por parte dos treinadores são barreiras no desenvolvimento de habilidades para vida. Compreendendo as dificuldades e possibilidades no ensino esportivo na etapa da adolescência, o processo deve direcionar o desenvolvimento positivo dos jovens, ou seja, contemplando o engajamento em comportamentos pró-sociais e evitando condutas que possam comprometer a saúde futuramente (HOLT, 2008).

O treinador, além de propor conteúdos para o desenvolvimento profissional, interpessoal e intrapessoal como forma de alicerçar a tomada de decisão de seus atletas, deve inspirar com a prática de atitudes positivas, que extrapolem o cenário esportivo e guiem o comportamento em outros contextos. Nesse sentido, uma perspectiva de liderança que parece ser adequada a esse propósito é a liderança transformacional, que enfatiza valores positivos em longo prazo, instigando comportamentos, como o estímulo intelectual, a influência idealizada, a motivação inspiracional e a atenção individualizada (BARLING, 2014).

Esse tipo de abordagem realizada pelo treinador, profissionais do clube, pais e professores, tende a incentivar os atletas a contribuírem com novas ideias e alternativas, demonstrando autoconfiança, transparecendo uma visão convincente e mantendo grandes expectativas, bem como envolvendo comportamentos para fortalecer, inspirar e desafiar os atletas para a especificidade do esporte e também para o desenvolvimento pessoal, assim, transformando atletas em líderes (VELLA; OADES; CROWE, 2012). Ou seja, formando jovens que futuramente possam se tornar adultos capazes de influenciar positivamente outras pessoas, e até mesmo obtendo a possibilidade de tornarem-se treinadores competentes, líderes transformacionais.

Os “5F” como diretrizes possíveis no clube de futebol

O processo de transição resulta em mudanças de comportamento e nos relacionamentos, sendo esses com ocorrência no meio profissional ou fora dele. Stambulova e colaboradores (2009) ressaltam que o sucesso na transição ocorre quando o atleta é capaz de desenvolver e utilizar eficazmente todos os recursos necessários para superar as barreiras do processo de enfrentamento. Nesse sentido, evidenciamos que o processo formativo do jogador deve atentar para o desenvolvimento de conteúdos que abarquem a formação profissional, pessoal e social dos indivíduos.

Compreendendo as condições formativas de jovens com base em um clube de elite do futebol brasileiro (BETTEGA, 2015), o desenvolvimento de habilidades centradas no futebol aparece como prioridade nas ações formativas, organizado e abordado de forma explícita pelos treinadores. Entretanto, o desenvolvimento de habilidades centradas no indivíduo não são contempladas com frequência, logo, as ações dos treinadores geralmente se estabelecem nesse sentido a partir da ocorrência das situações (GALATTI et al., 2016). Baseado também no estudo de Fraser-Thomas, Côté e Deakin (2005), que enfatizam o desenvolvimento de valores pessoais positivos, como competência, confiança, conexão e caráter, propõe-se a busca de algumas diretrizes possíveis que direcionem e qualifiquem o processo formativo dos jovens para além dos conteúdos específicos do jogo, como os “5F”:

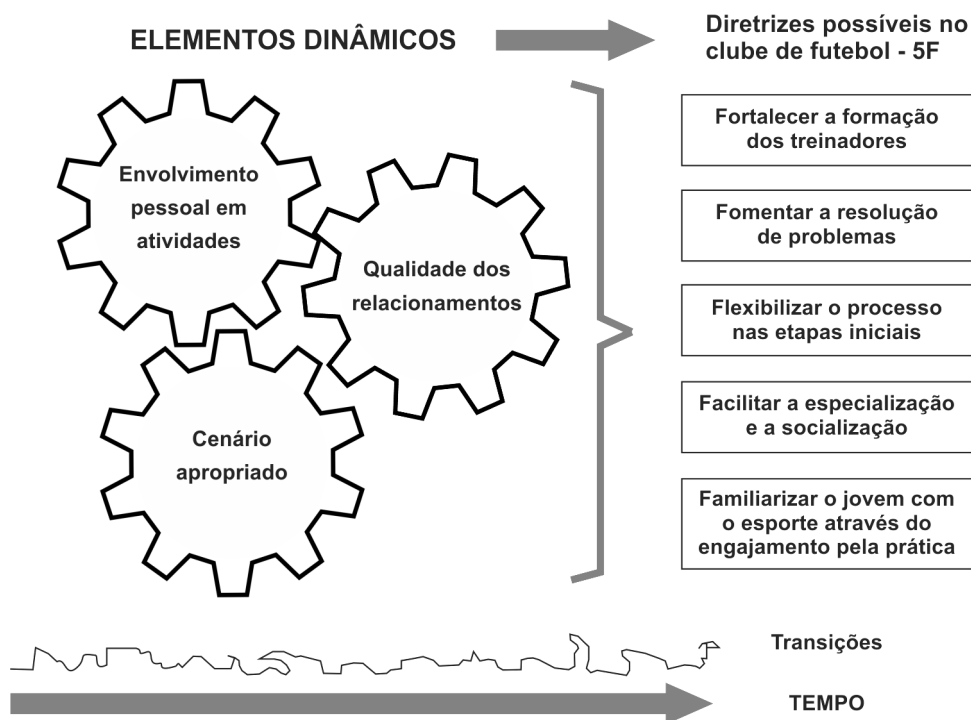
- **Fortalecer a formação dos treinadores:** O clube de futebol deve propiciar um elevado número de experiências para os treinadores, sendo essas realizadas em contextos formais, não formais e informais de aprendizagem (NELSON; CUSHION; POTRAC, 2006). Assim, a partir da perspectiva do treinador gerando situações de aprendizagem mediada (participação de um mentor e ocorrência de forma intencional), não mediada (troca de informações) e interna (reflexão) (WERTHNER; TRUDEL, 2006).
- **Fomentar a resolução de problemas:** Estimular os jogadores a fazer questionamentos e também contribuir com novas ideias e alternativas (TURNNIDGE et al., 2014), constituindo situações-problemas para a busca de soluções e desenvolvendo o aprendizado de jogadores e do treinador. Nesse sentido, o treinador deve ser um problematizador do ensino, fazendo com que os jogadores explorem o ambiente de aprendizagem e também sejam sujeitos ativos na construção do seu conhecimento.
- **Flexibilizar o processo nas etapas iniciais:** O cenário do clube de elite de futebol geralmente é circunstanciado por pressões e resultados imediatistas, sendo que essas influências saem do ambiente da equipe profissional e por vezes são utilizadas como diretrizes nas categorias de base. No entanto, Côté e Hancock (2014) enfatizam que durante a infância a organização esportiva

deve propiciar oportunidades diversificadas e com caráter informal, assim trazendo efeitos positivos para o ingresso ao esporte de elite e também para participação esportiva continuada.

- **Facilitar a especialização e a socialização:** O momento de começar a definir a direção da carreira esportiva é geralmente um período em que os jovens aumentam suas possibilidades de interação social. A liberdade de poder sair sozinho com os amigos, de namorar, de ir para festas, contrasta com o direcionamento e a ênfase que deve ser dada para a carreira de jogador. O menor controle da impulsividade, a busca por recompensas imediatas, bem como as especificidades das relações sociais e afetivas na adolescência, levam a um maior número de tomada de decisões arriscadas em relação à infância e idade adulta (BLAKEMORE; ROBBINS, 2012). Isso posto, a preparação dos jovens deve extrapolar os conteúdos específicos do futebol e ajudá-los a gerir as dúvidas e possibilidades que esta etapa de formação geralmente estabelece.
- **Familiarizar o jovem com o esporte através do engajamento pela prática:** Compreendendo que a sustentabilidade do esporte contemporâneo se dá em elevada proporção a partir dos seus expectadores, entende-se que gostar de esporte na idade adulta passa pelo processo de ensino-treino em que o indivíduo participa durante a infância e adolescência. Nesse sentido, Freire (2002) ressalta para o princípio de ensinar a gostar de esporte, logo, trazendo sentimentos e significados para as pessoas que vão além da prática.

Os processos formativos estabelecidos no clube de futebol tornam-se dependentes dos elementos dinâmicos, como o envolvimento pessoal em atividades, a qualidade dos relacionamentos e o cenário apropriado (CÔTÉ; TURNNIDGE; EVANS, 2014), sendo que, nesse caso, recomendamos a interação desses elementos a partir das diretrizes possíveis, ou seja, os “5F”. Desse modo, a Figura 1 ilustra os elementos dinâmicos em interação, as transições que acontecem de forma não linear e proposição das diretrizes possíveis no clube de futebol ao longo do tempo.

Figura 1 - Representação dos elementos dinâmicos em interação a partir das diretrizes possíveis (5F) no clube de futebol. Adaptado de Côté, Turnnidge e Evans (2014).



A formação do jovem jogador de futebol necessita ser pensada além do jogo. O clube de futebol como importante instituição formativa de jovens necessita repensar suas diretrizes. O pensamento linear de que ensinar somente futebol é presunção na busca da formação de jogadores qualificados, torna-se um

caminho por vezes equivocado para a chegada ao futebol de elite. O jogador convive diariamente em diferentes contextos e suas ações, mesmo que em cenários distantes do ambiente de prática do futebol, podem prejudicar sua trajetória esportiva. Assim, ensinar mais que futebol auxilia não só na formação do jogador, mas do cidadão, podendo esse ser uma referência para as próximas gerações, um apreciador e consumidor da modalidade, um futuro profissional do clube, ou seja, um ser humano de boas condutas, identificado e movido pelo esporte.

Considerações finais

As transições na vida dos atletas acontecem em diferentes cenários, na interação com variados personagens e objetivos, projetando-se no tempo de forma não linear. Nessa perspectiva, o estudo caminha de uma visão microscópica para uma abordagem mais ampla, ou seja, aborda inicialmente o jogador no contexto de jogo, logo, retrata o ambiente de treino, o clube e suas possibilidades formativas. Por conseguinte, enfoca a formação do jogador e transita para além do futebol, do conhecimento profissional, contemplando habilidades interpessoais e intrapessoais em diferentes ambientes, capazes de transformar positivamente a vida dos indivíduos/atletas nas diferentes etapas de formação.

A criação do ambiente de treino deve contextualizar conteúdos inerentes ao conhecimento profissional, interpessoal e intrapessoal, fazendo os jovens refletirem suas constantes ações. O treinador ao mesmo tempo em que deve trazer soluções para os problemas de jogo, necessita propor questionamentos para que os jovens também possam buscar respostas. Nessa perspectiva, a construção compartilhada de soluções para os problemas do jogo entre o treinador e os jogadores deve estimular além do conhecimento profissional, também o desenvolvimento pessoal-social.

Corroboramos que a formação profissional do jovem jogador de futebol através do desenvolvimento de conteúdo específico do jogo é parte fundamental do processo formativo. Entretanto, destacamos que o desenvolvimento interpessoal e intrapessoal dos indivíduos também serão alicerces para sustentar a atuação em meio ao contexto específico de jogo e, além disso, sustentam a participação em outros ambientes de convívio. Sendo assim, ressaltamos que as transições na vida dos atletas vão além das transformações biológicas, passam pelas interações internas e externas do indivíduo e que a formação vai além da transmissão de conhecimentos, passando pela construção de boas atitudes e inspiração de comportamentos positivos.

Referências

- ALLEN, G.; RHIND, D.; KOSHY, V. Enablers and barriers for male students transferring life skills from the sports hall into the classroom. **Qualitative Research in Sport, Exercise and Health**, v. 7, n. 1, p. 53-67, 2015.
- BAKER, J.; CÔTÉ, J.; ABERNETHY B. Sport-specific practice and the development of expert decision-making in team ball sports. **Journal of Applied Sport Psychology**, v. 15, n. 1, p. 12-25, 2003.
- BAKER, J.; COBLEY, S.; FRASER THOMAS, J. What do we know about early sport specialization? Not much! **High Ability Studies**, v. 20, n. 1, p. 77-89, 2009.
- BAYER, C. **O ensino dos desportos colectivos**. Lisboa: Dinalivro, 1994.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BETTEGA, O. B. **Processo de ensino-treino nas categorias de base de um clube de elite do futebol brasileiro**. 2015. 57f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)– Centro de Desportos, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

- BETTEGA, O. B. et al. Formação de jogadores de futebol: princípios e pressupostos para composição de uma proposta pedagógica. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n.3, p. 791-801, jul./set. 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/49051/35151>>. Acesso em: mar. 2018.
- BLAKEMORE, S. J.; ROBBINS, T. Decision-making in the adolescent brain. **Nature Neuroscience**, v. 15, n. 9, p. 1184-1191, 2012.
- BRIDGE, M.; TOMS, M. The specialising or sampling debate: a retrospective analysis of adolescent sports participation in the UK. **Journal of Sports Sciences**, v. 31, n. 1, p. 87-96, 2013.
- CAMIRÉ, M.; TRUDEL, P.; FORNERIS, T. Coaching and transferring life skills: philosophies and strategies used by model high school coaches. **The Sport Psychologist**, v. 26, n. 2, p. 243-260, 2012.
- CAPRA, F.; LUISI, P. L. **A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas**. São Paulo: Cultrix, 2014.
- CAPRA, F. **A teia da vida**. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.
- CAVICHIOILLI, F. et al.. O processo de formação do atleta de futebol e futsal: análise etnográfica. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 631-647, out./dez. 2011.
- CÔTÉ, J. et al. When “where” is more important than “when”: birthplace and birthdate effects on the achievement of sporting expertise. **Journal of Sports Sciences**, v. 24, n. 10, p. 1065-1073, 2006.
- CÔTÉ, J.; BAKER, J.; ABERNETHY, B.. Practice and play in the development of sport expertise. In: EKLUND, R.; TENENBAUM, G. (Ed.). **Handbook of Sport Psychology**. Hoboken: Routledge, 2007. p. 184-202.
- CÔTÉ, J.; GILBERT, W. An integrative definition of coaching effectiveness and expertise. **International Journal of Sport Science and Coaching**, v. 3, n. 4, p. 307-323, 2009.
- CÔTÉ, J.; LIDOR, R.; HOCKFORD D. To sample or to specialize? Seven postulates about youth sport activities that lead to continued participation and elite performance. **International Journal of Sport and Exercise Psychology**, v. 7, n. 1, p. 7-17, 2009.
- CÔTÉ, J.; ERICKSON, K.; ABERNETHY, B. Play and practice during childhood. In: CÔTÉ, J.; LIDOR, R. (Ed.). **Conditions of children’s talent development in sport**. Canadá: FIT, 2013. p. 9-20.
- CÔTÉ, J.; TURNNIDGE, J.; EVANS, B. The dynamic process of development through sport. **Kinesiologia Slovenica**, v. 20, n. 3, p. 14-26, 2014.
- CÔTÉ, J.; HANCOCK, D. Evidence-based policies for youth sports programmes. **International Journal of Sport Policy and Politics**, v. 8, n. 1, p. 51-65, 2014.
- DANISH, S. Enhancing youth development through sport. **World Leisure Journal**, v. 46, n. 3, p. 38-49, 2004.
- DANISH, S.; FORNERIS, T.; WALLACE, I. Sport-based life skill programming in the schools. **Journal of Applied School Psychology**, v. 21, n. 2, p. 41-62, 2005.
- FOLLE, A. et al. Transições no processo de desenvolvimento de atletas do basquetebol feminino. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 477- 490, abr./jun. 2016.
- FRANSEN, K. “Yes, we can!”: Perceptions of collective efficacy sources in volleyball. **Journal of Sports Sciences**, v. 30, n. 7, p. 641-649, 2012.
- FRASER-THOMAS, J.; CÔTÉ, J.; DEAKIN, J. Youth sport programs: an avenue to foster positive youth development. **Physical Education and Sport Pedagogy**, v. 10, n. 1, p. 19-40, 2005.
- FREIRE, J. B. **O jogo: entre o riso e o choro**. Campinas: Autores Associados, 2002.

- GALATTI, L. R. et al. Coaches' perceptions of youth players' development in a professional soccer club in Brazil: paradoxes between the game and those who play. **Sports Coaching Review**, v. 5, n. 2, p. 174-185, 2016.
- GALATTI, L. R. et al. O ensino dos jogos esportivos coletivos: avanços metodológicos dos aspectos estratégico-tático-técnicos. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 20, n. 3, p. 639-654, jul./set. 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/feff/article/view/39593/pdf>>. Acesso em: mar. 2018.
- GARGANTA, J.. Para uma teoria dos jogos desportivos colectivos. In: GRAÇA, A.; OLIVEIRA, J. (Org.). **O ensino dos jogos desportivos**. 2. ed. Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e da Educação Física, Universidade do Porto, 1994. p. 11-25.
- GARGANTA, J.; CUNHA E SILVA, P. O jogo de futebol: entre o caos e a regra. **Revista Horizonte**, v. 16, n. 91, p. 5-8, 2000.
- GELDHOF, J. et al. (2014) Relational developmental systems theories of positive youth development: methodological issues and implications. In: Moolenaar, P., Lerner, R. & Newell, K. **Handbook Developmental Systems Theory e Methodology**. New York: The Guilford Press.
- GILBERT, W.; CÔTÉ, J. Defining coaching effectiveness: A focus on coaches' knowledge. In. POTRAC, P.; GILBERT, W.; DENISON, J. (Ed.). **Routledge Handbook of Sports Coaching**. London: Routledge, 2013. p. 147-159.
- GOULD, D.; CARSON, S. Life skills development through sport: current status and future directions. **International Review of Sport and Exercise Psychology**, v. 1, n. 1, p. 58-78, 2008.
- GRÉHAIGNE, J. F.; GODBOUT, P.; ZERAY, Z. How the "rapport de forces" evolves in a soccer match: the dynamics of collective decisions in a complex system. **Revista de Psicología del Deporte**, v. 20, n. 2, p. 747-765, 2011.
- GRÉHAIGNE, J. F.; GODBOUT, P. Dynamic systems theory and team sport coaching. **Quest**, v. 66, n. 1, p. 96-116, 2014.
- HESSEN, J. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HOLT, N. **Positive youth development through sport**. Londres: Routledge, 2008.
- MAHLO, F. **O acto táctico no jogo**. Lisboa: Compedium, 1970.
- NELSON, L.; CUSHION, C.; POTRAC, P. Formal, non formal and informal coach learning: a holistic conceptualization. **International Journal of Sports Science & Coaching**, v. 1, n. 3, p. 247-259, 2006.
- PINTO, J. A tática no futebol: abordagem conceptual e implicações na formação. In: OLIVEIRA, J. TAVARES F. **Estratégia e tática nos jogos desportivos colectivos**. Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e da Educação Física, Universidade do Porto, 1996. p. 51-62.
- REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J. A gestão do processo organizacional do jogo: uma proposta metodológica para o ensino dos jogos coletivos. **Motriz**, Rio Claro, v. 13, n. 1, p. 51-63, jan./mar. 2007.
- ROCHA, H. P. A. et al.. Jovens esportistas: profissionalização no futebol e a formação na escola. **Motriz**, Rio Claro, v. 17, n. 2, p. 252-263, abr./jun. 2011.
- SCAGLIA, A. J. Pedagogia do jogo: o processo organizacional dos jogos esportivos coletivos enquanto modelo metodológico para o ensino. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, Porto, v. 17 (S1), p. 27-38, 2017.
- SOARES, A. J. G. et al. Jogadores de futebol no Brasil: mercado, formação de atletas e escola. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 4, p. 905-921, out./dez. 2011.

- Stambulova, N. et al. ISSP position stand: career development and transitions of athletes. **International Journal of Sport and Exercise Psychology**, v. 7, n. 4, p. 395-412, 2009.
- STRACHAN, L. et al. Youth sport: talent, socialisation, and development. In: FISCHER, R.; BAILEY, R. (Ed.). **Talent Identification and Development** – the search for sporting excellence. Alemanha: H&P Druck, 2008. p. 201-216. v. 9.
- TURNNIDGE, J. et al. A direct observation of the dynamic content and structure of coach-athlete interactions in a model sport program. **Journal of Applied Sport Psychology**, v. 26, n. 2, p. 225-240, 2014.
- TIBA, I. **Quem ama, educa!** São Paulo: Editora Gente, 2002.
- VELLA, S., OADES, L. & CROWE, T. Validation of the differentiated transformational leadership inventory as a measure of coach leadership in youth soccer. **The Sport Psychologist**, Champaign, v. 26, n. 2, p. 207-223, 2012.
- WERTHNER, P.; TRUDEL, P. A new theoretical perspective for understanding how coaches learn to coach. **The Sport Psychologist**, Champaign, v. 20, n. 2, p. 198-212, 2006.

Esporte: o fascinante palco de habilidades motoras

Go Tani¹

Flavio Henrique Bastos¹

Luciano Basso¹

Cleverton José Farias de Souza²

Umberto Cesar Corrêa¹

Do pano de fundo

O esporte é um fenômeno sociocultural que tem merecido estudos e abordagens de múltiplas perspectivas: filosófica, antropológica, histórica, sociológica, psicológica, biológica, pedagógica, entre tantas outras. Isto evidencia o elevado grau de relevância que a sociedade lhe atribui. Trata-se, reconhecidamente, de um dos fenômenos socioculturais mais importantes e influentes do mundo contemporâneo.

Não é por menos que o esporte é objeto de exploração de diferentes naturezas - ideológica, política, econômica, comercial, etc. - levado a cabo com distintos fins, dos mais nobres aos mais sórdidos. A história do esporte está recheada de exemplos dessa exploração, que não cabem ser, aqui, descritos e discutidos; muitos são de domínio público.

Ultimamente, o esporte tem sido movido e explorado por interesses essencialmente comerciais e econômicos. Ele é visto e tratado como *business*: algo que produz riqueza, gera lucro, eleva o nível de emprego, amplia e diversifica serviços, cria e mantém infraestruturas, promove megaeventos, oferece entretenimento, enfim, que movimenta a economia da comunidade, da cidade, do país e do mundo. No entanto, como em todo empreendimento econômico, quando mal planejado, executado e gerido produz efeitos ao contrário. Um bom exemplo são os estádios e ginásios abandonados, verdadeiros elefantes brancos deixados como “legados” de megaeventos esportivos como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol.

Apesar de ser objeto desses diferentes interesses e explorações, o esporte em si é um fenômeno carregado de valores humanos, sociais e culturais, a ponto de despertar profundas paixões, aflorar fortes emoções, promover a aproximação de pessoas, grupos, comunidades e até mesmo de nações. Nada como uma partida de futebol, basquetebol ou voleibol para que as pessoas se conheçam bem, estabeleçam relações e estreitem amizades.

O esporte abrange uma diversidade de atividades, cujo escopo se amplia sem parar, com o contínuo surgimento de novas modalidades. De fato, ele assume cada vez mais um sentido plural que se traduz pela diversificação crescente de modalidades, de valores que servem de referência orientadora a seus praticantes, de motivos que levam à sua prática, de objetivos perseguidos por seus praticantes, entre outros aspectos (TANI, 2000). Ele é polissêmico e polimórfico (BENTO, 1997, 2006): encerra diferentes sentidos e significados e possibilita diferentes formas de envolvimento e de prática.

Destarte, o envolvimento com o esporte pode acontecer de forma variada (TANI, 2002a). Algumas pessoas praticam-no com o objetivo de rendimento, de superação de resultados e limites, em que a competição é muitas vezes intrínseca. Outras, praticam com objetivos hedonistas, de busca do prazer e de autossatisfação, sem nenhuma intenção de rendimento ou competição. Existem pessoas que praticam com objetivos estritamente estéticos, de busca e manutenção da beleza física que lhes proporcione melhor autoimagem e elevação da autoestima. Muitas ainda praticam para sociabilizar-se, ampliar laços, cultivar amizades, compartilhar experiências, estar em companhia.

¹ Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (USP), Brasil.

² Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil.

Por tudo isso, escrever sobre o esporte requer cuidado na delimitação da extensão e do nível de análise que se vai adotar. O presente texto procura abordar o esporte a partir do aspecto que provavelmente melhor o caracteriza, mais impressiona e fascina os observadores e mais desafia os seus praticantes: a habilidade motora.

Da habilidade motora

O que existe de comum na “bicicleta” do Pelé, na bandeja do Michael Jordan, no *jab* do Muhammad Ali, no *forehand* do Roger Federer, no *drive* do Tiger Woods ou no salto da Nadia Comaneci? Indubitavelmente, são ações motoras que encantam o mundo, provocam suspiros demorados, aplausos entusiásticos, admirações profundas, não importando quantas vezes são vistas e apreciadas.

Em primeiro lugar, ao observar as ações motoras destes verdadeiros ícones do esporte, dá-se a impressão de que elas são executadas com muita simplicidade e facilidade, tamanha é a harmonia, a fluência, a suavidade e a elegância dos movimentos. Esse é o principal motivo pelo qual crianças e jovens pensam que serão capazes de fazer o mesmo assim que puserem os pés na quadra, no campo ou no ringue. Por outro lado, quando se direciona a atenção ao processo até se chegar a essas ações motoras, tem-se a real dimensão da sua dificuldade e complexidade (TANI, 2002b; TANI; SANTOS; MEIRA JUNIOR, 2006). A facilidade e simplicidade aparentes são, na realidade, o resultado de um árduo trabalho que lhes exigiu, por longo período, muita dedicação, determinação, sacrifício e persistência.

Denominam-se de habilidades motoras (*motor skills*) essas ações motoras executadas com muita proficiência. A habilidade motora pode ser definida como uma ação complexa e intencional envolvendo toda uma cadeia de mecanismos sensorio, central e motor, a qual, mediante o processo de aprendizagem, tornou-se organizada e coordenada para alcançar objetivos predeterminados com máxima certeza (WHITING, 1975) e também com o mínimo dispêndio de tempo e energia (GUTHRIE, 1952).

Em segundo lugar, quando se observa as habilidades motoras sendo executadas repetidamente pelos atletas anteriormente mencionados, parece que o mesmo movimento está sendo realizado, em virtude da sua elevada consistência. No entanto, uma observação mais atenta, cuidadosa e detalhada mostra que não existem dois movimentos iguais. Por incrível que pareça se analisarmos mil *jabs* executados por Muhammad Ali, não encontraremos dois movimentos idênticos. O mesmo acontece se analisarmos mil *forehands* de Roger Federer ou mil saltos sobre o cavalo realizados por Nadia Comaneci.

De fato, quando se observa movimentos de pessoas altamente habilidosas, seja no esporte, na arte, na dança ou no trabalho, tem-se a impressão de que elas executam repetidamente, com muita precisão e consistência, movimentos idênticos. Todavia, quando essas habilidades são analisadas em detalhes, por exemplo, via análise cinemática com o registro de muitos quadros por segundo e o uso de *softwares* que permitem o cálculo de torques, etc., percebe-se que não existem dois movimentos iguais. Existe, de um lado, uma variabilidade inerente ao sistema motor que resulta numa variação sutil, de tentativa a tentativa, encontrada nos componentes do movimento; mas, por outro lado, há também um padrão próprio de uma perspectiva mais macroscópica de análise do movimento, que permite identificar até estilos individuais. Tanto o drible do Lionel Messi, como o do Cristiano Ronaldo, mostra, ao mesmo tempo, consistência e variabilidade, mas pode-se distinguir claramente de quem é o drible. O mesmo acontece com o *forehand* executado por Rafael Nadal e Novak Djokovic.

Como essas duas características aparentemente contraditórias – consistência e variabilidade – podem ser conciliadas numa mesma estrutura de movimento, e identificar os mecanismos responsáveis por essa integração constitui um importante problema de investigação na área denominada de Comportamento Motor (TANI, 2005a, 2016). Existe o reconhecimento de que a consistência é necessária para se alcançar resultados com confiabilidade e a variabilidade é fundamental para fazer frente às condições ambientais que se alteram. Por exemplo, no caso da bicicleta do Pelé e da bandeja do Michael Jordan essa alteração pode ser a ação dos marcadores; no *jab* do Muhammad Ali e no *forehand* do Roger Federer, a movimentação do adversário, e no *drive* do Tiger Woods, a presença de vento. Em síntese, uma das

características singulares de habilidades motoras é que elas apresentam, ao mesmo tempo, consistência e variabilidade. Na coexistência dessas duas características aparentemente contraditórias parece residir o segredo do sucesso em habilidades motoras e a beleza de suas performances.

Obviamente, não se está aqui insinuando ou fazendo inferir que todos poderão alcançar os níveis de excelência desses atletas desde que se dediquem e se esforcem. Afinal, estamos nos referindo a uma rara “constelação de estrelas”, verdadeiros talentos que surgem de tempos em tempos. O que se pretende é apenas mostrar que conhecer sobre as características das habilidades motoras e compreender o processo de sua aquisição é importante para que todos possam praticá-las procurando alcançar níveis de desempenho compatíveis com a sua realidade e capacidade, procurando sempre fazer melhor (TANI; CORRÊA, 2016). Afinal, um dos aspectos mais marcantes do esporte é a superação e transcendência.

Ademais, sabe-se que para apreciar e incorporar de fato os valores educacionais, culturais, humanísticos, entre vários outros, que o esporte encerra é fundamental passar pela experiência prática. Os valores do esporte são, na realidade, efeitos derivados dessa prática (CONSTANTINO, 2007). É por esse motivo que no envolvimento com o esporte, a aquisição de habilidades motoras constitui um desafio fulcral. A habilidade motora acaba modulando esse envolvimento: quanto mais envolvimento, mais habilidade; quanto mais habilidade, mais envolvimento; quanto mais habilidade e envolvimento, maior a chance de permanência na atividade, ou seja, a manutenção da prática esportiva ao longo da vida (TANI, 2013).

Da habilidade motora e condicionamento físico

Vivemos uma época em que o condicionamento físico é muito valorizado e buscado pelo seu impacto à saúde; no entanto, a sua relação com a habilidade motora nem sempre é bem compreendida, senão muitas vezes confundida. Para que ocorra o movimento, dois elementos são essenciais: energia e informação (TANI, 2002b); porém esse entendimento não tem prevalecido no esporte. A visão de movimento que predomina está baseada na energia: o organismo capta matéria do meio ambiente via nutrição, e mediante o metabolismo, transforma-a em energia química; essa energia química é, por sua vez, transformada em energia mecânica no sistema muscular, resultando em movimento. Evidentemente, ninguém questiona a importância da energia na execução do movimento; ela é um componente necessário, mas não suficiente. O argumento principal para essa afirmação é que a energia só se torna eficaz, ou seja, capaz de produzir trabalho efetivo, quando ela é controlada, e quem a controla é a informação (CHOSHI, 1975; TANI, 1999), no que se refere à capacidade do sistema de controle de produzir (por exemplo, comandos motores organizados precisamente no tempo para produzir uma rebatida bem-sucedida) e processar (por exemplo, integrando informação proveniente da memória dos órgãos dos sentidos) informação.

Choshi (1975), ao fazer crítica à concepção de movimento com ênfase no aspecto energético, cunhou a expressão “problema do cavalo e do cavaleiro” para ilustrar a limitação inerente. Na sua visão, o cavalo, que é dirigido pelo cavaleiro, representa a energia, enquanto o cavaleiro representa a informação que orienta e controla o cavalo. Ao nível do organismo, o cavalo corresponde ao sistema muscular e o cavaleiro ao sistema nervoso central. Sem o cavaleiro, o cavalo fica desgovernado.

O resultado concreto dessa concepção de movimento centrada na energia é a compreensão equivocada de que é possível a aquisição de habilidade motora por meio da melhora no condicionamento físico, isto é, pelo fortalecimento do “cavalo”. Um exemplo prático é oportuno para esclarecer onde se encontra o problema. No basquetebol, é muito comum o pivô treinar intensamente a sua força de impulsão vertical, com o objetivo de melhorar o desempenho no rebote. Pois bem, considerando-se a relação entre energia e informação anteriormente apresentada, pergunta-se: que sentido teria um atleta de basquetebol ser treinado para ter uma tremenda impulsão vertical, se ele salta no momento errado em relação à bola? Por mais que se tenha uma capacidade absoluta de salto vertical, se o tempo do salto não for adequado às características espaciais e temporais da bola, a consequência é o movimento ser realizado antes ou depois do momento correto, ou seja, com um *timing* inadequado e, conseqüentemente, ineficaz.

Controlar a realização do salto ajustando-o às características da bola demanda competências como atenção aos estímulos relevantes, percepção acurada das características espaciais e temporais da bola, percepção da sua própria postura, percepção do seu posicionamento e dos adversários na quadra, julgamento preciso sobre o momento apropriado de se iniciar o salto, entre outras, que implicam atividades de processamento de informações complexas e rápidas no sistema nervoso central. Todas essas operações necessitam ocorrer com máxima eficiência, para viabilizar a execução e controle do movimento de forma a alcançar o objetivo. E quando isso ocorre, diz-se que o movimento foi executado com habilidade (como um adjetivo, diferentemente de quando utilizamos esse termo em “habilidade motora”, como um substantivo), como já discutido. Buscar uma melhoria no desempenho do rebote mediante aumento no salto vertical corresponde a treinar o “cavalo” esquecendo-se do “cavaleiro”, o que certamente não traz resultados desejados.

Voltemos aos nossos ícones esportivos, com perguntas, para aprofundar a reflexão sobre essa questão. Seria o condicionamento físico excepcional a “marca registrada” de Pelé, Michael Jordan, Muhammad Ali, Roger Federer, Tiger Woods, Nadia Comaneci, Lionel Messi, Cristiano Ronaldo, Rafael Nadal e Novak Djokovic, ou seriam as suas habilidades motoras absolutamente fora de série? Não se encontram inúmeros atletas muito superiores do que eles no quesito condicionamento físico, mas definitivamente inferiores quanto às habilidades motoras, nas suas respectivas modalidades esportivas?

Do processo de aquisição de habilidades motoras

Como mencionado, as habilidades motoras demonstradas pelos atletas anteriormente citados são resultado de um árduo processo, de longo prazo, que exigiu muito esforço, dedicação, trabalho e suor. Além disso, nesse processo, não apenas sucessos foram experimentados, mas certamente muitos fracassos, desilusões, ferimentos e lesões. Portanto, a questão que aqui se coloca é: como foi afinal esse processo? Quando se iniciou? Quais foram as demandas, as dificuldades e os desafios enfrentados?

Recuemos no tempo e imaginemos o Michael Jordan iniciando o processo de aquisição de habilidade motora básica denominada quicar. As suas primeiras experiências devem ter sido marcadas por erros grosseiros de movimento. Por exemplo, ele deve ter tentado bater na bola cada vez mais forte (o “cavalo” em ação) em dissintonia com o padrão espaço-temporal de seu deslocamento. Isto deve ter resultado no crescente “abafamento” da bola e a conseqüente perda de seu controle. Como se sabe, o sucesso no quicar requer um julgamento preciso da altura da bola em relação ao solo, da aplicação de força e da focalização e acompanhamento da trajetória da bola. Muita prática deve ter sido necessária para que Michael Jordan se tornasse capaz de quicar a bola com precisão de controle, fluência e harmonia de movimento, repetidas vezes (fruto da ação do “cavaleiro”). Isto é, para que acontecesse uma mudança qualitativa no seu comportamento motor. Denomina-se essa mudança de comportamento, resultante da prática, aprendizagem motora; ela corresponde à melhoria na capacidade de solucionar um problema motor, ou seja, à aquisição de habilidade motora (TANI, 2005a; TANI; CORRÊA, 2004). Schmidt (1988) define a aprendizagem motora como um conjunto de processos associados com a prática ou experiência que leva a mudanças relativamente permanentes no comportamento no sentido da melhora do desempenho.

Algumas características definem a aprendizagem motora: a) ela é um processo que tem como meta a aquisição de habilidades motoras; b) ela é um resultado direto da prática ou experiência; c) ela é um processo interno de modo que a sua ocorrência é inferida por meio das mudanças no comportamento motor observável; d) ela produz mudanças relativamente permanentes de comportamento.

De fato, mudança é a palavra-chave para expressar o processo de aprendizagem. Mudança que ocorre quando uma criança que não era capaz de andar de patins sobre rodas começa a dar os primeiros passos sem perder o controle postural, mas de forma ainda lenta, e depois de muita prática chega a um estágio em que é capaz de patinar prestando atenção a outras atividades paralelas e numa variedade de situações. Essa mudança no comportamento demanda muito esforço e tempo de prática, e nesse processo

diferenças individuais se manifestam quanto à velocidade com que as mudanças ocorrem e quanto ao nível de desempenho alcançado. De todas as maneiras, quando concretizada resulta na capacidade de realizar movimento com eficiência, ou seja, na aquisição de habilidade motora.

Três fases características têm sido identificadas nesse processo de mudança: uma fase inicial denominada de cognitiva, uma fase intermediária ou associativa e uma fase final também conhecida como autônoma (FITTS, 1964). Pode parecer estranho, mas a fase inicial da aprendizagem motora é eminentemente cognitiva. Nela, o aprendiz procura compreender o que está para ser feito, ou seja, o objetivo da habilidade, as informações que devem ser seletivamente atendidas para a sua execução e o plano de ação que deve ser elaborado para que o objetivo seja alcançado. É uma fase marcada por um grande número de erros de execução e a natureza desses erros tende a ser grosseira.

Na fase intermediária da aprendizagem o aprendiz busca reduzir gradualmente os erros e conseqüentemente refinar a habilidade, tornando-a mais organizada espacial e temporalmente. Nessa fase, o elemento fundamental é operar com o *feedback*, isto é, utilizar a informação produzida pelo próprio movimento para efetuar as correções necessárias durante a execução do movimento ou nas tentativas subsequentes, até que a meta seja alcançada.

Com a continuidade da prática, alcança-se a última fase da aprendizagem, ou seja, a autônoma ou de automatização. Nessa fase, a execução do movimento torna-se independente das demandas de atenção. O aprendiz não precisa mais pensar no que faz, de modo que pode se ocupar com outros aspectos do movimento, ou mesmo realizar outra tarefa simultaneamente. Em termos neurofisiológicos, o controle do movimento é menos dependente de regiões que processam informações conscientes no sistema nervoso central. Com isso, essas regiões ficam livres para se ocupar com outros aspectos da habilidade. No exemplo do driblar, o aprendiz torna-se capaz de executá-lo com proficiência prestando atenção não mais ao movimento, mas sim às informações do meio ambiente como o movimento dos companheiros ou dos adversários.

No entanto, mais recentemente, uma nova concepção de aprendizagem motora tem sido proposta (CORRÊA et al., 2015; CORRÊA; CORREIA; TANI, 2016; TANI, 2005b; TANI et al., 2014) partindo-se da premissa de que se o processo de aprendizagem motora termina com a automatização, é muito difícil explicar, por exemplo, o nível de desempenho demonstrado por Michael Jordan na execução da bandeja, especialmente quando ele enfrenta marcações de diferentes adversários. Ou seja, uma coisa é executar a bandeja sem marcação; outra coisa é executar a bandeja com a marcação dura de um, dois ou até mais adversários e mesmo assim ser capaz de fazer a cesta.

Estamos falando da aprendizagem motora como um processo contínuo e não finito que se encerra com a automatização. Voltemos ao exemplo do Michael Jordan aprendendo o quicar a bola. Depois de automatizar o movimento após longo período de prática com muita repetição do processo de solução do problema motor, o que ele deve ter feito é o seguinte – na verdade todos fazem o mesmo: ciente de que a habilidade já se encontrava bem dominada, ele começou espontaneamente a introduzir modificações no seu padrão de movimento, por exemplo, quicando mais alto, mais baixo, mais rápido, mais lento, tentando quicar a bola entre as suas próprias pernas, ao redor do seu corpo, trocando de mão e assim por diante, mesmo que isso implicasse novamente em erros grosseiros de execução com a conseqüente perda de controle da bola. Esse comportamento inusitado e surpreendente de “desmontar” intencionalmente aquilo que com muito sacrifício construiu, com o objetivo de diversificar a habilidade e aumentar o repertório de movimentos, é o que permite dar continuidade à aprendizagem para adquirir crescente competência para responder com sucesso às mudanças sejam ambientais ou da tarefa.

Duas coisas são importantes nesse processo de continuidade da aprendizagem: diversificar o padrão de movimento para aumentar o repertório e assumir atitude corajosa e positiva de introduzir mudanças na habilidade já adquirida para se adaptar a situações cada vez mais desafiadoras. Em ambas as situações o perigo do erro faz-se presente. Assumir por conta e risco esse desafio e avançar é o que permite dar continuidade ao processo. Michael Jordan chegou aonde chegou por ter desafiado a si próprio, desmantelando a estabilidade e introduzindo instabilidade para poder avançar a outro nível de estabilidade do desempenho. Oportuno lembrar que um aprendiz que tem medo de errar aprende mal (TANI, 1989).

Por sua vez, o ensino que não permite ao aprendiz assumir esse risco inibe o seu desenvolvimento e “castra” a sua criatividade.

Do desenvolvimento hierárquico de habilidades motoras

Para que as pessoas tenham sucesso na aquisição de habilidades motoras do esporte, quando se deve começar? Quanto mais cedo começar melhor, conforme dita o senso comum? Temos já critérios sólidos para discernir sobre essa questão?

O presente texto parte da assunção de que o conhecimento sobre o processo de desenvolvimento motor do aprendiz constitui um elemento fundamental quando o tema é a iniciação esportiva. Iniciar no momento adequado é crucial tanto para evitar todas as implicações negativas já bem conhecidas e divulgadas da iniciação esportiva precoce (maiores detalhes podem ser encontrados, por exemplo, em TANI, 2001; TANI; TEIXEIRA; FERRAZ, 1994) como, ao contrário, da falta de estimulação. A primeira resulta na superestimulação – a submissão do aprendiz a uma experiência para a qual ainda não está devidamente preparado, no plano musculoesquelético, neuronal, psicológico e social; a segunda na subestimulação – a proposição de um conteúdo aquém das capacidades já adquiridas do aprendiz, o que provoca desinteresse e queda de motivação.

Em desenvolvimento motor temos, basicamente, dois processos fundamentais: aumento de diversidade e de complexidade do comportamento (CHOSHI, 1983). O primeiro refere-se ao aumento na quantidade de elementos do comportamento e o segundo ao aumento da interação entre os elementos do comportamento. Por exemplo, a criança adquire o quicar a bola, e com base nesse padrão de movimento desenvolve o quicar diversificado, variando-o quanto aos parâmetros força, velocidade e direção, conforme já visto. Em seguida, com base no quicar diversificado, desenvolve o driblar (quicar em deslocamento) e, pelo mesmo processo, o driblar diversificado. Esse driblar diversificado será integrado como um componente à estrutura de uma habilidade ainda mais complexa como a bandeja do basquetebol. Como se sabe, a bandeja é uma habilidade constituída pelos componentes driblar, saltar, arremessar e aterrissar, executados em sequência.

O processo de desenvolvimento motor da criança até aproximadamente 6 a 7 anos de idade se caracteriza, essencialmente, pela aquisição, estabilização e diversificação de habilidades básicas, também denominadas de padrões fundamentais de movimento (TANI, 1987, 1998; TANI et al., 1988). Exemplos típicos desses padrões são o andar, o correr, o saltar, o arremessar, o receber, o chutar, o rebater, o rolar, entre outros. São todos movimentos que um dia as crianças se tornarão capazes de executar, com o próprio processo de crescimento e desenvolvimento. É nesse período que esses movimentos alcançam um padrão motor próximo ao padrão maduro observado nos adultos, mas o grau de proficiência a ser alcançado depende da riqueza do ambiente proporcionado para o seu desenvolvimento, incluindo a atuação e influência de adultos sejam eles pais, professores ou instrutores. Esses padrões fundamentais de movimento serão os “tijolos” a partir dos quais habilidades específicas mais complexas serão constituídas posteriormente, como aquelas encontradas no esporte. Por esse motivo, após esse importante período da primeira infância, provavelmente nada do que se aprende ao longo da vida em termos de movimento é totalmente novo. Toda a aprendizagem a seguir envolve a reorganização de elementos já adquiridos em estruturas crescentemente complexas, um processo denominado na literatura de organização hierárquica de habilidades motoras (CONNOLLY, 1977; FITTS; POSNER, 1967; TANI, 1998; TANI et al., 1988).

O argumento muito utilizado para justificar o envolvimento de crianças com uma grande variedade de movimentos durante a primeira infância, sem preocupação com o desempenho no que concerne à precisão, baseia-se nessa visão de desenvolvimento. Trata-se de uma fase que permite uma espécie de “alfabetização motora”, fundamental para os estágios seguintes de desenvolvimento que envolve sempre um aumento de complexidade nas habilidades a ser aprendidas (TANI; BASSO; CORRÊA, 2012).

Do término da fase de aquisição de padrões fundamentais de movimento até aproximadamente os 10 a 12 anos de idade, o desenvolvimento motor humano se caracteriza pela combinação desses

movimentos em padrões cada vez mais estruturados. Esse período constitui uma fase de transição para a aprendizagem de habilidades motoras específicas do esporte. No entanto, lamentavelmente, ela é frequentemente esquecida ou negligenciada nos programas de iniciação esportiva em razão da pressa e imediatismo que prevalecem no meio esportivo, fortemente influenciados pelo condicionamento social para a performance, presente na nossa cultura (para maiores detalhes, veja, por exemplo, TANI; BASSO; CORRÊA, 2012). Uma cultura que valoriza e cobra o sucesso em tudo, independente do contexto, do objetivo ou da idade das pessoas (TANI, 2001). Para se ter uma ideia dessa cultura pensem, por exemplo, na pressão que os pais exercem sobre os seus filhos desde a tenra idade e na atitude de dirigentes esportivos gananciosos e imediatistas que só pensam nos resultados e não investem no processo de formação (TANI et al., 2009). Esse condicionamento social para a performance é ainda reforçado pelo culto ao atleta – seu sucesso, *status* e poder – também muito disseminado e fortemente explorado pela mídia.

Em suma, a crença amplamente disseminada na sociedade e infelizmente corroborada por profissionais malformados de que quanto mais cedo o envolvimento da criança com o esporte, maiores serão as suas chances de sucesso, não tem fundamento. O importante é começar na hora certa e os conhecimentos acerca do desenvolvimento hierárquico de habilidades motoras fornecem subsídios para tal assunção. Evidentemente, não só do conhecimento de desenvolvimento motor depende as tomadas de decisão sobre a iniciação esportiva. No entanto, sabe-se que o desenvolvimento humano nas suas diferentes dimensões – motora, cognitiva, afetiva, social, moral – ocorre de forma inter-relacionada (TANI et al., 1988), de modo que o desenvolvimento em uma dessas dimensões fornece conhecimentos fidedignos para se ter uma ideia do desenvolvimento geral, possibilitando maior segurança nas tomadas de decisão.

Da concepção de esporte

Apesar do seu sentido crescentemente plural, de uma forma geral, quando se fala em esporte, a primeira imagem que surge é ainda a de alto rendimento ou de alta competição. Isto resulta da ação e influência de vários mecanismos e instituições sociais, com destaque para a mídia, que fortalecem essa imagem, movidos por diferentes interesses. Da mesma forma, é muito comum atribuir-se ao esporte de alto rendimento as causas de todos os eventuais males que possam ser causados pela sua prática como o *stress*, a fadiga, as lesões físicas, a violência, a alienação e tantos outros amplamente disseminados na sociedade.

Com o intuito de buscar uma concepção de esporte que seja capaz de abarcar a pluralidade de sentidos, formas e significados, uma proposta de múltiplas perspectivas tem sido apresentada (TANI, 1996, 2000, 2002). Ela parte do princípio de que o esporte é um patrimônio cultural da humanidade, ou seja, algo criado, transmitido e transformado através dos tempos, o que lhe confere uma natureza eminentemente dinâmica. Propõe que, em virtude da ênfase em determinados aspectos – objetivo, população alvo, forma de trabalho, resultado esperado, entre outros – o esporte pode assumir características diferenciadas como, por exemplo, o esporte de alto rendimento e o esporte como conteúdo da educação física, porém mantendo a mesma essência. Isto é, o núcleo duro do esporte é o mesmo, conferindo-lhe uma configuração única, mas com possibilidade de variação de acordo com o escalonamento nos “pesos” aplicados a esses aspectos.

A Figura 1 mostra os aspectos que definem o esporte de alto rendimento (ER) e o esporte como conteúdo a ser desenvolvido na educação física (EE) (TANI, 1996). O ER objetiva o máximo no que se refere a rendimento, ao passo que o EE objetiva o ótimo, respeitando as características físicas, psicológicas, sociais e culturais dos praticantes e as diferenças individuais quanto a expectativas, aspirações, preferências e valores. O ER visa à competição, esta entendida como um processo de identificar o vencedor, o melhor, de verificar o alcance de normas e critérios, de classificar e premiar segundo os resultados alcançados. O EE, por sua vez, visa à aprendizagem, um processo contínuo de autoaperfeiçoamento em que o resultado é uma consequência desse processo e não o seu objetivo. O ER ocupa-se com o talento e o seu sucesso

depende, em grande parte, da eficácia na sua detecção, enquanto que o EE se ocupa com a pessoa comum, mais gordos ou magros, mais baixos ou altos, mais fortes ou fracos, mais habilidosos ou desajeitados. O ER preocupa-se essencialmente com o potencial das pessoas, de desenvolvê-lo ao máximo, adaptando as pessoas às exigências e especificidades do esporte. O EE, por sua vez, preocupa-se não apenas com o seu potencial, mas também com as suas limitações. O ER submete pessoas a treinamento, ou seja, repetição sistemática de movimentos preestabelecidos, enquanto o EE submete pessoas à prática, a qual é vista como um processo de solução de problemas motores em que a cada tentativa há um esforço consciente de elaboração, execução, avaliação e modificação de movimentos. O ER orienta-se para a especificidade, isto é, para uma modalidade específica. O EE, por sua vez, orienta-se para a generalidade, dando oportunidades de acesso a diferentes modalidades, ou seja, de explorar o patrimônio cultural da forma mais ampla possível. O ER enfatiza o produto em forma de rendimentos e recordes, muitas vezes em relação a índices externamente impostos, e dele depende, ao passo que no EE o processo é valorizado, isto é, o progresso que cada pessoa experimenta em relação ao seu estado anterior. Finalmente, o ER resulta em constante inovação técnica e tecnológica e o EE na difusão e disseminação do esporte como um patrimônio cultural.

Fica claro que quando o ER é trabalhado com a concepção do EE, os objetivos dificilmente serão alcançados. Da mesma forma, fica evidente que quando a educação física trabalha com o esporte na perspectiva do ER, o fracasso é inevitável. Infelizmente, é isso que tem muitas vezes acontecido.

Figura 1 - O conceito de esporte (TANI, 1996, p. 34).



Considerações finais

Ao abordar o esporte na dimensão da habilidade motora, assumindo que ela é provavelmente o aspecto que melhor o caracteriza, mais impressiona e fascina os observadores e mais desafia os seus praticantes, tem-se obviamente a expectativa de que esse fenômeno sociocultural seja amplamente acessado, praticado, transformado e difundido com diferentes finalidades, nomeadamente com vistas à sua perpetuação como um patrimônio cultural.

No entanto, entende-se que a forma de envolvimento com o esporte depende das circunstâncias sociais e históricas de cada momento. Atualmente, a prática do esporte tem sido altamente desejada e fortemente encorajada por razões utilitárias e instrumentais de combate ao sedentarismo. Conjeturamos que ela vem sendo proposta em razão da falta de efetividade dos programas que propõe a prática de atividade física, especialmente na população infanto-juvenil.

Como se sabe, o sedentarismo e as doenças crônico-degenerativas a ele associadas constituem um dos problemas de maior preocupação no mundo contemporâneo. Essa preocupação não se restringe à população adulta, mas também à infanto-juvenil. Sabe-se que crianças inativas são potenciais adultos sedentários. No combate ao sedentarismo, a prática sistemática de atividade física tem sido fortemente estimulada por diferentes programas de promoção da saúde.

Considerando o potencial de sensibilização dos conhecimentos relativos à nefasta combinação entre sedentarismo e doenças crônico-degenerativas, que é amplamente disseminado por várias instituições, especialmente a mídia, era de se esperar uma maciça adesão à prática regular e sistemática de atividade física, não apenas na população adulta, mas também na de crianças e adolescentes (TANI, 2013). No entanto isso não tem acontecido. Quais seriam as possíveis causas desse fracasso?

Tomando-se o devido cuidado de não procurar buscar uma única causa para um problema multifatorial, o seguinte raciocínio pode ser desenvolvido (TANI, 2013): nos conhecimentos sobre a relação entre atividade física e saúde, existe uma tendência generalizada de se enfatizar e valorizar a atividade física na perspectiva da prevenção de doenças, especialmente as crônico-degenerativas e não na perspectiva da promoção do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas. Isto tem sérias limitações quando se trata de população infanto-juvenil. De fato, praticar atividade física para prevenir doenças no futuro não é um argumento que consiga sensibilizar crianças e adolescentes (TANI, 2013). A chave para a mudança de comportamento chama-se motivação. Motivação, por sua vez, tem a ver com atividades que implicam o lúdico, proporcionam prazer e têm significado cultural para os praticantes. Nesse domínio, o esporte é imbatível, ao contrário das atividades físicas usualmente propostas como caminhar, correr, subir escadas, e assim por diante. O esporte, além de envolver tudo isso em suas diferentes manifestações, tem fim em si mesmo. Não é preciso transformá-lo em meio para o alcance de outros objetivos, por exemplo, combater o sedentarismo. Na realidade, como consequência do envolvimento com o esporte, evita-se, evidentemente, o sedentarismo; mas não é para evitar o sedentarismo que se pratica o esporte. Se assim fosse, o esporte perderia a essência de seus valores humanos, sociais e culturais e se igualaria a qualquer atividade física.

Referências

BENTO, J. O. **O outro lado do desporto**. Porto: Campo das Letras, 1997.

_____. Do desporto. In: TANI, G.; BENTO, J. O.; PETERSEN, R. D. S. (Ed.). **Pedagogia do desporto**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 12-25.

CHOSHI, K. The concept of system and the human perceptual-motor behavior. In: HAGIWARA, H.; CHOSHI, K. (Ed.). **Human perceptual-motor behavior**. Tokyo: Fumaido, 1975. (in Japanese).

_____. Introduction to the study of pre-school education that leads one to like movement. **Taikukakyoiku**, v. 31, p. 25-28, 1983. (in Japanese).

CONNOLLY, K. J. The nature of motor skill development. **Journal of Human Movement Studies**, v. 3, p. 128-143, 1977.

CONSTANTINO, J. M. Os valores educativos do desporto: representações e realidades. In: BENTO, J. O.; CONSTANTINO, J. M. (Coord.). **Em defesa do desporto: mutações e valores em conflito**. Coimbra: Almedina, 2007. p. 57-79.

Corrêa, U. C. et al. Different faces of variability in the adaptive process of motor skill learning. **Nonlinear Dynamics, Psychology, & Life Sciences**, v. 19, n. 4, p. 465-487, 2015.

- CORRÊA, U. C.; CORREIA, W. R.; TANI, G. *Towards the teaching of motor skills as a system of growing complexity*. In: KOOPMANS, M.; STAMOVLASIS, D. (Ed.). **Complex dynamical systems in education: concepts, methods and applications**. New York: Springer, 2016. p. 93–103.
- FITTS, P. M. Perceptual-motor skill learning. In: Melton, A. W. (Ed.). **Categories of human learning**. New York: Academic Press, 1964. p. 243-285.
- FITTS, P. M.; POSNER, M. I. **Human performance**. Belmont, CA: Brooks/Cole, 1967.
- GUTHRIE, E. R. **The psychology of learning**. New York: Harper and Brothers, 1952.
- SCHMIDT, R. A. **Motor control and learning: a behavioral emphasis**. 2. ed. Champaign, IL: Human Kinetics, 1988.
- TANI, G. Educação física na pré-escola e nas quatro primeiras séries do ensino de primeiro grau: uma abordagem de desenvolvimento I. **Revista Kinesis**, v. 3, n. 1, p. 19-41, jan./jul. 1987.
- _____. Significado, detecção e correção do erro de performance no processo ensino-aprendizagem de habilidades motoras. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 3, n. 4, p. 50-58, 1989.
- _____. Cinesiologia, educação física e esporte: ordem emanante do caos na estrutura acadêmica. **Motus Corporis**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 9-49, dez. 1996.
- _____. Liberdade e restrição do movimento no desenvolvimento motor da criança. In: KREBS, R. J.; COPETTI, F.; BELTRAME, T. S. (Org.). **Discutindo o desenvolvimento infantil** – Livro do Ano da Sociedade Internacional para Estudos da Criança. Santa Maria: Edições SIEC, 1998. p. 39-62.
- _____. Criança e movimento: o conceito de prática na aquisição de habilidades motoras. In: KREBS, R. J. et al. (Org.). **Perspectivas para o desenvolvimento infantil** – Livro do Ano da Sociedade Internacional para Estudos da Criança. Santa Maria: Edições SIEC, 1999. p. 121-138.
- _____. Esporte e processos pedagógicos. In: MOREIRA, W. W.; SIMÕES, R. (Org.). **Fenômeno esportivo no início de um novo milênio**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2000. p. 85-90.
- _____. Criança no esporte: implicações da iniciação esportiva precoce. In: KREBS, R. J. et al. (Ed.). **Desenvolvimento infantil em contexto**. Florianópolis: Editora da UDESC, 2001. p. 101-113.
- _____. Esporte, educação e qualidade de vida. In: MOREIRA, W. W.; SIMÕES, R. (Org.). **Esporte como fator de qualidade de vida**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2002a. p. 103-116.
- _____. Aprendizagem motora e esporte de rendimento: um caso de divórcio sem casamento. In: BARBANTI, V. J. et al. (Org.). **Esporte e atividade física: interação entre rendimento e saúde**. São Paulo: Manole, 2002b. p. 145-162.
- _____. (Ed.). **Comportamento motor: aprendizagem e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005a.
- _____. Processo adaptativo: uma concepção de aprendizagem motora além da estabilização. In: TANI, G. (Ed.). **Comportamento motor: aprendizagem e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005b. p. 60-70.
- _____. Pedagogia do movimento: reflexões sobre atividade física para crianças e adolescentes. In: CORREIA, W. R.; BASSO, L. (Org.). **Pedagogia do movimento do corpo humano**. São Paulo: Editora Fontoura. 2013 p. 19-32.
- _____. (Ed.). **Comportamento motor: conceitos, estudos e aplicações**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
- TANI, G.; BASSO, L.; CORRÊA, U. C. O ensino do esporte para crianças e jovens: considerações sobre uma fase do processo de desenvolvimento motor esquecida. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 26, n. 2, p. 339-350, 2012.

- TANI, G.; CORRÊA, U. C. Da aprendizagem motora à pedagogia do movimento: novos insights acerca da prática de habilidades motoras. In: LEBRE, E.; BENTO, J. O. (Ed.). **Professor de educação física: ofícios da profissão**. Porto: Universidade do Porto, 2004. p. 76-92.
- TANI, G.; CORRÊA, U. C. (Org.). **Aprendizagem motora e o ensino do esporte**. São Paulo: Edgard Blücher, 2016.
- TANI, G. et al. An adaptive process model of motor learning: Insights for the teaching of motor skills. **Nonlinear Dynamics, Psychology, & Life Sciences**, v. 18, n. 1, p. 47-65, 2014.
- TANI, G. et al. **Educação física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1988.
- TANI, G. et al. O day after olímpico e a universidade. **Revista da Educação Física da Universidade Estadual de Maringá**, v. 20, n. 4, p. 485-497, out./dez. 2009.
- TANI, G.; SANTOS, S.; MEIRA JUNIOR, C. M. O ensino da técnica e a aquisição de habilidades motoras no desporto. In: TANI, G.; BENTO, J. O.; PETERSEN, R. D. S. (Ed.). **Pedagogia do desporto**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 227-240.
- TANI, G.; TEIXEIRA, L. R.; FERRAZ, O. L. Competição no esporte e educação física escolar. In: CONCEIÇÃO, J. A. N. (Coord.). **Saúde escolar: a criança, a vida e a escola**. São Paulo: Sarvier, 1994. p. 73-86.
- WHITING, H. T. A. **Concepts in skill learning**. London: Lepus Books, 1975.

Desporto e desenvolvimento humano

Pedro Sarmento¹

Peço-lhes que não cedam à tentação de esvaziar o desporto do seu sentido mais profundo.

Que se abstenham de o apresentar como algo reprovável e detestável. E que cessem de inocular nos jovens palavras e atitudes de negativismo, de pessimismo e infelicidade.

Semeiem neles a obrigação de serem felizes e solidários, o sonho de se realizarem, de se cumprirem e aperfeiçoarem também na vivência deste fenómeno tão belo, tão humano.

Jorge Olímpio Bento – O Outro Lado do Desporto (1995, p. 23)

Introdução

Antes de iniciar esta exposição importa referir que a análise que pretendo fazer situa-se numa ideia de desporto *plural*, desporto que envolve muitos desportos e muitas atitudes perante este fenómeno social.²

Não pretendo por isso defender nenhuma tese nem explicar nenhuma teoria à volta de qualquer singular temática que sobre ele possa ser feita, mas antes reflectir o desporto, da mesma forma que o praticamos: sem complexos nem inibições, sem constrangimentos que “travem” qualquer pensamento por ele próprio desencadeado.

E porque falo sobretudo para estudantes e professores importa, também referir quão importante é a sua acção e responsabilidade na formação e investigação da própria actividade humana.

Neste sentido, o que julgo ser de realçar está presente na discussão científica em torno da área das Ciências do Desporto, consubstanciada no desenvolvimento social.

O desporto social

Gostaria de começar por dizer que o desporto é parte integrante da nossa vida social e se realiza de várias formas, tendo-se tornado uma parte importante do nosso sistema político, económico e cultural.

É óbvio que como parte deste todo, o desporto aparece-nos em várias publicações, jornais, televisão e rádio, ou seja, produz informação, gera informação e, podemos dizer, sustenta alguns destes sistemas de informação, criando mesmo a sua própria documentação.

A ciência da informação e da comunicação está aí, por todo o lado e, também, ao lado do desporto. E mesmo quando esta trata mal o desporto não o despreza nem o ignora, porque não pode, porque vive dele, porque vive das pessoas e dos seus movimentos sociais. Tal constatação leva-nos a dizer que o Desporto é um subsistema de uma sociedade fechada e relacionado com estratégias de lógica política.

Assim, o Desporto é influenciado por políticos em relação às suas possibilidades, mas também é um instrumento da política e corre o risco de ser usado por propósitos políticos (ao serviço de ideologias ou de regimes).

¹ Prof. Catedrático aposentado em Motricidade Humana (FMH), Portugal. Docente da Universidade Lusíada de Lisboa.

² Cf. BENTO, J. À procura de referências para uma ética do desporto. In: BENTO, J.; MARQUES, A. (Ed.). Fórum desporto, ética, sociedade, 1989, Porto. **Actas...** Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, 1990. p. 23-39.

Hoje, as nações revêm-se politicamente nos feitos desportivos. Vejam-se as manifestações do último campeonato de futebol em França e entre nós os resultados desportivos no Hóquei em Patins e no Atletismo. Pensemos então que a política do Desporto serve como um termo final para todas as orientações desportivas de acções públicas individuais e institucionais.

Dito de outro modo a política de desenvolvimento desportivo é realizada entre a sua prática, como uma força social com relativa independência e o estado, como uma instituição responsável e garante da organização dos bens públicos. E tenho para mim que o desporto, nomeadamente o que visa atingir a todos – o desporto para todos – é um bem de toda a sociedade, sendo, neste sentido, que o desporto não pode ser alienação, mas construção, não pode ser afastamento, mas formação.

É neste sentido também que não posso deixar de vos trazer aqui o pensamento de Noronha Feio sobre esta matéria. Simplesmente porque foi, entre nós e até ao momento, um dos autores que mais e melhor pensou e viveu o Desporto, enquanto encarado como desenvolvimento humano. Para ele os jogos não o alienaram e as grandes proezas desportivas não o fizeram esquecer o Vietnam, a revolta negra nos E.U., a fome na Índia, a sorte dos asiáticos, os ugandeses, os massacres no Congo... porque, como dizia , ... “sei o tempo em que vivo, há milhões de homens que sabem e não querem o perturbado tempo em que vivem, e, como eu, talvez muitos tenham encontrado nas verdes colinas de Munique aquela pausa retemperadora para uma luta que continua e nos pertence num mundo onde as fronteiras se desvanecem cada vez mais e perante o qual somos todos responsáveis. Consumi um espectáculo? Assim seja. Mas participo porque faço desporto e portanto penso além do espectáculo”.³

E é através deste autor que nos fica a ideia de que o desporto está para além do espectáculo, é uma atitude perante a vida e nessa medida é um pensamento, um conhecimento; é uma forma de comportamento humano que depende normalmente das oportunidades e/ou dos equipamentos, cuja dependência também tem um lado criativo, desenvolvendo novas técnicas e tácticas em relação a padrões motores e novas actividades, traduzindo na nova expansão de disciplinas desportivas um resultado do desenvolvimento dos equipamentos e das oportunidades.

A uma mútua relação entre o desporto e o equipamento, cujas teorias consideraram inegavelmente o desenvolvimento e bem-estar do cidadão, impõe como necessário equacionar a cidade, a vida, as pessoas, o corpo e as actividades e o seu desenvolvimento.

Não cabe neste espaço o desenvolvimento exaustivo das questões atrás referidas. O que julgo importante e necessário é uma reflexão sobre a razão do desporto como entidade fenomenológica e que, por isso mesmo, constitui uma clara e forte afirmação de cultura.

Contudo, o desporto moderno, pode ser alienação, afastamento das razões de ser humanas e de respeito do homem, mas, mesmo assim, existe e, neste contexto da existência, não é lícito que se ignore e que não se melhore. Porque, entendidas correctamente, as manifestações desportivas podem dar vida à criação artística e de contemplação estética, efectivarem meios de comunicação de excepcional valia, favorecer as alterações de comportamento de sentido formativo e constituir então mais um factor, como diria Noronha Feio, um *factor de valorização humana*.

O desporto está ao serviço do Homem como prática e como pedagogia e por isso é de todos e de cada região e é nessa qualidade que se apresenta como estrutura essencialmente participativa, democrática; apresenta-se como um conceito institucional na responsabilidade de fomentar a actividade desportiva.

Pretende-se assim o desporto implantado nas suas regiões – e perceba-se implantado como manifestação cultural, planificar-se para os seus cidadãos beneficiários, devidamente esclarecidos e apoiados – segundo os princípios do máximo desenvolvimento das suas capacidades e das suas responsabilidades cívicas e sociais... porque o desporto também é cidadania.

As práticas desportivas, quando implantadas nas suas regiões sustentam e dependem do trabalho ao nível das localidades, das suas autarquias, bem como da forma de utilização dos equipamentos criados pela problemática urbanística.

³ Cf. MORAIS, I. Homenagem a Noronha Feio. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2., 1991, Porto. *Actas...* Porto: Universidade do Porto, 1991. p. 34.

É óbvio portanto que o desporto é uma área social que, por um lado, é influenciada pela economia e que, por outro lado, se torna um importante factor económico. Por isso mesmo, a economia do desporto pode bem, hoje, ser considerada um subsistema da ciência económica.

Mas estes são aspectos que se encontram à vista de todos nós e que justificam um debruçar mais atento sobre o que é a sua matéria intrínseca e como o Homem se situa no seu seio, desenvolvendo e desenvolvendo-se cientificamente.

As Ciências do Desporto

Aqui o objecto da ciência é a actividade física e desportiva, o desporto, na convicção de que os métodos que usa para se explicar são humanamente compreensíveis. Reflectamos então que o método científico é o processo e a arte de interrogar a natureza, ordenando os factos em relações lógicas, coerentes e objectivas.

Daqui que em muitas situações, o Desporto se afaste deste princípio pelas facetas e meios de irracionalidade que tantas vezes afloram o espectáculo desportivo, fruto de emoções, interesses e conflitos, de caris eminentemente humanos.

Contudo, todos esses aspectos, enaltecidos pelos detractores do desporto, nada mais são, nada mais significam, nada mais retratam do que o Homem numa das suas actividades mais ferteis e mais fecundas da sua civilização. A prová-lo está que nenhuma das organizações civilizacionais que conhecemos ignorou, desprezou ou mesmo desqualificou as actividades lúdicas em que os grandes movimentos corporais estiveram envolvidos.

Este interesse manifestado pelo Homem ao longo dos tempos foi merecendo o contributo de olhares perspicazes que o transformaram em campo fértil para o estudo, organizando os resultados e tornando-o parte integrante da ciência.

É assim que, a partir das coincidências, analogias e diferenças, as dúvidas sistemáticas se transformam em hipóteses de pesquisa e teorias que aprofundam o conhecimento do homem.

É por isso que encaramos o Desporto como ele é: uma forma de comportamento humano, uma exteriorização da natureza que somos nós, os Homens, as sociedades e que pode ser explicada de acordo com sinais externos e também por sinais internos, pelas leis dos nossos sistemas orgânicos, ou seja, pela visão científica do movimento humano.

Explicação esta que não é fácil, devido à quantidade e variedade de formas de realização do desporto (mas qual é o campo científico fácil de explicar), que conduz a uma larga variedade de análise do movimento relacionadas com o desporto e tão alargada quantas as variáveis que fazem eclodir as diversas práticas desportivas.

O resultado deste labor espraia-se constantemente pelos inúmeros laboratórios onde as contribuições científicas de explicação do movimento humano assumem, em cada uma das especificidades desportivas, criando sistemas de conhecimento sobre os seus diferentes significados, dizendo-nos globalmente que pode constituir (1) uma alteração de posição, estatuto ou postura, (2) uma experiência interna ou (3) ser de um grupo em relação aos seus objectivos comuns, políticos e/ou históricos.

Este conjunto *teórico e científico* significa uma colecção de sumários sistemáticos de conhecimentos científicos do movimento humano no desporto, em ordem a ser aplicado no âmbito das situações desportivas e tendo em conta os resultados da pesquisa.

Dá-nos, por isso, a entender diferentes modelos para analisar o desporto, que têm emergido destas diferentes contribuições para campos teóricos das Ciências do Desporto, constituindo-se basicamente pelas áreas da medicina do desporto (estudando os aspectos da anatomia funcional e fisiologia), da biomecânica do desporto (analisando o movimento por meio cinematográficos e dinamométricos), da psicologia do desporto (interpretando do ponto de vista sensorio-motor as relações de movimento, do sensorial *input* ao *output* motor), da pedagogia do desporto (interpretando os modelos funcionais de ensino e aprendizagem relativamente aos ganhos informativos do movimento e ao acompanhamento da

execução motora), da sociologia do desporto (estudando as variações sócio-culturais do desempenho desportivo), da história do desporto (determinando as alterações históricas do movimento desportivo), da filosofia do desporto (analisando a fenomenologia do movimento desportivo)⁴.

Mas o ponto central deste conjunto de contribuições científicas manifesta-se pelas características principais dos movimentos seleccionados, situados na pesquisa do movimento, na descrição e aplicação da aprendizagem motora, oriundo de dois conceitos chave: um conceito cibernético em que a pessoa em movimento é um sistema (sistema sensório-motor), que trata com os conhecimentos informativos e um conceito funcional-integrativo caracterizado por aquisições internas da relação do movimento produzido e do movimento como um processo de situações corporais traduzidas em actividades desportivas.

O Treino e o Jogo

É por este caminho que o Desporto se reflecte também em possíveis formas de acções de jogo, visto este como elemento do desporto que poder ser incluído em diferentes categorias, diga-se de remotas origens, com análises histórico-antropológicas até aos “novos jogos” ou jogos sem vencedores. De qualquer forma, é sempre caracterizado por interacção social com o outro, compreende toda a contribuição científica que pode servir para explicar o fenómeno do jogo ou dos jogos, reforçando-se por contribuição interdisciplinar e de integração dos campos específicos da teoria do jogo.

Vemos então o jogo subordinado a si próprio, dependente da sua própria situação e numa relação dinâmica entre os seus jogadores e o envolvimento; apresenta uma estreita relação entre o desenvolvimento do jogo e o desenvolvimento cognitivo do indivíduo; debruça-se sobre as motivações básicas e incentivos para jogar e preocupa-se com o comportamento interno do seu próprio desenrolar.

É este conjunto interdisciplinar, que essencialmente resulta das pesquisas interdisciplinares do jogo – do elemento lúdico na pesquisa das ciências do desporto – que se converte em análises sistemáticas na teoria do jogo, que nos leva a analisar os contextos da prática desportiva, o seu sistema de valores sociais e educativos em que, por exemplo, a regra tem um papel imprescindível (até porque é ela que “manda” no jogo), diria mesmo, de componente directora do jogo, da actividade.

Quem não se lembra dos jogos de rua, os jogos da bola – com bolas de trapos, que o dinheirito para uma bola de borracha era coisa que rareava – com balizas feitas com pedras ou com os nossos casacos, cujos buracos e sujidade provocada pelo jogo nos valia uma luta interior até chegar a casa... porque depois era pôr as nádegas de molho. Quem não se lembra das regras feitas com balizas que não existiam, ou com regras cujo árbitro era o dono da bola. E não era raro ouvir dizer que não era golo porque a bola tinha passado por cima da trave (quando na realidade não havia trave) ou que o jogo acabava quando o dono da bola tinha que ir para casa.

O que quero dizer é que o desporto ou o jogo, feito sózinho ou acompanhado, é uma “coisa” para ganhar a própria actividade e para o jogador, o praticante, o desportista se rever, realizar, converter em algo mais do que até ali. É, portanto, a actividade desportiva recheada de componente lúdica, é inseparável nos módulos sociais, educativos e de saúde, o que leva a afirmar que separar, retirar ou afastar a teoria do jogo das Ciências do Desporto, da análise científica do desporto é algo que lhe provoca o seu sentido de estudo, enquanto elemento individual e social. E digo-o pela única razão de que o desporto evolui com base na relação mútua com a cultura, o envolvimento e as condições económicas; é desencadeado por estímulos intrínsecos e extrínsecos e evolui com a experiência, produz tensão, deriva e é controlado por regras próprias e específicas, em função dos contextos e dos intervenientes.

Mesmo o desporto dito de espectáculo encerra, para os praticantes esse tal elemento de prazer, esse elemento intrínseco à própria actividade, que obriga a que o jogador demonstre comportamentos próximos dos compulsivos, que não pode evitar. Ou será que já se explicou o desejo de uma criança pontapear a bola que lhe salta à frente...?

⁴ Cf. HAAG, H. **Theoretical foundation of sport science as a scientific discipline**. Schorndorf: Verlag Karl Hoffman, 1994. (Sport sciences study; 6).

Mas se o desporto difere em algo do que habitualmente chamamos de jogo, é porque evoluiu no interesse sistemático para melhorar por uma acção humanamente consciente, com orientação e sobretudo com vontade – em ordem a um desempenho (*performance*, prestação) desportivo, num sentido optimal de realização humana.

Pode ser aplicado numa competição desportiva com o objectivo que pode ser o do sucesso, por pessoas de todas as idades e níveis, empenhadas no processo de treino para alcançar o máximo de desempenho desportivo e tal empenho não leva as pessoas a abandonar o elemento lúdico da sua prática desportiva, querem antes melhorar, sentirem-se mais aptos... dando voz à velha máxima (mas nem por isso fora de moda) de *mais longe, mais alto, mais forte*.

O treino, a repetição sistematicamente orientada para um objectivo, desenvolve-se por isso com preocupações claras de estimular o próprio desenvolvimento humano... consubstanciado pela aprendizagem, pelo aumento e melhoria de conhecimentos desportivos.

Vemos, então, o desporto (como disse no início) enquanto sujeito plural, como a soma de actividades físicas pela qual os processos intencionais ou funcionais de aprendizagem são realizados. Tais actividades físicas servem como objectivo directo dos processos de ensino e de aprendizagem (educação corporal).

As taxonomias do domínio motor – como as habilidades sensoriais, condicionais, coordenativas, experiências corporais, técnicas e táticas – provam que tais actividades podem ser sumariadas como desporto e usadas nos processos educativos, onde, as teorias do ensino e da aprendizagem dos desportos tratam dos aspectos relevantes da teoria de instrução no contexto desportivo, tais como os objectivos, os conteúdos, os métodos de instrução, reunidos na área da Pedagogia e da Didáctica do Desporto.

Neste sentido, o desporto, como possibilidade de realização motora, inclui os elementos cognitivos e motores, na base das capacidades individuais de *performance*, oferecendo oportunidades para desenvolver a auto-confiança e a autoestima.

Encontramos ainda outro campo de aplicação científica directamente relacionado com o movimento humano, no qual englobamos as capacidades de desempenho desportivo (a *performance* desportiva), e que se desenvolvem na música, no lazer, na saúde, nos desportos adaptados a grupos especiais (deficientes), nos *mass medias*, na agressão e violência.

Então, o paradigma já focado de integração e interdisciplinaridade, assume-se, igualmente neste campo, como critério de explicação científica num singular processo de extensão de conhecimentos em ordem a procurar o possível, mesmo que este seja o complexo desenvolvimento humano.

Em síntese, julgo poder dizer que, hoje, ninguém tem dúvidas de que a ciência visa o desenvolvimento humano. Que o domínio científico já não corresponde à ideia de um indivíduo que experimenta coisas que nada têm a ver com a realidade social.

Mas o desenvolvimento científico tem progresso, tem fases de evolução, tem, em momentos diferentes e face aos diferentes ramos científicos, posições epistemológicas diferenciadas. A ciência não se desenvolve de forma organizada e prevista, como refere Bento de Jesus Caraça, quando diz que “a ciência pode ser encarada sob dois aspectos diferentes. Ou se olha para ela tal como vem exposta nos livros de ensino, como coisa criada, e o aspecto é de tom harmonioso, onde os capítulos se encadeiam em ordem, sem contradições. Ou se procura acompanhá-la no seu desenvolvimento progressivo, assistir à maneira como foi elaborada, e o aspecto é totalmente diferente – descobrem-se hesitações, dúvidas, contradições, que só longo trabalho de reflexão e apuramento consegue eliminar, para que logo surjam outras hesitações, outras dúvidas, outras contradições. Descobre-se ainda qualquer coisa mais importante e mais interessante: no primeiro caso, a ciência parece bastar-se a si própria, a necessidades internas; no segundo caso, pelo contrário, vê-se toda (?) a influência que o ambiente e a vida social exerce sobre a criação da ciência”⁵.

É óbvio que as Ciências do Desporto não caem fora desta análise, não são excepção a esta ideia e tal como em outro domínio científico o seu desenvolvimento tem sido verificado à luz dos paradigmas-tipo da investigação: o *paradigma descritivo*, em que dimensões de análise se enquadram na descrição

⁵ Cf. FORMOSINHO, S. B.; BRANCO, J. **O brotar da criação**: um olhar dinâmico pela ciência, a filosofia e a teologia. Lisboa: Universidade Católica Ed., 1997. p. 15.

de variáveis existentes e que determinam a exploração ecológica dos dados recolhidos, como, por exemplo, é o caso que implica o conhecimento dos níveis de condição física dos praticantes desportivos de uma dada modalidade ou ainda como se comportam os treinadores com as suas equipas quando estas ganham ou quando perdem e o *paradigma experimental*, onde as intenções de pesquisa se baseiam na busca de relações causa-efeito, como, por exemplo, saber qual é o método mais útil para ensinar a nadar (o crol ou bruços), o que implica a utilização de grupos de controle e experimentais.

De qualquer forma, o delineamento da pesquisa (*research designs*) pode ser agrupado de acordo com os conceitos descritivo e experimentalistas, sabendo-se que ambos os casos percorrem os ditames filosóficos das teorias hermenêutica, empírica e fenomenológica. Por fim, as metodologias qualitativas e quantitativas definem também o quadro de investigação em ciências do desporto, de acordo com as possibilidades de recolha de dados das variáveis em presença.

Contudo, o conhecimento criado até hoje não vai além da pretensão de interdisciplinaridade da confluência das Ciências Humanas, das Ciências Naturais e das Ciências Sociais, não tendo conseguido um entendimento unitário que pudesse assentar bem na designação singular de Ciência do Desporto. Daqui que possamos dizer que este é o nosso desafio epistemológico, voltando a nossa atenção para esta hipótese temporal de pesquisa – e que até agora não passou de promessa fugidia – a uma efectiva realidade científica.

Denota-se assim como mais correcto a afirmação de grupo científico de Ciências do Desporto, confluindo os ganhos científicos na melhoria do Homem no seu quotidiano corporal e designadamente no contexto das práticas desportivas.

O Corpo

Mas o significado do quotidiano corporal pode traduzir-se na actividade desportiva que substantiva um corpo.

Podemos dizer, então, que falar-se de desporto e de desenvolvimento humano implica reflectirmos *o corpo que temos, a pessoa que somos, o indivíduo que procuramos ser*.

Muitas vezes se fala do corpo como de algo que não nos pertence, ou mesmo, cujo sentido deixámos fugir.

Conhecemos os rigores sociais e religiosos que fizeram com que a educação se afastasse do corpo. Ficaram assim angústias mal contidas de não compreendermos muitos avisos que ele (corpo) nos fez quando o abandonámos demasiado.

Esqueceram-se – num sistema educacional errado e ingrato para o corpo – que são os olhares, os gostos e as emoções, as sensualidades, ou seja, o sistema nervoso que formam o Homem enquanto espécie, o acultura e o civiliza.

É minha convicção que a ética e a estética educativa não podem continuar a erradiar a corporalidade da qual faz parte.

Com esta afirmação quero relembrar o conceito de dignidade social, incompatível com um corpo “andrajoso”, sujeito à droga e à humilhação.

É neste sentido que o desporto enaltece o esforço corporal – o suor enquanto produto desse trabalho – e lhe dá identidade na fundamentação da dignidade da vida humana.

Assim, o corpo vive o desporto nos próprios limites do ser humano e neles se substancializam num exercício sempre renovado, cujo exemplo mais acabado é o interesse por esta área de estudo, sempre renovada nos “estudantes”. A eles é devida a excelência da formação, tal como lhes é pedido o compromisso ético da futura actividade profissional.

Para nós, professores, fica a ideia do preceito pedagógico da ética docente, *no âmbito da educação do belo e do positivo*.

Referências

- BENTO, J. À procura de referências para uma ética do desporto. In: BENTO, J.; MARQUES, A. (Ed.). Fórum desporto, ética, sociedade, 1989, Porto. **Actas...** Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, 1990. p. 23-39.
- FORMOSINHO, S. B.; BRANCO, J. **O brotar da criação**: um olhar dinâmico pela ciência, a filosofia e a teologia. Lisboa: Universidade Católica Ed., 1997. p. 15.
- HAAG, H. **Theoretical foundation of sport science as a scientific discipline**. Schorndorf: Verlag Karl Hoffman, 1994. (Sport sciences study; 6).
- MORAIS, I. Homenagem a Noronha Feio. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2., 1991, Porto. **Actas...** Porto: Universidade do Porto, 1991. p. 34.
- SARMENTO, P. **Pedagogia do desporto e observação**. Lisboa: FMH Ed., 2004.

O jogo e a festa, alguns apontamentos éticos¹

Soraia Chung Saura²
Ana Cristina Zimmermann²

O objetivo deste texto é explorar a temática do Jogo e da Festa e alguns de seus elementos intrínsecos, realizando apontamentos em direção a uma reflexão ética. A ética, notadamente uma área de maior grandeza da filosofia, emerge no campo social e nos espaços de interação. Jogo e festa, com suas relações possíveis, nos permitem discorrer sobre algumas questões que nos remetem ao humano, à humanidade que se atualiza constantemente. Para fins deste trabalho, selecionamos os tópicos que envolvem ambos os fenômenos, a saber: a noção de participação, o diálogo enquanto encontro, tradição e ritmicidade cíclica.

Desenvolvemos a temática a partir da interlocução com nossos alunos da disciplina “Dimensões Antropológicas da Educação Física e do Esporte”³: eles averiguam ano após ano em trabalhos de campo pelo *campus* universitário da USP/Butantã que os principais espaços de integração entre alunos da Universidade, oriundos de cursos diversos, decorrem da realização de festas e jogos. Ambos, festa e jogo, configuram-se deste modo como eventos extra cotidianos importantes na sociabilidade universitária, onde é possível identificar a possibilidade de um efetivo diálogo com o outro, abrindo-se a novas e inusitadas experiências. Em ambos os casos, nas festas e nos jogos, este diálogo é descrito como uma elaboração corporal e sensorial, sendo os principais eventos de integração intracursos. Os elementos selecionados para reflexão neste texto foram identificados a partir do método fenomenológico. Esta abordagem, em especial, busca resgatar o lugar da experiência na construção do sentido, reconhecendo o corpo como originário do contato efetivo com o mundo. Como autores nucleares para o diálogo, selecionamos Merleau-Ponty e Bachelard, embora outros oriundos das mesmas correntes filosóficas também substancializam as reflexões.

Participação: “Sentado não aprendi nada nesta vida”³

O que é participar? Como tomamos parte em uma festa? De que forma participamos de um jogo? O envolvimento com ambos pode começar dias e horas antes do evento marcado e se estender para além de uma data específica. A preparação, a expectativa, o envolvimento emocional são elementos que permitem repensar a noção de participação. Ademais, em jogo diferentes enredos se elaboram, dramas individuais e coletivos, tempo e espaço que se desdobram em muitos universos e ainda assim no mesmo jogo.

Na festa, mais ainda, múltiplas narrativas concorrem caracterizando um corpo reconhecível muito mais como um organismo complexo e ativo, do que uma sequência de eventos, peças ou etapas. Assim, é possível dizer que participam todos que estão de certa forma engajados no evento. No jogo não somente participam os jogadores, mas também expectadores que investem energias, olhares, emoções, elaboram aprendizagens diversas. Na festa a diversidade é ainda maior e de ambos é possível extrair uma noção de participação muito mais ampliada do que, professores/as, costumamos considerar em situações escolares por exemplo.

A experiência de participação nos permite o reconhecimento de que estamos abertos ao mundo e aos convites que se apresentam, ou ainda nos remete à noção de entrelaçamento corpo-mundo de Merleau-Ponty (1994). Tanto o jogo quanto a festa nos ensinam que esta participação é sobretudo um

¹ Parte do trabalho que originou este texto foi apresentado na 1ª Conferência da Associação Latina de Filosofia do Esporte/ALFID, em Natal/Brazil, 2014. Alguns elementos foram aprofundados em textos subsequentes da mesma autoria.

² Professoras doutoras no Departamento de Pedagogia do Movimento do Corpo Humano da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (USP), Brasil.

³ Expressão de João Guimarães Rosa no livro **Sagarana** (2015, p. 45).

empreendimento corporal e se elabora de diferentes maneiras, mas sempre requisitando algum investimento pessoal. Até mesmo a pessoa que está apenas assistindo a um jogo recebe um convite para permanecer presente. Como afirma Gadamer (1985, p. 40) ao aproximar arte e jogo: “Parece-me, portanto, outro aspecto importante que o jogo seja nesse sentido um fazer comunicativo, que ele desconheça propriamente a distância entre aquele que joga e aquele que se vê colocado frente ao jogo”.

Gabriel Marcel (2007) fala sobre participação como uma possibilidade de apreensão da realidade. Por participação compomos uma unidade de sentido; uma música passa a ser algo mais do que uma sequência de notas, por exemplo. O mesmo se pode dizer da dança, do jogo, da festa. A série de eventos que *a posteriori* podemos enumerar só faz sentido em relação ao todo e ao contexto em que se elabora. Essa compreensão de mundo não é da ordem do conhecimento pragmático somente, mas decorrente de nossa participação neste mundo, portanto, de nossa disponibilidade. Mesmo ao assistir a um espetáculo, uma dança, o que compreendemos não é um sentido transmitido pelos artistas, mas um sentido que se elabora por meio de nossa participação. Por isso a importância de nos disponibilizarmos eventualmente – ainda que festa e jogo não sejam considerados eventos proveitosos no sentido utilitário do termo – para este terreno fértil de novas construções subjetivas. É no encontro com o inesperado, que nossa subjetividade se reorganiza e se reestrutura em novas concepções. A participação, deste modo, nos auxilia nas reflexões acerca das relações e formações grupais, onde novos parâmetros éticos são engendrados.

Huizinga (1996) analisa a presença do jogo em todas as esferas da cultura e, de certa forma, evidencia seu caráter gregário ao sugerir que é no jogo e pelo jogo que a civilização surge e se desenvolve. O mesmo podemos afirmar em relação às festividades. Gadamer (1998) enfatiza que jogar é sempre “jogar com”. Há um desafio, algo ou alguém com quem se joga, com quem se celebra. Existem grupos e indivíduos envolvidos, e estes são notadamente regidos por diferentes lógicas das que estamos habituadas no dia a dia. Enfrentamos, nestes acontecimentos, desafios, conflitos e interações que nos mobilizam por inteiro. É neste encontro social, portanto, que se realiza o exercício de novas possibilidades e composições que nos permitem acessar o campo da ética. A conduta ética correlaciona-se com a reflexão sobre normas sociais, com a moral, com códigos ou princípios de conduta. Vemos que estes campos estão em constante atualização, e a novidade se engendra na convivência.

A participação em jogos e festas nos coloca diferentes possibilidades de vivermos em relação aos outros. As dimensões ética e estética ganham destaque, considerando a fluidez e relevância dos grupos na elaboração dos afetos. Frente ao individualismo valorizado, à meritocracia incentivada de modos múltiplos e complexos, há no jogo e na festa a preocupação com o estar junto, a busca do outro, que se atualiza nas diferentes formas de inter-relação. No prefácio da segunda edição de “O tempo das tribos”, Michel Maffesoli (1998) relembra que a relação entre ética e estética é o que melhor poderia caracterizar a pós-modernidade. A participação em jogo e em festa clama um vínculo social, uma emoção compartilhada ou um sentimento coletivo que podem unir o belo e o correto. Tais encontros são de grande investimento emocional uma vez que só existimos como pessoa na participação e na relação com o outro. Frente a dramas, alegrias e conflitos, é no encontro e no encanto (BACHELARD, 2008) que elaboramos uma originalidade.

Tanto o jogo quanto a festa fazem, desta forma, sentido para aquele que de alguma maneira se dispõe à participação. E participar é também comunicar, ter algo a dizer, o que remete ao tema do diálogo e da expressão.

O outro e o diálogo: por que não se faz festa e jogo sozinho⁴

O estudo do jogo e da festa expõe uma forma de comunicação original, que requisita a elaboração de nossa expressividade. Assim, como sugerido nos estudos da linguagem (MERLEU-PONTY, 1980; SAUSSURE, 2002), é possível melhor entender a comunicação que se estabelece na presença de uma

⁴ Menção ao depoimento de Tião Carvalho, mestre de manifestações populares, que diz que “Não se faz um(a) (brincadeira de) boi sozinho” (SAURA, 2008).

diferença, e não na coincidência. Essa possibilidade nos indica nossa abertura ao mundo e ao outro, configurando-se como uma busca. O poder do jogo está em sua inconsistência, permanecendo sempre como um convite, sustentando uma relação dialógica que se elabora a partir de um não saber (ZIMMERMANN; MORGAN, 2011). Já a noção de outro, parte de um conceito filosófico, que engloba em si o outro antropológico, psicológico e social (CHAUI, 1997).

Ao participarmos de um evento como o jogo e a festa, tomamos parte em um algo que não é individual, tampouco atuamos reagindo a sinais ou estímulos somente como em situação linear de causa e efeito. Nos percebemos em inter-relação com o mundo, com os outros e neste meio podemos ser diferentes. Tão importante quanto a fala do outro é a possibilidade de continuarmos o diálogo. O jogador não possui os movimentos, ele precisa do jogo, precisa da ocasião para que estes movimentos se elaborem em uma nova atualidade. Da mesma forma, na festa, exige-se presença, estar junto, partilha. A “dimensão da presença” refere-se a essa “sensação de ter corporificado algo” (GUMBRECHT, 2010, p. 167) potente no fenômeno da percepção e nas relações dialógicas do movimentar-se. Neste caso, quando participantes de um mesmo campo de atuação, o gesto de um é algo de que o outro participa. Experiência exemplar no jogo e na festa, pois nossos gestos sempre estão em situação de participação com os demais. O diálogo estabelece uma correlação na qual modificamos e somos também modificados.

Ao reconhecer a importância do outro nesta experiência, não significa que basta um grupo para que haja diálogo. Martin Buber (2002) apresenta uma diferença entre coletividade e comunidade. Segundo o autor, a coletividade trata de uma massa onde as individualidades são atrofiadas e todos adquirem a mesma face. Indica a supremacia de um individualismo, ou mesmo de um coletivo que engole as diferenças. Por outro lado, na noção de comunidade, está a opção de compreensão da existência humana baseada na relação entre os homens. Marilena Chaui (2008, p. 57, grifo do autor), na mesma direção, apresenta que:

A marca da *comunidade* é a indivisão interna e a idéia de bem comum; seus membros estão sempre numa relação face-a-face (sem mediações institucionais), possuem o sentimento de uma unidade de destino, ou de um destino comum, e afirmam a encarnação do espírito da comunidade em alguns de seus membros, em certas circunstâncias. Ora, o mundo moderno desconhece a comunidade: o modo de produção capitalista da origem à *sociedade*, cuja marca primeira é a existência de indivíduos, separados uns dos outros por seus interesses e desejos. Sociedade significa isolamento, fragmentação ou atomização de seus membros, forçando o pensamento moderno a indagar como os indivíduos isolados podem se relacionar, tornar-se *sócios* [...].

Neste sentido, parece sintomático que os alunos se sintam integrados com outros de outras áreas na esfera de eventos que exigem um engajamento, uma participação e um alinhamento coletivo de valores para sua organização. Não basta sermos sócios em um destes eventos. A festa e o jogo requerem mais do que um alinhamento individual a serviço do todo. Requerem que sejamos o todo. Ainda assim, permitem que cada um tenha o seu estilo, ou seja, participe de seu jeito. À noção apresentada por Buber e também por Chaui, poderíamos acrescentar um tom merleau-pontyano, onde a comunidade expõe um *fluir* de diferenças vivenciadas pela presença de uma alteridade radical (MÜLLER-GRANZOTTO, 2009), e não uma uniformidade.

Como indica Buber (2002), a aprendizagem se dá em comunidade e em relação dialógica: quando aprendemos não só a nos organizar em relação às coisas, aos elementos materiais como campo, espaço, alimentação, instrumentos; mas sobretudo em relação aos outros (BACHELARD, 2008). Temos então que lidar com os efeitos destas intenções, ações e desejos em relação a este outro que se apresenta. Ainda de acordo com Buber (2002), o diálogo não é uma atividade intelectual privilegiada, mas uma criação a partir de uma relação entre criaturas. Assim, o diálogo não seria um processo interno ou externo, mas um acontecimento. Um ato de transcendência corporal, uma forma de habitar tempo e espaço que mostra nossa participação no mundo como seres dialógicos.

Tanto a festa quanto o jogo são frequentemente associados à noção de prazer e divertimento. Entretanto, o prazer não exclui outras possibilidades, tais como a exaustão, a decepção, o conflito. Para os que organizam um evento, festivo ou esportivo, esta é uma experiência extenuante em diversos sentidos, existe a preocupação com todos os detalhes. De modo que as situações de festa e jogo estão mais intimamente ligadas à noção de engajamento e participação do que necessariamente e tão somente à diversão e prazer. Assim, o reconhecimento do outro e da diferença sugerem consequências éticas ao pensarmos as condições para sociabilidade presentes tanto em jogo quanto em festa. O sujeito ético é o ser racional e consciente de si e dos outros, que decide e responde pelo que faz como um ser livre e responsável (CHAUI, 1997). Ética, portanto, relaciona-se às noções de liberdade e autonomia, que se efetivam no universo das relações humanas, no debate e no conflito, no consenso e no diálogo. Assim, festa e jogo requerem a elaboração de uma ética na medida em que apontam a necessidade de partilha de valores ou ideias a ele circunscritos.

Repetição e renovação: tradição e temporalidade

Aparentemente sem um sentido utilitário de existir *per se*, festas e jogos são relatados como vitais e nunca abandonados por seus praticantes apaixonados. No que consistiria então esta presença essencial e imprescindível relatada por nossos estudantes quando em situações de festa e de jogo?

Festas e eventos esportivos, com datas marcadas, costumam ser anualmente repetidos, embora não regidos pela temporalidade cronológica. Tomemos como exemplo campeonatos e festas tradicionais, que ocorrem ano após ano, normalmente com periodicidade determinada. É a sua presença e constância no tempo e no espaço que, entre outros elementos, os caracterizam como tradicionais. Por isso talvez a ideia de tradicional esteja associada à de antigo. E invariavelmente, à sua manutenção e preservação. Mas o que nos mostra o movimento em torno de campeonatos e festivais é que não se trata de preservar uma prática, mas de vivê-la novamente. Ao contrário da ideia de imobilidade, percebe-se que a diversidade de possibilidades dialógicas dos jogos e das festas nos mostram um universo dinâmico e ativo, em constantes mutações. Assim a ideia de tradição sugere mais do que a manutenção; mas também a recriação, a ressignificação, a transformação. O encontro com o mesmo – de novo e de novo (ZIMMERMANN; SAURA, 2014).

Isso nos conduz à noção de repetição – não uma repetição mecânica, mas uma repetição com aprofundamento – novos elementos surgem no novamente, na novidade de estar ali de novo. Nunca um jogo ou uma festa, reportando-se a uma nova edição do mesmo, é igual a outro. Assim, pode-se inferir que a tradição que nos remetem os campeonatos e as festividades não está para ser preservada, “salva”. Apenas vivida, no aqui e no agora. Reelaborada em novos parâmetros éticos, mantendo-se sua estrutura fundante. Assim é que é recriada e ressignificada. Festas e jogos traduzem-se em tudo o que é produzido para estas celebrações: uniformes, marcações corporais e espaciais, músicas, danças, alimentos, jogos de sorte, de azar, com bola, competitivos. Remontam a tempos de mistério, do homem atuante com imaginação criativa, essa capacidade que, para além da lógica e da razão, nos permite criar, inventar e supor o impossível. Estes modos de fazer podem ser narrados, mas não podem simplesmente ser reproduzidos no que têm de mais simples: a técnica. Não basta reproduzir técnicas ou estruturas sem considerar valores e significados mais amplos que percorrem o fenômeno. Cada reprodução precisa ser também uma reinvenção. Uma festa tradicional não se reduz ao somatório de roupas, adereços ou sequência de programação, assim como para jogar é necessário muito mais do que uma sequência treinada de movimentos. Neste sentido, repetição e renovação são termos complementares.

Parece coadunar com a existência de festas e jogos um movimento de eterno retorno, para atuar com substancialidade e aprofundamento da matéria humana. Uma tradição de jogo e festa acomoda o tempo em sua ritmicidade cíclica: todo ano, voltamos ao festival. Festivais e eventos desse modo “tradicionais” imprimem um ritmo circular a uma vida que retorna ao mesmo lugar, porém renovada. Um eterno retorno ao mesmo ponto, demarcado pelos eventos.

A repetição é constitutiva das festas, pelo menos das festas periódicas. É o que chamamos o retorno da festa. No entanto, a festa que retorna não é uma outra nem a mera reminiscência de algo festejado na sua origem. (...) A experiência temporal da festa é, antes, a celebração que é um presente *sui generis* (GADAMER, 1998, p. 180).

O ritmo que se imprime a partir dos eventos tradicionais elabora uma temporalidade diferentemente da linearidade objetiva que nos conduz, ano após ano, a um fim. Assim é que festas e campeonatos tornam-se orgânicos – importantes como manter-se vivo e partes constitutivas de elaboração de sentidos para a existência. A periodicidade, com seu ritmo e sua cadência, estabelece o *continuum* do mundo.

Da mesma forma que dizemos que jogar é repetir (GADAMER, 1985), isso não significa reproduzir a mesma situação, mas buscar a mesma experiência que, de todo modo, apresenta uma novidade. Saber celebrar é uma arte que consiste em um congregar-se e reunir-se por algo, experiência que não pode ser reduzida a parâmetros objetivos ou funções utilitárias. Trata-se de um modo específico de conduta, de abertura ética, no qual não se distinguem momentos sucessivos ou etapas. A festa está sempre ali, sendo. A experiência convencional de tempo é a do tempo “para algo”, o tempo que se usa, algo vazio para ser preenchido, o tempo para passar. Por outro lado, Gadamer (1985) chama atenção para esta outra experiência de tempo, o “tempo próprio”. Este tempo conhecemos pela nossa própria experiência vital: infância, juventude, maturidade... O tempo que não se pode computar, o tempo vivido. Assim, na festa e no jogo, o celebrar nos detém, nos convida a demorarmos, a viver o tempo. A festa e o jogo, embora tenham tempo certo para início e fim, possuem seu tempo interno próprio que se elabora por participação, marcada por constantes mudanças de ritmo. Por isso um jogo nunca é igual a outro. Por isso também jogamos e celebramos sempre. Se possível, todos os dias.

Ao falar sobre ritmo, Octávio Paz (1982) em “A Lira e o Arco” lembra que o ritmo não é medida, é uma atitude, um sentido, uma visão de mundo. “Calendários, moral, política, técnica, artes, filosofias, tudo, enfim, o que chamamos cultura funda suas raízes no ritmo” (p. 76). Cada sociedade ou instituição tem um ritmo que lhe é próprio. O ritmo das festas tradicionais, o *fastfood*, o *slowfood*, o ritmo dos jogos e o ritmo dos esportes... O que nos leva a buscar o mais rápido, a embarcar em um ritmo? Observamos a mudança nas regras de determinados esportes para acelerar o ritmo das partidas – para que supostamente tornem-se mais emocionantes – ou ainda dos desfiles de carnaval, para possibilitar as transmissões televisivas. Percebe-se que a imposição de um determinado ritmo deixa pouco espaço para a nossa participação no sentido de elaboração desta temporalidade peculiar da festa e do jogo. Tal questão remete à discussão sobre repetição monótona e não criativa, associada provavelmente à imposição de um ritmo, que não é elaborado em coparticipação, no qual nos comportamos apenas como instrumento.

Qualquer um destes eventos, festa e jogo, configura-se também como drama – onde há uma coincidência de contrários. Porque qualquer drama instaura a problemática de opostos. Apresenta uma luta de sobrevivência. Quem ganha e quem perde. Quem merece, quem não. Quem tem sorte ou azar. A depender da história que envolve os jogadores, apresentam-se elementos narrativos como o susto, a fraqueza, o nervoso, o atrito, o medo, a raiva, a ira do outro, o frio, o sangue frio, o poder, a fragilidade (SAURA, 2013). Nas festas, ao contrário da ideia de diversão e entretenimento sem maiores consequências, testemunhamos a abertura para o desconhecido, onde estão presentes estes elementos também imbuídos de dramaticidade: os grupos de pertencimento se dividem, os jogos sociais, de sedução, as conquistas, as comparações, as competições e as decisões.

Apontamentos éticos e estéticos

O bom ritmo de um jogo está associado a um certo equilíbrio, a uma certa noção de correto, de harmonia. Importante em um espetáculo, a graciosidade (GUMBRECHT, 2007) é certamente um elemento de fascínio. Do mesmo modo, qualquer festa se quer bonita, e isso decorre de uma certa harmonia entre todos os elementos que compõe a sua complexidade. Há um esforço comunitário pela beleza. Os materiais podem ser simples, o belo não está associado ao luxuoso, mas ao elementar e ao acessível. Elementos

singelos que unidos formam um todo complexo e equilibrado. Replicam o que observamos no meio ambiente, nos espaços de natureza, tentando superá-la em capricho e primor. Buscam harmonia, equilíbrio, ritmo, fruição. A inseparabilidade do belo com o que é bom e justo é matéria humana desde o início dos tempos.

As relações humanas pautadas pelo debate ético, presentes nas festas e nos jogos, remontam a tempos de mistério, do homem atuante com imaginação criativa, essa capacidade que, para além da lógica e da razão, nos permite criar, inventar e supor o impossível. Festa e jogo produzem conteúdos e imagens de dramas humanos que provocam empatia mesmo naqueles que não tem familiaridade com o assunto. A ideia de justiça, quem merece ganhar, perder, estar em destaque, os lances de coragem, os enfrentamentos, são motivos de nosso repertório humano. Seus conteúdos são sempre da relação do homem com o mundo moral e natural.

Assim, essas imagens produzidas no interior das festas e dos jogos dizem respeito a todos nós, enquanto humanos. Elas encantam, assombram, amedrontam, maravilham no seu conjunto. Um exercício de beleza, unindo elementos reais e fantásticos, religião e reflexão com e sobre o mundo. Com elas e por causa delas, é possível uma formação humana que se processa na vivência, na experiência corpórea. As festas e jogos fascinam pessoas de todo tipo, de todo canto e de todas as idades talvez porque atuem precisamente com esta matéria humana insistemizável. Presenciemos o jogo, olhemos atentos a festa. A narrativa de ambos nos prende ao desenrolar dos acontecimentos, dos movimentos todos. Em ambos os casos, não se trata apenas de ganhar, mas de como ganhar (e de quem). Não se trata de perder, mas o que fazer com o sentimento de derrota, de frustração. Ter esperanças em um futuro nem tão próximo? Suportar a dor com paciência e abnegação? Aguardar a próxima temporada? Preferimos um sofrimento tácito, honroso. Esperamos o correr do tempo, pois desde que haja tempo, há sofrimento. Assim se configuram os jogos, e também as festas. Como na vida, suportamos, sustentamos e superamos. Enfrentamos tragédias, mas vamos além, buscamos beleza e alegria, diferentes formas de sobrevivência.

Considerações finais

A partir de uma experiência de descentramento, de um evento imprevisto, de uma participação efetiva, aprendemos com o outro. E o que aprendemos talvez, mais do que necessariamente sobre o outro, seja sobre o outro de nós mesmos. Tal proposição indica consequências éticas na possibilidade de vivermos as diferenças e construirmos algo a partir delas – e não contra elas. Também a oportunidade de dar ao passado uma nova orientação.

Em situação de jogo ou festa, ou estamos ou não estamos, não existe meio-termo. Mesmo a posição do “café com leite” das brincadeiras espontâneas e tradicionais do universo da cultura da infância – ou da iniciação no banco de reservas – referem-se mais a uma condição de iniciação técnica do que ao modo de ser do jogador. E o “café com leite”, quando entra em jogo, logo quer desfazer-se de sua condição iniciática: quer jogar para valer. Um jogo que começa a ser jogado antes do estar em campo: na observação e no desejo de jogar. Da mesma forma a festa com seus preparativos.

Pesquisadores da área concordam que ética e estética não são autônomas, mas interdependentes. Um par que busca alinhamento constante. Há uma aproximação entre valores éticos e estéticos de tal forma que um interfere amplamente no outro e convergem na formação humana (ÁVILADA COSTA; McNAMEE; LACERDA, 2015; MUMFORD, 2012). Neste sentido, a partilha do espaço e da mesma atividade levantam outro tema de aproximação entre ética e estética que se refere à presença, o aqui e agora. Se podemos dizer que festas e jogos possuem uma função no mundo, a principal parece ser a de realizarmos esse exercício existencial de nos aventurarmos no universo do repertório humano, questões desafiadoras para a humanidade latente em todos nós: o desconhecido, o perigo, o enfrentamento, a vida, a morte, a coragem, a incerteza, o drama, a angústia, quase ganhar, quase perder... Em última instância, o mistério da morte, a angústia diante do tempo que se esvai, implacável. Repertório que reelabora constantemente questões humanas, projetos coletivos, que passam também pela experiência de celebrar a vida e assim repensarmos nossas propostas de humanidade.

Referências

- ÁVILA DA COSTA, L.; McNAMEE, M.; LACERDA, T. O. Physical education as an aesthetic-ethical educational project. **European Physical Education Review**, v. 21, n. 2, p. 162-175, 2015.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BUBER, M. **Between Man and Man**. London: Routledge, 2002.
- CHAUI, M. Cultura e democracia. **Crítica y emancipación**: revista latinoamericana de Ciencias Sociales, Buenos Aires, ano 1, n. 1, jun. 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>>. Acesso em: 10 de abril de 2018.
- _____. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1997.
- GADAMER, Hans-Georg. **A atualidade do belo**: a arte como jogo, símbolo e festa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.
- _____. **Verdade e método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GUMBRECHT, H. U. **Elogio da beleza atlética**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GUMBRECHT, H. U. **Produção de presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto / PUC-Rio, 2010.
- HUIZINGA, J. **Homo ludens**. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- MARCEL, G. **Being and having**. Reino Unido: Read Books, 2007.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- _____. **A linguagem indireta e as vozes do silêncio**. Textos Seleccionados – Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- MÜLLER-GRANZOTTO, M. J. Outrem em Husserl e Merleau-Ponty. In: BATTISTI, C. A. (Org.). **As voltas com as questões da subjetividade**. Cascavel: Edunioeste, 2009.
- MUMFORD, S. **Watching sport**: aesthetics, ethics and emotion. Abingdon: Routledge, 2012.
- PAZ, O. **O arco e a lira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- ROSA, J. G. **Sagarana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SAURA S. C. **Planeta de boieiros**: culturas populares e educação de sensibilidade no imaginário do bumba-meu-boi. 2008. 475f Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- _____. A pedagogia do movimento na perspectiva do lazer. In: CORREIA W. R.; BASSO L. (Org.). **Pedagogia do movimento do corpo humano**. Várzea Paulista: Fontoura, 2013. p. 121-140.
- ZIMMERMANN, A. C.; MORGAN, J. The possibilities and consequences of understanding play as dialogue. **Sport, Ethics and Philosophy**, v. 5, n. 1, p. 46-62, 2011.
- ZIMMERMANN, A. C.; SAURA S. C. **Jogos tradicionais**. São Paulo: Editora Laços, 2014.

Meu jogo é o “Fair Play”: é mesmo?

Uma interpretação da violência no futebol à luz de Norbert Elias

Roberto Ferreira dos Santos¹

Juliano de Souza²

Carlos Eduardo Rafael de Andrade Ferrari³

Carlos Henrique de Vasconcellos Ribeiro⁴

Neste ensaio, procuramos esboçar algumas reflexões sobre a temática da violência no futebol tendo como pano de fundo teórico a abordagem sociológica de Norbert Elias. Mais precisamente, ensaiamos uma leitura sobre a violência no futebol a partir das discussões que envolvem a aplicação das regras dentro das quatro linhas, e toda a relação de poder que está por trás das decisões sobre regras nesse esporte, questão essa, que, em nossa opinião, merece ainda uma tematização teórica mais aprofundada e rigorosa para que seja possível reorientar o pensamento e ação sobre o futebol como algo talvez “mais civilizado” e com menos riscos aos atores centrais na construção do espetáculo futebolístico: os jogadores profissionais.

Cuidar da casa: Esporte, mais do que esporte!

Quando pensamos em cuidar da nossa casa, assumimos que estamos pensando em cuidar do nosso esporte. Nosso, porque é dele que tiramos os exemplos e inspirações para a construção da nossa vida e da vida daqueles com os quais convivemos, e esperamos que seja uma vida rica de valores, alegrias e emoções. Não podemos pensar num esporte que os valores passados sejam valores que nos afastem de uma vida digna. Devemos viver e pensar um esporte que seja exemplo para todos, que sirva de exemplo para outras dimensões culturais, principalmente para aqueles que não amam o esporte *a priori*, mas que podem se inspirar nele e até mesmo serem contaminados positivamente por tudo de belo e ético que essa manifestação apresenta.

Se esboçássemos uma pequena e rápida observação flutuante por todos os esportes que ocorrem simultaneamente no mundo, provavelmente ficaríamos impressionados com a quantidade de pessoas que está envolvida nessas manifestações. Nesse sentido, não podemos abrir mão de discutir filosoficamente e sociologicamente as questões que permeiam as relações dessas pessoas e todo o fundo ético e cultural daquilo que afinal de contas dá significado aos que vivem e constroem o esporte, no sentido mais amplo da palavra.

Toda a argumentação elaborada acima é por constatarmos que a nossa casa anda um pouco desarrumada, confusa e ameaçada por uma série de questões que nos assustam: o *doping* assumido cinicamente; a corrupção dos agentes diretos; os comportamentos violentos dentro e fora dos ambientes esportivos; as indiferenças de muitos representantes do Estado são, com efeito, manifestações que não podem ser esquecidas e precisam ser frontalmente enfrentadas, caso contrário, nossa casa permanecerá totalmente maculada. Precisamos ver quais são os exemplos positivos e destacá-los para fundamentarmos nossas argumentações concretamente.

A nossa casa é superlativa. Ela está presente em várias culturas. Em todos os continentes. Em todos esses continentes as variações culturais reforçam que a diversidade sirva para fortalecer as reflexões

¹ Professor Doutor do Programa de Mestrado em Ciências da Atividade Física da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), Brasil.

² Professor Doutor do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Brasil.

³ Doutorando em Ciências do Desporto da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto (UP), Portugal.

⁴ Professor Doutor da Universidade Santa Úrsula (USU), Brasil.

teóricas, e que estas reflexões aproximem os seres humanos, pois, afinal de contas, para que fazer esporte, para que fazer ciência se não for para um crescimento maior da dita Humanidade. O Homem não pode ter uma atitude passiva diante do meio em que vive. Portanto, nossa escolha em discutir um esporte específico – o futebol – foi porque acreditamos que podemos contribuir de alguma forma para que esse esporte possa trilhar um caminho mais justo e mais rico em termos de experiências que desejamos deixar como legado para os nossos. A sua dimensão, como manifestação cultural, nos impõe que questionemos alguns de seus aspectos atuais: um deles é o chamado *Fair Play*.

O nosso futebol: Porque é de todos!

As questões das polêmicas na arbitragem no futebol não são recentes. Se olharmos com mais cuidado, pelo menos no futebol sul-americano, podemos constatar que desde 1914, na primeira edição da Copa Roca disputada no mesmo ano, entre Argentina e Brasil, discussões aconteceram. Claro, que com outro destaque e consequências.

Na referida competição, o Brasil só se tornou campeão da mesma porque os próprios jogadores argentinos questionaram o gol marcado por seu colega Leonardi, visto que o árbitro não percebeu que, na jogada do gol, o atleta utilizou a mão como podemos observar no relato que se segue:

Na primeira edição da competição, disputada em Buenos Aires, no Estádio do Gimnasia y Esgrima, muitos se surpreenderam com o triunfo brasileiro sobre os argentinos por 1X0, gol de Ruben Salles. Neste momento, o clima entre os selecionados era de inteira cordialidade, a tal ponto que o empate do jogador argentino Leonardi, apesar de validado pelo juiz, foi questionado pelos próprios jogadores porteños, uma vez que ele havia utilizado a mão para dominar a bola antes de arremetê-la ao gol (AGOSTINO, 2006, p. 61).

Mais recentemente outras questões centralizam as discussões sobre a arbitragem porque o futebol como esporte mudou muito. Os trabalhos de Rynnä, Dvorak, Peterson et al (2013), Ekstrand, Häggglund e Walden (2009) e Hay (1999) discutem aspectos que vão desde o risco de acontecimentos de lesões como consequência da violência no campo, até o relacionamento dos árbitros com os espectadores, como consequência de arbitragens complicadas.

Nesse sentido, o objetivo do nosso ensaio é estabelecer reflexões sobre uma questão que consideramos central no futebol do século XXI. O problema envolvendo a arbitragem futebolística, que continua a perpetuar acontecimentos dentro dos campos prejudicando a credibilidade do espetáculo e provocando manifestação de violências. Pretendemos com a elaboração desse trabalho, realizar aquilo que hoje tem sido discutido por pesquisadores brasileiros de fazer uma sociologia crítica (BRACHT; GOMES; ALMEIDA, 2014). Os referidos autores depois de recorrerem a Bauman e Habermas como referenciais teóricos de suas argumentações e afirmam

Nesse processo, os intelectuais, como intérpretes – tradutores podem colaborar para a autocompreensão das sociedades atuais, trazendo à tona as deformações que o sistema esportivo produz no mundo da vida e, ao mesmo tempo mediando o que se passa no âmbito das culturas especializadas (entre elas a dos estudiosos do esporte) para o público não profissional que está inserido na prática comunicativa cotidiana (BRACHT; GOMES; ALMEIDA, 2014, p. 39-40).

Em nossa opinião, apesar dos autores terem se referido ao público não profissional, acreditamos que também os profissionais podem estar incluídos nessa mediação. Nesse sentido, acreditamos que estamos colocando luz sobre algo que continua sendo relegado a segundo plano. A discussão de questões relativas ao futebol no que diz respeito ao seu desenvolvimento, fundamentalmente sob a perspectiva que Elias (1992) salientou:

Aquilo que ainda é muito invulgar no presente é a atenção a regras e normas em desenvolvimento. O problema do como e do porquê regras e normas se tornaram naquilo que elas são num dado momento não é explorado, com frequência, de forma sistemática (p. 227).

Gostaríamos de afirmar que nossas reflexões partirão da leitura do livro “*A busca da excitação*” de Norbert Elias e Eric Dunning (1992a). Esta afirmação se faz necessária pelo fato de nosso objeto de reflexão, o futebol, estar fortemente presente nesse livro. Além disso, consideramos que para as áreas das Ciências do Esporte, em sua dimensão sociológica, o referido livro pode ser tratado na condição de referência central, um clássico.

Dizer isso não significa que não venhamos a recorrer a outras publicações que nos ajudem a enriquecer a discussão central acerca da violência nos esportes. Pelo contrário, ao utilizarmos essa estratégia acreditamos que estaremos fornecendo alguns elementos teóricos e bibliográficos que aumentam a compreensão sobre a obra de Norbert Elias. Além disso, gostaríamos de pontuar que pretendemos elaborar nossas reflexões sobre a violência no futebol a partir do dimensionamento deste fenômeno na sociedade brasileira, tentando identificar, na medida do possível, relações com potencial de universalização.

Finalmente, e como escopo central do presente ensaio, gostaríamos de desenvolver e sistematizar nossas argumentações sobre a violência no futebol a partir das discussões que envolvem a aplicação das regras dentro das quatro linhas, e toda a relação de poder que está por trás das decisões sobre regras nesse esporte, questão essa, que, em nossa opinião, merece ainda uma tematização teórica mais aprofundada para que seja possível reorientar o pensamento e ação sobre o futebol como algo talvez “mais civilizado” e com menos riscos aos atores centrais na construção do espetáculo futebolístico: os jogadores profissionais.

Dados, números e informes

Na final do Campeonato Carioca de 1951, que foi disputada em janeiro de 1952, o famoso jogador Didi, então atleta do Fluminense Futebol Clube, quebrou a perna do futebolista Mendonça, defensor do Bangu Atlético Clube, vindo mudar toda a configuração da decisão. O campeonato era decidido numa melhor de três pontos e o Fluminense ganhou o primeiro jogo, no qual o referido atleta foi atingido. Na leitura das notícias da época, verificamos que o jogo descambou para a violência com jogadores do Bangu expulsos, jogadores esses que não puderam atuar na partida seguinte. O segundo jogo terminou empatado e o Fluminense tornou-se campeão. Voltando ao lance que resultou na lesão de Mendonça, devemos mencionar duas questões: a primeira é que Didi não foi sequer punido com falta, e a segunda é que o árbitro da partida, considerado extremamente disciplinador, sentiu-se confuso no decorrer do jogo e suas marcações foram consideradas erradas pela grande maioria de comentaristas especializados em futebol (O MATCH..., 1952).

Mais recentemente, passadas já cinco décadas daquele ocorrido, outro fato envolvendo lesão grave de atleta e com impacto midiático preponderante teve vez no contexto de ação futebolístico mundial. Trata-se do episódio relacionado ao atleta Eduardo Silva que disputava a *Premier League* do futebol inglês pela equipe do Arsenal em 2008, quando aos três minutos do jogo contra o Birmingham, sofreu uma lesão séria que o colocou impossibilitado de jogar por seis meses. No momento da lesão, inclusive, houve a preocupação, de muitos, que o futebolista perdesse o pé, porque a lesão foi tão grave que as imagens mostravam o pé “pendurado” pelos ligamentos. Houve um clamor geral da parte de dirigentes e técnicos sendo que alguns chegaram a postular que o atleta infrator, Martin Taylor, deveria ser banido do futebol devido à seriedade da lesão (BLATTER, 2008).

Esse é só um breve exercício comparativo, dentre inúmeros outros possíveis, que nos permitem sustentar o raciocínio de que a configuração futebolística profissional, na escala de longo prazo, não avançou no intuito de extirpar as condutas violentas de dentro do campo entre os atletas. Talvez isso nem mesmo seja possível ou talvez mesmo aqueles que estão em condições de imporem tais mudanças, por

uma série de razões, não manifestam devido interesse nisso. Se compararmos então o acontecimento do futebol carioca de 1952 com o do futebol inglês em 2008 podemos, em princípio, dizer que, passados 56 anos, a configuração do futebol, nessa dimensão específica – a da aplicação das regras – evoluiu pouco, pois ainda permite a ocorrência dessas graves lesões.

Evidentemente poderíamos apresentar vários outros casos de ocorrências de violências que aconteceram no futebol internacional, e, no futebol brasileiro. Só para efeito de raciocínio e evidenciar nossas argumentações, e, utilizando um jogador de grande importância no futebol mundial, podemos lembrar que Pelé, em 6 de junho de 1965, num amistoso da seleção brasileira com a alemã, em pleno Maracanã quebrou a perna de um jogador alemão, Willi Giesemann, e nem sequer foi expulso do jogo. Aliás, na sequência do jogo ainda conseguiu marcar para o Brasil e determinar a vitória da seleção nacional. Se a configuração já tivesse evoluído para uma punição imediata, Pelé não poderia nem ficar campo, e, conseqüentemente, ainda mais, favorecer a equipe brasileira. Nossa argumentação é que a pouca evolução da configuração do futebol está evidenciada na medida em que, nada foi elaborado que minimizasse essas ocorrências, na hora dos jogos e não posteriormente com punições nos tribunais. Mais ainda, nos tribunais podemos definir essas punições que, posteriormente, pelo alto grau de inibição, por serem fortes, acabarão por prevenir ocorrências durante os jogos. Mas o que estamos argumentando é elaborarmos algo que seja aplicado imediatamente no jogo. Que o atleta infrator saiba que será punido no momento do jogo e que não poderá, eventualmente, se favorecer dessa atitude.

É importante lembrarmos que outros esportes já definiram punições no momento do jogo. E não estamos falando somente de expulsões. Mas também dessas. Parece razoável pensar que em casos como esses, de lesões graves, a expulsão deveria ser obrigatória, sem questionamento da intencionalidade, e, considerando que a lesão no oponente é visivelmente grave, já estaria acordado que, durante o tempo de recuperação do lesionado o infrator ficasse impedido de atuar também. Será que essa punição aplicada e acordada para o momento do jogo não começaria a impedir futuros casos de lesões graves? Insistimos que estamos discutindo algo que seja aplicado no momento da dinâmica do jogo-desporto, se quisermos utilizar uma expressão Eliasiana.

Nossa premissa de argumentação a ser sustentada no avançar das páginas, portanto, é que sendo o futebol um esporte profissional de grande atração internacional, essa dimensão já poderia ter passado por um aprimoramento que, tentasse minimizar essas ocorrências, sem que isso significasse, contudo, ferir ou abalar o caráter de sucesso que o futebol obteve e continua obtendo em diversas regiões do globo. Nossas reflexões são baseadas na abordagem sociológica processual de Norbert Elias e pretendem então pontuar quais seriam os possíveis impedimentos sociohistóricos para a modificação desse quadro de tensão e violência, meio que na esteira do que especificou Eric Dunning (1992, p. 311) ao sugerir “[...] que a crescente seriedade do desporto moderno pode ser atribuída, em larga medida, a três processos inter-relacionados, nomeadamente a formação do Estado, a democratização funcional e a divulgação do desporto através do aumento da rede de interdependências”.

Partindo dessa diagnose sustentada por Dunning (1992), outras questões importantes nos incorrem: quais as pessoas que mais detêm o poder de mudar as regras no futebol e o que elas têm ou não têm feito para isso? Quais seriam os argumentos teóricos para discutir a configuração do futebol que poderiam ajudar a modificar o atual estado de tensão? Olhando o futebol de uma forma amplificada, poderíamos nos perguntar quem seria prejudicado ou beneficiado, caso algumas das regras desse esporte fossem alteradas? Pensando em termos comparativos, quais das mudanças implementadas em outros esportes poderiam nos auxiliar a pensar sobre o futebol?

É na esteira dessas reflexões, que é importante discutirmos inicialmente a questão do aumento da rede de interdependências no contexto futebolístico, decorrente e estruturante de sua própria dinâmica de espetacularização e oferta global. Nuanças desse quadro são sugeridas a partir da fala do presidente da FIFA (*Fédération Internationale de Football Association*), quando o mesmo aponta estar ciente dos avanços tecnológicos e sua potencial importância para o futebol. Em conformidade com Blatter:

[...] não se passa um dia sem que a tecnologia progrida. Dessa forma, nós temos o dever de pelo menos examinar se novas tecnologias poderiam ser usadas no futebol. O [International] Board concordou em testar a tecnologia ‘linha-de-gol’, desde que os sistemas estejam funcionando. O ponto crítico, no entanto, é assegurar que tal tecnologia não afetará a natureza universal das regras [do jogo] nem a autoridade dos árbitros (BLATTER apud MORAIS; BARRETO, 2008, p. 149).

A primeira questão que levantamos na fala de Blatter diz respeito à sua relativa abertura à introdução de novas regras no futebol, mas desde que as mesmas não afetem a natureza universal do produto cujo qual a FIFA monopoliza. Em contrapartida, observamos que outros esportes, a propósito, por exemplo, do voleibol, tal como aponta Marchi Júnior (2004), passaram por transformações em suas regras e isso representou ganhos visíveis para estrutura cuja qual engendram. Questionamos, portanto, o discurso de Blatter sobre a suposta natureza imutável do futebol e, mais que isso, sua concepção de mudança atrelada apenas à dimensão tecnológica, como se no interior dessa conjuntura não existissem outros aspectos que concorrem para o aprimoramento do jogo, diminuição da violência e preservação corporal dos jogadores.

Ainda segundo o dirigente, a introdução de alterações no corpo regulamentar do futebol colocaria em xeque a própria autoridade do árbitro. Esse tipo de tomada de posição, entretanto, não deixa de denotar a preocupação da FIFA em estabelecer uma configuração protecionista do jogo cujo qual monopoliza, configuração essa que invista tão somente na afirmação do quadro de regras e que não atrapalhe a fluidez do jogo e reafirme a distinção do futebol em relação aos demais esportes. Tal estratégia, por sua vez, acaba por criar um *ethos* de não intervenção, em que o poder decisório e soberano do jogo é dado a apenas um personagem central, “naturalizando” a figura do árbitro e mantendo a configuração do futebol protegida das pressões externas. Em suma, a necessidade de assegurar a diferenciação do futebol em relação aos demais esportes, bem como a preocupação com a autonomia dessa prática e com seu sucesso como produto mercadológico levam os dirigentes a pensar que ele alcançou forma “madura”.

A verificação empírica de que outros esportes optaram por uma modificação nas regras, para facilitar o desenvolvimento de sua dinâmica, comprova que o aumento da rede de interdependências pode e deve servir para o desenvolvimento do futebol. Na Copa do Mundo de 2010, na partida Alemanha *versus* Inglaterra, o lance no qual a bola ultrapassou a linha do gol e o árbitro argentino não considerou como gol válido ainda deve estar bem vivo na memória dos jogadores ingleses. Esse erro grave poderia ter sido evitado com o uso da tecnologia, ou com o auxílio de um árbitro colocado bem junto às balizas só para observar esse tipo de acontecimento. Além disso, a utilização das imagens de transmissão também poderia ser utilizada. Não podemos comparar as atuais transmissões com as antigas. Hoje uma imagem como essa poderia ser utilizada, e até nos arriscamos a dizer que seria capaz de transformar o sentimento dos espectadores quando vissem a correção de um erro. Talvez o espetáculo até ganhasse em excitação!

Para aprofundarmos um pouco mais a discussão da dinâmica dos jogos de futebol, é necessário recuperarmos algumas pesquisas que tentaram estabelecer observação sistemática desse esporte – aliás, como Elias e Dunning (1992b) preconizavam para o estudo dos jogos no tão bem discutido capítulo “*A dinâmica dos grupos esportivos – uma referência especial ao futebol*”. O trabalho de Andersen et al. (2004) é um bom exemplo. Os autores após um estudo que se utilizou de análise de vídeos de 174 jogos, de um total de 182, do Campeonato Norueguês em 2000, com observação de especialistas em futebol e arbitragem, concluíram que das 406 lesões relacionadas nas observações somente houve coerência das marcações dos árbitros em cerca de 30% desse total. Ou seja, em 70% das outras marcações houve discórdia sobre a atuação dos árbitros, e essa discórdia provocou risco e eventuais lesões aos atletas.

Os autores apontam a necessidade de estudos mais sistemáticos sobre a contenção da violência no futebol, e uma das formas possíveis seria a adoção de comportamentos similares aos já existentes em outros esportes. Sugerem então, nesse quesito, que atletas devam ser excluídos temporariamente dos jogos – como já existe em outros esportes – no caso de infrações graves. Naturalmente, essa sugestão deveria ser considerada levando em conta a dinâmica – insistimos sempre – específica do futebol. Consideramos, portanto, que o tempo que o jogador em caráter punitivo poderia se ausentar da partida

para diminuir o nível de tensão e provocar um desequilíbrio positivo para o adversário, não só pode como deve ser pensado em virtude ao fato de que no futebol a consecução de um gol não acontece frequentemente, como por exemplo, acontece no handebol ou mesmo no basquete. Nesse caso específico da pesquisa, os autores recomendaram o tempo de 10 minutos como razoável para “esfriar” os ânimos do jogador infrator.

Em direção similar, Santos et al. (2012) ao observarem sistematicamente 40 jogos de competições do futebol brasileiro (campeonato brasileiro, copa do Brasil e campeonatos estaduais) apontam que uma das características preponderantes e mais marcantes no contexto futebolístico no tocante às relações entre o controle regulamentar e os atos de violência no decorrer do jogo, é a dificuldade de controlar tudo que acontece em campo, e, conseqüentemente, a ocorrência dos erros. A pesquisa dos autores também aponta que a dinâmica do futebol tem mudado pouco nos últimos anos, e necessita de alterações nas regras para que sejam evitadas situações extremas de violência. Talvez seja o caso, conforme os autores sugerem, de que o jogo seja arbitrado por dois árbitros em campo, para minimizar esses erros.

É nesse sentido, que os autores aprofundam sua discussão relembrando que experiências desse gênero já foram feitas em algumas ocasiões, como por exemplo, no Campeonato Paulista de 2000, em que essa determinação foi adotada com sucesso, pois diminuiu o número de faltas e aumentou o tempo de jogo. Quanto à questão de que a presença de dois árbitros em campo poderia duplicar as interpretações, os autores afirmam que estas já existem com somente um árbitro, que, em alguns momentos, usa critérios diferentes para a mesma ocorrência. Os autores também questionam que se essa configuração funciona em outros esportes, a exemplo do basquetebol ou futsal, por que não funcionaria com o futebol? De forma mais categórica, afirmam os autores nas argumentações finais de sua pesquisa, que a imponderabilidade da construção dos resultados no futebol deveria estar centrada na habilidade técnica e tática das equipes e jogadores, e não nos erros das arbitragens.

Dando sequência às nossas reflexões sobre a configuração futebolística, é necessário recorrer à figura dos árbitros para dimensionar melhor essa trama. Mason e Lowell (2000) em pesquisa sobre a atuação de árbitros no futebol inglês trazem alguns indicadores capitais formulados a partir de questionário que contou com 38 questões. Dentre esses indicadores, violências sofridas pelos árbitros, preparação mental para enfrentar a situação dos jogos e comportamentos das torcidas são questões centrais na “profissão” dos árbitros. Considerando todos esses dados, os autores ressaltam existir no ambiente da arbitragem uma abertura para que novas tecnologias sejam utilizadas, desde que não comprometam a atração e dinâmica do jogo. Sobre a utilização de vídeos para solucionar questões dúbias, 46% dos entrevistados temiam que essa ferramenta prejudicasse o desenvolvimento do jogo, se bem que o que mais parece estar em tela, lançando uma reinterpretação desse dado, é o relativo receio dos árbitros perderem o monopólio de suas decisões referentes à aplicação das regras do jogo.

Trazendo mais elementos analíticos à discussão, vale recuperar a fala de um dos informantes que participaram da pesquisa de Bruno Boschilia (2008, p. 166) sobre as relações firmadas entre a figura do árbitro e a aplicabilidade das regras no contexto futebolístico brasileiro. Diz seu informante nesse sentido:

As regras são como se fossem um rio descendo, a margem direita e a margem esquerda, ou seja, dentro delas você pode oscilar. O que você tem que ter, principalmente, são critérios. Se você tiver critérios de não arbitrar pequenas faltas, embora a regra diga que você tem que apitar, você tem usar para ‘a’ e para ‘b’, esse eu acho que é o principal ponto. Agora, 100% de aplicação de regras, 100% das regras eu digo honestamente para você que não tem condições. O árbitro tem que ter a noção e a sabedoria de entender quais são estas margens, para que o jogo não saia de seu controle.

Percebemos na fala do árbitro que a palavra controle é acionada no intuito de remeter a uma dinâmica naturalizada a partir da qual deveria transcorrer o jogo de futebol. Se existe a preocupação com a *sabedoria* para não perder o *controle* é porque as regras, da forma como são apresentadas hoje – quer dizer, fundamentalmente, sob a responsabilidade de um árbitro – não são tão “fortes” ou, para usar termo próprio ao futebol, não são claras. Em consequência, gera-se muita tensão dentro de campo e, muitas

vezes, as dúvidas e discussões em torno das marcações provocam reações de violência. Voltando à fala do árbitro mencionado, como controlar tudo, ou pelo menos muita coisa, se a tarefa física de correr todo o campo é cansativa, e, inúmeras vezes, essas marcações tornam-se impossíveis de serem concretizadas?

Cabe notar, nesse sentido, que mesmo que os dirigentes e árbitros entendam que o desenvolvimento tecnológico empregado nas partidas acabaria por comprometer a dinâmica do jogo de futebol, essa imersão foi inevitável: se da década de 1980 existiam em média quatro câmeras para toda a transmissão, o que se tem hoje são 38 câmeras que tentam registrar com precisão cada lance, sem falar ainda da “ação vigilante” dos próprios torcedores que detêm *smartphones* com câmeras cada vez mais potentes. Nesse caso, se os árbitros estão impedidos de utilizarem o aparato tecnológico disponível, o mesmo não pode ser dito da mídia que cobre os eventos futebolísticos: os possíveis erros de arbitragem tornam-se fontes inesgotáveis de polêmicas, criando um ambiente de disputa em que a ambivalência serve bem ao gosto para manter a audiência elevada e aproximando o futebol até mesmo das telenovelas (BOYLE; HAYNES, 2000).

Já Silva e Oliveira (2012) em artigo que procurou discutir a atuação do árbitro sob a perspectiva da fisiologia, mas não somente desta, realizaram uma revisão em 132 artigos que tivessem ligação com a atuação do árbitro, e selecionaram 28 que diziam respeito às potenciais interferências na tomada de decisão do “profissional”. Depois de reunir discussões sobre as várias dimensões que envolvem a atuação do árbitro, inclusive questões sobre hidratação, distância e exigências perceptuais-cognitivas, os autores argumentam que:

[...] a atenção é um aspecto importante no processo de elaboração de uma decisão a ser tomada pelo árbitro. Quando o árbitro não corre no campo como se espera que faça, os jogadores ficam visivelmente aborrecidos. Se o árbitro frequentemente perder situações importantes, os jogadores eventualmente perderão a confiança no árbitro e começarão a agir agressivamente e ameaçadoramente e isto pode contribuir para o seu fracasso na condução da partida (SILVA; OLIVEIRA, 2012, p. 122).

A constatação dos autores reforça nossas argumentações sobre a necessidade de se (re)pensar a dinâmica das arbitragens no futebol. Os exemplos já citados sobre outros esportes apontam para uma possível mudança que ainda não foram levadas a efeito no futebol, por razões referentes, sobretudo, à oscilação da balança de poder em favor dos que detêm o monopólio das tomadas de decisão sobre os rumos histórico-sociais dessa prática esportiva. Recentemente no contexto futebolístico brasileiro, mais precisamente no Campeonato Brasileiro de 2014, foi implementada a figura – mesmo que não oficial – de um árbitro que ficava na linha de fundo do campo, somente para verificar casos extremos de ultrapassagem da bola na linha imaginária do gol, infrações pontuais dentro da grande e pequena área e auxiliar o árbitro em situações eventuais.

Essa medida também foi utilizada em outras competições importantes como, por exemplo, a Liga dos Campeões da Europa. Atualmente, essa decisão está mantida na Europa e no Brasil foi abolida. Aqui caberia indagar: por qual razão uma decisão inteligente não é mantida? Por que uma competição como a Liga dos Campeões da Europa não pode se constituir em um exemplo para o Campeonato Brasileiro nesse quesito específico? Não podemos esquecer que todas as argumentações que estamos levantando estão relacionadas ao conceito *eliasiano* de cadeias de interdependências. Se fôssemos resumir aqui, numa última questão, por tudo que já conhecemos em outros esportes e mesmo pelas experiências já utilizadas no próprio futebol perguntaríamos: por que no futebol existe tanta resistência a mudanças significativas nas regras?

Acreditamos que para levar a efeito essa reflexão é necessário retomar e discutir a concepção de democratização funcional e para tal devemos entender a visão de Elias sobre esse conceito. Para o autor, democratização funcional está diretamente ligada ao exercício do poder no sentido de busca de equilíbrio dentro de grupos ou mesmo entre grupos com o controle de um Estado (ELIAS, 1994, 2011).

Neste ponto, inclusive, é que podemos formular algumas questões que visam restituir a condição do futebol como fenômeno globalizado e que, nesse sentido, poderia levar em consideração, em escala

transnacional, a democratização funcional de regras que visassem amenizar os atos de violência que se protagonizam nesse esporte: qual o equilíbrio que está havendo entre grupos que poderiam estar interessados numa boa forma de arbitragem? Quem decide sobre arbitragem no mundo do futebol? Os árbitros e jogadores estão sendo ouvidos sobre possíveis mudanças a serem implementadas?

Morais e Barreto (2008), ao discutirem a utilização das tecnologias de monitoramento para as regras do futebol, afirmam que, hoje em dia, aparentemente, a comunidade que envolve o mundo futebolístico está dividida em dois grupos: um grupo crescente de jogadores, técnicos e jornalistas esportivos que são a favor do uso dessas tecnologias para auxiliar a decisão dos árbitros; outro, composto por um número reduzido de pessoas que são “[...] contra, total ou parcialmente, ao uso de tais artefatos” (MORAIS; BARRETO, 2008, p. 130).

Na sequência do artigo, os autores apontam que, no primeiro caso, os que são a favor, a questão da justiça para apontar o verdadeiro vencedor é um argumento forte. Além disso, também argumentam que um erro pode colocar por terra todo o esforço de uma equipe que treinou por muito tempo para alcançar aquele resultado. No segundo caso, que é um argumento normalmente sustentado pela FIFA, a defesa da ocorrência dos erros se sustentaria para que o futebol continuasse a espelhar a “vida” que é repleta de “erros”, condição recursiva que, por sua vez, é acionada em diferentes instâncias, para legitimar o poder de atração do futebol, se bem que no caso da FIFA o que está em jogo diz respeito, sobretudo, a preservação do mercado rentável sob o qual seu produto está alavancado.

Colocado sob outro aparato conceitual, compreendemos que as mudanças nas regras no futebol implementadas pela FIFA seguem as tensões entre manter o jogo mais imponderável possível (assim como na vida), tentar assegurar um *corpus* regulamentar estável (seguindo uma tradição – mesmo que inventada) e realizar alterações que não firam aos dois primeiros princípios expostos, condição que – como no caso das marcações sobre as bolas que ultrapassam a linha do gol – configura uma trama que implica em sérias dúvidas sobre a capacidade humana de não apenas controlar tudo, mas de reconhecer que a visão que defendem como única e legítima tem limites.

Ao nos atentarmos mais a rigor para a discussão realizada por Moraes e Barreto (2008), podemos verificar que a questão central que permeia vosso artigo se assenta na problematização de um dos pontos fortes da obra de Elias no tocante ao estudo do esporte, qual seja, o entendimento de que o quadro de satisfação emocional advindo de práticas miméticas como o esporte se constrói mediante a manutenção de níveis ótimos de equilíbrio de tensões – a atração provocada pela emoção –, mas sem causar danos físicos aos participantes. E nesse ponto, acreditamos que podemos interpretar as duas posições expostas anteriormente sobre o uso da tecnologia como forma de minimizar e corrigir os erros que os árbitros como seres humanos interdependentes à figuração em tela estão sujeitos a cometerem. Enquanto a primeira argumentação, está sensível a necessidade de serem implementadas mudanças no contexto futebolístico, a segunda argumentação, aquela que essencializa e naturaliza os erros, representa a negação de que as formas de cultura da humanidade são fruto de um aperfeiçoamento.

Em outras palavras, aceitar que o futebol não pode se aperfeiçoar porque deve ser com a “vida” é negar que os seres humanos e suas invenções modificam-se no sentido mais amplo. Então temos que permanecer imutáveis? Devemos repetir os erros? Mais ainda, o discurso de que os erros justificam a demanda atrativa do futebol se trata, no limite, de uma falsa argumentação ou, se preferirmos, de uma tergiversação. A atração coletiva provocada especificamente pelo futebol reside na sua potencialidade em mimetizar na escala micro os conflitos da escala macrosocial ou, em outros termos, em sua emergência como esfera propensa para negociação mimética de conflitos sociais (SOUZA, 2014). Nesse sentido, não devemos levar a diante a crença naturalizada dos erros para respaldar o discurso de imutabilidade do caráter esportivo do futebol, concepção ortodoxa associada às entidades que o controlam. Vale ressaltar que no âmbito esportivo, a vitória não deveria ser determinada por fatores externos, mas pela competência e capacidade de uma equipe provocar erros no adversário, o que, no entanto, nem sempre acontece, devido, sobretudo, à existência de redes de corrupção que se especializam e se rotinizam no contexto do futebol globalizado.

A propósito, a questão da corrupção envolvendo as arbitragens no futebol já é algo recorrente no ambiente futebolístico mundial. Em 2005, a revista *Veja* publicou uma reportagem – “*Jogo sujo – a máfia do apito do futebol brasileiro*” – que, sobretudo, descreve a investigação organizada pelo Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado (GAECO) e pela Polícia Federal, averiguação que desmantelou uma quadrilha organizada por árbitros e empresários interessados em “produzir” resultados que os favoreceriam em apostas. Nessa mesma reportagem, a revista abre um quadro para falar da corrupção em outros países, e relata que em 1980, na Itália, ocorreu um escândalo chamado de “Totonero” que envolveu jogadores, árbitros e dirigentes que foram acusados de fabricar resultados para os apostadores. Nesse caso, jogadores foram punidos e times rebaixados de divisão, aliás, times muito importantes como, por exemplo, o Milan e o Lazio (JOGO, 28/09/2005, p. 72).

Sobre o caso do Brasil, a revista aponta que, o árbitro categoria FIFA, Edilson Pereira de Carvalho cobrava 15.000,00 reais por jogo “vendido”. Além de Edilson, outro árbitro, com atuação mais restrita ao Campeonato Paulista, Paulo José Danelon, também estava envolvido no esquema. Na leitura da reportagem as atuações do referidos árbitros eram direcionadas para “[...] forjar pênaltis, expulsar jogadores injustamente, validar gols ilegais e anular gols legítimos” (JOGO, 28/09/2005, p. 74), enfim, para produzir erros bastante visíveis que beneficiassem os contratantes de seus serviços. Este caso gerou muita discussão na mídia brasileira e mais uma vez foram lançadas suspeitas sobre inúmeros casos antigos referentes à questão da idoneidade das arbitragens.

Ao compararmos esses acontecimentos mencionados com as discussões expostas anteriormente sobre o estatuto dos erros de arbitragem no contexto futebolístico, logo percebemos que uma nova dimensão se apresenta à análise – dimensão de ordem mais racional que accidental – e, que inclusive, pode ser mais bem delineada à luz das dinâmicas de poder que orientam as relações de interdependência entre os agentes e instituições que concorrem para fazer do futebol um espetáculo global. Como todos seus constructos teóricos Elias não pensa o poder de forma reificante, mas como elemento estrutural das relações humanas (SOUZA, 2014). Para o sociólogo alemão: “O poder não é um amuleto que um indivíduo possui e outro não; é uma característica estrutural das relações humanas – de todas as relações humanas” (ELIAS, 2011, p. 81).

Direcionando essa analítica do poder para o contexto futebolístico, é possível afirmar que os jogadores dependem da forma como as arbitragens são realizadas, e essas são altamente questionadas e influenciadas. Os árbitros, por sua vez, dependem das escalões nos jogos para poderem galgar melhores posições na carreira do *ranking* da arbitragem, seja nacional ou internacional. Já os dirigentes acabam conduzindo muitas das dinâmicas que perpassam esse esporte numa relação extremamente autoritária, o que indica que a balança de poder, não raras vezes, pende a seu favor.

Em contrapartida, os árbitros estão sempre sendo o foco central das críticas, o que indica uma relação de poder desfavorável e que, muitas vezes, mascara a complexa trama – tornada possível pelos diferentes atores a partir da tríade “violência-tecnologia-erro” – que encerra o futebol em uma condição relativa de imutabilidade social, ao menos quando comparado a outros esportes. Essa conjuntura, insistimos, acaba então centralizando as críticas aos erros e às manifestações de violência no contexto de ação futebolístico em virtude da investida de curto prazo dos árbitros, invisibilizando o papel de longo prazo dos dirigentes na desorganização do futebol ou na “organização” do mesmo segundo os seus interesses e os dos seus parceiros comerciais.

Os recentes acontecimentos envolvendo o presidente da FIFA, Josef Blatter e mais um grupo de outros presidentes de confederações de vários países, assim como outros dirigentes, é um indício do que estamos sugerindo e lança forte suspeita em todas as relações que envolvem o mundo futebolístico. No caso brasileiro estamos falando do segundo maior dirigente, Jose Maria Marin, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, que está preso, prestes a ser deportado para os Estados Unidos da América do Norte, ele e muitos outros envolvidos em corrupções das mais variadas (MAIOR, 2015).

Na sequência dos noticiários dos jornais e das mídias televisivas, no que diz respeito a casos de corrupção envolvendo o futebol brasileiro e sul-americano, foi tornado público, inclusive, uma escuta telefônica que mostra o diálogo do então presidente da Associação Argentina de Futebol sobre um jogo

da Taça Libertadores da América de 2013, na qual o referido dirigente ri e, de certa forma, comemora a atuação de um árbitro paraguaio que favoreceu time argentino e prejudicou absurdamente o Corinthians (ESCUA, 2015). São enfim peças de um complexo “quebra-cabeça” que com o passar dos anos se encaixam e sugerem mais evidências para fundamentar o trabalho investigativo dos pesquisadores.

Considerações finais

Atualmente, as arbitragens no contexto de ação futebolístico configuram um centro de tensões no qual as manifestações de exercício de poder por parte dos dirigentes, nacionais e internacionais, expressam que suas funções são colocadas de modo extremamente autoritário, evitando assim possíveis alterações na dinâmica das regras do futebol, de forma que as mesmas possam tornar o esporte mais “maduro”.

As pesquisas recuperadas neste ensaio apontam inequivocamente que a dinâmica das arbitragens no contexto futebolístico não só poderia como deveria ser aperfeiçoada de forma a potencializar, comparativamente a outros esportes, mais o espetáculo na medida em que se minimiza a ocorrência de manifestações de violências. Evidente que a atuação do árbitro na mediação desse conflito é tarefa delicada, se bem que a efetivação dessas mudanças no propósito de tornar o futebol mais “amadurecido” transcende a ação racionalizadora do árbitro em afastar seus erros e, ao invés disso, remonta a uma complexa trama da qual o árbitro é apenas uma das figuras atuantes e nem mesmo a mais central, como uma leitura ingênua elaborada em termos voluntaristas seria levada a defender.

Para tornar o futebol “amadurecido” – e este termo é utilizado por Elias para designar um esporte que tenha encontrado um equilíbrio satisfatório entre provocar emoções e satisfazer tensões, mas com a possibilidade mínima da ocorrência de danos físicos e, podemos acrescentar, de manifestações violentas aos seres humanos – é necessário que as instituições e os dirigentes que comandam o futebol mundial se convençam de que precisam recorrer, por exemplo, ao uso dos recursos tecnológicos para amenizar erros e auxiliar os árbitros no sentido de fazerem a regra se aplicar de forma mais justa e menos subjetiva ou subvertida em razão de pressões externas.

Além disso, fazer uso no início dos jogos internacionais e de competições sob sua responsabilidade da expressão “*My game is fair play*” é uma atitude, no mínimo, muito tímida para considerarmos que a FIFA, como instituição máxima do futebol, está realmente se esforçando para tornar esse esporte mais justo e menos violento. Soma-se a esse quadro que os recentes acontecimentos sobre o escândalo na FIFA envolvendo seu dirigente maior, assim como vários outros, nos mais diferentes níveis hierárquicos, lança uma enorme desconfiança dos aficionados e consumidores dos produtos esportivos sobre o mundo do futebol, tanto em termos racionais quanto passionais. Essa desconfiança a cada dia mais se confirma e se traduz na fórmula desmagnificada “*The game is not fair play*” que ganha coro em alguns setores do campo acadêmico e entre os sujeitos mais desencantados e reflexivos da esfera pública.

Referências

- ANDERSEN, T. E.; ENGBRETSSEN, L.; BAHR, R. Rule violations as a cause of injuries in Male Norwegian Professional Football. Are the referees doing their job? **The American Journal of Sports Medicine**, v. 32, n. 1, p. 62-68, 2004.
- BLATTER quer dar um basta na violência. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 mar. 2008. Caderno de Esportes/ Editoria de Esportes.
- BOSCHILIA, B. **Futebol e violência em campo**: análise das interdependências entre árbitros, regras e instituições esportivas. 2008. 192f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)– Setor de Ciências Biológicas, Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
- BOYLE, Raymond; HAYNES, Richard. **Power Play**: sport, the media and popular culture. Edinburgh Gate: Pearson Education Limited, 2000.

- DUNNING, E. A dinâmica do desporto moderno: notas sobre a luta pelos resultados e o significado social do desporto. In: ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.
- ELIAS, N. **O processo civilizador** – uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ELIAS, N. **Introdução a Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992a.
- _____. A dinâmica dos grupos esportivos – uma referência especial ao futebol. In: ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992b.
- ESCUta telefônica levanta suspeitas sobre resultado de Corinthians x Boca Juniors. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 jun. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/esportes/escuta-telefonica-levanta-suspeitas-sobre-resultado-de-corinthians-boca-juniors-16516533>>. Acesso em: 21 abr. 2016.
- JOGO sujo – a máfia do apito do futebol brasileiro. **Veja**, São Paulo, ed. 1924, 28 set. 2005, p. 72-80.
- MAIOR escândalo da história do futebol leva oito cartolas à cadeia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 maio 2015.
- MARCHI JÚNIOR, W. **“Sacando” o voleibol**. São Paulo: Hucitec; Ijuí: Unijuí, 2004.
- MASON, C; LOWELL, G. Attitudes, expectations and demands of English Premier League Football Association Referees. **Football Studies**, v. 3, n. 2, p. 88-102, 2000.
- MENNEL, S. **Norbert Elias: an introduction**. New York: Blackwell, 1992.
- MORAIS, J. V; BARRETO, T. V. As regras do futebol e o uso de tecnologias de monitoramento. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**. Estudos de sociologia, v. 14, n. 2, p. 129-156, 2008.
- O MATCH que Bangu e Fluminense ficaram devendo à cidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 jan. 1952. *Jornal dos Esportes/ Editoria de Esportes*.
- SANTOS, R. F.; SOARES, A. J. G; FERREIRA, M. S. Reflexões sobre os erros das arbitragens no futebol brasileiro: existe possibilidade de aperfeiçoamento? **Revista Brasileira de Futebol**, v. 5, n. 1, p. 59-74, 2012.
- SILVA, A. I.; OLIVEIRA, M. C. Fatores que podem interferir na tomada de decisão do árbitro de Futebol. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, v. 32, n. 6, p. 113-127, 2012.
- SOUZA, J. **O “esporte das multidões” no Brasil: entre o contexto de ação futebolístico e a negociação mimética dos conflitos sociais**. 2014. 432f. Tese (Doutorado em Educação Física)– Setor de Ciências Biológicas, Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

Educação Física, sociologia, futebol: uma interpretação do Brasil

Mauricio Murad¹

Reflexões e prolegômenos

O conhecimento do Brasil passa pelo futebol

José Lins do Rego (1901-1957)

Desde o ano de 2009, mais acentuadamente a partir de 2012, o Brasil alcançou níveis perturbadores de práticas de violência no âmbito do futebol, sobretudo nos índices de mortes comprovadas pelo inquérito policial, resultantes de confrontos diretos entre segmentos radicais de torcedores infiltrados nas associações das torcidas organizadas, em todo o país, de norte a sul, de leste a oeste. A título de exemplo, somente em 2013, foram 30 as mortes comprovadas de torcedores, em decorrência de conflitos entre grupos delituosos no interior das torcidas organizadas.

O futebol é um “fato social total” (MAUSS, 1974), ou seja, através dele pode-se observar e interpretar o conjunto das instituições de uma determinada estrutura social. Em decorrência, o futebol torna-se um instrumento cultural de investigação, reflexões e saberes sobre os fundamentos das estruturas sociais do Brasil (e não só do Brasil), de nossos modos de ser, de nossos dilemas, contradições e possibilidades de superação de entraves históricos e sociológicos. Por evidente, o futebol não é panaceia, ou seja, “remédio para todos os males”, claro que não, mas ajuda a sinalizar possibilidades socioculturais, educacionais e éticas, de participação coletiva, inclusão, democratização de conhecimentos e participação popular.

O futebol, para além das quatro linhas do jogo, para além de uma modalidade esportiva, pode ser um mecanismo de compreensão de nossas raízes, dos fundamentos de nossa formação histórica, na medida em que revela as nossas contradições sociais, simbólicas, aquilo que temos de “positivo” e o que temos de “negativo”. Futebol no Brasil (e não somente no Brasil, insisto) é cultura popular, alegoria coreográfica, musicalidade e corporeidade, participação coletiva, oportunidade de expressão, identidade e simbologia. Isto, de um lado. De outro, é concentração de renda, de poder e de oportunidades, além de corrupção, impunidade, autoritarismo, exclusão, xenofobia, violência e até mesmo pedofilia.

A densidade do futebol, enquanto expressão sociológica das coletividades, está exatamente aí, nessas amplitudes e nesses aprofundamentos temáticos e analíticos, que ultrapassam os seus próprios limites institucionais, alcançando muitas vezes as raízes históricas do conjunto da sociedade. Investigar as múltiplas facetas do fenômeno futebol é estudar as suas contradições e seus paradoxos, enquanto metáfora da vida em sociedade. Em fins de conta, esses fenômenos existenciais, psicológicos, culturais, políticos, sociais, históricos, humanos são expressões dinâmicas, totais, dialéticas, da sociedade brasileira. Da alegoria à pedofilia, da arte popular à violência homicida, da democratização ao autoritarismo, podemos dizer: tudo isso é futebol. E assim é por ser uma expressão totalizante da vida social, plena de tensões e de ambiguidades

Somente como sinais indicativos, podemos articular alguns dados que realizam conexões entre a parte e o todo, entre a instituição futebol como parcela do sistema institucional do Brasil e este próprio em sua dinâmica e funcionalidade, em sua história e estrutura. A concentração de renda por aqui é uma das mais agudas do mundo, histórica e estrutural, e é uma das marcas carimbadas de nossa imensa desigualdade social. De acordo com os últimos dados publicados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, setembro de 2017, seis (6!) megaempresários brasileiros somam uma renda igual a mais de 50

¹ Professor do curso de Mestrado em Ciências da Atividade Física, da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), Brasil.

milhões de brasileiros e brasileiras, isto é, quase a metade da nossa população, de 208 milhões de almas, conforme o mesmo Instituto e para o mesmo exercício.

No mesmo período, estatísticas da CBF, Confederação Brasileira de Futebol, informam que 82% dos jogadores profissionais de futebol no Brasil, devidamente cadastrados e federados, recebem de salário mensal até 1000 reais, um pouco mais do que um salário mínimo oficial do país, em 2017, que era de 937,00 reais, algo em torno de 285 dólares. Além disso, segundo os mesmos dados, somente 2% dos jogadores por aqui ganham salários muito altos, acima de 50 mil reais, e 85% dos clubes oficiais de futebol só têm trabalho efetivo e constante três meses por ano. Portanto, a concentração de riqueza, de poder e de oportunidades revelada pelo futebol brasileiro é uma expressão eloquente e até mesmo perturbadora, da concentração profunda existente no país.

Por essa perspectiva de estudos e análises, na qual por intermédio do futebol, podemos fazer uma psicossociologia da vida brasileira, é que o “esporte bretão” torna-se entre nós muito mais do que uma modalidade esportiva. Para além das “quatro linhas” o futebol é um fenômeno social de larga longitude e profunda latitude, um fenômeno histórico e social de proa, para o entendimento da existência social no Brasil. Irrecusável. Intransferível.

Essa ideia atribuída ao escritor e pensador José Lins do Rego (1901/1957), cronista esportivo e torcedor apaixonado do Flamengo, pode ser encontrada direta ou indiretamente em diversos intérpretes fundamentais do Brasil, como Rui Barbosa, Gilberto Freyre, Fernando de Azevedo, Luis da Câmara Cascudo, Mario de Andrade, Mario Filho, Nelson Rodrigues, João Lyra Filho, João Saldanha, Armando Nogueira, Roberto DaMatta, entre outros personagens marcantes do nosso passado, do nosso passado recente e do nosso presente históricos.

José Lins, além de grande romancista, escreveu 1571 crônicas de futebol, no Jornal dos Esportes, entre 1945 e 1957, ano de seu falecimento. Essas crônicas, crônicas, em verdade, como ele mesmo as classificava, resultaram num livro, digamos assim, de “sociologia do futebol”, pelo grau de densa interpretação dos contextos envolventes do futebol, tanto no Brasil como no mundo, a partir do próprio jogo. *Zelins, Flamengo até morrer* foi escrito pelo também premiado escritor e competente pensador, outra referência intelectual na vida brasileira, Edilberto Coutinho (1938-1995), igualmente autor de *Maracanã, adeus – onze histórias de futebol*, vencedor, 1980/81, do prêmio de literatura latino-americana, *Casa de Las Américas*, de Cuba, chamado de O Nobel da América Latina, antes mesmo de Jorge Amado (!), que teria dito ao acabar de ler o livro: *é mesmo um baita contista!*

O futebol como uma de nossas mais representativas e referenciais identidades coletivas, um destacado fenômeno de nossas culturas das multidões, expressa dialeticamente os quadros estruturais dominantes da existência social no Brasil. E com todas as suas contradições e paradoxos, dilemas e esforços, exclusões e inclusões históricas e sociais. Nossa formação é marcada e demarcada pela concentração: de renda, de poder, de oportunidade. Isso faz com que nossas instituições tenham uma dinâmica funcional com pouca preocupação de cidadania e sentidos de futuro. Além de baixa importância em relação a perspectivas de preservação da vida, do meio ambiente e da consolidação de estratégias políticas de longo prazo, em defesa da qualidade de nossas expectativas, é de pouca densidade e baixo volume os nossos investimentos em cidadania, graus de tolerância, de generosidade, de uma educação efetivamente cidadã e de uma justiça social mais equânime e fundadora de novos modos de relações humanas e de existência cultural.

O futebol, como as demais modalidades esportivas, e também como os eventos coletivos de nossas culturas estão aí contextualizados e, com todas as mediações, contradições e problematizações possíveis, expressam e de certo modo representam os contextos mais alargados onde se inserem. Em razão disso, podemos convalidar o que foi dito, na condição de quase epígrafe, na abertura deste ensaio e inspirado em José Lins do Rego: *o conhecimento do Brasil passa pelo futebol* e dialeticamente complementá-lo considerando que o conhecimento do nosso futebol passa pelo Brasil.

Num e noutro, no Brasil e no futebol brasileiro, podemos perceber e por isso nos inquietar, observar e perceber essas interações entre dados objetivos e subjetivos de impunidade, corrupção, concentração, exclusão, violência. Como também de intolerância, preconceito, racismo, elitismo, álcool, drogas. Tráfico de armas, hierarquias rígidas, generificação dos corpos e das práticas culturais, predominância de

masculinidades excludentes, ditatoriais mesmo, autoritarismo e centralização de poder e mando. Exportação dos nossos melhores produtos, na economia e no futebol, como também seu reverso, o efeito-demonstração, isto é, a ideologia cujo efeito sociológico é o de dar mais valor ao que acontece lá fora, no exterior, do que aquilo que acontece em nossas realidades internas e daqui emergentes. A valorização hegemônica da dimensão do alto rendimento no fenômeno futebolístico de resultado, excessivamente mercantil, quantitativo, de predominância tecnocrática das táticas engessadas, cientificistas, formais, em prejuízo do esporte comunitário, escolar e de lazer, o da criatividade, habilidade, espontaneidade, qualidade técnica, identidade cultural e simbólica, socialização e cidadania. Comercialização, juvenilização e espetacularização exageradas de marqueteiros, publicitários e agentes intermediários desse mercado tão peculiar, porque movido pela paixão. Em resumo e como se diz jocosamente, mas como uma boa síntese, síntese proveniente da irreverência da chamada cultura popular, futebol-arte *versus* futebol-arte marcial.

Num e noutro podemos perceber essas tensões e ambiguidades e por isso nos inquietar. Sim, porque é perturbador, porque é preocupante e porque deve nos levar a refletir e a interferir. Onde? No processo de preservação humanitária e minimamente igualitária, em direitos, deveres e oportunidades, daquilo que simbolicamente podemos sinalizar como a *nossa casa*, a *nossa rua*, a individualidade e a coletividade, tanto naturais, quanto culturais, sociais ou históricas. No futebol brasileiro e no Brasil, pode-se ler esse cenário trágico, acima descrito, que derrete o país em corrupção, desmandos e violências, onde agentes públicos, dirigentes políticos e empresários nos constroem quase que diariamente. No Brasil e no futebol brasileiro.

Para tanto, basta vermos o que está acontecendo de forma antiética e imoral na gestão pública brasileira e do mesmo modo na gestão dos clubes e das entidades federativas e confederativas do nosso futebol, bem como de diversas outras modalidades esportivas. São núcleos diretivos, políticos e esportivos, marcados e demarcados pela corrupção deslavada, pela malversação de recursos públicos e pelo aparelhamento mais subalterno possível das instituições políticas e desportivas. Os agressivos escândalos nos diversos governos, tanto os de “esquerda” como os de “direita”, tal como os escândalos revoltantes da Confederação Brasileira de Futebol são exemplificações daquilo que estamos a dizer. (*vide* MURAD, In DEL PRIORE e MÜLLER, 2017).

Retratos da vida. Da vida brasileira. Retratos do nosso futebol e também do nosso país. É possível, evidentemente, amplificar para o mundo. Mais ainda para o atual, que se supõe e pressupõe estar vivendo, há algum tempo, o “fim da história” (FUKUYAMA, 1992), nesse planeta atordoado pelas ideologias políticas do liberalismo e do neoliberalismo, mergulhado numa imensa desigualdade e miséria sociais, elementos típicos de uma globalização hegemônica, que agride o meio ambiente e a vida humana no nosso planeta. Esta globalização hegemônica, não há dúvidas, controlada política e culturalmente pelos interesses do grande capital especulativo e financeiro, a favorecer o lado de um consumismo exacerbado, imediatista, padronizado, impositivo e descartável, e a desconsiderar estratégias planetárias de preservação da vida e de sustentabilidade do meio ambiente.

Esses são, de modo perturbador, sublinho, os sinais quase hegemônicos (quase, porque ainda há resistências contra-hegemônicas, como a “globalização contra-hegemônica” e os espaços contra-ideológicos no interior das instituições, nomeadamente nas instituições educacionais), devastadores de um planeta habitado pelo egoísmo, pela destruição, pelo imediatismo, pela superficialidade das relações e das instituições, onde a política – aqui entendida, tão somente, como controle e manutenção de poder – tomou o lugar das políticas, estas concebidas como projetos de comunidade, de país, de nação, de humanidade. Um mundo materialista, mas não no sentido filosófico do conceito, claro, mas da noção (ideológica!) do senso comum, segundo a qual vale mais o ter do que o ser, para nos apropriarmos de uma sabedoria bíblica. E na atualidade *o aparecer*, como extrato simbólico da dominação internética das redes sociais. É possível, explicitamente, se observar esses traços marcantes, ainda agora referidos, nas empirias do Brasil e do futebol brasileiro. E não só do Brasil e do futebol brasileiro, por suposto.

Conforme já tivemos a oportunidade de afirmar em outros trabalhos, a contextualização é um dos aspectos distintivos da análise metodológica própria da sociologia. *Sociologizar* é em certo sentido, indubitavelmente, contextualizar e contextualizar teórica, histórica e socialmente. Poder-se-ia até mesmo

ampliar este axioma epistemológico e dizer que a contextualização, em verdade, é um dos distintivos analíticos da produção científica em geral, e não somente da sociologia. E isto, é evidente, para emprestar maior fidedignidade teórica às reflexões e maior fiabilidade empírica aos resultados e conclusões. E nesses casos, ao tratarmos especificamente da interpretação sociológica, ocorre uma aproximação de ordem teórica e metodológica, uma transdisciplinaridade, por assim dizer, entre a sociologia e suas “ciências sociais irmãs”, a saber, a história, a economia, a ciência política e a antropologia.

O entendimento do futebol brasileiro, para além das “quatro linhas”, para além de uma modalidade esportiva, isto é, como fenômeno social e cultural amplos, alargados, densos e significativos é indispensável como componente, para uma compreensão do Brasil. O futebol, entre nós (e não somente entre nós), constitui uma história, que é um dos capítulos de nossa história social mais geral, daquela que poderíamos classificar como uma história geral da civilização brasileira. É um capítulo, a melhor dizer, mesmo que indireto, da história de nossas lutas sociais e políticas, pela inserção, pela integração, inclusão, socialização, popularização, democratização, dimensões tão necessárias a uma sociedade mais avançada, solidária, igualitária e enraizada, minimamente que seja na justiça social. E por esse sentido e perspectiva, o futebol pode ser uma ajuda importante para se construir uma “nova compreensão” de nossos fundamentos históricos, dilemas sociais e possibilidades culturais. Não como panaceia, é óbvio, mas como contributo. E contributo ao processo, complexo e dinâmico, tenso e contraditório, da construção histórica de uma civilização de fato entre nós brasileiros.

História, memória, perspectivas

Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir.

José Saramago (1922-2010)

Quando visitei o belíssimo Museu do Benfica (em Portugal sou adepto do Futebol Clube do Porto), no Estádio da Luz, em Lisboa, além do encantamento daquela *obra d'arte*, para se usar uma expressão tipicamente lusitana, me chamou a atenção a frase, que transcrevi acima, a qual mais do que uma frase, é um pensamento e sábio, do grande escritor José Saramago. Polêmico e brilhante, Saramago honrou a nossa língua portuguesa, de uma maneira admirável, inclusivamente conquistando o Prêmio Nobel de Literatura, de 1998, há exatos vinte anos.

E lá também me impactou o que estava registrado, complementarmente ao denso pensamento antes referido, que José Saramago era sócio honorário do Sport Clube Benfica, título que lhe fora dado pela Assembleia Geral, no dia 14 de junho de 1999. Autor de *O Memorial do Convento*, 1982, *A Jangada de Pedra*, 1986, *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*, 1991, *o Ensaio Sobre a Cegueira*, 1995, entre tantos outros, tão fortes quanto, como literatura e da melhor qualidade estética, além daquele que me foi revelador das diversas e múltiplas dimensões do país-irmão, o livro *Viagem a Portugal*, 1983. E me foi revelador sobre as dimensões culturais e existenciais do país, não só cognitivamente, como de igual jeito, afetivamente, além de revelar o perfil do homem e do cidadão José de Souza Saramago.

Acho eu que não foi por acaso, que esse pensamento de alta latitude e larga longitude filosóficas e políticas estava num museu de futebol. E não pensei isso do nada, mas ao contrário, fui tocado por minha memória afetiva. Lembrei-me do ano de 2001, quando vivia no Porto, a Cidade Invicta de Portugal, a fazer o meu doutoramento na FADE/UP, e tive a honra de assistir a conferência do Dalai Lama, “Percurso Ético do Futuro”, no Pavilhão Rosa Mota, aos 25 de novembro de 2001. Este evento foi um dos mais importantes e concorridos da programação “Porto, Capital Europeia da Cultura de 2001” e registrou a presença de milhares de pessoas no imponente pavilhão desportivo do Palácio de Cristal, com os bilhetes reservados quase dois meses antes. Não me foi nada fácil conseguir o bilhete bem antes e tomar um bom lugar, naquele dia inesquecível, para ouvir tão serenas e eloquentes palavras. Ouçamos um pouco Dalai Lama, o monge do Tibete:

“Inspirados na Filosofia de Shidarta Gautama, o Buda, monges tibetanos mandaram erguer esculturas feitas com manteiga, material que logo derrete, para provar aos homens que nada é eterno e também demonstrar a eles a sua fragilidade e a fragilidade de todas as coisas”.

Este foi um dos tantos fragmentos da conferência do XIV Dalai Lama do Tibete - *Tenzin Gayatso* -, que não escondeu a sua satisfação e surpresa ao entrar no recinto e abriu sua participação dizendo direta e calmamente o seguinte: *“Não é por acaso que estamos reunidos, milhares de pessoas, numa praça desportiva, para falarmos de ética e de futuro, num mundo cercado de armamentos e brutalidades”.*

E *avant la lettre* podemos dizer que foi por uma linha dessa de intenção e sentido, de investigação e análise, mas acima de tudo compromisso (!), - cultural, simbólico, político e acadêmico -, com a vida social brasileira, que bem antes, em maio de 1990, iniciei um processo de estudos e pesquisas, ao redor do futebol brasileiro, mas como expressão profunda das raízes da sociedade brasileira. E desde então venho ininterruptamente coordenando investigações, gerando estatísticas, trabalhos, reflexões e informações pertinentes às temáticas antes referidas, ou seja, as conexões, tensões, ambiguidades e até mesmo paradoxos da existência social brasileira e suas manifestações sociais, culturais, políticas e simbólicas, mas no âmbito particular do futebol no Brasil.

E de novo me permito sinalizar que aquela noção atribuída a José Lins do Rego, de que *“o conhecimento do Brasil passa pelo futebol”*, citada como epígrafe deste ensaio, noção instigante a bem dizer, pode ser complementada reitero por um pensamento inverso, dialeticamente inverso, e por isso tão instigante e analítico quanto o anterior. A saber, como está a seguir, *“o conhecimento do futebol passa pelo Brasil”*. Ou seja: há uma reciprocidade dialética, totalizante, dinâmica, contraditória, convergente e complementar entre o Brasil e seu esporte-rei. O conhecimento de um passa necessariamente pelo outro. E desta forma, ambos são conexos e supletivos entre si. Desde um ponto de vista teórico. Desde um ponto de vista metodológico.

E a título de exemplificação, do que foi dito agora, vamos tocar num ponto extremamente sensível da sociedade brasileira e em todos os setores e segmentos e fortemente atual: as distintas práticas de violência, que por aqui alcançam a tudo e a todos. Desafortunadamente. Desde aquelas práticas de violência mais cotidianas, como roubos, furtos, agressões, a outras de intensa letalidade e tipificadas como transgressões penais gravíssimas, como pedofilia, tráfico de órgãos, prostituição infantil, intolerâncias homicidas.

Tal indicador – violência – chama a atenção, no setor futebol (e por efeito permite uma íntima conexão analítica com a sociedade maior, onde também chama a atenção), porque somos o país do mundo em que mais se mata torcedores, comprovadamente pelo inquérito policial, em consequência de conflitos diretos entre gangues do chamado “crime organizado” infiltradas nas torcidas organizadas de futebol. Reitere-se: não são as torcidas organizadas como um todo, e sim grupos muito violentos de facções do crime organizado infiltrados nas torcidas de futebol, para cometer toda sorte de delitos, desde o tráfico de drogas ilícitas até o *cambismo* – a venda ilegal de ingressos, passando pelo “mercado negro” de armas, armas brancas e de fogo.

São minorias, com certeza, em torno de 5% (MURAD, 2017), dentro de um universo que reúne aproximadamente dois milhões e meio de brasileiros e de brasileiras, 85% de homens e 15% de mulheres, jovens em sua grande maioria, concentradamente de 14 a 25 anos, agrupados em entes organizativos de pertencimento cultural, comunitário e simbólico. Estes são as torcidas organizadas de futebol no Brasil. E sublinho: os violentos são minorias de 5%, e somente das maiores e mais aguerridas agremiações de torcedores organizados, as quais somam 107 entidades cadastradas em todo o Brasil – no país são mais de 700, e filiadas à sua entidade nacional, a Anatorg, a Associação Nacional das Torcidas Organizadas, com endereço, diretoria, sede e identificação jurisdicional. Administrativa. Financeira. Cível. Penal.

Contudo, é preciso dizer, que apesar de minorias, são altamente agressivas, treinadas, armadas e homicidas. Organizadas e violentas, na direção do confronto, da rixa qualificada, na ultrapassagem de limites e na transgressão das normas. Neste caso, o futebol é um exemplo translúcido e altamente revelador daquilo que acontece estruturalmente no país, nos seus cotidianos, e em quase todas as nossas instituições

sociais. Não somente os índices alarmantes de violência e brutalidade de suas práticas, bem como os nossos desconcertantes índices de lentidão da justiça e de impunidade. Em que pese Rui Barbosa (1849/1923) o nosso maior jurista, historicamente falando, ter defendido há muito e firmado jurisprudência doutrinária, o princípio segundo o qual *justiça lenta é injustiça*. De acordo com o Ministério da Justiça, os processos criminais em geral no Brasil duram dez vezes (!) mais tempo, do que aquilo que está previsto e exigido no Código Penal e no Código do Processo Penal.

Os dados oficiais do Ministério do Esporte e do Ministério da Justiça indicam que na série histórica dos últimos três anos investigados, 2014, 2015 e 2016, somente 3% de todos os delitos cometidos no universo do futebol brasileiro, somente 3%, repito, foram punidos até as últimas consequências, previstas em lei. Crimes como formação de bando e quadrilha, de rixa qualificada, incitação à violência, depredação do patrimônio público e privado, injúrias e racismo – intensos nesse período e constante na Lei Penal Brasileira, desde 1989, como crime inafiançável e imprescritível – tráfico de drogas e de armas, agressões, mutilações, homicídios, difusão de ideologias de intolerância e exclusão radical. A rixa e a agressividade bélica entre grupos de torcedores rivais, suas práticas crescentes de antagonismo, radicalismo, exclusão, brutalidade e violência tornaram-se ao longo do tempo um problema de segurança pública entre nós. Conhecido e reconhecido como tal.

Problema grave e que vem se acentuando, especialmente a partir de 2009/2010, em todo o país, e se espalhando perigosamente dos grandes centros urbanos para os médios e até mesmo para os pequenos municípios. O Brasil é um país continental, como todos sabem. Temos um total de 5570 municípios e destes quase nenhum escapa de práticas de violência, que são assustadoras. Violências em geral e também no futebol.

De 2010 até 2016 foram 117 homicídios comprovados no âmbito do futebol, média de quase 17 a cada ano, sendo o auge em 2013, como já relatamos, ano em que atingimos 30 mortes investigadas, média de 2,5 ao mês. Reafirmamos, que os vínculos desses grupos de vândalos infiltrados nas torcidas uniformizadas de futebol com outras “gangues urbanas”, como os *skinheads*, com o chamado crime organizado, as milícias, o tráfico de drogas e o “mercado negro” de armas é amplamente conhecido, comprovado empiricamente e torna o problema ainda mais explosivo.

Acrescente-se igualmente o perigoso avanço do neonazismo em todo o Brasil, segmento de peso no entendimento da violência em muitas outras torcidas do mundo, e ainda meio distante entre nós, mas já se aproximando de modo preocupante. Dados de 2016 mostram a existência de 300 células organizadas do movimento, 3.500 *sites* e 180 mil acessos na *Internet*. Essa ideologia tem por tática se aproximar das organizadas, como acontece na Europa e também na Argentina, o que multiplica o grau de letalidade nas contendas do futebol. As facções transgressoras e radicalmente intolerantes, que se infiltram nas torcidas e barbarizam a sua convivência têm práticas de poder, hierarquia, organização e funcionamento militarizados e muitas vezes são treinadas em academias clandestinas de lutas marciais, localizadas e fechadas pela polícia, em várias cidades brasileiras, onde os “golpes mortais” têm prioridade, na formação e no treinamento desses “atletas”, autodenominados “combatentes” ou “tropas de choque”.

Além disso, há o culto ao exibicionismo, ao machismo, isto é, a uma cultura exagerada e radical da masculinidade, à covardia, à intolerância, à eliminação do adversário, que é confundido com inimigo e inimigo a ser abatido, à exclusão como valor, ao corpo *high-tech*. Esses setores do vandalismo têm por hábito o consumo exagerado de bebida alcoólica e também o consumo de drogas ilícitas, nomeadamente a maconha, a cocaína, o *ecstasy* e o *crack* e, agora mais recentemente, as drogas sintéticas, a grande novidade do momento, nesses setores extremados das torcidas, como também na sociedade brasileira em geral. As diversas drogas sintéticas, seu consumo experimental, seu uso dito recreativo e o de dependência química direta, já são um problema de saúde pública no Brasil, igualmente de segurança pública e ingrediente explícito de violências, nomeadamente em eventos culturais de massas, eventos das multidões em nossas realidades.

O *crack*, por exemplo, se alastrou antes das drogas sintéticas, mais ou menos nos últimos oito anos, de uma forma devastadora e de modo contundente para mais de 99% (!) de nossas cidades, incluindo até mesmo as pequenas, e, pasmem, em 2015 houve a redução de 50% das verbas

governamentais, destinadas ao seu combate. As chamadas *cracolândias* nas grandes cidades, redutos assustadores e degradantes de coletivos de viciados, homens e mulheres de todas as idades, destaque para a *cracolândia* de São Paulo, são cenários trágicos, reitero, de degradação humana e devastação da saúde e da vida. O *crack* é uma droga expansivamente degradante, que migrou de modo acelerado, para eventos de massa no Brasil, para entretenimentos coletivos, como as praias, shows de música e jogos de futebol.

Em resumo, a violência no futebol é um problemão de violência urbana, macrossocial, de vandalismo, de declínio de valores de preservação da vida e de resguardo da cidadania, de gangues transgressoras infiltradas, aguerridas e treinadas para o combate bélico, para a hostilidade, para a ocupação territorial de bairros e municípios, em última análise, um problemão de segurança pública. E como outros expressivos problemas de segurança pública, a violência no futebol está a exigir políticas públicas consistentes, permanentes, sustentáveis e renovadas. Responsabilidades republicanas de nossas autoridades públicas, que lamentavelmente, nem sempre são autoridades e quase nunca são públicas, o que facilita o desdobramento e a ramificação convergente, entre variadas formas de práticas de violência, em geral no país, e em suas dimensões específicas, como, por exemplo, no futebol.

E no mesmo diapasão se desdobra e converge do geral para o particular, facilitando a impunidade, o que é incentivo a novos delitos. A impunidade no futebol é gritante, mas desafortunadamente não é única. No mesmo triênio, 2014-2016, igualmente não passou de 3% a punição prevista em lei para os crimes no mundo rural, ou seja, no campo brasileiro, conflitos constantes e seculares de nossa formação social. Do mesmo jeito, só foram punidos até as últimas consequências, 2% dos delitos no ambiente escolar, 4% dos crimes contra *gays*, 8% dos homicídios de trânsito e 8% dos crimes dolosos contra a vida, estes que foram no período em torno de 61 mil por ano, de acordo com os números do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Uma estatística bem atual (outubro de 2017) e que é altamente reveladora do cenário antes descrito, é que menos de 4% de todos os crimes de “colarinho branco”, ou seja, de gente endinheirada, delitos criminosos de corrupção e malversação de recursos públicos, que sangraram as finanças do país, em muitos bilhões e bilhões de reais, valores financeiros retirados de serviços sociais básicos, deveres, obrigações constitucionais do Estado brasileiro, do Estado (!) mais do que de governos, como saúde, educação e segurança, menos de 4%, repito, foram julgados e punidos até os limites estabelecidos pelo Código Penal Brasileiro e pelo Código do Processo Penal. Estes que são os parâmetros do nosso ordenamento jurídico, quando se trata de transgressões criminosas.

Em números exatos, não passa de 3,17%, o cálculo da punição criminal feito pelo mais importante procurador da Operação Lava Jato em Curitiba (DALLAGNOL, 2017), o centro operacional das ações da Justiça, do Ministério Público e da Polícia Federal no Brasil, contra os delitos de corrupção cometidos por agentes públicos, empresários e políticos do mais elevado naipe. Em casos recentes fortemente midiáticos e impactantes na opinião pública, concluídos em 2013, 2014 e 2015, o percentual de punição que alcançou as últimas consequências legais, penais, chegou ao constrangedor patamar máximo de 1,1%. E mesmo destes poucos, um número bem considerável não chegou até o sistema prisional, permanecendo livre, apesar do peso jurídico das acusações e das provas testemunhais e documentais.

Entre os privilegiados dos altos segmentos sociais da república e da sociedade brasileiras, os julgamentos dos processos nas cortes superiores de nossa estrutura jurisdicional, após todas as protelações legais, jurídicas e políticas, costumam chegar a 20 anos de tramitação, o que resulta em prescrição dos delitos originalmente cometidos, contra o erário público e contra princípios constitucionais basilares. Há casos citados na obra do procurador referido, constante em nossas referenciais, que advogados das maiores bancas de criminologia do país, contratados a peso de ouro, chegaram a impetrar 120 (!) recursos. E o autor do livro (DALLAGNOL, 2017) cita (e previne o leitor) com a experiência de um procurador chefe da mais importante investigação nacional, duas partes dos autos processuais, num verdadeiro *juridiquês*, a fim de demonstrar a manipulação técnica, em que pese bem fundamentada, que protege, reproduz e consolida privilégios estruturais e históricos do Brasil. A seguir os dois exemplos, vistos e revistos, e, diga-se, sem nenhum erro de digitação. Como ele mesmo diz, é preciso tomar fôlego:

- 1) “O agravo regimental nos embargos de declaração no agravo regimental no agravo regimental no agravo em recurso extraordinário no recurso extraordinário no agravo regimental nos embargos de declaração no agravo regimental no agravo número 1249838”.
- 2) “Os embargos de declaração nos embargos de declaração nos embargos de declaração no agravo regimental nos embargos de declaração no agravo em recurso extraordinário no recurso extraordinário no agravo regimental no agravo número 1387499”.

E tudo isso em conformidade com a lei penal brasileira. Tecnicamente irretocável e de acordo com os princípios e preceitos jurídicos constantes nos nossos códigos. Realmente impressionante. Perturbador. Millôr Fernandes (1923/2012), desenhista referencial, dramaturgo festejado, pensador agudo, escritor brilhante e humorista brasileiro originalíssimo afirmou com sabedoria, a propósito dessas technicalidades jurídicas, recorrentes no Brasil, que em verdade *“a lei é uma forma mais ou menos hábil de burlar a justiça”*.

Possibilidades e sentidos

Sempre parece impossível de ser feito, até que seja feito

Nelson Mandela (1918/2013)

A violência que se manifesta *no* futebol não é exatamente a violência *do* futebol, não é apenas o resultado daquilo que acontece nos estádios; embora isto também contribua, ela tem sua origem em questões mais profundas, de ordem social ampla. As variadas práticas de violência que ocorrem no futebol brasileiro, tanto pontuais quanto institucionais, são uma espécie de *memória cultural*, daquelas violências sociais mais ampliadas, estruturais e estruturantes, de nossa desigualdade, de nossa formação histórica, fundamentos e dilemas de nossa trajetória e de nossa organização econômica, política e ideológica. Uma boa e aguda síntese dialética, penso eu, pode ser esta: para se entender satisfatoriamente a violência do público no futebol brasileiro, faz-se necessário entendermos a nossa violência pública. A violência do público contextualizada na violência pública.

Os principais exemplos dessas questões violentas (públicas!), mais amplas – principais, sim, mas não únicos – são o desemprego e o subemprego, a falta de uma educação efetiva e de qualidade, uma *cidadania de baixa intensidade* (falta de consciência social, de cidadania civilizatória, de valores coletivos, culturais, políticos, éticos), o tráfico de drogas e de armas, o crime organizado, o descaso das autoridades públicas, a desagregação das referências e dos valores familiares e escolares, a falta de policiamento ostensivo e preventivo, a impunidade, a corrupção, a privatização do público. Essas e outras são as chamadas macroviolências, que aparecem nos microcosmos do futebol, assim como em outros, por exemplo, no trânsito, na escola, na família. Neste último âmbito, chama atenção a crescente violência contra mulheres, crianças, idosos e deficientes físicos ou mentais, cujo número de ocorrências é assustador.

Pesquisa realizada em 2015 pela ONU em 127 países concluiu que a escola brasileira tem o ambiente mais violento entre todos, com índices crescentes de depredação e vandalismo, *bullying* e agressões diversas entre alunos/as e de alunos/as e seus pais contra professores, direção e funcionários. E pior, diz o relatório das Nações Unidas, sem nenhuma iniciativa governamental, no sentido de enfrentar esse problema e propor medidas de prevenção e de reeducação. Este, a meu juízo, é um eloquente resumo, daquilo que estamos afirmando até aqui, na perspectiva teórica, metodológica e política deste ensaio.

É essencial que as investigações e as reflexões em bases científicas, como de resto, todos os saberes das culturas, das artes, das técnicas, das ciências, das filosofias tenham um compromisso com a ética humana, com a vida, com a sustentabilidade do planeta, com a justiça social, a fraternidade, com a autonomia dos povos e com a liberdade humana. Um compromisso ético, com o futuro da nossa “casa comum”, a Terra, para usarmos uma expressão do Papa Francisco. (O Brasil é o campeão mundial em uso de agrotóxicos altamente agressivos, muitos já proibidos em diversos países. São dezenas e dezenas

de milhões de litros a cada ano, segundo o *Greenpeace*(2018). É evidente, que nenhum conhecimento de qualquer natureza poderá por si só ser panaceia, como já afirmamos antes, aos dilemas da humanidade, claro que não. Mas, que poderão e deverão contribuir, isto sim, é possível, necessário e desejável. Há que ser um projeto, uma perspectiva, um sentido.

Quando iniciamos nossas investigações sistemáticas em torno dos esportes, marcadamente o futebol, e como identidade coletiva e simbologia cultural, em maio de 1990, na UERJ, tínhamos essa idéia central: ajudar a entender a realidade brasileira e minimamente contribuir para a superação de seus dilemas marcantes. Em síntese, o seu subdesenvolvimento e não só econômico e político, mas cultural, existencial, comportamental, ambiental, axiológico, institucional. Um subdesenvolvimento de alta complexidade. Totalizante, enraizado nos processos de vida por aqui, processos históricos, longos e profundos, siderúrgicos, podemos dizer. Adversário árduo e de difícil combate. Difícilimo! Porque como afirmou e com sabedoria o jornalista, nosso teatrólogo maior e cronista esportivo, Nelson Rodrigues (1912/1980), “subdesenvolvimento não se improvisa: é obra de séculos”.

Os nossos trabalhos começaram na UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro -, por intermédio do Núcleo Permanente de Estudos e Pesquisas em Sociologia do Futebol, do Departamento de Ciências Sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, centro de estudos dos fenômenos históricos, sociais e culturais do futebol, iniciativa pioneira no sistema universitário brasileiro, em maio de 1990. Quando começamos na UERJ parecia impossível de se chegar a alguma realização consistente e com a desejada permanência e densidade, que a história do nosso futebol reclamava. Tínhamos clara a necessidade dessa continuidade investigativa, bem como a consciência de seus obstáculos acadêmicos e políticos. Mas do mesmo modo também tínhamos a convicção de que a toda resistência tínhamos que contrapor uma insistência.

E assim a ideia foi crescendo, tomando corpo e conquistando respeitabilidade, até porque não era somente um projeto acadêmico de ensino, pesquisa e extensão em torno do fenômeno amplo, complexo e multifacetado do futebol. E é óbvio, como cultura, identidade, simbologia, como política, economia, história. Núcleo, que coordenei ininterruptamente por mais de uma década. Era igualmente a tentativa de oferecer um contributo, que entendíamos significativo, a processos mais estruturais e estruturantes de superação de nossos diversos subdesenvolvimentos. Uma ajuda, não uma solução, como é evidente. Assim, nosso compromisso, nossa responsabilidade era e ainda hoje é a de utilizar o futebol, enquanto fenômeno sociológico, como uma ajuda para se entender o Brasil e ter com o país o compromisso de auxiliá-lo a melhorar, pelo mínimo que seja, os seus obstáculos históricos, sociais e culturais.

Nessa conjuntura em que foi fundado o Núcleo de Sociologia do Futebol, a violência caminhava a passos largos no Brasil, o que veio e vem se agravando de forma exponencial. Atualmente, desde 2009, os levantamentos e sondagens acerca do assunto, estão sendo implementados por intermédio do PGCAF, Programa *stricto sensu* de Pós- Graduação em Ciências da Atividade Física, da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), Niterói, Rio de Janeiro.

Primeiro centro permanente de estudos, reflexões e debates em Sociologia do Futebol, nas universidades brasileiras e, até onde sabemos, o primeiro também no meio acadêmico da América Latina. A inspiração veio de duas instituições universitárias, historicamente pioneiras nessa experiência, a Universidade de Colônia, na Alemanha, a partir de meados dos anos de 1950, e a Universidade de *Leicester*, na Inglaterra, na década imediatamente seguinte. *Leicester*, na atualidade, com seus três grandes pólos universitários de estudos, ensino e pesquisa em Sociologia do Futebol, é o mais importante centro mundial, nessa área acadêmica crescente em acúmulo de experiências e respeitabilidade científica.

A finalidade maior do Núcleo de Sociologia do Futebol era trazer as múltiplas e significativas temáticas e linguagens do futebol, enquanto cultura e identidade coletivas, para dentro dos trabalhos de ensino, pesquisa e extensão (o objetivo triplo da universidade no Brasil, segundo o artigo 207, Capítulo III, da nossa Constituição de 1988) e também inserir o futebol, contextualizado como “cultura popular”, nas preocupações sociais, políticas e éticas da universidade brasileira. Como desdobramentos do Núcleo, criamos, a partir de 1994, a *Revista Pesquisa de Campo*, que circulou até o quinto número, e a disciplina eletiva Sociologia do Futebol, aberta a todos os estudantes de dentro e de fora da UERJ, por onde

passaram mais de 750 alunos e alunas (a maioria era de mulheres), em quase dez anos de vigência. Até onde conseguimos saber, essas duas experiências também foram pioneiras nas universidades brasileiras, marcaram época e fizeram história.

E aquela foi a conjuntura, em que o meio acadêmico no Brasil deu os seus primeiros passos no processo inaugural de construção, de fundação de uma Sociologia do Futebol, enquanto área acadêmica definida e institucionalizada. Constituída. Permanente. No correr do século XX, inúmeros e variados estudos, pesquisas, reflexões, artigos e livros problematizaram direta ou indiretamente a complexa, necessária e urgente questão da Sociologia do Futebol. São trabalhos relevantes e inestimáveis para a história da nossa produção intelectual e que pavimentaram o nosso caminho, embora, lamentavelmente, bissextos, eventuais. A meu juízo - e eu tinha isso muito claro à época -, a tarefa que se impunha, quase na virada do século e do milênio, estava posta como intransferível: dar caráter de continuidade e de permanência às investigações universitárias em torno do futebol. Este que é um dos maiores e mais importantes patrimônios da cultura brasileira, não poderia continuar fora das universidades brasileiras.

Disse com sabedoria Winston Churchill (1874/1965): *“Vez por outra os homens tropeçam na verdade, porém a maioria simplesmente se levanta e vai embora como se nada tivesse acontecido”*. À moda deste legado de Churchill, não ficamos cegos à evidência que se apresentou e que foi se consolidando, com muito empenho, determinação e trabalho. Com muito esforço intelectual, operacional e político fomos tecendo uma teia de parcerias dentro e fora das universidades brasileiras, até que as ideias originais, que alavancaram o Núcleo, foram conquistando respeitabilidade e muitos novos adeptos. Hoje, isto é, em 2018, disseminados por todo o Brasil encontram-se em plena atuação novas experiências em diferentes lugares, mais ou menos (!) seguindo os mesmos parâmetros, os mesmos paradigmas. Há uma grande diversidade criativa, multidisciplinar inovadora e crítica, ao redor dos estudos universitários e permanentes do nosso futebol, enquanto uma metáfora possível do Brasil. (CORNELSEN; CAMPOS; DA SILVA, 2017).

Que essa tendência continue se aprofundando e que a sua espiral se mantenha vigorosa e ascendente, a fim de alcançarmos em nossos trabalhos de investigação, publicação, divulgação e docência, maior e melhor firmeza e consistência científicas, epistemológicas, éticas e políticas. Políticas, sim, porque se trata de um processo de luta e afirmação, em campos diversos de poder e de ideologias, onde defrontam-se tolerâncias e intolerâncias, exclusões e inclusões, demolições e construções. Que as parcerias sejam multiplicadas nesses sentidos, para dentro do país e quem sabe, se for o caso, se espriem também para fora, para outros países de língua portuguesa, países-irmãos, e irmãos para além da língua, esta poderosa e insubstituível ferramenta da intercomunicação humana e das identidades próprias dos modos históricos e culturais de ser, de viver e de lutar de cada uma de nossas nacionalidades.

Referências

- CORNELSEN, Elcio Loureiro; CAMPOS, Priscila A. F.; DA SILVA, Silvio Ricardo. **Futebol, linguagem, artes, cultura e lazer**. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2017. v. 2.
- DALLAGNOL, Deltan. **A luta contra a corrupção** – a lava jato e o futuro de um país marcado pela impunidade. Rio de Janeiro: Sextante/Primeira Pessoa, 2017.
- DEL PRIORE, Mary; MÜLLER, Angélica. **História dos crimes e da violência no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2017.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974.
- MURAD, Mauricio. **Sociologia e educação física: diálogos, linguagens do corpo, esportes**. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2015.
- _____. **A violência no futebol: novas pesquisas, novas ideias, novas propostas**. 2. ed. rev. amp. São Paulo: Saraiva/Selo Benvirá, 2017.

O Esporte na ecologia do desenvolvimento humano: desafios da pesquisa e intervenção no Brasil

Riller Silva Reverdito¹
Larissa Rafaela Galatti²
Otávio Baggliotto Bettega³
Roberto Rodrigues Paes³
Alcides José Scaglia²

Introdução

O Brasil conta com uma das maiores populações de crianças, adolescentes e jovens (31,4 % da população), na faixa de 6 a 24 anos, significando um país visivelmente jovem em relação ao mundo (IBGE, 2013). Nesse contexto, milhares de jovens⁴ estão envolvidos diariamente em atividades esportivas (BRASIL, 2016). E, além disso, em uma mesma década, o Brasil está realizando quatro dos maiores eventos esportivos no mundo (Jogos Mundiais Militares do Rio de Janeiro em 2011, Copa do Mundo FIFA em 2014 e Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro em 2016). Essa conjuntura fez e justificou um crescente investimento em políticas sociais para a promoção do esporte, realizado por diferentes setores da sociedade.

No Brasil, o Programa Segundo Tempo, do Governo Federal, com mais de três milhões de atendimentos (2003-2015), é o exemplo de um dos mais amplos programas sociais com foco no atendimento a jovens em situação de risco social através do esporte (REVERDITO, 2016; REVERDITO; CARVALHO; GONÇALVES, 2016; REVERDITO et al., 2016). Programas nesse modelo e com essa finalidade também são desenvolvidos e gerenciados ao nível dos governos estaduais, municipais e no terceiro setor (MACHADO; GALATTI; PAES, 2015). No entanto, ainda assim, e apesar do crescente investimento nesses programas, sabe-se pouco sobre o alcance do esporte no processo de desenvolvimento de jovens, especialmente em contextos de risco social. Estudos sistemáticos dos efeitos do esporte no processo de desenvolvimento ainda são incipientes no Brasil.

O esporte tem ocupado uma posição de destaque em diferentes instituições e setores da sociedade no Mundo, sustentado em abordagens e diferentes linhas de investigação e intervenção. Então, observamos que no Brasil sabemos pouco sobre essas abordagens e efeitos da participação no esporte no percurso do desenvolvimento. Assim, neste ensaio, o objetivo é discutir as abordagens para o estudo dos jovens no esporte na perspectiva do desenvolvimento humano e pedagogia do esporte, e os limites da pesquisa nessa área no Brasil. Portanto, a finalidade é assinalar aspectos que possam subsidiar estudos e intervenções para promover ambientes significativos para o desenvolvimento positivo de jovens no esporte. E, para isso, é preciso refletir sobre o que existe no esporte que o torna tão fascinante. Pois, é justamente o seu poder arrebatador que irá oferecer a estrutura para ação e colocar em movimento as propriedades do desenvolvimento associadas à participação no esporte.

¹ Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Brasil. Faculdade de Educação Física, Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Brasil.

² Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil.

³ Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil.

⁴ Adotamos o termo 'Jovens' para representar a população na faixa etária entre 6 e 24 anos, alcançando crianças, adolescentes e jovens adultos.

A experiência no esporte e o jogo ecologizado

O conhecimento que possuímos, por mais familiar e íntimo que possa parecer, está no limite da nossa experiência humana, que é física, biológica, psicológica, social, emocional, espiritual e cultural. E, enquanto um fenômeno multidimensional, leva-nos ao desconhecido sempre que nos propomos a conhecer o conhecimento. Nas palavras de Morin (2012, p. 224), o desconhecido do conhecimento, ou seja, problematizar o conhecimento do conhecimento é fundamental para a vida, pois “a vida não é viável nem possível de ser vivida sem conhecimento”. Assim, fazer pergunta para aquilo que todo mundo viu, mas pensar o que ninguém pensou, é o que permite não só conhecer o nosso ambiente, mas agir nele em um jogo de interações. E, nesse jogo de interações, emergem características singulares do esporte no conjunto das ações humanas.

No âmbito das experiências humanas, o esporte é reconhecido como um dos fenômenos socioculturais mais importantes do século XXI (MARQUES, 2015; PAES, 2006). Não obstante, o que estamos dizendo ao afirmar que o esporte é um fenômeno? Que propriedades definem a condição de fenômeno ao esporte, ou seja, sua forma? Não se trata da quantidade de modalidades esportivas, nem tampouco da quantidade de espectadores buscando informações (*Internet*, jornais, rádios, TV) sobre o conteúdo esportivo ou dos diferentes cenários em que reconhecemos sua manifestação. Mas da condição inerente à experiência da pessoa no esporte. Logo, ter claro o conceito de fenômeno é fundamental para não incorreremos ao risco de apenas descrever uma manifestação.

Hélio Schwartsman, em sua crônica “Brincadeira Olímpica” (2012)⁵, levanta uma questão fulcral ao esporte: “não faz sentido que algumas pessoas dediquem suas vidas a ver quem atira mais longe um pedaço de pau ou a tentar superar, às vezes por milésimos de segundo, um desconhecido num percurso terrestre ou aquático que liga nada a lugar nenhum”. E conclui dizendo que, paradoxalmente, “é porque não serve para nada que o esporte provoca tanto fascínio”. Assim, no campo da objetividade apenas teríamos uma descrição da sua manifestação, mas não conseguiríamos chegar ao paradoxal, à subjetividade.

Para Heidegger (2009, p. 70), filósofo alemão do início do século XX, considerado o percussor da fenomenologia existencial, o conceito de fenômeno é: “o que se mostra em si mesmo”. A partir do seu conceito, no que tange ao esporte, o que se mostra em si mesmo é o jogo – “um jogo ecologizado” (MORIN, 2011, p. 102), que se desenvolveu na compreensão do existir humano, em sua historicidade e finitude. Nesse sentido, a intencionalidade da nossa consciência permitiu criar, modificar, adaptar, reinventar, diferentes manifestações de esporte. E somos capazes de reconhecer essas manifestações em diferentes culturas, assim como características específicas que emergem da forma em que aquela cultura interage com fenômeno, transitando entre o universal e o particular (MARQUES, 2015). Logo, existem características que são definidoras e permanecem, seja qual for o contexto, no conjunto das atividades humanas.

Então, ao tratar do fenômeno esporte, observamos duas características definidoras que foram tecidas juntas ao mesmo tempo em que são independentes, e que alcançam a ecologia do desenvolvimento humano: estrutura para ação e conhecimento. A primeira dimensão é enquanto uma estrutura para ação (REVERDITO et al., 2015). O ambiente imediato do esporte, sua ontologia, é jogo, portanto, ele está imbricado em nosso processo de desenvolvimento, sendo uma estrutura para relacionar-se com o mundo (GREGORY, 2000; PELLEGRINI, 2009), ou seja, o jogo é uma estrutura para ação de caráter relacional (REVERDITO, 2016; SCAGLIA; REVERDITO, 2016). Então, para os jovens, o ambiente do esporte (ambiente de jogo) é o espaço em que eles poderão explorar ao máximo seus recursos biopsicossociais ao custo mínimo para o organismo, engajando em circunstâncias imprevisíveis, aleatórias, incertas, que comportam riscos e desequilíbrios (físico, emocional, cognitivo), em interação com pessoas, objetos, símbolos e significados. No ambiente de jogo, segundo Morin (2011), “cada indivíduo autoegocêntrico se

⁵ A crônica “Brincadeira Olímpica” foi publicada em 08/08/2012 na Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/59427-brincadeira-olimpica.shtml>>.

esforça para maximizar as suas probabilidades vitais e minimizar os riscos mortais”, jogando existencialmente “por si próprio, para si próprio. E é jogando para si que joga também para os seus” (p. 446).

A segunda dimensão é a do conhecimento, na qual o esporte consiste em conhecimento construído, ou seja, inseparável da ação, subjetivo e objetivo. Ao longo da história a humanidade compartilhou o conhecimento construído, permitindo reconhecer a sua diversidade e a multiplicidade de sentidos, ao passo que cada indivíduo deixou a sua contribuição para a ação e levou consigo o que foi deixado por outros, convergindo para novos saberes (GARCIA, 2006). Na medida em que partilhamos nossa cultura, patrimônio informacional (saberes, habilidades, regras, normas sociais, símbolos, mitos, finalidades... e jogos), a cultura também se apropria do sujeito, o que garante ao esporte seu caráter polissêmico e polimórfico. Na contemporaneidade, um aspecto que pode caracterizar essa condição é o esporte no cenário virtual ou jogos eletrônicos. Antes da tecnologia disponível, não havia jogos eletrônicos. Na medida em que passamos a explorar esses recursos eletrônicos, encontramos uma possibilidade para compartilhar nesse espaço, também, dos nossos jogos. Por conseguinte, estamos gerando e ampliando nosso conhecimento.

Em uma ação voluntária que escapa a consciência da própria vontade (MORIN, 2011), paradoxalmente, o ambiente imediato do esporte consiste em uma atividade absolutamente séria, mas, ao mesmo tempo, incerta, exprimindo uma experiência singular. Para os jovens é justamente essa característica da participação no esporte que confere uma experiência diferente de outros contextos, atribuindo sentido para entrega às situações desafiadoras, imprevisíveis, aleatórias, cujo resultado é desconhecido e os limites impostos à condição humana podem ser explorados.

A condição inerente da experiência da pessoa no esporte é, portanto, um jogo ecologizado que, na sua forma, consiste na estrutura para ação no mundo (caráter relacional), carregado do conhecimento que foi produzido pela humanidade ao longo da sua historicidade, em interação com pessoas, objetos e símbolos no tempo histórico. Na perspectiva da racionalização do tempo, o esporte contemporâneo é herdeiro do esporte moderno, segundo Cagigal (1996ab), Galatti (2010) e Marques (2015). No entanto, atemporal ao esporte, em sua ontologia, permanece o fenômeno jogo que, segundo Huizinga (2007), existe mesmo antes da própria cultura. Enquanto dimensão da própria vida, o fenômeno jogo gera cultura e, portanto, uma das suas manifestações, o esporte.

Enquanto uma estrutura para ação e imperativo do conhecimento para a existência humana (REVERDITO et al., 2015; SCAGLIA; REVERDITO; GALATTI, 2014), o ambiente do esporte é um espaço potencial para os jovens conhecerem o meio em que vivem e atribuírem sentido para as suas ações no conjunto das atividades humanas. Nesse processo, em que “todo o progresso da ação favorece o conhecimento, todo o progresso do conhecimento favorece a ação” (MORIN, 2011, p. 248), os jovens exploram sua condição física, social, cognitiva, comportamental, cultural e espiritual. E, nesse sentido, conforme Turnnidge, Côté e Hancock (2014), não podemos ver o esporte apenas como um suporte para outros domínios.

Em termos racionais passamos a atribuir ao esporte uma perceptiva funcionalista, projetando sobre os jovens domínios que estão para além da experiência gerada no ambiente imediato do jogo. A participação no esporte pode ter como consequência a melhoria das condições de saúde, em decorrência do aumento da intensidade e duração do exercício físico. De modo que é possível intervir para alcançar essa função. Mas, no fim, a experiência no esporte é sustentada na interação entre a pessoa e o contexto: se gosta mais ou menos de fazer; se está emocionalmente e motivacionalmente engajada na atividade.

A natureza do esporte tem propriedades definidoras fundamentais para o desenvolvimento positivo dos jovens. Mas essas propriedades passam pelos significados e finalidades atribuídas pela pessoa em interação com o contexto (pessoas, símbolos e objetos). Ela consiste em um processo cujas propriedades definidoras emergem, ou seja, só podem ser conhecidas na interação. E é essa interação que sustenta a dinâmica do esporte na ecologia do desenvolvimento humano.

A dinâmica do esporte na ecologia do desenvolvimento humano

A consolidação do estudo do esporte na dinâmica da ecologia do desenvolvimento humano aconteceu no final do século XX com a criação de linhas de pesquisa, centros de investigação e promoção do esporte, periódicos científicos e disciplinas na graduação e pós-graduação. Nessa dinâmica, assumindo o potencial do esporte para o desenvolvimento, duas abordagens emergem e destacam-se no estudo e intervenção no âmbito da participação de jovens no esporte, sendo o ‘esporte para o desenvolvimento e a paz’ e do ‘desenvolvimento positivo dos jovens no esporte’ (COALTER, 2013b).

O marco importante e definidor das abordagens é seu caráter interdisciplinar, alcançando diferentes áreas do conhecimento, especialmente das disciplinas das ciências humanas (psicologia, sociologia, pedagogia). De forma mais ampla, partem da crítica ao positivismo, buscando nos pilares das teorias sócio-críticas e ecológico-sistêmicas sua base epistemológica. Reconhecendo essa conjuntura, precisamos conhecer mais essas abordagens, uma vez que o Brasil possui um contexto específico e a expectativa do aumento no número de jovens envolvidos em práticas organizadas de esporte (GALATTI, 2017).

O conceito de abordagem empregado aqui consiste no reconhecimento de um conjunto de produções científicas, técnico-didáticas e de referencial teórico e metodológico partilhado por uma comunidade científica em torno de um objeto de investigação, sendo reconhecida no contexto e na temporalidade. Estudos nessa direção têm sido fundamentais para o reconhecimento, ampliação e consolidação de áreas e linhas de investigação, como a contribuição de Darido (2003), sobre as abordagens da Educação Física, e de Reverdito, Scaglia e Paes (2009) e Reverdito e Scaglia (2014, 2016), em Pedagogia do Esporte.

A dinâmica do esporte na ecologia do desenvolvimento humano no âmbito da pesquisa e intervenção emerge especificamente de dois movimentos: do “esporte para o desenvolvimento e paz” (*sport-of-development and peace*); e do “desenvolvimento positivo dos jovens no esporte” (*positive developmentyouth in sport*). Ambos os movimentos têm o esporte como contexto e ferramenta para o desenvolvimento saudável de jovens.

O esporte-para-desenvolvimento e paz tem como marco inicial o período pós-Segunda Guerra Mundial, com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), seguido de uma série de ações e movimentos para consolidação do esporte como direito para todos, como a Carta Europeia do Esporte para Todos (1975) e a Carta Internacional de Educação Física e o Esporte (1978). Mas o reconhecimento formal do movimento aconteceu a partir do Relatório das Nações Unidas (PNUD, 2003), elaborado e incorporado transversalmente por suas agências, com um conjunto de princípios e diretrizes recomendando aos países signatários a integração e incorporação do esporte como ferramenta para a realização das metas de desenvolvimento do milênio.

A abordagem do esporte-para-desenvolvimento (BURNETT, 2015a; COALTER, 2013b; HAUDENHUYSE; THEEBOOM; SKILLE, 2014; KAY; DUDFIELD, 2013; KAY; SPAAIJ, 2011) tem como foco de atenção os grupos socialmente vulneráveis ou marginalizados por questões étnicas, distinção de classe, deficiência, saúde, gênero, entre outros, que venham caracterizar desigualdades estruturais impeditivas para o acesso aos benefícios sociais do esporte. Em suas abordagens (COALTER, 2013b), os programas de esporte para o desenvolvimento têm organizado ações e projetos que alcançam a formação de recursos humanos para o desenvolvimento do esporte, construção do conhecimento, equipamentos, infraestrutura, forma de assistência, parcerias institucionais entre agências governamentais e não governamentais. O seu objetivo é promover uma política sustentável (individual, comunidade, organizacional e Institucional), justiça e apropriação de capital social (LINDSEY, 2008). Os estudos de Lyras e Peachey (2011), Coalter (2013a), Kay e Dudfield (2013), Spaaij (2015, 2016), Burnett (2014, 2015b), Haudenhuyse, Theeboom e Skille (2014) e Lindsey (2016) são referências importantes no estudo e desenvolvimento de programas fundamentados no esporte-para-desenvolvimento e paz.

Os limites apontados para os programas de esporte-para-desenvolvimento e paz (LEVERMORE; BEACOM, 2009; LINDSEY; GRATTAN, 2011; NICHOLLS; GILES; SETHNA, 2010) estão sobre o uso ideológico e político do esporte e na fragilidade dos mecanismos para avaliação do impacto desses programas e sua sustentabilidade ao longo do tempo. No campo ideológico e político têm sido denunciados processos de alienação e manutenção das relações de poder promovidos pelos países ricos,

desconsiderando características locais e alimentando o discurso de que o esporte é remédio para todos os problemas sociais, sustentado em uma retórica acrítica e para o controle social. No âmbito da avaliação, há falta de evidências capazes de sustentar o discurso do desenvolvimento e representar o real contexto da participação no esporte. Levermore e Beacom (2009) apontam como um dos principais fatores da crítica os poucos estudos nessa linha, principalmente das ciências sociais.

A abordagem do desenvolvimento positivo dos jovens (DPJ) no esporte surge na Psicologia do Desenvolvimento Positivo, influenciada pelas teorias de sistemas e ecológicas (ESPERANÇA et al., 2013; HOLT, 2008; LERNER, 2005), tendo como marco do seu desenvolvimento a última década do século XX. Rompendo com o paradigma do estudo de jovens como um problema a ser resolvido, no desenvolvimento positivo os jovens são vistos como alguém com competências, interesses e contribuições, que tem potencial para mudanças positivas ao longo da vida. Essa concepção está fundamentada na interação dinâmica entre o indivíduo e o meio (plasticidade) e da capacidade de adaptações dos jovens para realizar mudanças positivas no decorrer do processo de desenvolvimento. Os estudos de Benson (2007), Benson, Scales e Syvertsen (2011), Larson et al. (2011), Larson e Tran (2014), Larson et al. (2015) e Lerner (2015) têm trazido significativas contribuições nessa linha de investigação.

Nessa abordagem os estudos têm avançado em diferentes domínios do desenvolvimento humano (CAMIRÉ, 2014; CÔTÉ; TURNNIDGE; EVANS, 2014; HOLT et al., 2008; LEE; WHITEHEAD; NTOUMANIS, 2007; TURNNIDGE; CÔTÉ; HANCOCK, 2014). A influência da família e treinadores, competências, motivação e sentido do esporte para a vida são alguns dos temas abordados. A participação no esporte é considerada uma importante ferramenta e contexto para o desenvolvimento positivo, constituindo ativos ecológicos fundamentais para a vida dos jovens. Uma das linhas de investigação é o desenvolvimento de instrumentos para avaliar os efeitos da participação no esporte no processo de desenvolvimento ao longo do curso da vida. Outro aspecto importante é o seu alcance em diferentes níveis de participação no esporte, indo do jogo deliberado de forte motivação intrínseca e auto-organizado por jovens, aos processos de formação esportiva e *performance* no esporte com forte motivação extrínseca e liderados por adultos (CÔTÉ; TURNNIDGE; EVANS, 2014). Os estudos conduzidos por Fraser-Thomas, Côté e Deakin (2005), Côté e Fraser-Thomas (2007), Côté e Vierimaa (2014) e Holt (2008) são referências importantes no estudo e intervenção fundamentados no desenvolvimento positivo de jovens no esporte.

Os limites apontados no âmbito do desenvolvimento positivo de jovens têm sido reportados em relação ao alcance das evidências do papel do esporte no processo de desenvolvimento (CAMIRÉ, 2014) e da observação de fatores socioestruturais que incidem sobre a participação no esporte (COAKLEY, 2011; GIULIANOTTI, 2012; REIS; VIEIRA; SOUSA-MAST, 2015). Os estudos estão concentrados em países desenvolvidos, em sua maioria na América do Norte, Europa e Austrália, e sustentados em recortes transversais (RIGONI, 2014). Nos estudos em que o objetivo incide sobre os fatores socioestruturais, ocorre a ausência de variáveis ecológicas, como socioeconômicos, políticos, educacionais, dentre outros. Além disso, nos discursos que endossam uma essência positiva no esporte para o desenvolvimento, o foco volta-se para os atributos da pessoa, desconsiderando outras dimensões que poderão estar agindo sobre a experiência no esporte.

Enquanto consenso, além do papel do esporte no desenvolvimento dos jovens, de forma contundente, as abordagens apontam a fragilidade da gestão dos processos de avaliação de resultado e impacto social dos programas, como um dos principais fatores que fragilizam essa linha. As avaliações são conduzidas de forma assistemática, além de frágeis do ponto de vista teórico e metodológico. Da mesma forma, em relação aos indicadores de resultado e impacto, que têm sido utilizados sem que seu comportamento tenha sido observado enquanto variável dentro de um modelo de avaliação. Além disso, reforçando a fragilidade da avaliação, variáveis ecológicas e temporais são invariavelmente suprimidas. De fato, segundo Lindsey e Grattan (2011), poucas pesquisas têm sido feitas sobre práticas reais de esporte para o desenvolvimento de jovens. No entanto, as abordagens têm oferecido subsídios essenciais para compreender a dinâmica do esporte no processo de desenvolvimento humano.

Os limites destacados reforçam a necessidade de ampliar a investigação e de futuras direções nessa linha (GOULD; CARSON, 2008), demonstrando que sabemos pouco sobre o alcance do esporte no processo de desenvolvimento de jovens, e como promover ambientes que possam potencializar os efeitos positivos. Da mesma forma, demonstra que para promover a participação de jovens no esporte, é preciso

compreender essa experiência na dinâmica da ecologia do desenvolvimento humano. O ambiente da participação no esporte é capaz de provocar processos de mudanças e continuidades, mas não é capaz de determinar a direção dos seus efeitos, inclusive podendo reforçar aspectos inibidores do potencial desenvolvente. Os resultados da participação no esporte são contingentes (COAKLEY, 2011; HOLT, 2008) e, em uma perspectiva ecológico-sistêmica, variam de acordo com fatores contextuais ou socioestruturais e dos atributos da pessoa (REVERDITO et al., 2016; REVERDITO et al., 2017a; REVERDITO et al., 2017b; TURNNIDGE; CÔTÉ; HANCOCK, 2014). Portanto, é preciso intervir para promover experiências capazes de potencializar o desenvolvimento positivo de jovens através do esporte.

Os limites apontados nas abordagens ainda estão mais no campo da retórica crítica e da demarcação político-ideológica de área, do que necessariamente em proposições para promover a participação no esporte. Ao longo das últimas duas décadas houve um acúmulo significativo de conhecimento produzido em diferentes áreas do conhecimento sobre a participação dos jovens no esporte, mas ainda distante de ser impactante do ponto de vista político-pedagógico. Aspectos esses reforçados pela lacuna no âmbito da pesquisa sobre a participação da população de jovens no esporte no Brasil.

A participação dos jovens no esporte e os limites da pesquisa no contexto brasileiro

Ainda que o país tenha uma das maiores populações de jovens no mundo e esteja em um período que pode ser considerado a década do esporte, no Brasil os estudos voltados para a participação dos jovens no esporte e processo de desenvolvimento ainda são incipientes e realizados de forma assistemática. No Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP)⁶, a partir de uma consulta parametrizada, usando os termos-chaves “criança”, “adolescente”⁷ e “jovens”, individualmente, foram identificadas 1.322 alusões a grupos de pesquisa, dos quais em somente oito (08) o termo “esporte” aparece no nome do grupo (Quadro 1), no título das linhas e/ou nos objetivos das linhas de pesquisa. Usando o termo-chave “Pedagogia do Esporte” sobre o nome do grupo, título e objetivo das linhas de pesquisa, estão cadastrados no diretório 24 grupos de pesquisa certificados pelas instituições (em atividade), dos quais 16 foram cadastrados no diretório há menos de 10 anos (Quadro 2). Entre os grupos de pesquisa em Pedagogia do Esporte, o predomínio das linhas de pesquisa está no campo do currículo (conteúdo), metodologia para o ensino e aprendizagem dos esportes e formação profissional. Essa conjuntura já aponta para os limites da pesquisa na perspectiva do esporte no processo de desenvolvimento de jovens e a participação no esporte.

O acesso ao esporte no Brasil, em sua grande parte, depende do suporte financeiro, burocrático e humano oferecido pelo Estado (pelo governo municipal, estadual e federal), sendo o principal agente promotor e financiador (CRISTIANI et al., 2017; ENGELMAN; OLIVEIRA, 2012; MASCARENHAS, 2012; REIS; VIEIRA; SOUSA-MAST, 2015). Outro segmento são as instituições não governamentais que, com o suporte do Estado, desenvolvem programas e ações, principalmente com foco em grupos em situações de vulnerabilidade e risco social. Na dimensão público-federal, atualmente existem os programas “Programa Segundo Tempo” (PST), “Atleta na Escola” e “Esporte na Escola” (ou “Mais Educação”), além do programa de infraestrutura “Centro de Iniciação ao Esporte”. Somente o PST, segundo dados oficiais no Governo Federal⁸, entre 2003-2015, em 1110 convênios foram atendidos 3.605.345 de jovens em todo o Brasil. No entanto, em relação ao estudo da participação de jovens no programa, os números não são tão expressivos.

⁶ O Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil tem a função de inventariar grupos de pesquisa científica e tecnológica em atividade. Na busca foi considerado apenas os grupos certificados pelas respectivas instituições. Disponíveis em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

⁷ Para a busca parametrizada no termo-chave ‘adolescente’, foi utilizado como sinônimo dos termos adolescência, infanto-juvenil e juventude. A busca no diretório foi realizada em 29 de março de 2018.

⁸ Ministério do Esporte, Mapa distribuição de convênios. Disponível em: <<http://www.seguro.esporte.gov.br/segundotempo/mapaConvênio.asp>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

Em um amplo estudo de revisão sistemática desenvolvido por Kravchychyn e Oliveira (2015), em que são usadas algumas das principais bases de dados (Lilacs, Scielo, Lindex, Portal de Periódicos Capes e Biblioteca Virtual em Saúde) de acesso a periódicos científicos, foram investigadas publicações sobre projetos e programas sociais esportivos no Brasil. Com um recorte entre 2004-2013, portanto, de 10 anos, os autores encontraram 22 artigos. Do total de artigos selecionados, somente oito tiveram como contexto o PST, dos quais em apenas um os alunos foram os sujeitos da pesquisa. No mesmo estudo de revisão, são destacados outros aspectos em relação aos programas sociais esportivos no Brasil que merecem atenção, como as categorias (dimensões) de estudo, a qualidade e alcance da pesquisa.

Kravchychyn e Oliveira (2015) identificaram três categorias de estudos (gestão; conteúdos e métodos de ensino e formação; e intervenção profissional) e observaram que houve predomínio de abordagens pedagógicas nos estudos analisados. Somente dois estudos versaram sobre avaliação de impacto. Em relação à qualidade da pesquisa, os autores destacam que apenas dois trabalhos usaram instrumentos validados em outros estudos, predominando questionários elaborados pelos próprios pesquisadores, análise documental e roteiro de observação. Esses aspectos da pesquisa limitam a possibilidade de observar e interpretar os resultados frente a outros estudos e contextos e, portanto, reforçam a crítica e o ceticismo, principalmente em estudos que têm como foco a avaliação, em relação à qualidade das evidências dos efeitos da participação dos jovens no esporte (CAMIRÉ, 2014; COALTER, 2010ab).

O contexto e o tempo de participação no esporte têm sido documentados como variáveis explicativas para a experiência de jovens no esporte (DOMINGUES; CAVICHIOILLI; GONÇALVES, 2014; GALATTI et al., 2016; REVERDITO, 2016; REVERDITO; CARVALHO; GONÇALVES, 2016; REVERDITO et al., 2017a; REVERDITO et al., 2017b). Estudando a experiência de jovens no esporte em programa social em uma perspectiva bioecológica, controlando idade e sexo, Reverdito (2016) observou que o contexto e tempo de participação no esporte foram as variáveis explicativas para a experiência positiva dos jovens no esporte. Os jovens em contextos com melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foram capazes de permanecer mais tempo no programa de esporte, por conseguinte, se beneficiar mais da participação no esporte. O apoio e a qualidade da intervenção são outros fatores fundamentais para os que jovens permaneçam no esporte (REVERDITO et al., 2017a; REVERDITO et al., 2017b).

No entanto, essas variáveis têm sido suprimidas ou colocadas somente de forma descritiva. Analisando os inúmeros fatores que influenciam e podem determinar a direção dos efeitos (GONÇALVES, 2013; REVERDITO, 2016), inclusive as mudanças que são inerentes à própria fase do desenvolvimento, estudos têm apontado para a necessidade de modelos de pesquisa e avaliação capazes observarem as relações de trocas entre o organismo e o ambiente, estabelecendo inter-relações entre as variáveis e seu comportamento em relação ao contexto e séries temporais (BENGOECHEA, 2002; COALTER, 2013b; DOMINGUES; CAVICHIOILLI; GONÇALVES, 2014; ESPERANÇA et al., 2013; FRASER-THOMAS; CÔTÉ; DEAKIN, 2005; HOLT, 2008; KREBS, 2009; REVERDITO et al., 2017a; REVERDITO et al., 2017b). O desenvolvimento é um processo complexo e de caráter relacional, marcado por mudanças e continuidades entre a pessoa e diversos níveis do contexto. Assim sendo, trata-se de uma abordagem ao esporte na ecologia do desenvolvimento humano.

Fica evidente a emergência por estudos sistemáticos da participação dos jovens no esporte no Brasil. No atual cenário, corre-se o risco de ter a década do esporte e não ampliarmos o conhecimento acerca do papel do esporte no desenvolvimento de jovens. A configuração do atual cenário faz do Brasil um contexto único na contemporaneidade e que dificilmente irá acontecer novamente. Camiré (2014) e Gould e Carson (2008) apontam a pesquisa como fundamental para o desenvolvimento e compreensão da participação dos jovens no esporte. Por fim, o conhecimento precisa alcançar o ambiente real da prática esportiva.

O desenvolvimento positivo dos jovens no esporte passa pela capacidade político-pedagógica de criar ambientes significativos. Para isso, precisamos saber mais sobre a participação dos jovens no esporte no Brasil. Considerando as dimensões territoriais, diversidade cultural, população de jovens e o alcance do fenômeno esporte na contemporaneidade, variáveis de diferentes dimensões do contexto, do organismo e temporais são fundamentais para compreender o esporte na ecologia do desenvolvimento humano.

Quadro 1 - Grupos de pesquisa em criança, adolescentes e jovens em que o termo-chave 'esporte' aparece no título do grupo, no título e nas palavras-chave das linhas.

Grupo	Instituição	Líder	Área	Ano Institucionalização
Grupo de Estudo e Pesquisa em Esporte e Treinamento Infanto-Juvenil – GEPETIJ	Universidade de São Paulo	Maria Tereza Silveira Böhme	Educação Física	1999
Programa de Estudos para o Desenvolvimento do Esporte - PRÓ-ESPORTE	Universidade Estadual de Maringá	José Luiz Lopes Vieira; Lenamar Fiorese	Educação Física	2000
Grupo de Pesquisa em Pedagogia do Movimento	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Fernando Cesar de Carvalho Moraes	Educação Física	2000
Ciências do Esporte	Universidade Estadual de Londrina	Luiz Cláudio Reeberg Stanganelli; Antonio Carlos Dourado	Educação Física	2002
GEFEL - Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação Física, Esporte e Lazer	Universidade do Estado da Bahia	Laura Emmanuela Lima Costa; Francisco de Sales Araújo Sousa	Educação	2008
Grupo de Estudos e Pesquisas em Atividade Física e Saúde	Universidade Federal de São Paulo	Emilson Colantonio; Danielle ArisaCaranti	Fisiologia	2009
Laboratório de Estudos Aplicados em Pedagogia do Esporte – LEAPE	Universidade do Estado de Mato Grosso	Riller Silva Reverdito	Educação Física	2014
Grupo de Estudos em Atividade Física, Saúde e Desempenho	Universidade Federal de Pernambuco	Romulo Maia Carlos Fonseca	Educação Física	2015
Grupo de Estudos em Atividade Física, Psicologia e Saúde	Universidade Estadual de Londrina	Helio Serassuelo Junior	Educação Física	2017

Quadro 2 - Grupos de pesquisa em que o termo Pedagogia do Esporte aparece no título do grupo e linha de pesquisa.

Grupo	Instituição	Líder	Ano Institucionalização
Projeto Esporte Brasil	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Adroaldo Cezar Araujo Gaya; Anelise Reis Gaya	1994
Grupo de Pesquisa em Estudos da Saúde, Ambiente, Esporte e Sociedade	Universidade do Oeste de Santa Catarina	Deonilde Balduino; Sandro Claro Pedrozo	2003
Núcleo de Pesquisa em Pedagogia do Esporte - NUPPE	Universidade Federal de Santa Catarina	Juarez Vieira do Nascimento; Michel Milistetd	2005
Grupo de estudos e pesquisa em docência e formação profissional em Educação física	Universidade Federal de Alagoas	Patrícia Cavalcanti Ayres Montenegro; Eriberto José Lessa de Moura	2005
Grupo de Estudos em Pedagogia do Esporte (GEPESP)	Universidade Estadual de Campinas	Roberto Rodrigues Paes; Larissa Rafaela Galatti	2006
Núcleo de Pesquisa em Psicologia e Pedagogia do Esporte	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Carlos Adelar Abaide Balbinotti; Marcos Alencar Abaide Balbinotti	2006
GEFEL - Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação Física, Esporte e Lazer	Universidade do Estado da Bahia	Laura Emmanuela Lima Costa; Francisco de Sales Araújo Sousa	2008
Grupo de Estudos de Sociologia, Pedagogia do Esporte e do Lazer	Universidade Federal de Minas Gerais	Kátia Lúcia Moreira Lemos; Ana Cláudia Porfírio Couto	2008
Núcleo de Pedagogia do Esporte e da Educação Física – NUPEEF	Universidade do Estado de Santa Catarina	Valmor Ramos	2009
Pedagogia do esporte	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Lucinar Jupir Forner Flores; Edilson Hobold	2010
Grupo de Estudos e Pesquisas em Pedagogia do Esporte e Movimento (GEPPEM)	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	Rafael Castro Kocian; Mariana Zuaneti Martins	2010
Laboratório de Estudos em Pedagogia do Esporte (LEPE) – Futebol	Universidade Estadual de Campinas	Alcides José Scaglia; Larissa Rafaela Galatti	2011
Laboratório de Estudos em Pedagogia do Esporte - LEPE	Universidade Estadual de Campinas	Larissa Rafaela Galatti; Alcides José Scaglia	2011
Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física no ensino médio profissionalizante - GEPEFEP	Instituto Federal de Mato Grosso	Larissa Beraldo Kawashima; Elisângela Almeida Barbosa	2012
Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física Escolar – GEPEFE	Universidade Adventista de São Paulo	José Carlos Rodrigues Júnior; Leonardo Tavares Martins	2013
Grupo de estudos em esporte (GEE)	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	José Cicero Moraes; Rogério da Cunha Voser	2014
Laboratório de Estudos Aplicados em Pedagogia do Esporte (LEAPE)	Universidade do Estado de Mato Grosso	Riller Silva Reverdito	2014
GEPEDEM - Grupo de Estudos em Pedagogia do Esporte e Desenvolvimento Motor	Fundação Universidade Federal do Tocantins	Jean Carlo Ribeiro; Vitor Antonio Cerignoni Coelho	2015
Grupo de Estudos e Pesquisa em Ginástica da USP (GYMNUSP)	Universidade de São Paulo	Michele Vivieni Carbinatto	2015
Grupo de Pesquisa e Estudo sobre o Futsal e o Futebol – GPEFF	Universidade Federal do Maranhão	Antonio Coppi Navarro; Emerson Silami Garcia	2015
Lab. de atividade motora adaptada, psicologia aplicada e pedagogia do esporte (LAMAPPE/DEF-FC, UNESP BAURU)/GEPPEA - grupo de estudos, ensino, pesquisa e extensão em pedagogia do esporte adaptado	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Rubens Venditti Junior; Milton Vieira do Prado Junior	2015
Grupo de Estudos em Educação Física Escolar e Pedagogia do Esporte	Universidade de Ribeirão Preto	Carla Nascimento Luguetti; Ricardo Toshio Enohi	2016
Grupo de Pesquisas em Educação Física Escolar e Saúde- GPEFES	Universidade Federal da Grande Dourados	Gustavo Levandoski; Josiane Fujisawa Filus de Freitas	2016
LabSport	Universidade Federal do Espírito Santo	Mariana Zuaneti Martins; Ubirajara de Oliveira	2017

Conclusão

O objetivo desse ensaio foi discutir as abordagens para o estudo de crianças, adolescentes e jovens no esporte na perspectiva do desenvolvimento humano e os limites da pesquisa nessa área no Brasil. Nele destacamos os limites, os desafios e emergência por estudos nessa linha de investigação. Ainda que o Brasil tenha uma das maiores populações de jovens do mundo, com milhares deles envolvidos diariamente com atividades esportivas em ambientes Institucionalizados ou informais, a pesquisa nessa área ainda é incipiente.

O estudo dos jovens no esporte na perspectiva do ‘esporte para o desenvolvimento e paz’ (*sport-of-development and peace*) e do ‘desenvolvimento positivo dos jovens no esporte’ (*positive development youth in sport*) encontra fundamentos teóricos e metodológicos sustentados nas abordagens sócio-críticas e ecológico-sistêmicas. O esporte, nesse caso, é um importante contexto e ferramenta para promover o desenvolvimento saudável, tanto do ponto de vista da investigação como da intervenção ao longo do curso da vida. As abordagens trazem conceitos amplos e significativos, mas que também apresentam limites, considerando que é um tema relativamente novo e com expressiva demanda social.

Para que a participação no esporte possa levar ao desenvolvimento positivo, é preciso primeiro criar ambientes (condições) que possam promover esse objetivo (CRISTIANI et al., 2017; GALATTI et al., 2016; SCAGLIA; REVERDITO, 2016). E esse ambiente dependente fundamental de decisões político-pedagógicas, que sejam capazes de garantir a participação dos jovens sobre uma base regular de tempo. E para criar esses ambientes, é preciso ampliar nosso conhecimento acerca da participação dos jovens no esporte, indo dos aspectos subjetivos da sua experiência, influências de fatores contextuais ao longo do tempo histórico à gestão de processos sistemáticos de avaliação de resultado e impacto social.

Referências

- BENGOECHEA, E. G. Integrating knowledge and expanding horizons in developmental sport psychology: a bioecological perspective. **Quest**, v. 54, n. 1, p. 1-20, 2002.
- BENSON, P. L. Developmental assets: an overview of theory, research, and practice. In: SILBEREISEN, R. K.; LERNER, M. R. (Ed.). **Approaches to positive youth development**. Califórnia: SAGE Publications, 2007. p. 33-58.
- BENSON, P. L.; SCALES, P. C.; SYVERTSEN A. K. The contribution of the developmental assets framework to positive youth development theory and practice. **Adv. Child. Dev. Behav.**, v. 41, p. 197-230, 2011.
- BRASIL. **Diagnóstico nacional do esporte: o perfil do sujeito praticante ou não de esportes e atividades físicas da população brasileira**. Brasília: Ministério do Esporte, 2016.
- BURNETT, C. The impact of a sport-for-education programme in the South African context of poverty. **Sport in Society**, v. 17, n. 6, p. 722-735, 2014.
- _____. Assessing the sociology of sport: on sport for development and peace. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 50, n. 4-5, p. 385-390, 2015a.
- _____. The ‘uptake’ of a sport-for-development programme in South Africa. **Sport, Education and Society**, v. 20, n. 7, p. 819-837, 2015b.
- CAGIGAL, J. M. **Obras selectas: volumen I**. Chiclana: Comité Olímpico Español, 1996a.
- _____. **Obras selectas: volumen II**. Chiclana: Comité Olímpico Español, 1996b.
- CAMIRÉ, M. Youth development in North American high school sport: review and recommendations. **Quest**, v. 66, n. 4, p. 495-511, 2014.

- COAKLEY, J. Youth sports: what counts as “positive development?”. **J. Sport Soc. Issues**, v. 35, p. 306-324, 2011.
- COALTER, F. The politics of sport-for-development: limited focus programmes and broad gauge problems? **Int. Rev. Sociol. Sport**, v. 45, p. 295-314, 2010a.
- _____. Sport-for-development: going beyond the boundary? **Sport in Society**, v. 13, n. 9, p. 1374-1391, 2010b.
- _____. **Sport for development: what game are we playing?** New York: Routledge, 2013a.
- _____. ‘There is loads of relationships here’: developing a programme theory for sport-for-change programmes. **Int. Rev. Sociol. Sport**, v. 48, p. 594-612, 2013b.
- CÔTÉ, J.; FRASER-THOMAS, J. Youth involvement in sport. In: CROCKER, P. **Sport psychology: a Canadian perspective**. Toronto: Pearson, 2007, p. 270-298.
- CÔTÉ, J.; TURNNIDGE, J.; EVANS, B. The dynamic process of development through sport. **Kinesiologia Slovenica**, v. 20, n. 3, p. 14-26, 2014.
- CÔTÉ, J.; VIERIMAA, M. The developmental model of sport participation: 15 years after its first conceptualization. **Science & Sports**, v. 29, Supplement, p. S63-S69, 2014.
- CRISTIANI, J. et al. Clubs socio-deportivos en un municipio brasileño: espacio, equipos y contenidos. **E-balonmano.com: Revista de Ciencias del Deporte**, Mérida, v. 13, n. 2, p. 105-112, 2017.
- DARIDO, S. C. **Educação Física na escola: questões e reflexões**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- DOMINGUES, M. P.; CAVICHIOLLI, F.; GONÇALVES, C. E. Perspectiva ecológica na determinação de percursos desportivos contrastantes em jovens futebolistas. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 249-261, abr./jun. 2014.
- ENGELMAN, S. ; OLIVEIRA, A. A. B. D. Gestão pública em rede: o caso do Programa Segundo Tempo – Ministério do Esporte. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 23, n. 4, p. 543-552, 2012.
- ESPERANÇA, J. M. et al. Um olhar sobre o desenvolvimento positivo dos jovens através do desporto. **Revista de Psicología del Deporte**, v. 22, n. 2, p. 481-487, 2013.
- FRASER-THOMAS, J. L., et al. Youth sport programs: an avenue to foster positive youth development. **Physical Education and Sport Pedagogy**, v. 10, n. 1, p. 19-40, 2005.
- GALATTI, L. R. **Esporte e clube sócio-esportivo: percurso, contextos e perspectivas a partir de um estudo de caso em clube esportivo espanhol**. 2010. 305f. Tese (Doutorado em Educação Física)– Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- GALATTI, L. R. AFEs, Desenvolvimento humano e esporte de alto rendimento. BRASIL, R. N. D. D. H. D. **Movimento é vida: atividade físicas e esportivas para todas as pessoas**. Brasília, DF: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2017, p. 1-49.
- GALATTI, L. R. et al. Fostering elite athlete development and recreational sport participation: a successful club environment. **Motricidade**, v. 12, n. 3, p. 20-31, 2016.
- GARCIA, R. P. A convergência e cruzamento de saberes no desporto. In: PEREIRA, A. L.; COSTA, A.; GARCIA, R. P. (Org.). **O desporto entre lugares: o lugar das ciências humanas para a compreensão do desporto**. Porto: Faculdade de Desporto, Universidade do Porto, 2006. p. 15-33.
- GIULIANOTTI, R. O setor de esporte para o desenvolvimento e a paz: um modelo sociológico de agências pacificadoras. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 15, n. 3, p. 553-574, jul./set. 2012.

- GONÇALVES, C. E. D. B. **Desportivismo e desenvolvimento de competências socialmente positivas**. Porto: Edições Afrontamento e IPDJ/PNED, 2013.
- GOULD, D. ; CARSON, S. Life skills development through sport: current status and future directions. **International Review of Sport and Exercise Psychology**, v. 1, n. 1, p. 58-78, 2008.
- GREGORY, B. **Steps to an ecology of mind**. Chicago: University of Chicago Press, 2000.
- HAUDENHUYSE, R. P.; THEEBOOM, M.; SKILLE, E. A. Towards understanding the potential of sports-based practices for socially vulnerable youth. **Sport in Society**, v. 17, n. 2, p. 139-156, 2014.
- HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- HOLT, N. L. **Positive youth development through sport**. New York: Routledge, 2008.
- HOLT, N. L. et al. Levels of social complexity and dimensions of peer experiences in youth sport. **J. Sport. Exerc. Psychol.**, v. 30, n. 4, p. 411-431, 2008.
- HUIZINGA, J. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- IBGE. **Novos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da População brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- KAY, T.; DUDFIELD, O. **The commonwealth guide to advancing development through sport**. London: Commonwealth Secretariat, 2013.
- KAY, T.; SPAAIJ, R. The mediating effects of family on sport in international development contexts. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 47, n. 1, p. 77-94, 2011.
- KRAVCHYCHYN, C.; OLIVEIRA, A. A. B. D. Projetos e programas sociais esportivos no brasil: uma revisão sistemática. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 4, p. 1051-1065, out./dez. 2015.
- KREBS, R. J. Bronfenbrenner's bioecological theory of human development and the process of development of sports talent. **International Journal of Sport Psychology**, v. 40, n. 1, p. 108-135, 2009.
- LARSON, R. W. et al. New horizons: understanding the processes and practices of youth development journal of youth development. **Bridging Research & Practice**, v. 6, n. 3, p. 155-156, 2011.
- LARSON, R. W.; TRAN, S. P. Invited commentary: positive youth development and human complexity. **J. Youth Adolesc.**, v. 43, n. 6, p. 1012-1017, 2014.
- LARSON, R. W., et al. Understanding youth development from the practitioner's point of view: a call for research on effective practice. **Applied Developmental Science**, v. 19, n. 2, p. 74-86, 2015.
- LEE, M. J.; WHITEHEAD, J.; NTOUMANIS, N. Development of the attitudes to moral decision-making in youth sport questionnaire (AMDYSQ). **Psychology of Sport and Exercise**, v. 8, n. 3, p. 369-392, 2007.
- LERNER, R. M. **Promoting positive youth development: theoretical and empirical bases**. White paper prepared for the workshop on the science of adolescent health and development, national research council/institute of medicine. Washington, DC: National Academies of Science, 2005.
- LERNER, R. M. Promoting positive human development and social justice: Integrating theory, research and application in contemporary developmental science. **International Journal of Psychology**, v. 50, n. 3, p. 165-173, 2015.
- LEVERMORE, R. Sport: a new engine of development? **Progress in Development Studies**, v. 8, n. 2, p. 183-190, 2008.
- LEVERMORE, R.; BEACOM, A. **Sport and international development**. London: Palgrave Macmillan London, 2009.

- LINDSEY, I. Conceptualising sustainability in sports development. **Leisure Studies**, v. 27, n. 3, p. 279-294, 2008.
- LINDSEY, I. Governance in sport-for-development: Problems and possibilities of (not) learning from international development. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 52, n. 7, p. 801-818, 2016.
- LINDSEY, I.; GRATTAN, A. An ‘international movement’? Decentring sport-for-development within Zambian communities. **International Journal of Sport Policy and Politics**, v. 4, n. 1, p. 91-110, 2011.
- LYRAS, A.; WELTY PEACHEY, J. Integrating sport-for-development theory and praxis. **Sport Management Review**, v. 14, n. 4, p. 311-326, 2011.
- MACHADO, G. V.; GALATTI, L. R.; PAES, R. R. Pedagogia do esporte e projetos sociais: interlocuções sobre a prática pedagógica. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 405-418, abr./jun. 2015.
- MARQUES, R. F. R. O conceito de esporte como fenômeno globalizado: pluralidade e controvérsias. **Revista Observatorio del Deporte**, Santiago, v. 1, n. 1, p. 147-185, ene./mar. 2015.
- MASCARENHAS, F. Megaeventos esportivos e educação física: alerta de tsunami. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 39-67, jan./mar. 2012.
- MORIN, E. **O método II: a vida da vida**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- MORIN, E. **O método 3: conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- NICHOLLS, S.; GILES, A. R.; SETHNA, C. Perpetuating the ‘lack of evidence’ discourse in sport for development: Privileged voices, unheard stories and subjugated knowledge. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 46, n. 3, p. 249-264, 2010.
- ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)**. Paris: Nações Unidas, 1948.
- PAES, R. R. Pedagogia do esporte: especialização esportiva precoce. TANI, G.; BENTO, J. O.; PETERSEN, R. D. S. (Ed.). **Pedagogia do desporto**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 219-226.
- PELLEGRINI, A. D. **The role of play in human development**. New York: Oxford University Press, 2009.
- PNUD. **Esporte para o Desenvolvimento e a paz: em direção à realização das metas de desenvolvimento do milênio**. Relatório da Força Tarefa entre Agências das Nações Unidas sobre o Esporte para o Desenvolvimento e a Paz. Unidas. N. New York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nações Unidas, 2003.
- REIS, A. C., et al. “Sport for Development” in developing countries: the case of the Vilas Olímpicas do Rio de Janeiro. **Sport Management Review**, v. 19, n. 2, p. 107-119, 2015.
- REVERDITO, R. S. **Pedagogia do esporte e modelo bioecológico do desenvolvimento humano: indicadores para avaliação de impacto em programa socioesportivo**. 2016. 209f. Tese (Doutorado em Educação Física)– Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- REVERDITO, R. S., et al. Effects of youth participation in extra-curricular sport programs on perceived self-efficacy: a multilevel analysis. **Perceptual and Motor Skills**, v. 124, n. 3, p. 569-583, 2017a.
- REVERDITO, R. S.; CARVALHO, H. J. G. M. de; GONÇALVES, C. E. de B. Youth sports coaches in social programmes: the ecology of human development. **Sports Coaching Review**, v. 5, n. 2, p. 208-210, 2016.

- REVERDITO, R. S., et al. Developmental benefits of extracurricular sports participation among brazilian youth. **Perceptual and Motor Skills**, v. 124, n. 5, p. 946-960, 2017b.
- REVERDITO, R. S., et al. A circunstância do jogo e o desenvolvimento da criança: estrutura para a ação de caráter relacional. SOUZA, E. R. et al. (Org.). **Educação física, lazer e saúde: interfaces ao desenvolvimento humano**. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2015. p. 89-112.
- REVERDITO, R. S., et al. The “Programa Segundo Tempo” in Brazilian municipalities: outcome indicators in macrosystem. **Journal of Physical Education**, v. 27, n.e2754, p. 1-14, 2016.
- REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; PAES, R. R. Sport pedagogy: current panorama and conceptual analysis of the main approaches. **Motriz**, Rio Claro, v. 15, n. 3, p. 600-610, jul./set. 2009.
- RIGONI, P. A. G. **Contribuição da experiência esportiva positiva, mediada pela motivação, não propósito de vida de jovens atletas brasileiros**. 2014. 200f. Tese (Doutorado em Educação Física)– Programa de Pós-graduação Associado em Educação Física UEM/UEL, Departamento de Educação Física, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.
- SCAGLIA, A. J.; REVERDITO, R. S. Perspectivas pedagógicas do esporte no século XXI. In: MOREIRA, W. W.; NISTA-PICCOLO, V. L. (Org.). **Educação Física e esporte no século XXI**. Campinas: Papyrus, 2016. p. 43-72.
- SCAGLIA, A. J. et al. A contribuição da pedagogia do esporte ao ensino do esporte na escola: tensões e reflexões metodológicas. In: MARINHA, A.; NASCIMENTO, J. V. D.; OLIVEIRA, A. A. B. (Org.). **Legados do esporte brasileiro**. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2014. p. 45-86.
- SPAAIJ, R. Refugee youth, belonging and community sport. **Leisure Studies**, v. 34, n. 3, p. 303-318, 2015.
- SPAAIJ, R. et al. Transforming communities through sport? critical pedagogy and sport for development. **Sport, Education and Society**, v. 21, n. 4, p. 570-587, 2016.
- TURNNIDGE, J. et al. Positive youth development from sport to life: explicit or implicit transfer? **Quest**, v. 66, n. 2, p. 203-217, 2014.
- UNESCO. **Carta Internacional da Educação Física e do Esporte**. Paris: ONU, 1978.

Comité Olímpico Internacional, meio ambiente e desenvolvimento sustentável

Alcides Vieira Costa¹
Alberto Reinaldo Reppold Filho²

Introdução

Em 1993, a então Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto (FCDEF/UP), hoje Faculdade de Desporto, organizou o *Simpósio Cidadania, Desporto e Natureza* para tratar do tema meio ambiente e desporto. O encontro reuniu estudiosos de diferentes países e abordou o assunto numa perspectiva multidisciplinar. Esse talvez tenha sido o primeiro evento a discutir tal temática na comunidade das Ciências do Desporto de língua portuguesa. Os trabalhos apresentados no congresso foram publicados, em 1997, no livro *Meio Ambiente e Desporto: uma perspectiva internacional*.³ A obra representou um marco na discussão académica das questões ambientais relacionadas ao desporto no espaço da lusofonia.

Na época, os prejuízos causados ao meio ambiente pelas ações humanas encontravam-se na ordem do dia. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92, havia ocorrido no ano anterior na cidade do Rio de Janeiro. O evento reunira representantes de cerca de 180 países, vários deles Chefes de Estado, com o propósito de estabelecer medidas para evitar a degradação ambiental e garantir um futuro promissor às gerações vindouras.

O Comité Olímpico Internacional (COI) estava também a dar passos no enfrentamento de problemas ambientais no âmbito do desporto olímpico, em especial pelas críticas que lhe eram dirigidas por entidades preocupadas com os danos ao meio ambiente provocados pelos Jogos Olímpicos.

O início dos anos 1990 foi assim um tempo em que as discussões sobre o meio ambiente e a busca por mudanças na forma de viver e conviver se fez presente de maneira intensa nos debates dentro e fora da comunidade académica e desportiva dos países falantes de língua portuguesa.

Desde então, muita coisa aconteceu. Os eventos científicos e as publicações sobre o assunto ganharam impulso. A comunidade científica de Educação Física e Ciências do Desporto cresceu de maneira significativa. O meio ambiente adquiriu relevância no ensino escolar, assim como nos cursos de formação profissional, com particular importância na área da formação de professores de Educação Física. No Brasil, por exemplo, o assunto passou a fazer parte dos chamados Temas Transversais, e está incluído nas diretrizes curriculares nacionais dos cursos de licenciatura.

Além disso, os movimentos e as organizações ambientalistas se multiplicaram. Existe na atualidade ampla consciência sobre a necessidade de preservação dos recursos naturais renováveis e não renováveis. O conceito de desenvolvimento sustentável ganhou força e ocupa importante lugar na agenda de vários países. A legislação ambiental tornou-se mais rígida, dando margem menor aos abusos outrora praticados em nome do desenvolvimento económico.

Existem assim razões para comemorar os avanços obtidos nas últimas três décadas nas áreas do desporto e do meio ambiente. Todavia, certos problemas persistem, enquanto outros se acentuaram. Além disso, novos problemas estão a surgir. Trata-se de uma luta contínua, em que não existem avanços definitivos.

Neste sentido, há uma ligação essencial entre o simpósio sobre meio ambiente e desporto realizado pela FCDEF/UP, em 1993, e o XVII Congresso de Ciências do Desporto e de Educação Física dos

¹ Universidade Lusíada de Lisboa (ULL), Portugal.

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil.

³ In: DACOSTA, L. P. (Ed.). **Meio ambiente e desporto: uma perspectiva internacional**. Porto: Universidade do Porto, 1997.

Países de Língua Portuguesa, a realizar-se na Universidade Estadual do Ceará, em 2018, intitulado: *Cuidar da Casa Comum: da Natureza, da Vida, da Humanidade. Oportunidades e responsabilidades do desporto e da educação física*. Os dois encontros se propuseram a discutir problemas da contemporaneidade – cidadania, natureza, vida, humanidade – numa perspectiva integrada e totalizante. Como há 25 anos na cidade do Porto, o evento deste ano em Fortaleza se configura numa oportunidade para reflexões e proposições na direção de um futuro melhor.

Com base nestas considerações iniciais, escolhemos o desporto e o meio ambiente como temas centrais do presente trabalho, cujo o propósito é lançar um olhar retrospectivo ao tratamento dado às questões ambientais e ao desenvolvimento sustentável pelo COI e apontar alguns dos desafios a serem enfrentados por esta organização em futuro próximo. O pressuposto é de que o estudo das posições assumidas por uma entidade desportiva internacional da relevância e abrangência do COI, cuja missão é promover valores éticos universais por meio do desporto, auxilia na compreensão do caminho percorrido e na definição dos passos a seguir.

Impactos dos Jogos Olímpicos

Os Jogos Olímpicos são considerados, por vários autores, como catalisadores do desenvolvimento social, político e económico. Segundo Pires e Costa (2010, p. 1), estes eventos influenciam “não só em termos regionais como nacionais e internacionais, pelo legado que, de uma maneira geral, deixam após a sua realização”. Para Reppold Filho (2010), estes acontecimentos desportivos têm enorme potencial para “se inserirem na vida das pessoas e das comunidades mais carentes, promovendo mudanças concretas e duradouras na direção de melhores condições de vida” (p. 1). Sendo a expressão máxima dos grandes eventos desportivos, os Jogos Olímpicos são relacionados de forma positiva com a existência de efeitos económicos múltiplos; com a revitalização e melhoria das infraestruturas urbanas e desportivas; com o incremento do turismo; com a geração de emprego e renda; com o surgimento de maiores alternativas sociais e culturais; e com a satisfação psicológica individual e coletiva da comunidade local (COSTA, 2012a).

Estes autores, entretanto, alertam para o fato de que a realização dos Jogos Olímpicos está “debaixo de enormes críticas e possuem fortes oposições” (PIRES; COSTA, 2010, p. 1). Isto leva a crer que dependendo das circunstâncias e da eficiência da organização os resultados podem se tornar negativos. Alguns exemplos dos impactos negativos dos Jogos Olímpicos são: a especulação imobiliária; a elevada destinação de verbas públicas, que seriam importantes para outros setores da sociedade; o desrespeito aos direitos humanos; e o deslocamento, muitas vezes forçado, de parte da população local para viabilizar a instalação de novas estruturas necessárias ou associadas ao evento (COSTA, 2014; REPPOLD FILHO, 2010; ROLNIK, 2009).

Pires (2007) reforça esta perspectiva ao afirmar que a “interrelação entre desporto e economia nem sempre é de sinal positivo na medida em que muitas vezes o ser humano é o que menos interessa em todo um processo em que se visa, exclusivamente, obter lucro” (p. 87). Neste sentido, os efeitos económicos dos Jogos Olímpicos ainda são objeto de discussão. Alguns estudos demonstram que os prejuízos são maiores do que os benefícios, enquanto outros evidenciam que os ganhos são restritos aos segmentos mais favorecidos da sociedade, como os setores da construção civil, as grandes redes de comunicação e as empresas patrocinadoras dos eventos.

Os aspetos positivos e negativos da realização dos Jogos Olímpicos são assim de substancial importância e, como tal, devem ser analisados e tomados em consideração, quando da candidatura e organização destes eventos. Mais recentemente, os impactos e legados ambientais passaram também a merecer especial atenção.

De uma maneira geral, as pessoas entendem que os Jogos Olímpicos e outras grandes competições desportivas estão isentos de malefícios para o meio ambiente. Entretanto, o que se pode evidenciar é justamente o contrário; sem o devido planeamento e os cuidados em implementação, eles podem provocar enormes estragos ambientais (COSTA, 2012b).

O COI, a partir da década de 1990, incluiu em sua agenda a temática ambiental. Os Jogos Olímpicos passaram a ser planejados de maneira a promover uma integração entre esporte e meio ambiente, tornando os valores de sustentabilidade ambiental centrais nos seus objetivos, redefinindo, desta forma, o próprio conceito de Olimpismo. Todavia, a incorporação de temas ambientais à agenda do Movimento Olímpico seguiu um processo lento, se considerarmos que a primeira edição dos Jogos Olímpicos aconteceu em 1896.

Jogos Olímpicos e meio ambiente

A relação dos Jogos Olímpicos com o meio ambiente pode ser traçada até as primeiras décadas do Século XX, quando grupos locais manifestaram preocupação com degradação ambiental provocada pelos Jogos Olímpicos de Inverno de Lake Placid, nos Estados Unidos, em 1932. Entretanto, as primeiras menções oficiais ao assunto aconteceram apenas em 1966, nas Sessões Plenárias do COI, realizadas na cidade de Roma⁴.

Na ocasião, Avery Brundage, Presidente do COI na época, recebeu um grande número de protestos de associações e cidadãos canadenses preocupados com a preservação ambiental, em decorrência da candidatura da cidade de Banff aos Jogos Olímpicos de Inverno de 1972. Os Jogos eram vistos como uma ameaça e poderiam se tornar um exemplo de degradação dos recursos naturais do país. Mesmo diante das manifestações desfavoráveis, diversos membros do COI consideraram que o meio ambiente não seria impactado negativamente devido à grande extensão territorial do local previsto para a realização do evento e ao fato de boa parte das instalações já existirem. Chappelet (2008, p. 1889) destaca, contudo, que grupos ambientalistas canadenses tiveram um papel-chave na decisão do COI por não realizar o evento em Banff. A cidade acabou por perder a vaga para Sapporo, no Japão.

Em 1972, ocorreu outro fato marcante em termos ambientais. O Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de Sapporo replantou as árvores que haviam sido retiradas para a construção de pistas de esqui, demonstrando preocupação com a regeneração dos locais de prática desportiva e apresentando uma atitude relativamente simples e de considerável eficiência. Os Jogos Olímpicos de Sapporo foram, na verdade, os primeiros a levar em consideração as questões ambientais (CHAPPELET, 2008 p. 1889).

Os Jogos Olímpicos de Inverno de 1976 previstos para acontecer em Dever, nos Estados Unidos, acabaram sendo transferidos para Innsbruck, na Áustria. A cidade norte-americana havia sido escolhida pelo COI para sediar os Jogos de 1976. A desistência ocorreu em razão dos resultados de referendos realizados em Denver e no estado do Colorado, em 1972. Por motivos financeiros e ambientais, a população se manifestou contrária à realização dos Jogos.

As candidaturas das cidades suíças de Zurich-Hochybrig e Interlaken para os Jogos Olímpicos de Inverno de 1976, e de St. Moritz, Davos, Chur e Arosa para os Jogos de 1988, também acabaram por não acontecer devido à falta de apoio popular. As preocupações ambientais estavam entre as causas apontadas para as desistências.

Juan Ant3nio Samaranch, Presidente do COI no per3odo de 1980 a 2001, e membro da entidade desde 1966, percebeu que as quest3es ambientais relacionadas aos Jogos Olímpicos exigiam um maior envolvimento do COI na defesa do meio ambiente.

Esta posi33o foi reforçada em diferentes momentos por Samaranch. A partir de 1991, por exemplo, a Carta Ol3mpica, que estabelece os princ3pios fundamentais do Olimpismo e regula a organiza33o do Movimento Ol3mpico e a realiza33o dos Jogos Ol3mpicos, passou a contar com um item referente ao meio ambiente. Desde ent3o, as cidades-sede dos Jogos Ol3mpicos devem se focar na sustentabilidade ambiental em concord3ncia com o estabelecido em recomenda33es espec3ficas do COI.

⁴ In: Ata da 64ª Sess3o do COI - Roma, 24 a 30 de abril de 1966.

A mudança efetiva de valores do COI relativos à preservação ambiental teve como marco os Jogos Olímpicos de Inverno de Albertville, na França, em 1992. Os organizadores do evento colocaram em prática medidas para dar conta do problema.

Em 1992, Samaranch adotou o conceito de desenvolvimento sustentável na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - Eco-92, (Costa, 2010). Na ocasião, o Movimento Olímpico integrou-se na Agenda 21 da Organização das Nações Unidas (ONU). No mesmo ano, nos Jogos Olímpicos de Barcelona, os Comitês Olímpicos Nacionais (CONs) e as Federações Internacionais (FIs) assinaram o *Earth Pledge*, comprometendo-se a contribuir para tornar o planeta um lugar seguro e hospitaleiro para as gerações atuais e futuras⁵. Desta forma, o ano de 1992 pode ser considerado um marco nas preocupações ambientais por parte do COI.

No período da presidência de Samaranch, a importância da temática ambiental relacionada ao desporto pode ser ilustrada em um episódio envolvendo competições de *mountain bike* na Áustria. De acordo com Philipp Von Schoeller, membro austríaco do COI, esta modalidade desportiva, no início da década de 1990, causava problemas no país. Os impactos ambientais negativos, entre outros fatores, colocavam a situação fora do controle das autoridades desportivas. O assunto acabou sendo levado ao Parlamento Austríaco. Schoeller solicitou que o COI interviesse junto à *Union Cycliste Internationale* (UCI) para que a entidade colocasse os seus membros sob controle. Em Sessão do COI, Schoeller manifestou-se sobre o assunto da seguinte forma:

Os ciclistas de montanha causaram danos ao meio ambiente e a manutenção do desporto tornou-se impossível em algumas partes do país em que era amplamente praticado⁶.

Samaranch, que tinha estado intimamente ligado ao projeto *Earth Pledge*, considerou a questão como sendo importante e, de imediato, pediu a Schoeller que enviasse a decisão do Parlamento Austríaco ao COI, pois, caso o Parlamento se manifestasse contrário à prática do *mountain bike* na Áustria, a decisão poderia ser seguida por outros países, colocando esta modalidade desportiva em dificuldades.

Samaranch percebeu que as reivindicações ambientais exigiriam uma estratégia de gestão para os Jogos Olímpicos, cuja imagem devia ser a de que o COI estava empenhado em organizar *Jogos Verdes*. Os Jogos Olímpicos de Lillehammer, em 1994, mostraram a viabilidade da realização do evento conforme os padrões de proteção ambiental, associando os conceitos de tecnologia e sustentabilidade (Dacosta, 2002). Os Jogos de Lillehammer foram chamados de *Jogos Amigos da Natureza*.

Assim como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU - Eco 92, o Congresso do Centenário Olímpico, realizado em 1994, foi um marco para o Movimento Olímpico. O evento deu início às atividades formais no domínio do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.

Em 1995, dando sequência a estes eventos, ocorreu em Lausanne, em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a 1ª Conferência Mundial de Desporto e Meio Ambiente. A conferência teve por objetivo aproximar as organizações governamentais e não governamentais no que diz respeito ao ambiente e ao desenvolvimento sustentável⁷. No discurso de abertura, Samaranch apresentou o meio ambiente como o terceiro pilar do Olimpismo, ao lado do desporto e da cultura.

Neste evento, Pál Schmitt teve a oportunidade de explicar que a Agenda 21 da ONU, adotada durante a Eco-92, estava direcionada para preparar o mundo para as mudanças do próximo século

⁵ In: Sustainability Through Sport: Implementing the Olympic Movement's Agenda 21. Disponível em: <<https://www.ourplanet.com/ioc/ioc.pdf>>.

⁶ In: Ata da 101ª Sessão do COI - Mônaco, 21 a 24 de setembro de 1993, p. 22. Nota dos autores: Para fluência da leitura, optamos em colocar no corpo do texto as traduções para o português elaboradas pelos próprios autores e apresentar em notas de rodapé as citações em inglês tal como aparecem nas Atas das Sessões do COI. A seguir, a citação original em inglês do trecho acima referido: "Mountain bikers caused damage to the environment, and game keeping had become impossible in some parts of the country where it was widely practiced".

⁷ In: Ata da 104ª Sessão do COI - Budapeste, 15 a 18 de junho de 1995, p. 1.

através da promoção do conceito de desenvolvimento sustentável, ao qual o Movimento Olímpico, como um todo, deveria aderir. Este conceito havia sido adotado por Samaranch ainda em 1992, seguindo o conceito apresentado no Relatório de Brundtland (1987)⁸.

No mesmo ano, após recomendações da Comissão de Estudos da 1ª Conferência Mundial sobre Desporto e o Meio Ambiente, Samaranch tomou a decisão de avançar com a ideia da constituição de uma comissão para o meio ambiente.

A CDMA e o meio ambiente como pilar do olimpismo

A Comissão de Desporto e Meio Ambiente (CDMA) foi criada e teve por objetivo não só aumentar o padrão de exigência ambiental relativamente aos Jogos Olímpicos, mas, também, a outros eventos desportivos, usando para isto os apoios dos CONs e das FIs. Para Samaranch, tal estratégia levaria o COI a dar o exemplo em matéria de *cultura ambiental* através da adoção, pelo Movimento Olímpico, de um conjunto de políticas e ações em matéria de desenvolvimento sustentável que não comprometeriam o futuro das gerações vindouras por decisões políticas erradas das gerações atuais.

As atividades da CDMA iniciaram oficialmente em 1996. Pál Schmitt, Presidente da Comissão, no seu primeiro relatório à Sessão do COI, salientou que tinha sido estipulado um conjunto de requisitos mínimos para as cidades-sede dos eventos olímpicos, pelo que as Comissões de Coordenação e de Avaliação passariam a ter um profissional especialista em questões ambientais. Ainda informou que os Comitês Organizadores dos Jogos Olímpicos (COJOs) estavam a dar uma atenção especial às questões relativas ao meio ambiente, o que valorizava a posição do COI em termos da sua imagem internacional.

Na perspetiva do Presidente da CDMA, em matéria de meio ambiente, o principal objetivo do COI era dar bons exemplos e aumentar a atenção e o sentido de responsabilidade das pessoas relativamente aos problemas do meio ambiente. Para melhor ilustrar o seu pensamento sobre o assunto, Schmitt citou a expressão, na época, usada por ambientalistas: “pense globalmente, aja localmente”, acrescentando que o Movimento Olímpico tinha a oportunidade de iniciar uma resposta global aos problemas que, do ponto de vista local, iam sendo levantados pela ação direta das populações atingidas pelas construções relativas aos Jogos Olímpicos.

Para Schmitt, o COI, ao trabalhar em cooperação com outras instituições, teria uma posição única para fazer o resto do mundo saber das grandes questões que estavam a ser colocadas no domínio da defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.

Na Sessão Plenária do COI, em Atlanta, a CDMA propôs a inclusão do meio ambiente como terceiro pilar do Olimpismo e a criação de um fundo específico para tratar destas questões:

As iniciativas do COI para colocar o meio ambiente como a terceira dimensão do Olimpismo, ao lado do desporto e da cultura, receberam uma calorosa recepção nas comunidades e criaram muitas expectativas. É importante que o Movimento Olímpico, e particularmente o COI, mantenham sua responsabilidade e ampliem sua política ambiental para o desenvolvimento sustentável. A Comissão acredita que devem ser empreendidas mais iniciativas neste campo e, por conseguinte, recomenda ao Presidente do COI e aos

⁸ Relatório Brundtland é o documento intitulado *Nosso Futuro Comum* que foi elaborado e publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU. Além de apresentar um novo conceito de desenvolvimento sustentável amplamente utilizado a partir de então, o relatório faz parte de uma série de iniciativas, anteriores à Agenda 21, que salientam a necessidade de uma visão crítica ao modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento. O documento chamava a atenção para os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas e os prejuízos às gerações vindouras.

membros da Diretoria Executiva que aloquem um “Fundo Verde” para todas essas atividades⁹.

A estratégia adotada pelo COI, no que diz respeito às questões ambientais e do desenvolvimento sustentável, passou pela descentralização e autonomia de seus órgãos sem querer se sobrepor à responsabilidade das autoridades nacionais vinculadas ao Movimento Olímpico, conforme se expressava na ata:

Observe-se que, não obstante a criação da Comissão de Desporto e Meio Ambiente do COI, é preciso lembrar que a responsabilidade final pelas questões relacionadas ao meio ambiente cabe às autoridades competentes e que o papel apropriado do COI é incentivar uma conduta ambientalmente responsável¹⁰.

No ano seguinte, surgiram recomendações da CDMA para o Movimento Olímpico. Em suma a Comissão recomendava: incentivar os CONs a terem um representante para o meio ambiente; organizar os *National Clean-Up Days*¹¹; implementar planos de ação ambiental na comunidade desportiva; estimular a adoção pelas FIs e CONs de diretrizes para a proteção ambiental das infraestruturas e equipamentos para cada desporto; aproveitar as experiências dos COJOs anteriores; manter e reforçar, no âmbito das relações internacionais, contatos próximos com o PNUMA e outras partes interessadas; enviar, através da media, mensagens educacionais; publicar, especialmente na *Olympic Review*, revista oficial do COI, artigos regulares sobre o meio ambiente; utilizar a *Internet* como meio de divulgação; e publicar *posters* para evidenciar os casos de sucesso e expô-los no Museu Olímpico¹².

Outra ação da Comissão foi a publicação do manual do desporto e do ambiente, que apresentava as diretrizes de proteção ambiental e sugeria como elaborar estratégias e planos de ação para a organização de eventos. Um folheto sobre o Movimento Olímpico e o ambiente também foi criado e disponibilizado na *Internet*¹³.

Kaltschmitt Luján, membro da CDMA e Presidente do Comité Olímpico da Guatemala, no período de 1980 a 1992, definiu a criação da Comissão como uma das melhores decisões do COI. Esta posição ficou assim documentada, em 1996, na Ata da 105ª Sessão Plenária do COI, realizada em Atlanta:

A decisão de criar uma Comissão de Desporto e Meio Ambiente foi uma das melhores decisões que o COI fez, e deveria talvez ter sido tomada muito antes¹⁴.

No segundo encontro anual da CDMA, realizado em 11 de abril de 1997, em Lausanne, foi elaborada uma lista de recomendações a ser submetida à Comissão Executiva e à Sessão Plenária. Entre elas, recomendava-se que fosse emendado o segundo princípio fundamental da Carta Olímpica, referindo explicitamente o meio ambiente como pilar do Olimpismo. Embora não tenha sido implementada, a proposta de modificação foi a seguinte:

⁹ In: Ata da 105ª Sessão do COI - Atlanta, 15 a 18 de julho de 1996, p. 168. “IOC’s initiatives to place environment as the third dimension of Olympism alongside sport and culture, have received a warm welcome in the communities and created many expectations. It is important that the Olympic Movement, and particularly the IOC, keeps up with its responsibility and further broaden its environmental policy for sustainable development. The Commission believes that more initiatives should be undertaken in this field and therefore recommends to the IOC President and the Executive Board members to allocate a “Green Fund” for all these activities”.

¹⁰ In: Ata da 105ª Sessão do COI - Atlanta, 15 a 18 de julho de 1996, p. 79. “Notes that notwithstanding the establishment of the IOC Commission on Sport and the Environment, it must be remembered that the ultimate responsibility for matters relating to the environment rests with the competent authorities and that the proper role of the IOC is to encourage environmentally responsible conduct”.

¹¹ O *World Clean-up Day - Let's Do It Foundation* é um movimento cívico global com a missão de conectar e capacitar pessoas e organizações em todo o mundo para um planeta limpo. Já 17 milhões de pessoas se juntaram ao movimento, limpando mais de 500.000 toneladas de lixo em mais de 100 países, salvando vidas e melhorando a saúde de muitos. In: Disponível em: <<https://worldcleanupday.org/about/>>.

¹² In: Ata da 106ª Sessão do COI - Lausanne, 3 a 6 de setembro de 1997, p. 146,147.

¹³ In: Ata da 106ª Sessão do COI - Lausanne, 3 a 6 de setembro de 1997, p. 146.

¹⁴ In: Ata da 105ª Sessão do COI - Atlanta, 15 a 18 de julho de 1996, p. 29. “The decision to create a Sport and Environment Commission was one of the best decisions the IOC had made, and should perhaps have been taken much earlier”.

O Olimpismo è uma filosofia de vida que exalta e combina de forma equilibrada as qualidades do corpo, da vontade e da mente. Aliando o desporto à cultura, educação e meio ambiente, o Olimpismo procura criar um estilo de vida fundado no prazer do esforço, no valor educativo do bom exemplo e o respeito pelos princípios éticos fundamentais universais¹⁵.

Na ocasião, Kaltschmitt Luján salientou que o moto do programa de meio ambiente do COI devia ser: *somos todos seres humanos e vivemos no mesmo ambiente* (we are all human beings and live in the same environment). Para ele, o Movimento Olímpico era o maior modelo mundial para a causa ambiental e os países que sediavam os Jogos Olímpicos tinham uma grande oportunidade para dar o exemplo¹⁶.

Agenda 21 do movimento olímpico

Com a adesão à Agenda 21 da ONU, o COI passou a elaborar uma agenda própria, a Agenda 21 do Movimento Olímpico. A este respeito Pál Schmitt comunicou aos membros, na 109ª Sessão do COI, realizada em Seul, de 17 a 19 de junho de 1999, que entre os principais temas tratados no relatório do 4º Encontro da CDMA ocorrido em Lausanne em 23 de março de 1999, estava a 3ª Conferência Mundial de Desporto e Meio Ambiente, a ser realizada no Rio de Janeiro entre os dias 21 e 24 de outubro de 1999, onde a Agenda 21 do Movimento Olímpico seria adotada. Foi ainda enfatizado por Schmitt que a implementação da Agenda 21 do Movimento Olímpico¹⁷ era uma oportunidade para o Movimento Olímpico se associar ao programa de desenvolvimento sustentável da ONU:

A Agenda 21 do Movimento Olímpico estabelecerá um programa de ação que permita ao Movimento Olímpico participar do programa global de desenvolvimento sustentável e definirá as responsabilidades de seus diferentes membros na implementação de ações que respeitem o conceito de desenvolvimento sustentável. Destina-se aos membros do Movimento Olímpico e a todos os envolvidos no desporto que compartilhem seus valores, bem como todos aqueles que praticam desporto e empresas ligadas ao desporto¹⁸.

É importante salientar que o conceito de desenvolvimento sustentável da Agenda 21 do Movimento Olímpico não se circunscrevia exclusivamente às questões do meio ambiente já que englobava outras áreas da atividade humana. A este respeito, Pál Schmitt alertava:

(...) embora o respeito pelo meio ambiente seja uma grande preocupação para a Agenda 21, o foco principal é o desenvolvimento sustentável que implica ação em diversos domínios, abrangendo muitas áreas da atividade humana¹⁹.

¹⁵ In: Ata da 106ª Sessão do COI - Lausanne, 3 a 6 de setembro de 1997, p. 146. "Olympism is a philosophy of life, exalting and combining in a balanced whole the qualities of body, will and mind. Blending sport with culture, education, and the environment, Olympism seeks to create a way of life based on the joy found in effort, the educational value of good example and respect for universal fundamental ethical principles".

¹⁶ In: Ata da 106ª Sessão do COI - Lausanne, 3 a 6 de setembro de 1997, p. 21.

¹⁷ A Agenda 21 do Movimento Olímpico foi preparada por Joseph Tarradellas com a colaboração de Shahbaz Behnam, tendo sido selecionadas, entre muitas áreas, aquelas em que a comunidade desportiva e o Movimento Olímpico estavam em posição de ajudar. In: Ata da 109ª Sessão do COI - Seul, 17 a 19 de junho de 1999, p. 113.

¹⁸ In: Ata da 109ª Sessão do COI - Seul, 17 a 19 de junho de 1999, p. 113. "The Olympic Movement Agenda 21 will establish an action programme allowing the Olympic Movement to participate in the global programme of sustainable development, and will define the responsibilities of its different members in implementing actions which respect the concept of sustainable development. It is aimed at the members of the Olympic Movement and all those involved in sport who share its values as well as all those who practise sport and companies linked to sport".

¹⁹ In: Ata da 109ª Sessão do COI - Seul, 17 a 19 de junho de 1999, p. 118. "It is important to point out that while the respect for the environment is of major concern for Agenda 21, its main focus is on sustainable development which implies action in many different domains, encompassing many areas of human activity".

A adesão à Agenda 21 da ONU foi uma excelente oportunidade para Samaranch afirmar a posição do COI como instituição supranacional, com interesses mais amplos do que aqueles que, de uma maneira geral, a maioria dos cidadãos lhe atribuem. Por este motivo, a Agenda 21 do Movimento Olímpico não se circunscreveu aos valores do meio ambiente. Também propôs linhas norteadoras, regras e ações, a fim de que Movimento Olímpico pudesse agir em áreas como: cooperação internacional; combate à exclusão e à pobreza; mudança de hábitos de consumo; proteção da saúde e a habitação; e integração do conceito de desenvolvimento sustentável nas políticas desportivas²⁰.

A Agenda 21 do Movimento Olímpico indicava também as linhas gerais que no âmbito do Movimento Olímpico deviam ser seguidas pelo COI, FIs, CONs, COJOs, atletas, clubes, técnicos e todos os associados ao desporto seja individualmente ou coletivamente²¹. Na ótica do COI, os preceitos da Agenda 21 podiam, perfeitamente, ser integrados nas políticas já em curso nas organizações desportivas nacionais e internacionais. Nesta perspectiva, os dirigentes e demais responsáveis deviam agir a fim de assegurar que as atividades desportivas das suas organizações se enquadrassem na filosofia imanente do desenvolvimento sustentável. Para o efeito, os grandes propósitos da Agenda 21 do Movimento Olímpico foram impressos em forma de um livrete que foi enviado para os CONs, FIs e organizações que o COI tinha contato.

O COI avaliou de maneira positiva as ações levadas a efeito como consequência da Agenda 21 do Movimento Olímpico:

Em geral, a resposta tem sido positiva e a Agenda 21 já está sendo usada como um modelo para atividades ambientais locais por órgãos esportivos²².

Neste contexto, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável se tornaram parte da estratégia de desenvolvimento e gestão do COI. Esta posição foi expressa no relatório da CDMA de 2001, em que Pál Schmitt afirmou que a adesão do COI à Agenda 21 da ONU, entre outras posições adotadas, foi uma das decisões mais importantes de Samaranch²³.

Em relação ao papel das organizações desportivas nacionais na concretização da Agenda 21 do Movimento Olímpico, o conceituado membro canadiano do COI, Dick Pound, lembrou as palavras de um ex-primeiro Ministro Canadano, Pierre Trudeau, quando disse que não era possível ter uma política internacional sem se ter uma política nacional. Neste sentido, o COI deveria insistir para que os outros tivessem as suas próprias políticas ambientais, já que as situações fugiam da sua responsabilidade:

Se as organizações nacionais fizeram algo para promover a conscientização, isso fortaleceria mundialmente a posição do COI. A promoção foi também motivo para a organização de conferências mundiais. Eles estavam fazendo o seu melhor. Ele (Schmitt) também concordou com o Sr. Pound. Os padrões eram diferentes em todo o mundo. Nas últimas cidades-sede, os padrões de consciência ambiental foram muito altos. O COI concordou com a Agenda 21 e usou isso como orientação. Eles deveriam trabalhar nesta área e isso estaria na agenda futura da Comissão²⁴.

Com a adesão à Agenda 21 da ONU, Samaranch acabou por ganhar para o COI uma posição de membro observador junto à ONU, embora esta aspiração só tenha se efetivado na gestão de Jacques Rogge, Presidente do COI, no período de 2001 a 2013.

²⁰ In: Ata da 109ª Sessão do COI - Seul, 17 a 19 de junho de 1999, p. 16-17.

²¹ In: Ata da 111ª Sessão do COI - Sidney, 11 a 13 de setembro de 2000, p. 120.

²² In: Ata da 111ª Sessão do COI - Sidney, 11 a 13 de setembro de 2000, p. 119. "Overall, the response has been positive and the Agenda 21 is already being used as a blueprint for local environmental activities by sports bodies".

²³ In: Ata da 112ª Sessão do COI - Moscovo, 13 a 15 de julho de 2001, p. 17-18.

²⁴ In: Ata da 115ª Sessão do COI - Praga, 2 a 4 de julho de 2003, p. 18. "If national organizations did something to promote awareness, this would strengthen the IOC's position worldwide. Promotion was also the reason for organizing world conferences. They were doing their best. He (Schmitt) also agreed with Mr. Pound. Standards were different throughout the world. In the last few host cities, standards of environmental awareness had been very high. The IOC had agreed Agenda 21 and used this as a guideline. They should work on this area and this would be on the future agenda of the Commission".

Na Sessão do COI, em 2006, Jacques Rogge agradeceu à CDMA pelo trabalho realizado, cujo resultado nos Jogos Olímpicos de Inverno de Turim, já era considerado, pelas organizações não governamentais, uma referência em termos ambientais:

O Presidente agradeceu a Comissão de Desporto e Meio Ambiente, que teve muitos membros entusiasmados. O meio ambiente era uma grande responsabilidade social para o COI. Os Jogos de Turim eram agora vistos pelas ONGs como uma referência em termos de meio ambiente, assim como Lillehammer havia sido em 1994. O COI tinha boas relações com a ONU e poderia se orgulhar do que havia sido alcançado²⁵.

O sucesso das estratégias adotadas pelo COI foi de tal ordem que, em 2007, o PNUMA agraciou Jacques Rogge com o prémio *Champion of the Earth*. Rogge agradeceu a distinção e atribuiu os méritos do trabalho à CDMA e a outros setores diretivos do COI:

Ao receber a distinção, o Presidente destacou que o prêmio não era seu; era, na verdade, da Comissão de Desporto e Meio Ambiente - seu Presidente e membros - a administração competente do COI e os presidentes da Comissão de Coordenação²⁶.

Como Pál Schmitt referiu, em 2006, o tema do desenvolvimento sustentável passou a fazer parte dos discursos de Jacques Rogge, que o assumiu como uma das linhas estratégicas da sua gestão à frente do COI²⁷.

Jogos Olímpicos de Pequim, Londres e Rio de Janeiro

A preocupação do COI com a sustentabilidade ambiental dos Jogos Olímpicos resultou em diversos impactos positivos para as cidades organizadoras. Pequim, por exemplo, realizou investimento na ordem de 120 milhões de renminbis (cerca de 11 milhões de euros) em proteção ambiental e foram adotadas mais de 200 medidas para controlar a poluição do ar. Como resultado, a qualidade do ar em Pequim teve uma melhoria notável. Outras ações foram planeadas para reduzir o número crescente de veículos nas estradas, especialmente aqueles com altas emissões de gás carbônico²⁸. Devido ao grande investimento em preservação ambiental, Chen et al. (2013), Uvinha (2009) e Proni (2008) consideraram os Jogos de Pequim positivos neste quesito. Entretanto, após a realização dos Jogos, o ambiente continuamente deteriorou e a qualidade do ar na cidade, em 2013, alcançou “os piores níveis” (LIUA; BROOMB; WILSONB, 2014, p. 496).

Segundo o Verbruggen, Presidente da Comissão Coordenadora dos Jogos de Pequim do COI:

O meio ambiente era um problema desafiador. Mas o COJO de Pequim e o governo chinês estavam dedicando seus esforços para garantir um ar mais limpo para o período dos Jogos. Uma série de medidas de contingência foram delineadas à Comissão²⁹.

²⁵ In: Ata da 118ª Sessão do COI - Turim, 8 a 10 e 26 de fevereiro de 2006, p. 19. “The president thanked the Sport and Environment Commission, which had many enthusiastic members. The environment was a major social responsibility for the IOC. The Turin Games were now seen by the NGOs as a benchmark in terms of the environment, just as Lillehammer had been in 1994. The IOC had good relations with the UN and could be proud of what had been achieved”.

²⁶ In: Ata da 119ª Sessão do COI - Guatemala, 4 a 7 de julho de 2007, p. 12. “On receiving the award, the President pointed out that it was not his prize; it was in fact that of the Sport and Environment Commission - its Chairman and members - the competent IOC administration and the Coordination Commission chairmen”.

²⁷ In: Ata da 118ª Sessão do COI - Turim, 8 a 10 e 26 de fevereiro de 2006, p. 19.

²⁸ In: Ata da 119ª Sessão do COI - Cidade da Guatemala, 4 a 7 de julho de 2007, p. 29.

²⁹ In: Ata da 119ª Sessão do COI - Cidade da Guatemala, 4 a 7 de julho de 2007, p. 30. “The environment was a challenging issue. But BOCOG and the Chinese government were devoting their efforts to ensuring cleaner air for Games time. A number of contingency measures had been outlined to the Commission”.

Na realidade, esta não foi a primeira vez que os Jogos Olímpicos tiveram dificuldades em gerir problemas de poluição atmosférica. Os Jogos de Seul, em 1988, Los Angeles, em 1994, e Atlanta, em 1996, tiveram os mesmos problemas³⁰.

As propostas da municipalidade de Pequim tinham por objetivo sanar, para além da poluição do ar, outros problemas. Entre as medidas adotadas estavam o plantio de árvores, a construção de ciclovias³¹, a gestão de tráfego, a construção de infraestruturas de mobilidade urbana, consumo sustentável de água e energia e a gestão de resíduos³².

Segundo Jacques Rogge:

O legado desses Jogos para a China eram, em última análise, para o povo chinês. As mudanças que estavam transformando esta notável nação não começaram com os Jogos Olímpicos e não terminariam com a Cerimônia de Encerramento³³.

Nos Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, as preocupações com a sustentabilidade ambiental eram evidentes, com, por exemplo, a descontaminação do solo, onde seriam construídas as instalações desportivas, a descontaminação e limpeza do Rio Lea, a criação do maior parque urbano do Reino Unido, e o plantio de árvores, relvados e plantas nas proximidades das instalações desportivas e Vila Olímpica³⁴.

Ross e Leopkey (2017) argumentam que o desenvolvimento sustentável foi parte integrante de todos os aspetos da visão de Londres para os Jogos. Kim (2013, p. 2.200) defende que os Jogos de 2012 podem ser considerados como *Jogos Ecológicos*, pois para além das medidas efetivas de preservação ambiental, forneceram um modelo de desenvolvimento sustentável a ser seguido por todos os países.

A posição de Ross e Leopkey (2017) e Kim (2013) vem ao encontro dos resultados do relatório da Conferência sobre a Sustentabilidade dos Megaeventos Desportivos, realizada no Rio de Janeiro em 2016, em que os Jogos de Londres foram considerados uma referência em matéria sustentabilidade e lideraram a criação da ISO 20121³⁵ para eventos desportivos³⁶.

Pál Schmitt, presidente da Comissão de Desporto e Ambiente, na Sessão do COI realizada posteriormente aos Jogos, em 2013, para além de elogiar o trabalho realizado em prol do ambiente lembrou os membros que o COI foi a primeira organização desportiva a criar a sua própria Agenda 21 e que a instituição mantinha uma excelente relação com a ONU através do PNUMA. Para Schmitt:

O ambiente agora se tornou, verdadeiramente, o terceiro pilar do Olimpismo, ao lado do desporto e da cultura. Hoje, a partir proposta de candidatura, o legado ambiental dos Jogos tornou-se um componente importante³⁷.

Em relação aos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, o tema meio ambiente e sustentabilidade não havia sido tratado até a Sessão do COI, realizada em 2015. Entretanto, segundo Ana Toni, diretora executiva do Instituto Clima e Sociedade (ICS), os Jogos do Rio, em 2016, foram importantes para dar

³⁰ In: Ata da 119ª Sessão do COI – Cidade da Guatemala, 4 a 7 de julho de 2007, p. 30.

³¹ In: Ata da 119ª Sessão do COI – Cidade da Guatemala, 4 a 7 de julho de 2007, p. 30.

³² In: Ata da 120ª Sessão do COI – Pequim, 5, 6, 7 e 24 de agosto de 2008, p. 55.

³³ In: Ata da 120ª Sessão do COI – Pequim, 5, 6, 7 e 24 de agosto de 2008, p. 56. “The legacy of these Games for China was ultimately up to the Chinese people. The changes that were transforming this remarkable nation had not started with the Olympic Games and they would not end with the Closing Ceremony”.

³⁴ In: Ata da 123ª Sessão do COI – Durban, 6, 7, 8 e 9 de julho de 2011, p. 35/36.

³⁵ ISO 20121 é uma ferramenta criada pela Organização Internacional para a Estandardização (*International Organization for Standardization*) e utilizada para gerir eventos que contribuam para as três dimensões da sustentabilidade - económicas, ambientais e sociais.

³⁶ In: Relatório *Mega Sustentabilidade*. Conferência em Sustentabilidade de Megaeventos Desportivos, p.22, realizada em 3 de agosto de 2016, Rio de Janeiro.

³⁷ In: Ata da 125ª Sessão do COI – Buenos Aires, 7, 8, 9 e 10 de setembro de 2013, p. 35. “The environment had now truly become the third pillar of Olympism, alongside sport and culture. Today, from the bid stage onwards, the environmental legacy of the Games had become a major component”.

uma maior visibilidade às questões ambientais. Este evento, segundo ela, priorizou o ambiente em geral e as alterações climáticas em particular através de mudanças tanto na esfera política como na sociedade. Ana Toni cita o exemplo de projetos que não seriam implementados sem a realização dos Jogos, entre eles os de mobilidade urbana e as campanhas da sociedade civil que fomentaram o debate sobre sustentabilidade³⁸.

Entretanto, foram identificados desafios na implementação de medidas de sustentabilidade ambiental na realização do evento do Rio de Janeiro. O primeiro desafio estava relacionado à falta de um adequado modelo de governança em que as responsabilidades de cada *stakeholder* estivessem claramente determinadas. As promessas excessivamente ambiciosas surgiram como um segundo desafio a ser superado, exemplo disto foram as promessas de melhorias do sistema de esgoto e a limpeza da Baía de Guanabara. As críticas se direcionam tanto ao governo brasileiro como ao COI por criar e aprovar, respetivamente, uma proposta de candidatura com objetivos não factíveis. O último desafio apontado se refere ao legado ambiental que foi caracterizado pela falta de diálogo e participação, onde a sociedade civil ficou excluída do processo de planeamento e implementação de programas de sustentabilidade (BRENGELMANN; EBERT, 2016, p. 22).

Agenda Olímpica 2020

Thomas Bach, atual presidente do COI, na abertura da 127ª Sessão do COI realizada em Múnaco, nos dias 8 e 9 de dezembro de 2014, salientou que importantes decisões para o futuro do Movimento Olímpico seriam tomadas naqueles dois dias. Tratava-se da votação final do documento que instituiria a Agenda Olímpica 2020³⁹.

Após um ano de discussões e consultas com os principais *stakeholders* do Movimento Olímpico, bem como especialistas externos e públicos⁴⁰, a Agenda Olímpica 2020 foi constituída por 40 recomendações que juntas apresentam a visão de futuro do Movimento Olímpico. O eixo central da proposta visa proteger a singularidade dos Jogos e fortalecer os valores olímpicos (COI, 2018, p. 1).

Dentre as 40 recomendações, três estão mais diretamente relacionadas ao tema em questão. São elas: Recomendação 1 – realizar o processo de licitação por convite; Recomendação 4 – incluir a sustentabilidade em todos os aspetos dos Jogos Olímpicos; e recomendação 5 – incluir a sustentabilidade nas operações diárias do Movimento Olímpico.

A primeira recomendação visa introduzir uma nova cultura no que respeita à candidatura das cidades a sediar os Jogos Olímpicos. Nesta nova perspectiva é o COI que convida as cidades a apresentarem um projeto olímpico devido às suas potencialidades. Os projetos deverão corresponder às necessidades económicas, sociais e ambientais de cada local, em uma perspectiva de sustentabilidade. O item 5 desta recomendação estabelece que o COI deverá incluir no contrato com as cidades-sede cláusulas referentes às questões ambientais (COI, 2018, p. 9).

Segundo John Coates, vice-presidente do COI, a ideia principal é transformar o processo de candidatura do atual modelo de franquia para um convite para discussão e parceria com o COI. Neste sentido, o COI convidaria cidades com potencial a apresentar projetos que melhorem suas necessidades de desenvolvimento económico, social e ambiental a longo prazo⁴¹.

Thomas Bach defende esta nova proposta de gestão das candidaturas considerando que para mudanças sustentáveis e de longo prazo não existe um padrão que possa ser adotado. Neste sentido, as cidades candidatas devem apresentar propostas enquadradas na sua realidade. O presidente do COI salienta que essa diversidade é parte da magia dos Jogos Olímpicos. Segundo ele:

³⁸ In: Relatório Mega Sustentabilidade. Conferência em Sustentabilidade de Megaeventos Desportivos, realizada em 3 de agosto de 2016, Rio de Janeiro.

³⁹ In: Ata da 127ª Sessão do COI - Múnaco, 8 e 9 de dezembro de 2014, p. 3.

⁴⁰ In: Ata da 127ª Sessão do COI - Múnaco, 8 e 9 de dezembro de 2014, p. 3.

⁴¹ In: Ata da 127ª Sessão do COI - Múnaco, 8 e 9 de dezembro de 2014, p. 4.

Com uma nova filosofia no processo de candidatura, encorajamos cidades potencialmente candidatas a nos apresentarem um conceito holístico de respeito pelo meio ambiente, viabilidade e desenvolvimento, para deixar um legado duradouro (COI, 2018, p. 3)⁴².

As recomendações 4 e 5 estão baseadas em um modelo de sustentabilidade que engloba mais do que considerações ambientais. Neste modelo, estão incluídos os aspetos económicos, éticos e sociais. Segundo o Príncipe Albert II, Presidente do Grupo de Trabalho 2, isto é essencial para se alcançar um legado positivo com melhorias físicas e socioeconómicas, além de benefícios intelectuais e emocionais⁴³. Para ele:

Foi uma parte importante da visão para os Jogos e foi ao cerne de determinar o raciocínio para a candidatura aos Jogos e o valor a deles derivar (COI, 2018 p. 3)⁴⁴.

A recomendação 4 ressalta a importância de uma posição mais proactiva por parte do COI no que se refere à sustentabilidade. Esta recomendação visa: assegurar que as esferas económicas, sociais e ambientais estejam presentes em todas as etapas da organização dos Jogos; que sejam estabelecidos modelos de governança nos comités organizadores que integrem a sustentabilidade; e que o COI assegure o monitoramento dos legados de cada edição dos Jogos (COI, 2018, p. 12).

A recomendação 5 tem dois objetivos principais: um interno e outro externo. Em relação ao primeiro, o COI deverá: integrar princípios de sustentabilidade à gestão em suas operações diárias, na aquisição de bens e serviços e na organização de eventos; reduzir o impacto de suas viagens e compensar as emissões de carbono; e aplicar os melhores padrões de sustentabilidade possíveis na sua sede em Lausanne. Quanto ao segundo, deverá envolver e auxiliar os *stakeholders* do Movimento Olímpico na integração da sustentabilidade em suas organizações, desenvolvendo recomendações, fornecendo ferramentas e mecanismos para assegurar o intercâmbio de informações; e usar canais existentes, como a Solidariedade Olímpica, para auxiliar na implementação de iniciativas (COI, 2018, p. 12).

Críticas e desafios

No início dos anos de 1990, o COI reconheceu a necessidade de proteção ambiental e de desenvolvimento sustentável quando da organização dos Jogos Olímpicos e começou a se envolver efetivamente com as questões ambientais. Neste processo, o COI adotou diversas medidas para garantir que o meio ambiente fosse priorizado no contexto dos Jogos e, mais tarde, em todo o Movimento Olímpico. Embora o COI tenha incluído as questões ambientais e de sustentabilidade na sua agenda, a efetividade das suas propostas são criticadas por diversos autores.

Alguns sugerem que o desenvolvimento das políticas ambientais do COI se deveu aos consideráveis danos ambientais dos Jogos Olímpicos e aos protestos gerados, como foi o caso dos Jogos de Inverno de Albertville, em 1992 (ROSS; LEOPKEY, 2017). Collins, Jones e Munday (2009) argumentam que apesar da evolução no modelo de gestão ser considerável, os Jogos têm sido responsáveis por impactos ambientais negativos, falta de sustentabilidade em seus projetos e, mais recentemente, pela contribuição negativa para as mudanças climáticas. Conforme Jin et al. (2011, p. 275), os Jogos Olímpicos utilizam recursos ambientais e desenvolvem projetos de construção de grande dimensão que podem “perturbar o ambiente natural das cidades-sede”.

⁴² “With a new philosophy in the bidding procedure we are encouraging potential candidate cities to present to us a holistic concept of respect for the environment, feasibility and of development, to leave a lasting legacy” (COI, 2018, p. 3).

⁴³ In: Ata da 127ª Sessão do COI - Mônaco, 8 e 9 de dezembro de 2014, p. 8.

⁴⁴ “It was a major part of the vision for the Games and went to the heart of determining the rationale for hosting the Games and the value to be derived from them” (COI, 2018, p. 3).

Em outros estudos (RITCHIE; SHIPWAY; CLEEVE, 2009) fica evidenciado que estes eventos desportivos podem afetar negativamente os ecossistemas locais, utilizar recursos naturais inadequadamente e aumentar consideravelmente as emissões de gases nocivos à atmosfera.

Outra crítica refere-se à falta de estudos longitudinais para avaliar os impactos negativos dos grandes eventos desportivos. Um exemplo da importância destes estudos é a pesquisa realizada por Liua, Broomb e Wilsonb (2014), que verificou um declínio na qualidade ambiental e do ar cinco anos após a realização dos Jogos de Pequim.

Os Jogos de Londres, considerados como uma referência em termos de sustentabilidade e respeito ao ambiente, foram severamente criticados por ambientalistas devido aos impactos gerados por patrocinadores olímpicos em suas atividades (KIM, 2013, p. 2205). A realidade, segundo o autor, indica que muitas empresas envolvidas no evento “não são éticas, são hostis à natureza e causam sérios problemas ambientais” na produção de seus bens e serviços.

Sendo assim, em que pesem os esforços do COI, ainda existem sérios problemas a serem enfrentados na organização dos Jogos Olímpicos. A Agenda 2020, construída com a participação de várias pessoas e organizações, será colocada à prova nos Jogos Olímpicos de Tóquio, em 2020. Entretanto, a efetivação plena dos seus preceitos está prevista para acontecer em Paris, nos Jogos de 2024, e em Los Angeles, no ano de 2028. O acompanhamento dos preparativos para estes eventos indicará se o COI está a caminhar na direção certa.

Referências

- BRENGELMANN, D.; EBERT, J. . **Atas da Conferência em Sustentabilidade de Megaeventos Desportivos - Mega Sustentabilidade**, 1, 9-39, 2016.
- CHAPPELET, J.. Olympic environmental concerns as a legacy of the Winter Games. **The International Journal of the History of Sport**, v. 25, n. 14, p. 1884-1902, 2008.
- CHEN, Y., et al. The promise of Beijing: evaluating the impact of the 2008 Olympic Games on air quality. **Journal of Environmental Economics and Management**, v. 66, n. 3, p. 424-443, nov. 2013.
- COI. **Agenda 2020: 20+20 recommendations**. 2018. Disponível em: <https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/Documents/Olympic-Agenda-2020/Olympic-Agenda-2020-20-20-Recommendations.pdf#_ga=2.251222789.201316843.1520519766-558478216.1508940131>. Acesso em: jan. 2018.
- COLLINS, A.; JONES, C.; MUNDAY, M . Assessing the environmental impacts of mega sporting events: Two options? **Tourism Management**, v. 30, n. 6, p. 828-837, dez. 2009.
- COSTA, A. V. Olimpismo: desporto, turismo e meio ambiente. In: CONGRESSO NACIONAL DE GESTÃO DO DESPORTO, 11, 2010, Lagos. **Anais...** Lagos: APOGESD, 2010. p. 89-97.
- _____. **Estratégias das organizações desportivas. As grandes linhas ideológicas de orientação estratégica do Comité Olímpico Internacional: de Atenas (1896) a Pequim (2008)**. 2012a. 414 f. Tese (Doutorado em Motricidade Humana)– Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012a.
- _____. O Comité Olímpico Internacional e o meio ambiente: de 1896 a 2008. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA E DESPORTO - OLIMPISMO, 1, 2012b, Lisboa. **Actas...** Lisboa: Universidade Nova, 2012b. p. 165-174.
- _____. (2014). **Gestão do desporto: o Movimento Olímpico e o gigantismo dos Jogos Olímpicos**. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2014.
- DACOSTA, L. P. (Ed.). **Meio ambiente e desporto: uma perspectiva internacional**. Porto: Universidade do Porto, 1997.

- _____. Searching the optimum dimensions for the games: gigantism or sustainability? In: DACOSTA, L. P. (Ed.). **Olympic studies** - current intellectual crossroad. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002. P. 69-90.
- Jin, L. et al. Residents' perceptions of environmental impacts of the 2008 Beijing green Olympic Games. **European Sport Management Quarterly**, v. 11, n. 3, p. 275-300, 2011.
- KIM, H. The 2012 London Olympics: Commercial partners, environmental sustainability, corporate social responsibility and outlining the implications. **The International Journal of the History of Sport**, v. 30, n. 18, p. 2197-2208, 2013.
- LIUA, D.; BROOMB, D.; WILSONB, R. Legacy of the Beijing Olympic Games: a non-host city perspective. **European Sport Management Quarterly**, v. 14, n. 5, p. 485-502, 2014.
- PIRES, G. **Agôn** – Gestão do desporto. O jogo de Zeus. Porto: Porto Editora, 2007.
- PIRES, G.; COSTA, A. V. **Jogos da XXXI Olimpíada (2016)**. Decisão do Comité Olímpico Internacional. Lisboa: Fórum Olímpico de Portugal, 2010.
- PRONI, M. W. A Reinvenção dos Jogos Olímpicos: um projeto de marketing. **Revista Esporte e Sociedade**, ano 3, n. 9, p. 1-35, jul./out. 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es904.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.
- REPPOLD FILHO, A. R. **Rio de Janeiro 2016**. Jogos Olímpicos e direitos do cidadão. Lisboa: Fórum Olímpico de Portugal, 2010.
- RITCHIE, B. W.; SHIPWAY, R.; CLEEVE, B. Resident perceptions of mega-sporting events: a non-host city perspective of the 2012 London Olympic Games. **Journal of Sport & Tourism**, v. 14, n. 2-3, p. 143-167, maio/ago. 2009.
- ROLNIK, R. **Report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living, and on the right to non-discrimination in this context**. Human Rights Council. Bruxelas: ONU, 2009.
- ROSS, W.; LEOPKEY, B. The adoption and evolution of environmental practices in the Olympic Games. **Managing Sport and Leisure**, v. 22, n. 1, p. 1-18, 2017.
- UVINHA, R. R. Os megaeventos esportivos e seus impactos: o caso das Olimpíadas da China. **Revista Motrivivência**, ano 21, n. 32-33, p. 104-125, jun./dez. 2009.

Carreira e pós-carreira: a transição entre pós-atletas olímpicos brasileiros

Katia Rubio¹
Neilton Ferreira Junior²

Ao iniciar a carreira esportiva a criança ou o jovem carregam não apenas o desejo de uma prática que envolve prazer e esforço, mas também o referencial de outros que, antes deles, criaram uma imagem gloriosa de si mesmos por meio do êxito em competições. Uma carreira que pode ser breve ou longa, deixa registrada no imaginário do grupo ao qual o atleta pertence marcas que servirão de exemplo a muitas outras gerações. E da mesma forma que os anos vitoriosos se perpetuam na memória social, os passos seguidos adiante também acompanham os novos rumos adotados pelo atleta ao finalizar sua trajetória competitiva.

Se tomado o período do profissionalismo no Brasil – meados dos anos 1980 – há ainda poucos atletas que viveram a aposentadoria em modalidades que não o futebol. Isso talvez justifique o pouco desenvolvimento de estudos sobre transição de carreira e destreino no país. Neste capítulo, pretendemos analisar como se dá o processo de transição de carreira no esporte a partir da perspectiva da transformação da identidade do pós-atleta e de suas estratégias de enfrentamento da transição.

Observa-se que se a prática esportiva promove o desenvolvimento da identidade do atleta, o final de sua carreira representará a necessidade de mudança de um papel social, construído desde a infância, para o desenvolvimento de uma nova identidade. Da mesma forma que a identidade atlética necessitou de alguns anos para se consolidar, a transição para um novo papel social também se dá como processo, o que demanda do sujeito tempo, recursos emocionais e materiais para sua concretização. O termo transição na carreira aqui utilizado se refere às mudanças de estágios que ocorrem ao longo da carreira de um atleta.

A transição na carreira do atleta

A chamada transição de carreira refere-se ao momento em que o atleta se prepara para se retirar de treinamentos e competições, em um processo que pode ser planejado ou compulsório. Entretanto, esse processo ocorre em um momento de vida do sujeito cronologicamente precoce, em que ele vive ainda sua plenitude biológica, disparando uma emoção paradoxal visto que ao mesmo tempo que se deseja o descanso é ainda muito cedo para se sentir afastado das atividades produtivas, conforme Murphy (1995) sugere. Entende o autor que se retirar da carreira esportiva significa a necessidade de adaptar-se a uma nova condição de vida em diferentes papéis, realizando ações que não necessariamente estarão relacionadas com a identidade do passado. Por isso é fundamental entender o processo de construção da identidade do atleta para poder prestar a atenção necessária a esse momento de transformação e alteração. Isso porque, a identidade do atleta pode ser compreendida a partir do aspecto motivacional, ou seja, as razões que o levaram a se destacar da média e alcançar posição de destaque em sua modalidade dentro da esfera competitiva relacionam-se com sua capacidade de perseguir objetivos e persistir diante da adversidade. A transição de carreira, nesse sentido, pode representar uma experiência que abre novas oportunidades para o atleta, onde ele pode tentar novos caminhos e explorar novas oportunidades.

Já a *European Federation of Sports Psychology* – FEPSAC (1997) descreve a transição da carreira como estágios de desenvolvimento ao longo da carreira do atleta, sendo eles:

¹ Professora Associada da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (USP) e coordenadora do Grupo de Estudos Olímpicos, Brasil.

² Doutorando na Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (USP) e membro do Grupo de Estudos Olímpicos, Brasil.

- A aprendizagem e escolha da modalidade esportiva.
- O ajustamento ao treinamento intensivo e aumento nos níveis de competição.
- A superação das diferentes categorias dentro da modalidade em diversas instituições como o time da escola, do clube ou da universidade.
- A participação em diferentes competições nacionais e internacionais e o estágio profissional.

Ao discutir os estágios de desenvolvimento da carreira do atleta, a FEPSAC não entende a transição da carreira esportiva como parte do processo de desenvolvimento do atleta, nem como algo inevitável em sua vida, perspectiva corroborada por autores que entendem ser a transição de carreira um acontecimento abrupto e repleto de experiências negativas (ALFERMANN, 2000; LAVALLEE, 2000; LAVALLE; ANDERSEN, 2000).

Um processo planejado de transição pressupõe uma preparação que começa por diminuir o ritmo de treinos e competições e pode ser desencadeado pelo decréscimo da motivação intrínseca ou por sinais de fadiga. Um processo compulsório se dá por algum impedimento físico, como lesões ou perda de potencial físico, ou institucional, como questões de ordem política que alteram o curso do plano de vida e impõem uma necessidade não desejada e não planejada (STAMBULOVA, 1994).

De acordo com Sgobi (2008) o encerramento da carreira esportiva começou a ser compreendido como um importante fenômeno nos últimos vinte anos. Isso porque a divisão social entre atletas de elite e a população em geral começou a ganhar novos contornos a partir do final da década de 1980 com a expansão da profissionalização de atletas até então proibida pelas rígidas normas do Comitê Olímpico Internacional.

Um dos elementos que leva um atleta a planejar a transição de sua carreira é o fato de seu corpo já não mais responder às expectativas de rendimento em treinos e competições, impedindo a obtenção de resultados passados. Para aqueles que viveram a condição de campeões, essa situação ganha outros contornos, uma vez que além dos resultados competitivos esse atleta experimentou também a glória da vitória e todos seus desdobramentos (FERREIRA JUNIOR, 2014).

Em um estudo realizado no Canadá, Sinclair e Orlick (1993) apontam que atletas que alcançam suas metas ao longo da carreira tendem a sentir mais satisfação com sua situação e vida presentes do que aqueles que tiveram frustrações e não conseguiram conquistar seus objetivos esportivos. Essa é mais uma indicação da continuidade da carreira do atleta e a necessidade de revisão dessa trajetória antes de se pensar em avaliação ou procedimentos de intervenção universais e generalizantes, principalmente por se tratar de pessoas habituadas a situações extremas, e por que não, vitoriosas.

Ideal da sociedade atual, o vencedor é lembrado e valorizado pela suplantação do outro, independente dos recursos utilizados para esse fim (RUBIO, 2006). Ao derrotado restam a vergonha pelo objetivo perdido, a confusão com a incapacidade e a falta de reconhecimento pelo esforço realizado. Diante do resultado obtido e comparando-o com o desejado é compreensível o sentimento de frustração, raiva ou talvez decepção do atleta quando ele não consegue atingir seu objetivo. Se a competição na atualidade remete à necessidade da vitória como afirmação de superioridade sobre o adversário, vale ressaltar que não se pode pensar em competição nem vitória sem a presença do oponente. Ainda que a atenção de atletas e técnicos esteja focada na superação de marcas e tempos, o que se vê é a necessidade imperiosa de suplantar aquele capaz de promover sua própria frustração, estado esse manifesto na situação da derrota.

A dificuldade de se lidar com a derrota talvez resida na posição que essa condição assumiu na cultura contemporânea ocidental. Fincada em um modelo de rendimento-premiação no qual não apenas ganhos materiais estão em questão, mas também o reconhecimento de um feito que garante a imortalidade, é possível dizer que a derrota é a sombra social do esporte contemporâneo (RUBIO, 2006). Entende-se por sombra os elementos do psiquismo individual e coletivo que, incompatíveis com a forma de vida conscientemente escolhida, não foram elaborados levando-os a se unirem ao inconsciente, o que os faz agir de maneira relativamente autônoma, com tendências opostas às do consciente. Dessa forma assiste-se a uma afirmação do imaginário heroico no esporte contemporâneo, não por sua proximidade com a

superação de limites, mas pela identificação unilateral com as proezas reconhecidas e justificáveis de pessoas consideradas sobre-humanas.

Os valores promovidos por uma grande parcela da sociedade ocidental contemporânea estão baseados na excelência e na motivação individual e social voltadas para a produção. Essa forma de vida facilita o desenvolvimento de um modelo esportivo que prepara crianças e jovens para o sucesso em uma vida altamente competitiva e desenvolve valores morais como a perseverança, o sacrifício, o trabalho árduo, o cumprimento de normas, o trabalho em equipe e a autodisciplina. Entretanto, esses mesmos valores são responsáveis por muitos problemas éticos encontrados no esporte, entre eles a glorificação dos vencedores e o esquecimento dos derrotados. No esporte isso tem levado a uma desumanização do atleta e à sua alienação.

Quando abordamos o esporte competitivo lidamos com pessoas que passaram a maior parte de suas existências envolvidas, por vezes, exclusivamente com uma vida de treinos e competições. Embora a vitória e a derrota façam parte do repertório do atleta, aquele que conseguiu chegar em um nível de representação nacional, certamente experimentou muito mais situações de vitória do que de derrota. E reforçando a máxima de que sobre a vitória não é preciso elaboração, os momentos de derrota são sempre tidos como próprios para avaliar erros e refazer planejamentos.

Durante e depois de sua carreira o atleta enfrenta inúmeras situações com diferentes níveis de exigência de ajustamento nas esferas de vida ocupacional, financeira, psicológica e social. A aposentadoria do atleta, no aspecto de ajustamento à vida, não se mostra diferente de outras profissões ou mesmo de outras formas de transição e é uma fase inevitável da carreira esportiva (MARTINI, 2003).

Situações vividas por pessoas que praticam esporte desde a infância se somam para marcar as etapas de transição na carreira que vão das primeiras competições, que ocorrem ainda na escola, às primeiras viagens para competições intermunicipais, passando pelas primeiras convocações para seleções até os títulos nacionais e internacionais.

Esse processo que se dá em um plano de desenvolvimento que segue de perto as etapas do desenvolvimento humano, ganha contornos nítidos ao se observar que uma carreira esportiva tem um tempo limitado para ocorrer, que atinge sua fase áurea durante a segunda e terceira décadas da vida e que se encerra quando ainda é tempo para se realizar inúmeras outras atividades. Considerando a dedicação necessária para a construção de uma carreira vitoriosa, o momento de aposentadoria também pode representar o início de uma nova fase onde realizações que permaneceram latentes ganham espaço para se manifestarem.

A realidade do atleta que se dedica a conquistar grandes marcas é árdua, o que o leva a se sentir muitas vezes no limite de sua capacidade. Martini (2003) aponta que atletas com elevados *recursos para lidar* com as situações de transição tenderão a experimentar menos estresse do que atletas com poucas habilidades para alterar suas rotinas e hábitos de vida, sendo que a *qualidade* de ajustamento está influenciada pela quantidade de recursos disponíveis para lidar com a nova situação.

Alguns estudos apontam (CROOK; ROBERTSON, 1991; DRAHOTA; EITZEN, 1998; SINCLAIR; ORLICK, 1993) que os atletas tendem a se ajustar melhor à vida depois da carreira atlética se eles se aposentarem voluntariamente, se forem preparados para a vida depois da carreira esportiva com planos para o futuro, se tiverem uma identidade que estiver exclusivamente definida pelo sucesso no esporte, mas também por relacionamentos sociais, experiências e sucessos fora do domínio esportivo, se se sentirem confortáveis com o apoio social e com os relacionamentos com os quais estão envolvidos. Para isso é desejável que tenham se preparado para esse momento e tenham realizado um curso superior que lhes dê uma outra identidade profissional e que sejam capazes de se desligar de seus esportes depois do pico de suas carreiras, mesmo que venham a ocupar a função de técnicos ou dirigentes.

Murphy (1995) e Levy, Gordon, Wilson e Barrett (2005), Drahota e Eitzen (1998) apontam diferentes circunstâncias para se iniciar um processo de transição de carreira.

Seria possível começar com uma *livre escolha*, condição ideal para finalizar uma atividade que por tanto tempo conferiu sentido à identidade do atleta. Entre as várias razões que levam o atleta a optar por finalizar sua carreira estão o fato de já ter alcançado os objetivos a que se propôs, a determinação de

novas prioridades para sua vida (situação intimamente relacionada com o nível de motivação desejado e necessário para se manter na vida competitiva) e a falta de prazer naquilo que vinha realizando, condição também relacionada com a motivação. Para os autores, os atletas que escolhem parar sua atividade esportiva competitiva podem se preparar para isso planejando suas ações futuras e executando essas ações dentro do ritmo próprio de sua dinâmica psíquica. Ou seja, agindo dessa forma há tempo para que diferentes mecanismos de enfrentamento sejam experimentados e mobilizados ao longo do processo. Entretanto, a escolha desse momento não garante a inexistência de sofrimento pela situação, uma vez que sentimentos de perda fazem parte do processo que leva a uma reflexão sobre uma história pregressa contemplada de êxito.

Outras causas apontadas pelos autores são da ordem do incontrolável, do inexorável e do inevitável. A *idade* é uma das razões mais comuns para a transição de carreira. Isso porque há um declínio inevitável das capacidades físicas com o decorrer dos anos e ainda que as novas tecnologias e o avanço da ciência contribuam para que esse limite se prolongue, não será mais possível adiar esse momento indefinidamente. Dependendo da modalidade esse momento pode ocorrer precocemente ou ser adiado para a idade adulta madura. Outro fator que pode contribuir para a transição da carreira de um atleta é o *corte* ou o fato de ter sido preterido em uma escalação para a constituição de uma equipe em uma importante competição.

O processo de seleção – o qual Lavalley (2000) nomeia de “darwinismo esportivo” – pode desencadear uma perda de motivação e de objetivos para a vida do atleta que não encontra mais objetivos para continuar se empenhando em treinos. Esse processo seletivo ocorre ao longo de toda a carreira esportiva, desde as categorias iniciais, e sua superação é incluída no repertório de todos os atletas que desejam alcançar o alto rendimento. Embora vista como necessária ao processo não há uma preparação adequada ao seu enfrentamento, visto que tanto a impotência como a frustração são decorrências desse fato. Indivíduos que têm pouca mobilização de recursos para lidar com esses sentimentos estarão mais sujeitos a desistir diante da adversidade. Vale ressaltar que entre os vários motivos que contribuem para o corte estão a falta de controle emocional, a raiva, a falta de apoio e de recursos de enfrentamento e incerteza quanto ao futuro. E por fim as *lesões* são também responsáveis pelo final da carreira competitiva de muitos atletas. Se a lesão é grave o suficiente para fazer o atleta finalizar sua carreira ou trazer dúvidas sobre sua continuidade, a possibilidade da transição deve ser incluída entre as estratégias de enfrentamento da lesão. A menos que o atleta tenha ótimos recursos de enfrentamento, essa dupla conquista é desejável ao ajustamento. Na atualidade a lesão é o fator que se sobrepõe aos demais na transição da carreira esportiva. Isso talvez esteja associado à necessidade de cumprimento de uma agenda repleta de compromissos determinados por patrocinadores e meios de comunicação, sobrecarregando o atleta, muitas vezes alterando sua periodização de treinamento e abreviando os períodos de descanso necessários para seu restabelecimento e prevenção de lesões, que quando ocorrem antecipadamente resultam em uma extensa variedade de dificuldades psicológicas, incluindo medo, raiva, ansiedade, perda de autoestima, quando não depressão.

A transição de carreira atlética resulta de vários fatores individuais e sociais que vão do avanço da idade, a sucessão de lesões, ou ainda a escolha de outra carreira, ao desejo de dedicar mais tempo para a família, etc. Ela pode ser definida como um evento que resulta de uma troca nas suposições sobre si mesmo e o mundo e assim requer uma mudança correspondente nos relacionamentos e comportamentos próprios (WYLLEMAN; STAMBULOVA; & BIDDLE, 1999).

Quando existem condições para adaptações a transição pode ser positiva. O sucesso na transição de carreira esportiva exige a busca de autonomia pessoal durante a carreira esportiva e a consciência sobre formas de investimento material e libidinal em outras esferas da vida.

O término de carreira e a pós-carreira atlética têm chamado a atenção de estudiosos tanto da Psicologia como da Sociologia do Esporte. Isso porque ao representar um papel de destaque na indústria cultural contemporânea, o esporte, seus protagonistas e seus feitos são compartilhados socialmente, o que torna o atleta uma figura pública de grande reconhecimento popular e, em alguns casos, a imagem do seu país em âmbito internacional. O desdobramento disso é a dificuldade em manter sua privacidade e

lidar com cautela com questões que transitam no limite entre o público e o privado, o profissional e o não profissional. Deixar de defender as cores do país, em alguns casos, é muito mais do que uma decisão pessoal, ela pode representar uma questão de Estado. E diante do contexto social e político vividos esse final de carreira pode representar o recolhimento e o gozo desejados, como também pode significar uma forma de traição ou falta de cuidado com milhões de pessoas.

Transição e destreino entre atletas olímpicos brasileiros

Ao longo dos últimos anos Rubio tem pesquisado a identidade e o imaginário dos atletas olímpicos brasileiros (2001; 2004; 2006; 2010), utilizando para isso o referencial teórico dos Estudos Culturais (HALL, 2000) e, como metodologia, a história oral (FERRAROTI, 1983; POIRIER; VALLADON; RAYBAUT, 1999). Nesses anos já foram entrevistados aproximadamente 600 atletas participantes de 20 edições olímpicas. Evidencia-se nesse processo as diferentes formas de interpretar a transição de carreira entre as gerações que competiram durante a fase do amadorismo e aquelas que desenvolveram suas carreiras já em tempos de profissionalização.

O Brasil iniciou sua participação olímpica a partir dos Jogos de Antuérpia em 1920, conquistando três (03) medalhas. Os atletas que compuseram aquela delegação eram basicamente atletas formados dentro dos clubes sociais descritos acima e nas academias militares, onde as práticas atléticas eram obrigatórias e os mais destacados ganhavam o direito de representar o país em competições internacionais. Essa condição também evidencia o papel exercido pelos militares na história do esporte e da educação física brasileira. A medalha de ouro conquistada em Antuérpia veio do tiro pelo então tenente Guilherme Paraense.

Nas edições seguintes esse cenário começou a se transformar, levando atletas de origem mais humilde a conseguir índices por competência técnica e habilidades acima da média gerando, porém, o impedimento de ordem econômica. Diante da falta de estrutura institucional e de políticas públicas para o esporte os atletas brasileiros se viram em situações constrangedoras como a ocorrida nos Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1932, quando um grupo de atletas não pode sair de dentro do navio porque não tinha dinheiro para pagar à custa da inscrição nos Jogos. Voltaram para o país sem poder competir.

Encontram-se entre as narrativas dos atletas questões como por que o término e a transição da carreira atlética no Brasil não se destacam enquanto temas de especial relevância às ciências do esporte e políticas de seguridade social; se de fato, é possível conceber o atleta brasileiro como representante de uma categoria profissional dotada de direitos trabalhistas como muitas profissões o são; se há de fato um final de carreira precoce. Ou ainda, seria possível dizer que o atleta brasileiro se aposenta? São inúmeras as questões em torno desta fase inevitável da trajetória dos atletas, muitas das quais ficarão em suspenso, uma vez que fogem ao escopo do presente trabalho. Vale ressaltar que embora seja de total importância a compreensão dos caminhos e estratégias que os atletas desenvolvem para passarem pela transição, compreendemos que estes esforços podem não ser de todo suficientes quando a regra que a acompanha é a ausência de suporte institucional.

Ao revisitarmos a história da carreira atlética no Brasil, especialmente a partir da segunda metade do século XX (FERREIRA JUNIOR, 2015; RUBIO, 2001; 2004; RUBIO; FERREIRA JUNIOR, 2012) constatamos, em primeiro lugar, que ela não era uma atividade socialmente reconhecida como “carreira”, tampouco como um trabalho. Em segundo lugar, uma vez que entre os atletas à época é difícil se aproximar da noção de prática esportiva como um trabalho, podemos entender o significado da adoção daquilo que Vitor Mirshawka³ vai chamar de “vida dupla”. Essa forma de abordar a própria prática esportiva, comum a muitos atletas de alto rendimento até hoje, exerce papel importante tanto na constituição

³ Vitor Mirshawka integrou a seleção brasileira de basquetebol medalhista olímpica nos Jogos Olímpicos de Tóquio, em 1964.

da identidade atlética em si, quanto na disposição de estratégias de enfrentamento da transição para outras atividades ocupacionais. Nesse sentido, Fritz,⁴ membro da seleção masculina de basquete bicampeã mundial, recorda que em sua época *Wlamir era professor de educação física, Sucar, advogado, Vitor, professor, Radvilas, engenheiro*, e ele mesmo, era químico industrial. *A gente se preparou para o futuro, que é o que o pessoal hoje não faz, raríssimas as exceções*, conclui (FERREIRA JUNIOR, 2014, p. 88).

Importante ressaltar que a segunda metade do século XX marca um período classificado por Rubio (2010) como *fase de conflito* em que o mundo é atravessado por uma Guerra Fria e o Brasil vive uma Ditadura Militar. Conjuntura que, em certa medida, contribuirá para o fortalecimento institucional do esporte brasileiro enquanto espaço de expressão da soberania nacional e não para o reconhecimento de uma categoria de trabalho. Nesse período era a partir das instituições militares, do Estado, das Federações e dos Clubes que concepções de prática esportiva e a própria identidade atlética, se constituíam. Em outras palavras, ser atleta representava mais uma espécie de “serviço à pátria” e “militância clubística” do que propriamente ser um profissional realizador de um trabalho digno de remuneração. Sucar⁵ nos lembra da responsabilidade que era vestir a camisa da seleção de basquetebol ou de um clube à época. *Você tinha que estar dedicado mesmo... Se te pegassem recebendo dinheiro, você perdia suas medalhas. O esporte era amor mesmo!* (FERREIRA JUNIOR, 2014, p. 96).

Ainda que a interpretação do amadorismo fosse distinta entre as diferentes culturas esportivas nacionais, instituições e modalidades esportivas locais, os atletas brasileiros compartilham da mesma percepção de constante vigilância das instâncias as quais representavam. Participações em períodos de concentração e viagens com a finalidade esportiva eram limitadas por acordos institucionais rígidos e, em muitas circunstâncias, punidos com a perda de semestres letivos, subtração de salários e até processos por “abandono de função” na empresa. *Lembro que meu pai veio até mim e disse: quando é que você vai trabalhar? Pois havia ficado nove meses a serviço da seleção brasileira. Imagine você, um atleta que não tem proventos, tendo que ficar nove meses sem trabalhar e sem estudar!* narra Fritz. Ainda que viessem a ser remunerados através da prática esportiva, os valores que esses atletas recebiam dificilmente ultrapassavam o ganho de um trabalhador comum, o qual, diferentemente dos atletas, à época já desfrutava do direito à aposentadoria (FERREIRA JUNIOR, 2014, p. 94).

Nos tempos de amadorismo, o atleta brasileiro não poderia esperar reconhecimento financeiro, tampouco ter uma previdência social resultante do que se entendia ser um “não-trabalho”. Tão logo, encerrar a carreira atlética implicava uma preparação de integral responsabilidade do atleta; preparação que se traduzia na busca por formação acadêmica, seguida do exercício profissional remunerado, ainda que paralelamente ao compromisso esportivo de alto rendimento. Essa condição era carregada de um aspecto moral, uma vez que a sociedade de então via com estranheza a pessoa que se dedicava “somente” ao esporte (RUBIO; FERREIRA JUNIOR, 2012). Essa exigência social e forma de conceber a prática esportiva à época seria corresponsável pela formação de um grupo de atletas que não encontraram maiores problemas para deixarem o esporte, uma vez que habituados ao cotidiano de outras identidades ocupacionais (FERREIRA JUNIOR, 2014; FERREIRA JUNIOR; RUBIO, 2015). Esses exemplos sugerem também que o momento histórico vivido por esses atletas trouxe consigo concepções de esporte e de prática esportiva que não lhes dava outra alternativa que não o desenvolvimento de estratégias de ampliação da identidade e da agenda, de maneira que pudessem não só enfrentar o iminente encerramento da carreira esportiva, mas a transição e a própria vida pós-atleta.

Em que pese a ausência de mecanismos sociais formais de suporte à transição, a capacidade de equilibrar prática esportiva com outros compromissos se estabelece como uma das principais marcas da trajetória de muitos atletas dos tempos do amadorismo no Brasil. O estudo desse momento histórico

⁴ Friedrich Wilhelm Braum, mais conhecido como Fritz, integrou a seleção que deu o bicampeonato mundial e medalha olímpica ao basquetebol brasileiro nos anos 1960.

⁵ Antonio Salvador Sucar integrou a seleção que deu o bicampeonato mundial e medalha olímpica ao basquetebol brasileiro nos anos 1960.

específico tem como principal relevância a compreensão da forma como as identidades e carreiras atléticas se constituíam no Brasil e em que medida esse modelo se reproduz e ou pode ser aplicado à realidade contemporânea da carreira atlética. Nesse sentido, um dos primeiros problemas que se apresentam à fase de encerramento e transição de carreira atlética dita profissional é o fato de não sabermos localizar em qual dimensão do profissionalismo essa prática se localiza hoje. Como bem afirma Jaqueline Silva⁶, *a profissionalização do esporte vai marcar a entrada do dinheiro, não dos direitos*⁷.

Modalidades com certo protagonismo olímpico, como o basquetebol e atletismo, até meados dos anos 1980 ainda eram fortemente atravessadas pela regra do amadorismo, muito embora certo profissionalismo estivesse presente, ainda que maneira velada, nos principais clubes brasileiros. A coexistência de “amadorismo(s)” e “profissionalismo(s)” se evidenciava em pleno confronto entre clubes e entre representações nacionais, ora quando das inovações tecnológicas presentes em calçados e uniformes de alguns atletas, ora quando da exibição de novas técnicas e habilidades, ou mesmo quando da inegável disparidade entre os países no quadro de medalhas em torneios internacionais. Mais submetidos à moral do amadorismo, atletas brasileiros aprendiam muito cedo a lidar com a precariedade da infraestrutura de treinamento e necessidade de autofinanciamento. *Na Vila Olímpica eu ia treinar. Esperava todo mundo treinar, depois eu ia, por mímica, pedir material aos japoneses, sarrafo, poste e o colchão. Por mímica, eles me davam o material e eu ficava treinando*, narra Aída dos Santos⁸.

Sem dinheiro e deixada à própria sorte, Aída chegou a competir nos Jogos Olímpicos de Tóquio, em 1964, sem a companhia da própria delegação. Não fosse a solidariedade da adversária cubana, não conseguiria sequer o par de tênis para fazer o salto em altura, prova na qual chegou à final, apesar de todos os empecilhos (RUBIO; FERREIRA JUNIOR, 2012). A pós-atleta nos conta que a pomposa recepção que recebera em seu retorno ao Brasil não fora suficiente para aplacar sua desilusão. No auge da forma física, entendeu que ainda poderia dedicar mais alguns anos ao atletismo, mas agora, ciente de que isso não se traduziria em reconhecimento profissional. É nesse momento que Aída passa a também concentrar energia na formação acadêmica, visando uma profissão e outras possibilidades de *ser*, para além do esporte.

O caso de Aída nos permite observar que, por estarem constantemente expostos a infraestruturas precárias e desilusões de uma prática esportiva pouco reconhecida como profissional, os atletas são igualmente confrontados pela possibilidade de interrupção abrupta da carreira atlética e necessidade de se prepararem para a transição. O que não quer dizer que todos conseguem ou podem desenvolver estratégias de enfrentamento dessa fase. Esta conduta está intimamente ligada ao suporte social e, principalmente, às oportunidades que os atletas têm de experimentar diferentes papéis e de transitar por diferentes espaços sociais ao longo da carreira esportiva (PRICE; MORRISON; ARNOLD, 2010). Sobre isso, o pós-atleta Vitor Mirshawka, vai nos ajudar a entender que *a história de vida sempre se compõe de vários segmentos: o segmento profissional e o segmento esportivo*, e que na época em que era atleta *não havia esporte profissional, então, praticamente, todo mundo que queria ser atleta de alguma maneira tinha uma vida dupla* (FERREIRA JUNIOR, 2014, p. 87).

Experiência semelhante apresentam atletas em situação de lesão ou de desemprego, quando acabam por transformar o período de suspensão num espaço de reelaboração não só das expectativas relativas ao esporte, mas ao próprio projeto de vida como um todo (MARKUNAS, 2012). Longe de querer aqui naturalizar a cultura de desvalorização da condição humana do trabalhador-atleta-brasileiro, entendemos que a *descontinuidade* ora desencadeada pelos limites de um “não-trabalho” ou pelos limites da alta exigência física, exerce papel central no processo de tomada de decisão que contribuirá tanto para o

⁶ Jaqueline Louise Cruz Silv integrou a dupla brasileira de vôlei de praia que nos Jogos Olímpicos de Atlanta em 1996 conquistou medalha de ouro inédita.

⁷ Gravidez & Esporte. Esporte Espetacular. Matéria de 28 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/programas/esporte-espetacular/noticia/dani-lins-anuncia-gravidez-e-desabafa-sofri-preconceito.ghtml>>.

⁸ Única mulher da delegação brasileira dos Jogos Olímpicos de Tóquio em 1964, onde conquistou emblemática quarta colocação após chegar à final do torneio de Salto em Altura sem equipamento e supervisão da própria delegação.

desenvolvimento de estratégias de enfrentamento da transição quanto para processos de reflexão sobre a identidade.

É difícil precisar o momento em que o esporte passa a ser capturado pela “racionalidade profissional e espetacular”, mas, como anteriormente citado, a partir de meados dos anos 1980 a obtenção de renda via prática esportiva deixava de ser (formalmente) algo proibido e passava a compor o sonho de emancipação financeira de milhares de jovens (RUBIO, 2001). Entretanto, a trajetória dos atletas da fase do profissionalismo demonstrará que essa atividade permanecerá à margem das Leis de Consolidação do Trabalho (CLT), muito embora a própria Constituição Federal, no seu Artigo 217 (parágrafo III), considere a necessidade do “tratamento diferenciado para o desporto profissional e não profissional”⁹. No caso da mulher-atleta especificamente, essa situação ganhará contornos ainda mais complexos, que vão incidir inclusive sobre seu direito ao próprio corpo e à descontinuidade da carreira em função da maternidade. *Você trabalha com jornalismo, uma outra pessoa trabalha no banco... todo mundo tem aquele período que fica recebendo. Todo mundo tem uma garantia, um respaldo. Nós atletas não temos isso. Acabou o contrato, engravidou, não vai renovar, entendeu?*, narra Camila Brait¹⁰.

Ferreira Junior e Rubio (2017) analisaram os significados e implicações da transição de carreira entre corredoras olímpicas brasileiras cujas carreiras foram percorridas entre os anos 1980 e 2000. Constataram que embora esse período marque a tomada do esporte, também pelas mulheres, como espaço de realização profissional e emancipação social, o preconceito de gênero, materializado nas desigualdades da distribuição salarial, de infraestrutura e de visibilidade, persistirá em deixá-las à margem do profissionalismo. Condição que influenciou decisivamente a forma como elas abordaram a própria carreira atlética e vivenciam as fases de encerramento e transição respectivamente. Em outras palavras, para aquelas que escolhem fazer da prática esportiva uma carreira, questões de gênero vão se somar a dificuldades comuns a qualquer atleta brasileiro (a) de alto rendimento. Carmem de Oliveira¹¹ lembra que *já sendo uma mãe, como é que ficaria todos numa família de 9 [irmãos]? ...saio e volto com mais uma [filha] e ainda vou ser corredora, andar de short pelas cidades, fazendo exposição da minha figura? Isso não combinava com toda a situação vivida antes até eu ser atleta*. Contemporânea, Tânia Miranda lembra da desaprovação dos pais quando disse a eles que seguiria carreira atlética. *Diziam que era um esporte de homem e que eu iria ficar masculinizada, toda musculosa*.¹² (FERREIRA JUNIOR; RUBIO, 2017, p. 194).

Segundo Ferreira Junior e Rubio (2017) ainda na adolescência, a aspirante à atleta deve lidar não só com incertezas sobre a legitimidade de sua opção pelo esporte, mas com incertezas sobre a legitimidade de sua presença num espaço historicamente dominado e pensado por homens e para os homens. Esse tema especificamente, carece de aprofundamento investigativo, principalmente no que tange aos aspectos psicossociais e econômicos do empreendimento feminino de inserção no esporte e as implicações do preconceito institucional de gênero sobre a continuidade e transição de carreira das atletas.

Na fase adulta, a atleta brasileira de alto rendimento enfrenta um conjunto de demandas relacionadas ao estatuto social da mulher. Demandas que dizem respeito a papéis e funções socialmente aceitos como inerentes à idade, os quais muitas vezes vão concorrer com seu desejo de realização no esporte. Em contrapartida, é justo considerar também a situação em que os compromissos da carreira atlética vão se tornar obstáculos à realização de desejos e projetos para além do esporte. Não são poucas as atletas que no auge da carreira esportiva têm que, forçosamente, decidir entre carreira atlética e outros papéis. *No auge da minha carreira tentei por duas vezes fazer faculdade, mas devido ao fato de ficar viajando pra lá e pra cá, não conseguia me dedicar aos estudos. Então não adiantou, tive que desistir, trancar matrícula*, lembra Márcia Narloch¹³ (FERREIRA JUNIOR; RUBIO, 2017, p. 198).

⁹ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, Artigo 217, Parágrafo III 1988. 292 p.

¹⁰ Entrevista cedida ao programa Esporte Espetacular, publicada em 28 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/programas/esporte-espetacular/noticia/dani-lins-anuncia-gravidez-e-desabafa-sofri-preconceito.ghtml>>.

¹¹ Maratonista, representou o Brasil em três edições olímpicas. Seul (1988), Barcelona (1992) e Atlanta (1996).

¹² Corredora dos 400 metros e 4x400, representou o Brasil nos Jogos Olímpicos de Seul, em 1988.

¹³ Maratonista, representou o Brasil em três edições olímpicas, Barcelona (1992), Atlanta (1996) e Atenas (2004).

A narrativa de Narloch retrata uma das características mais centrais daquilo que hoje no Brasil conhecemos como esporte profissional: a necessidade de dedicação exclusiva a uma atividade cujos direitos e retorno financeiro não são uma garantia, mesmo em face de resultados positivos ou grau de profissionalismo que o atleta apresente. Poucos são os atletas brasileiros da fase profissional do esporte que, tendo tomado a decisão de se dedicar exclusivamente ao esporte, dispõem de apoio institucional voltado à transição da carreira. A maioria, os *heróis anônimos*, lidam e significam o término da carreira à sua maneira, emprestando da dura jornada valores e identificações por meio das quais desenvolvem saídas e recomeços distintos, seja para lidar com situações objetivas, como a necessidade de subsistência, seja para lidar com situações mais subjetivas, como o esquecimento social e a construção de uma nova identidade.

Considerações finais

Diante da importância que o atleta tem representado para a sociedade atual muitos países estão desenvolvendo programas e políticas públicas com a finalidade de preparar os atletas para o final de carreira competitiva.

É grande o esforço a ser realizado pelo atleta para se completar o processo de transição de carreira. Para que ela se dê de maneira saudável é preciso um grau de disposição interna para a adequação ao novo papel social que envolve alguns procedimentos. O primeiro deles diz respeito à assimilação da nova identidade e todos os seus desdobramentos, parafraseando o dito shakespeariano *ser ou não ser*. Isso tem relação direta com a transformação desse papel junto à sociedade que também necessita de tempo para poder ter o atleta não mais como aquela figura heroica capaz de realizar feitos incomuns, mas como um cidadão que tem suas obrigações e afazeres.

A apropriação desse novo papel se reflete também nas interações humanas, tanto em nível familiar como com os companheiros do passado que ainda se mantêm nos papéis atléticos.

No modelo de transição formulado por Stambulova (1994) a transição de carreira é tida como um acontecimento crítico da vida que como outros precisam de uma estratégia para serem elaborados e superados. Afirma que esse planejamento estará pautado na história de vida do atleta que se retira, e, portanto, é necessário que se observe a duração e limites de idade da carreira esportiva vivida; a especialização alcançada pelo atleta, caracterizada pelo número de eventos esportivos dos quais participou e pelo número de papéis desempenhados pelo atleta no esporte em toda a extensão de carreira; nível de conquistas; e por fim o custo da carreira, considerando o gasto de tempo, de energia, de saúde e de dinheiro. Há que se considerar ainda o grau de satisfação do atleta com a sua própria carreira e o nível de sucesso e reconhecimento social alcançados.

Dentre os vários fenômenos que a sociedade moderna tem produzido para a emergência de atitudes heroicas, o esporte se destaca como um lócus privilegiado. É importante lembrar que o herói como figura mítica representa o mortal que consegue se aproximar dos deuses em razão de um grande feito. Suas realizações prodigiosas misturam força, coragem e astúcia, distanciando esse sujeito de um personagem que vence em razão de atributos físicos apenas. Ao transferir esse personagem para nossos dias é possível identificar no atleta de alto rendimento uma espécie de herói onde quadras, campos, piscinas e pistas são convertidos em arenas em dias de grandes competições.

É possível observar que a carreira de um atleta cumpre, em tese, a mesma trajetória que a vida de um herói (RUBIO, 2001).

O momento identificado com o *chamado* refere-se à etapa em que ainda na infância ou juventude o sujeito se descobre com um nível de habilidade acima da média e é identificado por isso. É aqui que a presença do outro se torna o diferencial, visto que o professor ou técnico sensível àquela habilidade proporciona as condições necessárias para que o talento floresça. Em muitos casos esse momento também representa deixar a casa dos pais e enfrentar um mundo desconhecido e, por vezes, cheio de perigos. A *iniciação* propriamente dita é um caminho que envolve persistência, determinação, paciência e um pouco

de sorte. Nela são experimentados os limites da determinação do atleta que culminará na participação em eventos nacionais e internacionais representando seu país, amealhando o reconhecimento social pelo seu feito e experimentando os limites da superação. Esse é um espaço reservado aos verdadeiros heróis e lugar onde há o desfrute dessa condição. Mas, considerando a transitoriedade dessa condição e sendo o herói um ser humano, há o inevitável *retorno*, muitas vezes negado, pois devolve o atleta-herói à sua condição mortal. O *retorno* pode ser tomado como a volta ao seu cotidiano de treinos, em clubes, em suas cidades de origem, ou no seu limite, à condição social de cidadão, distante da carreira esportiva e dos ambientes de competição. E na tentativa de refutar essa condição são tentadas fugas mágicas como a desmotivação em retornar ao seu clube de origem, a busca de pretextos para retardar o planejamento de treinos ou ainda as inúmeras e repetidas ‘despedidas’ das competições. Porém, por paradoxal que seja, é apenas nesse momento que ele encontra a liberdade para viver.

Em síntese, a experiência dos atletas brasileiros nos leva à seguinte observação: pensar a transição de carreira atlética deve ser, antes de mais, uma tarefa de identificação e ressignificação crítica do lugar que a atividade esportiva e seu protagonista ocupam dentro de uma conjuntura particular, determinada não apenas econômica, mas subjetiva e simbolicamente.

Referências

- CARDOSO, M. **O arquivo das olimpíadas**. São Paulo: Panda Books, 2000.
- DaMATTA, R. Antropologia do óbvio: notas em torno do significado social do futebol brasileiro. **Revista USP (Dossiê Futebol)**, n. 22, p. 10-17, 1994.
- FERRAROTI, F. **Histoire et histoires de vie**. Paris: Librairie des Meridiens, 1983.
- FERREIRA JUNIOR, N. S. **A transição de carreira dos bicampeões mundiais de basquetebol: uma análise com base em narrativas biográficas**. 2014. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)– Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- FERREIRA JUNIOR, N. S., RUBIO, K. Término, transição e vida pós-atleta entre corredoras olímpicas brasileiras. **Olimpianos – Journal of Olympic Studies**, v. 1, n. 2, p. 187-209, 2017. Disponível em: <<http://olimpianos.com.br/journal/index.php/Olimpianos/article/view/22/16>>. Acesso em: jan. 2018.
- FERREIRA JUNIOR, N. S.; RUBIO, K. The career transition between basketball champions in the amateurism phase. **Advances in Social Sciences Research Journal**, v. 2, n. 3, p. 52-59, 2015.
- GUTTMANN, A. **History of the modern games**. Illinois: University of Illinois, 1992.
- _____. **From ritual to record**. New York: Columbia University Press, 1978.
- HALL, S. Estudos culturais: dois paradigmas. In: HALL, S. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte/Brasília: Editora UFMG/Representação da UNESCO no Brasil, 2003. p. 131-159.
- _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- _____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. da (Org.). **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.
- HOBSBAWN, E. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBSBAWN, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.
- LOPEZ, A. A. **La aventura olímpica**. Madrid: Campamones, 1992.
- MARKUNAS, M. **Quando a lesão leva à transição?** In: Rubio K. (Org). Destreinamento e transição de carreira no esporte. Casa do Psicólogo: São Paulo; 2012.

- PEREIRA, L. A. M. **Footballmania**: uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- POIRIER, J.; VALLADON, S. C.; RAYBAUT, P. **Histórias de vida. Teoria e prática**. Oeiras: Celta, 1999.
- PRICE, N.; MORRISON, N.; ARNOLD S. Life out of the limelight: understanding the non-sporting, pursuits of elite athletes. **The International Journal of Sport and Society**, v. 1, n. 3, p. 67-81, 2010.
- ROSENFELD, A. **Negro, macumba e futebol**. São Paulo/Campinas: Perspectiva, EDUSP/Editora da Unicamp, 1993.
- RUBIO, K. Profissionalismo e os novos desafios para a transição de carreira. In: RUBIO, K. (Org.) **Destreinamento e transição de carreira no esporte**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012. p. 83-100.
- _____. **O atleta e o mito do herói**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- _____. **Heróis olímpicos brasileiros**. São Paulo: Zouk, 2004.
- _____. **Medalhistas olímpicos brasileiros: memórias, história e imaginário**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- _____. Jogos olímpicos da era moderna: uma proposta de periodização. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 55-68, jan./mar. 2010.
- _____. (Org.) **As mulheres e o esporte olímpico brasileiro**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.
- _____. **Atletas olímpicos brasileiros**. São Paulo: SESI Editora, 2015.
- _____.; FERREIRA JUNIOR, N. S. A transição na fase do amadorismo. In: RUBIO, K. (Org.) **Destreinamento e transição de carreira no esporte**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012. p. 65-82.
- RUFINO DOS SANTOS, J. **História política do futebol brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SCHLOSSBERG, N. K. A model for analyzing human adaptation to transition. **The Counseling Psychologist**, v. 9, n. 2, p. 2-18, jun. 1981.
- SIMONS, V.; JENNINGS, A. **Los señores de los anillos**. Barcelona: Ediciones Transparência, 1992.
- TOLEDO, L. H. **Lógicas no futebol**. São Paulo: Hucitec, 2002.

O *status* do atleta nos jogos olímpicos modernos: do amadorismo ao profissionalismo

José Geraldo do Carmo Salles¹
Antonio Jorge Gonçalves Soares²
Israel Teoldo¹

O ressurgimento dos Jogos Olímpicos ao final do século XIX, em Atenas, buscou reativar ou reinventar as tradições esportivas gregas, promovendo os encontros e as emulações esportivas entre os Estados-nação. Observemos que os Jogos Olímpicos Modernos são uma típica invenção das tradições no sentido apontado por Eric Hobsbawm (1997)³. Nesta perspectiva, os jogos tornam os gregos o argumento legitimador da busca de continuidade, como o berço da civilização ocidental.

O evento que se iniciou com a participação de apenas nove países rapidamente difundiu-se e despertou maior interesse, apesar de até 1912 em Estocolmo, os jogos não terem provocado uma adesão significativa, o que se pode comprovar pelo fato de que os jogos aconteciam geralmente vinculados a outros eventos – como as feiras internacionais⁴. Desde esse momento, os Jogos Olímpicos tornaram-se vulto de megaeventos, uma confraternização de repercussão mundial, demandando modificações em sua estrutura organizacional e incorporando nesta retomada o caráter político-econômico, que passaria a ser um dos principais apelos, como se pode observar na atualidade. Juntamente com o Campeonato Mundial de Futebol, tornaram-se os eventos esportivos de maior importância, tanto no aspecto social quanto econômico, conseguindo estabelecer uma intensa relação com o público através da mídia em expansão. O processo de massificação mundial dos esportes teria ocorrido devido à aliança com a imprensa e a mídia em geral (LOVISOLO, 2000).

Os Jogos Olímpicos Modernos, que na sua gênese eram cultuados como um espaço de celebração e confraternização entre atletas de ‘espírito amador’, rapidamente se desvirtuaram dos ideais inicialmente pretendidos ou idealizados pelo Barão Pierre de Coubertin e seus companheiros. Desde suas primeiras edições começaram a surgir tensões que provocaram incômodo aos seus gestores, sobretudo no tocante ao perfil dos participantes e outras mazelas que conflitavam com os ideais olímpicos.⁵ Parece que inicialmente não se pensava o evento como uma atração para o grande público e muitas situações embaraçosas eram frequentes, sobretudo nos eventos de rua.⁶ Obviamente os métodos e normas de controle sobre o externo, cada dia mais ajustados, não faziam parte da preocupação dos gestores naquele momento.

A terceira edição dos Jogos Olímpicos Modernos (St. Louis/1904) foi a primeira realizada fora da Europa e uma participação muito acanhada⁷. O vínculo do evento com a feira mundial “Louisiana Purchase Exposition” gerou a indignação de Coubertin que se recusou ir aos jogos⁸.

¹ Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil.

³ Hobsbawm desenvolve uma tese sobre o fenômeno das tradições inventadas (ou criadas) por grupos oficiais e não oficiais.

⁴ Andrews (2014) argumenta que os organizadores das feiras também demonstravam interesse em tê-la juntamente como os Jogos Olímpicos, alavancando a presença de público para os seus empreendimentos.

⁵ Em edição especial, o jornal O Globo coloca o desvirtuamento dos Ideais Olímpicos nos Jogos de Paris em 1900, no texto: *Amadorismo, no mau sentido*. “A desorganização das competições influenciou diretamente os resultados. Na maratona, por exemplo, vários atletas estrangeiros se queixaram que o público francês não apenas torcia pelos seus compatriotas, mas também segurava seus concorrentes. O americano Dick Grant, que terminou a prova em sexto lugar, contou que um ciclista o derrubara quando ele estava preste a ultrapassar o vencedor”. (O GLOBO, 2000, p. 32).

⁶ Dentre vários episódios já ocorridos nos Jogos Olímpicos, citamos uma mais recente, ocorrida em Atenas (2004), quando o maratonista brasileiro Wanderley Cordeiro de Lima foi segurando por um invasor que realizava um protesto, quando estava liderando a prova.

⁷ “As nações europeias recusaram o custo e a lenta velocidade da viagem para St. Louis. Os jogos ocorreram com a presença de apenas 12 países. Os americanos eram 523 do total de 630 atletas, e mais da metade dos eventos foram totalmente contestados por concorrentes locais. Graças à importante vantagem numérica, os Estados Unidos passariam a ganhar um total de 239 medalhas - o maior lance em uma única Olimpíada” (ANDREW, 2014).

⁸ Os jogos de St. Louis se arrastaram 146 dias, período em que durou a feira. Todavia, o evento em Londres de 1908 durou ainda mais: 188 dias de abril a outubro.

Nos Jogos Olímpicos de Estocolmo, em 1912, o americano James Francis Thorpe, campeão das provas de pentatlo e decatlo foi acusado de ser um profissional e o COI, em 1913, anulou os seus feitos olímpicos, alegando que este teria recebido dinheiro para jogar beisebol, o que contraria os ideais Olímpicos⁹. Entretanto o mesmo critério não teria sido aplicado para outros atletas, como foi o caso do campeão de Ginástica Olímpica, o Italiano Alberto Braglia (medalha de ouro em Londres/1908 e Estocolmo/1912) - , que entre os dois eventos se apresentava em circos, recebendo para demonstrar suas habilidades ginásticas¹⁰.

No Brasil, o Bicampeão Olímpico de salto triplo, Adhemar Ferreira da Silva (Helsinque/1952 e Melbourne/1956) recusou uma casa que quiseram lhe dar como prêmio, pois se a aceitasse corria o risco de ser impedido de ir aos jogos, pois tal premiação poderia comprometer seu perfil amador (PRADO, 2003).

Assim, Coubertin, ao vincular os ideais olímpicos aos preceitos ingleses, que fomentava um esporte de caráter predominantemente aristocrático, fundamentado nas atitudes morais da elite inglesa, não via com ‘bons olhos’ a apropriação deste evento por parte das classes operárias. Essa possibilidade de perda do controle sobre o evento criava alguns embaraços, conforme aponta Cardoso (1996, p. 7):

Os inventores do amadorismo queriam, em primeiro lugar, afastar da arena os trabalhadores, o esporte estava reservado a quem pudesse se dedicar a ele em tempo integral e desinteressadamente, enquanto o comum dos mortais suava para garantir o pão de cada dia. Este era o motivo oculto. Abertamente se temia que o dinheiro transformasse a competição esportiva em espetáculo de *show-business*.

Na concepção de Coubertin o profissionalismo se constituía como o pior inimigo dos esportes. “Os exercícios físicos têm absoluta necessidade para prosperar de uma atmosfera de desinteresse e de cavalheirismo”. (CARDOSO, 1996, p. 7) Para o Barão o profissionalismo provocaria perdas irremediáveis ao conceito esportivo distinto do que se pretendia com os Jogos.

Neste mesmo sentido, desde o início do século XX, a máxima Coubertiniana, compreendida em “*Citius, Altius, Fortius*”, começou a retratar outras magnitudes relacionadas plenamente ao mundo capitalista, tais como maior agilidade administrativa, financeira e de *marketing* (VALENTE, 2002).

O esporte passou a ser mais uma mercadoria, uma nova vertente do capitalismo. Tais valores, no entanto, podem ser associados aos ritmos presentes nas grandes metrópoles capitalistas do início do século XX ou apenas revelar valores do atleta esportivo (SEVCENKO, 1992).

Embora seja articulado o envolvimento de Coubertin com os ideais olímpicos, quanto ao amadorismo, segundo Bastos (1985), ele nunca teria aprofundado sobre essa questão. “Mal a conheceu, e nunca a compreendeu” (p. 79). Para o autor percebe-se o fato porque Coubertin foi ‘*sportman*’ e ‘*gentleman*’. “Tinha recursos mais do que suficientes de vida e praticava o desporto pelo desporto” (p. 79). Entretanto, pela própria descrição, o amadorismo para o Barão parecia ser a sua própria experiência, sobretudo vinculado ao seu perfil de desportista.

Apesar da dificuldade de abordagem e a delicadeza do tema, frequentemente, o ‘Barão’ era solicitado a apresentar uma intervenção neste sentido, quando julgavam que o ‘espírito olímpico’ estava sendo desrespeitado. Bastos argumenta que, para se absorver da pouca importância que se dava à definição do tema, Coubertin teria comentado: “Para mim, o desporto é uma religião com igreja, dogmas e cultos..., sobretudo sentimentos religiosos. Assim, julgo infantis todas estas “coisas grandes” o fato de alguém ganhar uma moeda de cem francos...” (COUBERTIN citado por BASTOS 1985, p. 79).

Parece-nos que a atitude de Coubertin de não se preocupar com uma definição exata do termo era uma forma de evitar tensões entre os Estados-nação e também o comprometimento de realização dos

⁹ Folha de São Paulo. A História das Olimpíadas. 10 de junho/1996 – São Paulo.

¹⁰ Biography. Disponível em: <<https://www.sports-reference.com/olympics/athletes/br/alberto-braglia-1.html>>. Acessado em: 21 ago. 2010.

jogos, visto que, caso fosse definido o exato perfil do atleta, seria prudente realizar a ‘caça às bruxas’. Deveria aprofundar as investigações a partir das denúncias apontadas e, caso fossem constatadas as irregularidades, deveriam haver punições. Portanto, pareceu-nos que este acordo tácito em torno do conceito visava à preservação dos jogos.

A preocupação com uma definição da categoria dos atletas dentro do Comitê Olímpico Internacional (COI) teria surgido desde os primeiros jogos modernos, conforme aponta Coubertin (1997), em suas Memórias Olímpicas. O Barão relata que em 1902, teria sido enviado um questionário em três idiomas a todas as Associações Esportivas e que não haviam produzido respostas claras sobre o assunto.

O próprio Coubertin teria admitido que a definição de amador, que até então era o modelo utilizado, não mais era eficiente. Tratava-se de uma definição elaborada pelos ingleses, estabelecida quando o atleta deixava de ser amador. Portanto, a definição inglesa apresentada pelo Barão operava na exclusão e demasiadamente vaga: “1 – Quando se aceita um prêmio em metálico; 2 – Quando se compete com um profissional; 3 – Quando se recebe um salário como professor ou monitor de exercícios físicos; 4 – Quando se participa em concursos abertos a todos” (COUBERTIN, 1997, p. 116).

Devido às frequentes tensões o Barão relatou ainda que, desde 1909, no Congresso Olímpico de Berlim, na tentativa de se estabelecer um conceito universal, haviam sido enviadas novamente às federações de cada país integrante um formulário contendo as seguintes questões:

1 - O profissional em um desporto poderia ser amador noutro?; 2 - O professor poderia ser amador nos desportos que não ensinava?; 3 - O amador que se tornou profissional não poderia recuperar a sua qualidade de amador? Admite exceções a esta regra? Quais?; 4 - Deveria se admitir o pagamento de compensações econômicas aos amadores pelos gastos de transporte e de hotel? Até que limite?; e 5 - O atleta deveria perder a sua qualidade de amador pelo simples contato com um profissional? (COUBERTIN, 1997, p. 119).

Lamentou o Barão que, apesar do largo prazo concedido para os demais dirigentes estudarem as respostas, eles não deram conta dos documentos recebidos. As respostas eram disparadamente contraditórias e, nem mesmo dentro de um país, as respostas se aproximavam. Coubertin concluiu com desânimo, lamentando que pelas conclusões não poderiam ser obtidas respostas convergentes:

Afirmações; nada de argumentos. Fantasias; nenhuma reflexão autêntica” (...) Porém, desde então, os problemas do amadorismo perderam para mim o pouco de interesse que, todavia conservavam. Estava convencido mais do que nunca de que professor e profissional não devem medir-se pela mesma espumadeira; que o juramento, não é de palavra ou de desfile, senão o detalhado e firmado, e a única maneira de projetar uma verdadeira luz sobre o passado desportivo de um homem, posto que um falso juramento o desqualifica em tal caso para sempre e em todos os terrenos; **que a distinção de castas não deve julgar nenhum papel no desporto; que passaram o tempo em que se podia pedir aos atletas que se pagassem viagens e alojamentos;** que a condição de amador nada tem que ver com os regulamentos administrativos de um determinado grupo desportivo, etc.; etc., e também que existem muitos falsos amadores que devem ser perseguidos e muitos falsos profissionais a quem deve indultar, etc., etc. Porém, o que é isso que acabo de escrever? Que blasfêmia! Deveria exclamar, como o pároco de Alfonso Daudet surpreendido em pela canção da bebida; Misericórdia! Se meus fregueses me escutaram! (COUBERTIN, 1997, p. 120, grifo nosso).

Em 1914, uma nova tentativa de se conceituar o fenômeno, durante o Congresso Olímpico de Paris, não teve sucesso. Novamente não foi possível estabelecer uma definição concreta para a palavra “amador” conforme teria sido pretendido pelos dirigentes do movimento olímpico (GARCIA citado por BASTOS, 1985, p. 82).

Essa mesma questão continuava criando discórdias no plano de balizamento e controle do evento. Também no Congresso Olímpico de Praga, em 1925, buscou-se novo entendimento da questão, quando foram estabelecidos dois critérios para filtrar a participação de atletas que se beneficiavam direta ou indiretamente das questões financeiras, conforme aponta: “(a) aquele que foi ou tenha sido profissional no seu sport ou noutra qualquer; b) aquele que tenha recebido compensação por salário perdido” (BASTOS, 1985, p. 80).

É possível acreditar que nestes anos iniciais, muitas querelas foram surgindo e as demandas de resolução ficavam a cargo dos gestores do COI. Podemos imaginar que se tratava de ações que já se pautavam em interesses econômico e/ou político que se faziam presentes diante dos processos contestados. A falta de normas claras devia permitir diversas formas de julgamento das ações.

Na percepção de Bastos (1985), o COI também nunca se aventurou em buscar uma definição para o profissionalismo esportivo, fato que na percepção do autor se deu por falta de ideias comuns, que representassem os diversos Estados, e também porque parecia não interessar chegar a uma clara definição. Observemos que desde cedo cada Estado-nação camuflava os seus interesses frente à pulsante força do esporte; rapidamente compreendido como uma enorme máquina financeira que não poderia ser aniquilada por regulamentos que apresentassem grandes entraves.

Apesar da resistência e da tentativa em frear a participação de atletas que não contemplassem os critérios estabelecidos para os eventos, se pode perceber que desde o ressurgimento, os jogos conviviam com o dilema de controle do perfil do atleta participante. O COI tentava impor restrições, entretanto, esbarrava nos interesses dos Estados-nação em utilizar o esporte e, sobretudo, os Jogos Olímpicos como propaganda.

Os dois blocos políticos econômicos em vigência durante a Guerra Fria (Estados Unidos e União Soviética) utilizaram seus recursos para estabelecer a hegemonia e propagar sua concepção política através do interesse e apelo que o esporte já despertava sobre os indivíduos. A mesma ação teria ocorrido com a Alemanha em seu período de nazismo. Hitler promoveu os Jogos Olímpicos de 1936 com a total imposição do estado, no sentido de fazer com que o mundo entendesse seus propósitos (HOLMES, 1971)¹¹.

Diante deste contexto, as questões começaram a ser pautadas dentro do COI em outras vertentes. Como exercer um controle que conseguisse neutralizar a utilização do esporte para disseminar projetos políticos? Como elaborar um mecanismo que conseguisse controlar todas as nações em relação aos critérios do amadorismo? Estas podem ter se constituído nas principais dificuldades encontradas pelo COI na vigilância da manutenção dos ideais pretendidos para o amadorismo, pois não seria possível contemplar todos os interesses particulares dos países participantes do círculo olímpico.

Os distintos regimes políticos e/ou Estado-nação admitiam para si um modelo de estrutura esportiva próprio. Esse fato limitava as ações e intervenções do COI. Muitos Estados-nação com regimes políticos fechados que não se podia ter o mínimo de controle. Se pode observar que, desde muito cedo em algumas nações, era o governo que patrocinava o treinamento dos atletas, enquanto em outros o incentivo vinha da iniciativa privada (empresa, instituições de ensino etc). Desta forma, exercer um controle geral por parte do COI tornou-se praticamente inviável.

Algumas federações já utilizavam seus atletas olímpicos para exibição, visando arrecadações financeiras conforme relata Holmes (1971). “Embora os atletas não fossem remunerados, a Association Athletic University - A.A.U. recebeu bom dinheiro, o que fez muita gente pensar que os atletas amadores estavam sendo explorados para suprir de ouro os cofres da A.A.U.” (p. 135).

A autora relata ainda que após suas vitórias olímpicas, Jesse Owens (ganhador de quatro medalhas de ouro em Berlim/1936), teve que percorrer vários países europeus, exibindo-se em nome da federação norte-americana. Também nestes Jogos Olímpicos teria sido convencido pelo fundador da marca Adidas a utilizar suas sapatilhas, transformando-se assim em uma dos primeiros garotos propaganda do esporte¹².

¹¹ - A autora fala da tentativa de Hitler em transformar o espetáculo em uma supremacia da raça ariana.

¹² Disponível em: <<http://in.rediff.com/sports/2005/nov/08adi.htm>>. How Adidas and Pulma were born. Acessado em: 21 dez. 2013.

Na análise de Cardoso (1996), o amadorismo teria caído no início dos anos de 1980, quando o COI passou a perceber que “o esporte era um bem de imenso valor agregado e que o dinheiro gerado por ele era suficiente para todos, inclusive para os atletas” (p. 8).

Todavia, antes da década de 1980, inúmeros foram os casos de atletas que na visão dos românticos e puritanistas do esporte feriram o conceito de amadorismo, mas que os mecanismos controladores não conseguiam os eliminar dos jogos, conforme pode ser visto abaixo o relato de Cardoso (1996, p. 8) quanto à dificuldade de padronizar as exigências frente a todos os competidores:

Vasily Kusnetsov, medalha de bronze do decatlo em 1960, era professor de anatomia numa escola. Mas ele só dava aulas de manhã. As tardes estavam reservadas para treinar. Enquanto isso, no ocidente, dito capitalista, um atleta era proibido de dar aulas de educação física porque isso significava que ele está tirando proveito pessoal de atividade esportiva.

Também parece evidente a existência de um conflito de interesses entre os organismos internacionais que controlavam algumas modalidades e o COI, no sentido de flexibilizar o direito à participação, cujas federações já apresentavam um grau de organização que não se relacionava prioritariamente a alguns princípios do amadorismo adotados pelo COI.

Até recentemente se pode perceber que algumas modalidades resistiram individualmente em admitir que os atletas profissionalizados pudessem competir no evento olímpico. Em outras ainda buscam mecanismos específicos para regular a participação, objetivando evitar que as seleções principais estejam presentes nos Jogos Olímpicos, como é o caso do futebol (SALLES, 2004). Até a década passada se observa uma tensão entre os dirigentes da FIFA e do COI, quanto ao tratamento do atleta de futebol no decorrer dos jogos¹³.

Para a competição de futebol, presente desde 1900 (Paris), foram adotadas medidas distintas para a participação das equipes ao longo da história dos Jogos Olímpicos. Em 1984, o COI permitiu a inscrição de atletas profissionais, desde que não tivessem competido em Copa do Mundo¹⁴. A partir de Barcelona/1992, as seleções puderam contar com três jogadores acima de 23 anos, independentemente de terem ou não disputado mundiais. Desta forma, o regulamento específico do futebol passou a permitir que três atletas integrantes das seleções pudessem ser selecionados entre os principais ídolos da modalidade, independentemente de já serem atletas consagrados como celebridade esportiva mundial, desde que fosse do interesse da confederação do seu país. Interessante observar que, no caso da seleção brasileira de futebol, que participara nas últimas edições dos Jogos Olímpicos (2012 e 2016), mesmo aqueles jogadores com idade inferior aos 23 anos exigidos pelo regulamento já eram atletas profissionalizados.

Portanto, o conceito amador parece não ter sido apropriado ao futebol olímpico ao longo destes anos. Até que ponto a FIFA teria interesse em que os expoentes da modalidade participassem dos Jogos Olímpicos?

A vitória da equipe do Uruguai nos Jogos Olímpicos de Paris/1924 e Amsterdam/1928 teria provocado desconforto aos organizadores do evento que viram a hegemonia da equipe latino-americana desbancar as principais forças esportivas europeias. A tensão se deu por acreditarem que a equipe uruguaia utilizava em suas representações, naqueles jogos, atletas que eram semiprofissionais ou, ainda, atletas que eram enquadrados em uma espécie de *profissionalismo marrom*,¹⁵ contrariando os ideais olímpicos.

¹³ Para os Jogos Olímpicos de Atenas 2004, a FIFA não queira admitir que os jogadores de futebol tivessem, caso fossem pegos no exame antidoping, as mesmas punições que os demais atletas (Lance, 11 de maio/2004).

¹⁴ Lance – Enciclopédia do futebol Brasileiro. (2001). Vol 2. Arete Editorial S/A.

¹⁵ Também denominado de amadorismo encoberto, amadorismo cor de rosa, falso-amadorismo, pseudo-amadorismo, amadorismo canalha etc Ao realizar a pesquisa nos Jornais da época essas foram as expressões encontradas para referir-se aos atletas que recebiam remuneração para jogar pelas principais equipes do Rio de Janeiro (SALLES, 2004).

Diante do impasse da dificuldade de como coibir a participação dos atletas uruguaios e de outras nações que se apresentassem da mesma forma, os dirigentes do COI e mesmo os da FIFA optaram por não realizar a competição de futebol nos Jogos de *Los Angeles* em 1932 (CARDOSO, 2000)¹⁶.

Esse apoio da FIFA de negar o futebol nos jogos de 1932 já apresentava como respaldo a realização do primeiro Campeonato Mundial de Futebol no Uruguai em 1930, mesmo com a hipótese questionada sobre o perfil não amador dos integrantes da seleção anfitriã. Essa pretensão que já vinha sendo planejada desde 1905 (DUARTE, 1994), mas somente na gestão de Jules Rimet é que o projeto teve avanço¹⁷.

Entretanto, essa primeira Copa do Mundo de futebol foi boicotada pelos ingleses e seus apoiadores (Escócia, Irlanda e País de Gales),¹⁸ que ignoravam a criação da FIFA em 1904¹⁹. Ainda assim, a Copa aconteceu no Uruguai com a participação de apenas treze seleções²⁰. Acreditavam alguns dirigentes (alemães, suíços e suecos) que a presença dos ingleses era imprescindível para o evento. Por outro lado, franceses, belgas e espanhóis não tinham interesse em participar naquele momento e serem “arrasados pela técnica superior dos ‘mercenários’ das Ilhas’.”²¹ (LANCELLOTTI, 1982, p. 14).

A demora de três décadas para a consolidação dos sonhos de Jules Rimet se deveu porque o Barão de Coubertin, um de seus incentivadores, com seus ideais românticos aristocráticos pretendia que o campeonato mundial fosse uma competição para amadores. Todavia, na Inglaterra o futebol já havia se tornado profissional desde 1885, conforme aponta Lever (1983)²².

A exclusão dos atletas profissionais ocorria também no basquetebol. Somente em Barcelona/1992, foi que os Estados Unidos puderam incluir em sua equipe os principais atletas da Liga Norte-americana (NBA). Esportistas consagrados e profissionais como Michael Jordan, Larry Bird, John Stochton e Magic Johnson estiveram presentes, além das outras principais forças do basquetebol mundial. No entanto, o basquetebol brasileiro, desde muito tempo, já podia competir com suas principais forças, todos eles, desde cedo “profissionais” na modalidade, embora o esporte fosse considerado amador pela legislação esportiva brasileira.

Portanto, como entender esta lógica que admitia a participação dos atletas profissionais brasileiros, mascarados como amadores, há muito tempo, mas os diferenciava dos atletas norte-americanos? Parece que estes critérios diferenciados em cada modalidade revelavam uma tensão entre o COI e as respectivas federações, confederações nacionais e internacionais. A Liga Norte Americana de Basquetebol sempre teve algumas peculiaridades em relação às regras do jogo.

Em meados da década de 80, o relatório do Conselho da Europa (CE) (1986) apresentou sua lamentação frente às condições em que se realizam as competições. “Não são os atletas, mas as nações que se defrontam. A vitória torna-se mais uma conquista de um Estado, cujas cores triunfam, do que a pertença atlética das equipes vencedoras” (p.33).

¹⁶ Em Berlim/1936, na Alemanha, o futebol retornou aos jogos.

¹⁷ Somente em 1920, na gestão de francês Jules Rimet é que a FIFA começou a se organizar, o que conduziu à realização do 1º Mundial de futebol no Uruguai. Folha de São Paulo, 1º Fascículo. A história da Copa 15 de maio/1994. p. 2.

¹⁸ Nenhuma das potências do futebol europeu aceitou disputar a Copa de Montevideu por três motivos principalmente: (1) por razões políticas, afinal os ingleses ignoravam a FIFA; (2) os países do velho Continente preferiam que o torneio fosse disputado mais próximo; e (3) razões financeiras, pois o planeta vivia efeitos da Grande Depressão de 1929 e a viagem a América do Sul era longa e demorada, e ninguém tinha dinheiro suficiente para gastar. Ainda não havia vôo direto da Europa para Montevideu. Todavia, os organizadores uruguaios se dispuseram a pagar todas as despesas de trajeto e estada dos participantes. Suplemento Especial Isto É. 30, a Copa sul-americana. Fascículo 2. (1982). Rio de Janeiro. Isto É. p. 19.

¹⁹ Para os ingleses era uma afronta à utilização de uma denominação francesa para a Associação: *Fédération Internationale de Football Association*.

²⁰ Mesmo sem a presença dos ingleses e seus irmãos de império, os organizadores resolveram manter as regras da *International Football Association Board*. Lancellotti, Silvio (1982). O sonho de Jules Rimet. Suplemento Especial de Isto É - Espanha 82 – Fascículo 1. Rio de Janeiro. Isto É.

²¹ Referindo-se aos profissionais ingleses. Essas equipes acreditavam que os ingleses participariam do evento.

²² “Chegou a um acordo em 1885, quando a Football Association aceitou os profissionais, mas proibiu-os de servirem em qualquer comitê ou comparecerem as reuniões da associação. Ou seja, a compensação para a presença de profissionais no campo era o controle administrativo do futebol por amadores”. (p.61)

O lamento parece desconsiderar a história dos Jogos Olímpicos Antigos, conforme podemos encontrar em Mandell (1986)²³. Nos apontamentos de Mandell, desde o período greco-romano, as Polis²⁴ competiam entre si. A competição destacava, à época, a competência de uma cidade sobre a outra.

Ainda que o COI tente abafar a competição entre nações, pois entendem os organizadores que as vitórias são individualizadas, a própria estrutura dos jogos favorece que a imprensa destaque essa emulação, apresentando o quadro de medalhas e dando ênfase aos países vencedores do maior número de provas. Desde os primeiros Jogos Olímpicos Modernos a quantidade de medalhas conquistadas por cada estado-nação é destacada nos periódicos como forma de apresentar uma equipe vencedora. Essa ação dos meios de comunicações sempre teve seus propósitos frente à manutenção do interesse de seus consumidores.

Outro exemplo que caracteriza essa emulação se dá sobre as principais empresas fornecedoras de materiais esportivos para os atletas, como a matéria veiculada no jornal Folha de São Paulo: “*Reebok vence a Olimpíada das multis*”, demonstrando em uma tabela as medalhas conquistadas pelas empresas de materiais esportivos²⁵.

Possivelmente, este comportamento de destacar o quadro de medalhas ao longo dos tempos, sempre buscou refletir a rivalidade dos principais Estados-nação e a tentativa de se fazerem soberanos e superiores aos demais competidores, o que parece ter reforçado, desta forma, o ‘espírito patriótico coletivo’. Poderíamos comparar, desta forma, a estrutura dos Jogos Olímpicos como uma ‘mime-se da guerra’, todavia, uma guerra simbólica em que não existem as destruições físicas, mas travada sobre o aniquilamento emocional dos concorrentes (ELIAS; DUNNING, 1992). A própria estrutura do esporte permite este tipo de narrativa²⁶.

Neste cenário podemos presenciar ao longo dos anos que a evolução tecnológica dos aparatos esportivos e os métodos de treinamento caminharam paralelos ao desenvolvimento do esporte desencadeando uma nova dimensão para os encontros esportivos. A cada edição dos Jogos Olímpicos, novas tecnologias são apresentadas, elevando a expectativa de melhores rendimentos. Desde muito cedo a busca pela superação estava nesta ciranda que já envolvia segmentos da mídia, empresas, dirigentes, treinadores, atletas e público consumidor do espetáculo. Assim, a exigência sobre o indivíduo que representava todos os interesses, o atleta, por certo não poderia ser amadora.

²³ Durant Mandell quando publicou seus apontamentos históricos sobre a historia mundial do esporte desde o período Pré-helênico utilizou o termo ao dizer que a partido do século V a.C., que o **nobre-esportista-amador-heroi homérico** por excelência desaparece completamente da competição pública (p. 76, grifo nosso).

²⁴ Polis eram modelos de cidades-estados.

²⁵ Durante os Jogos Olímpicos de Seul, em 1988, o jornal Folha de São Paulo não se limitou a apresentar o quadro de medalhas relacionado aos países. Apresentou também um ranking de medalhas relacionado às principais empresas de material esportivo. Em uma reportagem cuja manchete foi: *Reebok vence a Olimpíada das 'multis'*, coloca a empresa norte-americana como vencedora do marketing esportivo em Atlanta. A reportagem afirmava que os atletas exclusivos da *Reebok* ganharam mais medalhas de ouro do que das empresas concorrentes:

Empresa	Origem	Ouro	Prata	Bronze	Total
Reebok	USA	19	18	16	53
Mizuno	Japão	13,5	15	13,5	42
Speedo	USA	10	7	6	23
Adidas	Alemanha	9	1	0	10
Asics	Japão	*	*	*	56

Fonte: Folha de São Paulo, 11 de agosto/1996, p.10. Números fornecidos pelas empresas. A *Nike* não divulgou seu balanço.

²⁶ Embora possa parecer uma simbologia ingênua, vem dotada de uma conotação questionável em algumas situações, dependendo do enfoque que esteja intencionado a divulgação. Como exemplo, podemos relembrar um episódio vivenciado pelo jogador de futebol Denílson de Oliveira Araújo quando pertencia ao clube espanhol *Betis* (1998-2005). Na tentativa de demonstrar seu envolvimento, acabou sendo traçado por uma narrativa que lhe causou embaraços e contestação. Ao ser entrevistado sobre o encontro com uma equipe rival do Sevilha, declarou “Temos de morrer para matá-los, massacrá-los no bom sentido da palavra”. Esta declaração foi questionada pelo *Comitê Antiviolência do futebol espanhol*, que exigiu uma retratação (Veja, 12 de março/2003, p. 49). Denílson, no entanto, disse que apenas tentava incentivar os demais companheiros para o jogo.

As manifestações esportivas passaram a representar uma fonte de propagação de poder, de competência, de prestígio, não só pessoal, mas de todos os segmentos envolvidos.

Do ponto de vista político, os Estados-nação devem permanentemente reforçar os laços de unidade e de coesão interna para garantir sua autodeterminação. A nação tem que ser permanentemente construída e o esporte neste sentido, tornou-se, ao longo do século XX e início do século XXI, um dispositivo importante na afirmação de laço de pertencimento no interior dos Estados-nação, na medida em que o esporte traz a emulação com os ‘outros’. Assim, o esporte forneceu a alteridade necessária para formar laços de solidariedade e cumplicidade interna, para além de permitir a identificação de opositores, seja interno ou externo, gerando coesão e agregação, que segundo Hobsbawm (1990) é um dos caminhos para a constituição da nação e do nacionalismo.

Os Estados-nação apropriaram-se desta possibilidade de autopromoção, através do esporte, sustentados na possibilidade das coesões que florescem no ambiente esportivo. Boudon (1995) chama de ‘socialidade’²⁷ esta capacidade humana de manter coesos os grupos e as redes. Para ele, a nação coloca o indivíduo como célula do organismo nacional. Nesta perspectiva, o esporte parece ser um espaço ideal para fundamentar e desenvolver a imagem de nação soberana e forte, para os de “dentro” e os de “fora”. Neste viés interpretativo, como manter o desinteresse dos indivíduos praticantes do esporte, quando os Estados passam a ter grande interesse nesses eventos? Por certo o amadorismo, no seu sentido lato torna-se inoperante.

A união do Estado-nação com a iniciativa privada com o propósito da promoção dos encontros esportivos também desencadeou uma contestação do Conselho da Europa (1986). O Conselho considerava esta apropriação comprometedor dos princípios que deveriam ser observados nos eventos, visto que os interesses financeiros e comerciais passaram a ser mais importantes do que as próprias competições:

Hoje em dia as mais importantes competições dos Jogos deixaram de ser desportivas, tornaram-se financeiras, comerciais e publicitárias. Milhares de firmas de todo o gênero, desde empresas de betão armado, fabricantes de cronômetros, companhias de eletrônica, cadeias de televisão, passando pelas indústrias de solas de borracha dos sapatos de desporto, estão na mira dos lucros e da publicidade que podem fazer, graças aos Jogos que cada vez mais se confundem com a feira comercial, de que se tornaram pretextos (p. 34).

Observemos, mais uma vez, que a contestação do Conselho da Europa se vincula principalmente à ideia de que o dinheiro corrói a moral e desvirtua o ‘espírito olímpico’. Nota-se, no entanto, que estas feiras comerciais e exposições apenas se adaptaram a nova realidade.

A abdicação da concepção de amadorismo, diante da rápida abertura ao profissionalismo, parece ter sido acompanhada pela influência cada vez mais frequente dos patrocinadores e pela vinculação aos meios de comunicação, principalmente a TV, que projeta no evento uma forma imediata de promoção de espetáculo em escala planetária, desencadeando uma nova concepção dos eventos esportivos. Os atletas já não podiam representar seus Estados-nações sem apresentarem alto grau de *performance* (exigência de índice e apelo pela vitória), o que demandava dedicação ao treinamento. Transformar estes homens comuns em ‘atletas’ com elevado grau de superação requer um aparato de profissionais e de tecnologias. Como exigir este elevado nível de capacidade performática do atleta sem que ele tivesse tempo para se dedicar? Nesta perspectiva, o ‘homem desinteressado’, aquele que idealizava o esporte com princípios morais e éticos – o romântico amador, forçadamente teve que ceder espaço para o ‘homem atleta’, treinado, condicionado e respaldado pelos implementos modernos.

²⁷ Boudon distingue sociabilidade de socialidade. *Sociabilidade* é “a capacidade humana de estabelecer redes, através das quais as unidades de atividades, individuais ou coletivas, fazem circular as informações que exprimem seus interesses, gosto, paixões, opiniões” (p. 65), enquanto *socialidade* é “a capacidade de manter coesos os grupos e as redes, de lhes assegurar a coerência e a coesão que os constituem em sociedades: podemos designar por morfologias as formas de solidariedade social que são a tribo, a cidade a nação...” (p. 66).

Perante este quadro as lamentações do Conselho da Europa perdiam de vista estas modificações, apesar de terem sido elaboradas já em 1986. Conforme lamentava o referido Conselho, o ‘*status*’ de esporte amador perdeu o sentido e não interessava se não pudesse demonstrar e propagar valores econômicos. As empresas e, especificamente, a TV trataram de fomentar um esporte capaz de impulsionar o consumo.

Durante os 20 anos (1952-1972) em que o norte-americano Avery Brundage presidiu o COI, ele resistiu à admissão dos atletas profissionais nos modelos que são percebidos hoje, em que não são mais camuflados os ganhos e as gratificações (FONTENELLE, 1996), e que foi assim relatado por Serbeli (1998, p. 205):

Os nostálgicos do esporte amador, incontaminados de interesses econômicos, e inclusive opositores aos mesmos, duvidam e ocultam que o esporte de massa, já desde seu começo amadorista, esteve indissociavelmente ligado ao mundo do comércio e da indústria.

Observemos que Fontenelle e Serbeli apontam que os conservadores e os nostálgicos pareciam esquecer que, desde o princípio dos Jogos Olímpicos Modernos, o envolvimento com empresas privadas estava evidente. As feiras e exposições eram exhibições de mercadorias das mais poderosas empresas capitalistas do mundo, no entanto, os primeiros jogos tiveram que se aliar a elas para conseguir despertar o interesse público; hoje ocorre o inverso.

A última tentativa oficial frente ao controle do perfil do atleta olímpico teria ocorrido no 11º Congresso Olímpico, realizado em Baden-Baden na Alemanha, em 1981, tentou novamente reacender a discussão sobre o amadorismo, considerado por alguns representantes de Federações e Comitês Olímpicos como fundamental para o resgate dos ideais olímpicos, que, segundo esses representantes, estaria se deteriorando. Todavia, mais uma vez, os discursos a este respeito não se aperfeiçoaram (COI, 1982), deixando frustrados seus defensores diante da força que o esporte passou a ter na indústria do entretenimento.

O período de administração do COI pelo espanhol José Antonio Samaranch começou logo após o Congresso Olímpico realizado em Baden-Baden, na Alemanha, em 1981. A partir desse momento, pode-se perceber uma modificação na estrutura de gerenciamento dos esportes olímpicos, onde os princípios até então relacionados ao amadorismo foram perdendo espaço perante os elevados investimentos financeiros em todos os níveis.

Apesar de todas as transformações ocorridas no perfil dos atletas e nas características dos Jogos Olímpicos, perceptíveis desde as décadas iniciais do século XX, somente a partir de 1981 é que o COI passou a responsabilidade de controle sobre o perfil dos praticantes para as federações específicas,²⁸ bem como retirou da Carta Olímpica em 1986, o termo amador.

Os argumentos estruturados por Coubertin pareciam relacionar-se a uma ideologia dominante, que via o esporte sob uma lógica puritana, romântica e destinada à celebração de uma classe de privilegiados. Observemos que o amadorismo se respaldava a parâmetros que impossibilitavam a aceitação de atletas remunerados e vinculava-se principalmente: a) ao estilo distinto de vida; b) ao desinteresse pecuniário; c) à participação pela participação; e d) ao desejo da vitória nos princípios do *fair play* (SALLES, 2004). Isto é, como não havia ganhos pecuniários, já que era pautado no respeito à vitória e na participação dentro das regras do jogo, as competições podiam prevalecer demarcando um estilo de vida de caráter nobre, o que também permitia a elevação espiritual e a prevalência da competência humana.

O próprio conceito de *fair play*²⁹ se remetia ao esporte sem interesse financeiro, conforme descreve Tavares (1999, p. 31):

²⁸ Data de inclusão de atletas profissionais nos Jogos Olímpicos: 1984 - Futebol; 1992 - Basquetebol; 1996 - Ciclismo; 1998 - Hóquei (Jogos de Inverso – Nagano – Japão). A história das Olimpíadas – Folha de São Paulo, 10 de junho/1996, p. 8.

²⁹ *Fair play* refere-se ao valor moral (individual ou coletivo) de conduta na prática esportiva. Em linha populares é considerado o jogo limpo. Para Renson (2009) teria surgido junto com o esporte moderno a partir da igualdade que todos teoricamente deveriam ter no jogo. Em linha populares é considerado o jogo limpo.

A adesão voluntária as regras esportivas, princípios e códigos de conduta, zelando pelas regras, observando os princípios da justiça, renunciando a vantagens injustiçadas, declinando ganhos materiais, enfim, todos os meios de elevar o esporte a um nível cultural realmente mais alto.

O que se pode notar é que os conceitos sobre o perfil amador não conseguiram abarcar de forma satisfatória todos segmentos esportivos (federações, confederações etc), bem como os interesses particulares dos praticantes, uma vez que podemos perceber diversas formas de engajamento, deixando-os frouxos, inoperantes, não atingindo ao longo da história os valores morais e distinções pretendidos.

Parece que, nos Jogos Olímpicos Antigos, bem como nos Jogos Olímpicos Modernos, o esporte sempre conviveu com a tensão entre os sentimentos românticos de pertencimento e a luta pela sobrevivência de indivíduos e/ou o processo de instauração de uma indústria de entretenimento. Nesta tensão sobre os distintos interesses, como separar o artista (aquele atleta que tem o dom) e o operário (aquele que necessita de trabalho) da lógica desta indústria? Os ideais esportivos fragmentam-se nesta transição e confusão entre o esporte espetáculo vinculado ao *show-business* e o esporte idealizado como representação de caráter de identidade coletiva.

A própria dinâmica do esporte, em certa medida, inibia o consenso quanto a esta definição do perfil do atleta que teria acesso aos eventos. Naturalmente, em um espaço onde diferentes projetos políticos, econômicos e sociais estão entrelaçados seria muito complicado estabelecer uma lógica comum unificada para determinar o direito à participação.

Também nos pareceu que os ideais esportivos reeditados por Coubertin não tenham saído apenas da historiografia dos Jogos Olímpicos Antigos. Suas concepções de esporte foram sedimentadas em um espaço de indivíduos privilegiados, onde o romantismo era valorizado, em que a competição se assemelhava muito aos ideais de honra e glória que alguns atletas pareciam demonstrar no passado. Coubertin desprezou, no entanto, que o indivíduo pudesse competir também pela necessidade de sobrevivência, algo que já ocorria desde os Jogos Olímpicos Antigos, ou, então reacendeu a ‘chama olímpica’ visando apenas um grupo muito específico de indivíduos. Idealizou o retorno dos jogos apenas como uma espécie de confraternização para a classe a qual pertencia. Entretanto, paralelo a esses ideais românticos e civilizatórios do final do século XIX, também já estavam presente a luta pela sobrevivência e o interesse de alguns indivíduos em se estabelecer no campo esportivo não ficaria fora deste contexto.

O esporte nesta versão moderna, rapidamente se tornou envolto pelos distintos interesses. A quem interessa na atualidade romper com os discursos de ordem romântico-amador no seio do esporte? Desta forma, a necessidade contemporânea de uma fusão entre o discurso romântico (necessária a manutenção dos ideais de pertencimento, valores morais, éticos e retóricos da mídia) e o econômico que impulsiona o esporte e seus grande eventos. Nesta lógica de interesse entre valores morais e econômicos mantem-se vivo um discurso dúbio que devido a intencionalidade do contexto e do momento tende para um dos lados.

É certo que, o poder econômico ao perceber o espaço esportivo como um eficiente local de divulgação de seus produtos acabou por transformá-lo também em uma mercadoria, uma feira de imagem muito útil à divulgação das empresas. Essa talvez seja a maior crítica dos românticos e puritanos que ainda lamentam pelo esporte que acreditavam ver no passado. A partir da entrada das empresas financiadoras os valores foram redimensionados sobre outros pontos de vista. O atleta moderno, vinculado às marcas e produtos passou a receber não apenas para a sobrevivência. Isso cria outros vieses de discussão.

Aquele espaço, inicialmente destinado à confraternização, o lazer e a recreação passou a representar uma potente fonte de renda, e naturalmente o atleta passou a entender o valor das suas façanhas. Portanto, o esporte, como ramo do entretenimento foi transformado também em um produto do trabalho humano.

O atleta aquele que demonstra produtividade e competência no espaço a qual se dedica, passou a ser uma mercadoria de grande poder nas relações de trocas, na perspectiva apontada por Karl Marx³⁰.

Obviamente, a magnitude destas transformações provocaria uma tensão entre os que entendem a necessidade de modificação das relações (atletas, clubes, empresas etc.), nesta perspectiva que se desenvolve nos últimos 35-40 anos e, aqueles que pensavam o esporte como um local de distinção, de honra e de glória.

Referências

- ANDREWS, Evan. 8 Unusual facts about the 1904 St. Louis Olympic. In: HISTORY stories, 2014. Disponível em: <<http://www.history.com/news/8-unusual-facts-about-the-1904-st-louis-olympics>>. Acesso em: 29 de agosto de 2014.
- BASTOS, José Pereira. **Desporto profissional**. Lisboa: MEC, 1985. (Coleção desporto e sociedade. Antropologia de textos; 4).
- BIOGRAPHY: Alberto Braglia. Disponível em: <<https://www.sportsreference.com/olympics/athletes/br/alberto-braglia-1.html>>. Acesso em: 21 de ago. de 2010.
- BOUDON, Raymond. **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- CONSELHO DA EUROPA. **Os jogos olímpicos e as suas perspectivas futuras**. Lisboa: MEC, 1986.
- COUBERTIN, Pierre de. **Memórias olímpicas**. Madrid: Zimmerman Associados, 1997.
- DUNNING, Eric. A dinâmica do desporto moderno: notas sobre a luta pelos resultados e o significado social do desporto. In: ELIAS, N. **A busca da excitação**. Lisboa: Disfel, 1992. p. 299-326.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **A história das olimpíadas**, São Paulo, 10 jun. 1996. p. 8,
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Reebok vence a olimpíada das multis**, São Paulo, 11 ago. 1996. p. 10,
- FOLHA DE SÃO PAULO. **A história da Copa**, São Paulo, 15 maio 1994. 1º Fascículo. p. 2.
- FONTENELLE, André. Teatro amador. **Folha de São Paulo**, São Paulo, A história das Olimpíadas. 10 jul. 1996. Fascículo 2. p. 8,
- HOBSBAWM, Eric. A produção em massa de tradições, Europa, 1870 a 1914. In: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 271-316.
- HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOLMES, Judith. **Olimpíada – 1936: glória do Reich de Hitler**. Rio de Janeiro: Ed. Renes, 1971.
- LANCE. **Aletas diferenciados**. 11 maio 2004. Edição 1204. p. 23,
- LANCE. **Enciclopédia do futebol Brasileiro**. Arete Editorial, 2001. v. 2.
- LANCELLOTTI, Silvio. O sonho de Jules Rimet. **Revista Isto É**, Rio de Janeiro, 1982. Suplemento Especial – Espanha 82 – Fascículo 1.

³⁰ Marx ao falar da transformação do trabalho humano em mercadoria questiona se seria possível comparar os diferentes gêneros de trabalho humano entre si para conduzi-los a uma medida comum. Para Marx, “A força de trabalho do homem é a força única que cria valores, e as mercadorias só são consideradas valores porque contêm trabalho humano”. (p. 15) Marx, Karl (2004). O capital: extratos de Paul Lafargue. São Paulo Conrad Editora do Brasil.

- LEVER, Janet. **A loucura do futebol**. Rio de Janeiro: Record, 1983.
- LOVISOLO, Hugo. Saudoso futebol, futebol querido: a ideologia da denúncia. In: HELAL, R.; SOARES, A. J.; LOVISOLO, H. **A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria**. Rio de Janeiro: Mauad, 2000. p. 77-100.
- MANDELL, Richard D. **Historia cultural del deporte**. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 1986.
- MARX, Karl **O capital: extratos de Paul Lafargue**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.
- O GLOBO. **Amadorismo no mau sentido**, Rio de Janeiro, 10 maio 2000. p. 32,
- PRADO, Renato Maurício. Santa Ignorância. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 ago. 2003. Caderno Especial Pan. p. 4,
- REVISTA VEJA. **Veja essa**. Ano 36, n. 10. p. 48-49, 12 mar. 2003.
- RENSON, Roland. Fair play: its origins and meanings in sport and society. **Kinesiology**, v. 41, p. 5-18, 2009.
- SALLES, José Geraldo C. **Entre a paixão e o interesse – o amadorismo e o profissionalismo no futebol brasileiro**. 2004. 482f. Tese (Doutorado em Educação Física)– Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Departamento de Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2004.
- SEBRELI, Juan José. **La era del fútbol**. Bueno Aires: Sudamericana, 1998.
- SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- TAVARES, Otávio. Referenciais teóricos para o conceito de olimpismo. In: TAVARES, O.; DACOSTA, L. P. (Ed.). **Estudos olímpicos: Programa de Pós-Graduação em Educação Física**. Rio de Janeiro: Ed. Gama Filho, 1999. p. 15-49.
- THE INTERNATIONAL OLIMPIC COMMITTEE. **Congresso olímpico**, 11., 1981, Baden-Baden. 1982.
- VALENTE, Edison Francisco. O ideal olímpico e o esporte para todos. In: TURINI, M.; DaCOSTA, L. P. (Ed.). **Coletânea de textos em estudos olímpicos**. Rio de Janeiro: Ed. Gama Filho, 2002. v. 2, p. 81-90.

Educação e Olimpismo

António Rosado¹

A educação é sempre orientada por um ideal de Humanidade, por uma axiologia, por um sistema de valores e de crenças, daí resultando uma determinada concepção de Homem e uma particular intenção de (trans)formação do Homem. Essa transformação é sempre um projecto enraizado na Utopia, sempre aberto e livre, sempre criador de humanidade. É que as utopias também se concretizam.

Na medida em que a finalidade da Pedagogia é a realização do Homem, ela é, em primeiro lugar, uma Ideologia, uma Visão, lugar de reflexão sobre o Homem no seu caminho para a Transcendência.

Não há, portanto, educação que não seja uma educação para a transcendência, que não envolva o sentido espiritual da vida, que não caminhe pelas veredas da moral e da ética. Na realidade, toda a educação é uma educação moral.

Na verdade, o Homem é sempre um homem de desejo, mais percurso do que meta; o que o move é o mal-estar provocado por uma realidade que deseja que mude, pela angústia da sua condição humana, pela presença esperada do divino. A dimensão espiritual do mais simples acto educativo pode estar oculta mas, como o ar que se respira, não deixa de estar presente.

A Pedagogia inspira-se em ideais filosóficos, em desejar para o Homem uma vida mais verdadeira, mais pura e mais bela. Os ideais de Verdade, de Bem e de Beleza, lembrando a “Pampaedia” de Coménio, fundam o nosso ideário pedagógico. Que todos sejam educados em todas as coisas e totalmente. E que o façam em pleno desenvolvimento da transcendência, tornando todos os homens, o mais possível, semelhantes a Deus.

Este ideário educativo, se predominantemente ocidental, mergulha não só no solo e mar helénico mas, também, em territórios mais distantes, nas velhas culturas e civilizações orientais. Um ideário largamente transcultural, não-contingencial, que nos remete para a essência do humano, para um sentido do caminho da humanidade, para níveis de universalismo que importa desocultar.

A Pedagogia será sempre, em primeiro lugar, um projecto axiológico, pois, na realidade, não há meios que o sejam senão para atingir um fim, não se tratando, tão-somente de ensinar bem mas de ensinar para o bem, como esclarece J. Bento (1996).

A Pedagogia deve ser entendida, referimos M. Patrício (1983), como uma teoria e uma prática, como reflexão e como pesquisa, sendo a teoria o resultado dessa pesquisa e dessa reflexão e daí resultando, em interação dinâmica, a prática, entendida como um trabalho permanente de transformação do indivíduo.

É nessa medida que é um saber e um saber fazer, uma ciência e uma tecnologia, uma ciência e uma arte.

Neste sentido, como afirma M. Patrício (1983) ela é, talvez, a mais digna de todas as ciências e a mais importante de todas as atividades.

O facto de a Pedagogia ser uma ciência fortemente normativa determina que o pensamento filosófico lhe seja fundamental. As suas fundações ou bases filosóficas são deste modo imprescindíveis na vigilância da sua actuação prática, da sua outra dimensão, a empírica.

Toda a história do pensamento pedagógico revela-se-nos como uma obra de filosofia e de poesia incessante. Ilumina-a a moral, a arte, a ciência e a acção. A educação quer-se, desde Platão e Sócrates, activa, irónica e maiêutica, autodirigida, orientada para o “mestre interior”, para a descoberta de si, dos outros, do mundo, do transcendente. Quer-se, também, integral, harmoniosa, de desenvolvimento equilibrado de todas as dimensões da natureza humana, caminhando para a autonomia dos Homens, para dar ao “corpo e à alma” toda a beleza e perfeição de que são capazes.

¹ Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa (ULisboa), Portugal.

A educação envolve-se com a formação do carácter, no seu sentido mais amplo, de educação das virtudes, da excelência. Alcançar a excelência é o objectivo da educação, ou seja, da Pedagogia. Falar de Pedagogia é falar do Humano.

É deste modo que entendemos o Olimpismo, como uma Pedagogia. A Pedagogia Olímpica é uma parte da Pedagogia, como ela, não deixando de visar a realização do Homem, a sua transformação, de se colocar ao serviço da construção do Homem. A missão da Pedagogia do Desporto, retomando o pensamento de J. Bento (1996) é a de fundar todos os contextos intencional ou potencialmente educativos como oficinas de humanidade e de humanização dos humanos. No Olimpismo mais do que da energia física é do domínio da energia espiritual que se trata.

Educação e educação olímpica

O Olimpismo, ideologia ou filosofia que anima o Movimento Olímpico, estrutura-se em torno dos princípios olímpicos, apresentados na Carta Olímpica Internacional, princípios que devem ser vistos como guias para alcançar os ideais e o espírito olímpicos.

O espírito olímpico personifica-se como amizade, solidariedade, *fair-play*, compreensão mútua, reafirmando que o mais importante no Desporto não é vencer, mas participar. O Olimpismo valoriza a promoção da ética desportiva, e dedica os seus esforços a garantir que, no desporto, o espírito de *fair-play* prevalece e a violência é proibida. Envolve-se, desse modo, na luta contra a dopagem procurando evitar todas as situações que coloquem em risco a saúde dos atletas ao mesmo tempo que se opõe a qualquer abuso político ou comercial do desporto e dos atletas. O Olimpismo envolve, também, o desejo de uma participação alargada de toda a população no desporto (permitindo a todos, em todos os países, a oportunidade para praticar desporto, retirando dessa prática os múltiplos benefícios que dela podem resultar), valorizando o desporto como promotor de um conjunto de virtudes entre as quais o desejo de justiça, a honestidade, a empatia e o respeito pelo outro, a valorização das habilidades e dos sentimentos dos outros desportistas, quer se ganhe ou perca, a promoção do intercâmbio cultural (criando oportunidades para os participantes e os espectadores apreciarem o modo de vida dos outros participantes), o entendimento internacional (superando as diferenças entre as pessoas no que se refere a religiões, crenças, raças, posicionamentos políticos e incentivando atividades que ajudam as pessoas com *backgrounds* diferentes a entender e valorizar o outro).

Em outras palavras, o Olimpismo representa uma visão humanista da vida que pode ser concretizada através do desporto quando este é praticado para o desenvolvimento harmonioso do corpo, da vontade e da mente. Trata-se, assim, de um projeto de promoção da Excelência Humana.

Muitos destes seus ideais educativos foram formulados na Grécia Antiga. Os métodos activos fundam-se no pensamento de Platão e Sócrates. A própria ideia de educação integral, tão cara à Educação Nova e ao actual pensamento pedagógico, terá, aí, a sua origem.

Por outro lado, na educação olímpica se recorda, com facilidade, os ideários pedagógicos da Educação Nova. Nela reconhecemos a orientação naturalista, a valorização da afectividade, da experimentação e da acção, do divertimento, do prazer e do jogo, da autonomia do educando. Reconhecemos, no ideário da educação olímpica, o carácter activo da aprendizagem e a valorização da aprendizagem em grupo. Vemos, no seu discurso, desfilar, a nossos olhos, e de memória, pedagogos como Rousseau, Pestalozzi, Froebel, Maria Montessori, Ovídio Decroly, John Dewey, Claparède, entre tantos outros. Entre os pedagogos portugueses como João de Barros, António Sérgio, Faria de Vasconcelos e Leonardo Coimbra, também entre outros, reconhecemos, com formulações e ênfases diversas, o mesmo ideário.

Neste sentido, a educação olímpica recolhe, não exclusivamente, o essencial do ideário olímpico antigo como a matriz do seu pensamento pedagógico. Esta recolha, não é, no entanto, passiva e actualiza-se com as contribuições pedagógicas da modernidade. O olimpismo moderno só em parte é obra do seu criador primeiro. A criação é, sempre, apenas, o princípio. Desse modo, deve ser entendido como uma co-criação, algo a reconstruir e a aprofundar num diálogo histórico que não só a reescreve como preenche os vazios e as lacunas da sua própria narrativa.

É um ideário moderno e em constante mutação, acompanhando os tempos novos de um homem que, no tempo, se vai renovando no seu projecto de Ser.

Neste sentido, o Olimpismo deve ser visto como uma pedagogia aberta, provisória, porosa, que admite considerável transformação em função das circunstâncias, permitindo aprofundar as questões ao sabor das exigências dos tempos e dos problemas dos homens. É também essa orientação que permitirá manter acesa a chama humanista que o ilumina.

Na nossa concepção, a educação olímpica, também não pode ser vista apenas como um conjunto de ações intencionais e planificadas, devendo estender-se o conceito de pedagogia aos processos educativos informais e aos efeitos não-planeados e não intencionais, fruto da socialização e das circunstâncias, ocorrendo, portanto, também, nas práticas físico-desportivas mais informais. O Olimpismo, não é, também, algo que diga respeito somente às crianças e aos jovens, envolvendo adultos e pessoas idosas, pessoas doentes e pessoas deficientes, as pessoas que fazem desporto e as que o deviam fazer.

O Olimpismo deve ser visto, simultaneamente, como um espaço da vida, como um aqui e agora, como presença diária nos lugares que habitam o desporto, e não como algo transcendente à vida humana, como reflexão inútil e circunscrita a um mundo onde ninguém vive. Trata-se de uma reflexão e de uma práxis para um mundo concreto e uma visão, um imaginário para o futuro.

De qualquer forma, será sempre passível de várias leituras, de vários diálogos. Diálogo principal, certamente, com o desporto, mas, também, com a cultura, com a arte, com a literatura, com a poesia, com a espiritualidade, com os quotidianos.

O contributo da Educação Olímpica para a Educação, para a Pedagogia, traduz-se no reforço do compromisso do desporto com o desenvolvimento, com a educação, com a promoção de valores e com a possibilidade deste desenvolvimento ocorrer, também, no terreno desportivo.

O Olimpismo recorda-nos que é necessário combater a “passividade” instalada em torno da educação para os valores. Lembra que a educação para os valores se funda, em primeiro lugar, numa autorreflexão, activa, crítica, incidindo sobre os nossos valores e atitudes, sobre a nossa própria identidade e projecto de vida e sobre o alinhamento, a coerência, entre estes níveis com o plano comportamental.

Naturalmente pode ser inquietante aceitar esta responsabilidade no âmbito das práticas desportivas quotidianas, estimulando nos diversos protagonistas do desporto uma posição dilemática, de interrogação e interpelação inquieta. Mas também pode ser um desafio redentor, uma reconstrução do nosso modo habitual de viver o desporto que permita mergulhar em níveis mais profundos de desenvolvimento humano através do desporto.

Na realidade, falar de valores, hoje, é, em muitas circunstâncias, um acto de resistência. A pedagogia olímpica é (deve ser) um desses actos de resistência, de persistência, de abnegação e vontade de continuar a reflectir sobre o Homem, sobre novos projectos de construção da humanidade, de construção do homem e de concepção e construção do Desporto ao serviço desse ideário.

Olimpismo como educação descolarizada

O sistema educativo formal, com a presença omnipresente da Escola, deve ter um papel decisivo no desenvolvimento pessoal e social, no desenvolvimento de competências de vida e no desenvolvimento moral e do carácter. Este alinhamento com os valores deve passar, também, pelo aprofundamento das possibilidades educativas dos valores olímpicos na formação dos jovens. Os jovens devem familiarizar-se com os valores olímpicos nas diferentes etapas e espaços do seu percurso educativo. O tema “Citius, Altius, Fortius” está profundamente alinhado com os objectivos da Educação Física. A filosofia e os valores do Olimpismo fazem parte da doutrina da Educação Física tendo expressão em diversos desenhos curriculares, ainda que, na maioria das vezes, se expresse, apenas, através do “currículo oculto”.

Sublinhemos, no entanto, que o projecto educativo da Escola em matéria de educação para os valores em geral e para os valores olímpicos em particular, não é só da responsabilidade da Educação Física e do Desporto Escolar. Se o Desporto é o meio privilegiado para alcançar esses valores, ele não

deixa de ser, apenas, um meio. O Desporto não é, assim, um fim em si mesmo, e outros meios, nomeadamente outras áreas curriculares, podem constituir espaços de formação para os valores que o olimpismo preconiza.

Sublinhe-se que o Olimpismo, como conteúdo formativo, envolve dimensões históricas, culturais, estéticas, sociológicas, políticas, económicas, filosóficas, morais e desportivas e pode ser objecto de diversas abordagens, quer disciplinares, quer interdisciplinares, quer transdisciplinares.

Na realidade, a educação olímpica é um projecto de educação integral, “... uma filosofia de vida que exalta e combina, em harmonia, as qualidades do corpo, a vontade e o espírito. Aliando o desporto com a cultura e a educação, o Olimpismo propõe-se criar um estilo de vida baseado na alegria do esforço, no valor educativo do bom exemplo e no respeito por princípios éticos fundamentais e universais” (COUBERTIN, 1918).

Entre os seus valores educativos, Szymiczec (1969) destaca o seu valor cultural, representando o olimpismo uma parte muito significativa da nossa história cultural e um legado artístico e estético muito significativo, e o seu valor humanístico, no seu apego à liberdade, à honestidade, à amizade, à paz, ao espírito de superação, à valorização do autoconhecimento, da disciplina, da fraternidade e da sã convivência social e internacional no culto pela cooperação, tolerância e amizade internacional.

Mais do que o aperfeiçoamento físico e que a adopção de estilos de vida saudáveis, o que já não seria pouco, a educação olímpica é um projecto de educação social, cívica, de educação intercultural, alicerçada nos valores da fraternidade, da camaradagem, da convivência social, na cooperação, no respeito e na compreensão mútua, na amizade internacional, no combate à discriminação em função de características como, entre outras, a nacionalidade, a etnia e o género.

Por outro lado, do ponto de vista individual, enfatiza competências de vida tidas como fundamentais: o valor do autoconhecimento, do autocontrolo, da auto-realização, de valorização do esforço, da perseverança, do auto-aperfeiçoamento, da harmonia pessoal.

A educação olímpica enfatiza, ainda, numa dimensão de transferibilidade, o desejo de que esses valores se transfiram para outras esferas da vida da pessoa, formando não exclusivamente o desportista, mas o Homem.

O seu desejo é promover competências humanas que estão muito para além da prática desportiva e se aplicam aos outros domínios da vida humana.

A Pedagogia Olímpica deve ser entendida, neste contexto, como um projecto formativo para a escola como um todo, envolvendo a totalidade da comunidade escolar, as múltiplas áreas curriculares e os seus diversos agentes.

Reconheça-se, deste modo, que a Educação Olímpica envolve objectivos e conteúdos transdisciplinares, de assinalável transversalidade, que comprometem não exclusivamente a Educação Física e o Desporto mas, também, todas as áreas da formação do homem, todos os espaços em que esta se pode concretizar.

Não é, importa sublinhar, um projecto educativo exclusivamente para os estudantes, os desportistas ou para os jovens. É um projecto para todas as pessoas, de todas as idades, qualquer que seja a sua condição. Deve ter lugar na Escola, com presença visível nos programas de Educação Física e de Desporto Escolar; deve ter lugar, saliente, nos clubes, nas associações, nas federações e nas estruturas governamentais de gestão do fenómeno desportivo. Deve afectar os critérios de gestão e administração do desporto, a organização desportiva, a organização de eventos, os regulamentos das competições, os códigos de ética profissional dos diversos agentes desportivos, as práticas dos dirigentes, dos treinadores, dos desportistas e dos outros diversos agentes envolvidos.

A educação olímpica não se caracteriza, pelo menos no essencial, que também os há, por um conjunto de conteúdos, mais ou menos determinados, nem tanto por uma didáctica ou uma metodologia concreta e, muito menos, pela existência de profissionais ou espaços particularmente capacitados para a desenvolverem. Em todos os ambientes sociais se aprende e educa. Todos somos educadores, todos somos responsáveis. Trata-se de um projecto de educação “desescolarizado”, que exige a cooperação activa da família, da escola, dos meios de comunicação social, das diversas organizações sociais.

É um projeto que se dirige, também, aos espectadores, aos consumidores do fenómeno desportivo e, genericamente, a todas as pessoas ao longo da sua vida. É um projecto educativo de responsabilidade pública. É pedagogia “pública” transmitir conhecimentos e criar as bases de um projecto de vida que concretize os imprescindíveis processos de socialização dos indivíduos, mas que desenvolva, também, cidadãos críticos, responsáveis, promotores de um mundo mais civilizado, críticos com os defeitos do presente e comprometidos com o desenvolvimento da sociedade.

A educação olímpica é, também, uma educação ecológica. Ecológica, esclarecemos, não somente porque equacione, como o faz, cada vez mais, as relações do Homem com o Ambiente, dimensão emergente da nossa responsabilidade colectiva, mas porque deve considerar o conjunto das influências sócio-ambientais que podem afectar o desenvolvimento do seu projecto formativo integral.

Ofuscação do futuro pelo presente e pelo passado

O valor cultural, social e educativo do Desporto e do Olimpismo em particular, é, muitas vezes, ofuscado pela realidade vivida nas práticas quotidianas que caracterizam a realidade dos Jogos Olímpicos e de que os *media* vão dando conta.

Muitas dessas realidades são profundamente deseducativas. A história do Olimpismo está saturada de acontecimentos desta natureza. A violência dentro e fora dos estádios, a ênfase exagerada na competição, a procura “a todo o custo” dos *records*, a corrupção, a dopagem, o sexismo, a xenofobia, a excessiva comercialização do humano que se sente e a alienação que se presente, determinam a desconfiança, o cepticismo, acerca do Olimpismo e dos seus valores. O Olimpismo aparece, para os seus críticos, como um anacronismo, destacando que os seus “princípios fundamentais” fornecem pouca orientação para a ação e que as suas inconsistências e contradições reduzem o seu valor como sistema de ideias. Os críticos argumentam mesmo que o Olimpismo é uma falsa ideologia, instrumento de um movimento cuja força motriz é a busca de poder, prestígio e lucro. Muitos criticam, também, os jogos por se terem tornado uma manifestação grotesca de hipocrisia internacional e de corrupção no mundo moderno. Naturalmente, não é o ideal do olimpismo que está a ser criticado, mas sim a forma como esse ideal é instrumentalizado. Neste contexto é o processo que deve ser posto em causa, não esses ideais.

Tais práticas exigem um combate activo e um desses instrumentos de combate não pode ser outro senão a própria pedagogia olímpica, entendida como estrutura de desocultação, de resistência, de crítica, de reserva de ideias directoras para as práticas dos indivíduos e das organizações que configurem o pleno desenvolvimento do humanismo latente nas práticas olímpicas.

A pedagogia olímpica deve, portanto, ser uma pedagogia crítica, vigilante; a estrutura de vigilância do Olimpismo. Educar para o Olimpismo é, também, portanto, desenvolver competências de análise crítica dos fenómenos políticos e socioculturais que a actividade física e desportiva representa, num compromisso para a eliminação de situações em que os ideais olímpicos não se concretizam na sua plenitude.

Nesta perspectiva, o Olimpismo deve ser entendido, também, como um projecto de mudança social. O Homem é um “ser político”. A reflexão, a investigação e a ação deverão permitir combater as diversas formas de exclusão e alienação que as actividades desportivas encerram: combater a violência, a corrupção e a dopagem, exige referências pedagógicas importantes na organização e gestão das práticas desportivas. Combater o sexismo, o racismo e as diversas formas de xenofobia, as formas alienantes de cultivo de certas imagens e configurações corporais, são, entre outros, desafios do passado e do futuro.

Discutir os valores, comprometer-se com os valores e combater as práticas que os renegam, eis um dos objetivos da educação olímpica. Considerar desde as influências mais imediatas, passando pela política educativa e pelos níveis estruturais de organização do desporto, da cultura e da sociedade é-lhe imprescindível. É, assim, literalmente, um projeto político.

Como concretizar a utopia?

A pedagogia olímpica moderna, mais do que respostas deve fazer perguntas. De pergunta em pergunta, inquieta e reflexiva, a pedagogia olímpica não é um caminho de certezas, é, fundamentalmente, de natureza interrogativa. A pedagogia é procura, questionamento, reflexão. E é nesse sentido que é parte fundamental da promessa de humanidade que o olimpismo representa. A natureza do mais simples acto pedagógico é interrogativa.

A Pedagogia Olímpica vale mais pela arquitectura global do seu projecto do que pela sua práxis, pela sua implementação concreta no terreno social e histórico. É nessa dimensão, pedagógica, na utopia do projecto que representa, que lhe encontramos o seu maior valor.

Os seus objetivos devem ser entendidos como ideais utópicos, fornecendo, paralelamente, pistas para a acção. E é aí, no carácter geral dos seus conceitos, dos seus princípios, que reside o seu universalismo e encontramos o essencial dos seus méritos.

Uma educação olímpica deve ser uma educação progressiva, que imagine o futuro, que encare novas possibilidades de concretizar a sua missão. Há, na pedagogia, mais para inventar do que para descobrir. A pedagogia olímpica deve, portanto, nascer da estimulação da imaginação, deve encontrar novos meios de se concretizar nos novos futuros da humanidade.

Reconheça-se, também, que esse ideário tem tido lato protagonismo e se tem concretizado na vida dos povos, tem sido espaço de criação, de reconhecimento, de liderança, fonte de Dignidade Humana.

Olhar para o Desporto atual, para o Homem atual, reinventando-se, exige construir uma nova “didáctica” que operacionalize a possibilidade de concretizar os seus ideais. É a “norma” didáctica que permite a sua implementação nas circunstâncias concretas da vida dos desportistas, pelo que teremos de olhar, com maior atenção, para a sua didáctica, para o seu instrumentário, isto é, para o conjunto de estratégias, de métodos e procedimentos que permitem a concretização do projecto de educação olímpica. A tarefa não é fácil.

A Didáctica Olímpica, inspirando-se na sua Pedagogia, deve encontrar na Ciência, na Tecnologia e na Cultura, os meios de que necessita para concretizar o seu projeto pedagógico. Neste sentido não haverá Olimpismo sem Ciência. Não tem sido, aliás, a Ciência, uma das grandes obreiras dos sonhos da humanidade?

Essa didáctica olímpica a que nos referimos e que temos visto pouco abordada, deve inspirar-se, sendo essa uma das suas fontes fundamentais de produção de saberes, na investigação científica e tecnológica, na análise dos paradigmas e metodologias que têm vindo a desenvolver-se, nomeadamente, no âmbito da educação para o desenvolvimento pessoal e social, da educação moral e ética, do desenvolvimento de competências de vida e do desenvolvimento social. Os conhecimentos aí produzidos são de vital importância para a concretização dos ideais olímpicos e o Movimento Olímpico não pode esquecer essa preciosa fonte de inspiração para as suas práticas formativas. Infelizmente, sendo fundamental, só o discurso filosófico e pedagógico não será suficiente.

Também a Cultura tem um lugar privilegiado. Tutelada pela ciência, a pedagogia olímpica não deixa de ser artesanal (arte sã), objetiva e imaginária, livro de estudo e trabalho intelectual. A educação, ainda antes de ser do domínio da ciência, é do domínio da arte, fundando-se não na prosa, mas na poesia. Exige que se reconheça, como afirmava o poeta Teixeira de Pascoaes, “A essência das coisas é de natureza poética, e não científica”. Está, por isso, mais perto da Alma.

Nesse grande teatro do mundo que é o Desporto, pleno de personagens, de temas, de estórias, laboratório do humano, a educação olímpica é tutelada pela vida e pela arte.

Esta teatralidade não é enganadora, há uma gramática estética, cultural, antropológica que pode revigorar o Desporto. Dostoiévski perguntava: haverá uma beleza que nos salve? Se educar é educar para os três transcendentais de Kant, o bem, a verdade e o belo, a educação olímpica não poderá deixar de ser um projeto de educação para o Belo, ou seja, um projeto ativo para se perceber o desporto como agente

e lugar de cultura e de arte. Pela beleza e pela arte percebemos que a vida é mais do que uma luta pela sobrevivência, que o desporto é expressão de vida superior. O Belo e o Bem caminham a par na construção do Homem.

Bem sabemos, no entanto, que pensamento contemporâneo oferece resistência às definições abstractas do que é belo (ou bom ou verdadeiro), acomodando-se mal a qualquer axiologia.

Deste modo, o Olimpismo pretende construir o Desporto como uma proposta culturalmente relevante, sendo, para tal, necessário um diálogo permanente com as artes. Na realidade, a sua mensagem, o seu ideário, a sua identidade, só se expressará verdadeiramente através da cultura.

O visível divórcio cultura-desporto terá que ser ultrapassado para garantir a própria sobrevivência do desporto.

Na realidade, na medida em que o Olimpismo é um projeto de humanidade, um projeto de felicidade, teremos de reconhecer a importância do Belo na construção da felicidade. Dizia Keats (1973) que uma coisa bela é uma alegria para sempre.

A recuperação do valor da beleza pode oferecer um caminho de mediação no sentido de desporto mais humanizado. O Olimpismo deve, assim, ser lugar de cultura, de valorização do Belo, um belo visto como património, mas, também, como capital, como futuro, o ideal tornado visível de Platão. Tal exige, no entanto, a resistência de reiterar o nosso empenho pela educação axiológica, na procura da *aretê* humana.

Olimpismo e interculturalidade

As novas geografias do humano devem caber na educação olímpica, deste modo, cumprindo a sua missão fundamental de ponto de diálogo inter-civilizacional. Conscientes de que a sociedade atual caminha vertiginosamente para um processo de crescente globalização, graças ao inevitável, e desejável, encontro entre diferentes culturas e povos, reconhece-se que caberá, também, ao sistema desportivo participar neste processo de construção societária.

A Educação Olímpica dirige-se ao Homem Intercultural, contribuindo para que haja efetivamente igualdade de oportunidades baseada no respeito, na diversidade e no pluralismo, elementos fundamentais do ideário olímpico.

As transformações socioculturais onde a diversidade e a pluralidade de ideias e de formas de estar imperam impõem novos entendimentos acerca do papel do desporto o qual terá de considerar, inevitavelmente, as mudanças do mapa cultural de forma a dar resposta às novas questões de cidadania. Com referência a Cortesão et al. (1991), o conceito de intercultural é visto como um percurso agido em que a criação da igualdade de oportunidades supõe o (re)conhecimento de cada cultura, garantindo, através de uma interação crescente, o seu enriquecimento mútuo.

Neste sentido, quando falamos de educação intercultural referimo-nos a uma atitude pedagógica com dimensões e objetivos próprios, destacando-se a adaptação de processos educativos em contextos de diversidade cultural; uma maior capacidade de comunicar entre pessoas de culturas diferentes; uma melhor compreensão das culturas das sociedades modernas e uma melhor capacidade de participar na interação social, promotora de identidades e de cidadania.

A educação para a sociedade multicultural (ética, anti-racista, não discriminatória) pressupõe uma ideologia pedagógica de respeito pelos diferentes povos, suas formas de vida e seus valores; de valorização e implementação efectiva da interação entre os diferentes grupos culturais; a valorização da igualdade de oportunidades e a equidade social fundada numa justa distribuição do poder.

Com base neste quadro de referência, a educação olímpica constitui, simultaneamente, um processo e um percurso, os quais assentam na partilha, no respeito e na valorização da e pela diversidade cultural, procurando pôr fim a preconceitos e discriminações. A educação olímpica tem por finalidade o pluralismo de oportunidades e de expressão, vendo a diversidade como uma riqueza a preservar e a explorar educativamente, afastando o primado de uma cultura sobre outras.

Olimpismo e educação pessoal e social

No âmbito da Pedagogia Olímpica existirá, sempre necessidade, como já tentámos destacar, de intervir sobre a educação moral, sobre a educação do carácter, sobre a qualidade moral das decisões e do comportamento individual.

Importa reconhecer, no sentido de otimizar essas intervenções, seguindo Campbell e Bond (1982), que o carácter é determinado por variáveis como a hereditariedade, as experiências da infância, a modelação pelos adultos significativos, pela influência dos pares, pelo meio físico e social, pelos *media*, pelos ensinamentos produzidos nas organizações de pertença (família, escola, igrejas etc.) e pelas situações e papéis específicos que o indivíduo vai assumindo na vida.

No âmbito desta problemática, da educação para os valores, muitos programas têm sido, na última década, desenhados na perspectiva de influenciar o desenvolvimento de valores morais.

Muitos têm equacionado os contributos do desporto, por exemplo, na educação do carácter (SHIELDS; BREDEMEIER, 1995). No entanto, embora exista algum suporte empírico sobre o valor do desporto neste desenvolvimento, existe, também, a ideia de que efeitos contrários podem acontecer (DANISH; PETITPAS; HALE, 1990, 1993).

Na realidade, parece que a diferença dos seus efeitos sobre o desenvolvimento pessoal e social dos desportistas tem menos a ver com a prática em si mesma e mais com a filosofia das organizações desportivas, a qualidade dos processos de orientação do treino, a natureza do envolvimento parental e das experiências e recursos individuais dos participantes (SMITH; SMOLL, 2002).

No que se refere à Educação para os Valores, algumas estratégias parecem ter impactos significativos sobre o desenvolvimento do carácter: as actividades devem ser dirigidas por adultos que exercem a sua autoridade de forma firme, sensitiva e imaginativa, revelando-se comprometidos tanto com o desenvolvimento das competências desportivas como com o desenvolvimento do carácter, sendo exigentes, em ambos os domínios, não só com os praticantes, mas, também, consigo mesmos.

Essa direcção das actividades deve concretizar-se num contexto que mantenha a disciplina através de códigos disciplinares claros e aceites como legítimos (WYNNE, 1989).

Por outro lado, esse ambiente deve ser estruturado para que os praticantes tenham diversas possibilidades de praticar comportamentos pró-sociais, fornecendo-lhes formas de reconhecimento dessas boas condutas. As boas práticas sugeridas envolvem a criação de condições para que os praticantes vivam um conjunto de papéis que valorizam, dentro de um grupo afectivamente investido, em ambientes onde exista aceitação pelos pares e sentimentos de pertença (PETITPAS; CHAMPANGNE, 2000).

O clima emocional percebido e a sua correcta gestão representa um pano de fundo estruturante da possibilidade de afectar o desenvolvimento de valores.

Um outro elemento, referido como fundamental, é o envolvimento em actividades voluntárias, onde existem objectivos, regras claras e incentivos de natureza profundamente intrínseca. Tal significa que as indicações para a gestão da motivação que suporte este desenvolvimento estruturam-se em torno da ideia de que os atletas deverão ser envolvidos em actividades intrinsecamente motivantes, desafiadoras e percebidas como suficientemente importantes para merecerem consideráveis níveis de tempo e esforço. O clima motivacional transforma-se, assim, numa variável decisiva para a optimização do processo de formação moral.

A este propósito refira-se que existe considerável suporte para o tipo de ambiente de aprendizagem que é mais adequado para promover a autoestima, a persistência e o desenvolvimento de competências (DUDA, 1992). Essa evidência sugere que pais e treinadores que colocam a ênfase em motivações externas como ganhar, comparar-se com os outros ou o reconhecimento público, podem criar uma orientação para o ego ou um ambiente focado na *performance* que é menos propício para o desenvolvimento psicossocial.

Pelo contrário, pais e treinadores que colocam a ênfase no esforço, na autossuperação e na motivação intrínseca criam um ambiente de orientação para a tarefa e um clima de mestria que apresentam melhores condições de facilitação de uma ética do trabalho, a persistência face aos erros e aos desapontamentos,

o empenhamento e a motivação intrínseca bem como o desenvolvimento de competências de vida positivas (LARSON, 2000). Este tipo de motivação propícia, ainda, a criação de ambientes psicologicamente seguros, onde os praticantes estão mais dispostos a correr riscos e a aprender com os seus erros (DANISH et al., 1993).

A educação olímpica deve sublinhar, também, que é impossível a perfeição e, desse modo, envolver-se, também, no elogio da imperfeição (que não é mais do que o elogio do humano, ser imperfeito), a verdade humana. Na realidade, a verdade humana é a fragilidade. Somos seres provisórios, inacabados, imperfeitos. E o que é maior em nós é a busca da perfeição, da maturidade, da excelência, a capacidade de transformação permanente, pela perseverança e pelo esforço. Esse é que é verdadeiramente o ideário olímpico.

O Olimpismo é um projeto que visa permitir ao homem crescer, desenvolver-se, ultrapassar-se. No Olimpismo, tudo é caminho. E é com as falhas que se aprende.

Na realidade, o desenvolvimento psicossocial parece ser facilitado se (a) os praticantes estão envolvidos numa actividade desejada, (b) enquadrados por adultos preocupados e pertencendo a um grupo ou comunidade positiva, que não têm medo de desafiar e exigir excelência, possuindo, simultaneamente, elevados níveis de expectativa positiva e de tolerância ao erro e à diferença, (c) aprendendo competências e habilidades que são importantes para a vida.

Acresce, ainda, a necessidade da existência de sistemas de símbolos, de cerimónias, de actividades, que favoreçam o desenvolvimento de identidades colectivas, factor fundamental de desenvolvimento pessoal e social.

A educação para os valores olímpicos parece exigir, como se induz, um ambiente ou contexto onde os jovens possam desenvolver o sentido de iniciativa e liberdade, fornecendo a motivação interna promotora da persistência, da criatividade, do altruísmo e dos compromissos cívicos. Por outro lado, essa formação só é possível num ambiente que forneça oportunidades de ganhar confiança nas suas capacidades para as usar em outros domínios.

Importa, no essencial, que os desportistas sejam ajudados a identificar as competências exigidas no mundo do desporto que podem ser transferidas para outros ambientes, criando oportunidades para utilizarem essas competências em diferentes contextos, fornecendo-lhes suporte e encorajamento para assim procederem. É, aliás, essa possibilidade, o sentido último da Educação Olímpica. Tal exige a criação de um ambiente didáctico moral.

A potenciação deste ambiente moral resulta da qualidade das relações, comportamentos e expectativas dos adultos e mentores, em particular, os pais e os treinadores. A este propósito, Perkins, (1997) refere que o envolvimento parental tem claros benefícios no que se refere ao desenvolvimento psicossocial e moral através do desporto e que, para garantir a potenciação desse contributo, os pais, sem serem intrusivos, devem demonstrar um interesse activo nas actividades dos jovens. Aberto à participação dos pais e de outros adultos, a intervenção sobre a formação do carácter não deixará de procurar agir junto destes no sentido de colmatar as suas próprias formas de resistência a essa formação.

Na realidade, importa que as relações interpessoais sejam de suporte a essas aprendizagens, que exista uma exposição aos valores sociais, que existam interacções entre pares, que exista reflexão e discussão acerca de assuntos morais, que existam experiências que promovam a compreensão dos outros, a empatia, a responsabilidade pelos outros e o empenhamento e desejo de aperfeiçoamento contínuo até a excelência em todos os aspectos da sua formação.

A educação olímpica não se pode fundar, exclusivamente, no conhecimento moral, no conhecimento das regras do *fair-play* ou dos valores olímpicos, antes resultando da criação de um ambiente de convivialidade, de um clima afectivo seguro e de um ambiente ético partilhado. A educação olímpica efectiva tem de considerar a racionalidade e a afectividade, uma dimensão de conteúdo ou de conhecimento e uma dimensão de reflexão e apreço.

Ryan e Lickona (1987) sublinham, fundando as ideias acima expostas, que o carácter envolve três componentes fundamentais; o conhecimento, o afecto e a acção, daí resultando indicações fundamentais para a intervenção do formador desportivo neste domínio. O conhecimento moral implica, para os autores,

o conhecimento dos valores morais (reconhecidos como válidos numa determinada cultura local, nacional ou universal), o raciocínio moral (respondendo às questões da crítica aos valores), as estratégias de decisão, a imaginação moral e o juízo judicioso.

Por outro lado, Ryan e Lickona (1987) referem, ainda, que a dimensão afectiva da moralidade se determina pela identificação pessoal com os valores, pela atracção por esses valores, pelo compromisso e lealdade para com esses valores, pela existência de sentimentos de culpabilidade pela infidelidade a esses valores e pela empatia pelo sofrimento dos outros.

Os autores consideram a vontade, as competências de intervenção e o hábito como factores determinantes da acção moral.

Também para Cunha (1996), o desenvolvimento moral exige raciocínio moral, controlo do comportamento, afecto e preocupação com os outros. Exige, ainda, que se considerem os hábitos e o conhecimento da tradição como factor essencial na formação da consciência.

Na realidade, a formação em valores, o desenvolvimento moral, inclui o conhecimento dos valores consensuais da comunidade desportiva (os valores olímpicos, por exemplo), a identificação com esses valores e a valorização de hábitos e atitudes socialmente relevantes.

Em matéria de formação moral, Ryan (1987) citado por Cunha (1996) afirma a importância dos formadores desenvolverem as seguintes competências específicas: (1) saber aceitar-se como modelo, (2) comprometer-se com o domínio moral, (3) saber argumentar moralmente e assistir os praticantes nesse processo, (4) saber exprimir a sua visão moral, (5) saber promover a empatia, (6) saber promover o clima moral no grupo de trabalho, (7) saber envolver os praticantes na acção moral.

A educação olímpica não deve deixar de se basear na capacidade de autonomia da pessoa, do atleta, aceitando o facto de que não existe, sobre muitas matérias, consenso moral e de que se vive em ambientes culturais e interculturais de relativismo moral. Importa, portanto, contrariar práticas doutrinadoras, pensamentos únicos, aceitando que algum relativismo ideológico e alguma neutralidade do treinador pode ser necessária para facilitar quer a clarificação de valores quer a discussão de dilemas morais. Esta posição didáctica parece ser decisiva na clarificação dos valores pessoais na medida em que ajudará o desenvolvimento do espírito crítico e da autonomia.

Esta neutralidade não deve, apesar disso, como vimos, ser um fundamento decisivo da intervenção na formação em valores; o treinador, não pode ser um simples facilitador destas formações.

Para Cunha (1996), a educação moral exige, também, transmissão clara e directa de valores, a proclamação de valores e ideais, de uma forma equilibrada e baseada na racionalidade, enfatizando o raciocínio, mas, também, os conteúdos. A explicação e demonstração racional, o uso de grandes exemplos, um ambiente de diálogo, de racionalidade e de liberdade, são aspectos decisivos a utilizar.

Por outro lado, recordamos, a clarificação de valores pessoais não pode fazer esquecer que uns valores são mais justos e equilibrados que outros e que, se é difícil defender a tese da universalidade dos valores olímpicos, não deixará de ser verdade a existência de grandes consensos civilizacionais em torno desses valores.

A existência de fases do desenvolvimento moral, referenciadas, por exemplo, por Kohlberg (1971), vem, ainda, sublinhar o facto de que os processos de formação, de suporte ao desenvolvimento do raciocínio e educação moral, devem estar de acordo com os estádios de desenvolvimento moral, colocando-se, deste modo, desafios muito diferenciados aos programas de formação olímpica.

Olimpismo e formação de agentes desportivos

Se a Pedagogia Olímpica é, como defendemos, no essencial, um projeto de educação para a excelência, para a *aretê*, importa que se envolva, profundamente, nas problemáticas, na reflexão, sobre os processos de educação e de desenvolvimento humano. O conhecimento produzido nesta área deverá, também, ser exportado, rapidamente, para o mundo do desporto e, em particular, para a área da formação dos agentes desportivos. Parece-nos decisivo, na criação de condições para a concretização dos ideais

olímpicos, que a formação de professores, treinadores e outros agentes desportivos envolva o desenvolvimento de competências de educação moral, de desenvolvimento pessoal e social dos atletas, considerando, em particular, os ideais e valores olímpicos.

Não deverá bastar aos professores elevados níveis de domínio técnico da sua profissão e aos treinadores um elevado domínio dos aspectos técnicos dos seus desportos sem que as suas concepções de ensino e treino sejam objecto de reflexão, sem que os valores ético-desportivos sejam considerados, pelos próprios, como uma dimensão significativa da sua responsabilidade profissional e do seu próprio projecto de vida, sem que a sua compreensão dos processos de desenvolvimento moral e de educação moral sejam aprofundados.

Neste sentido, importa que a formação de professores e treinadores não seja, apenas, dirigida para competências ligadas ao conhecimento dos aspectos técnico-tácticos ou metodológicos que mais directamente dizem respeito ao rendimento desportivo, mas que possam, também, influenciar, as suas competências profissionais no que se refere ao desenvolvimento de valores.

Tal exigirá, também, uma formação pessoal centrada sobre as suas atitudes, valores e crenças, bem como as suas próprias concepções de Homem, de Vida, de Missão. É absolutamente necessário que acreditem no homem e que possam dedicar-se a investir nele, na sua humanidade.

O mesmo imperativo deve estender-se para as formações de outros profissionais ligados ao mundo do desporto: os dirigentes desportivos, os juizes e árbitros, os médicos e paramédicos, os jornalistas, os psicólogos do desporto etc.

Neste contexto, podemos dizer que o Olimpismo é, hoje, chamado a enfrentar velhos e novos desafios, numa sociedade sempre diferente, em evolução constante, onde muitas novas questões se colocam ao movimento olímpico.

Não será, no entanto, só de inovação que se fará a pedagogia do futuro, mas de muitos saberes pedagógicos, acumulados no repertório que a pedagogia olímpica representa e que continuam a não ter uma tradução satisfatória nas práticas desportivas quotidianas, estando-se longe de concretizar velhos ideais que, apesar da voragem dos tempos, permanecem no nosso ideário enquanto indivíduos e enquanto sociedade.

É sempre necessário fazer balanços, projetar os futuros possíveis e os desejáveis, sonhar os novos caminhos. Mas, como qualquer bom caminheiro sabe, muitas vezes, as velhas botas são as que melhor se ajustam aos trilhos mais montanhosos.

Assim, o Olimpismo e a sua pedagogia é sempre um projeto de futuro, um caminhar de inovação e renovação de velhas questões da educação e da educação desportiva, que, não sendo novas, renovam-se em novos contextos, no plano dos ideários, no plano filosófico e ideológico e no plano da ação pedagógica.

Breve conclusão

O Olimpismo é uma teoria e uma prática ao serviço do Homem. Há nele uma dimensão sagrada e profana, mas de um profano com estatura e exigência ética e, desse modo, também sagrado.

O olimpismo é uma herança, uma chave para a dignidade do desporto, para a sua plena potenciação. Como qualquer grande herança é de algum modo uma oração. Plena de espiritualidade que é necessário desocultar para nos permitir sonhar o desporto e o seu lugar no mundo futuro.

Neste sentido, o Olimpismo existe para servir o Desporto na justa medida em que serve a Humanidade que neste se substancia.

Nesse sentido, tem uma dimensão política, de mobilização e participação cívica, de confronto de ideias e ideologias, de escolhas e reinvidicações, de diálogo (intra e inter-cultural), de universalismo.

O Olimpismo exige participação e vigilância, diálogo e reflexão, perguntar antes de responder. O Olimpismo, enquanto práxis, exige aos seus diversos agentes muito mais do que uma intervenção técnica. Exige-lhes uma inquietação e uma originalidade que nasce desta utopia, de assumir uma identidade baseada

na liberdade e na responsabilidade, reivindicando a importância do humano, do jogo, do lúdico, do inútil.

Exige-lhes uma intervenção fundada na filosofia e, simultaneamente, na ciência, esclarecendo, deste modo, e tornando mais eficaz, a sua intervenção no plano ético e de orientação dos seus potenciais efeitos formativos para aspectos da formação e do desenvolvimento humano (moral, da formação do carácter, da formação pessoal e social dos diversos agentes desportivos).

Na realidade, o que pode ser aprendido pode ser ensinado e, no que se refere à formação de valores e atitudes, tal evidência não pode ser esquecida.

A educação olímpica define-se no âmbito de um quadro conceptual que não só permite, mas exige uma intervenção sobre a identidade pessoal, sobre o desenvolvimento de competências de vida (independência, autonomia, autoestima e percepção de competência, autorrealização e autodesafio, responsabilidade pessoal e social,) que se concretizará nos ambientes desportivos e em contextos mais alargados de pessoas e circunstâncias.

As tentativas de procurar afectar o desenvolvimento de valores exigem um conhecimento aprofundado dos processos de desenvolvimento humano (bio-psico-social) e de educação para os valores.

Afectar a motivação, a definição de objectivos, o desejo e a ambição, desenvolver valores adequados face à competição, aprender a respeitar as regras e os outros, desenvolver o fair-play e os comportamentos éticos, as relações com os outros no que se refere ao respeito e à aceitação da diversidade, aprender a ganhar e a perder, são aspectos verdadeiramente essenciais da educação olímpica que têm que se traduzir em práticas formativas concretas e eficazes.

Como promover o respeito pelos direitos humanos? Como promover o sentido de justiça e a preocupação com os outros? Como promover a integridade?

Neste sentido, praticar desporto é, em primeiro lugar, uma experiência moral e espera-se que, do envolvimento nessa prática moral, resulte cooperação, amizade, generosidade, magnanimidade, compaixão, sentido de justiça, autenticidade, transcendência, humanidade, por fim.

Em síntese, o desenvolvimento humano na sua dimensão de formação moral e ética, de educação para os valores e de desenvolvimento de competências pessoais e sociais que se transferem para outros contextos de vida, representa o sonho por detrás do projecto pedagógico que o Olimpismo encarna.

Trata-se, portanto, de um projecto de desenvolvimento humano, de largos e longínquos horizontes, sem dúvida, utópico, no melhor sentido desta palavra. É que a utopia, ocupando-se de imaginar o futuro, é a verdadeira fonte da juventude, a fonte da imortalidade.

Referências

COUBERTIN, P. **Olympic Charter**. Lausanne: I.O.C., 1918.

CUNHA, P. **Ética e educação**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 1996.

DANISH, S.; PETITPAS, A.; HALE, B. Sport as a context for developing competence. In: GULATTA, T. P.; ADAMS, G. R.; MOMTEMAYOR, R. (Ed.). **Developing social competency in adolescence**. Newbury Park, CA: Sage, 1990. p. 169-194.

DANISH, S.; PETITPAS, A.; HALE, B. Life development interventions for athletes: life skills through sports. **The Counseling Psychologist**, v. 21, n. 3, July 1993.

DUDA, J. L. Motivation in sports settings: a goal perspective approach. In: ROBERTS, G. (Ed.). **Motivation in sport and exercise**. Champaign: Human Kinetics, 1992.

KEATS, J. **Complete Poems**. London: Penguin Books, 1973.

KOHLBERG, L. Indoctrination versus relativity in value education. **Zygon**, n. 6, p. 285-310, 1971.

LARSON, R. Toward a psychology of positive youth development. **American Psychologist**, n. 55, p. 170-183, 2000.

- PETITPAS, A. J. ; CHAMPAGNE, D. E. Sport and Social Competence. In: DANISH, S. J.; GULLOTTA, T. P. (Ed.). **Developing competent youth and strong communities through after-school programming** Washington. DC: CWLA Press, 2000. p. 17-66.
- RYAN, K. The moral education of teachers. In: RYAN, K.; MCLEAN, G. (Ed.). **Character development in schools and beyond**. New York: Praeger, 1987.
- RYAN, K.; LICKONA, T. Character development: the challenge and the model. In: RYAN, K.; MCLEAN, G. (Ed.). **Character development in schools and beyond**. New York: Praeger, 1987.
- SHIELDS, D.; BREDEMEIER, B. Moral development and behaviour in sport. In: SINGER, R.; HAUSENBLAS, H.; JANELLE, C. (Ed.). **Handbook of sport psychology**. New York: John Wiley & Sons, 2001. p. 585-599.
- SMITH, R. E.; SMOLL, F. L. Youth sports as a behaviour setting for psychological interventions. In: VANRAALTE, J. L.; BREWER, B. W. (Ed.). **Exploring sport and exercise psychology**. Washington, DC: APA, 2002.
- SZYMICZEC, O. **The Olympic Ideology**. In: DURANTEZ, C.; MÜLLER, N. (Ed.). La Academia Olímpica Internacional, 1969.
- WYNNE, E. Transmitting traditional values in contemporary schools. In: NUCCI, L. (Ed.). **Moral development and character education: a dialogue**. Berkeley, CA: McCutchan, 1989. p. 19-36.

Contextos e perspectivas do mercado da gestão esportiva em Belém – Pará

Christian Pinheiro da Costa¹

Apresentação

No artigo 207 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) encontramos que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Estas funções básicas merecem igualdade de tratamento em todas as instituições de ensino superior, pois, de acordo com Gonçalves (2015), necessariamente, deve perpassar a formação promovida e ofertada por essas instituições, não sendo opcional a sua implantação.

A Gestão Esportiva (GE), como área de estudos acadêmicos, ainda é pouco difundida no Estado do Pará, contexto no qual este trabalho descritivo representa um Relato de Experiência a partir da prática docente com a disciplina GE, no curso de Licenciatura da Faculdade de Educação Física (FEF), da Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém, ministrada durante o segundo período letivo de 2017.

Em decorrência dos trabalhos discentes de culminância, que integravam o modelo de avaliação de aproveitamento da disciplina, foi idealizada a realização do Encontro Regional de Gestores Esportivos 2017 (ERGE), abordando a temática “O Mercado da Gestão Esportiva em Belém: Contextos e Perspectivas”, que foi coordenado pelo grupo acadêmico Centro de Estudos em Gestão Desportiva (CEGED).

O ERGE, como atividade extensionista, representou uma estratégia de desenvolvimento acadêmico, intercâmbio de experiências e o fomento de debates mais abrangentes, pelos relatos de gestores de cinco áreas de atuação do mercado esportivo, em Belém, apresentando resumos de suas experiências. As áreas de GE abordadas foram: Clube de Futebol Profissional, Federação Esportiva, Terceiro Setor, Clube Social e Fitness.

Com esta publicação, contemplamos o tripé formado pelo ensino, a pesquisa e a extensão, que representa o eixo fundamental de instituições de ensino superior públicas, no Brasil, não devendo ser praticado de forma fracionada.

O evento aconteceu no dia 27 de novembro de 2017, no Auditório Albano Franco (Edifício Sede da Federação das Indústrias do Estado do Pará – FIEPA), com apoio do Conselho Regional de Educação Física da 18ª Região – PA/AP (CREF18), do Serviço Social da Indústria (SESI) e da TV Liberal, afiliada da Rede Globo no Pará.

O conceito de indissociabilidade remete a algo que não existe sem a presença do outro, ou seja, o todo deixa de ser todo quando se dissocia. Alteram-se, portanto, os fundamentos do ensino, da pesquisa e da extensão, por isso trata-se de um princípio paradigmático e epistemologicamente complexo (GONÇALVES, 2015 apud TAUCHEN, 2009, p. 93).

Para Moita e Andrade (2009), tratar de indissociabilidade na universidade é considerar necessariamente dois vetores de um debate: de um lado, as relações entre universidade, ensino, pesquisa e extensão; e, de outro, confluindo para a formulação de uma tridimensionalidade ideal da educação superior, as relações entre o conhecimento científico e aquele produzido culturalmente pelos diferentes grupos.

¹ Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil.

Ainda conforme Gonçalves (2015, p. 1230), a Extensão surge posteriormente à consolidação e legitimação histórica do Ensino e da Pesquisa. “[...] Esse processo imprime marcas que constituem permanências e também a coexistência de distintas concepções de Ensino, de Pesquisa e, em especial, de Extensão, das quais derivam estruturas, normas e práticas, institucionais e individuais”.

Como uma das atividades econômicas de maior crescimento nos mercados globalizados, o esporte, enquanto negócio, atrai o interesse de grandes corporações empresariais, exigindo o estabelecimento de relações comerciais baseadas em processos de gestão altamente qualificados. O gestor esportivo necessita do suporte de alguns recursos auxiliares para o seu sucesso profissional tais como o *marketing*, o patrocínio e o planejamento, entre outros.

Não é apenas nas grandes ligas e times que o mercado esportivo americano deu enormes saltos nas últimas três décadas. O aumento do profissionalismo do segmento fez surgir também um novo mercado na academia, em que faculdades e universidades têm unido esforços para acompanhar este desenvolvimento. Algo ainda pouco amadurecido no Brasil (LOPES, 2017, 1º parágrafo).

Segundo Nagel (citado por LOPES, 2017), no Brasil, os negócios do esporte não têm crescido como disciplina acadêmica, ao contrário dos EUA, onde há cerca de 300 programas relacionados com a gestão do esporte. “O esporte ainda é fechado para isto, em comparação a outros negócios. O que ajuda são os eventos em que nos emergimos como profissionais e colocamos academia e mercado juntos. Nos últimos anos, isso tem se tornado muito melhor”, salientou Nagel.

Em 2009, a TV Liberal publicou a Carta de Recomendações para a Profissionalização do Desporto Paraense, como um documento balizador para a atuação de empresas e profissionais, enquanto contribuição para o crescimento e aperfeiçoamento do mercado esportivo local. A publicação foi o produto final de um “Fórum de Discussões”, realizado em conjunto com o CEGED/UFPA, em busca de um diagnóstico da situação regional naquele momento e indicando proposições dirigidas para o mercado esportivo paraense.

Na ocasião, foi identificado o dilema quanto à responsabilidade pela formação acadêmica em GE, com clara indefinição entre os cursos de Administração, mais focado em estudos de mercado e análises de viabilidades financeiras nas áreas de grandes negócios, e o de Educação Física, fragilizado quando é requerida a elaboração de produtos em termos de lógicas relacionadas ao mercado.

O Bacharelado em Administração oferece formação para atuação em qualquer área de intervenção (estudo de viabilidade financeira de negócios), mas de maneira genérica, requerendo formação específica através de pós-graduação, enquanto que a Educação Física, tanto no Bacharelado quanto na Licenciatura, ainda deixa a desejar nesta formação, pois não atende a necessidade mercadológica, com reduzida carga horária sobre o assunto.

A profissionalização da GE é um tema em pauta em vários eventos e debates, e para Azevêdo (2002), “requer uma abordagem aprofundada, principalmente quando se observa a consequência desastrosa que as gestões amadoristas têm imposto aos grandes clubes brasileiros”. Para ele, da mesma forma que no futebol e no desporto em geral, a profissionalização da gestão pública do desporto brasileiro é fundamental para a promoção de seu exercício enquanto um direito constitucional e ação social relevante.

Para Costa (2010), a maioria dos atuais gestores esportivos paraenses não tem formação acadêmica e foi aprendendo na prática, com uma sistemática de aperfeiçoamento através do processo de tentativa e erro. Também é possível perceber a diferença de posturas entre a iniciativa privada, com interesse balizado pelo olhar mercadológico, e o setor público, engessado pela adoção de um modelo participativo e burocrático.

De acordo com Zouain e Pimenta (2006, p. 8), é possível afirmar que a GE tem existido há muito tempo, talvez desde os gregos, por exemplo, quando Herodes, Rei da Judéia, foi presidente honorário dos Jogos, que atraíam multidões, “para ver os combates entre os gladiadores ou animais, quando uma

cerimônia maravilhosa abria as competições, seguidas de disputas atléticas que serviam de entretenimento para milhares de pessoas”.

Segundo Costa e Marinho (2005), embora o Brasil apresente avanço na mercantilização dos desportos, só muito recentemente os clubes, associações e federações passaram a tratar os seus negócios de forma empresarial, pois “se o desporto é profissional, a GE não pode ser amadora”. Nas Ciências do Desporto, há alguma polémica quanto à necessidade de obtenção de uma formação específica para atuação no contexto da gestão das organizações desportivas ou mesmo o estabelecimento de prerrogativas diferenciadas de trabalho entre os licenciados em ensino ou em gestão.

No Brasil, o aprofundamento da discussão sobre questões referentes à formação em GE é recente, mas, para Capinussú (2002), as discussões se iniciaram há algum tempo. Ele cita que, em 27 de janeiro de 1939, o então Ministro da Educação e da Saúde, Gustavo Capanema, dizia em uma exposição de motivos ao Presidente Getúlio Vargas:

[...] A obra a empreender demanda muitas e difíceis medidas. Uma se apresenta como exigência imperiosa: é a que diz respeito à preparação de pessoal técnico destinado a orientar e dirigir os desportos das diferentes modalidades. Este pessoal técnico tem de ser numeroso e não pode ser recrutado entre os autodidatas, rudimentares ou desvirtuados no conhecimento da penosa matéria, mas entre os especialistas esclarecidos e seguros (CAPINUSSÚ, 2002, p. 75).

O encontro regional de gestores esportivos

O ERGE recebeu a inscrição de mais de 200 (duzentos) representantes de vários segmentos do setor acadêmico e da intervenção profissional, entre eles professores e estudantes de instituições de ensino, da graduação à pós-graduação, das diversas áreas de convergência do esporte, com interesse e atuação em projetos esportivos, gestores e técnicos de empresas governamentais (Federal, Estadual e Municipal) e da iniciativa privada (Federações, Associações, Clubes, Empresas do *Fitness*, entre outros), lideranças políticas, empresários, formadores de opinião e envolvidos em processos decisórios e estratégicos de áreas afins do setor esportivo, além de jornalistas e outros profissionais da mídia.

Alguns participantes eram de municípios vizinhos de Belém, como Castanhal, Bragança e outros até Portel, da Ilha do Marajó, como uma equipe de cinco professores, que viajou mais de 12 horas, de barco, além de representantes de Macapá – AP.

As inscrições foram gratuitas, através do endereço eletrônico (cursos@crefl8.org.br) e todos os inscritos, com a comprovação de frequência, receberam um Certificado de Participação, com carga horária de 04 (quatro) horas.

A disseminação de conceitos, práticas, metodologias e conhecimentos, desenvolvidos e/ou adaptados aos respectivos cenários de realização, a promoção de acordos de Cooperação Técnica entre diferentes grupos de interesses relacionados com a GE e o estabelecimento de outras estratégias para interlocução entre os acadêmicos e profissionais com interesses centrais na GE eram os principais objetivos do evento.

A Palestra Magna durou 30 minutos e, em seguida, como referências regionais nas suas respectivas áreas de atuação, cada palestrante realizou apresentação de até 15 minutos, relatando experiências anteriores aos cargos atuais, a necessidade de formação acadêmica específica na área para o melhor exercício da função, alguns Indicadores relevantes de produção do seu trabalho atual e a citação de fatores limitadores para sua atuação, além de uma avaliação das oportunidades futuras para um Gestor Esportivo, no mercado de trabalho em Belém.

A seguir, resumos das transcrições a partir das gravações, na sequência das apresentações, ressaltando que alguns palestrantes utilizaram mais tempo do que outros.

Palestra Magna: “Viagem às fontes matriciais e axiológicas do desporto: valores do passado, inquietudes e desafios do presente”.

Palestrante: Prof. Dr. Jorge Olímpio Bento, de Portugal.

Ele foi licenciado pelo Instituto Nacional de Educação Física (INEF) e Doutorado na Ernst-Moritz-Arndt-Universität Greifswald (Alemanha). Foi Professor Catedrático da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, desde maio de 1993, e Diretor Geral da FADEUP, até à data da sua jubilação, em 2016. Em 2012 e em 2007, foi distinguido como Doutor Honoris Causa, respectivamente, pela *Kasetsart University* (Bangkok – Tailândia), e pela Universidade Federal do Amazonas.

Recentemente, o Comitê Olímpico de Portugal o agraciou com a Ordem Olímpica Nacional, a mais alta distinção do organismo, em reconhecimento ao “inestimável serviço prestado ao Desporto Nacional, ao Movimento Olímpico e a Portugal”.

O palestrante fez um agradecimento aos organizadores pelo convite e a oportunidade de, novamente, visitar Belém, e matar a saudade dos sabores inigualáveis da culinária paraense e iniciou a palestra.

Uma viagem às fontes matriciais do desporto (‘arété’, cultura e paideia gregas) e às luzes da sua renovação (Modernidade, Humanismo e Iluminismo), revela-nos que ele nasceu e cresceu de uma aliança natural com fins, normativos, princípios, referenciais e símbolos axiológicos, éticos e estéticos.

O desporto como espetáculo, nomeadamente o futebol, está a esquecer a sua idiosincrasia, a ser capturado pelo pragmatismo e utilitarismo, pelo ‘império do efêmero’, pelos tentáculos do polvo do mercado e pela ‘civilização do espetáculo’, correndo o risco de se afastar do estádio grego e abeirar do circo romano, de se divorciar da arété e paideia gregas, da cultura humanista e iluminista.

Mas o que é o Desporto?

A civilização começou propriamente quando os ‘hominianos’ se colocaram duas questões fundamentais: o que é o Ser Humano? Qual é o sentido da vida?

Conforme o tipo de respostas dadas a estas questões, em diferentes tempos e locais, assim surgiram (e vão continuar a surgir) diversas formas de cultura, no plano geral, e também diversas culturas somáticas ou corporais, no plano particular.

O desporto é uma destas culturas somáticas, incorporando a noção de que o ideal do Homem e o sentido da vida também se cumprem e têm que cumprir através de desempenhos e performances corporais. Isto está subjacente ao axioma de que o corpo constitui um palco de sublimação, superação e transcendência do animal em direção ao espiritual, ao humano e quase divino.

O desporto é um fenómeno antropológico, logo irrecusável. Ou seja, configura uma síntese extraordinária, fantástica e ímpar de categorias antropológicas essenciais e indispensáveis à vida: corpo, excitação, movimento, jogo, rendimento, ação e reflexão, emoção e razão, ócio e trabalho, dor e prazer, concentração e diversão, aflicção e exaltação, derrota e vitória, abatimento e sublimação, etc.

O desporto é mais do que jogo. Inclui o brincar, jogar e desfrutar. Portanto, é igualmente um fenómeno ‘universal’, surgido em toda a parte, investido de ‘polissemia’ (pluralidade de sentidos) e concretizado numa ‘polimorfia’ (pluralidade de formas e modelos). Essencialmente, pertence ao domínio do simbólico e ‘artístico’: cumpre objetivos educativos, sociais, filosóficos e culturais, éticos, estéticos e morais.

A racionalidade científica e tecnológica da nossa era prolonga e acentua o propósito da Modernidade: transformação e recriação da natureza, tanto da extrínseca como da intrínseca. Por outras palavras, as sociedades ocidentais tornam-se um campo de intervenções realizadas por especialistas acreditados e apostados em impor o primado da racionalidade científica e tecnológica em todas as áreas, inclusive no corpo e no desporto.

Em consequência disto, surgem as Ciências do Desporto (pluralidade de cursos e disciplinas, de problemáticas e linhas de investigação) e uma onda de ‘ativismo’ e ‘intervencionismo’ no corpo, sem precedentes. Esta é uma marca indelével na conjuntura corporal e desportiva dos nossos dias.

Na segunda metade do século XX, assiste-se ao aparecimento de um novo modelo de homem: O *Homo Sportivus*, prolongador do *Homo Gymnasticus* e do *Homo Olympicus*, revelador do *Homo Performator* e filiado na tradição cristã do *Homo Novus*.

O *Homo Sportivus*, à imagem do que sucede com a ‘*tecnização*’ da vida e sociedade (Heidegger, 1889-1976), torna-se progressivamente um *Homo Technicus*. O extraordinário desenvolvimento e a expansão do desporto ocasionam que o século XX seja classificado por muitos intelectuais como o ‘*estranho século do desporto*’.

O fenómeno desportivo atravessou os séculos, com formas e modelos mais ou menos codificados, elaborados e organizados, e ressurgiu no início do século XX, com desenvolvimento de modo exponencial, sobretudo a partir dos anos 50. Estende-se a todas as idades, grupos e estatutos sociais e culturais, anexa territórios anteriormente estranhos ou hostis (p. ex., cárceres e hospitais).

Ele é instrumentalizado para as mais diversas aplicações e intenções (educação, bem-estar, saúde, recreação, tempo livre, reabilitação inclusão, espetáculo, turismo, comércio, indústria, moda etc.), passando do singular para o plural, e torna-se um traço marcante de um estilo de vida moldado pela *desportividade*.

O confronto ideológico e político, visando à supremacia dos dois blocos do mundo, também ocorreu no campo do desporto. A competição por medalhas olímpicas, por triunfos e recordes teve que ser suportada pela ciência e a tecnologia. A essa necessidade deve-se a criação das Ciências do Desporto, apostando sobre tudo na procura de performances, começando por aquilo que é quantificável e mensurável.

A expansão das Ciências do Desporto também se deve à crescente importância atribuída ao desporto como espetáculo cultural. O espectador quer assistir a feitos incríveis protagonizados por pessoas normais. Ele, diante da TV, admira a subida de bicicleta aos Alpes ou Pireneus e imagina que não faz o mesmo somente porque não lhe apetece treinar-se e preparar-se devidamente para essa prova e porque não quer sacrificar-se, privar-se de muitas coisas agradáveis, correr riscos para a sua vida e saúde. Mas há um vasto arsenal de preparação para realizar essa performance.

As Ciências do Desporto começaram estreitamente ligadas à procura de altas performances, valorizando as dimensões quantitativas e mensuráveis. Por isso a primazia foi para disciplinas científicas ligadas à biologia, fisiologia, química e mecânica do organismo humano, tratando de obter o maior partido deste.

Os conhecimentos e os aparatos tecnológicos desenvolvidos para suporte da obtenção de altas performances desportivas servem igualmente para os restantes usos do desporto. Por tudo isto, o objeto das Ciências do Desporto constitui um brilhante arco-íris. Atualmente, percebemos uma imensa variedade de disciplinas e cursos de licenciatura, de mestrado e doutorado, na profusão e constante inovação de linhas de investigação e aplicação. O desporto é na atualidade uma das áreas com maior produção científica no mundo e com um assombroso número de publicações.

A aprendizagem de habilidades e técnicas visa, em ultimidade, ao aprimoramento cívico, ético e estético. Sem a melhoria, a ‘*tecnicidade*’ e a elegância dos gestos e palavras, das emoções e reações, sem o seu afeiçoamento e aperfeiçoamento mediante constructos normativos e culturais, a ética fica ausente e a estética ferida e manca.

Ao revisitarmos noções e orientações fundadoras do ideal desportivo e olímpico, deparamo-nos com referências que suscitaram um entusiasmo extraordinário e ficaram, pouco a pouco, abandonadas pelo caminho, carcomidas pela poeira do esquecimento como auto-aperfeiçoamento, culto da harmonia, mobilização da vontade, perfectibilidade, formação geral e integral, primazia da substância moral, teor moral, função ética e estética, valia cultural, social e humanista do desporto.

É também contributo para a formação da personalidade, para o *fair-play* e para a educação da admiração, da consideração e do respeito pelos outros, entendimento da vitória e da derrota como meios de aprender a visar mais alto etc.

O desporto era visto como *moral em ação*, como fator de moralização da sociedade, de *anagogia* e *demopedia*, de elevação e aprimoramento do cidadão e dos povos. Era entendido como modalidade de alcance e configuração da *forma humana*, da *Humanitas* e da *Persona*, da *Paideia* grega e da *Pampaedia* de Comenius (1592-1670), como instrumento da melhoria ética e estética da pessoa.

O lema do desporto e da vida – *Citius, Altius, Fortius!* – apela a causas, ideais, sonhos e realizações. A não cair na tentação de converter a reflexão em lamúria inibidora da ação; e na ingênua espera de ver, de maneira espontânea, ultrapassados os males denunciados e realizados os sonhos idealizados, sem o empenho correspondente.

Se o desporto deixar de ser um campo de cultivo de símbolos e mitos, de ser um bem cultural e de espiritualizar as forças físicas do homem, passará a ser somente um produto utilitário, vendível, comprável e descartável, uma degradação de sonhos.

Olharemos então perplexos para a nova condição humana que nele se concretiza.

Impõe-se repor na ordem do dia uma autêntica remissão discursiva das virtudes atribuídas ao desporto: desenvolvimento moral, *fair-play*, disciplina, esforço, sacrifício, dedicação, aprendizagem do espírito de grupo e dos sentidos do bem, da admiração, do respeito e tolerância do outro, saber competir, ganhar e perder, cooperar e partilhar objetivos comuns, apego à regra, ao correto, ao belo, ao bom e ao verdadeiro, rejeição do falso, do feio e imundo etc.

Caros amigos, assumamos a nossa parte. Aqui e agora é sobre o desporto, como fator da dignificação e elevação do mistério da vida, que importa refletir e falar. Não fiquemos paralisados diante de factos absurdos e irrazoáveis, por mais impositivos e inevitáveis que pareçam. Podemos viver numa sociedade sem causas, ideais, utopias, princípios e valores?

Sim, podemos! Mas não é a mesma coisa; nem isso se chama viver. Eu sei: sou um idealista e sonhador! Mas não sou o único. Cada um de vós está ao meu lado! Viver sem a luz dos sonhos e ideais, das causas e utopias é viver sem claridade e alento. É apenas sobreviver no escuro e rasteiro; é renunciar ao gosto e dever de visar a ser uma grandeza infinita, erguida em cima da pequenez do nosso chão.

O desporto é, no seu cerne, um laboratório e uma forja da Humanidade carente, frágil, híbrida, indefinida, precária e periclitante: nele buscamos e expomos o que nos falta, visando à melhoria do que somos e temos. A fealdade desta hora manda retomar a visão do desporto como um domínio da ética e da estética, incrementar ensaios e estudos destinados a estabelecer metas e padrões pedagógicos e didáticos, orientadores dos processos de ensino, aprendizagem e treino.

No caso do futebol, vê-se nitidamente que ele está a distanciar-se da *'arété'* dos gregos (unidade maravilhosa de técnica, saber, ética, estética, excelência, magnificência, excelsitude e virtude) e a enveredar por trilhas perigosas, de braço dado com a *'civilização do espetáculo'*. Está a colaborar na sujeição do mundo ao poder argentário, ao seu calculismo e aos seus escuros e inescrupulosos interesses, bem como na supressão das pontes para o imaterial, o intangível e o espiritual.

Esta é, imperiosamente, uma hora ética e estética, de agudo mal-estar ético e estético. Devido aos ventos do mal e da desgraça que rondam e secam a terra e se abateram sobre as nossas vidas; e também sobre o desporto, com especial incidência e visibilidade no futebol.

A crise ética e estética não decorre da falta de um discurso evocativo sobre o problema. Ao invés, de tanto se falar nisso, o discurso recorrente banaliza-se, esgota-se nele mesmo, não provoca eco na parede da indiferença.

Muito obrigado pela atenção!

2º Palestrante: Fernando Moraes Leite,

Área de Atuação: Clube de Futebol Profissional

Função: Gerente de Futebol Profissional do Paysandu Sport Club

Ele foi convidado como um especialista na área de Gestão Esportiva em Clube de Futebol Profissional. Natural de Araraquara – SP, tem 44 anos, foi atleta de futebol profissional (1988 – 2002) e é graduado em Administração de Empresas e Comércio Exterior, pela UNIP. As experiências profissionais dele como gestor esportivo foram no Nacional A. C. / PR (2007 – 2010), Paraná Clube / PR (2012 – 2015), Paysandu S. C. / PA (2015), Londrina E. C. / PR (2016) e, em 2017, retornou ao Paysandu S. C.

O atual modelo de gestão do futebol no Paysandu, consolidado a partir de uma equipe de gestores profissionais, é constituído por um Diretor Executivo, um Superintendente e um Gerente, responsáveis pelo Departamento de Futebol Profissional, o qual está subordinado a Diretoria Institucional. Eles são responsáveis pela administração de quatro Departamentos:

- i) Departamento de Saúde e Performance: composto pelos Serviços Médico, de Fisioterapia, de Fisiologia, de Nutrição e de Análise de Desempenho;
- ii) Departamento Administrativo: composto pelos Serviços de Recursos Humanos, Financeiro, de Registros, de Bem-Estar, de Hotel e Restaurante e de Segurança;
- iii) Departamento de Comunicação: composto pela Assessoria de Imprensa, de Marketing e de Mídias Sociais;
- iv) Departamento de Futebol: responsável pela Equipe Profissional, Futebol de base e o Futebol Feminino.

A formação acadêmica específica representa um diferencial para a inserção de um Gestor Esportivo no mercado de trabalho, sendo muito importante o conhecimento amplo, com embasamento teórico das funções a serem executadas, como atributos importantes para alcançar o sucesso na carreira escolhida.

Vários fatores são determinantes para o sucesso do trabalho em clubes esportivos, porém alguns requerem maior atenção:

- Comportamento profissional, na verdadeira acepção da palavra;
- Conhecimento e domínio pleno da função;
- Manutenção do grupo agregado e obter a confiança de todos;
- Ótimo relacionamento interpessoal;
- Postura proativa;
- Respeito e valorização de todas as funções dentro do clube;
- Condições estruturais para desempenho da função.

Porém, o amor à profissão escolhida é o mais importante. Algumas dificuldades sempre surgem na rotina das atividades nos clubes, e uma das mais sérias é a falta de organização financeira, que implica o atraso de salários e várias influências negativas, refletidas entre os atletas e colaboradores.

Um modelo de gestão centralizador, no qual falta autonomia para os departamentos também dificulta muito o desempenho do gestor esportivo, quase sempre gerando dúvidas no momento de decisões importantes.

O Futebol Profissional do Pará tem 10 clubes da Primeira Divisão e 15 clubes da Segunda Divisão. Como todos os clubes precisam se profissionalizar para sobreviver no mercado, esta profissionalização passa pela contratação de profissionais capacitados e aptos para o desempenho das funções de gerenciamento esportivo, que são: Diretor Executivo, Gerente, Supervisor, Coordenador de Logística.

Em um futuro muito próximo, isto representará uma excelente oportunidade de vagas no mercado de trabalho, pois a evolução dos clubes será um processo inevitável, promovido pela concorrência acirrada entre clubes e seus torcedores, muitos dos quais movidos apenas pelas emoções, quando o assunto é futebol.

Tais profissionais não precisam ser contratados de outros estados, pois podem ser formados e qualificados nas universidades locais.

E, para finalizar, um pensamento de Ayrton Senna:

“No que diz respeito ao empenho, ao compromisso, ao esforço, à dedicação, não existe meio-termo. Ou você faz uma coisa bem feita ou não faz”.

3º Palestrante: Luciel da Costa Caxiado

Área de Atuação: Federação Esportiva

Função: Presidente da Federação Paraense de Remo – FEPAR

Como profissional reconhecido por seus atributos na área do Direito, particularmente como um dos melhores Advogados Criminalistas de Belém, ele aceitou o desafio de presidir a FEPAR em função de sua antiga relação com esta modalidade esportiva, como atleta e dirigente, e desde o segundo semestre de 2015, assumiu a responsabilidade inicial de serenar os ânimos entre os dirigentes de clubes.

Em seguida, partiu para iniciativas capazes de “alavancar a prática do esporte de remo e entrar nas escolas e academias, trazer mais pessoas para os campeonatos e suprir essa necessidade de esporte na cidade. Para essa edição vamos dar muita visibilidade, colocar *outdoors* pela cidade e fazer chamadas nas rádios e TVs”, afirmou o Presidente.

Entre as novidades estava o desmembramento da arbitragem. “A Federação não é mais responsável pelo setor. Uma diretoria independente de arbitragem foi montada para assumir a função”.

As primeiras iniciativas foram um sucesso, e a FEPAR teve seu trabalho reconhecido, no início de 2017, através da premiação de Federação do Ano, durante a 23ª Edição do Troféu Romulo Maiorana.

Em 2017, a grande realização da FEPAR foi a 1ª Copa Amazônia de Remo Barcos Curtos, no dia 29 de outubro, reunindo mais de duas mil pessoas, em um projeto piloto para viabilizar uma raia olímpica de remo na Lagoa Água Preta, no Parque Estadual do Utinga, em Belém, com autorização e apoio do governo estadual.

O evento contou com a presença de Fabiana Beltrame, medalha de ouro no Mundial Sênior de 2011, e do vice-presidente da Confederação Brasileira de Remo (CBR), Marcos Nardi Polchowicz. Além do Governador Simão Jatene e da Secretária de Esporte e Lazer, Renilce Nicodemos.

O vice-presidente da CBR destacou o interesse na realização de outras regatas no local, inclusive ressaltando que para 2018, “há possibilidade de sediar na raia a Copa Norte Nordeste e o Brasileiro Máster”.

Segundo Luciel Caxiado, a raia olímpica do Utinga proporcionará maior flexibilidade de tempo para o treinamento dos atletas:

O que os atletas fazem agora é acordar extremamente cedo, para treinar no período das 5h às 8h, antes das grandes movimentações que as nossas águas na baía do Guajará recebem. Com esse novo espaço, os nossos atletas podem treinar em qualquer horário, organizando-se em períodos.

4º Palestrante: Paulo Douglas de Oliveira Andrade

Área de Atuação: Terceiro Setor

Função: Coordenação do Projeto Estrelas do Futuro, em Ulianópolis / PA.

Graduado em Fisioterapia pela Universidade do Estado do Pará – UEPA (2004), tem o título de Especialista Profissional em Terapia Intensiva Neopediátrica – COFFITO (2015), especialização em Terapia Intensiva - Instituto Investy (2013). Também é Mestre em Doenças Tropicais pela UFPA (2015) e integra a Associação Brasileira de Fisioterapia Cardiorrespiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva (ASSOBRAFIR), além de ser Professor Adjunto I da UFPA no estágio supervisionado em Cardiologia e em Urgência/Emergência.

O trabalho em equipe foi destacado como principal razão do sucesso obtido na coordenação do Projeto Estrelas do Futuro, em Ulianópolis, que, inicialmente, tinha objetivos de natureza social, contribuindo para a complementação da formação de crianças e adolescentes desfavorecidos socioeconomicamente, utilizando o esporte como ferramenta educacional.

De forma surpreendente, surgiram resultados na performance esportiva como:

- 1) Edilson Meireles, que começou em 2009, com 13 anos de idade, e 02 anos depois alcançou o 1º lugar no Ranking Brasileiro na categoria dele no Atletismo, feito que o levou a receber o TRM Atletismo 2013. Vice-campeão Nacional Escolar, foi convocado para a Seleção Brasileira e participou, na Colômbia, da Seletiva Sul Americana aos Jogos Olímpicos da Juventude, ficando no 4º lugar. Em 2017, com 20 anos, foi o Campeão Geral na Corrida do Sal, e tornou-se o atleta mais jovem a conquistar esta prova do atletismo no Pará;
- 2) Felipe Afonso, o Felipão, um paratleta com paralisia cerebral e membros inferiores bem comprometidos, mas com muita força nos braços. Ele foi muito bem recebido pelas crianças, pois trabalhávamos muito a questão do espírito de equipe. Na Escola ele era alvo de chacota

devido a forma de andar, por causa da deficiência, e no projeto teve uma receptividade calorosa, o que mudou a vida dele por completo.

Ele se tornou outra pessoa, obtendo seis títulos de Campeão Nacional nas Paralimpíadas Escolares e no Circuito Caixa, principal competição Paralímpica no Brasil; foi Tricampeão Norte-Nordeste, onde conseguiu índice para a Etapa Nacional no Lançamento de Disco e foi Vice-Campeão Nacional, atrás apenas do recordista mundial, de São Paulo;

- 3) Caroline Moraes (Carolzinha), que iniciou com 7 anos e logo veio participar de competições em Belém, com muito destaque. Atualmente, é uma superatleta, aos 15 anos de idade é a segunda mais veloz do Brasil na faixa etária dela. Também foi convocada para a Seleção Brasileira e foi Vice-campeã Escolar Nacional;

Estes são alguns exemplos de destaques na área esportiva, apesar do Projeto Estrelas do Futuro não ter o esporte de rendimento como objetivo principal.

Após a premiação na Categoria “*Esporte Responsa*” do Troféu Romulo Maiorana, a “Maior Premiação do Esporte Paraense”, em 2013, Paulo Douglas relembrou de tudo o que enfrentou e revelou ser gratificante poder ajudar a quem precisa:

Passa uma imagem de toda a história desse projeto, desde quando começou, em uma cidade muito precária, muito carente de tudo, aonde as crianças não tinham oportunidade de nada e hoje elas encontram no projeto uma oportunidade de crescer na vida. Então eu procuro levar um pouco de educação, um pouco de honestidade e, acima de tudo, disciplina para as crianças.

Entre os fatores limitadores para a realização do trabalho, Paulo Douglas citou a dificuldade na obtenção de apoio para a sustentabilidade das ações, muito difícil em um município pequeno como Ulianópolis, e agradeceu, em particular, à Pará Pastoril e Agrícola S/A (PAGRISA), empresa produtora de açúcar e álcool, que contribuía no fornecimento de uniformes para competições e viagens, e também proporcionava alimentação básica (café, almoço e jantar) em algumas viagens de atletas para Belém e para fora do Estado.

O apoio da Federação Paraense de Atletismo, através da professora Sandra Malcher, que algumas vezes até hospedou os atletas na própria Sede, foi fundamental para o crescimento do Projeto.

As crianças eram de famílias muito pobres. Mencionou também que não tinham sequer alimentação, às vezes iam treinar em jejum ou, quando treinavam à tarde, chegavam em casa e não tinham o que jantar. Não havia como subsidiar a alimentação básica das crianças. A maioria treinava descalça, sem ter pelo menos um par de tênis, e os implementos de atletismo necessários eram quase sempre feitos de forma artesanal (blocos, barreiras etc).

Dentre os fatores limitadores, o problema mais sério foi a falta de preparação de um profissional alinhado com as propostas e metodologias do Projeto, para a substituição do Coordenador, quando ele veio para Belém. Isto impediu a continuidade do trabalho com a filosofia inicial pois, com sua ausência, o Projeto ficou focado no esporte de rendimento.

Para finalizar, destacou que um Gestor, para trabalhar com projeto social, precisa, acima de tudo, de amor, dedicação, doação, persistência e resiliência, mas também precisa ter tempo. Não basta ser apaixonado, é preciso ter tempo para se dedicar, para que seja bem feito. O sonho dele é voltar um dia para Ulianópolis:

Apesar de não ter nenhuma experiência em gestão, aprendi muito ao desenvolver este projeto. Aprendi que você é capaz de mudar muita coisa, muita realidade de crianças através do esporte. Gerir um projeto social é construir sonhos para crianças e adolescentes. Espero que muitos dos atuais alunos das Faculdades de Educação Física possam ter esta Visão, de dar sua contribuição e de mudar o mundo através de um Projeto Social.

5º Palestrante: Marcio Brito Cerveira

Área de Atuação: Clube Social

Função: Gerente de Esportes do CASSAZUM

Mestre em Gestão de Empresas e Licenciado em Educação Física, foi convidado como especialista na área de Gestão Esportiva em Clube Social. Ele destacou o potencial de futuros empregos nesta área, com ênfase na importância de formar profissionais com nível superior, para obter maiores resultados no mercado de trabalho, enfatizando que a persistência e a vivência são importantes.

Ele abordou questões relacionadas com a cultura administrativa em um Clube Social, ressaltando aspectos sobre o perfil dos administradores, falando de valores, de crenças e de comportamento humano, para identificar que o clube era muito tradicional, vindo de outras gerações, todas de militares. Como eles iriam responder às propostas de um civil?

Para iniciar, foi importante identificar com qual geração ele lidava, sendo a maioria na faixa etária de 60/65 anos e os processos de comunicação eram conturbados, pois muitos se comportavam a partir de ferramentas já superadas pela atual geração.

E a Geração X, dos Diretores, que tem outros princípios, outras vivências, outros objetivos e outros anseios? E a Geração Y, que são os clientes, os associados como esposas e filhos de militares, clientes internos e externos (não apenas os de cultura militar)? Além de observar aspectos relacionados aos principais objetivos da atual Diretoria em alinhamento com o Estatuto Social vigente.

Após levantar estes dados preliminares, ele buscou informações sobre indicadores de desempenho anteriores e ideias existentes para a melhoria dos serviços a curto, médio ou longo prazo, mas a questão era como melhorar se não havia administração financeira, administração de pessoal e nem administração processual.

Depois foi feita uma pesquisa de clima organizacional, para evitar achismos. Os indicadores principais foram: estrutura, satisfação e insatisfação, objetivos dos associados, que são os consumidores do Clube e, a partir destas informações, montou um Plano de Ação, para trabalhar de forma processual, objetivando resultados a curto, médio ou longo prazo, afinal “tudo que pode ser medido pode ser melhorado”.

Uma séria dificuldade para trabalhar como gestor esportivo em um Clube Social é a definição de um público alvo para seus projetos, considerando a heterogeneidade do quadro social e de seus dependentes, o que resulta em uma dúvida cruel: projetos específicos para cada faixa etária ou um projeto genérico, que atenda ao maior número possível de pessoas de gerações diferentes, sempre com as dúvidas sobre como se comportam, o que buscam, o que anseiam: Crianças? Jovens? Adultos? Idosos? Pessoas com Deficiência?

Outra dúvida cruel: investir em projetos esportivos ou em eventos sociais? A opção foi por projetos genéricos, com o máximo de públicos diferentes.

Outro cuidado era com a estrutura do Clube, pois na pesquisa de Clima e Cultura Organizacional foi indicado que 90% dos sócios se afastaram pelo descaso com a estrutura. Também havia necessidade de trabalho diferenciado com o corpo de pessoal: porteiro, limpeza, diretor, entre outros.

Um processo lento e gradativo, que trouxe melhorias importantes, pela implantação de um novo modelo de gestão, que trouxe resultados significativos para o quadro social.

6º Palestrante: Lucinete Lima Melo

Área de Atuação: Fitness

Função: Proprietária da Lú Academia

Licenciada em Educação Física, exercendo a função de Coordenação da Lú Academia, foi convidada como uma especialista na área de Gestão Esportiva no Fitness.

Com experiência de 30 anos, considera que ninguém aprende a ser gestor de academia em Faculdade. Na verdade, até seria bom que os novos profissionais tivessem uma disciplina com este conteúdo, pois hoje os profissionais de Educação Física são demandados por diversas áreas.

Como se sobrevive de academia em um Brasil diante de crises? E em Belém do Pará? Há 30 anos, a mensalidade custava R\$ 50,00 e, ainda hoje, há locais cobrando os mesmos R\$ 50,00 de mensalidade. Na Academia Lú, do Residencial Cidade Jardim II, o preço é o mesmo, desde o início. Com esta crise muita gente me pergunta: como é que mantemos o mesmo preço e, mesmo assim, como fizemos para crescer?

Como sobreviver com o cliente pagando R\$ 80,00 por até 22 dias de trabalho? A solução está em aumentar número de clientes e agregar serviços, trabalhando com dedicação e bons profissionais.

Não aprendi a ser empreendedora na Universidade. No início, fui professora em Escola de Governo até dizer: quero ser dona de academia. Então, comecei em uma sala de ginástica na minha casa e chamava os vizinhos para oferecer aulas e fui vendo a necessidade das pessoas de terem um trabalho direcionado de ginástica.

Na época, havia poucas academias em Belém. Mas para aprender estas coisas, eu tinha de fazer cursos fora, vários cursos. O profissional tinha de ir para fora, ou quando, raramente, tinha de aproveitar um curso que viesse para Belém, pois a Faculdade não tinha nem mesmo uma Sala de Musculação para nossa aprendizagem.

Hoje, a academia não é focada em padrões estéticos, mas em qualidade de vida. Há necessidade de oferecer opções para todos: da criança ao idoso. Neste sentido, é importante agregar serviços como salão de beleza, barbearia, clínica de estética, sala de Pilates, escolinha de futebol, restaurante, todas as artes marciais, entre outras coisas.

O profissional de Educação Física muitas vezes é desacreditado e vários fatores contribuem para isto: do modo de se vestir (é importante agregar a sua imagem ao que você faz), até o modo de se comportar em certos ambientes.

Por que o médico é respeitado? Porque ele impõe respeito, seja pela roupa, pela atitude, pelo que ele faz e pelo que procura proporcionar. Então, por que você, profissional de Educação Física, não se impõe também desta maneira?

É preciso mudar isto, porque também cuidamos do corpo humano, da saúde, da qualidade de vida. Mas para isto é necessário buscar conhecimento. Tem muito que aprender depois da graduação. Por isto, as portas da Lú Academia estão abertas para estágios das Faculdades.

Não pode mais ser apenas uma academia, tem de agregar serviços. Muitas vezes um potencial cliente vai acompanhar alguém, olha e dá vontade de fazer alguma coisa. De alguma maneira, você traz a família toda para dentro da academia.

Na Lú Academia todos os profissionais são formados, não trabalhamos com estagiário. Eles precisam ser bem orientados, pois proporcionam qualidade de vida e até podem mudar o corpo de uma pessoa: magro que quer ficar gordo e gordo que quer ficar magro. Porém, muitos vão apenas conversar, bater papo.

Então o profissional tem de estar preparado para ser psicólogo: ouvir problemas e ficar escutando. Isto também faz parte. O profissional de Educação Física lida com um mundo de coisas, simultaneamente.

A pior coisa é um cliente chegar para uma atividade e ter de voltar para casa. Isto é uma questão de respeito, que se deve evitar, ao máximo: que aluno volte para casa. Podemos considerar que chega a ser uma falta de responsabilidade com a profissão.

O empreendedorismo muitas vezes não está na pessoa. Ele se manifesta a partir de uma necessidade e o dinheiro é consequência de um bom trabalho, sem pensar na parte financeira. Não há possibilidade de nenhum profissional ficar rico da noite para o dia. Primeiro terá de trabalhar, sem focar na parte financeira. Mostrar o seu trabalho, o melhor de cada um, com dedicação ao cliente, ao que ele está fazendo. Preste atenção no cliente. Ele deverá perceber uma pessoa de responsabilidade, séria, que quer fazer bem feito, do contrário não adianta fazer nada.

Uma questão preocupante é que tem muitos universitários saindo das Faculdades sem nenhuma preparação. Isto é muito sério. Ele precisa sair bem direcionado naquilo que ele quer. Ele precisa vivenciar o que é o dia a dia de uma academia no que ele pretende trabalhar. Da criança ao idoso, passando por cadeirantes. Como entregar seu corpo para um profissional que não está preparado?

Outro problema é o uso de aparelho celular, pois tem profissional usando celular no horário de trabalho, mas na nossa academia isto é proibido. Não tem necessidade de responder mensagens no horário das aulas. Naquele momento, o quero focado no cliente.

Durante minha vida fui aprendendo gestão, vivenciando no dia a dia. Não aprendi isto na Faculdade. A coisa foi crescendo pela dedicação e amor à profissão. Ninguém imagina o sacrifício para chegar até aqui. O começo não foi de cima. Foram 30 anos plantando uma semente, fazendo um trabalho até chegar um tempo de colher. Para muita gente, como dizem, ela teve sorte.

Quem quiser entrar para o lado de gestão, antes de começar o trabalho como gestor de fitness, de academia, procure capacitação. Não é só alugar um espaço, meter aparelho dentro e vamos tocar. Mas muita gente abre uma academia desta maneira. Seis meses depois quebra. São muitos detalhes, não é só isso. Desde o lápis e a caneta, tudo.

Encerramento

O Prof. Doutor Jorge Olímpio Bento foi convidado para uma apresentação de despedidas ao público. E brindou a todos com palavras inesquecíveis.

Ele iniciou citando uma passagem na *Odisséia*, escrita por Homero, em que Ulisses navegava pelos mares, chegou em uma ilha distante e foi desafiado pelos habitantes locais. “Você não deve ser capaz de fazer proeza nenhuma”, disseram eles, e o desafiaram para correr, saltar, arremessar pedras. E Ulisses ganhou todas as provas.

Depois, ele, generosamente, disse:

Eu ganhei, mas estou convencido que em outras provas atléticas me ganhariam. Certamente, me deixaram ganhar e vocês quiseram ser bons anfitriões. Mais importantes que as vitórias na corrida, no lançamento da pedra, são as amizades que fazemos as comidas que comemos juntos e os vinhos.

Não quero me comparar a Ulisses, mas quero dizer que este sabor da gratidão, da amizade, e da fraternidade eu levo comigo. Agradeço muito ter estado aqui com vocês.

Os grandes pensadores que falam da felicidade hoje dizem que o alimento preferido dela é a ilusão e tudo aquilo que gera ilusão alimenta a felicidade.

O esporte é um grande valor para isto. As crianças têm a ilusão que vão ser grandes atletas e vão ver os nomes nos jornais. Para a gente idosa ou adulta, que julgam que através da prática esportiva aumentam a sua longevidade. Enfim, tudo isto é ilusão. O esporte é um instrumento muito rico a serviço da felicidade. Portanto, utilizem esta ilusão que o desporto gera, para ajudar as pessoas a terem uma vida mais feliz.

A terem sonhos, a terem Ideais, a terem utopias, pois se a gente destruir estas utopias, destruir estes ideais, podem ter a certeza de que não é com estas lâmpadas que iluminamos a vida. Ela se ilumina com ideais, como aquele amigo ali nos apresentou, com a paixão pelo trabalho dos outros palestrantes, com a doação que o nosso Presidente da Federação de Remo nos apresentou. São estas as verdadeiras candeias com que iluminamos a nossa vida.

Então, dedico-lhes um pequeno poema, cujo título é exatamente ILUSÃO.

Aqui começa a nova caminhada. Se a levar até o fim, darei louvores a Deus. Como meu pai, após o dia ganho. Não por haver chegado, mas por ter acrescentado um palmo de ilusão ao meu tamanho.

Os senhores e senhoras que me escutaram, atentamente, acrescentaram um palmo de ilusão ao meu tamanho. Muito obrigado!

Considerações Finais

O ERGE representou uma oportunidade ímpar, na perspectiva da extensão universitária, para o incentivo de futuros profissionais, pelos relatos de Gestores Esportivos em atuação no mercado regional.

As diferentes formações dos gestores esportivos convidados, e a presença do Prof. Dr. Jorge Olímpio Bento, proporcionaram a percepção da GE como oportunidade de trabalho e a constatação de um mercado promissor, com elevado nível de concorrência, sendo os palestrantes enfáticos quanto à importância e necessidade da formação específica em GE, pelo menos, como uma disciplina acadêmica.

Em função das particularidades de cada área de atuação, foi recorrente nos relatos a menção da falta de recursos materiais e de infraestrutura adequada ao mercado da GE local, mostrando-se como fatores limitadores para um melhor desempenho em suas funções.

Dos objetivos propostos para o evento, observou-se a disseminação de conceitos, práticas, metodologias e conhecimentos relativos à GE; a manifestação de interesse de Federações Esportivas no estabelecimento de acordos de Cooperação Técnica, particularmente quanto à promoção de cursos para formação de gestores, sendo a parceria com a Federação Paraense de Futebol a que está em estágio mais avançado de negociação; e a criação de um grupo pelo WhatsApp, como uma plataforma para intercâmbio de informações, que propicie reflexões e contribuições de todos os interessados nos temas específicos.

Por tudo isto, será importante a realização de novas iniciativas visando à interlocução entre acadêmicos e profissionais com interesses centrais em GE.

Referências

- AZEVÊDO, P. H. (2002). **A administração dos clubes de futebol profissional do Distrito Federal em face à nova legislação esportiva brasileira**. 2002. 184f. Dissertação (Mestrado em Administração)– Departamento de Administração, Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.
- CAPINUSSÚ, J. M. **Administração desportiva moderna**. São Paulo: IBRASA, 2002.
- COSTA, C. P. **Estudos sobre modelos de desenvolvimento de Federações Desportivas no Estado do Pará - Brasil**. Porto, Portugal: Universidade do Porto, 2010.
- COSTA, F. L.; MARINHO, E. Fome de bola: o futebol no Brasil e os desafios da gestão esportiva. **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**, Lisboa, v. 4, n. 1, 2005.
- GONÇALVES, N. G. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2015v33n3p1229>>.
- LOPES, D. Para professor americano, Brasil está duas décadas atrás dos EUA. **Máquina do esporte**, 2018. Disponível em: <https://maquinadoesporte.uol.com.br/artigo/para-professor-americano-brasil-esta-duas-decadas-atras-dos-eua_33447.html#ixzz4xIQdCqR>. Acesso em: jan. 2018.
- MOITA, F. M.; ANDRADE, F. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41, p. 269-280, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a06.pdf>>.
- ZOUAIN, D. M.; PIMENTA, R. O perfil do gestor das organizações esportivas brasileiras, 2006. Disponível em: <http://profissional.universoef.com.br/container/gerenciador_de_arquivos/arquivos/413/perfil-do-gestor.pdf>. Acesso em: jan. 2018. .

Ética e democracia no Esporte: mudanças emergentes nas relações de poder e na gestão das entidades esportivas

Mariana Zuaneti Martins¹
Heloisa Helena Baldy dos Reis²

O esporte e o lazer, como parte da cultura, integram nosso modo de vida e contribuem para a estruturação da forma pela qual nos relacionamos com outras pessoas, coletivos e instituições, bem como são parte constituinte das relações sociais vigentes. Por isso, expressam a pluralidade de significados, sentidos e sentimentos que permeiam reproduzindo ou transgredindo a ordem social, assim como sua organização e estruturação são pautadas pelo nosso *modus operandi* hegemônico, em especial, quando se trata de suas versões altamente institucionalizadas. Isso significa que o esporte e o lazer não são “ilhas” que podem ser compreendidas para além da sua relação com a sociedade e a cultura; bem como são instrumentos que contribuem para estruturar, ou numa perspectiva mais transgressora, resistir ao diagnóstico de tempo em que vivemos (ELIAS; DUNNING, 1992).

O esporte é parte da cultura corporal cotidiana, como forjador de múltiplas identidades, nacionais, clubísticas e regionais, nas escolas, nos bairros, nas quadras públicas ou privadas, na televisão, na rede social e na nossa casa. Na medida em que cria relações e permite que nos relacionemos, o esporte também é permeado por relações de poder, em âmbitos institucionalizados. Pode servir como prática disciplinadora; podendo aflorar como prática transgressora, por meio da qual se expõem corpos dissonantes e identidades alternativas. O esporte pode ser um poderoso instrumento econômico; pode ser *locus* de disputas políticas de processos decisórios que organizam e definem prioridades na agenda esportiva do país. Esse último prisma, dentre muitos outros possíveis, é o foco de nosso ensaio, uma vez que enfeixa um dos momentos em que a crise ética, política e democrática contemporânea se apresenta no espetáculo esportivo.

Compreender os processos decisórios no esporte implica analisar as relações sociais que se desenvolvem no campo esportivo, um espaço social constituído pelos agentes que promovem a oferta e a demanda por essas práticas (BOURDIEU, 1993). O campo esportivo é permeado por disputas em torno das práticas e comportamentos socialmente considerados legítimos, constituindo relações de poder. As disputas em torno das práticas esportivas não é novidade. No Brasil, desde o governo Getúlio Vargas, o esporte, em particular o futebol, é utilizado como um instrumento forjador de uma unidade em torno de uma identidade nacional. Durante a ditadura militar, as vitórias das seleções nacionais eram representadas como metáfora do desenvolvimento nacional e de uma adesão ao regime autoritário. Também foi ao final da ditadura civil-militar (1964-1985) que jogadores de futebol encamparam um movimento democrático no interior de um clube, a Democracia Corinthiana³, juntando-se à campanha das Diretas Já.

A dimensão contemporânea da crise ética e política nas relações de poder no campo esportivo tem estampado as capas dos jornais e sítios eletrônicos. Essa crise nas relações de poder tem colocado em xeque o modelo de gestão das entidades esportivas, fomentando dúvidas sobre a transparência, democracia e legalidade das mesmas. O fato de uma das principais entidades esportivas do mundo, a FIFA, ter sido alvo de diversas denúncias envolvendo ilegalidades na venda dos direitos de transmissão de eventos, desvio de dinheiro de contratos e de compras de votos na definição das sedes da Copa do Mundo, e de ter diversos dirigentes presos demonstra a gravidade da situação⁴. Além disso, também coloca em pauta

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil.

² Professora Titular da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil.

³ Sobre o tema ver Martins e Reis (2014).

⁴ ENTENDA o escândalo da Fifa e da CBF. **CartaCapital**, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/entenda-o-escandalo-da-fifa-e-da-cbf-4139.html>>. Acesso em: 12 out. 2016.

o debate sobre a transparência, o controle social e a *accountability* (MOLINO, 2010) nas gestões esportivas. Tal debate, sobre as práticas empregadas na gestão esportiva, tem levantado suspeitas, denúncias e investigações sobre a corrupção nas mesmas.

A questão da corrupção, que tem ganhado a atenção da mídia, é fruto da estrutura política, que possui severas implicações para a gestão esportiva, em termos de democracia, transparência e as possibilidades de práticas corruptivas. Por essa via, a discussão sobre as práticas corruptivas e a crise ética no âmbito do processo decisório da agenda esportiva é pautada pela forma pela qual ocorre sua institucionalização, via federações e confederações esportivas. Ainda que essa crise possa transbordar destas entidades, optamos por enfocá-las, uma vez que elas possuem o controle sobre a institucionalização dos procedimentos. Este é o foco da discussão do nosso ensaio. Evidentemente, isso significa deixar de lado algumas considerações acerca de outras formas de corrupção também presentes no esporte, que não passam necessariamente pelos processos gestionários e disputa de poder nas instituições. Fizemos essa escolha a fim de conseguir aprofundar uma temática específica, além de abordar uma questão que na contemporaneidade tem representado um desafio e um problema social, conforme argumentaremos ao longo do texto.

A crise é acirrada na contemporaneidade e seu lócus privilegiado de arregimentação tem sido as confederações e federações, uma vez que as denúncias levantadas sobre a compra de votos para eleição de dirigente ou de sede de evento esportivo têm sido cada vez mais perenes. Além disso, envolvem contratos suspeitos com empresas familiares ou “parceiras”, como as denúncias levantadas contra a Confederação Brasileira de Voleibol no ano de 2014⁵, ou mesmo a compra de direitos de *marketing* e de transmissão dos megaeventos, como é o caso da relação do Comitê Olímpico Internacional (COI) com as empresas que detinham os direitos dos Jogos Olímpicos (SIMSON; JENNINGS, 1998). Há ainda a manipulação pelas grandes redes de televisão para a alteração de regras ou de horários dos eventos esportivos, como é a suspeita da retirada da regra da vantagem no voleibol (MARCHI JÚNIOR, 2000)⁶.

Nossa visão, no entanto, é de que a ocorrência desses fatores não está exclusivamente relacionada à agência e uma crise moral dos indivíduos envolvidos nesses episódios. Sem querer negar o papel da agência dos sujeitos envolvidos nas gestões, argumentaremos a seguir que a organização institucional dessas federações e confederações geram oportunidades de práticas corruptivas. Evidentemente, a manutenção do arcabouço institucional e de práticas anti-democráticas são alvo da ação dos atores envolvidos, e por essa via, sua manutenção também faz parte da responsabilidade social e ética desses envolvidos. Por outro lado, este prisma de análise coloca como cerne privilegiado a disputa por outros modelos de organização institucionais, que promovam práticas mais democráticas e transparentes, envolvendo os demais atores sociais envolvidos com as práticas esportivas.

A corrupção no esporte como um problema institucional

O problema da corrupção é um problema institucional que afeta o campo esportivo, na medida em que as práticas regulatórias são pouco permeáveis a mecanismos de democracia, alternância de poder, transparência e *accountability*. Por isso, para enfrentarmos tal questão é fundamental a compreensão do que são esses mecanismos e como eles influenciam o cotidiano político da governança de órgãos que realizam a gestão de bens públicos.

⁵ CASTRO, Lúcio de. DOSSIÊ VÔLEI: Processos mostram privilégios em negócios com empresas de ex-dirigentes da CBV. Sítio: <ESPN.com.br.>. Em 24 fev. 2014. Disponível em: <http://espn.uol.com.br/noticia/391752_dossie-volei-processos-mostram-privilegios-em-negocios-com-empresas-de-ex-dirigentes-da-cbv>. Acesso em: 21 abr. 2017.

⁶ Neste ensaio, não nos aprofundaremos acerca das denúncias de corrupção levantadas contra confederações e federações esportivas. Para um levantamento e uma discussão mais aprofundada, recomendamos a leitura de Reis e Martins (2017).

Quando tratamos das relações de poder entre agentes sociais e os processos de gestão esportiva emergem duas dimensões para a reflexão. A primeira delas diz respeito às consequências sociais e políticas de uma gestão, quer seja a forma pela qual as decisões tomadas (em seus conteúdos e efeitos) afetam a vida dos demais agentes que permeiam o campo esportivo (GONÇALVES, 20005). Esta é a dimensão diretamente substantiva de um processo político (MORLINO, 2010). A segunda dimensão refere-se aos procedimentos, a qual permitirá pensar o equilíbrio das relações de poder – o que diretamente pode afetar a forma pela qual alguns atores terão oportunidade de influenciar os conteúdos e os efeitos das decisões tomadas.

Em gestões democráticas, para evitar o abuso ou o uso inadequado de poder, construiu-se o instrumento da responsividade/*accountability*. Em democracias, este instrumento constituiu-se com a preocupação de servir à representação dos interesses dos cidadãos. A *accountability* “corresponde à obrigação dos líderes políticos de responder por suas decisões políticas quando inquiridos pelos cidadãos eleitores ou quaisquer órgãos constitucionais” (MORLINO, 2010, p. 35). Este instrumento é, em um processo político representativo, a forma pela qual os sujeitos que não estão envolvidos diretamente na tomada de decisão, mas que são afetados pela mesma, podem cobrar, aprovar ou punir um dirigente ou líder político por sua ação.

Existem duas maneiras desse instrumento ser implementado: de forma vertical e de forma horizontal. A *accountability* vertical diz respeito à pessoa integrante daquele agrupamento e que é representada pela gestão poder exercer algum tipo de controle e regulação sobre a atividade da gestão. Esta pessoa, numa gestão democrática, é denominada como o “eleitor” e escolhe, dentre os demais eleitores, as pessoas que ocuparão os cargos dirigentes. A regulação e controle são feitos a partir da avaliação que essa pessoa faz da gestão desses dirigentes, que culmina na aprovação ou reprovação dos mesmos. A aprovação significará eleger os mesmos dirigentes, em caso de permissão de reeleição, ou de confiar na chapa de sucessão apoiada pelos mesmos. Em caso de reprovação, este eleitor vota em uma chapa de oposição ou mesmo anula seu voto para não demonstrar aprovação do trabalho realizado. Quando nos referimos às instituições esportivas, a figura da regulação poderia ser feita pelos atletas, clubes, treinadores ou mesmo espectadores que não estejam diretamente envolvidos com a gestão da confederação ou federação em questão. Evidentemente que, para que isso ocorra, estes atores deveriam fazer parte do processo eleitoral que escolheu os dirigentes dessa entidade. Portanto, para a *accountability* vertical existir é fundamental a existência de eleições democráticas e participativas nas confederações e federações.

Como é possível notar, este processo, via de regra, só ocorre em momentos eleitorais. O controle, durante os mandatos, ocorre de modo horizontal. Por isso, surge a ideia de equilíbrio entre os poderes e o respeito aos procedimentos, leis e rotinas historicamente estabelecidas. Este é a *accountability* horizontal. Para que essa *accountability* se exerça, se faz necessária “uma dimensão pública caracterizada pelo pluralismo, pela independência e pela real participação de uma série de atores individuais e coletivos” (MORLINO, 2010, p. 35). Podemos pensar nesta *accountability* quando há a existência de órgãos que são independentes. Esta característica os permite fazer um monitoramento ao longo do mandato. Numa democracia, por exemplo, a existência de outros poderes, como o Legislativo e Judiciário, ou mesmo de ações do Tribunal de Contas da União ou de investigação da Polícia Federal ajudam a promover essa *accountability*. Tal fator não se faz presente, portanto, quando há gestões autoritárias, nas quais aqueles que estão nos cargos diretivos possuem o predomínio absoluto da agenda das decisões e ações e perpetuam-se no poder durante décadas. Nas gestões esportivas, essa *accountability* poderia ocorrer por conselhos fiscais, tribunais de justiça desportiva ou outros órgãos esportivos superiores, como COI ou federações internacionais.

De acordo com O’Donnell (1998, p. 46), a *accountability* pode ser violada por dois mecanismos: o primeiro diz respeito à usurpação de uma autoridade política por outra. Isto acontece quando a estrutura organizativa não é cumprida, e uma figura política acaba ocupando o lugar decisório daquele que foi eleito para tal. O segundo mecanismo que pode afetar a *accountability* é constituída por “vantagens ilícitas que uma autoridade política obtém para si ou para aqueles de alguma forma associadas a ela”, o que ele chama de corrupção. Nesse sentido, os órgãos da *accountability* têm uma função de fazer com que os

órgãos de gestão pública cumpram suas funções e que os governantes eleitos para tais órgãos sejam responsáveis com os interesses públicos e de seus representados, de modo que suas ambições particulares não corrompam os interesses de ordem pública e coletiva.

Quando a *accountability* não cumpre a sua função, o funcionamento democrático de uma gestão é deturpado. Uma visão minimalista sobre a gestão democrática talvez não a perceba, uma vez que é direcionada apenas aos ritos de eleição (se tem votação; se todos podem participar da mesma). No entanto, quando adicionamos uma visão mais normativa sobre a qualidade dessa democracia, percebemos que esta gestão pode constituir práticas de poder abusivas, desiguais e pouco permeáveis à transparência, ao monitoramento e à disputa política. Justamente esse tipo de ambiente que é frágil do ponto de vista da qualidade da democracia e que pode constituir uma estrutura de oportunidades para a prática da corrupção.

A corrupção pode ser genericamente definida como as formas de aproveitamento ilícito e indevido das oportunidades geradas para uma pessoa que ocupa um cargo numa gestão. Os crimes mais típicos relacionados à corrupção abordam rupturas de ordem fiscal e tributária, as licitações irregulares e favorecimento nas mesmas, o tráfico de informações privilegiadas, de influência e/ou de favorecimento, além de nepotismo (LEVCOVITZ, 2014).

Neste texto, fizemos a opção teórica por uma visão institucional e procedimental do processo político que gera as oportunidades para que essas práticas se concretizem. O intuito foi, em primeiro lugar, compreender a forma pela qual os agentes autointeressados têm acesso a um poder possível de ser corrompido e se utilizem dessas práticas, para, em seguida, propor ações para coibi-las. A partir deste debate, duas questões emergem para pensarmos como a estrutura de poder de uma gestão cria ou não oportunidades para prática corruptiva. A primeira é que se faz necessário saber se existem incentivos para o monitoramento das práticas de gestão. Em outras palavras: quem tem a capacidade para fiscalizar e, em caso de práticas indevidas, se existem canais efetivos para a realização de uma denúncia? Existe um sistema de transparência nos gastos e nas decisões? Há possibilidade de o associado comum monitorar, fiscalizar e em última instância punir práticas corruptas, constituindo uma *accountability* vertical? Existe um órgão específico para isso, que possua independência da gestão, constituindo uma *accountability* horizontal? A segunda questão diz respeito a, em caso de incidência de práticas suspeitas ou não aprovadas, quais são as possibilidades de se forjar uma oposição que tenha chances de disputar o poder? Isso é importante porque se não há oposição e nem uma clara alternância de poder, se diminuem os próprios incentivos para o monitoramento das práticas (BATISTA; MARQUES, 2012).

Privatizar ou democratizar?

O poder no esporte e suas relações com as práticas corruptivas

É interessante destacar que, dentre as instituições que organizam a atividade esportiva, as federações são entidades sem fins lucrativos, cuja função é organizar, fomentar e desenvolver a prática de determinada modalidade esportiva (RIBEIRO, 2012). As federações são organizadas em várias esferas, subordinando-se a uma entidade internacional geral, como o COI, no caso das modalidades olímpicas, dentro do país, ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB). A estrutura de uma federação nacional, em geral, obedece à lógica, subordinando as federações locais, com um determinado escopo regional definido de atuação.

As federações esportivas não são entidades vinculadas ao Estado. Elas são apenas reguladas por ele, conforme determina a Lei 9.615, de 24 de março de 1998. Tal legislação define que cabe ao Estado brasileiro a criação de um sistema esportivo. Além disso, define que cabe à gestão dessas entidades agirem com transparência na gestão administrativa e financeira.

A primeira pergunta que pode emergir, quando tratamos sobre uma prática de controle, monitoramento, transparência e alternância de poder nas federações, é por que elas devem existir se não são entidades submetidas ao poder público? Em nossa visão, esta lógica deve ser aproximada ao esporte,

porque ele tem uma importante faceta pública⁷. Em primeiro lugar, isso se dá porque além da regulação, o Estado brasileiro também financia o esporte. Isso acontece por meio de destinação direta de recursos, convênios com o Ministério do Esporte e programas do mesmo, como a Bolsa Atleta (RIBEIRO, 2012). Desde a aprovação da Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001, conhecida como Lei Agnelo-Piva, tais entidades passaram a obter boa parte de seu financiamento de uma verba federal. Tal legislação estabeleceu que 2% de toda a verba arrecadada com a loteria esportiva brasileira deveria ser repassada ao COB e ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Em 2011, essa legislação foi atualizada, pela Lei 12.395, incluindo a Confederação Brasileira de Clubes (CBC) como beneficiária de 0,5% do total da arrecadação das loterias da Caixa Econômica Federal. Em 2015, a Lei da Inclusão da Pessoa com Deficiência⁸ atualizou essa lei novamente, prevendo então 2,7% de repasse ao COB e ao CPB, sendo desde então 30,04% dos recursos para o CPB. Em 2016, isso significou que R\$ 220 milhões repassados ao COB, dos quais R\$ 131 milhões são destinados diretamente às federações e confederações olímpicas, que recebem entre R\$ 2 e R\$ 4,5 milhões cada⁹. De acordo com Ribeiro (2012), a verba direcionada diretamente às Confederações das modalidades é utilizada para participação em competições (38%); preparação técnica (34%) e manutenção da própria entidade (13%). Deste modo, percebe-se um investimento do Estado nessas confederações, o que por si só já justifica a necessidade de transparência e controle do uso dos recursos pela gestão das confederações¹⁰.

Além disso, um segundo aspecto remonta-se à gênese do esporte moderno para justificá-lo como algo público. A origem das associações esportivas está relacionada a uma dimensão regulatória desta prática, preocupada em torná-la comum a toda uma coletividade que transbordava as barreiras da localidade, da secularização, das classes e da tradição. A concentração autoritária e privada do poder regulatório sobre o esporte em confederações e federações foi uma das consequências do desenrolar histórico do esporte, enquanto, em um primeiro momento, signo de distinção, e, em segundo, como um segmento da economia que é altamente lucrativo. Diante disto, a questão que surge é se a dimensão econômica do esporte, que ganhou muita força nas últimas décadas, não anularia seu sentido público?

Desde sua gênese enquanto fenômeno moderno, o esporte, além de uma prática, também constituía um espetáculo, isto é, as pessoas também costumavam assistir às partidas (DUNNING, 2003). Porém, ao longo do século XX, em especial a partir da segunda metade dele, esse espetáculo esportivo passou a relacionar-se de forma intensa com outros setores da economia, integrando-se a essas esferas da produção. Conforme Marcelo Proni (2000) destacou, o esporte tornou-se um veículo de valorização de outros setores, por meio do *marketing* esportivo e, em função disso, passou por alterações em sua forma de organização, de modo a amoldar-se às exigências dessas outras esferas de valorização do capital.

Por isso, essa integração trouxe consequências para a regulação da atividade esportiva, pois, uma vez que foi detectada essa predominância econômica na atividade, o seu sentido público foi colocado em dúvida, em particular no futebol, modalidade em que a “indústria do esporte” se forjou mais intensamente. Esse questionamento se deu em meados da década de 1990, quando eclodiu o caso Bosman¹¹.

⁷ Consideramos que o esporte moderno, originado nas *public schools* da elite inglesa, logo se alastrou por todas as camadas sociais e passou a ser uma das atividades de lazer hegemônicas da sociedade moderna (DUNNING; CURRY, 2006). Deste modo, percebemos, desde a gênese do esporte, seu caráter cultural e público, como prática que é apropriada por diversos setores e transformada por estes mesmos, uma vez que o esporte atende a interesses de toda uma coletividade. As associações esportivas surgiram como parte desse movimento. Na medida em que o esporte foi se alastrando pelas diversas escolas, bairros e cidades, para que os jogos se desenvolvessem entre diferentes contextos, era fundamental que existissem regras comuns. As associações esportivas surgem a fim de institucionalizar essas regras. Em 1857, é criada a Federação Inglesa de Rugby e, em 1863, a Football Association, a federação inglesa de futebol, consolidando a diferenciação entre essas duas modalidades esportivas, que possuíam uma origem comum (DUNNING; CURRY, 2006).

⁸ **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**, artigo 110.

⁹ RECURSOS perenes para investimento no esporte brasileiro. Portal oficial do Governo Federal sobre os jogos olímpicos e paralímpicos de 2016. S/d. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/lei-agnelo-piva>>. Acesso: 9 nov. 2016.

¹⁰ Conforme destaca Ribeiro (2012), as confederações esportivas declaram que um entrave da transparência no uso dos recursos advindos da Lei Agnelo Piva é justamente a prestação de contas federal, para a qual seus quadros técnicos não seriam bem preparados e sua forma de gestão não seria compatível, uma vez que funcionaria como uma entidade privada.

¹¹ Para mais detalhes sobre o Caso Bosman e o impacto sobre o esporte enquanto uma atividade comercial, conferir Martins (2017).

A discussão sobre se o esporte deve ser entendido enquanto uma atividade econômica apropriada privadamente e, portanto, uma mercadoria, ou se deve ser entendido como um bem público se forjou ao longo das duas primeiras décadas dos anos 2000 no âmbito da União Europeia. Se em primeiro momento tal discussão foi ensejada pelo futebol, outras modalidades esportivas foram se engajando na discussão, a partir de casos específicos que eram julgados¹². O desdobramento dessa discussão se deu em considerar a função social e educativa do esporte em primeira instância, ou tratá-lo como uma atividade meramente econômica. A forma como isso foi compreendido pela Comissão Europeia, por meio do Tribunal de Justiça Europeu, caminha, ao longo do século XXI, no sentido de não considerar o esporte apenas pelo seu sentido econômico, o que desprezaria seu sentido esportivo, segundo Ferreira (2008). Tal interpretação poderia ser alinhada à ideia de que existiriam afinidades eletivas entre o fenômeno esportivo e a economia. No entanto, diferente do que Weber descreveria com relação ao *ethos* protestante e o espírito capitalista (WEBER, 2004), o *ethos* esportivo seria justamente o local em que residiram as diferenças entre esporte e economia. A manutenção da competição seria o que contrariaria as leis econômicas de formação de monopólios, a partir dessa visão. Segundo aqueles que defendem a especificidade da regulação esportiva, a estratégia comercial serviria apenas para contribuir na missão do clube em ganhar títulos (FERREIRA, 2008).

Este debate fomentou uma tensão entre as entidades esportivas e a Comissão Europeia, uma vez que o debate sobre a *pureza* da atividade esportiva é controversa. Aliás, este tem sido um argumento que tem servido à criação de regras especiais para a atividade econômica esportiva, o que, por sua vez, tem contribuído para gerar cada vez mais lucro aos seus organizadores dos eventos esportivos (sejam donos de clubes ou gestores de federação). A contradição do discurso sobre a especificidade do esporte e seu sentido social, educativo e cultural e sua consequência prática, o aumento dos lucros das federações nacionais e internacionais, imputa a necessidade de, ao mesmo tempo em que reafirmamos o sentido público do esporte, devemos também desvelar suas relações econômicas, suas causas e consequências políticas. Esse movimento nos faz compreender os sentidos em disputa que permeiam a prática esportiva.

Seu sentido econômico é muito presente nas discussões e nas nossas vidas devido ao monopólio estético exercido por essa forma esportiva. Por conseguinte, sua faceta, enquanto bem público¹³ fica atenuada. Embora existam mais dimensões além da do esporte espetáculo, esta última tomou as rédeas da mídia e, muitas vezes, das pesquisas na área acadêmica (DAMO, 2007). Para além desse esporte, profissional e espetacularizado, existe uma diversidade de formas de se apropriar do fenômeno esportivo. Formas essas que variam culturalmente, geracionalmente e globalmente. Essa heterogeneidade na forma da apropriação ao fenômeno revela sua riqueza cultural e sua singularidade em nossa vida social (STIGGER, 2002).

Mesmo no futebol o sentido público desta prática é constantemente reafirmado e seu direcionamento ao mercado é colocado em disputa. Em primeiro lugar, se observarmos a forma como são geridos os clubes, notaremos que eles se organizam como uma metáfora de uma nação. Para além do âmbito discursivo, a nação clubística se expressa uma vez que os clubes têm eleições, governantes e “cidadãos” – tanto no sentido de serem eleitores, como fazerem parte dessa comunidade de sentimentos – aos quais o primeiro deve prestar contas (DAMO, 2007). Em segundo lugar, os movimentos que têm emergido por parte dos torcedores contra o “futebol moderno” questionam justamente o ápice que a comercialização tem atingido. A “modernização” do futebol tem feito com que os clubes se aproximem cada vez mais da lógica de uma empresa, buscando o lucro e desprezando, por conseguinte, seus “cidadãos”. Em outras palavras, ser contra o futebol moderno, para estes torcedores, é querer defender o sentido público da apropriação do esporte.

¹² Para saber todos os casos específicos julgados após o Caso Bosman que ensejaram a discussão sobre a natureza da atividade esportiva, consultar Ferreira (2008).

¹³ Bem público é aquele que é apropriado por uma coletividade, servindo, portanto, a interesses não estritamente particulares. Segundo Olson (1999, p. 24), bem público é “quando seu consumo por um dos membros do grupo não inviabiliza que outros membros também consumam este bem”.

No entanto, quando observamos a lógica da gestão dessas entidades, nos deparamos com uma estrutura herdada da ditadura civil-militar, quando o governo possuía respaldo para intervir nessas federações (RIBEIRO, 2012). Como parte desse processo, é comum que seus estatutos não sejam públicos¹⁴ e que a reeleição seja ilimitada¹⁵, favorecendo que não se forje uma oposição e que não haja alternância de poder. A consequência desse processo é que, em 2016, pelo menos 10 das 30 confederações de modalidades olímpicas possuíam presidentes que estavam em mandatos há mais de dez anos. Considerando que a maior parte das confederações possui duração de mandato de quatro anos (cerca de 27 confederações), nota-se que as reeleições têm acontecido de forma reiterada. A média de duração dos mandatos é de nove anos, além de existirem alguns que já perduram por mais de 16 anos, ou seja, quatro ciclos olímpicos, como é o caso de sete delas (REIS; MARTINS, 2017).

Estes dirigentes argumentam que a sua permanência longa no cargo não seria um fator negativo à gestão, pelo contrário. A experiência acumulada permitiria a eles ter um melhor desempenho na gestão, que por sua vez explicaria o sucesso de seus mandatos, por conseguinte, a ausência de sucessores para substituí-los (RIBEIRO, 2012). Entretanto, tal fato não explica ainda a frequência reduzida de espaços deliberativos das federações e da não prestação de contas publicamente¹⁶.

Dentre essas, estavam as confederações de atletismo, voleibol e de tênis, essas duas últimas recentemente acusadas de corrupção, conforme é possível verificar denúncias no sítio eletrônico “Jogo Limpo”¹⁷, cujo objetivo é justamente veicular esse tipo de informação¹⁸. Por mais que sejam denúncias e que seu julgamento não tenha sido concluído, elas são baseadas em auditorias da Controladoria Geral da União, do Ministério Público e da Polícia Federal, órgãos que têm questionado a forma como tais entidades gerem o dinheiro público.

Aliás, a Confederação Brasileira de Voleibol é aquela cuja gestão é elogiada como exemplo de modernização e profissionalização (MARCHI JÚNIOR, 2004; RIBEIRO, 2012). Este exemplo remonta à seguinte discussão: a modernização não é necessariamente o contraponto que resolve o problema da corrupção¹⁹. Dirigentes e políticos têm utilizado a defesa da modernização para beneficiarem a si próprios, justificando seu envolvimento com práticas autointeressadas, clientelistas e clandestinas, como demonstram as denúncias presentes no “Dossiê Vôlei”, organizado pelo jornalista Lúcio de Castro (2014). Por sua vez, acadêmicos, jornalistas, “especialistas” em gestão têm utilizado o termo para defender a utilização do modelo empresarial para gerir o esporte, como se os interesses do empresário fossem isentos de práticas

¹⁴ Em 2012, apenas 31 das 53 confederações nacionais existente no Brasil possuíam estatuto disponibilizado em seus sítios eletrônicos (RIBEIRO, 2012).

¹⁵ Em 2012, mais de 30 confederações não versam sobre a possibilidade de reeleição, o que significa que não a veta, tornando-as possíveis e infinitas, além da dezena de confederações que permite reeleições ilimitadas (RIBEIRO, 2012). Possivelmente este quadro está em mudança após a inclusão de um artigo na Lei Pelé que veta que presidentes fiquem mais de oito anos à frente das entidades, com a Lei 12.846/13.

¹⁶ Das 53 confederações existentes, ao menos 23 delas não possuíam periodicidade definida publicamente para as suas assembleias. E apenas oito delas apresentavam balanço financeiro no sítio eletrônico, conforme apontam dados de 2012 (RIBEIRO, 2012).

¹⁷ O sítio eletrônico “Jogo Limpo” foi uma iniciativa do canal ESPN Brasil para a investigação das modalidades olímpicas brasileiras. Segundo os editores do sítio, o objetivo do mesmo é fiscalizar e explicar os processos de gasto de dinheiro com esporte no último ciclo olímpico. ESPN. 19 set. 2016. Disponível em: <http://espn.uol.com.br/noticia/632206_espn-lanca-pagina-sobre-corrupcao-e-irregularidades-no-esporte>. Acesso em: 17 nov. 2016.

¹⁸ CASTRO, Lúcio de. DOSSIÊ VÔLEI: Processos mostram privilégios em negócios com empresas de ex-dirigentes da CBV. ESPN.com.br. 24 fev. 2014. Disponível em: <http://espn.uol.com.br/noticia/391752_dossie-volei-processos-mostram-privilegios-em-negocios-com-empresas-de-ex-dirigentes-da-cbv>. Acesso em: 21 abr. 2017. MOREIRA, G. CARA, T. Justiça aceita denúncia contra presidente da CBT. 07 out. 201. ESPN.com.br, Jogo limpo. Disponível em: <http://espn.uol.com.br/noticia/637123_justica-aceita-denuncia-e-presidente-da-cbt-vira-reu-por-desvio-de-dinheiro-publico>. Acesso em: 17 abr. 2017.

¹⁹ Quando nos referimos à modernização, estamos falando do processo de profissionalização da gestão destes, de modo a tornar o futebol uma forma de negócio rentável, promovendo uma organização empresarial. Tratou-se, no caso do futebol brasileiro, para exemplificar, do aumento dos investimentos no esporte, via patrocínio exibido nas camisas e nos gramados, associando a imagem de empresas aos clubes; ao televisionamento das partidas, com investimentos das emissoras de TV no espetáculo esportivo; consolidação de um mercado nacional da modalidade; valorização maior dos jogadores famosos e crescimento da exportação de jogadores (PRONI, 2000).

autointeressadas. Este modelo, além de não resolver os problemas da falta de dinheiro das federações, das dívidas dos clubes de futebol com o Estado, ainda não é garantia nenhuma de um balancete publicizado e sem práticas indevidas. Além disso, pode constituir também como um retrocesso, já que pode tornar a gestão das federações ainda menos democrática. Afinal, nela quem manda é o CEO, que não necessariamente é eleito e nem está sujeito a mecanismos de *accountability* perante seus representados, os consumidores do espetáculo esportivo, sem direito à voz e poder político de fato.

Isto significa que apenas exibir publicamente o balancete ainda não é garantia de uma gestão transparente e democrática. Seria necessária a presença de órgão de controle também e alguma forma de prestação de contas e *accountability*. Somente a presença do Conselho Fiscal também não seria garantia, uma vez que muitas vezes sua eleição é dada por uma chapa única e com relação intrínseca à diretoria da federação. Segundo Ribeiro (2012), uma possibilidade seria outra espécie de conselho, cuja função não seria apenas fiscalizar, mas que teria poderes de decisão também, de modo a tornar-se interessante aos associados.

Tal estrutura de poder nas gestões esportivas tem servido para a geração de oportunidades de práticas corruptivas. Por mais que tais práticas ainda não tenham sido completamente apuradas, emergiram diversas denúncias de clientelismo, patrimonialismo, desvio de recursos, compra de votos, favorecimento ilícito, dentre outras más condutas ou mesmo crimes (CHADE, 2015; JENNINGS, 2012; SIMSON; JENNINGS, 1998; YALLOP, 2002). No âmbito global, o livro “Os Senhores dos Anéis”, de autoria dos jornalistas Andrew Jennings e Ivy Simson (1998) retrata esse panorama no COI, denunciando a criação de empresas para deter os direitos de transmissão, contratos duvidosos com a empresa de materiais esportivos “Adidas” e até mesmo a compra da entrada do Taekwondo como modalidade olímpica. O livro de Andrew Jennings “Jogo Sujo” (JENNINGS, 2012) e de David Yallop “Como eles roubaram o jogo” (YALLOP, 2002) sobre o futebol demonstram essas práticas no âmbito da FIFA. E nos últimos anos no Brasil têm sido constante denúncias que têm englobado esportes olímpicos, como é o caso das daquelas contra dirigentes brasileiros de futebol; contra a CBV, a Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos (CBDA), a Confederação Brasileira de Tênis (CBT), a Confederação Brasileira de Boxe, dentre outras.

Essa situação tem feito emergir protestos por parte de alguns sujeitos envolvidos com o universo esportivo. Em junho de 2013, emergiram por todo o Brasil muitas manifestações políticas que influenciaram os sujeitos deste universo. Entre suas demandas e questões, estava o enfrentamento à organização da Copa do Mundo no país. Tal reivindicação fez com que a atenção pública se firmasse em direção às entidades esportivas que organizavam o evento. De modo tal, o debate sobre a organização do esporte deixou de ser privativo de um pequeno grupo reunido no Comitê Organizador Local (COL) e na CBF. A população brasileira reivindicou participar dessas decisões. Como parte desse processo, foi aberto um debate no campo esportivo sobre sua organização. Em função da realização dos megaeventos esportivos no Brasil, atletas e ex-atletas começaram a se mobilizar propondo iniciativas para transformar o *status quo* no âmbito esportivo brasileiro. Três casos são notórios.

O primeiro, intitulado “Atletas pelo Brasil”, uma Organização Não Governamental (ONG) formada por ex-atletas brasileiros, cujo objetivo é a democratização do esporte no país. Interessante é que tal iniciativa costura este viés unindo as dimensões de esporte de lazer, educacional e de rendimento. Estes atletas lutam por difundir uma cultura esportiva entre crianças e jovens, assim como reivindicam a reformulação da estrutura esportiva brasileira, buscando inserir a participação dos diversos setores que promovem a atividade esportiva, promover a transparência na gestão visando democratizá-la. Nesse sentido, a ONG é um exemplo interessante que demonstra que a democratização pode relacionar todo o sistema esportivo. Essa iniciativa participou da aprovação, em 2013, da Lei **12.846/13** uma medida que impede a recondução ilimitada de dirigentes esportivos em federações e confederações, um passo fundamental para a democratização do poder dessas estruturas.

No ano de 2015, a ONG “Atletas pelo Brasil” organizou diversas entidades patrocinadoras do esporte, em conjunto com confederações, para definir regras para que estas empresas investissem no esporte. Tais regras buscavam implementar uma gestão mais transparente e responsável dos recursos

investidos no esporte, bem como tentar organizar a demanda do setor, já demonstrando que o financiamento público dessas entidades não deve responder sozinho por toda oferta esportiva²⁰.

A segunda iniciativa que chamou bastante atenção, de 2013 a 2016, foi o “Bom Senso Futebol Clube”. Tal movimento surgiu da iniciativa de um grupo de jogadores de futebol, mobilizado em primeiro momento contra o calendário proposto pela CBF para 2014, o qual, em função da realização da Copa do Mundo, impedia a fruição de 30 dias corridos de férias pelos atletas. O debate impulsionado pelos jogadores tocava em pontos da estrutura esportiva do futebol no país, pautando a necessidade de uma série de mudanças, a fim de proporcionar melhores condições de trabalho para eles e um melhor futebol para todos.

Essas duas iniciativas se entrecruzaram em alguns momentos. Isso porque, a partir do Bom Senso F.C., sobretudo, começou-se a forjar-se um movimento social do futebol brasileiro. Para além de uma forma sindical, colaborativa, o Bom Senso F.C. visou ser uma *organização* de um movimento social (DIANI, 1992) do futebol brasileiro (MARTINS, 2017). Ele seria uma das principais organizações, entretanto, que não dispensa a presença de outros parceiros e organizações que lutam por mudanças no esporte como um todo, e no futebol em específico. O exemplo do diálogo com as ONGs “Guerreiras Project” e “Atletas pelo Brasil” demonstra a relação que ele estabelece com outros setores.

Essas duas iniciativas, do “Bom Senso F.C.” e do “Atletas pelo Brasil”, colocaram em evidência o desafio de transformar a agenda esportiva brasileira. É importante a mobilização para colocar esses debates na agenda política do país, impedir que maiores retrocessos ocorram e colocar na ordem do dia a necessidade de uma democratização do campo esportivo, a fim de afirmar outros interesses não hegemônicos, estéticas diversas e plurais.

Apontamentos para uma democratização do poder e de gestões éticas nas confederações esportivas

Em primeiro lugar, é necessária a adoção de procedimentos mínimos de transparência dos procedimentos burocráticos das federações: estatutos públicos, divulgados amplamente; balanços além de aprovados pela assembleia geral e pelo conselho, disponíveis na rede virtual para consulta pública e geral; clareza nas regras de eleição, candidatura e duração de mandatos eletivos; regularidade e clareza na realização de assembleias entre associados; critérios claros e possíveis para que uma pessoa/clubes se associe à federação, dentre outras. Estes são procedimentos mínimos, mas que, conforme demonstramos anteriormente, não ocorrem.

Em segundo lugar, é necessário criar mecanismos de *accountability* vertical e horizontal. Se esses mecanismos já existirem, é necessário fortalecê-los. Com relação à *accountability* vertical, é fundamental que exista a possibilidade dos membros representados “punirem” os representantes que tiverem uma má gestão ou que tomarem decisões inadequadas. Para tanto, é necessário: (i) que os associados tenham acesso e conhecimento às decisões tomadas pela gestão; (ii) que eles tenham canais para opinar sobre essas decisões, como consultas públicas e a eleição. Por isso, é importante que os processos eleitorais sejam amplamente divulgados, incluindo o período de manifestação de candidaturas e o momento da votação. Em algumas confederações, existe a “cláusula de barreira” para uma candidatura. Isso significa que oposições são dificultadas, uma vez que elas precisam de um certo apoio para existirem concretamente, o que na prática, pode inviabilizar sua ocorrência. Isso dificulta uma candidatura de oposição para qual o eleitor pode direcionar seu voto, como forma de “punir” a gestão anterior e viabilizar mudança na entidade.

É necessário também possibilitar a alternância de gestão, para favorecer a criação de novas lideranças no meio esportivo, evitar a concentração de poder nas mãos de uma mesma pessoa, e oxigenar

²⁰ ATLETAS pelo Brasil. Pacto pelo esporte. Integridade, gestão e transparência no esporte. 25 set. 2015. Disponível em: <<http://atletaspelobrasil.org.br/pacto-pelo-esporte-integridade-gestao-e-transparencia-no-esporte/>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

as federações. Segundo Ribeiro (2012) essa medida ajudaria a combater algumas práticas ruins na gestão esportiva, como o *marketing* de emboscada e exclusividade de direitos de imagem. Essas duas ações concentrariam ainda mais os recursos “nas mãos dos Dirigentes das entidades donas dessas propriedades esportivas sem necessariamente oferecer uma contrapartida do atendimento aos interesses dos demais” (RIBEIRO, 2012, p. 124).

A alternância de grupos que detêm o poder é um mecanismo importante para garantir que diferentes interesses sejam atendidos numa gestão majoritária. O campo esportivo é um espaço social permeado por relações de força e por agentes que disputam o monopólio para poder determinar quais as práticas consideradas legítimas. Deste modo, uma gestão democrática deveria alternar os grupos de interesses que definirão essas práticas. A reeleição ilimitada, por exemplo, vai contra a ideia de alternância no poder e parece desincentivar uma oposição que poderia cumprir um papel fiscalizador. Se não há alternância, parece não haver oposição viável.

É fundamental atentar ao processo eleitoral, relativamente a quem pode se candidatar e quem participa da eleição. É razoável supor que não deveria existir nenhuma cláusula de barreira para que um grupo de oposição possa se candidatar, uma vez que tal medida pode impedir o surgimento de oposições para alternar o poder com o grupo que está na gestão e manter tais grupos numa posição eterna de dominação no campo esportivo. Outra questão diz respeito ao colégio eleitoral. Quanto menor ele for, mais grupos ficam excluídos do processo de decisão e são impedidos de disputar o poder e participar do processo de alternância que marca uma democracia.

Por isso, também é importante que o colégio eleitoral seja ampliado para que diversos setores que participam cotidianamente do esporte possam ter voz e que sejam efetivamente representados. Garantir a presença dos atletas, que normalmente são alijados da disputa do poder deve ser parte do processo de democratização. São eles que promovem o espetáculo esportivo, eles que sentem na pele as mazelas da má administração, por isso devem fazer parte para garantir que *accountability* vertical represente a todos os envolvidos. É igualmente necessário dar voz àqueles que participam das categorias de base e que formam os futuros atletas. Por último, mas não menos importante, é necessário dar voz aos espectadores, que consomem cotidianamente esse espetáculo.

Com relação aos atletas, ainda, a Lei nº 12.868, de 2013, garantiu a participação dos atletas nos colegiados de direção e nas eleições para os cargos da entidade. É necessário que as federações reformem seus estatutos e assegurem essa participação de forma efetiva e substantiva. Algumas confederações já começaram a implementar esse processo, ainda que lentamente, como é o caso da Confederação Brasileira de Basketball (CBB). No entanto, isso deve vir acompanhado de uma reformulação no *modus operandi* de gestão para de fato envolver os atletas no processo de tomada de decisão, não apenas colocar um representante deles, escolhido pela presidência, com peso mínimo na votação para diretoria. É necessário também que a federação garanta o direito dos atletas se organizarem, impedindo que haja retaliações aos que vierem a discordar ou a se organizar com a oposição a clubes e federações.

Além dessas questões, para que não haja abusos, seria razoável supor que existissem mecanismos de *accountability* horizontais. Isto se refere a órgãos que possuam autonomia e possam monitorar diretamente a gestão durante seu mandato, como conselhos consultivos, administrativos, fiscal e assembleias. Estes mecanismos não só precisariam existir, como também ter uma dinâmica frequente de reuniões, de funcionamento e de autonomia. Um risco que pode ocorrer é de, apesar de existir o conselho fiscal, este acabar sendo composto pela chapa eleita para a gestão da entidade, o que faria com que a sua autonomia pudesse ser questionável. É importante que eles funcionem em gestões proporcionais, de modo a contemplar todos os grupos que disputam o poder no âmbito da confederação. Seria importante também que a gestão fosse composta por uma diretoria com poder de executar deliberações tomadas em outros órgãos. Evidentemente que a gestão sempre possui algum caráter de tomada de decisão. Se olharmos os objetos de investigação que expusemos aqui neste texto, boa parte deles diz respeito à escolha de empresas para a prestação de serviços, algo que é diretamente decidido pela gestão executiva. Mas seria interessante que estas decisões fossem objeto de prestação de contas constante para outros órgãos, como a um conselho consultivo ou administrativo, composto de forma proporcional e com eleição em momentos distintos à eleição da diretoria, para tentar garantir uma autonomia com relação à diretoria.

Romper com a estética e *modus operandi* hegemônica do esporte espetáculo pode nos ajudar a compreender a diversidade de apropriações do fenômeno esportivo presente na vida social cotidiana (DAMO, 2007). A partir daí, conseguimos observar os diferentes agentes e direções das práticas esportivas, evidenciando as disputas e os sentidos não hegemônicos, o que nos permite verificar processos de conflitualidades e zonas de polaridades e de poder, que muitas vezes são minimizadas e dominadas pelas relações de força dominante. Este quadro nos faz vislumbrar dois aspectos. Em primeiro lugar, que o esporte é um fenômeno múltiplo e presente, disponível para apropriação cultural de todos e todas. Em segundo, notamos também que os sentidos não hegemônicos são sufocados pela estrutura e pelas relações de poder dominantes no campo esportivo, o que implica pensar a necessidade de democratizar não somente a apropriação do fenômeno, mas o controle dele também, para fazer ressoar as distintas apropriações e sentidos.

Por isso que o próprio significado social do esporte está em disputa, criando uma tensão entre uma direção plural e um sentido unívoco enquanto prática de mercado. A concentração de poder nos gestores muitas vezes obscurece essa disputa e produz um discurso que serve aos interesses que já têm sido atendidos. Do nosso ponto de vista, o que se faz necessário é colocar em evidência tais disputas. Isto é, as estruturas esportivas precisam mudar para permitir a expressão de outras vozes. Envolve não apenas criar mecanismos que permitam um acesso e permanência na prática esportiva, mas, sobretudo, criar uma estrutura institucional mais justa e democrática, dentro da qual seus diversos atores tenham a possibilidade de intervir nos rumos do próprio esporte, fazendo valer suas necessidades e interesses, de modo a que o esporte sirva para promover o desenvolvimento humano, de forma ampla e plural. Para tanto, é preciso estimular, entre outras coisas, a democratização das gestões esportivas.

Apesar de ser um longo caminho a ser trilhado, a nosso ver, é esta a trajetória adequada para o enfrentamento da corrupção no esporte. A corrupção não é uma característica cultural do “tipo ideal” brasileiro (ou de qualquer outra nacionalidade), mas resultado de oportunidades geradas por estruturas de poder pouco democráticas, transparentes e monitoradas (SOUZA, 2015). Por conseguinte, a forma de funcionamento das federações implica consequências, como a concentração de poder, a ausência de monitoramento e a criação de oportunidades de práticas corruptivas. Transformar estas estruturas e definir o que seriam controles possíveis no esporte, seja no âmbito horizontal ou vertical, são os passos dessa jornada.

Referências

- ALMEIDA, B. S.; VLASTUIN, J.; MARCHI JÚNIOR, W. O “país do futebol” que joga com as mãos: a gestão esportiva da Confederação Brasileira de Voleibol. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, v. 2, n. 2, p. 144-162, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=gestaoesportiva&page=article&op=view&path%5B%5D=611&path%5B%5D=542>>. Acesso em: mar. 2018.
- BATISTA, M.; MARQUES, R. Instituições políticas e corrupção: uma análise da literatura comparada. **Revista Política Hoje**, v. 21, n. 1, 2012.
- BOURDIEU, P. Deporte y clase social. In: BARBERO, José Ignacio. **Materiales de sociología del deporte**. Madrid: La Piqueta, 1993. p. 57-82.
- BROHM, J.-M. J.-M. B. **Sociología política del deporte**. Madrid: La Piqueta, 1982.
- CHADE, J. **Política, propina e futebol**: como o PADRÃO FIFA ameaça o esporte mais popular do planeta. Rio de Janeiro:Objetiva, 2015.
- DAMO, A. S. **Do dom à profissão**: a formação de futebolistas no Brasil e na França. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 2007.

- DE OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- DUNNING, E. **El fenómeno deportivo: estudios sociológicos en torno al deporte, la violencia y la civilización**. Badalona: Paidotribo, 2003.
- DUNNING, E.; CURRY, G. **Escolas públicas, rivalidade social e o desenvolvimento do futebol**. Ensaios sobre história e sociologia nos esportes. Jundiaí: Fontoura, 2006.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. **A Busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.
- FERREIRA, P. T. da S. **O impacto do acordo Bosman na estrutura desportiva europeia**. 2008. 207f. Dissertação (Mestrado em Políticas Europeias)– Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2008.
- GONÇALVES, A. O conceito de governança. In: **XIV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI**, 14, 2005. **Anais...** 2005.
- JENNINGS, A. **Jogo Sujo: o mundo secreto da FIFA**. São Paulo: Panda Books, 2012.
- KASZNAR, I. K.; GRAÇA FILHO, A. **Estratégia empresarial: modelo de gestão vitorioso e inovador da Confederação Brasileira de Voleibol**. São Paulo: M. Books, 2006.
- LEVCOVITZ, S. **A corrupção e a atuação do judiciário federal 1991 – 2010**. 2014. 166f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)– Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- MARCHI JÚNIOR, W. **“Sacando” o voleibol**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MARCHI JÚNIOR, W. Subsídios para uma discussão sociológica sobre a evolução do voleibol. **Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, v. 0, n. 4, p. 141-150, jan./jun. 2000.
- MARTINS, M. Z. **A mercadoria do futebol**. São Paulo: Paulínia; AutorEsporte, 2017.
- MARTINS, M. Z.; REIS, H. H. B. Significados de democracia para os sujeitos da democracia corinthiana. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 81-101, jan./mar. 2014.
- MARTINS, M. Z.; REIS, H. H. B. **Poder, transparência e democracia nas gestões esportivas**. In: **MOVIMENTO É VIDA: atividades físicas e esportivas para todas as pessoas**. Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano do Brasil 2017. Brasília: PNUD, 2017. p. 1-46.
- MORLINO, L. Teoria da democratização, qualidade da democracia e pesquisa de opinião: ainda em “mesas separadas”. In: MOISÉIS, J. A. (Ed.). **Democracia e confiança: por que os cidadãos comuns desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: Edusp, 2010. p. 23-44
- NEVES, M. E. **Alex, A Biografia**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.
- O’DONNELL, G. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 44, p. 27-54, 1998.
- PRONI, M. W. **A metamorfose do futebol**. Campinas: Unicamp; Instituto de Economia, 2000.
- REBELO, A.; TORRES, S. **CBF-NIKE: as investigações da CPI do futebol da câmara dos deputados desvendam o lado oculto dos grandes negócios da cartolagem e passam a limpo o futebol brasileiro**. São Paulo: Ed. Casa Amarela, 2001.
- REIS, H. Futebol e sociedade: uma análise histórica. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, n. 10, 2003.

- RIBEIRO, M. A. de S. **Modelos de governança e organizações esportivas: uma análise das federações e confederações esportivas brasileiras.** 2012. 136f. Tese (Doutorado em Administração)– Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.
- SIMSON, V.; JENNINGS, A. **Os senhores dos anéis: poder, dinheiro e drogas nos olimpíadas Modernas.** Ed. best seller: Círculo do livro, 1998.
- SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira.** São Paulo: Leya, 2015.
- STIGGER, M. P. **Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico.** Campinas: Autores Associados, 2002.
- WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Brasília: UnB, 1999. v. 1.
- WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- YALLOP, D. A. **Como eles roubaram o jogo: segredos dos subterrâneos da FIFA.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

Compreender, explicar e gerir o Desporto

Fernando Franco de Almada¹

Ana C. R. M. Fernando²

Helder Manuel A. Lopes³

António Manuel N. Vicente⁴

Uma intenção

Debater o fenómeno desporto, a compreensão que dele temos, e as explicações que damos sobre a informação que lhe está na base, e a capacidade operativa que daí extraímos é, não poderia deixar de ser como investigadores e docentes no ensino superior nesta área, nossa intenção e propósito.

O espaço e o tempo disponíveis são, naturalmente, sempre curtos para cumprirmos com esta finalidade. Mas, presentemente, com os meios e ferramentas disponíveis, existem soluções satisfatórias para resolver este problema, se forem utilizadas as estratégias necessárias. É neste sentido que a nossa preocupação neste trabalho é levantar questões e apontar as nossas perplexidades, assim como as fundamentações essenciais, para abrir canais a debates futuros, sobre a generalidade ou pontos específicos indicando canais de discussão e formas de acesso a posições já anteriormente assumidas esperando que o leitor interessado possa estabelecer contato.

O Desporto

Introdução

O desporto é, hoje (nem sempre foi assim e nada garante que continue a ser por muito tempo), um fenómeno marcante na vida dos indivíduos e das sociedades.

Não será responsável, sobretudo por parte dos profissionais da área (todos – gestores, desportistas, árbitros, jornalistas, comentadores, e muitas outras profissões ligadas e, por vezes, muito bem pagas com variados tipos de benefícios – não são só os salários). É inaceitável que (pelo menos estes – os profissionais) não gozem o prazer (o conceito de profissional, hoje, tem-no implícito) de procurar compreender e explicar o funcionamento deste fenómeno tão profundamente quanto possível (certezas nunca haverá, embora alguns as tenham) de modo a poder geri-lo de uma forma tão eficiente quanto possível (não basta ter umas ideias, vagas muitas vezes, sobre o assunto).

Por outro lado, será pouco honesto (e porque não dizê-lo mesmo – desonesto), por parte de quem tem a responsabilidade de gerir e administrar o desporto, não se apropriar do conhecimento hoje existente (por desleixo, preguiça, incompetência ou qualquer outro defeito) com um sentido crítico e seletivo, através de um estudo diligente e com uma capacidade e objetividade exigível **a qualquer profissional em qualquer função**.

Para além de ser uma falta de respeito por quem transpira, faz esforço, investe, ... nesta atividade omnipresente nas nossas vidas: o desporto.

¹ Universidade da Beira Interior (UBI), Portugal.

² Universidade da Madeira (UMa), Portugal.

³ Universidade da Madeira (UMa), Portugal.

⁴ Universidade da Beira Interior (UBI), Portugal.

Um ponto da situação

Se considerarmos o que hoje se passa e faz no mundo do desporto, e por maioria de razão nos seus cursos superiores (doutoramentos, mestrados, licenciaturas), nas posições de professores e treinadores de desporto, no que é dito por comentadores e jornalistas do desporto, verificamos, facilmente, que o desporto “faz bem”, isto é, tem um efeito positivo em áreas como a saúde, a educação, a cultura, a coesão social, o sentido de responsabilidade, e tantos outros campos e áreas; para além de ser um instrumento privilegiado para o turismo, o convívio, de promover o ‘fair play’, a solidariedade, servindo até de meio de protesto.

Fantástico! Maravilhoso! ‘Miraculoso’ mesmo!

Mas o mais interessante é que estas afirmações até são muitas vezes cumpridas (embora frequentemente mal justificadas e tratadas) e não faltam mesmo imensos exemplos, verídicos, que ilustram as afirmações feitas. Há mesmo quem defenda, com discursos mais ou menos bem elaborados (geralmente menos), o valor de uma miríade de soluções diferentes e variadas que servem para os mais diversos resultados na saúde, na educação, no lazer e diversão, no espetáculo e por aí adiante.

Porém a dúvida levanta-se: será por magia ou feitiço que tal acontece?

Vamos elaborar um pouco sobre o assunto.

Análise da situação

Não podemos deixar de concluir que se o desporto influi e faz bem é porque tem algum efeito.

Se tem um efeito é porque contém qualquer “**princípio ativo**” que atua sobre quem o utiliza. Deverá, portanto, haver um limite mínimo, **uma dosagem mínima**, para que possa fazer efeito. E, naturalmente, também **uma dose a partir da qual é excessivo** e passa a fazer mal. Ou não?

Tal acontece, por exemplo, com o arsênico também - que em doses muito baixas não faz qualquer efeito (visível), com quantidades maiores passa a ser um remédio e em porções maiores ainda é um veneno mortal. O próprio oxigénio que respiramos tem os mesmos efeitos e consequências. Se pensarmos bem acontece o mesmo com tudo, do leite ao açúcar, do descanso ao trabalho, do divertimento à sensorialidade. É tudo uma questão de dosagens, de “conta peso e medida”.

A menos que, na prática, o desporto não tenha qualquer consequência e não passe de um “**efeito placebo**”. Neste caso a ação, mesmo sem qualquer modificação real no organismo, altera a forma como a pessoa se sente tendo um resultado positivo (ou negativo) ampliando o resultado de algum tratamento que esteja a ser feito.

Em qualquer dos casos, princípio ativo ou efeito placebo, é importante compreendermos o fenómeno para que, pelo menos os profissionais, saibam o que devem fazer e como o devem fazer para rendibilizar (reduzir custos ou/e aumentar efeitos) o processo. Senão para que serviriam os especialistas?

Mas afinal o que é desporto?

Das definições de desporto retiramos, genericamente:

- *que é uma atividade que se faz por diversão ou entretenimento* (um passatempo – mas interessa passar o tempo? uma coisa que hoje tanta falta faz?);
- *que é uma atividade física sujeita a determinadas regras e que visa a competição* (uma atividade física?) Mas o Homem não é um ser holístico, portanto com uma dialética entre “as partes”? *Sujeita a determinadas regras?* Mas tudo é sujeito a regras. *Visa a competição?* Mas a competição pode ser visada por tudo, depende do uso que lhe é dado. *É lazer? Desenvolvimento físico? Demonstra agilidade?*

Poderíamos continuar as citações, mas verificaríamos que, para além de um chorrilho de banalidades, teríamos algumas descrições vagas e/ou a indicação de alguns parâmetros genéricos.

Para não correremos o risco de ficar num debate sem fim, mas estéril, vamos defender a nossa posição.

Defesa de uma concepção do desporto

Para podermos entender o que de facto o desporto é impõe-se fazer uma rotura.

Uma rotura é algo de complexo (que não se confunda com complicado). Uma rotura tem, seguramente, várias vertentes e tal como um corpo sólido apresenta diferentes faces que precisamos de entender e integrar para percebermos o corpo que estas faces contêm, que definem. [*Nota: um ponto, sem dimensões ou uma reta com uma direção não existem, são produto da imaginação; já uma superfície só com uma dimensão existe, é um 'Moebius'*].

Passamos, de uma forma sucinta para poder integrar neste trabalho, a expor diferentes destas “faces” para que o leitor possa conceber a rotura de que falamos:

- “*Um desporto é um meio, não um fim em si*” – esta afirmação é feita muitas vezes, mas entre o dizer e o fazer, como todos sabemos, vai uma grande distância. O desporto é uma ferramenta, um instrumento, portanto, pode ser espetáculo, via de educação, de cultura, de saúde, de agregação social, e muitas outras coisas ou o inverso disto tudo. Depende de quem o utiliza e de onde é utilizado. [*Nota: uma faca é, também, um instrumento, muito afiada pode ser um bisturi, um instrumento cirúrgico utilizado para a saúde, mas pode ser também um meio para assassinar, para cozinhar, para comer, para desapertar parafusos..., e, repetimos, muitas outras coisas ou o inverso disto tudo, depende de quem utiliza e de onde é utilizada*];
- Portanto, o instrumento desporto pode desempenhar muitos tipos de funções. Normalmente centramo-nos nos conteúdos do desporto, nas suas regras, nos locais onde é feito, nas suas técnicas, nas competições que com ele disputamos... mas geralmente esquecemos que o desporto é uma atividade do Homem e que a sua função principal, o seu objetivo, é a transformação do Homem. Em qualquer das formas que apresente – repetimos, espetáculo, via de educação, de cultura, de saúde, de agregação social, e muitas outras coisas ou o inverso disto tudo;
- Mas como é que o desporto funciona (como vimos, uma faca tem um corte, mais ou menos afiado, que...)? Porque não basta termos uma intenção como objetivo, é preciso que o instrumento que utilizamos possa cumprir a função e que, de preferência, seja mesmo eficiente nesse desempenho.

Um desporto põe problemas que procuramos resolver, objetivos que procuramos atingir e que para sermos eficientes (daí a competição, implícita e obrigatória, connosco próprios, com os outros, com o cronómetro...) somos solicitados para um conjunto de comportamentos que nos permitem realizar esse desempenho de uma forma tão eficiente quanto possível;

- Ora este desempenho **para ser eficiente** (senão qualquer coisa serve e deixamos de controlar os efeitos pretendidos), ao solicitar determinados comportamentos expõe-nos a estímulos (chamemos-lhes “agressões”, pois têm que ter um mínimo de intensidade para terem um efeito, ou seja, para poderem ser um “princípio ativo”; mas não devem ultrapassar um “limiar superior” que nos levaria a uma lesão – anatómica, fisiológica, psicológica, afetiva, etc.). Como seres vivos reagimos a esses estímulos e adaptamo-nos (o músculo “ganha potência”, modificamos as estratégias com que encaramos o problema, a função cardiopulmonar amplia a sua capacidade, modificamos as relações que temos com os outros, o chamado “espírito de equipa”, onde devemos incluir os “adversários” pois são eles que nos permitem aquela atuação... e por aí adiante);
- A adaptação resultante do ajustamento aos estímulos que recebemos pode ser “permanente” ou só “passageira” (memória de curto ou de longo prazo; o músculo se deixa de ser solicitado, se deixa de receber estímulos, atrofia; o osso que se desenvolveu se não é solicitado perde características... passando-se o mesmo com todos os órgãos e funções), o que traduz uma preocupação de economia do organismo;
- Temos, deste modo, um processo, um ciclo composto por **estímulo** (produzido pela situação desportiva), **reação**, **adaptação**, **transformação** (que tende a permanecer, se induzida, ou que levou a uma adaptação pontual, que foi solicitada mas produziu efeitos de curto prazo) [*Nota:*

veja-se, por exemplo estes dois tipos de efeitos, curto e longo prazo, ao saltarmos numa cama elástica: 1. curto prazo – ao fim de poucos minutos ao saltarmos para o chão “parece que perdemos as molas”, isto é, modificamos a estratégia das contrações musculares e fenómenos intrínsecos para nos adaptarmos à devolução de energia por parte do aparelho; 2. longo prazo – na mesma situação podemos, em simultâneo mas considerando outros tempos, realizar processos de musculação, de coordenação espacial, de domínio do medo e controlo do risco, ...];

- **O desporto é, portanto, um meio de transformação do Homem.** Uma transformação que é explicada na sua funcionalidade por dois processos complementares (embora aparentemente possam parecer contraditórios):
 - Uma sequência que faz a passagem das potencialidades do indivíduo para capacidades utilizáveis composta por **Estímulo, Reação, Adaptação, Transformação** (que poderá ser induzida – estável – ou não);
 - Uma preocupação orgânica de economia – em que as capacidades adquiridas, mas que deixam de ser solicitadas frequentemente, atrofiam de modo a não termos o custo da sua manutenção (assim o músculo é um “péssimo investimento”, como sabem todos aqueles que já estiveram engessados por causa de uma fratura, se deixarmos de o utilizar durante alguns dias definha e perde capacidades). [*Nota: os vegetais utilizam processos semelhantes, por exemplo, com a folha caduca em que preferem perder as folhas do que suportar os custos da sua manutenção quando há períodos muito longos em que não são usadas como seja o Inverno*].

Percebe-se, assim, também, se quisermos refletir um pouco sobre o assunto, que é falsa a conceção de desporto como um aglomerar de competências que se vão sobrepondo (numa visão mecanicista que também já foi abandonada em muitas outras situações e áreas por não corresponder às necessidades de precisão e rigor que hoje temos de exigir para podermos ser eficientes). Podemos, deste modo, compreender e explicar aquilo que todos conhecemos, por exemplo: a) um bom ginasta não ser obrigatoriamente um futebolista muito coordenado; b) um bom halterofilista não nos dar um andebolista com um remate forte; c) um corredor de fundo não ser um judoca com grande resistência; d) um bom jogador de xadrez não ser obrigatoriamente um velejador com alto sentido estratégico...

Desporto é um conceito indefinido como remédio e ambos contribuem para a saúde.

As capacidades que permitem determinadas prestações desportivas não se sobrepõem umas nas outras, mas desenvolvem-se numa relação umas com as outras. Complementam-se ou contrariam-se de forma a constituir um conjunto com uma coerência própria. Certamente que terão pontos comuns e aspetos semelhantes, mas estes vêm do sentido do Homem (e a sua homeostasia) que está na base da atividade e não das modalidades.

Alertamos para as implicações que todas estas noções têm a nível do processo pedagógico e das suas estratégias e formas didáticas, tal como no treino desportivo, na utilização do desporto como fomentador de saúde, ... e até no desporto como espetáculo, pois não sabendo o que será interessante apreciar numa boa competição centra-se frequentemente a atenção em aspetos pouco interessantes, dá-se uma importância falsa ao resultado e procura-se, num conflito de pessoas que nada tem a ver com uma competição desportiva, o acirrar de antagonismos que só aparecem no desporto pela má formação de quem estimula tais perversões, seja ele desportista, treinador, professor, dirigente, árbitro, jornalista, etc...

Algumas Notas

- I. Se o leitor ainda julga que o que estamos a propor é “passar a jogar futebol com as mãos” é porque ainda não saiu de uma conceção baseada nos conteúdos dos desportos para uma outra em que o desporto passou a ser um meio de atuação sobre o seu agente, o Homem;
- II. Mudança na educação – salientamos, o que é já evidente, que a educação está a passar por transformações semelhantes ao que propomos para o desporto. Com o aumento de capacidade

na informação e a potência atingida e em pleno crescimento da robotização e da automação, as possibilidades da inteligência artificial (que, note-se, é bem menos perigosa que a “estupidez natural”), o “custo dos conteúdos” (a disponibilização) caiu brutalmente (sem que tenham deixado de ter a mesma importância ou talvez a tenham aumentado).

Sendo fácil aceder à informação necessária (que fixaremos quando for muito solicitada e importante, mas que esqueceremos no caso contrário, para, tal como fazemos no nosso computador, “disponibilizar espaço de memória”), passamos a dar mais importância às elaborações que conseguimos fazer com essa informação e então o quadro de referência que utilizamos e as metodologias que o permitem fazer passam a ser o essencial.

O desporto pode assim, como estamos a ver neste trabalho, ser um meio para que a rotura entre o que poderemos de forma abreviada chamar de “predomínio da importância dos conteúdos” para o “predomínio da importância da noção de quadro de referência e das metodologias inerentes a este”;

- III. O que pretendemos com este trabalho – a finalidade desta exposição não se centra na transmissão de conteúdos, mas na chamada de atenção para a importância de ser tido em conta o quadro de referência que utilizamos e as metodologias que permitem laborar neste novo contexto. Se transmitimos algum conhecimento é porque o consideramos essencial para fazer aquela mudança (uma rotura).

Seguem-se exemplos de operacionalização para que o leitor possa ficar com uma ideia mais clara do que propomos em três situações desportivas: trilhos e levadas, futebol e judo:

Desportos de adaptação ao meio como meio de transformação do homem: Trilhos e levadas como exemplo

Segundo a Taxonomia proposta por Fernando Almada, os **Desportos de Adaptação ao Meio** porque **privilegiam uma relação com um meio diferente daquele a que o desportista automatizou** já o domínio dos fatores de integração, solicitam, predominantemente, **comportamentos de compreensão e capacidade de leitura do contexto**, de **montagem de estratégias** adequadas e dum **desempenho permanentemente ajustado às condições encontradas**.

Os objetivos visados neste tipo de atividades **são objetivos reais** (que comportamentos humanos e formas de atuar permitem percorrer uma levada ou um trilho, por exemplo, num determinado contexto, ultrapassar um obstáculo, etc. – não podemos esquecer que a nossa atenção se centra na transformação do Homem através da dialética com situações naturais/tradicionais) que implicam uma adaptação ao problema/contexto onde identificamos um sentido utilitário (o tal natural/tradicional – veja-se, nomeadamente o sentido de natureza de Bertrand Russell já em 1925: “*Man is part of Nature, not something contrasted with Nature*”).

Certamente que os percursos que poderão ser realizados por cada pessoa dependem das suas capacidades para fazê-lo dentro de um risco calculado e aceitável. Assim há que considerar as capacidades que a pessoa tenha na altura em que pretende realizar esse percurso (estas capacidades variam com o cansaço, as horas sono, a temperatura, a alimentação, os “estados de espírito”, etc. – fatores que não só modificam a prestação da pessoa, mas que também alteram as suas perceções, reações e equilíbrios, gerais ou locais, a nível orgânico e relacional) e os meios de apoio disponíveis (orientação, segurança, logística disponível, etc.) (FERNANDO et al., 2018).

Para compreender e explicar este tipo de atividades usamos aqui o Modelo simplificado que é representado por $y = f(x)$ em que x pertence a um intervalo fechado (i.e., os fatores em jogo são “controlados” e sempre que ultrapassam os limites pré-estabelecidos a atividade é terminada). O y representa os comportamentos solicitados ao indivíduo que são função dos fatores em jogo (x 's) conforme é referenciado na obra “*A Rotura: Estratégia de Operacionalização*” (ALMADA et al., 2008).

A aplicação deste Modelo a situações concretas implica compreender como as diferentes interações dos fatores em jogo (x 's), vão condicionar as adaptações que o indivíduo tem de realizar para concretizar os objetivos imediatos da atividade e conseqüentemente o tipo de comportamentos que lhe são solicitados assim como as transformações que provocam. Não esqueçamos que estamos a atuar sobre ciclos estímulo, agressão, adaptação, transformação... Veja-se o suporte teórico apresentado anteriormente no ponto “*Defesa de Uma Conceção de Desporto*”.

Trilhos e Levadas – Exemplo

Para realizar um trilho ou uma levada é necessário integrar um conjunto de fatores em jogo (x 's) que podem ser estruturados em fatores, que decorrem da relação dialética indivíduo/contexto/dinâmicas geradas, veja-se no livro “*Compreender e Treinar – A Expedição: Uma Actividade Desportiva dos Grandes Espaços*” (ALMADA et al., 2011).

Como exemplo destes fatores temos:

- Do **contexto** em que é realizada a atividade (inclinação do terreno, tipo de piso, condições climatéricas, obstáculos, distância, etc.);
- Da **situação** (problema enfrentado e técnicas utilizadas para a progressão);
- Do **indivíduo** (fatores psicológicos - ex: medo, motivação, atitude, etc.; fisiológicos - ex: capacidade aeróbica, capacidade anaeróbica, etc.; culturais - ex: tradições, estilo de vida, etc.; sociais - ex: dinâmicas de grupo, etc.).

Compreender a dialética que este conjunto de fatores estabelecem de modo a proporcionar (provocar) aos indivíduos as adaptações que permitem cumprir os objetivos pretendidos é fundamental.

Para avaliar a adaptação do indivíduo neste tipo de atividade podemos utilizar vários tipos de indicadores. Indicadores motores (diretos) mas também outros que indiretamente poderão ajudar-nos a medir este fenómeno. (Fernando, Vicente, Prudente, Simões & Lopes, 2015 – “*As Levadas e Veredas – Um Produto do Desporto*”)

Indicadores motores:

- Forma do indivíduo progredir;
- Colocação dos apoios adequada ao terreno considerando a direção das forças exercidas e os atritos existentes;
- Colocação do centro de massa em relação à base de apoio;
- Etc.

Muitas vezes este tipo de atividade (veredas ou levadas) como não é muito exigente em termos técnicos de progressão faz com que seja necessário, para conseguir discriminar o nível de adaptação do indivíduo, recorrer a indicadores indiretos.

Indicadores indiretos:

- Frequência cardíaca;
- Resistência galvânica da pele;
- *Feedbacks* diretos ou indiretos do indivíduo;
- Etc.

Medir este tipo de parâmetros hoje já é bastante acessível, quer em termos de custos, quer em termos técnicos, e permite-nos metodologias de atuação mais eficazes. Uma acessibilidade que já talvez não exista ao nível da sua interpretação.

O problema essencial está, portanto, na capacidade de interpretar os valores obtidos de modo a identificarmos as singularidades que interessam para compreender os problemas funcionais onde devemos

intervir na gestão e orientação das atividades. Temos, assim, que uma alteração da frequência cardíaca pode ser um indicador da necessidade de adaptação do indivíduo, mas que pode ter diferentes causas, como por exemplo o aumento da inclinação do terreno, mas também pode ser causado pela necessidade de fazer constantes ajustes a um piso irregular. Há conseqüentemente a necessidade de cruzar e correlacionar os valores de vários indicadores, de modo a encontrar respostas ajustadas.

A utilização de uma metodologia de diagnóstico / prescrição / controlo permite-nos levantar hipótese para a alteração dos parâmetros utilizados e tentar identificar as causas de modo a intervir de uma forma ajustada.

Voltando ao exemplo de um aumento da frequência cardíaca do indivíduo, e portanto, uma adaptação, será possível formular as seguintes hipóteses:

Figura 1 - Hipóteses, desdobramento destas e causas possíveis para uma adaptação.

HIPÓTESES	DESDOBRAMENTO DE HIPÓTESES	CAUSAS
Variações no contexto	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento/Diminuição da inclinação - Irregularidade do piso - Escorregamento do piso - Obstáculos - Condições climatéricas - Etc. 	<ul style="list-style-type: none"> - AUMENTO DO ESTÍMULO - DIMINUIÇÃO DO ESTÍMULO - VARIAÇÃO: <ul style="list-style-type: none"> - do ritmo - da intensidade - da variabilidade
Variações na situação	Tipo de técnica utilizada para progredir	
Variações no indivíduo	<ul style="list-style-type: none"> - Fatores psicológicos - Fatores fisiológicos - Fatores culturais - Fatores sociais - Etc. 	

A causa da variação deste indicador pode ser identificada pela eliminação de hipóteses e é natural que muitas vezes seja consequência da combinação de várias delas.

Se a variação deste parâmetro acontece e não existiu qualquer variação no contexto ou na técnica utilizada para progredir, então a causa deverá ser uma qualquer variação no próprio indivíduo. Poderá ter existido uma interação social que o afetou, ou uma paisagem avistada que o emocionou, a percepção da alteração das condições de segurança do percurso ou qualquer outro tipo de estímulo que o levou a alterar a sua FC.

Enquadrando no conceito de desporto que defendemos teremos: **“Na interação do homem com o contexto, estabelecem-se, permanentemente, fenómenos de adaptação mútua..”**. Tal como anteriormente referimos realizar um trilho ou uma levada implica compreender como as diferentes interações dos fatores em jogo (x’s), vão condicionar as adaptações que o indivíduo tem de realizar para concretizar os objetivos imediatos da atividade que decorrem da relação dialética indivíduo/contexto/dinâmicas geradas.... **“...quando esta relação dialética é estabelecida com base na cinestesia e a formação do homem é fundamental, estamos perante uma actividade desportiva”**. (ALMADA et al., 2008, p. 246, grifo nosso).

Deste modo, ao realizar este tipo de atividade, não nos estamos a limitar a oferecer “uma caminhada” ao indivíduo, mas antes um conjunto de interações e diálogos com o contexto envolvente que podem ser mais ou menos ricos de acordo com a capacidade de criar condições mais interessantes para as finalidades pretendidas e, portanto, ciclos de estímulos, agressões, adaptações e transformações intencionalmente preparados para rendibilizar os ganhos do indivíduo.

Desportos coletivos como meio de transformação do homem: Futebol como exemplo

Segundo a Taxonomia proposta por Fernando Almada, os **Desportos Coletivos** solicitam, predominantemente, **comportamentos de diálogo** entre os diferentes elementos da equipa, privilegiando a divisão do trabalho o que implica, necessariamente, a **divisão e desempenho de funções específicas** e o **domínio da dinâmica das suas coordenações** (dinâmica de grupo). (ALMADA et al., 2008).

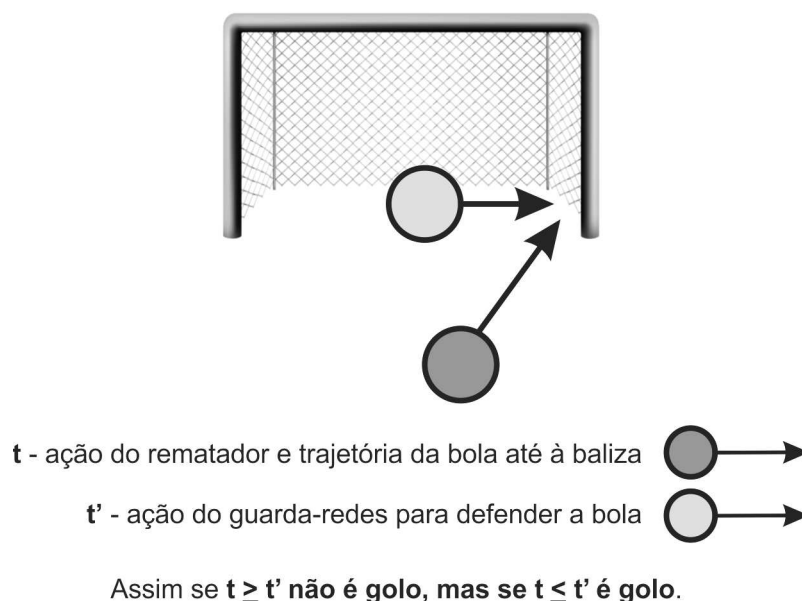
De acordo com esta taxonomia, os **objetivos dos Desportos Coletivos** são **convencionados**, isto é, podem ser acordados entre as partes (sem necessitarem de ter um sentido utilitário – indispensável, por exemplo, aos Desportos de Combate). Tais objetivos permitem uma manipulação que pode ser extremamente útil sabendo o que se pretende atingir, que transformações provocar.

O **Futebol** é uma atividade de **Desportos Coletivos** que pode ser modelizada de uma forma simplificada através de $t > t'$, onde o t representa o tempo da ação de uma equipa e o t' o tempo da ação da equipa contrária (VICENTE; FERNANDO; LOPES, 2013).

Remate no futebol – exemplo

Numa situação de **Remate no Futebol** podemos considerar t como o tempo da ação do rematador e da trajetória da bola até chegar à baliza e t' como o tempo que o guarda-redes demorará até chegar ao possível ponto de interceção da bola para a defender.

Figura 2 - Tempos e ações numa situação de remate no futebol.



Sabemos então que o t (tempo da bola) é menor se a velocidade (da bola) for maior ou se a distância que esta percorre até à baliza for menor. Assim o Rematador tem de saber alterar a velocidade da bola bem como a que distâncias pode rematar.

O guarda-redes terá de saber que o seu tempo até poder chegar à bola (t') depende da distância a percorrer e da sua velocidade de deslocamento.

Figura 3 - Tempos e velocidades de bola no Penálti.

Num Pénalti, em que a distância que a bola percorre até a baliza é de aproximadamente 11 metros (*ligeiramente mais se considerarmos os cantos da baliza e não o centro*), o tempo da bola (t) até chegar à baliza depende da velocidade a que esta é rematada:

Velocidade da bola (km/h)	Tempo da bola (seg.)
50	~0,79
80	~0,50
100	~0,40
120	~0,33
150	~0,26

Sabendo que um guarda-redes dificilmente leva menos de 0,8 segundos a chegar do centro da baliza a um dos postes, então para que possa ter mais possibilidades de defender, o seu tempo deve começar antes do rematador tocar na bola.

Com este conhecimento, o treinador conseguirá realizar o diagnóstico para verificar os erros ou hipóteses que limitam a prestação dos jogadores, o que estes conseguem ou não fazer. Deverá depois levantar hipóteses, testar e reformular ou manter a sua intervenção, caso esta esteja correta.

Se o rematador não marca golo, devemos procurar a origem de tal problema:

- O rematador tem em conta a posição do guarda-redes para decidir onde coloca a bola? Ou simplesmente procura colocar a bola na baliza com tanta velocidade e precisão quanto possível? E consegue ter precisão a velocidades elevadas?
- Se o rematador jogar com (ler) o guarda-redes, o que vê? E é capaz de rematar em função da leitura que faz?
- Mas se o rematador não jogar com (ler) o guarda-redes tem de ter precisão e velocidade (e esperar que o guarda-redes também não jogue com ele).

E o guarda-redes?

- Se o guarda-redes jogar com (ler) o rematador, o que vê?
- Mas se o guarda-redes não jogar com (ler) o rematador terá de escolher aleatoriamente um local e tem de ser rápido a lá chegar.

Então onde poderá cada jogador ganhar mais? Que estratégias são mais eficientes para cada um? E que custos têm?

São estas algumas das questões a que temos de responder se queremos intervir de forma mais rentável e eficiente, e de acordo com o conceito de desporto que defendemos “*Na interação do homem com o contexto, estabelecem-se, permanentemente, fenómenos de adaptação mútua...*” o diálogo que se estabelece entre os jogadores ganha em eficiência ao nível dos “tempos ínfimos” [veja-se nota na Fig. 6] se a compreensão entre os jogadores (da mesma equipa ou dos adversários) ou a capacidade de ler e comunicar permitirem ganhar uns centésimos de segundo. Em situações idênticas alguns jogadores conseguem uma prestação que outros não fazem. Não é, muitas vezes, por serem mais rápidos, mas porque conseguem diferenciais entre o início do t e o do t' que são mais favoráveis. O jogo fundamental não se faz com a bola (isso são os malabaristas) mas com os outros. E isto aprende-se e treina-se pelo movimento conseguido ou não (*cinestesia*) e a formação do Homem é feita nestas transformações.

Desportos de Combate como Meio de Transformação do Homem: Judo como Exemplo

De uma forma sucinta teremos de ter em consideração que segundo Fernando Almada as características mais marcantes do Judo, enquanto **Desporto de Combate**, privilegiam o **conhecimento do “eu” no confronto com situações críticas** (a noção de morte, mesmo que simbolizada, está sempre presente e no diálogo com o outro). (Almada, Fernando, Lopes, Vicente & Vitória, 2008 - “*A Rotura: Estratégia de Operacionalização*”).

O modelo de análise simplificado pode ser representado por **F útil e F’ útil**, onde se pode jogar com um conjunto de estratégias que não passam apenas ou essencialmente por querer que a força aplicada pelo judoca seja a maior possível (Fig. 4). Mas por exemplo, também por, manipular a F do adversário que tem maior intensidade por um F’ que, sem contrariar a intensidade da força F, lhe altera a direção atuando numa direção perpendicular (situação de maior rendimento) à direção de F (Fig. 5):

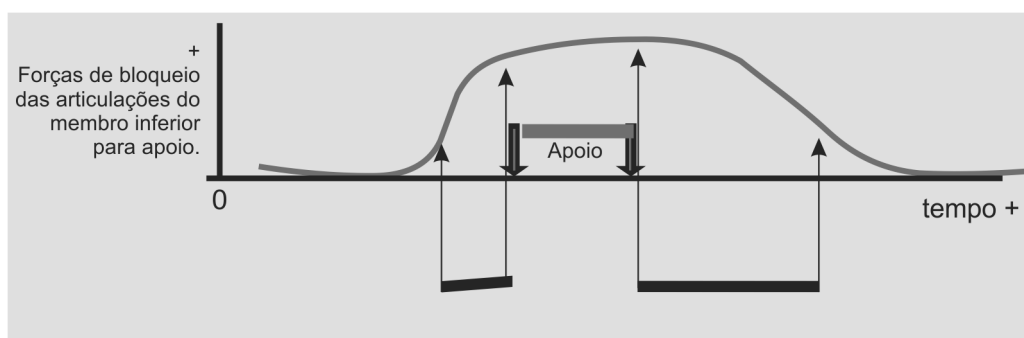


Sendo que, para condicionar a intensidade de F, se pode ainda, por exemplo, colocar o outro em desequilíbrio para que ele não tenha capacidade de exercer a sua força ou impedir que ele tenha pontos de aplicação para aplicar a força.

Alguns tópicos

- O Judo, como em qualquer combate, é sempre um diálogo entre F do ataque e F’ a oposição possível ao ataque (o clássico conflito entre a espada e o escudo – um diálogo que evoluiu na história desde o combate sem armas até ao nuclear, passando sucessivamente do domínio de um deles ao do outro, da espada ao escudo);
- No *De-Ashi-Barai* a defesa é fraca pois o uke está suspenso “no ar” sem pontos de aplicação para fazer força (F’). Mas esta suspensão dura alguns instantes, o que exige precisão do ataque, não dá para acumular muita força de ataque (juntar os parâmetros em jogo leva tempo);
- Lógica do tempo para o ataque: instantes (centésimos de segundo) antes de fazer um apoio ou de retirar um apoio os músculos ainda estão contraídos para cumprirem a função de suportar o apoio;

Figura 6 - Exemplo do Judo. Relação de tempos e forças.



Nota: no Judo, no desporto em geral, os ‘tempos ínfimos’ (milésimos, centésimos de segundo, um décimo de segundo é muitas vezes uma infinidade) são ainda mais importantes que os tempos grandes (os tempos de que toda a gente fala – o recorde dos segundos, os minutos e as horas, dias, etc.).

- É o tempo de reação, o tempo de controlo muscular, o tempo de decisão, etc. – o tempo dos impulsos nervosos que preparam respostas, tomam decisões e transmitem as decisões aos executores, que contam e fazem as diferenças de pormenor. A acrescentar “ao que toda a gente vê” (não soma só acrescenta);
- A nossa sensibilidade (aos tempos, ao tato, ao cheiro, ao som, etc.) é bem maior do que o que normalmente pensamos, do que tomamos consciência. Veja-se como sentimos a espessura de uma folha de papel, o ritmo do rufar de um tambor, o flache de um relâmpago, etc.;
- As tecnologias hoje disponíveis permitem-nos perceber aquilo com que um desportista consegue, tem de, jogar, para ter uma prestação razoável. São fatores que os gestores e orientadores das atividades desportivas não podem ignorar e têm de saber utilizar.

Integre-se agora o que acabámos de referir.

Deu-se uma evolução enorme:

- Na passagem de umas intuições, vagas muitas vezes, colhidas de vivências (muitas vezes profundas – é uma das vantagens do desporto, o empenhamento e o ‘suor’ que foi investido), explicadas quase sempre de uma forma esotérica, o que dificulta a sua integração num processo pedagógico intencional e eficiente;
- Para um quadro de compreensão das dinâmicas existentes através da análise das variáveis em jogo (mecânicas, fisiológicas, psicológicas, sociológicas, etc.) e nos seus indicadores (veja-se, por exemplo – *Análise Mecânica das Técnicas do Gokyo*, Almada, 1980) o que constituiu já um salto evolutivo enorme ao nível da compreensão e explicação dos fenómenos que constituem o Judo.

Podemos ir muito mais longe com os meios hoje existentes.

O registo de indicadores é hoje feito de uma forma muito mais precisa e rigorosa, podemos (temos a obrigação) de acompanhar esta capacidade (e enormes potencialidades ainda por explorar e operacionalizar) com um nível interpretativo correspondente (veja-se, novamente tópicos acima), poupando deste modo “muito suor” (não por preguiça mas para com o mesmo esforço poder ir mais longe). Anton Geesink dizia-nos no seu livro “sem suar não vamos lá”, mas certamente estaria de acordo com ‘ser eficiente não é suar, é ser capaz de suar para rendibilizar os meios disponíveis’.

Assim, para podermos interpretar o judoca em atuação de uma forma ordenada, estruturada e que não seja meramente baseada nas vivências práticas de quem interpreta, deveremos utilizar grelhas de análise que nos permitam compreender e interpretar a funcionalidade de cada ação em função dos objetivos visados ([link para site, Amazon](#)).

***De-Ashi-Barai* – Exemplo**

Considerando que há diferentes níveis de judo:

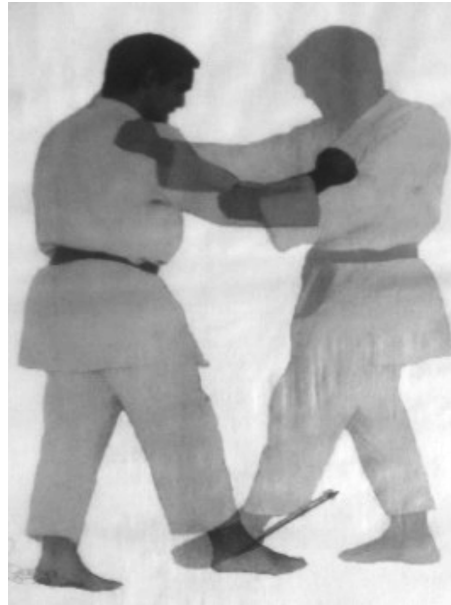
1. Aproveitar os erros do outro para atacar ou contra-atacar;
2. Manipular o parceiro obtendo as reações que nos interessem.

Vejamos o exemplo do *De-ashi-barai*, na lógica expressa em 2.

Trata-se de uma técnica de perna, onde é aplicada uma F na parte posterior pé (calcanhar) quando:

- o peso já foi transferido, mas ainda não apoiou o pé (quando ele já bloqueou a perna que está no ar antes de a apoiar), ou quando está a levantar o pé e ainda não desbloqueou a perna (Fig. 7).

Figura 7 - De-ashi-barai.



Para levar o judoca a deslocar a base de apoio, neste caso a avançar a perna ou recuar, é necessário perceber que se a pessoa estiver apoiada do mesmo lado onde se aplica a F, vai avançar a outra perna, sendo que, se aplica a F:

Figura 8 - Explicações biomecânicas.

MUITO CEDO	MUITO TARDE
<ul style="list-style-type: none"> - Quando está a avançar a perna: O uke vai conseguir levantar a perna e esquivar; - Quando está a retirar o apoio: Ainda existe muito peso sobre o apoio e o atrito será demasiado elevado para efetuar o varrimento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Quando está a avançar a perna: Já tem muito peso sobre o apoio e o atrito será demasiado elevado para efetuar o varrimento; - Quando está a retirar o apoio: O uke vai conseguir levantar a perna e esquivar

Quem está a orientar tem de perceber como baixa os custos e para isso tem de ter uma visão integrada das variáveis em causa e de como elas mutuamente se condicionam em cada judoca e situação.

Assim, sabendo o que está em causa no *De-ashi-barai*, é possível através de um diagnóstico funcional, perceber, por exemplo, se o judoca não consegue fazer o *De-ashi-barai*, ou seja aplicar a F com a direção, sentido, intensidade e no tempo certo, poderá ser, porque:

- Não tem uma imagem motora correta da técnica (tempo de entrada e F a aplicar);
- Não procura manipular o parceiro para deslocar a base de apoio e fica à espera que a situação aconteça;
- Tem dificuldade com determinados parceiros porque está com medo (por exemplo: - aplica demasiada F para provocar a deslocação da base de apoio; - recua a bacia dificultando a aplicação da F; - não espera que bloqueie a perna e antecipa a aplicação da F, etc.);
- Não é capaz de fazer regulações para otimizar, com diferentes parceiros e em diferentes contextos:
 - A manipulação do parceiro para promover o deslocamento da base de apoio;
 - O tempo de entrada...

Em síntese, enquadrando no conceito de desporto que defendemos (Almada et al., 2008), teremos: **“Na interação do homem com o contexto, estabelecem-se, permanentemente, fenómenos de adaptação mútua...”** que acontecem com especial relevância em situações extremas, o combate, (em

todos os desportos de combate é marcado o início e o fim com um cumprimento – não é um acaso portanto). O estímulo/agressão está ‘no outro’ – que na terminologia dos desportos de combate nunca é adversário nem inimigo, mas o ‘parceiro’ que faz com que o processo possa ter lugar. O simbólico (quase o sagrado) ganha peso e é, sempre, contemplado.

Os “tempos ínfimos” são ainda mais importantes que “os tempos grandes” e a sensibilidade ganha força não só pela precisão que exige, mas por ter de ser exercida em situação de combate (de medo, mesmo que a morte seja simbólica). Um apuramento que evoluiu através dos tempos e que só há pouco tempo conseguimos registar e medir, confirmando o que a vivência permitiu ver. O *De-ashi-barai* é um bom exemplo do peso do cultural subjacente, bastando verificar como tem dificuldade em se inserir no ocidente (ver o ataque como parte de uma dialética e não a oposição à defesa) sendo básico no Japão (clássico, pois também aí os tempos mudam).

“... quando esta relação dialéctica é estabelecida com base na cinestesia e a formação do homem é fundamental, estamos perante uma actividade desportiva”. Sendo que, a cinestesia, o movimento, portanto, é difícil de controlar quando a precisão tende a ser abafada pela força exercida e os medos contidos – algo de fundamental na formação do homem. De novo o *De-ashi-barai* é uma situação extrema confirmada pela prática.

Conclusão

O desporto não é coisa para se ir fazendo porque “faz bem” à saúde, à educação, à cultura, etc.

Uma vez estudados os princípios ativos que contêm as diferentes atividades desportivas (e, naturalmente, também os efeitos secundários prejudiciais que possam encerrar) há que saber fazer o diagnóstico e a prescrição, assim como quantificar posologias a aplicar e a forma de as utilizar (bula).

O conhecimento - compreensão e explicação - do desporto torna-se, assim, uma área da ciência, pois todas as afirmações feitas podem ser refutadas (leia-se Karl Popper) deixando de ser um aglomerado de resquícios de outras ciências (que têm o seu - delas - objeto de estudo, as suas metodologias, os seus espaços de afirmação, os seus grupos de confirmação, as suas áreas de influência, etc.) como o que, na melhor das hipóteses, se verifica com o que vulgarmente é chamado de “ciências do desporto”.

Como área científica de pleno direito o seu enquadramento no ensino superior (universidades, politécnicos ou outros) justifica-se (finalmente) uma enorme responsabilidade para os seus profissionais, sobretudo perante os desportistas e a sociedade.

Definem-se e testam-se, deste modo, as suas funcionalidades, nas relações de causa/efeito pretendidas:

- Através dos resultados e não apenas algumas correlações (na melhor das hipóteses, novamente) que poderão justificar que se “ache que”...;
- Porque afinal sempre se vão obtendo alguns resultados positivos e ignorando os mais negativos (até porque, no fundo, serão culpa de Rousseau, Montessori, Le Boulch, Marques Pereira, e tantos outros);
- Quando não nos ficamos mesmo por seguir alguns treinadores mais conhecidos ou desportistas que tenham ganho muitos troféus ou medalhas;
- Esquecemos que esta desresponsabilização retira a legitimidade do título de licenciado, isto é, com licença para tomar decisões, justificando a afirmação que acima fazemos sobre a integração no ensino superior.

Propomos, deste modo, um desporto que se pode definir do seguinte modo:

“Na interação do Homem com o contexto, estabelecem-se, permanentemente, fenómenos de adaptação mútua. Quando esta relação dialéctica é estabelecida com base na cinestesia e a formação do Homem é fundamental, estamos perante uma atividade desportiva”.

[**Nota:** definir não é marcar os limites, mas sim delimitar os conteúdos de modo a melhor os podermos entender. A fronteira só tem valor porque salienta as diferenças, facilitando a compreensão.]

Temos, deste modo, uma interação:

- Que é composta de sequências, articuladas, de **estímulo, agressão, reação, adaptação, transformação**;
- Que tem efeitos que se efetivam através da ação de **princípios ativos**, que terão naturalmente **efeitos secundários também**;
- Que atuam sobre a **homeostasia** (tendência para o equilíbrio) **do Homem**;
- Que possibilita fazer o **diagnóstico, a prescrição e o controlo** (considerando a tripla relação conhecimento: 1. do **Homem** (o alvo, o objetivo); 2. do **Desporto** (o meio) e; 3. da **interação dialética entre o Homem e o Desporto** (a comunicação que se estabelece);
- Que permite perceber que o desporto, promotor da cinestesia, é um desequilibrador, que impede a “paz morta”, que é contrário à génese da vida. Uma cinestesia que “faz oscilar” a homeostasia (tendência para um equilíbrio), transformando um equilíbrio que tenderia a ser estático (morte) num equilíbrio dinâmico (vida).

O desporto, um meio, uma ferramenta (entre muitas outras, mas esta baseada no movimento – real ou potencial) que transforma/forma o Homem num quadro dialético (por oposição ao enformar, meter numa forma), que é uma visão distinta (não contrária, não oposta) de uma conceção linear (que não timbra de forma dialética).

Referências

- ALMADA, F. et al. **A Rotura – estratégia de operacionalização:** a sistemática das actividades desportivas. Torres Novas: Edição VML, 2008.
- ALMADA, F. et al. **Compreender e treinar – a expedição:** uma actividade desportiva dos grandes espaços. Torres Novas: Edição VML, 2011.
- FERNANDO, C. et al. Does decision making affect heart rate in trails? Heart rate response to treadmill walk with and without adaptation. **American International Journal of Contemporary Research**, v. 8, n. 1, p. 24-28, mar. 2018.
- FERNANDO, C. et al.. As Levadas e as Veredas: um produto do desporto. In **Seminário Internacional Desporto e Ciência 2014**. Funchal: Edição Uma, 2015.
- VICENTE, A.; FERNANDO, C.; LOPES, H. Towards a rupture in sport: using a functional model to understand and intervene in soccer. **International Journal of Humanities and Social Science**, v. 3, n. 16, p. 97-101, ago. 2013.
- VICENTE, A.; LOPES, H.; FERNANDO, C. A multidisciplinary approach of sport. **American International Journal of Contemporary Research**, v. 4, n. 1, p. 286-290, jan. 2014.

Beach Tennis como prática intergeracional: um exemplo de como enfrentar o tradicionalismo dos cursos de formação de professores de Educação Física

**Alfredo Faria Junior¹
Rejane Batalha Lima Gomes²**

Introdução

Jorge Bento (2017) ao fazer o chamamento para o XVII Congresso de Ciências do Desporto e Educação Física dos Países de Língua Portuguesa chamava atenção para a necessidade de enfrentarmos o problema “dos quadros que estamos a formar, dos alvos que queremos atingir e dos campos onde devemos intervir, tendo em conta a gravidade da conjuntura” (p. 4).

Analisando a conjuntura das ofertas de formação dos cursos de formação em Educação Física e Desportos nos Países de Língua Portuguesa verifica-se que, na maioria dos casos, eles demonstram uma postura eminentemente conservadora. Assim esses Cursos se voltam para a formação de quadros destinados a atuar com crianças, adolescentes e adultos jovens, mas raramente com adultos maduros e com idosos. O mesmo pode-se dizer das linhas de pesquisa daqueles Cursos que só fazem investigações excepcionalmente com idosos, preferindo realizá-las com crianças e adolescentes. Outro aspecto a apontar é que dificilmente as formações e a pesquisa em Educação Física e Desportos se voltam para as ações intergeracionais.

Entretanto, na década de 70, no século passado, surgiram nos EUA os primeiros sinais que orientaram os programas intergeracionais. Sally Newman (2011) questiona se esses programas podem criar entre jovens e idosos laços similares aos familiares mesmo que não haja conexão biológica entre eles.

Segundo Pszemiarower e Pochtar (2011), em uma sociedade consumista e competitiva em que se vive atualmente, é possível afirmar que o trabalho e as atividades de interesse do indivíduo vêm provocando o afastamento dos membros da família, dificultando o relacionamento entre gerações diferentes. O consequente afastamento das pessoas, principalmente dos idosos, pode gerar o preconceito sobre o envelhecimento por parte da população mais jovem e, também, do próprio idoso, em relação à prática do desporto como atividade física e de lazer.

O preconceito pode criar uma ideia de que somente os mais vigorosos podem praticar atividades desportivas, inclusive de alto rendimento, e que o idoso não consegue em função da sua idade avançada.

A valorização exagerada da juventude e do que se refere a ela, a superficialidade das relações sociais, são aspectos destacados por José Carlos Ferrigno (2011):

o consumismo, a mercantilização das relações sociais, a exacerbação das qualidades da juventude e do desprezo pelas tradições culturais, fenômenos facilmente identificados atualmente, afastam velhos e jovens (p. 78).

Marcelo K. Machado (2003) destaca o quão recente é a ideia de promover o encontro entre idosos e pessoas mais jovens inclusive nas atividades físicas, que para o autor se apresenta como excelente meio de entrosamento entre as diferentes gerações.

No intuito de entender melhor sobre a intergeracionalidade, buscamos alguns conceitos a respeito deste tema:

a intergeracionalidade diz respeito a todas as gerações, com sua diversidade e heterogeneidade. A ideia de que os programas intergeracionais são apenas para crianças e idosos é errada (SÁNCHEZ MARTÍNEZ, 2011, p. 26).

¹ Professor do curso de Mestrado em Ciências da Atividade Física, da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), Brasil. Doutor *Honoris Causa* pela Universidade do Porto (UP).

² Professora, mestre em Ciências da Atividade Física e professora da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), Brasil.

Segundo Newman (2011) o campo intergeracional é integrado por políticas sociais, pesquisas e teorias e, finalmente, pela prática intergeracional. São essas atividades que, juntas, promovem a passagem de uma sociedade de indivíduos para uma sociedade de relações, de uma cultura de idade para uma cultura intergeracional.

Newman (2011) define os programas intergeracionais como “[...] modelos de planejamento social que fornecem atividades importantes, contínuas e mutuamente benéficas, bem como intercâmbio de recursos e aprendizado entre as gerações mais idosas e mais jovens” (p. 10).

Ferrigno (2011) cita as tradições populares como uma boa forma exemplificar o prestígio que os jovens dão aos mais velhos em função do conhecimento que estes possuem nas atividades festivas e rituais de sua comunidade. Um dos principais exemplos de Ferrigno (2011) para a valorização e inclusão do idoso à sua comunidade é o Carnaval, uma vez que os velhos compositores, puxadores de enredo e outros membros são muito respeitados pelos mais moços. É do conhecimento de todos que frequentam as escolas de samba que os membros da ‘Velha Guarda’ e da ‘Ala das Baianas’ são muito ativos nas agremiações e reverenciados por todos (BARBOZA, 2017).

Estes exemplos citados anteriormente deveriam ser seguidos em outros núcleos da sociedade, considerando as experiências acumuladas pelos mais velhos que poderiam servir de auxílio na educação dos mais jovens.

Em termos internacionais o ‘Plano de Madrid, no Artigo 16, reconhece a necessidade do fortalecimento da solidariedade e parceria entre as gerações, respeitando as necessidades específicas de todos (, PLANO..., 2003).

No que concerne às mais recentes notícias sobre a prática de atividades físicas no Brasil baseia-se:

na ideia de promover entrosamento entre esses idosos e pessoas de outras faixas etárias, através de qualquer tipo de atividades, não excetuando é claro as atividades físicas, que têm se mostrado uma excelente alternativa para tal entrosamento (MACHADO, 2003).

Iniciamos apresentando o histórico daquela que consideramos como uma das primeiras iniciativas intergeracionais na área da Educação Física no Brasil. Sérgio Carvalho (1994) entrevistou o professor Oswaldo Diniz Magalhães, responsável por um programa denominado ‘A Hora da Ginástica’. Oswaldo Diniz Magalhães disse a Carvalho (1994) que teve a ideia de levar a ginástica aos lares brasileiros e fazer de cada família uma turma de ginástica. O meio para realizar seu intento seria o rádio por seu poder de propagação. Não só nos lares o programa é seguido. Na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, instalou-se poste com autofalantes que retransmitiam a ‘Hora da Ginástica’. Muitas cartas comprovam que o programa alcançava pessoas das mais variadas idades, como um grupo de 39 meninas de um abrigo com idade de sete a 15 anos, uma senhora idosa de 68 anos (CARVALHO, 1994).

Em 1958, o Professor Alfredo Colombo, Diretor da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, criou um evento chamado ‘Ruas de Recreio’. Colombo lançou também as “Praias de Recreio” que na praia de Copacabana, no Posto Seis, tinha grupo de ginástica com pessoas de idades variadas, inclusive com idosos.

Em 1975, a Rede Globo de Televisão, sob a assessoria técnica do professor Lamartine Pereira da Costa, lançou a campanha MEXA-SE, com o intuito de mobilizar a população brasileira à prática de atividade física (CAVALCANTI, 1981).

Outro exemplo é da Campanha ‘Esporte para Todos’ (EPT) lançada por Lamartine Pereira da Costa. As Bases Institucionais do Esporte para Todos ressaltavam a importância desta Campanha no sentido de desenvolver o espírito comunitário e integração social. Nele encontram-se indícios da intenção de promoção de intergeracionalidade do EPT: “estimular a congregação e a solidariedade popular, dando ênfase à unidade familiar, às relações pais e filhos, à participação feminina e à valorização da criança e do idoso” (COSTA, 1981, p. 22).

Sandra Matsudo e colaboradores (2008) destacam que, na esfera governamental, a Secretaria do Estado de São Paulo solicitou ao Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano

do Sul (CELAFISCS) o desenvolvimento de um programa de atividade física para promover a melhoria da saúde da população. Pensando nisso foi lançado, em dezembro de 1996, o programa 'Agita São Paulo'. A ideia básica era elevar o conhecimento da população sobre este tipo de atividade. Os três alvos principais do programa 'Agita São Paulo' eram os escolares (crianças e adolescentes), os trabalhadores e os idosos (MATSUDO et al., 2008).

Em resumo, passeios a pé, de bicicleta, ginástica de pais e filhos, natação e hidroginástica, corridas, futebol, vôlei eram as tradicionais ofertas do Esporte Para Todos visto "como um dos caminhos de intervenção sociológica, de socialização do esporte, aberto à experiência e com possibilidades de acesso 'para todos'" (VALENTE, 1996, p. 125).

Não obstante, essas experiências não foram suficientes para fazer alterações substanciais na formação em Educação Física e Desportos nos Países de Língua Portuguesa.

Objetivo geral

O objetivo deste trabalho é realizar um estudo sobre como o *Beach Tennis* pode agir como agente socializante e integrador de gerações.

Questões a investigar

- Como a prática do *Beach Tennis* pode se mostrar adequada para o idoso?
- Com quais gerações (criança, adolescente ou o adulto) o idoso mais se identifica para praticar o *Beach Tennis*?
- A criança, o adolescente e o idoso preferem praticar, preferencialmente, o *Beach Tennis* com pessoas do mesmo sexo?
- Quais os benefícios e cuidados da prática do *Beach Tennis* pelos idosos e crianças numa atividade intergeracional?

Método e instrumentos

Portanto, o presente estudo teve uma abordagem qualitativa, efetuando-se uma "análise documentária" (RUMMEL, 1972, p. 151) de livros e periódicos brasileiros que contivessem exemplos de experiências internacionais e nacionais em Educação Física e em ações educacionais, no campo da intergeracionalidade.

Foram realizadas entrevistas piloto com quatro jogadores de *Beach Tennis* frequentadores do Clube Comary na cidade de Teresópolis, sendo uma adolescente de 13 anos, um jovem de 26 anos, um homem de 52 anos e um idoso de 63 anos, o que representa $\frac{1}{4}$ do total dos entrevistados da pesquisa.

O grupo foi escolhido por não ter qualquer relação com a associação IBT, grupo definido para a coleta de dados do trabalho.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que segundo Triviños (1987) enriquece a investigação a partir da liberdade e espontaneidade do informante, mantendo a valorização do investigador.

Essas entrevistas foram realizadas na Praia de Icaraí, na cidade de Niterói, local onde ocorrem as atividades recreativas da associação de jogadores de *Beach Tennis* IBT. Além das entrevistas, foram realizadas observações com 85 participantes do *Beach Tennis*, que aconteceram no contexto do jogo e no tempo de espera entre um jogo e outro.

Daniele Teixeira Queiroz e colaboradores (2007) consideram a relação de confiança entre os sujeitos e o pesquisador e a familiaridade com as questões investigadas aspectos importantes para a realização da observação participante. Pelo fato de a pesquisadora ser associada da IBT, conhecendo a dinâmica das atividades recreativas do grupo e participar de torneios amadores, o que lhe permite acesso às questões relacionadas ao *Beach Tennis* competitivo, a opção por este tipo de investigação nos pareceu o mais adequado.

As entrevistas foram realizadas com 20 praticantes do *Beach Tennis* de ambos os sexos, divididos em quatro grupos: crianças, jovens, adultos e idosos com idade mínima de nove anos e idade máxima de 74 anos (faixa etária mínima e máxima registrada na associação IBT até o momento do estudo). A escolha dos sujeitos foi feita de forma intencional, caracterizando uma “amostragem por conveniência” (LEVIN, 1987, p. 34).

Aspectos éticos da pesquisa

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Pesquisa da Universidade Salgado de Oliveira. Foi apresentado aos voluntários maiores de 18 anos e aos pais dos menores de idade, um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com todas as informações pertinentes à investigação. Aos menores de idade foram apresentados Termos de Assentimento. Foram mantidas em sigilo as informações pessoais destes voluntários. A pesquisa foi aprovada recebendo o número CAEE 66305917700005289.

Resultados

O ingresso de idosos às aulas de *Beach Tennis* da Niterói *Team Beach Tennis* se deu de forma natural. O fato de um dos professores ter mais de 60 anos pode ter atraído este público que se identificou com ele. As aulas são organizadas de acordo com a disponibilidade de tempo do aluno, tentando encaixá-lo na turma que respeite seus interesses, condicionamento físico e habilidades.

Grande parte dos alunos da Niterói *Team Beach Tennis* não participa de torneios. Buscam apenas atividade física e lazer. Alguns alunos participam de competições, mas relatam fazê-lo por diversão, sem propósito profissional. No fim das aulas, os alunos que queiram se dirigem para uma das duas redes adjacentes à rede de aula. Os alunos de outros dias e horários também comparecem para jogar. São comuns os alunos de nível técnico mais avançado chegarem mais cedo à rede para fazerem seus jogos, satisfazendo assim suas necessidades de treinamento. No turno da tarde isso acontece por volta de 17 horas e quando os demais alunos vão chegando todos se misturam independente de idade, habilidade ou condicionamento físico. Todos interagem.

Flagramos algumas vezes convidados ou parentes de alunos sendo recebidos por alguém do grupo, que os orienta e se dispõe a brincar até mesmo fora da quadra. A foto número 1, foi tirada enquanto um aluno distraía o filho de outra aluna para que ela jogasse. A criança por iniciativa própria fez a sua ‘quadra’ e chamou o aluno para jogar.

Figura 1 - Aluno da Niterói *Team Beach Tennis* brinca com o filho de outra aluna (Cinquenta e oito e quatro anos respectivamente)



Fonte: Prof^ª Rejane Batalha Lima Gomes.

A escola promove encontros mensais fora do dia de aulas para que os alunos se encontrem e confraternizem. Tal evento foi apelidado pelos alunos de 'beachnique'. Neste dia, são montadas todas as três redes para os jogos recreativos. São colocadas mesas na areia da praia para que os alunos coloquem os petiscos que levaram para o lanche coletivo. Parentes e amigos que não jogam tem acesso livre ao evento. Normalmente iniciam a noite, sentados, e em dado momento se arriscam a brincar nas redes.

Acreditamos que muitos laços de amizade se criam ou fortalecem durante estes eventos, pois alguns alunos não têm oportunidade de se conhecer por frequentarem as aulas em dias diferentes. Ao conhecer grande parte do grupo, passam a partir de então a se comunicar para marcar dia e hora para jogar.

A prática do *Beach Tennis* se mostrou, segundo os depoimentos colhidos, uma excelente opção de atividade física para pessoas de diferentes idades, especialmente para os mais velhos que por motivo de lesão ou fatores relacionados à idade foram impedidos de continuar a praticar outros esportes.

“Eu comecei no *Beach Tennis* por acaso. Eu sempre joguei futebol. A partir do momento que eu estava ficando velho para jogar Futebol, eu resolvi entrar para o *Beach Tennis* que é um esporte mais leve” (Entrevistado 1 - 66 anos).

Os entrevistados 2 e 3 (67 e 69 anos respectivamente) declararam encontrar no *Beach Tennis* uma forma de continuar a praticar um esporte com raquetes. As dores articulares e o impacto no solo os estavam impedindo de jogar Tênis.

O entrevistado 15 (63 anos) considera o *Beach Tennis* de fácil adaptação para os idosos: “[...] quando vem aqui acaba se adaptando num jogo que é na areia macia, não se machuca, não tem pancada, não tem violência [...] para as pessoas de idade é um espetáculo isso aqui”.

Pessoas que antes praticavam outras atividades declararam encontrar no *Beach Tennis* uma forma divertida de se exercitar. O entrevistado 4 (46 anos) iniciou jogando com amigos na Praia de Copacabana ao vê-los durante sua corrida matinal, logo se interessou em fazer algumas aulas para aprimorar. Atualmente não faz aulas, mas joga com seu filho de 11 anos tanto nas redes da Niterói *Team Beach Tennis* durante a semana quanto no fim de semana na associação IBT. Ele declara jogar quatro vezes por semana.

Jogadoras como as entrevistadas 5 e 6 (38 e 41 anos respectivamente) começaram a jogar na Praia de Icaraí para acompanhar seus maridos. Elas nos disseram nunca haver praticado antes esportes com raquetes. Apesar de declararem praticar o *Beach Tennis* por lazer, se consideram competitivas e gostam de participar de torneios, por esta razão sentiram a necessidade de fazer aulas.

Jogadores que vieram do Tênis ou do Frescobol como os entrevistados 2, 8, 9, 12, 15, 16, 18 e 20, afirmam ter sido natural para eles a transição de seus antigos esportes para a prática do *Beach Tennis*.

“Nunca fiz aula de *Beach Tennis*. Foi tranquilo porque o último esporte que eu vinha praticando era o Tênis, então já tem alguma coisa” (entrevistado 16 - 66 anos).

Outros afirmaram que necessitaram de correções para melhor se adaptar. O entrevistado 2 citou o fato da bola não quicar como acontece no Tênis e tanto ele quanto o entrevistado 3 disseram da dificuldade de ter que sacar e correr para próximo à rede, movimento que não realizavam ao jogar Tênis. O entrevistado 3 declarou ainda a dificuldade de manter a raquete mais alta, contrariando a postura que sempre adotou para seus jogos de Tênis. O entrevistado 7 declara a mesma dificuldade:

“Eu tive uma pequena complicação porque o cara que joga Frescobol tem vício de jogar com a raquete para baixo [...] eu peguei algumas aulas” (entrevistado 7 - 74 anos).

Tomando como base esses depoimentos, concordamos com a Confederação Brasileira de Tênis (2003) de que este é um esporte divertido, mas discordamos, em parte, que seja fácil de jogar. Consideramos isto porque para que o jogo se torne mais interessante aos quatro jogadores de uma partida, é necessário algum conhecimento técnico e tático adquirido com treinamento ou uma experiência anterior com esporte com raquetes.

“Eu prefiro que seja mais ou menos no mesmo nível para jogar competindo” (entrevistada 8 - 55 anos).

Além da peculiaridade da altura do posicionamento da raquete, foi consensual a declaração de que o *Beach Tennis* exige constante movimentação do praticante durante o jogo.

“No início eu aprendi jogando, difícil, mas acredito que muito pelo condicionamento físico” (entrevistada 6 - 44 anos).

“[...] ele exige fisicamente, um cara mais preparado fisicamente leva vantagem” (entrevistado 9 - 56 anos).

Os jogadores mais velhos, em especial os que passaram dos 50 anos, relatam a dificuldade de manter um bom nível de jogo ao jogar com os mais jovens em função da movimentação:

“[...] O cara que é mais velho, joga um pouco mais parado” (entrevistado 9 - 56 anos).

“Eu já estou sentindo que já estou diminuindo o meu [...] chegar mais na bola [...] aquela coisa que eu chegava antes com muito mais facilidade” (entrevistada 8 - 55 anos)

“[...] quando eu jogo com uma pessoa de 20 anos, claramente eu percebo que ela chega a todas as bolas com uma rapidez que eu não tenho porque tenho 63 anos”. (entrevistado 15)

Fazer parceria com os jogadores mais jovens foi uma das maneiras encontradas para que os idosos consigam realizar bons jogos. Os jovens têm consciência da dificuldade que os idosos enfrentam e se dispõem a jogar com eles a fim de equilibrar o jogo:

“[...] quando eu jogo com alguém mais velho [...] eu sinto essa diferença porque tem pessoas que não conseguem chegar nessas bolas e às vezes eu consigo chegar para cobrir a pessoa” (entrevistado 12 - 18 anos).

“Nós crianças temos mais fôlego, corremos mais, eles ficam mais parados pedindo para a gente cobrir eles” (entrevistado 10 - 10 anos).

Dos 11 homens entrevistados, apenas o entrevistado 12, de 18 anos, tem preferência por jogar com homens, e o entrevistado 15 por jogar com mulheres.

“Eu tenho preferência por jogar com homens. Eu acho que é um jogo mais dinâmico” (entrevistado 12 - 18 anos).

“Eu me divirto mais jogando com pessoas de sexo diferente. Eu sou mais atencioso [...] eu até gosto de aprender essa suavidade que as mulheres têm de jogar” (entrevistado 15 - 63 anos).

Em relação às mulheres, as preferências foram mais diversificadas. Três declararam não ter preferências, duas preferem jogos de duplas mistas, duas preferem jogar com homens e duas com mulheres.

O fato é que em geral as mulheres acabam se reunindo numa mesma quadra e formam duplas fixas. Por diversas vezes presenciamos elas saindo para outra quadra com o conjunto de quatro raquetes para continuar jogando entre si e não jogar com pessoas de nível diferente. Na prática nos pareceu que elas preferem os jogos femininos entre as jogadoras de mesma categoria.

O número de crianças na associação comparado ao total de 140 associados ainda é considerado pequeno. Em conversa com um dos diretores, ele nos afirmou haver apenas cinco meninos inscritos e dificilmente todos se reúnem num mesmo fim de semana. São comum eles se manterem reunidos numa mesma quadra, mas eles também se juntam aos demais para jogar.

O entrevistado 10 tem 10 anos e costuma jogar com idosos e acha que separar os idosos e as crianças nos jogos seria um ato de preconceito. Ao observá-lo jogando na IBT vimos que ele corre para pegar a bola quando percebe que seu parceiro idoso não vai conseguir pegar. Por outro lado, percebemos que seus adversários adultos ou idosos evitam dar golpes violentos na bola para não machucar a criança. Entre outras, a forma mais comum encontrada por idosos e crianças na IBT para equilibrar o nível de jogo e assim torna-lo mais interessante é formar equipes com um idoso e uma criança para cada lado ou se misturarem aos iniciantes.

Esta solução para equilibrar os jogos com os idosos e também a questão do preconceito citada pelo entrevistado 10 nos remete à afirmação de Giraldo Rodríguez (2011) sobre a importância de adolescentes e jovens valorizarem o processo de envelhecimento. Também vai ao encontro dos estudos realizados no SESC que afirmam que para a entidade a participação dos idosos é vista como “imprescindível à transmissão de valores fundamentais às gerações mais jovens, como a cooperação, tolerância e a solidariedade” (LIMA, 2007, p. 66).

O entrevistado 11 (10 anos) percebe esta dificuldade que os idosos têm e nos disse: “eu acho legal [...] o pai da Tati por exemplo. Ele não corre, tem que dar (a bola) na mão dele”. Perguntado se esta situação lhe incomoda, ele disse que não.

“Você vê muitas crianças jogando com idosos, você vê neto jogando com a avó e fazem jogos legais, jogos divertidos” (Entrevistado 12, 18 anos).

Os entrevistados 10, 11 e 12 são alunos da Niterói *Team Beach Tennis* há cerca de um ano, brincam semanalmente com pessoas de diferentes idades e a ideia da quebra de preconceito e da solidariedade parece ter sido bem incorporado por eles.

Quando perguntado pela participação dos idosos, o entrevistado 10 (10 anos) nos disse que “Bem legal, porque eles descobrem novas pessoas [...] é bem mais fácil aprender com os mais velhos do que com crianças da sua idade”.

A oportunidade de idosos e crianças participarem de uma mesma associação de *Beach Tennis* corrobora com as ideias de Quispe Chura (2011), que ressalta a importância de criarem-se espaços que possibilitem o encontro das diferentes gerações, promovendo solidariedade entre elas, podendo favorecer mudanças de atitude das novas gerações com as pessoas mais velhas.

Na IBT além das festas temáticas organizadas pela diretoria, outra oportunidade de aproximação entre idosos e as pessoas mais jovens acontece no intervalo dos jogos. Observamos alguns jogadores levarem suas cadeiras de praia para, sentados, esperarem o momento de entrar em quadra, ou para assistirem outros jogos enquanto descansam. Torna-se então um momento propício para que os idosos conversem entre si e também com os mais jovens.

Ao término das partidas é comum os associados sentarem no quiosque que se localiza em frente às quadras para conversar. Este momento de descontração estreita ainda mais os laços de amizade que se fazem na associação IBT. É o convívio ultrapassando o limite das quadras: “eu acho que o legal daqui é isso, você faz amizade com gente que talvez você não tivesse a oportunidade de fazer se você não estivesse praticando esse esporte” (Entrevistada 13 - 45 anos).

Ficou evidente que a participação dos idosos e crianças na IBT é valorizada. Os jogadores de modo geral se preocupam muito mais com o nível do jogo do que com a idade dos parceiros ou adversários. Todos querem um jogo equilibrado que os divirta e desafie:

“Não tenho preferência por idade, tenho preferência pelo nível do jogo” (Entrevistada 14 - 41 anos).

“A idade não me parece ser um fator muito importante quando você joga no nível recreativo” (Entrevistado 9 - 56 anos).

A participação dos idosos é tão ativa e natural que alguns entrevistados não tinham a real noção da representatividade numérica deles na IBT. Passam de 10 os jogadores acima de 60 anos e existem outros oito que estão acima dos 57 anos e, portanto, próximos de serem considerados idosos. Essas pessoas juntas representam mais de 20% dos frequentadores assíduos da IBT. O entrevistado três (69 anos) declarou que as pessoas se admiram com sua idade e ele não se incomoda com a idade que tem. A entrevistada 8 (55 anos) ressalta a boa condição física e mental dos idosos da IBT: “Eles são bons. Os nossos idosos são excelentes. Muito bons. Tem uns que estão aí com mais preparo que a gente”.

O entrevistado 15 (63 anos) considera espetacular a participação dos idosos da IBT, destacando que “quando as pessoas de mais idade pensam que já não tem mais o que fazer da vida, quando vem aqui acaba se adaptando num jogo que é na areia macia, não machuca, não tem pancada, não tem violência”.

A participação das crianças foi declarada de suma importância pelos entrevistados, mas chamou nossa atenção que dos 16 adultos entrevistados, seis declararam que as crianças devem jogar entre si, separadas, e em nossas observações percebemos que a maioria dos entrevistados não joga com elas, mas isso não impede que elas se divirtam. Jogam entre si, com os recém-chegados, com seus parentes ou com associados que entre uma partida e outra jogam com estas crianças para incentivá-las.

Um exemplo do que foi dito acima se reforça através do entrevistado três (69 anos) que no dia em que nos concedeu a entrevista já havia jogado algumas partidas na IBT em jogos envolvendo crianças de 10 e 12 anos. Observamos as partidas e percebemos que um grupo de sete a oito jogadores iniciantes se formou próximo a uma das redes e ali eles dividiam as equipes colocando uma criança de cada lado e como seus parceiros um idoso ou um iniciante. O entrevistado três com uma expressão emocionada nos disse ter sentido imenso prazer em jogar com as crianças, vendo-as “livres e soltas” como via seus filhos

e agora vê os netos. Sua fala vai ao encontro da afirmação de Machado (2003), de que a atividade física se apresenta como excelente meio de entrosamento entre as gerações. Um dos filhos deste entrevistado é ex-atleta da seleção brasileira de handebol e ele afirmou sempre tê-lo acompanhado e incentivado a prática desportiva.

Damos a seguir destaque a alguns depoimentos sobre a participação de idosos e crianças na IBT:

“[...] eu aprendo muito com pessoas de mais idade que eu [...] eu acho válido mostrar que é possível. O *Beach Tennis* é possível você fazê-lo desde criancinha ou estando na melhor idade” (entrevistada 6 - 41 anos).

“A participação dos idosos e crianças é importante para congregação das pessoas e as crianças mais ainda pela perspectiva de prolongamento da associação” (entrevistado 16 - 66 anos).

“É sensacional. Agrega todas as gerações, como você sempre fala, intergeracional [...] é um esporte que eu posso praticar com meu filho, meu marido e meu pai. É sensacional” (entrevistada 17 - 41 anos).

“Hoje, por exemplo, já joguei com um menino que tem 10 ou 12 anos joguei com o outro da mesma idade e me dá o maior prazer de tê-los como parceiros, por incentivo porque a gente aprende muito com eles” (entrevistado 3 - 69 anos).

Os depoimentos colhidos nas entrevistas nos levaram a afirmar que o *Beach Tennis* se adequa à prática desportiva de pessoas de diferentes faixas etárias, em particular para idosos e crianças, mesmo que não tenham jogado antes qualquer esporte com raquete.

O *Beach Tennis* também se apresentou como mais uma opção de realização de atividade física. Alguns depoentes disseram que durante a realização de um passeio ou exercício físico à beira-mar sentiram curiosidade ao se depararem com aquele esporte novo e diferente praticado nas areias da praia. Foi exatamente essa curiosidade um dos fatores da vinda das pessoas que já praticavam algum esporte para o *Beach Tennis*.

Outro fator a considerar foi que as pessoas que já gostavam de se exercitar ao ar-livre e em ambiente próximo à natureza se identificaram com esse esporte nesse mesmo ambiente.

Algumas mulheres tiveram outro agente motivador para iniciar o *Beach Tennis*. A oportunidade de acompanhar os seus maridos ou namorados. Apesar de nunca terem praticado algum esporte com raquete tiveram vontade de iniciar naquele esporte em que seus companheiros se divertiam. Depois do início das aulas já sentiram confiança em descer à areia da praia e jogar. Com isso, se evidencia a atração que o *Beach Tennis* exerce nas pessoas que não praticam esporte de competição com raquete.

As crianças que frequentam assiduamente a associação têm algum parente (pai, mãe, avô ou avó) que também joga no fim de semana, isso facilita sua frequência, pois há um adulto responsável que o leva para a praia. Ao contrário disso, as crianças que iniciaram na IBT e que não tinham parentes associados, não completaram três meses de frequência e das poucas vezes que iam jogar, observamos um adulto no calçadão da praia limitando-a a uma ou duas partidas no máximo para que fossem logo embora. Considerando que há um tempo de espera entre um jogo e outro, presenciamos crianças indo embora sem ter tido a satisfação de jogar mais partidas.

Mesmo havendo na página oficial da Confederação Brasileira de Tênis a afirmação de que o *Beach Tennis* é um esporte fácil de jogar, os estudos que realizamos nos apontam que é necessário um mínimo de conhecimento técnico e tático adquirido nas aulas para que o jogo se torne interessante a todos. Basta que no grupo de quatro jogadores alguém tenha adquirido algum conhecimento e outro não, para ficar então evidenciado o desequilíbrio no desempenho que torna o jogo menos equilibrado e pode então se tornar desinteressante para um deles ou para todos os envolvidos.

Ficou claro após as entrevistas e observações que o *Beach Tennis* exige constante movimentação do jogador num terreno instável e dificultoso, como o é a areia da praia. Esta característica ambiental promove o aumento da capacidade e da resistência cardiopulmonar, conforme foi citado por depoentes como a entrevistada oito, de 55 anos.

Este aspecto importante da prática do *Beach Tennis* nos surgiu nesta pesquisa, pois proporciona ao praticante uma condição física que lhe dê mais prazer ao conseguir jogar mais de uma partida sem se cansar demais. Mesmo os mais velhos, com natural dificuldade de se deslocar na areia, conseguiram melhoria das condições físicas citadas anteriormente.

A parceria de um idoso com alguém mais jovem foi motivada pela necessidade de complementar a dificuldade de locomoção rápida na areia com a velocidade dos mais jovens, principalmente crianças. Com isso, os espaços vazios criados pela pouca movimentação do idoso eram ocupados pelos jovens ou crianças velozes que rapidamente se deslocavam para trás e pela frente do idoso, dando auxílio nas jogadas mais difíceis.

Outro fator que motiva tal parceria é a experiência dos mais velhos. Durante os jogos as crianças são orientadas sobre detalhes técnicos ou táticos e elas gostam de receber as ‘dicas’.

A própria criança tem a percepção da importância de socialização entre mais jovens e idosos e também da atuação da criança na prática do *Beach Tennis*. A prática do *Beach Tennis* na IBT lhes aproximou de idosos que não eram antes de seu círculo familiar ou de convivência e proporcionou assim o surgimento de amizades até então improváveis, principalmente nos dias atuais em que escolas, clubes, cursinhos, e até grupos religiosos separam as pessoas por faixas etárias, o que pode causar distanciamento entre as diferentes gerações.

As crianças e jovens entrevistados observaram a dificuldade que alguns idosos têm ao praticar o *Beach Tennis*, porém não se sentem incomodados e se divertem brincando com os mais velhos. De acordo com seus depoimentos, a ludicidade é o fator preponderante na relação com o idoso. Portanto, nem sempre o fator competitivo tem preponderância na atividade infanto-juvenil do *Beach Tennis*. A brincadeira é o que mais interessa. Nesse caso, ela se sente à vontade para brincar com os mais velhos que lhes dão atenção e motivação.

Igualmente se observou essa relação da criança jogando com as pessoas iniciantes e que têm pouca habilidade. As crianças se divertem com os novatos criando uma sintonia moldada pela diversão.

Pelas observações específicas dos jogos entre idosos e crianças, crianças e novos praticantes, percebe-se que o *Beach Tennis* é um esporte universal que permite que diferentes tipos de jogadores possam praticar conjuntamente, seja no mesmo nível de habilidade, seja mesclando habilidades e diferentes idades com uma ação socializante e intergeracional.

A descontração das vestimentas, da dinâmica do jogo e do ambiente faz com que os mais velhos tenham atitudes comuns às pessoas mais jovens, como, por exemplo, o ato de brincar, de se jogar na areia, de gritar ao marcar um ponto, além da sensação de liberdade declarada por alguns depoentes. Tal fato nos fez constatar que, apesar da quantidade de pessoas da IBT que estão na faixa etária entre 50 e 59 anos ser grande e, praticam o *Beach Tennis* de forma tão natural e lúdica que não se preocupam com a aproximação da fase idosa, pois concluíram que praticam uma atividade física possível a todos.

Com relação à separação de alguns pequenos grupos na associação que não jogam com crianças, ou que só jogam com os que têm o mesmo sexo ou habilidade, o fato de haver um grande número de redes na Praia de Icarai (oito redes) faz com que naturalmente os grupos se dividam de acordo com os seus interesses. As divisões se dão mais por questões técnicas do que questões da idade. Um idoso com boa técnica consegue superar um jogo com mulheres que sejam de nível iniciante ou intermediário e fazer uma partida que desafie a todos. Aliás, o desafio do jogo é o fator que mais apareceu como determinante da escolha dos jogos.

No jogo com as crianças, a baixa estatura e potência dos golpes faz com que seu jogo não seja competitivo diante dos adultos e idosos mais habilidosos. Os que jogam com eles o fazem sabendo disso e são aqueles que vão à busca de diversão ou jogam no intuito de incentivar os mais jovens.

Conclusões

Concluimos que o baixo custo da prática do *Beach Tennis* (roupas leves e uma raquete), a possibilidade de equilíbrio dos jogos de aspecto recreativo em conjunto com as atividades sociais promovidas na praia, favorece a aproximação entre pessoas que têm diferentes idades, habilidades ou condição social.

O *Beach Tennis* é uma atividade intergeracional, com ganhos físicos e psicológicos levando em conta a sua prática ao ar-livre. É um esporte motivador para a busca de melhoria da saúde e também do prazer de viver em sociedade. Os que declararam tirar maior proveito desses benefícios oferecidos pelo *Beach Tennis* foram os idosos.

O *Beach Tennis* é um exemplo de como enfrentar o tradicionalismo dos cursos de formação de educação física nos países de língua portuguesa, que inclui raríssimas vezes, temas como a intergeracionalidade. Com isso estaremos propondo uma atividade física à beira-mar, em que as pessoas estariam exercitando ao ar-livre e em ambiente próximo à natureza. Estaremos, pensamos nós, ‘Cuidando da Casa Comum’ – da Natureza, da Vida e por que não dizer, da Humanidade.

Referências

- BARBOZA, Jorge. **O Samba das Tias Baianas da Grande Rio: atividades físicas e qualidade de vida?** Niterói: Universo/Anteprojeto de Dissertação, 2017.
- BENTO, Jorge. **XVII Congresso de Ciências do Desporto e Educação Física dos Países de Língua Portuguesa.** Manaus: s.ed., set. 2017.
- CARVALHO, Sérgio. **Hora da Ginástica: resgate da obra do prof. Oswaldo Diniz Magalhães.** Santa Maria: UFSM, 1994.
- CAVALCANTI, Kátia Brandão. A função cultural do esporte e suas ambiguidades sociais. *In*: COSTA, Lamartine Pereira da. **Teoria e prática do esporte comunitário e de massa.** São Paulo: Palestra, 1981.
- COSTA, Lamartine Pereira da. **Teoria e prática do esporte comunitário e de massa.** São Paulo: Palestra, 1981.
- FERRIGNO, José Carlos. **Coeducação entre gerações.** São Paulo: Vozes, 2003, p 43-46.
- GIRALDO RODRÍGUEZ, Liliana. Uma abordagem prática intergeracional no México. **A Terceira Idade: Estudos sobre Envelhecimento**, São Paulo, v. 22, n. 50, p. 35-47, mar. 2011.
- LEVIN, Jack. **Estatística aplicada a ciências humanas.** 2. ed. São Paulo: Harbra, 1987.
- LIMA, Cristina Rodrigues. **Programas intergeracionais: um estudo sobre as atividades que aproximam as diversas gerações.** 2007. 268 f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia)– Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- MACHADO, Marcelo Kersting. Atividades físicas intergeracionais para todos. **Caderno Adulto**, Santa Maria, n. 7, p. 128-129, 2003.
- MATSUDO, Sandra *et al.* Do diagnóstico à ação: a experiência do programa agita São Paulo na promoção do estilo de vida ativa. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, São Paulo, v. 13, n. 3, p.178 -184, mar. 2008.
- NEWMAN, Sally. Histórico, modelos e melhores práticas dos programas intergeracionais. **A Terceira Idade: Estudos sobre Envelhecimento**, São Paulo, v. 22, n. 50, p. 7-18, mar. 2011.
- PLANO de ação internacional para o envelhecimento. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, 2003. 86 p. Esta publicação é o resultado da cooperação entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
- PSZEMIAROWER, Santiago; POCHTAR, Nora. Relações intergeracionais como contribuição para a construção de uma cultura de paz. **A Terceira Idade: Estudos sobre Envelhecimento**, São Paulo, v. 22, n. 50, p. 49-65, mar. 2011.

- QUEIROZ, Daniele Teixeira et al. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área de saúde. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 276-283, abr./jun. 2007.
- QUISPE CHURA, Rafael. Políticas, programas, projetos e práticas intergeracionais no Peru. **A Terceira Idade: Estudos sobre Envelhecimento**, São Paulo, v. 22, n. 50, p. 67-73, mar. 2011.
- RUMMEL, Francis J. **Introdução aos procedimentos de pesquisa em educação**. Porto Alegre: Globo, 1972.
- SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Mariano. Programas intergeracionais na Europa: breve avaliação crítica das políticas, práticas, teorias e pesquisas. **A Terceira Idade: Estudos sobre Envelhecimento**, São Paulo, v. 22, n. 50, p. 19-34, mar. 2011.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo : Atlas, 1987.
- VALENTE, Edison Francisco. **Esporte para todos: a desescolarização da Educação Física e do Esporte e o universalismo olímpico**. 1996. 223 f. Tese (Doutorado em Educação Física)– Universidade de Campinas, Campinas, 1996.

Esporte educacional e desenvolvimento humano: a perspectiva das demandas ambientais na Educação Física escolar

Ricardo Hugo Gonzalez¹
Luiz Sanches Neto¹

Introdução

Receber o convite de um mestre, Jorge Olímpio Bento, um dos maiores representantes humanistas no campo da pedagogia do esporte, para contribuir na produção de uma obra é extremamente gratificante, assim como desafiador. Sendo assim, faremos o possível para deixar a nossa singela contribuição, pois acreditamos que o esporte educacional associado ao processo de escolarização pode fomentar as virtudes humanas.

O eixo norteador para as nossas reflexões foi “cuidar da casa comum: da natureza, da vida, da humanidade”, que remete ao ambiente e à vida contemporânea. A contemporaneidade nos leva a questionar a aparente “desorientação” generalizada que tomou conta do mundo, em uma era que ampliou a noção de fluidez nas relações humanas (BAUMAN, 2001). A noção de “ordem” tem sido contestada em vários âmbitos, incluindo a educação física e as suas relações com o esporte (TANI, 1996). Neste contexto, qual é o papel do esporte na vida de nossos(as) jovens? De que maneira os(as) educadores(as) podem contribuir com essa formação-educação?

O presente ensaio tem por objetivo central uma reflexão sobre o esporte educacional para o desenvolvimento humano de jovens, bem como sobre a prerrogativa do(a) professor(a) de educação física como agente ativo(a) e reflexivo(a) nesse processo. Assim, o nosso texto aponta algumas oportunidades e responsabilidades do esporte e da educação física, à medida que questionamos algumas finalidades e significados nesse campo. Nosso esforço de análise faz alusão à complexidade e tem dois sentidos: primeiro, apontamos alguns aspectos acerca do esporte educacional e, posteriormente, indicamos algumas relações entre o ambiente e as condutas humanas que permeiam a educação física na escolarização brasileira.

Assim, o nosso ensaio é permeado por uma noção que abrange as implicações locais das repercussões de fenômenos globais (“glocalização”), como é o caso do esporte, pois entendemos que há urgência em ações globais que respeitem os contextos intersubjetivos da vida e as idiosincrasias de cada ser humano. Não obstante, a Organização das Nações Unidas (ONU, 2015) propôs uma agenda arrojada com objetivos de desenvolvimento sustentável, tanto para as pessoas quanto para o planeta. Entre os relacionados especificamente às pessoas, há o desafio em garantir que todos os seres humanos tenham a possibilidade de realizar plenamente o seu potencial, com dignidade e com igualdade, em um ambiente saudável. Então, para tratarmos das questões complexas do ambiente e relacioná-las às especificidades do esporte educacional e da educação física escolar, optamos por uma perspectiva de convergência entre as dinâmicas da cultura, do corpo e do movimento e a integração dessas dinâmicas às demandas ambientais (SANCHES NETO et al., 2013).

Nota metodológica sobre o ensaio

O campo científico depara-se, atualmente, com o desafio de (re)elaboração criteriosa e constante das fronteiras do esporte a partir da complexidade, dos modos amplos e das interseccionalidades que o permeiam como elemento cultural. Por isso, escolhemos concretizar a nossa escrita por meio de um ensaio, devido ao potencial desse modo de produção literária e de suas características metodológicas.

¹ Instituto de Educação Física e Esportes da Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil.

Segundo Larrosa Bondía (2003), o ensaio é um modo de escrita excluído da academia, no sentido de que é desconsiderado pelas formas de saber e de pensar predominantes no meio acadêmico, ou seja, o ensaio é um “modo de escrita” normalmente excluído de um espaço de saber. Assim como Larrosa, entendemos que o nosso trabalho na academia está relacionado com o saber e é basicamente um trabalho com palavras, cerceado por dispositivos de controle do saber, que são também dispositivos de controle da nossa relação com a linguagem e das nossas práticas de leitura e de escrita. Esses dispositivos, para Larrosa, podem fomentar o conformismo. Então, como contraponto ao conformismo acadêmico, há necessidade de alguma revolta intelectual que seja também linguística, para pensarmos, lermos e escrevermos de “outro modo”, um modo que seja mais reflexivo sobre as nossas próprias experiências. Assim, o ensaio pode contribuir para a (auto)crítica e minimizar o risco de que o ambiente acadêmico seja de “acomodação ao marasmo e ao pasmo” (BENTO, 2017, p. 12).

Nesse sentido, há um entendimento sobre o processo reflexivo que é subjacente à elaboração do ensaio. De acordo com Smyth (1992), as formas de ação no processo reflexivo envolvem a descrição, a informação, a confrontação e a reconstrução de saberes. Esse processo indicaria aproximações entre os modos reflexivos dos(as) professores(as) que trabalham no ensino superior e na escolarização, contribuindo para reduzir as lacunas entre ambas instâncias. Por sua vez, a proposta de Smyth é baseada em Freire (1996), e houve uma tentativa de aproximação dela à educação física escolar realizada por Sanches Neto (2014, p. 33):

A partir de sua ação, as questões centrais para reflexão dos próprios professores seriam as seguintes, respectivamente: o que eu faço? O que isso significa? Como eu me tornei assim? Como eu poderia fazer as coisas de modo diferente? Em termos estruturais, a proposta do autor abrange uma série de questões específicas que poderiam contribuir para os processos reflexivos dos professores: (i) o que minhas práticas dizem a respeito de meus pressupostos, valores e crenças sobre o ensino?; (ii) De onde vieram essas ideias?; (iii) Quais práticas sociais estão expressas nessas ideias?; (iv) O que me faz manter minhas teorias?; (v) Quais visões de poder elas incorporam?; (vi) Minhas práticas parecem estar a serviço de quem?; (vii) Quais ações limitam minhas visões do que é possível fazer no ensino? Para Smyth (1992), o encaminhamento dessas questões pode elucidar as causas sociais que mobilizam os professores em suas práticas pedagógicas e contribuir para a problematização e a criticidade em seu processo reflexivo.

Desse modo, as reflexões subjacentes ao nosso ensaio permeiam as seguintes temáticas: o âmbito do “esporte para jovens”, as relações entre “o esporte educacional e a educação física escolar”, as implicações das “demandas ambientais e a criticidade” e, à guisa de conclusão, a “prerrogativa do desenvolvimento humano”.

Esporte para jovens

O esporte é uma manifestação corporal com características específicas que o tornam diferente de outras manifestações. É entendido como um fenômeno plural, polissêmico e com realidade polimorfa (BENTO, 2006, p. 3). Sendo assim, em relação aos(as) participantes ou agentes que praticam esportes, os(as) mesmos(as) podem ser: crianças, jovens, adultos(as) e idosos(as) com ou sem necessidades especiais. Contudo, as finalidades ou significados dessa participação podem ser diferentes. Como, por exemplo, a ênfase pode ser variável e há aspectos intergeracionais envolvidos: para os(as) jovens há expectativa quanto ao potencial educativo e formativo, para atletas há especificidade do foco no desempenho, para pessoas com necessidades especiais pode visar a socialização ou o desempenho, para adultos(as) e idosos(as) pode visar a promoção da saúde e a socialização, entre outros.

Muitas vezes, entretanto, o esporte é apresentado exclusivamente como sinônimo de competição exacerbada para todos(as) os(as) praticantes. Isto é um erro que precisa ser evitado. Negligenciar as finalidades dos(as) participantes pode levar a não adesão à prática esportiva ou minimizar os valores intrínsecos que o esporte oportuniza. Além disso, segundo o contexto e a maneira de ser praticado, existem os esportes coletivos, individuais, em contato com a natureza, os esportes de quadra, os praticados em espaços abertos e os esportes de inverno, entre outros. Cada especificidade deve ser levada em conta para que o envolvimento com o esporte, assim, possa ser considerado de uma maneira abrangente e maior como elemento cultural, sem reducionismos ou fragmentações.

Por um lado, o esporte, enquanto fenômeno social, tem recebido atenção pelo seu potencial (trans)formador da individualidade dos sujeitos. Nesse sentido, o esporte educacional está associado ao ensino de habilidades e de princípios fundamentais ao desenvolvimento (inter)pessoal e à formação humana. Há também o ideário, reforçado com apelo midiático, de que o esporte tem potencial transformador das realidades problemáticas enfrentadas, sobretudo, por jovens que vivem em comunidades expostas às situações de vulnerabilidade social. De acordo com esse ideário, o esporte promove o envolvimento, a integração e a responsabilidade dos sujeitos na sociedade e, por isso, contribui para o desenvolvimento da comunidade (VICHEALTH, 2010).

Por outro lado, como manifestação expressiva da cultura corporal de movimento, segundo Adoaldo Gaya e Anelise Gaya (2013), o esporte possui dimensões próprias e identitárias. Na perspectiva do praticante, essas idiosincrasias são: (a) a presença (ou o desempenho corporal), (b) a busca da excelência, (c) a competição, (d) a regulamentação (ou as regras) e (e) a aleatoriedade (GAYA, Adoaldo; GAYA, Anelise, 2013). Em detalhes, na primeira dessas características está a própria “natureza” complexa da prática esportiva, que remete a habilidades, como: arremessar, chutar, correr, saltar etc.

Essa perspectiva idiosincrática é muito diferente de “falar sobre esporte”, como o fazem torcedores(as) que comentam sobre uma partida, mas não praticam. A “falação esportiva” foi descrita por Betti (1998) como uma das categorias associadas à relação entre esporte, educação física e mídia televisiva, que remete à geração de polêmicas. Para Betti (1998) há também a “falação ao quadrado”, quando os(as) torcedores(as) reproduzem os comentários de comentaristas especializados. Então, em primeiro lugar, na perspectiva de cada praticante, estar presente requer algumas competências (físicas) e habilidades (motoras), assim como o conhecimento das regras e a análise das situações de jogo.

Em segundo lugar, a busca da excelência é outra característica que permite aos(às) praticantes de esportes o conhecimento de si próprio(a), sobre o seu potencial, assim como as suas limitações. Essa busca, por sua vez, fomenta a superação de limites por meio do treino sistematizado. Isso ocorre porque, em certa medida, todos(as) podem se superar, de acordo com o nível de exigência da sua participação. Em terceiro lugar, a competição esportiva para muitos(as) críticos(as) remete à alienação dos(as) praticantes, podendo reforçar práticas elitistas (ANDREWS, 2010; BRACHT, 1989; RHODEN, 2004). No entanto, na perspectiva do(a) próprio(a) praticante, pode ser o meio de promoção ou de contestação da ambiguidade dos valores éticos e morais associados aos processos formativos de crianças e jovens.

Em quarto lugar, as regras são necessárias para coordenar as condutas, por meio da comunicação e dos processos de tomada de decisão, e para delimitar as ações do jogo. A regulamentação também nos possibilita jogar dentro de um parâmetro de referência em comum, à medida que implica na necessidade de coordenação consensual de condutas (MATURANA ROMESÍN, 2009). A aprendizagem social dos esportes aponta para a explicitação de limites aos(às) praticantes, que são importantes na formação ampliada das condutas reflexivas e políticas. Finalmente, em quinto lugar, um dos aspectos mais peculiares da prática esportiva é a aleatoriedade, o improvável, a incerteza, o imponderável. É inviável prever com exatidão o(a) vencedor(a) de uma partida, de um jogo. Por isso, a premência das condutas habilidosas e de equipamentos tecnológicos na definição de resultados pode ser questionada, o que implica na paixão pelo esporte, porque está além de toda a mensuração quantificável e da tecnologia como forma de objetivação.

Desse modo, o esporte é um dos maiores fenômenos da sociedade contemporânea, permeando-se e sendo passível de aplicações educacionais, sociais e profissionais (GALATTI; LEONARDI; PAES, 2014). No contexto educacional, o esporte pode oportunizar aos(as) jovens a aproximação de princípios e de habilidades que auxiliem na construção da sua identidade e da sua individualidade humana, bem como para o desenvolvimento de suas condutas no convívio social. Então, urge encontrar maneiras para que as políticas públicas conduzam efetivamente à implementação de inovações para ampliar a participação no esporte, em ambientes formativos, saudáveis, seguros e inclusivos para todos(as) na nossa comunidade.

No âmbito global, o enfrentamento das problemáticas sociais que permeiam as juventudes inclui a prática esportiva como ferramenta transformadora da realidade, oferecendo oportunidades para que os(as) jovens possam desenvolver competências e habilidades. Esse é o caso, por exemplo, de uma proposta estadual australiana em Victoria. Com o apoio adequado de políticas públicas, há organizações esportivas que desempenham ações significativas na luta contra desigualdades e na promoção de justiça social (VICHEALTH, 2010).

No contexto brasileiro, há iniciativas que têm apoio governamental e respaldo institucional, mas que carecem de profundidade teórica e metodológica, como alertado por Campos et al. (2016) e por Neira (2017). Contudo, há propostas estaduais brasileiras que tratam coerentemente o ensino do esporte e suas relações com a contemporaneidade no currículo da educação física escolar, segundo Betti et al. (2015). Há, portanto, aspectos formativos relacionados à aprendizagem e à prática do esporte, sendo que a desistência e a falta de adesão ainda são problemáticas persistentes em programas com abordagem esportiva. Os motivos podem ser inúmeros, entre eles: a dificuldade de acesso dos(as) participantes e os poucos investimentos empregados nessas ações, que são comumente considerados “altos investimentos” por gestores públicos e privados. Por isso, é necessário diferenciar o esporte educacional que pode ser tematizado em aulas de educação física na educação básica e os programas esportivos extracurriculares, bem como os contextos que podem constranger ou potencializar a intervenção dos professores(as).

O esporte educacional e a educação física escolar

No Brasil, apesar de o direito à paz, cidadania, saúde e inclusão social, dentre outros, serem garantidos pela Constituição (BRASIL, 1988), o acúmulo histórico das desigualdades materiais e culturais faz com que uma parcela significativa da população, inclusive as crianças e os(as) jovens no processo de escolarização, não tenham acesso a seus direitos sociais básicos (ALBUQUERQUE, 2009; NOGUEIRA; BOSI; PEREIRA, 2014). Se ampliarmos o escopo da falta de acesso para o caso do envolvimento com o esporte, há evidências de que a participação objetiva em atividades esportivas diminui da infância para a adolescência por vários motivos (EIME et al., 2016; MANZ et al., 2016). Para Souza, Castro e Vialich (2012), as principais barreiras estruturais e socioculturais são a falta de segurança no trajeto até o local da prática, a falta de incentivos dos pais, das mães ou responsáveis, o clima e as obrigações domésticas.

Quanto ao incentivo da família, a parentalidade pode influenciar o envolvimento pleno no esporte por parte dos(as) jovens, porém a influência do envolvimento dos pais e das mães e o seu impacto no desenvolvimento das habilidades sociais dos(as) jovens ainda são pouco documentados (KNIGHT; BERROW; HARWOOD, 2017). Entendemos que há outros referenciais na vida de cada jovem, incluindo professores(as), amigos(as) e outros(as) possíveis “modelos de conduta”, que podem contribuir para o desenvolvimento de um repertório diferenciado daquele aprendido no âmbito familiar. Nesse sentido, cabe considerar que a estrutura, organização, número de membros e suas funções na família do século XXI são diferentes do “modelo tradicional” de família (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008).

Acerca das implicações do envolvimento, há indícios de que a atividade esportiva pode beneficiar o desempenho acadêmico (SINGH et al., 2012), considerado de modo instrumental. Contudo, para beneficiar-se seria necessário o envolvimento frequente e duradouro com a prática do esporte, pois cerca

de 300 minutos semanais seriam recomendáveis nesse sentido. O agravante é que menos da metade dos(as) jovens envolvem-se desse modo no esporte, sendo que as barreiras socioculturais comprometem mais acentuadamente a participação das jovens mulheres (NAKAMURA et al., 2013).

Além disso, cada faixa etária e cada ciclo de escolarização na educação básica requer processos pedagógicos e orientações didáticas específicas perante o engajamento esportivo. Por exemplo, a prática esportiva das crianças e dos(as) jovens, com pressupostos educacionais, não deve coadunar-se à ideia de “fazer campeões(ãs)”, mas de: contribuir para a educação e a formação dos(as) jovens em todas as suas fases; desenvolver o seu gosto e fomentar o seu hábito da prática; orientar as suas expectativas em um sentido realista quanto aos entendimentos polissêmicos do esporte; promover o desenvolvimento de suas potencialidades relacionadas às capacidades (físicas) e habilidades (motoras); viabilizar a aprendizagem e o aperfeiçoamento dos modos (noções associadas à técnica) e das razões (noções associadas à tática) do fazer no âmbito esportivo.

O esporte educacional, segundo Gonzalez, Silva e Machado (2017), faz alusão à libertação de esquemas mentais e ideológicos rígidos, bem como à recusa ao determinismo nas formas de pensar sobre esse elemento cultural. Assim, há um desafio à pedagogia do esporte quanto à busca por novos paradigmas sobre as ações pedagógicas que mobilizem os sujeitos para engajarem-se, sobretudo de modo reflexivo. As transformações na educação física escolar brasileira ao longo do século XX coadunam-se às mudanças paradigmáticas que desafiam a pedagogia do esporte, pois há certa continuidade da associação das aulas do componente curricular à cultura esportiva. É uma relação complexa, pois mesmo sendo o esporte tratado qualitativamente em situações de aprendizagem na escolarização, o seu entendimento é submetido constantemente a mensurações e a tentativas de controle objetivo.

Nesse âmbito, existe o risco de a educação física reproduzir um modelo de quatro polos esquematizados por Andrews (2006). Para evitar esse risco, é necessário que os(as) professores(as) de educação física sejam críticos(as) para não reforçarem os meandros utilitaristas do “esporte capitalista contemporâneo” que, segundo Andrews (2006), é composto por: (1) produção do esporte, (2) produtos e espetáculos esportivos, (3) consumo do esporte, (4) espaços esportivos e celebridades. Segundo Sanches Neto e Venâncio (2018), as relações analisadas por Andrews (2006) assemelham-se às características que justificariam porque o esporte foi escolarizado. De acordo com Bracht (2000), vários interesses pressionaram a educação física escolar a eleger o esporte como “conteúdo” predominante, como: as políticas públicas orientadas à reprodução do “esporte hegemônico” na escola (ao invés de enfatizar os valores formativos associados ao elemento cultural esporte) e os objetivos do sistema esportivo corporativo de socializar consumidores e produzir futuros(as) e potenciais atletas. Há, então, relações complexas entre o esporte educacional e a educação física escolar que dizem respeito aos processos socioculturais mais amplos, com repercussões globais e locais que implicam nas demandas do ambiente.

As demandas ambientais e a criticidade

O trabalho pedagógico com o esporte na educação física escolar pode ser realizado de modos variados. Entre esses modos, a perspectiva das demandas ambientais coaduna-se à complexidade da dinâmica da cultura esportiva e, além disso, tem respaldo em uma proposta de sistematização que vem sendo realizada colaborativamente, de modo autônomo, por professores(as)-pesquisadores(as) que investigam suas próprias práticas nas escolas (SANCHES NETO et al., 2013). Na figura a seguir, a ênfase está no esporte, mas a ideia central é que o ensino do esporte seja convergente com outros “conteúdos” dos demais blocos temáticos, sendo, no mínimo, associado a um “conteúdo” de cada bloco. A partir dessa noção de convergência e de integração entre os “conteúdos temáticos”, destacamos as implicações das demandas ambientais associadas ao esporte.

Figura 1 - Blocos de “conteúdos temáticos”. Adaptado de Sanches Neto (2014).



Por meio dessa forma de sistematização, há uma conjugação dos “conteúdos” ou conhecimentos que poderiam ser relevantes aos(às) estudantes. Para Sanches Neto e Venâncio (2018), a preocupação é constante para que os(as) alunos(as) se mobilizem e, por isso, a intervenção na educação física escolar pode ser alterada durante o processo reflexivo que acompanha os processos de ensino e de aprendizagem, como no caso do esporte. Além disso, cada professor(a), por meio dessa reflexão, pode sintetizar propostas específicas às condições concretas do contexto cotidiano com cada uma de suas turmas na escola.

Acerca das demandas ambientais, segundo Rocha et al. (2018, p. 130):

O sentido [...] advém de uma perspectiva ampliada que compreende o ambiente não apenas na relação com a “sustentabilidade ecológica”, mas o considera a partir de tudo aquilo que existe no mundo, ou seja, tudo que se faz presente no meio em que o ser humano vive, capaz de nos envolver constantemente e sofrer influências a partir dos acontecimentos cotidianos. De certo modo, essa perspectiva implica compreender e explicitar as contradições de que o ambiente do *modus operandi* capitalista não é sustentável.

As demandas estéticas e filosóficas estão atreladas à busca por autonomia (auto)crítica. Já a virtualização do esporte estende-se a outros elementos culturais, criando novas demandas à sensibilidade e inteligibilidade de cada sujeito. As demandas sociológicas e políticas dizem respeito a temáticas como: gênero, etnia, discriminação, preconceito e práticas de lazer, mesmo em condições de adversidade ou miserabilidade, que implicam no estímulo ao senso crítico em relação à privatização dessas práticas. Há também questões de empoderamento dos sujeitos, no sentido de emancipar os(as) alunos(as) no reconhecimento da liberdade relativa aos processos de escolha, tomada de decisão e pressupostos democráticos associados à valorização das preferências pelas práticas esportivas (SANCHES NETO et al., 2013).

As condições de vida dos seres humanos em sociedade, bem como as formas humanas de organização para tomada de decisões implicam na assunção da própria responsabilidade decisória. O esporte engendra diversos fatores e processos socioculturais que permitem ao sujeito a tomada urgente de decisão e também a percepção se permite que outros sujeitos decidam em seu lugar. Assim, para decisões e ações autônomas, é necessário conhecer esses fatores, que também permeiam demandas

físicas e naturais, possibilitando reflexões que podem emancipar os sujeitos para práticas adaptativas ou transformadoras. As demandas históricas e geográficas implicam trazer a perspectiva das relações temporais construídas por homens e mulheres, entendendo que as noções de “passado” e de “presente” são construções culturais para lidar com a imanência do tempo cronológico. Nesse caso, há implicações para a objetivação e a subjetivação da temporalidade no esporte.

A problematização das temáticas que permeiam o elemento cultural esporte permite a compreensão das práticas dos grupos sociais em tempos e espaços diferentes dos atuais. Dessa forma, conforme Sanches Neto et al. (2013), são abertos espaços formativos para reflexões no sentido da construção plural de identidades e realidades próprias, colocando-nos como coautores da cultura, à medida que compartilhamos as nossas intersubjetividades.

A aprendizagem sobre o processo histórico ou a regulamentação das modalidades esportivas só tem pleno sentido ao(à) estudante se ele(a), como sujeito, perceber a diferença que isso causou na sua própria vida e qual foi o impacto em suas condutas (SANCHES NETO; VENÂNCIO, 2018). Então, por exemplo, as adaptações para vivenciar e resolver situações associadas aos esportes coletivos são oportunidades para esse questionamento no contexto escolar. Por isso, vivenciar apenas modalidades esportivas nas aulas de educação física poderia reduzir a complexidade dos elementos culturais a situações que reproduzem comportamentos impostos pelos códigos esportivos pré-determinados. Ao invés disso, Venâncio (2014) propõe que as vivências devem promover a criticidade e uma transformação a partir das experiências intersubjetivas dos alunos. Consideramos que a prerrogativa do desenvolvimento humano associada ao esporte educacional perpassa a noção de “progresso esportivo”, conforme descrita por Cunha (2001). Assim, concordamos com Cunha, à guisa de nossa conclusão, quanto aos seguintes aspectos que permearam a nossa análise: questões formativas que implicam nas condutas dos(as) praticantes e dos(as) (tele)espectadores, ênfase em atributos qualitativos a despeito de avanços quantitativos no campo esportivo, a perspectiva de professores(as) de educação física como agentes críticos do esporte e a noção de aptidão física que, paradoxalmente, parece associada tanto à saúde quanto ao esporte.

Para Cunha (2001), o progresso esportivo não significa somente: aumento no número de praticantes, seja no esporte participativo realizado como prática de lazer, no esporte educacional associado à escolarização e à educação física escolar, ou no esporte corporativo sob regime federado. Tampouco significa: construção de número satisfatório de recintos e equipamentos esportivos, obtenção de recordes e maximização do nível de desempenho, obtenção de verbas governamentais para comitês e federações, formação de técnicos para o esporte educacional e criação de centros regionais. Outrossim, o caminho que vislumbramos, assim como Cunha, é que o esporte seja reconhecido como meio de superação, não de desempenho, mas sim a superação dos obstáculos da competição e da própria vida. Para isso, é necessário que o esporte seja transformado de modo que promova um espaço privilegiado onde cada praticante aprenda a ser mais humano(a), com poder reflexivo e espírito crítico.

Consideramos que o esporte somente “se justifica enquanto contrapoder ao poder da tecnocracia e das ditaduras que por aí andam travestidas de democracia” (CUNHA, 2001, p. 89-90). É nesse sentido que a noção das demandas ambientais associada ao esporte educacional pode contribuir para uma prática transformadora nas condutas entre os seres humanos, com implicações amplas no processo histórico de cada sociedade. Então, nesse contexto, o progresso esportivo remete à liberdade e à emancipação humana.

Não obstante, para Freire (1996), o ponto de partida para essas reflexões é que cada aluno(a) perceba a sua inconclusão como ser humano. Assim, ao conscientizar-se disso, pode inserir-se ainda mais no questionamento permanente sobre o que aprendeu. A condição humana de aprender não reside somente na adaptação das condutas de cada sujeito mas, sobretudo, na sua potencialidade para transformar, recriar e intervir na realidade. Essa prerrogativa imbrica-se em todas as demandas ambientais, pois é indissociável ao processo de desenvolvimento humano.

Considerações

Consideramos que o desenvolvimento humano tem sentido emancipatório, no entanto, contraditoriamente, os sujeitos têm poucas opções e oportunidades de interagir com o esporte corporativo no capitalismo contemporâneo. Suas ações se restringem ao consumo de produtos, à circulação em espaços privados e à idolatria de celebridades, tendo relação com as demandas administrativas e econômicas. Nesse âmbito, o esporte educacional na perspectiva do tratamento pedagógico das demandas ambientais, contextualizado a partir das aulas de educação física, pode contribuir para a emancipação dos sujeitos e para a ampliação dos graus de liberdade em suas ações.

Entendemos que essa prerrogativa do desenvolvimento humano permite-nos concluir que há uma relação com o esporte educacional, sendo o próprio processo formativo dos(as) estudantes o escopo mais ampliado do desenvolvimento. Por um lado, o desafio desse processo para os(as) jovens perpassa a prática educativa de cada professor(a) e, por outro lado, implica na necessidade de que os(as) professores(as) sejam curiosos(as), criativos(as), corajosos(as), cultos(as) e criteriosos(as) para contextualizar e problematizar o ensino do esporte.

Referências

- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. Uma avaliação do atual processo de inclusão social no Brasil. **XXI Fórum Nacional: na crise, Brasil, desenvolvimento de uma sociedade ativa e moderna** (Sociedade do diálogo, da tolerância, da negociação). Programa Nacional de Direitos Humanos, n. 21, 2009.
- ANDREWS, D. L. **Sport, commerce, culture: essays on sport in late capitalist America**. New York: Peter Lang, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BENTO, Jorge Olímpio. Pedagogia do desporto: definições, conceitos e orientações. In: TANI, Go; BENTO, Jorge Olímpio; PETERSEN, Ricardo Demétrio de Souza (Ed). **Pedagogia do desporto**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 3-96.
- BENTO, Jorge Olímpio. Prefácio: anotações em torno da pedagogia do desporto e temas correlatos. In: GONZALEZ, Ricardo Hugo; MACHADO, Márcia Maria Tavares (Org.). **Pedagogia do esporte: novas tendências**. Fortaleza: Tavares & Tavares, 2017. p. 11-38.
- BETTI, Mauro. **A janela de vidro: esporte, televisão e educação física**. Campinas-SP: Papyrus, 1998.
- BETTI, Mauro et al. In search of the autonomous and critical individual: a philosophical and pedagogical analysis of the physical education curriculum of São Paulo (Brazil). **Physical Education and Sport Pedagogy**, v. 20, n. 4, p. 427-441, 2015. doi: 10.1080/17408989.2014.882891.
- BOCK, A. M. M.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva: 2008.
- BRACHT, Valter. A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 7, n. 2, p. 62-68, 1986.
- BRACHT, Valter. Esporte na escola e esporte de rendimento. **Movimento**, v. 6, n. 12, p. 14-24, 2000.
- BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292p.
- CAMPOS, Adriano Pires de et al. O mito do “talento esportivo”: de quem é a responsabilidade por sua detecção? In: SANCHES NETO, Luiz et al. (Org.). **Educação física escolar e perspectivas de intervenção**. Curitiba: CRV, 2016. p. 73-94.

- CUNHA, Manuel Sérgio Vieira e. **Algumas teses sobre o desporto**. Lisboa: Compendium, 2001.
- EIME, R. et al. *Age profiles of sport participants*. **BMC Sports Science, Medicine and Rehabilitation**, v. 8, n. 6, p. 1-10, 2016.
- FREIRE, Paulo Reglus Neves. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GALATTI, Larissa; LEONARDI, Thiago José; PAES, Roberto Rodrigues. Pedagogia do Esporte: contribuições para a qualidade de vida de crianças e adolescentes. In: GONZALEZ, Ricardo Hugo; MACHADO, Márcia Maria Tavares (Org.). **Esporte educacional e qualidade de vida para crianças e adolescentes**. Curitiba: CRV, 2014. p. 13-26.
- GAYA, Adroaldo; GAYA, Anelise. O esporte como manifestação da cultura corporal do movimento. In: NASCIMENTO, Juarez Vieira do; RAMOS, Valmor; TAVARES, Fernando (Org.) **Jogos desportivos: formação e investigação**. Florianópolis: UDESC, 2013. p. 41-55.
- GONZALEZ, Ricardo Hugo; SILVA, Kylvia Rocha de Castro e; MACHADO, Márcia Maria Tavares. Pedagogia do esporte: aspectos conceituais e cenários contemporâneos. In: GONZALEZ, Ricardo Hugo; MACHADO, Márcia Maria Tavares (Org.). **Pedagogia do esporte: novas tendências**. Fortaleza: Tavares & Tavares, 2017. p. 39-64.
- KNIGHT, Camilla J.; BERROW, Steffan R.; HARWOOD, Chris G. Parenting in sport. **Current Opinion in Psychology**, v. 16, p. 93-97, abr. 2017. doi: 10.1016/j.copsy.2017.03.011.
- LARROSA BONDÍA, Jorge. O ensaio e a escrita acadêmica. **Educação & Realidade**, v. 28, n. 2, p. 101-115, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25643/14981>>. Acesso em: 9 abr. 2018.
- MANZ, K. et al. Determinants of organised sports participation patterns during the transition from childhood to adolescence in Germany: results of a Nationwide cohort study. **BMC Public Health**, v. 16, n. 939, p. 2-13, 2016.
- MATURANA ROMESÍN, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. 4. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- NEIRA, Marcos Garcia; BORGES, Clayton Cesar de Oliveira. Esquadrinhar e governar: análise das recomendações do Confed para a educação física escolar. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 2, p. 571-590, 2018. doi: 10.1590/2175-623664150.
- NOGUEIRA, Julia Aparecida Devidé; BOSI, Maria Lúcia Magalhães; PEREIRA, Cleiton Holanda. Limites e desafios na pesquisa científica sobre qualidade de vida e inclusão social de adolescentes participantes de programas esportivos. In: GONZALEZ, Ricardo Hugo; MACHADO, Márcia Maria Tavares (Org.). **Esporte educacional e qualidade de vida para crianças e adolescentes**. Curitiba: CRV. 2014. p. 177-204.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **A UNESCO e o esporte**. Brasília: UNESCO, 2013.
- RHODEN, William. C. **Forty million dollar slaves: the rise, fall, and redemption of the Black athlete**. New York: Three Rivers, 2006.
- ROCHA, Liana Lima et al. Os desafios pedagógicos das demandas ambientais na perspectiva de professores(as) de educação física. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**, v. 3, n. 3, p. 126-147, mar. 2018.
- SANCHES NETO, Luiz. **O processo de elaboração de saberes por professores- pesquisadores de educação física em uma comunidade colaborativa**. 2014, 325f. Tese (Doutorado em Pedagogia da Motricidade Humana)– Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2014

- SANCHES NETO, Luiz et al.. Demandas ambientais na educação física escolar: perspectivas de adaptação e de transformação. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 4, p. 309-330, out./dez. 2013.
- SANCHES NETO, Luiz; VENÂNCIO, Luciana. O ensino do esporte (como “conteúdo”) na educação física escolar: tensões e ambiguidades. In: REMONTE, Jarbas Gomes; POLITO, Luís Felipe Tubagi (Org.). **Educação física escolar e esporte de alto rendimento: dá jogo?** Jundiaí-SP: Fontoura, 2018. p. 75-102.
- SINGH, A et al. Physical Activity and Performance at School: a systematic review of the literature Including a methodological quality assessment. **Arch. Pediatr. Adolesc. Med.**, v. 166, n. 1, p. 49–55, 2012. doi: 10.1001/archpediatrics.2011.716
- SMYTH, J. Teacher’s work and the politics of reflection. **American Educational Research Journal**, v. 29, n. 2, p. 267-300, 1992.
- SOUZA, Doralice Lange de; CASTRO, Suélen Barboza Eiras de; VIALICH, Andrea Leal. Barriers and facilitators for the participation of children and adolescents in a sport’s social project. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 34, n. 3, p. 761-774, set. 2012. doi: 10.1590/S0101-32892012000300016.
- TANI, Go. Cinesiologia, educação física e esporte: ordem emanente do caos na estrutura acadêmica. **Motus Corporis**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 9-49, dez. 1996.
- VENÂNCIO, Luciana. **O que nós sabemos?** Da relação com o saber *na* e *com* a educação física em um processo educacional-escolar. 2014, 294f. Tese (Doutorado em Educação)– Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Campus de Presidente Prudente, 2014.
- VICTORIAN HEALTH PROMOTION FOUNDATION (VicHealth). **Building health through sport**, VicHealth action plan 2010-13, Carlton-VIC, out. 2010. Disponível em: <<https://www.vichealth.vic.gov.au/search/building-health-through-sport>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

Introdução

O esporte é ponto de muita discussão pelos profissionais de educação física, sendo amado por uns e chegando a ser odiado por outros. Pensar no crescimento do esporte, principalmente do esporte escolar, não pode desvincular sua história pelo mundo e em nosso país. História que passa por épocas muito distintas e que temos como resultado o esporte não valorizado como deveria ser. Em se tratando de história do esporte, podemos pensar em três períodos, de acordo com Tubino (1993):

- Esporte Antigo: até a metade do século XIX;
- Esporte Moderno: de 1820 a 1980;
- Esporte Contemporâneo: de 1980 em diante.

As práticas esportivas da Antiguidade não se pareciam com as que conhecemos atualmente. Assim sendo, eram conceituadas como práticas “pré-esportivas” e eram usadas para outros fins, como sobrevivência (correr/caçar) e guerra(esgrima/ lutas).

Com o passar do tempo, algumas dessas práticas desapareceram e outras se transformaram nos “esportes autótonos”. Esportes autótonos podem ser considerados “esportes puros”, que continuaram a ser praticados e sem influências de outras culturas.

Quando esses esportes começaram a sofrer modificações de outras culturas, passam a ser denominados “esportes e jogos”.

As primeiras manifestações esportivas foram os Jogos Pan-Helênicos, que eram realizados entre as cidades gregas, como festa popular e religiosa, num ciclo de quatro em quatro anos. Segundo, Tubino (2010), os Jogos Olímpicos da Antiguidade, principal manifestação esportiva de toda a Antiguidade, eram celebrados em Olímpia, Élida, num bosque sagrado chamado Altis, em homenagem a Zeus Horquios, a cada quatro anos. Eram anunciados pelos arautos e desenvolvidos pelos helenoices e as principais provas eram corridas de estádio, de duplo estádio, de fundo, luta, pentatlo, corrida das quadrigas, pancrácio, corrida de cavalos montados, com armas, de bigas, pugilato e outras.

A chegada do esporte no Brasil

Estão registrados no Brasil Colônia (1500-1822) os registros das primeiras práticas esportivas em nosso país. Os índios e os colonizadores que aqui estavam praticavam arco e flecha, natação, canoagem, corridas, marcha e equitação, todos, com fins utilitários. Durante o Brasil Imperial (1822-1889), o esporte ganhou espaço, legislações sobre Educação Física e Desportos. É também desse período o surgimento da capoeira, atividade física ligada à identidade cultural brasileira, trazida ao país pelos africanos. Os pareceres de Rui Barbosa sobre o esporte também datam desse período. Por sua vez, a Missão Militar Francesa chega ao país no início do século XX, influenciando decisivamente a Educação Física e a orientação esportiva, contribuindo para a criação da primeira escola de Educação Física no Brasil, a da Força Pública de São Paulo, em 1909.

Institucionalmente, a história do esporte brasileiro iniciou em 1937, pela criação, através da Lei nº 378 de 13/03/1937, da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde Pública. Nesse

¹ Coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento do Esporte Escolar da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, Brasil.

momento, o Ministério ficava responsável por administrar a educação escolar e a educação extraescolar, onde aparecia a educação física.

Em 1941, é publicado o Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril, sendo a primeira legislação esportiva oficial do nosso país. Em 1975, publica-se a Lei nº 6.251, de 8 de outubro. Naquele momento, o Poder Executivo definia a Política Nacional de Educação Física e Desportos, com os seguintes objetivos básicos:

- I - Aprimoramento da aptidão física da população;
- II - Elevação do nível dos desportos em todas as áreas;
- III - Implantação e intensificação da prática dos desportos de massa;
- IV - Elevação do nível técnico-desportivo das representações nacionais;
- V - Difusão dos desportos como forma de utilização do tempo de lazer.

Com a chegada da Nova República, o esporte ganha a Lei 8.672, de 06 de julho de 1993 (Lei Zico), que diz:

É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados: I- a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; II- a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; III- o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional; IV- a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

Instituiu normas gerais sobre o esporte brasileiro e abriu espaço para que a legislação discutisse a relação entre atletas e clubes, como também deu uma visão mais detalhada do que venha a ser desporto como mostrado no seu capítulo III, em que aparecem as três manifestações do esporte:

O desporto como atividade predominantemente física e intelectual pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações: I- desporto educacional, através dos sistemas de ensino e formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral e a formação para a cidadania e o lazer; II- desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e da educação e na preservação do meio ambiente; III- o desporto de rendimento, praticado segundo normas e regras nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do país e estas com outras nações.

Atualmente, a Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé) e o Decreto 7.984, de abril de 2013, são duas legislações que regulamentam o esporte no Brasil. Em um momento em que se discutia muito a questão do esporte educacional e suas práticas, o Decreto 7.984/2013 vem detalhar o conceito de esporte educacional:

§ 1º O desporto educacional pode constituir-se em:

- I- esporte educacional, ou esporte formação, com atividades em estabelecimentos escolares e não escolares, referenciado em princípios socioeducativos como inclusão, participação, cooperação, promoção à saúde, coeducação e responsabilidade;
- II - esporte escolar, praticado pelos estudantes com talento esportivo no ambiente escolar, visando à formação cidadã, referenciado nos princípios do desenvolvimento esportivo e do desenvolvimento do espírito esportivo, podendo contribuir para ampliar as potencialidades para a prática do esporte de rendimento e promoção da saúde.

§ 2º O esporte escolar pode ser praticado em competições, eventos, programas de formação, treinamento, complementação educacional, integração cívica e cidadã.

O esporte em sua manifestação educacional em Minas Gerais

A manifestação educacional do esporte está ligada às atividades desenvolvidas nos estabelecimentos escolar

es, respeitando os princípios socioeducativos, como inclusão, participação, cooperação, promoção à saúde, coeducação e responsabilidade. O desenvolvimento dessa manifestação é feito pelo Estado de Minas Gerais, por meio das aulas de educação física escolar e em sua proposta de educação integral. Em sua proposta curricular, denominada o Currículo Básico Comum (CBC), propõe o ensino de habilidades e competências do esporte. O CBC é composto por quatro eixos, no qual um deles é o esporte. O esporte pode ser entendido, nesse momento, como um fenômeno que assume características próprias da sociedade em que está inserido, pois se configura como uma produção histórica e cultural, uma prática social “que institucionaliza temas lúdicos da cultura corporal” (SOARES et al., 1992, p. 70).

Já a manifestação educacional ligada ao esporte escolar no Estado de Minas Gerais é realizada por meios dos Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG), considerado o maior e o mais importante programa esportivo-social do Estado. A Secretaria de Estado de Educação e Secretaria de Estado de Esporte trabalham em parceria para realizar essa competição de caráter esportivo-educacional (SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2016).

Sabemos que é imprescindível que os jogos escolares estejam articulados com a proposta pedagógica da escola, bem como atendendo às legislações vigentes para a Educação Básica. Para Frizzo (2013), os jogos escolares contribuem para a vivência da cidadania, saúde, inclusão social, respeito às regras, entre outros valores importantes no processo educativo. Assim sendo, a participação da Secretaria de Estado de Educação nos JEMG vem desconstruir a ideia de que o espaço escolar de aprendizagem está somente ligado à parte interna dos muros da escola. Vem trazer à tona a construção de uma aprendizagem além dos muros da escola.

Reis e Behmoiras (2015) afirmam que é possível, por meio dos jogos escolares, construir com os alunos condições favoráveis de convívio social e estabelecer uma relação harmoniosa entre alunos e professores. Para os autores, os jogos escolares propiciam aos alunos criarem uma maior identificação com a escola, estabelecendo laços de união entre as turmas e aumentando a responsabilidade com as obrigações escolares.

Para Silva (2013), os jogos escolares podem ser considerados uma atividade nacional expressiva, pois esses se tratam de um evento consolidado, que envolve a participação de representantes de todos os estados brasileiros, o que sugere que se constituem como importante objeto de análise, merecendo a atenção de estudiosos, para que, pela investigação e reflexão, possa se compreender as implicações dessa manifestação. Hoje, depois de anos de construção, podemos considerar (JEMG) uma política pública solidificada. Após uma interrupção, na década de 90, tivemos seu retorno no ano 2003, permanecendo até os dias de hoje. Ano a ano, o JEMG vem evoluindo em seus números e se consolidando como uma política com grande aceitação entre municípios, escolas e estudantes.

Tabela 1 - Dados dos Jogos Escolares de Minas Gerais.

DADOS FÍSICOS			
Ano	Atletas participantes	Escolas participantes	Municípios participantes
2003	11.100	700	128
2004	17.312	1.307	261
2005	21.777	1.980	322
2006	33.626	2.596	434
2007	38.208	1.826	531
2008	47.081	2.209	560
2009	52.988	2.784	604
2010	47.050	1.730	591
2011	52.577	1.838	622
2012	48.020	1.809	630
2013	43.722	1.618	623
2014	41.950	1.682	611
2015	46.227	1.749	637
2016	48.648	1.893	696
2017	48.718	3.233	749

O Estado de Minas Gerais, com sua dimensão continental, desenvolve uma política pública para o desporto escolar que atingiu, no ano de 2017, 830 municípios dos 853 existentes. Vale ressaltar que desses municípios que ainda não participam do JEMG apenas 11 não possuem escolas com alunos na faixa etária disputada nos Jogos.

JEMG - Uma organização gigante que encanta

Os Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG) acontecem em quatro etapas, em dois módulos, sendo o Módulo I com alunos de 12 a 14 anos, e o Módulo II com estudantes de 15 a 17 anos, nos naipes feminino e masculino. Essas etapas são as seguintes:

Etapa municipal- a realização é de responsabilidade dos órgãos municipais que selecionarão as escolas e estudantes-atletas para a etapa seguinte, microrregional, regional ou estadual.

Etapa microrregional- realizada pela Secretaria de Estado de Esporte e Secretaria de Estado de Educação, por intermédio da capilarização da Secretaria de Educação do Estado. O Estado é dividido em 47 microrregiões para gestão das ações da educação, que são as Superintendências Regionais de Ensino (ser). Os primeiros lugares das modalidades coletivas e os quatro primeiros colocados do xadrez levam os alunos-atletas para a 3ª etapa.

Etapa Regional- acontece em um município de cada uma das seis regiões do Estado: Norte, Sul, Vale do Aço, Zona da Mata, Triângulo e Centro, onde se reúnem as SREs de cada região. As modalidades disputadas são basquete, futsal, handebol, peteca, voleibol, vôlei de praia e xadrez, e é classificatória para a 4ª etapa.

Etapa estadual- acontece em um município do Estado e nela disputam os campeões das seis regionais, nas modalidades atletismo, *badminton*, basquetebol, ciclismo, futsal, ginástica rítmica, handebol, judô, luta olímpica, natação, peteca, tênis de mesa, voleibol, voleibol de praia e xadrez. Modalidades paralímpicas: atletismo PCD, bocha, futebol de cinco, futebol de sete, *goalball*, judô PCD, natação PCD, tênis de mesa PCD, tênis em cadeira de rodas e vôlei sentado.

Após a realização das quatro etapas dentro do nosso estado, caminhamos para participação na etapa nacional. Essa quinta etapa é denominada Jogos Escolares da Juventude, que se volta para as disputas nas modalidades Olímpicas e Paralímpicas Escolares .

Acreditando na grandeza do projeto e de suas possibilidades, as secretarias seguem firmes em seus propósitos e crenças de que os jogos são uma ferramenta pedagógica que valoriza a prática esportiva escolar e a construção da cidadania dos jovens estudantes-atletas do Estado de Minas Gerais de forma educativa e democrática. Que eles funcionam como instrumentos da educação global dos estudantes, além de aumentar o vínculo estudante-atleta com a escola, contribuindo na diminuição da evasão escolar, possibilitando a identificação de novos talentos esportivos.

Referências

ALVES, J. A. B; PIERANTI, O. P. O estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1 Art. 1, jan/jun. 2007. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S1676-56482007000100002.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

BENTO, Jorge Olímpio. **Formação e desporto**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

BRASIL. Congresso. Senado. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Senado, 2005. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf?sequence=3>> Acesso em: 16 set. 2016.

- BRASIL. Decreto nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização do desporto em todo o País. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 abr. 1941. Seção 1, p. 7452.
- BRASIL. Decreto nº 7.984, de 8 de abril de 2013. Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 abr. 2013.
- BRASIL. Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975. Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 out. 1975. Seção 1, p. 13460.
- BRASIL. Lei nº 8.672, de 06 de Julho de 1993. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 07 jul. 1993. Seção 1, p. 9379.
- BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 mar. 1998. Seção 1, p. 1.
- BRASIL. Lei nº 9.981, de 14 de Julho de 2000. Altera dispositivos da Lei n. 9615 de 24 de março de 1998 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jul. 2000. Seção 1, p. 1.
- BRASIL. Lei nº 10.264, 16 de Julho de 2001. Acrescenta inciso e parágrafos ao artigo 56 da Lei n. 9615, de 24 de março de 1998, que instituiu normas gerais sobre o desporto. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jul. 2001. Seção 1, p. 1.
- CONSTANTINO, José Manuel. Os valores educativos do desporto: representações e realidades. In: BENTO, Jorge Olímpio; CONSTANTINO, José Manuel. **Em defesa do desporto: mutações e valores em conflito**. Coimbra: Edições Almedina, 2007. p. 57 - 79.
- COSTA, Luciane Cristina Arantes da; NASCIMENTO, Juarez Vieira do. O ensino da técnica e da tática: novas abordagens metodológicas. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 49-56, 2. sem. 2004. Disponível em: <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/Rev>>. Acesso em: 27 mar. 2018.
- FRIZZO, Giovanni. Os jogos escolares como mecanismos de manutenção e eliminação: uma crítica à lógica esportiva na escola. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 04, p. 163-180, out./dez. 2013.
- GRAÇA, A. Os comos e quando no ensino dos jogos. In: GRAÇA, A.; OLIVEIRA, J. **O ensino dos jogos desportivos**. Porto: Rainho & Neves, 1998. p. 27-34.
- GRAÇA, Amândio. O discurso pedagógico da Educação Física. In: BATISTA, Paula; QUIEIRÓS, Paula; ROLIM, Ramiro. **Desafios renovados para a aprendizagem em Educação Física**. Porto: Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, 2015. p. 13 - 27. (Coleção Educar).
- JOGOS Escolares de Minas Gerais - JEMG. [Belo Horizonte]: Secretaria de Esportes, [2017]. Disponível em: <<http://www.esportes.mg.gov.br/programas-e-acoas/2015-10-27-20-42-28/jogos-escolares-de-minas-gerais-jemg>>. Acesso em: mar. 2018.
- JOGOS Escolares de Minas Gerais (JEMG). Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<http://jogos Escolares.esportes.mg.gov.br/jemg/>>. Acesso em: mar. 2018.
- JOGOS Escolares de Minas Gerais: regulamento geral. [Belo Horizonte]: Secretaria de Esportes, [s.d.]. Disponível em: <<http://jogos Escolares.esportes.mg.gov.br/wp-content/uploads/2013/01/Regulamento-Geral-JEMG-20181.pdf>>. Acesso em: mar. 2018.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MELO FILHO, A. **O desporto na ordem jurídico-constitucional brasileira**. São Paulo: Malheiros Ed., 1995.
- MESQUITA, I. Modelação no treino das habilidades técnicas nos jogos desportivos. In: GARGANTA, J. (Ed.). **Horizonte e órbitas no treino dos jogos desportivos**. Porto: Converge Artes Gráficas, 2000. p. 73-89.

- O QUE é Legislação? Brasília: Câmara dos Deputados, [20—]. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/comissoes/cpcms/normativas/oqueelegislacao.html>>. Acesso em: 09 jan. 2007. Acesso em mar. 2018.
- REIS, Vinícius Rodrigues; BEHMOIRAS, Daniel Cantanhede. **A importância dos jogos escolares na relação professor-aluno de uma escola pública do distrito federal**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONBRACE, 19., 2015, Vitória. **Anais...** Vitória: CBCE, 2015.
- SILVA, Adriana Bitencourt Reis da. **Análise do processo de treinamento dos esportes coletivos em equipes escolares**. 2013. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)– Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.
- SILVA, Marcelo Guimarães. A importância da Educação Física como componente curricular da Educação Básica na formação do cidadão do ensino fundamental: estudo de caso com alunos do 9º ano da rede pública estadual da cidade de Resende, RJ. **EFDeportes.com, Revista Digital**, Buenos Aires, Año 17, n. 171, ago. 2012. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com>>. Acesso em: maio de 2018.
- SOARES, Carmen Lúcia et al. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.
- TANI, Go. Desporto e escola: que diálogo ainda é possível? In: BENTO, Jorge Olímpio; CONSTANTINO, José Manuel. **Em defesa do desporto: mutações e valores em conflito**. Coimbra: Edições Almedina, 2007. p. 269 - 287.
- THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- TUBINO, M. J. G. **O que é esporte?** São Paulo: Brasiliense, 1993.
- TUBINO, M.J.G. **500 Anos de Legislação esportiva Brasileira: do Brasil Colônia ao Início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Shape, 2002.
- VICENTINO, C. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1997. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao-fisica/a-origem-do-esporte/55138>>. Acesso em: mar. 2018.

A disciplina desportiva no futebol português não profissional: análise e reflexões a propósito de uma época desportiva (2016/2017)

José Manuel Meirim¹
Catarina Cravo²

Introdução

O futebol, como qualquer modalidade desportiva, assenta as suas provas e competições, bem como os títulos que através delas se alcançam em diversos pilares, para além, naturalmente, das leis do jogo.

A disciplina é, sem dúvida, um dos mais importantes, como é o exercício da função de ajuizamento ou de arbitragem.

Daí que todo o desporto viva com normas que, buscando a defesa de valores essenciais para uma sã competição desportiva, preveem e punem infrações disciplinares.

Com diferentes denominações, a orgânica desportiva, estabelece ainda órgãos próprios para apreciar tais condutas e aplicar as sanções que, por via do cometimento de infrações disciplinares, são regulamentarmente devidas.

O atual Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Futebol, iniciou o seu mandato (2016-2020) a 7 de junho de 2016.

Ou seja, em termos temporais, iniciando-se cada época desportiva a primeiro de julho de dado ano e terminando a 30 de junho do seguinte, já é possível analisar uma época desportiva de um ponto de vista disciplinar.

É esse o nosso universo, a época desportiva 2016-2017.

Sucedem que sob a competência disciplinar do Conselho de Disciplina viveram, nesse período, 33 competições, sendo três delas organizadas pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional, por delegação da Federação Portuguesa de Futebol, em conformidade com o determinado pela lei.

O quadro das competições do futebol português de âmbito nacional foi, pois, o seguinte:

- Organizadas pela LPFP: Liga NOS, LEDMAN LigaPro³ e Taça CTT
- Organizadas pela FPF

Esta segmentação, acarreta duas consequências no agir disciplinar.

Em primeiro lugar, convivem dois Regulamentos Disciplinares.

Para as competições organizadas pela LPFP, vigorou o Regulamento Disciplinar das Competições Organizadas pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Liga Portuguesa de Futebol Profissional de 27 de junho 2011, com as alterações aprovadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias de 14 de dezembro 2011, 21 de maio de 2012, 6 e 28 de junho de

¹ Professor de Direito do Desporto na Faculdade de Motricidade Humana, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e na Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Portugal. Atual Presidente do Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Futebol. Este trabalho tem dois autores. Seria, contudo, de uma profunda injustiça que não se endereçasse, em exclusivo, à Catarina Cravo, a tarefa (bem pesada e sensível) de recolha dos dados e seu tratamento. Muito do possível valor deste trabalho é, pois, devedor do seu interesse, empenho e competência.

² Licenciada em Direito. Secretária do Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Futebol, Portugal.

³ Nos termos da Portaria n.º 50/2013, de 5 de fevereiro, que define os parâmetros para o reconhecimento da natureza profissional das competições desportivas e os consequentes pressupostos de participação nas mesmas, seu artigo 14º, na data da sua entrada em vigor – recolhendo processos de qualificação que lhe foram anteriores – são consideradas competições desportivas profissionais os campeonatos de futebol da I e II Liga.

2012, 27 de junho de 2013, 19 e 29 de junho 2015, 8 e 15 de junho de 2016 e ratificado pela Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Futebol⁴.

Por seu turno, para as competições organizadas diretamente pela FPF, valeu o Regulamento Disciplinar, aprovado pela Direção da Federação Portuguesa de Futebol, a 29 de junho de 2016⁵.

Por outro lado, opera ainda uma divisão ao nível de tomada de decisão disciplinar na FPF.

Tendo como presidente a mesma pessoa, o Conselho de Disciplina funciona com duas secções especializadas (constituídas pelo presidente e seis vogais) que, por via de regra⁶, aplicam os dois regulamentos consoante o tipo de competições: a Secção Profissional e a Secção Não Profissional.

Impondo-se um estudo sobre as infrações disciplinares verificadas nas competições desportivas organizadas pela LPFP, também justificável – para além de outras razões de fundo – pelas infrações que tem a equipa de arbitragem como referência passiva ou as derivadas de mau comportamento do público (claques, adeptos, sócios), pela repercussão económica das mesmas nas sociedades desportivas participantes, em face do valor das multas aplicadas, dedicamos este espaço às outras competições.

Fazemo-lo por uma miríade de razões, das quais apenas adiantamos algumas.

Em primeiro lugar, por termos ganho a sensação de que se viveu, nesse sector, um “problema de indisciplina” de algum significado, sem, todavia, qualificar, por oposição, o vivido nas competições organizadas pela LPFP.

Para tal sensação, assim se julga, contribui a tomada de consciência de que lidamos com 30 competições de âmbito nacional.

Em segundo lugar, julga-se que nunca foi realizada⁷, pelo menos em Portugal, uma tentativa de conhecer o futebol a partir da recolha e análise de dados concretos da sua disciplina (ou indisciplina).

Por outro lado, esta leitura permite percorrer, na unidade de um só Regulamento Disciplinar, o futebol de 11, o futsal, o futebol de praia e ainda outras realidades.

Por fim, mas não necessariamente em último lugar, porque olhar as competições organizadas pela FPF sob a mesma lupa, leva-nos a ler a disciplina e a constatar as infrações disciplinares ocorridas para além do género e da idade, abrangendo, neste último caso, os escalões de formação, masculino e feminino.

Ou seja, neste aspeto, mirar o futuro.

O universo do estudo, assim justificado, é o seguinte:

- FUTEBOL MASCULINO
 - Campeonato de Portugal⁸
 - Taça Portugal⁹
 - Supertaça Cândido de Oliveira¹⁰
 - Campeonato Nacional da I Divisão de Juniores A¹¹
 - Campeonato Nacional II Divisão Juniores A¹²
 - Campeonato Nacional de Juniores B¹³
 - Campeonato Nacional de Juniores C¹⁴

⁴ Publicitado pelo Comunicado Oficial n.º 6, de 4 de julho de 2016.

⁵ Publicitado pelo Comunicado Oficial n.º 5, de 1 de julho de 2017.

⁶ Há situações, contudo que fogem a esta regra. Por exemplo, de acordo com a cláusula 9ª, n.º 5 do Contrato celebrado entre a FPF e a LPFP: “No âmbito da participação de clubes das competições profissionais em competições organizadas pela FPF é aplicável aos jogadores e treinadores o regime sancionatório previsto no Regulamento Disciplinar da LPFP, independentemente da prova onde a infração tiver sido cometida, seguindo-se o procedimento disciplinar estabelecido no Regulamento Disciplinar da FPF. Esta situação verifica-se na Taça de Portugal e na Supertaça Cândido de Oliveira.

⁷ A afirmação deve ser tomada com algum relativismo. Ou seja, não é do nosso conhecimento tal tipo de trabalho.

⁸ Na época 2016/2017, realizaram-se 1297 jogos.

⁹ Na época 2016/2017, realizaram-se 171 jogos.

¹⁰ Esta competição é composta por apenas um jogo.

¹¹ Na época 2016/2017, realizaram-se 432 jogos.

¹² Na época 2016/2017, realizaram-se 794 jogos.

¹³ Na época 2016/2017, realizaram-se 636 jogos.

¹⁴ Na época 2016/2017, realizaram-se 936 jogos.

- FUTEBOL FEMININO
 - Liga Feminina¹⁵
 - Taça de Portugal de Futebol¹⁶
 - Supertaça do Futebol Feminino¹⁷
 - Campeonato Nacional de Promoção¹⁸
 - Campeonato Nacional de Júniores¹⁹
 - Taça Nacional de Promoção de Futebol²⁰
 - Taça Nacional Júniores²¹

- FUTSAL MASCULINO
 - Campeonato Nacional da 1ª Divisão²²
 - Taça Portugal²³
 - Supertaça²⁴
 - Taça da Liga²⁵
 - Campeonato Nacional 2ª Divisão²⁶
 - Campeonato Nacional Júnior A/Sub 20²⁷
 - Taça Nacional Júniores A²⁸
 - Taça Nacional Júniores B²⁹
 - Campeonato Nacional Júnior B/Sub-17³⁰

- FUTSAL FEMININO
 - Campeonato Nacional³¹
 - Taça de Portugal³²
 - Supertaça³³
 - Taça Nacional Sénior³⁴
 - Taça Nacional Júniores A³⁵

- FUTEBOL PRAIA
 - Campeonato Elite³⁶
 - Campeonato Nacional³⁷

¹⁵ Na época 2016/2017, realizaram-se 182 jogos.

¹⁶ Na época 2016/2017, realizaram-se 69 jogos.

¹⁷ Esta competição é composta por apenas um jogo.

¹⁸ Na época 2016/2017, realizaram-se 398 jogos.

¹⁹ Na época 2016/2017, realizaram-se 355 jogos.

²⁰ Na época 2016/2017, realizaram-se 64 jogos.

²¹ Na época 2016/2017, realizaram-se 83 jogos.

²² Na época 2016/2017, realizaram-se 200 jogos.

²³ Na época 2016/2017, realizaram-se 97 jogos.

²⁴ Esta competição é composta por apenas um jogo.

²⁵ Na época 2016/2017, realizaram-se 7 jogos.

²⁶ Na época 2016/2017, realizaram-se 832 jogos.

²⁷ Na época 2016/2017, realizaram-se 201 jogos.

²⁸ Na época 2016/2017, realizaram-se 102 jogos.

²⁹ Na época 2016/2017, realizaram-se 117 jogos.

³⁰ Na época 2016/2017, realizaram-se 198 jogos.

³¹ Na época 2016/2017, realizaram-se 192 jogos.

³² Na época 2016/2017, realizaram-se 115 jogos.

³³ Esta competição é composta por apenas um jogo.

³⁴ Na época 2016/2017, realizaram-se 102 jogos.

³⁵ Na época 2016/2017, realizaram-se 78 jogos.

³⁶ Na época 2016/2017, realizaram-se 37 jogos.

³⁷ Na época 2016/2017, realizaram-se 101 jogos.

O Regulamento Disciplinar da FPF é um extenso normativo, integrando o vigente na época desportiva 2016/2017, 251 artigos.

O Título I, compreende disposições gerais (artigos 1.º a 14.º).

Segue-se um extenso Título II, relativo às infrações disciplinares (artigos 15.º a 200.º)³⁸:

Disposições gerais (artigos 15.º a 17.º)

Das sanções, seu cumprimento e efeitos (artigos 18.º a 39.º)

Da medida e graduação das sanções (artigos 40.º a 44.º)

Da extinção da responsabilidade disciplinar (artigos 45.º a 49.º)

Das infrações disciplinares específicas dos clubes (artigos 50.º a 111.º)

Das infrações específicas dos dirigentes de clubes (artigos 112.º a 128.º)

Das infrações específicas dos jogadores (artigos 129.º a 153.º)

Das infrações específicas dos elementos da equipa de arbitragem, observador de árbitros e delegados ao jogo da FPF (artigos 154.º a 170.º)

Das infrações específicas dos agentes desportivos que exerçam funções na arbitragem (artigos 171.º e 172.º)

Das infrações específicas dos delegados ao jogo dos clubes, dos treinadores, intermediários e outros agentes desportivos (artigos 173.º a 179.º)

Das infrações dos espectadores (artigos 180.º a 195.º)

Das infrações específicas dos sócios ordinários da FPF (artigos 196.º a 200.º)

De referir que, em matéria de infrações disciplinares, as mesmas surgem qualificadas, para todos os agentes desportivos em *multo graves*, *graves e leves*.

Por outro lado, como se depreende com facilidade pelo transcrito, a arrumação das infrações disciplinares, no plano do autor, alinha-se pelos clubes, dirigentes, jogadores e outros agentes desportivos.

E, também surge assim estruturado, autor a autor, as infrações vão encontrar, em muitas delas, no lado inverso, as mesmas referências.

Isto é, aparte determinadas infrações, todos os “infratores” podem cometer infrações parente todas as “vítimas”.

Por exemplo, um jogador surge como autor em infrações cometidas perante outros jogadores, árbitros, outros agentes desportivos, etc. e, por outro lado ele é a “vítima” de infrações praticadas por outros jogadores, agentes de arbitragem, outros agentes desportivos etc³⁹.

O Título III é todo dedicado ao procedimento disciplinar e integra os artigos 201.º a 246.º)

Por seu turno o Título IV respeita aos recursos internos (artigos 247.º e 248.º)⁴⁰.

³⁸ Enquadrados sistematicamente em capítulos e secções.

³⁹ Não sendo de óbvia ilação, no passado regulamentar disciplinar da FPF, todas estas infrações parecem surgir como protegendo valores e bens diretamente relacionados com os agentes desportivos. Ora, na verdade, essa personificação adquire mero relevo funcional. O que verdadeiramente se encontra em causa na tipificação de uma ação ou omissão é a defesa de valores supra individuais. Por exemplo, quando um jogador ou treinador se refere diretamente a um árbitro como “ladrão” ou “Só apitas para um lado”, não é tanto a honra e reputação desse árbitro que, de um ponto de vista disciplinar, se encontra causa, mas antes o valor da imparcialidade da função de arbitragem. Daí que, o Regulamento Disciplinar vigente esta época desportiva (2017/2018), tenha consagrado um enquadramento formal das infrações disciplinares fazendo vingar essa projeção. Veja-se, por exemplo, as infrações dos clubes: da Proteção da Verdade Desportiva, da Proteção dos Valores Desportivos, da Proteção da Competição na sua Vertente Desportiva e da Proteção da Competição na sua Vertente Institucional.

⁴⁰ O Título V (e último) integra disposições finais e transitórias (artigos 249º a 251º).

Quanto às formas de processos disciplinares, prevê o artigo 209.º as seguintes:

- a) Processo disciplinar
- b) Processo de averiguações
- c) Processo sumário
- d) Processo de revisão
- e) Processo de impedimento por dívidas⁴¹
- f) Processo especial de justificação de falta de comparência
- g) Reabilitação

Assumem natureza comum os processos disciplinares e de averiguações⁴².

Contudo, a esmagadora maioria das decisões disciplinares são alcançadas sob a forma de processo sumário.

Em conformidade com o estabelecido no artigo 235.º, quando, no âmbito do exercício de ação disciplinar, *estiverem em causa infrações disciplinares leves ou, em qualquer caso, infrações disciplinares sancionáveis com sanção disciplinar não superior a um mês de suspensão ou que no caso concreto não é aplicada sanção superior a um mês de suspensão* (n.º 1).

São ainda aplicáveis em processo sumário as sanções disciplinares emergentes de infrações relativas à falta de comparência, desistência e de deficientes condições de recinto desportivo ou equipamento, sem prejuízo do prosseguimento do procedimento disciplinar quanto ao restante, quando aplicável (n.º 2)⁴³.

Refinando o nosso objeto de estudo, adiante-se que iremos destacar, a partir essencialmente dos mapas das decisões sumárias, uma certa tipologia de infrações e o seu âmbito de ocorrência.

Contudo, não deixaremos de ter presentes os resultados de processos disciplinares⁴⁴ e de averiguações (que levaram à instauração de disciplinares) em que estejam em causa factos ocorridos durante a época 2016/2017.

⁴¹ Esta forma já não existe no atual Regulamento Disciplinar.

⁴² Este último entendido como tal para estes efeitos, uma vez que pode cobrir – na busca de registos indiciários de infrações – todo um leque alargado de situações. Sobre o alcance do processo de averiguações previa o artigo 238º, nº 1: “1. Para efeitos de apuramento de existência das circunstâncias e da autoria de infração disciplinar, podem os órgãos jurisdicionais ordenar a realização de processo de averiguações, devendo a Direção da FPF nomear um instrutor enquanto inquiridor”.

⁴³ A tramitação do processo sumário surge no artigo 236º:

1. A decisão em processo sumário é sustentada em relatórios da equipa de arbitragem, dos elementos das forças de segurança públicas ou dos delegados da FPF, por auto com infração verificada em flagrante delito, ou declaração do arguido.

2. O processo sumário sustentado em auto por infração por flagrante delito é elaborado por instrutor nomeado para o efeito, e baseia-se na transcrição de factos percebidos diretamente, ainda que através da visualização de imagens televisivas que demonstrem e comprovem inequivocamente, os factos que consubstanciam a infração, bem como os seus autores.

3. Os elementos audiovisuais referidos no número anterior são obrigatoriamente apensos ao respetivo auto.

4. Quando fundada exclusivamente em imagens publicadas em meios audiovisuais a decisão é sempre precedida de audiência do arguido.

5. Quando a equipa de arbitragem de um jogo sancionar qualquer interveniente com a amostragem de cartão amarelo ou vermelho, assim como advertência ou expulsão, quando, com recurso a meios audiovisuais, se verifique que pretendia sancionar outro interveniente, pode a Secção Não Profissional atuar oficiosamente, de forma a revogar a punição do sujeito indevidamente punido, com o fim de atribuir tal sanção ao sujeito que verdadeiramente cometeu a infração.

6. As decisões que tramitam sob a forma de processo sumário devem ser proferidas no prazo de 5 dias úteis contados desde a receção de toda a documentação em causa ou das informações complementares solicitadas, nos termos do número seguinte, sob pena de caducidade do processo sumário.

7. A Secção Não Profissional do Conselho de Disciplina tem competência e poderes para, revelando-se necessário esclarecer o conteúdo de algum dos documentos referidos no número 1, diligenciar no sentido de obter informações complementares, não pondo em causa a economia da forma sumária de processo.

8. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se que o conteúdo de um documento necessita de ser esclarecido quando, designadamente, este for ambíguo, ou quando não concretizar de forma suficiente as circunstâncias de tempo, lugar e modo relativos aos factos descritos, ou não indique com precisão os respetivos agentes.

As decisões em processo sumário são tomadas no seu regimento interno.

⁴⁴ A pesquisa foi realizada, tendo por referência os processos de 2016/2017, na compilação de sumários dos acórdãos proferidos pela secção não profissional na época desportiva 2016/2017, disponível em: <<http://www.fpf.pt/pt/Institucional/Disciplina/Sec%C3%A7%C3%A3o-N%C3%A3o-Profissional/Ac%C3%B3rd%C3%A3os>> e compilação de sumários dos acórdãos proferidos pela secção não profissional na época desportiva 2017/2018, documento interno que será publicado terminada a época 2017/2018.

Porém, torna-se ainda necessário afinar em algo mais o objeto do nosso trabalho, tendo especialmente em conta os propósitos do Congresso.

A diversidade das infrações disciplinares é bem expressiva e não se deverá afastar algumas, por exemplo, com base no critério da gravidade da infração, não curando, por hipótese, das mais leves.

O nosso caminho de orientação, admitindo desvios, foi o de selecionar as infrações que colocam em causa a reputação, a honra, ética desportiva, urbanidade, a autoridade da equipa de arbitragem, a integridade física e os valores desportivos.

Por outro lado, excluimos infrações, como a falta de equipamentos, recinto de jogo não marcado, atrasos, falta de treinadores, entre tantas que não aparecem abrigar aquelas referências de orientação geral.

Nem mesmo trataremos de todas as sanções aplicadas que redundem em suspensão de atividade. Delas excluimos, por exemplo, o duplo cartão amarelo e a expulsão por frustração de uma clara oportunidade de golo.

Por fim, prevenindo o leitor, a opção por dadas infrações em detrimento de outras, a recolha de dados – penosa – e o seu tratamento, podem ficar aquém do estritamente exigível para uma intocável natureza científica do apresentado.

Contudo, estamos crentes que, no mínimo, constituirá um válido indício da vivência disciplinar que teve lugar na época desportiva 2016/2017, quanto às infrações que foram eleitas para análise.

Das infrações *visitadas*

Olhando as normas do RDFPF2016, que servem de enquadramento à nossa análise, elegemos os seguintes preceitos de referência⁴⁵, iniciando o nosso percurso pelas *infrações disciplinares dos clubes*.

Para este estudo, desconsiderámos das infrações muito graves como a *Apresentação de equipa titular inferior* (artigo 50.º), *Simulação e fraude* (artigo 51.º), *Causa ou favorecimento de falta de comparência de terceiro* (artigo 52.º), *Corrupção da equipa de arbitragem* (artigo 56.º), *Corrupção de clubes e jogadores* (artigo 57.º), *Corrupção de outros agentes desportivos* (artigo 58.º), *Apostas desportivas* (artigo 59.º), *Coação* (artigo 60.º), *Exercício e abuso de influência* (artigo 61.º), *Recusa de cedência de recinto desportivo ou jogador* (artigo 64.º) e *Recurso aos tribunais comuns* (artigo 65.º).

No plano das infrações graves, desconsiderámos, para este estudo, *Falta de comparência a jogo* (artigo 67.º), *Desistência de prova* (artigo 68.º), *Incentivos a clubes terceiros*⁴⁶ (artigo 69.º), *Não cumprimento de deliberações e prestação de falsas declarações* (artigo 70.º), *Condições do recinto desportivo, de segurança ou dos equipamentos* (artigo 73.º), *Reserva de camarotes* (artigo 74.º), *Não comunicação de alteração de recinto desportivo* (artigo 75.º), *Diminuição de garantia patrimonial*, (artigo 76.º), *Dívida ao Fundo de Garantia Salarial* (artigo 77.º), *Utilização não autorizada de jogadores em jogos particulares* (artigo 78.º), *Publicidade* (artigo 79.º), *Transmissão televisiva dos jogos* (artigo 80.º), *Impedimento de transmissão de jogo* (artigo 81.º), *Atraso no início ou reinício dos jogos e da sua não realização ou conclusão* (artigo 82.º), *Venda e consumo de bebidas alcoólicas e outras situações* (artigo 85.º), *Irregularidade nos bilhetes de ingresso* (artigo 86.º), *Devolução de*

⁴⁵ A escolha não é, nem podia ser, aleatória. Na verdade, por um lado, centramo-nos, por via de regra, no âmbito das infrações muito graves ou graves e pouco espaço damos às leves. Por outro lado, muitas infrações qualificadas de muito graves ou graves não se verificam naquilo que poderíamos designar por disciplina no sentido mais restrito, ou seja, no domínio que de forma mais imediata “toca” com o jogo ou alguns dos seus agentes e se localiza no relacionamento direto entre estes. De todo o modo, sempre se adiantará que, nesta época do estudo, não se verificaram nenhuma das infrações muito graves adiante elencadas.

⁴⁶ Neste caso por não ter ocorrido nenhuma infração.

bilhetes, (artigo 87.º), *Da não remessa de bilhetes ao clube visitante* (artigo 88.º), *Grupo Organizado de Adeptos* (artigo 89.º)⁴⁷, *Participação em cerimónias de entrega de prémios* (artigo 90.º), *Apresentação de contas* (artigo 91.º), *Indevida utilização de ecrãs gigantes e aparelhagem sonora* (artigo 92.º), *Participação em jogo, prova ou manifestação desportiva não autorizada ou não homologada* (artigo 93.º), *Jogos com clube impedido* (artigo 94.º), *Contratação de treinador sem habilitação* (artigo 95.º), *Violação do dever de cuidado nas relações com intermediários* (artigo 96º) e *Violação de outros deveres*⁴⁸ (artigo 97.º).

No universo das infrações disciplinares leves não elegemos nenhuma.

Assim, quanto aos clubes, as infrações visitadas foram: *Do abandono de terreno de jogo ou mau comportamento coletivo* (Artigo 53.º), *Não realização ou conclusão de jogo por agressão da equipa de arbitragem* (Artigo 54.º), *Declarações sobre arbitragem antes de jogo* (Artigo 62.º), *Alterações de ordem e disciplina* (Artigo 63.º), *Comportamento discriminatórios* (Artigo 66.º), *Ameaças, juízos ou afirmações lesivas da reputação de entidades da estrutura desportiva* (Artigo 71.º), *Intimidação coletiva à equipa de arbitragem* (Artigo 72.º), *Não acatamento de ordem de expulsão* (Artigo 83.º) e *Da agressão à equipa de arbitragem não impeditiva de realização do jogo* (Artigo 84.º).

Do abandono de terreno de jogo ou mau comportamento coletivo

Dispõe o artigo 53.º:

1. O clube cuja equipa abandone deliberadamente o terreno de jogo depois de iniciado jogo oficial, ou tiver nele comportamento coletivo que impeça o árbitro de o fazer prosseguir ou concluir, será sancionado:
 - a) Nas competições por pontos com sanção de derrota, dedução de pontos a fixar entre 3 e 5, e acessoriamente com multa a fixar entre 10 e 20 UC.
 - b) Nas provas por eliminatórias com a sanção de exclusão da competição por período a determinar entre 1 e 3 épocas desportivas e acessoriamente com multa a fixar entre 10 e 20 UC.
 - c) Se o abandono ou mau comportamento ocorrer durante a final da Taça de Portugal, na Supertaça ou num dos três últimos jogos de uma prova a disputar por pontos, o clube é punido nos termos das alíneas a) e b), respetivamente, com os limites mínimos e máximos das referidas sanções elevados ao triplo, perdendo ainda o direito à percentagem da receita do jogo que eventualmente lhe coubesse, revertendo esta a favor do adversário.
2. Considera-se abandono do terreno de jogo a saída deliberada de um número de jogadores que impeça a continuação do jogo nos termos regulamentares.
Em processo sumário, existiu uma violação da disposição prevista no artigo 53.º no Campeonato de Portugal.

No âmbito de processos disciplinares, verificou-se por três vezes a aplicação de sanções.

3. Sobre a não realização ou conclusão de jogo por agressão da equipa de arbitragem, estabelece o artigo 54.º:
 1. O clube interveniente no jogo, cujo agente desportivo a si vinculado, esteja ou não incluído na ficha técnica, agrida fisicamente algum dos membros da equipa de arbitragem por forma a determinar-lhe lesão que o impossibilite de dar início ao jogo ou de o concluir, sendo este, em virtude desse facto, dado por terminado antes do tempo regulamentar, é sancionado com as sanções de derrota e de multa, a fixar entre de 10 e 20 UC.
 2. Em caso de reincidência, o clube é ainda sancionado com interdição de jogar no seu recinto desportivo por 2 a 4 jogos.
O Conselho de Disciplina na época 2016/2017 puniu, em processo sumário, um clube ao abrigo desta norma, na Taça de Portugal de Futsal Masculino.

⁴⁷ Neste caso por não ter ocorrido nenhuma infração.

⁴⁸ Neste caso por não ter ocorrido nenhuma infração.

4. O artigo 62.º prevê as declarações sobre arbitragem antes de jogo.

Estabelece:

1. É sancionado com multa a fixar entre 10 e 20 UC o clube que, através de meios de comunicação social ou qualquer outro, emita declarações ou emita juízos pondo em causa a imparcialidade ou competência técnica da equipa de arbitragem ou dos observadores designados para o jogo que vai disputar, bem como a sua respetiva nomeação pelos competentes órgãos de arbitragem da FPF.
2. O clube é responsável pela atuação dos seus dirigentes, representantes, sócios, funcionários e colaboradores e pelas mensagens veiculadas pelos seus órgãos e espaços de comunicação social privados.

Não se registou a sua aplicação.

5. As alterações de ordem e disciplina encontram espaço no artigo 63.º:

Prevê-se:

1. É aplicável o disposto no capítulo relativo às infrações dos espectadores, com as necessárias adaptações, aos danos e à alteração da ordem e da disciplina provocadas por jogadores, representantes, dirigentes, outros agentes desportivos vinculados ao clube, bem como aos seus colaboradores e funcionários, desde que ocorram dentro do perímetro dos limites exteriores do complexo desportivo antes, durante ou depois de jogo oficial.
2. O clube é solidariamente responsável com os autores pela reparação dos danos causados nos termos do número 1.

Em reunião restrita de sumários foi aplicado o artigo 63.º a um clube participante no Campeonato Nacional de Futebol Praia.

O Conselho de Disciplina convolou um processo de averiguações em processo disciplinar com base na aplicação do artigo 63.º a dois clubes. Já no que diz respeito a processos disciplinares, o Conselho de Disciplina fez uso da disposição três vezes.

6. Comportamentos discriminatórios (Artigo 66.º):

Determina a norma:

1. O clube que promova ou consinta qualquer tipo de conduta, escrita ou oral, por qualquer meio que atente contra a dignidade humana em função da raça, língua, origem étnica, religião, sexo ou orientação sexual, ou qualquer outro comportamento racista ou xenófobo, é sancionado com a realização de 2 a 5 jogos à porta fechada e, acessoriamente, com multa a fixar entre 10 e 20 UC.
2. Se a infração for cometida em circunstâncias que revelem especial censurabilidade, o clube é sancionado nos termos do número anterior e:
 - a) Nas provas por pontos: dedução de 2 a 5 pontos na tabela classificativa.
 - b) Nas provas por eliminatórias: exclusão da competição por período a determinar entre 1 e 3 épocas desportivas.
3. É suscetível de revelar especial censurabilidade, entre outras, a circunstância da infração ser cometida:
 - a) Contra árbitro ou titular de órgão social da FPF ou Sócio Ordinário da FPF.
 - b) Por meio de órgão da comunicação social.

Durante toda a época desportiva 2016/2017, apenas se verificou a aplicação desta norma uma vez, em sede de processo sumário, a um clube do Campeonato Nacional de Juniores B de Futebol Masculino⁴⁹.

⁴⁹ Contudo, aproveite-se a oportunidade para adiantar alguns dados sobre esta particular infração disciplinar, atenta a sua contemporaneidade no mundo desportivo.

Assim, na Secção Não Profissional em 2017/2018 foram instaurados sete processos disciplinares, cinco a clubes, um a jogador e um a treinador. Com a exceção do processo instaurado ao jogador, que já se encontra decidido, tendo o atleta sido sancionado, os restantes processos encontram-se em fase de inquérito e instrução. Três dos processos mencionados foram instaurados por discriminação em função do sexo (feminino), ou outros por discriminação em função da raça (negra). Na Secção Profissional, na época desportiva transata (2016/2017), foram instaurados dois processos disciplinares a sociedades desportivas, num houve condenação no outro houve a absolvição. Na presente época desportiva (2017/2018), foram igualmente instaurados dois processos disciplinares, no primeiro verificou-se a condenação da sociedade desportiva, no entanto em sede de recurso foi absolvida, no segundo processo a sociedade desportiva foi absolvida. Todos os processos disciplinares foram instaurados por indícios de comportamento discriminatório em função da raça.

7. No que se refere às ameaças, juízos ou afirmações lesivas da reputação de entidades da estrutura desportiva vale o artigo 71.º:

1. É sancionado com multa a fixar entre 3 e 8 UC o clube que, dirigindo-se a terceiros ou ao visado, imputar por palavras à FPF, às suas atividades estatutárias, a órgãos sociais, a comissões, a sócios ordinários, a delegados da FPF, a árbitros, a observadores de árbitros, a cronometristas a outro clube e aos respetivos membros, dirigentes, colaboradores ou empregados no exercício das suas funções ou por virtude delas, mesmo sob a forma de suspeita, um facto, ou formular sobre eles um juízo, ofensivos da sua honra, consideração ou dignidade.
2. À difamação e à injúria orais são equiparadas as feitas por escrito, gestos, imagens ou qualquer outro meio de expressão.
3. Incorre em igual sanção o clube que exerça ameaça a qualquer agente desportivo por força do exercício das suas funções ou espetador.
4. O clube é responsável pela atuação dos seus dirigentes, representantes, sócios, funcionários e colaboradores e pelas mensagens veiculadas pelos seus órgãos e espaços de comunicação social privados.
5. Em caso de reincidência, os limites mínimos e máximos das sanções previstas neste artigo são elevados ao dobro.

Não se registou a sua aplicação.

8. O artigo 72º ocupa-se da intimidação coletiva à equipa de arbitragem.

Aí se estabelece:

1. Quando um grupo de dois ou mais jogadores, treinadores, auxiliares-técnicos, dirigentes, médicos, massagistas ou outros agentes desportivos, atuando concertadamente, tentem forçar qualquer elemento da equipa de arbitragem através de intimidação, durante o decorrer de um jogo, a praticar determinado ato, ou a abster-se de o fazer, o clube ao qual pertençam é sancionado com multa a fixar entre 3 e 8 UC.
2. Em caso de reincidência os limites mínimos e máximos das sanções previstas no número anterior são elevados ao dobro.

Não se registou a sua aplicação.

9. Para o não acatamento de ordem de expulsão vale o artigo 83.º.

Prevê a norma:

Se o árbitro der por terminado um jogo oficial antes de decorrido o tempo regulamentar, em virtude de um jogador ou elemento constante da ficha técnica de jogo, depois de expulso, se recusar a sair do terreno do jogo ou da zona à qual tenha autorização de acesso e permanência, e após esgotadas todas as tentativas de fazer esse elemento acatar tal decisão nos termos regulamentares, é aplicado ao clube ao qual o agente desportivo pertença a sanção de derrota e, acessoriamente, multa a fixar entre 3 e 8 UC.

Não se registou a sua aplicação.

10. Sobre a agressão à equipa de arbitragem não impeditiva de realização do jogo estipula o artigo 84.º:

1. Se a agressão por parte de um agente desportivo de um clube a algum elemento da equipa de arbitragem não impedirem que o jogo se inicie ou reinicie após o intervalo, nem que o jogo tenha a duração regulamentar, o clube é sancionado com multa a fixar entre 3 e 8 UC.
2. Nos casos em que a paragem do jogo se verifique por período superior a 10 minutos pelas infrações referidas no número anterior, a sanção de multa concretamente aplicada é elevada ao dobro.

3. No caso de reincidência, à sanção de multa acresce a interdição de jogar no seu estádio a fixar entre 1 a 3 jogos.

Não se registou a sua aplicação.

11. No universo das *infrações disciplinares dos dirigentes*, eilegemos as que se seguem.

12. Em primeiro lugar as *ofensas corporais* (artigo 115.º):

1. O dirigente de clube que, em exercício de funções, agrida fisicamente membro dos órgãos sociais das entidades integrantes da estrutura desportiva ou seus funcionários, elemento da equipa de arbitragem, observadores de árbitros, dirigentes e delegados ao jogo de outro clube, agentes das forças de segurança pública, assistentes de recinto desportivo, jogadores, treinadores, outro agente desportivo, ou pessoa autorizada a permanecer no terreno de jogo ou na zona entre as linhas exteriores do terreno de jogo e a entrada nos balneários, tal como representada na definição da zona técnica, é sancionado com suspensão de 1 a 5 anos e multa a fixar entre 10 e 20 UC.
2. Se as agressões referidas no número anterior determinarem lesão de especial gravidade, as sanções previstas no número anterior são elevadas ao dobro.
3. O dirigente de clube que agrida fisicamente espetador ou outro interveniente não previsto no número anterior com direito de acesso e permanência no recinto desportivo, é sancionado com as sanções aí previstas, reduzidas a metade.
4. Nos casos de tentativa, os limites das sanções referidas no número anterior são reduzidos a metade.

Em processo disciplinar apenas um dirigente foi sancionado nos termos do artigo 115.º do Regulamento Disciplinar.

13. Segue-se o disposto no artigo 116.º sobre o *incitamento à indisciplina*:

1. O dirigente de clube que por ocasião dos jogos oficiais assuma atitudes de violência ou incite o público, jogadores, e demais agentes desportivos a abandonar deliberadamente o terreno de jogo depois de iniciado jogo oficial, ou tiver nele comportamento coletivo que impeça o árbitro de o fazer prosseguir ou concluir é sancionado com suspensão de 1 a 3 anos e multa a fixar entre 10 e 20 UC.
2. Se, na sequência daqueles factos, mesmo que sem nexu causal direto, ocorrerem graves perturbações da ordem ou desrespeito pela hierarquia desportiva, seus dirigentes e entidades oficiais convidadas, as sanções referidas no número anterior são elevadas para o dobro.

Não se registou a sua aplicação.

14. Também aqui a previsão de *comportamento discriminatório* (artigo 117.º):

1. O dirigente que através de atos ou palavras ofenda a dignidade de agente desportivo, em função da sua ascendência, sexo, raça, nacionalidade, etnia, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual é punido com multa a fixar entre 10 e 20 UC.
2. Se a infração for cometida em circunstâncias que revelem especial censurabilidade, o dirigente é ainda sancionado com suspensão por 6 meses a 2 anos.
3. É suscetível de revelar especial censurabilidade, entre outras, a circunstância da infração ser cometida:
 - a) Contra árbitro ou titular de órgão social da FPF ou de qualquer Sócio Ordinário da FPF.
 - b) Por meio de órgão da comunicação social.

Não se registou a sua aplicação.

15. O artigo 118º recolhe as declarações sobre arbitragem e a organização das competições antes de jogos oficiais:

1. O dirigente de Clube que, através de meios de comunicação social ou qualquer outro, emita declarações ou emita juízos pondo em causa a imparcialidade ou competência técnica da equipa de arbitragem ou dos observadores designados para o jogo que vai disputar, bem como a sua respetiva nomeação pelos competentes órgãos de arbitragem da FPF é sancionado com a sanção de suspensão entre 1 e 3 meses e, acessoriamente, com a sanção de multa a fixar entre 10 e 20 UC.
2. Em caso de reincidência os limites mínimos e máximos das sanções previstas no número anterior são elevados ao dobro.

Não se registou a sua aplicação.

16. As ameaças, injúrias e ofensas à reputação constam do artigo 123.º:

1. O dirigente de clube que dirigindo-se a terceiros ou ao visado, imputar por palavras à FPF, às suas atividades estatutárias, a órgãos sociais, a comissões, a sócios ordinários, a delegados da FPF, a árbitros, a observadores de árbitros, a cronometristas, a outro clube e aos respetivos membros, dirigentes, colaboradores ou empregados e a outros agentes desportivos no exercício das suas funções ou por virtude delas, mesmo sob a forma de suspeita, um facto, ou formular sobre eles um juízo, ofensivos da sua honra, consideração ou dignidade é sancionado com suspensão de 1 mês a 1 ano e multa a fixar entre 3 e 8 UC.
2. O dirigente de clube que, atuando concertadamente com outro agente desportivo, tente forçar qualquer elemento da equipa de arbitragem ou outro agente desportivo através de intimidação, durante o decorrer de um jogo, a praticar determinado ato, ou a abster-se de o fazer, é sancionado com suspensão de 2 meses a 1 ano e multa a fixar entre 4 e 10 UC.
3. Em caso de reincidência os limites mínimos e máximos das sanções de suspensão são elevados ao dobro.

Em processo sumário, apenas se registou a prática de ameaças, injúrias e ofensas à reputação em três ocasiões, duas delas no Campeonato Portugal e outra no Campeonato Nacional da II Divisão de Juniores A (futebol masculino).

Por factos ocorridos na época 2016/2017, o Conselho de Disciplina sancionou, em processo disciplinar, por nove vezes dirigentes que infringiram a presente norma.

17. Relativamente a atos contra a equipa de arbitragem dispõe o artigo 127.º:

Sem prejuízo do disposto número anterior, o dirigente de clube que no decurso de jogo oficial proteste decisão da equipa de arbitragem ou adote atitude incorreta para com os respetivos elementos, é sancionado com suspensão de 15 dias a 1 mês, e acessoriamente com multa a fixar entre 1 e 5 UC.

Esta infração ocorreu por doze vezes, tendo o Conselho de Disciplina sancionado, em processo sumário, Dirigentes das seguintes competições: Campeonato Portugal (1), Campeonato Nacional da II Divisão de Juniores A (2), Campeonato Nacional de Juniores C (1), Campeonato Nacional de Juniores – futebol feminino (1), Campeonato Nacional da 2.ª Divisão – Futsal masculino (2), Campeonato Nacional de Juniores B/Sub 17 – futsal masculino (2), Campeonato Nacional de Futsal Feminino (1), Campeonato Elite – futebol praia (1) e Campeonato Nacional de Futebol Praia (1).

18. No que respeita às *infracções disciplinares dos jogadores*, o registo é muito semelhante ao anterior.

Quanto às ofensas corporais, dispõe o artigo 131.º:

1. O jogador que agrida fisicamente um agente desportivo, agentes das forças de segurança pública ou pessoa autorizada a permanecer na zona técnica, de forma a determinar-lhe lesão de especial gravidade, é sancionado com suspensão a determinar entre 3 meses a 4 anos e, se o jogador for profissional, é sancionado ainda com multa a fixar entre 15 e 30 UC.

2. Os limites das sanções são reduzidos a dois terços se a agressão, muito embora não determinando lesão ou doença grave, tenha sido realizada por meio especialmente perigoso, suscetível de as determinar.
3. Sem prejuízo de disposição especial em contrário, o jogador que, nas restantes circunstâncias, agrida as pessoas referidas no número 1, é sancionado com suspensão a determinar entre 1 meses a 3 anos e, se for jogador profissional, é sancionado ainda com multa a fixar entre 10 e 20 UC.
4. Nos casos em que se verifique tentativa ou quando se trate de resposta a agressão, os limites das sanções referidas nos números anteriores são reduzidos a metade.

Em processo sumário, por cinco vezes foi aplicado este artigo, a saber: duas vezes em campeonatos seniores de futebol masculino, outras duas em campeonatos juniores de futebol masculino e uma vez em campeonato de futebol de praia.

Por nove ocasiões existiram jogadores a serem sancionados pelo Conselho de Disciplina, em processo disciplinar, nos termos do artigo 131.º.

19. Sobre a recusa de saída do terreno de jogo, estabelece o artigo 134.º:

Se o árbitro der por terminado um jogo oficial antes de decorrido o tempo regulamentar, em virtude de um jogador ou outro agente desportivo constante da ficha técnica de jogo, depois de expulso, se recusar a sair do terreno do jogo ou da zona à qual tenha autorização de acesso e permanência, e após esgotadas todas as tentativas de fazer esse elemento acatar tal decisão nos termos regulamentares, é aplicado a esse jogador a sanção de suspensão a fixar entre 1 meses e 1 ano.

Não se registou a sua aplicação.

20. No que diz respeito a comportamento discriminatório, estabelece o artigo 137.º:

1. O jogador que através de atos ou palavras ofenda a dignidade de agente desportivo, em função da sua ascendência, sexo, raça, nacionalidade, etnia, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual é punido com suspensão a determinar entre 2 a 8 jogos e, se for profissional, acessoriamente com multa a fixar entre 25 a 125 UC.
2. Se a infração for cometida em circunstâncias que revelem especial censurabilidade, jogador é ainda sancionado com suspensão a fixar de 3 a 15 jogos.
3. É suscetível de revelar especial censurabilidade, entre outras, a circunstância da infração ser cometida:
 - a) Contra árbitro ou titular de órgão social da FPF ou de qualquer Sócio Ordinário da FPF.
 - b) Por meio de órgão da comunicação social.

Em duas circunstâncias, o Conselho de Disciplina aplicou sumariamente o artigo 137.º, uma no Campeonato Portugal e outra no Campeonato Nacional de Juniores C.

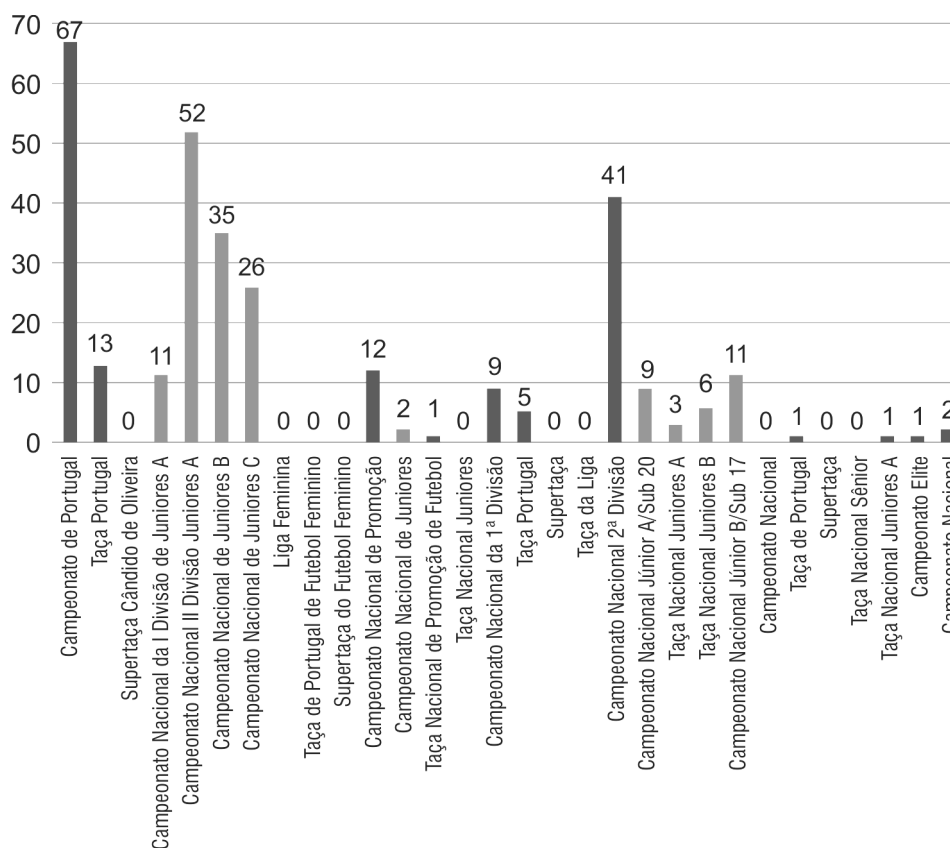
No âmbito de processo disciplinar, o Conselho de Disciplina considerou estar preenchida uma vez a infração de comportamento discriminatório.

21. No que toca a ofensas corporais graves a jogadores estipula o artigo 139.º:

1. Sem prejuízo do disposto na secção anterior quando às ofensas corporais, o jogador que agrida fisicamente outro jogador antes, durante ou após o jogo é sancionado com suspensão a determinar entre 2 a 10 jogos e, se for profissional, é ainda sancionado com multa a fixar entre 5 e 20 UC.
2. Os factos previstos no número anterior, quando cometidos na forma de tentativa, ou tratando-se de resposta a agressão ou agressões recíprocas, são sancionados nos termos aí previstos, com os limites máximos das sanções reduzidos a metade.

Da análise realizada, em processo sumário, o preceituado no artigo 139.º obteve um número significativo de aplicações, conforme gráfico que se apresenta:

Figura 1 - Artigo 139.



Em termos absolutos, destaque claro para as competições masculinas de futebol, tanto sénior como de juniores. Apenas comparável com o Campeonato Nacional da 2.ª Divisão de Futsal.

Esta circunstância não é alheia ao facto de as diferentes competições terem um número diferente de jogos⁵⁰. Assim, em termos relativos, esta infração é mais praticada na Taça de Portugal, seguida do Campeonato Nacional II Divisão Juniores A.

Em sede de processo disciplinar, o órgão disciplinar aplicou nove vezes o disposto no artigo 139.º. Foi convocado processo de averiguações em processo disciplinar por existirem indícios da prática de ofensas corporais graves a jogadores.

22. As agressões a espetadores surgem no artigo 140.º:

1. Quando um jogador agrida um espetador, é sancionado com suspensão a fixar entre 2 e 10 jogos e, se for jogador profissional, acessoriamente com a sanção de multa a fixar entre 15 e 30 UC.
2. Quando um jogador responda a agressão de um espetador, é sancionado com suspensão a fixar entre 1 e 3 jogos e, se for jogador profissional acessoriamente com a sanção de multa a fixar entre 3 e 5 UC.
3. Os factos previstos no número anterior, quando cometidos na forma de tentativa, são sancionados com as sanções aí previstas, reduzidas a metade.

Nas reuniões semanais de decisões sumárias três jogadores viram ser-lhes aplicado o artigo 140.º, uma no Campeonato Nacional de Promoção e dois no Campeonato Nacional de Juniores A/sub 20.

Esta infração foi dada como provada e, conseqüentemente, sancionada num processo disciplinar.

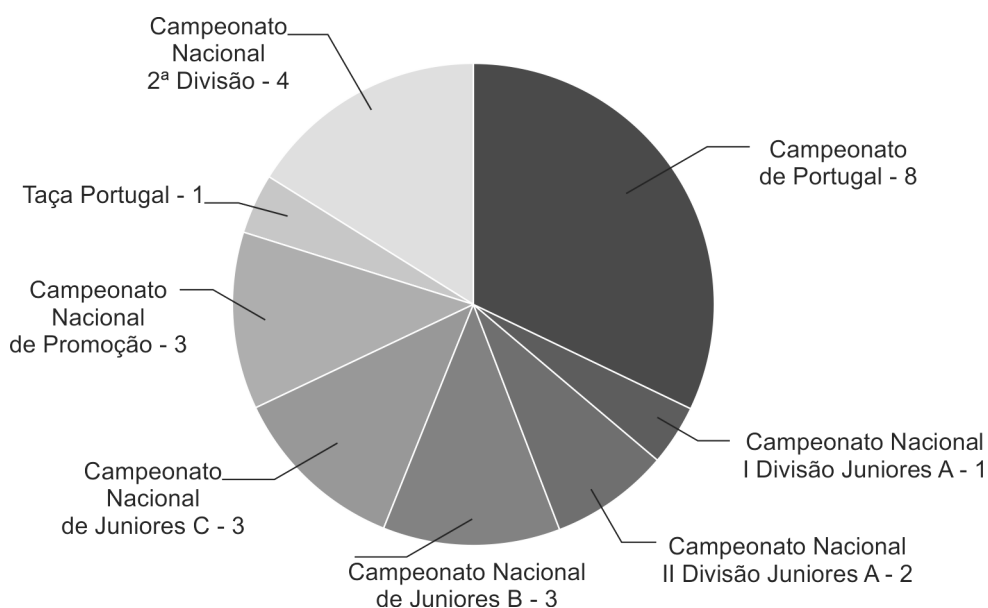
⁵⁰ Já tivemos oportunidade de individualizar o número de jogos por competição (ver nota de rodapé 8 a 37). Sem prejuízo, por variante temos: futebol masculino 4267 jogos, futebol feminino 1152 jogos, futsal masculino 1755 jogos, futsal feminino 488 jogos e futebol de praia masculino 138 jogos.

23. Quanto às ameaças, injúrias e ofensas à reputação, a previsão consta do artigo 142.º:

1. O jogador que que, dirigindo-se a terceiros ou ao visado, imputar por palavras à FPF, às suas atividades estatutárias, a órgãos sociais, a comissões, a sócios ordinários, a delegados da FPF, a árbitros, a observadores de árbitros, a cronometristas a outro clube e aos respetivos membros, dirigentes, colaboradores ou empregados ou qualquer pessoa com direito de acesso e permanência no recinto desportivo no exercício das suas funções ou por virtude delas, mesmo sob a forma de suspeita, um facto, ou formular sobre eles um juízo, ofensivos da sua honra, consideração ou dignidade é sancionado com suspensão a determinar entre 4 e 10 jogos, e, se for jogador profissional, é ainda sancionado, acessoriamente, com multa a fixar entre 10 e 20 UC.
2. No caso da infração referida no número 1 for dirigida contra outro jogador ou espetador, são aplicadas as sanções aí previstas reduzidas a metade.
3. O jogador que atuando concertadamente tente forçar qualquer elemento da equipa de arbitragem ou outro agente desportivo, através de intimidação, durante o decorrer de um jogo, a praticar determinado ato, ou a abster-se de o fazer é punido com suspensão de 2 a 6 meses.
4. Em caso de reincidência, os limites mínimos e máximos da pena de suspensão são elevados ao dobro.

Vinte e cinco vezes foi a presente disposição aplicada, sendo em processo sumário sancionada, nas competições na tabela indicada.

Figura 2 - Artigo 142.



O Conselho de Disciplina, convolou um processo de averiguações em processo disciplinar, por existirem indícios de duas violações do artigo 142.º. No que diz respeito a processos disciplinares, o Conselho aplicou nove vezes o artigo objeto de análise.

24. Relativamente ao incitamento à indisciplina dita o artigo 146.º:

1. O jogador que por ocasião dos jogos oficiais assuma atitudes de violência ou incite o público, jogadores, e demais agentes desportivos a abandonar deliberadamente o terreno de jogo depois de iniciado jogo oficial, ou tiver nele comportamento coletivo que impeça o árbitro de o fazer prosseguir ou concluir é sancionado com suspensão a determinar entre 1 mês a 1 ano e, se for profissional, é ainda sancionado sanção de multa a fixar entre 1 a 10 UC.

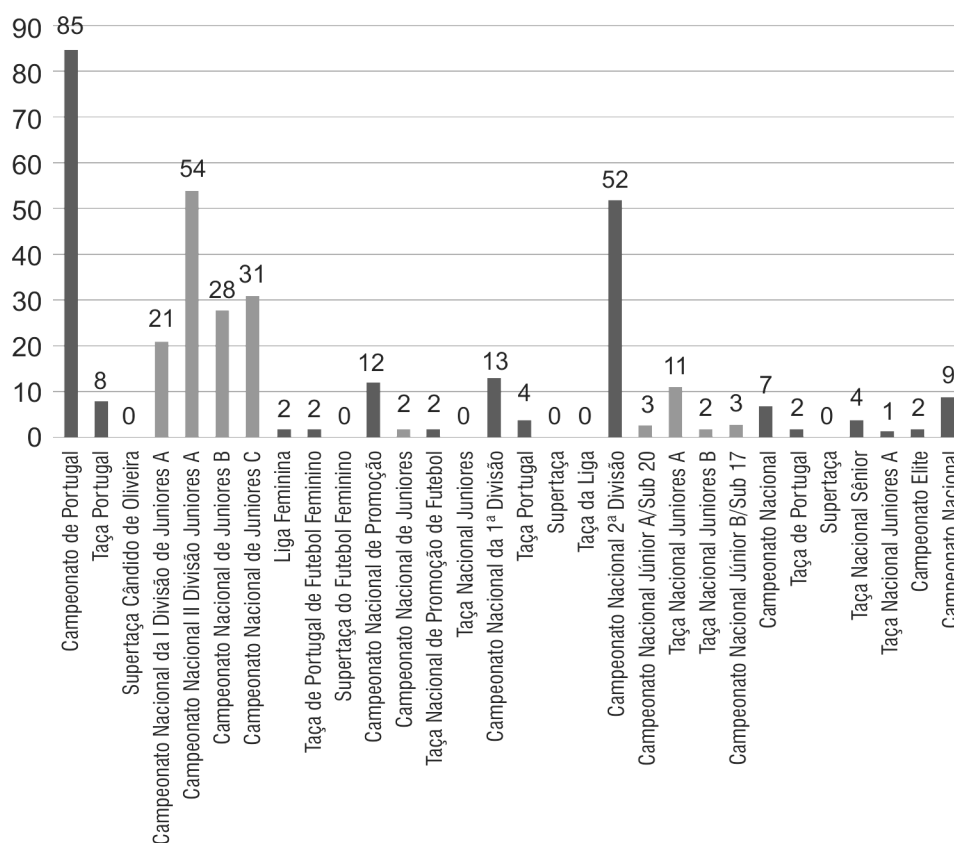
2. Se na sequência dos factos descritos no número anterior, mesmo que sem nexo causal direto, ocorrerem graves perturbações da ordem ou desrespeito pela hierarquia desportiva, seus dirigentes e entidades oficiais convidadas, a sanção é agravada para o dobro.

Não se registou a sua aplicação.

25. O uso de expressões ou gestos ameaçadores está consagrado no artigo 147.º, nos seguintes termos:

1. O jogador que antes, durante ou após o jogo faça uso de expressões ou gestos ameaçadores ou indignos para com elemento integrante da equipa de arbitragem ou outro agente desportivo com direito de acesso ou permanência no recinto desportivo é sancionado com suspensão a fixar entre 2 a 6 jogos e, se for profissional, é ainda sancionado sanção de multa a fixar entre 1 a 3 UC.
2. Se o destinatário das expressões ou gestos for outro jogador ou espetador, a sanção de suspensão é fixada entre 1 a 4 jogos e, se for profissional, é ainda sancionado sanção de multa a fixar entre 1/2 a 2 UC.

Figura 3 - Artigo 147.



Novamente a destacar-se em termos absolutos o Campeonato Portugal com o maior número de infrações. Nos campeonatos de juniores de futebol masculino, também se verifica um elevado uso de expressões ou gestos ameaçadores, seguido do Campeonato Nacional da 2.ª Divisão de Futsal.

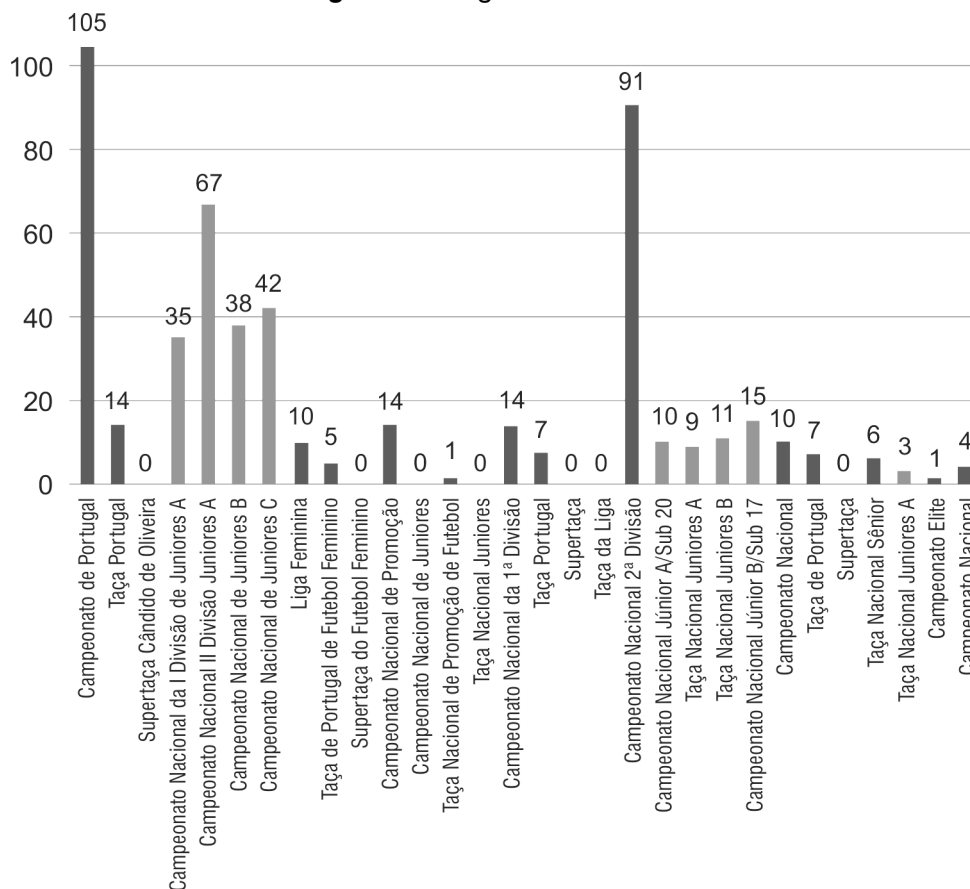
Em termos relativos, foi na Taça Nacional de Juniores A (futsal masculino) que mais vezes foi praticada esta infração por jogo, surgindo depois o Campeonato Nacional de Futebol de Praia e em terceiro lugar empatados o Campeonato de Portugal, o Campeonato Nacional da II Divisão de Juniores A (futebol masculino) e o Campeonato Nacional da 1ª Divisão (futsal masculino).

Além das considerações feitas quanto às decisões sumárias, é de destacar que se verificaram 6 violações do artigo 147.º em processo disciplinar.

26. Decorrente da prática direta do jogo, surge a prática de jogo violento e outras faltas intencionais, prevista no artigo 149.º nos termos que seguem:

1. O jogador que praticar para com adversário jogo violento é sancionado com 1 a 5 jogos de suspensão e, quando se trate de um jogador profissional, acessoriamente com a sanção de multa a fixar entre 2 e 3 UC.
2. Considera-se prática de jogo violento, para efeitos do número anterior, a entrada física ao corpo do adversário que, ainda que a pretexto da disputa de bola, coloque em risco a integridade física daquele adversário.
3. O jogador que trave a progressão do adversário em direção à baliza a fim de obstar à marcação de um golo ou de gozar uma oportunidade clara da sua obtenção é sancionado com suspensão a determinar entre 1 e 2 jogos, e, quando se trate de um jogador profissional, acessoriamente com a sanção de multa a fixar entre 2 e 5 UC.
4. Se a falta prevista no número anterior for cometida pelo guarda-redes, a sanção de suspensão será fixada entre 1 e 3 jogos.

Figura 4 - Artigo 149.



Seguindo o padrão que se tem vindo a verificar é no Campeonato Portugal que se atinge o maior número de violações na norma. Muito próximo encontra-se o Campeonato Nacional da 2.ª Divisão (futsal masculino). Não tão próximo, mas em terceiro lugar, da prova com mais violações, está o Campeonato Nacional da II Divisão de Juniores A. Esta é a infração mais praticada de todas.

Quanto aos jogadores, não se registou a aplicação das infrações previstas nos artigos 134.º e 146.º.

27. Como demos conta existe um domínio formalmente autónomo das infrações disciplinares de outros agentes.

Quem são esses agentes desportivos?

Para se chegar ao âmbito subjetivo das normas que passaremos a tratar, releva o que dispõe o artigo 4, al. c):

Agente desportivo: titular de órgão social, de comissão permanente ou não permanente, de sócio ordinário da FPF, o dirigente de clube e demais funcionários, trabalhadores e colaboradores

de clubes, os jogadores, treinadores, auxiliares-técnicos, elementos da equipa de arbitragem, observadores dos árbitros, delegados da FPF, agentes das forças de segurança pública, coordenador de segurança, assistente de recinto desportivo, médico, massagista, maqueiro dos serviços de emergência e assistência médicas, bombeiros, representante da proteção civil, apanhadoras, repórter e fotógrafo de campo e, em geral, todos os sujeitos que desempenhem funções ou exerçam cargos no decurso das competições organizadas pela FPF e nessa qualidade estejam acreditados ou outro responsável pelos assuntos técnicos, médicos e administrativos perante a FIFA, uma confederação, federação, associação, liga, clube ou sociedade desportiva.

Na maioria dos casos os “outros agentes desportivos” são treinadores, delegados dos clubes, massagistas ou fisioterapeutas, ou seja, elementos do clube que se encontram no banco durante os jogos.

Depois, o Regulamento Disciplinar utiliza uma via remissiva para as suas infrações disciplinares, remetendo para as normas dos dirigentes.

Afirma-se, a esse propósito, no artigo 173.º:

Aos delegados ao jogo dos clubes, aos treinadores e outros agentes desportivos independentemente da função exercida, são aplicáveis as disposições disciplinares previstas no Capítulo IV destinado às infrações específicas dos dirigentes, para além das que se encontram expressamente previstas no presente capítulo.

28. Assim, dedicaremos atenção às infrações já atrás enunciadas, mas agora tendo como infratores delegados ao jogo dos clubes, treinadores e outros agentes desportivos.

29. Quanto às *ofensas corporais*, prevista no artigo 115º que já tivemos a oportunidade de transcrever, registaram-se duas sanções em processo sumário, uma no Campeonato Portugal e outra no Campeonato Nacional da II Divisão de Juniores A. Em processo disciplinar, o número de sancionamentos é ligeiramente superior, sete foi o total verificado.

30. Segue-se o disposto no artigo 116.º sobre o *incitamento à indisciplina*:

1. O dirigente de clube que por ocasião dos jogos oficiais assuma atitudes de violência ou incite o público, jogadores, e demais agentes desportivos a abandonar deliberadamente o terreno de jogo depois de iniciado jogo oficial, ou tiver nele comportamento coletivo que impeça o árbitro de o fazer prosseguir ou concluir é sancionado com suspensão de 1 a 3 anos e multa a fixar entre 10 e 20 UC.

2. Se, na sequência daqueles factos, mesmo que sem nexos causal direto, ocorrerem graves perturbações da ordem ou desrespeito pela hierarquia desportiva, seus dirigentes e entidades oficiais convidadas, as sanções referidas no número anterior são elevadas para o dobro.

Não se registou a sua aplicação.

31. No que tange o comportamento discriminatório previsto no artigo 117.º apenas existiu um agente desportivo no Campeonato Portugal a praticar tal infração, tendo sido sancionado em processo sumário.

32. O artigo 118.º recolhe as declarações sobre arbitragem e a organização das competições antes de jogos oficiais:

1. O dirigente de Clube que, através de meios de comunicação social ou qualquer outro, emita declarações ou emita juízos pondo em causa a imparcialidade ou competência técnica da equipa de arbitragem ou dos observadores designados para o jogo que vai disputar, bem como a sua respetiva nomeação pelos competentes órgãos de arbitragem da FPF é sancionado com a sanção de suspensão entre 1 e 3 meses e, acessoriamente, com a sanção de multa a fixar entre 10 e 20 UC.

2. Em caso de reincidência os limites mínimos e máximos das sanções previstas no número anterior são elevados ao dobro.

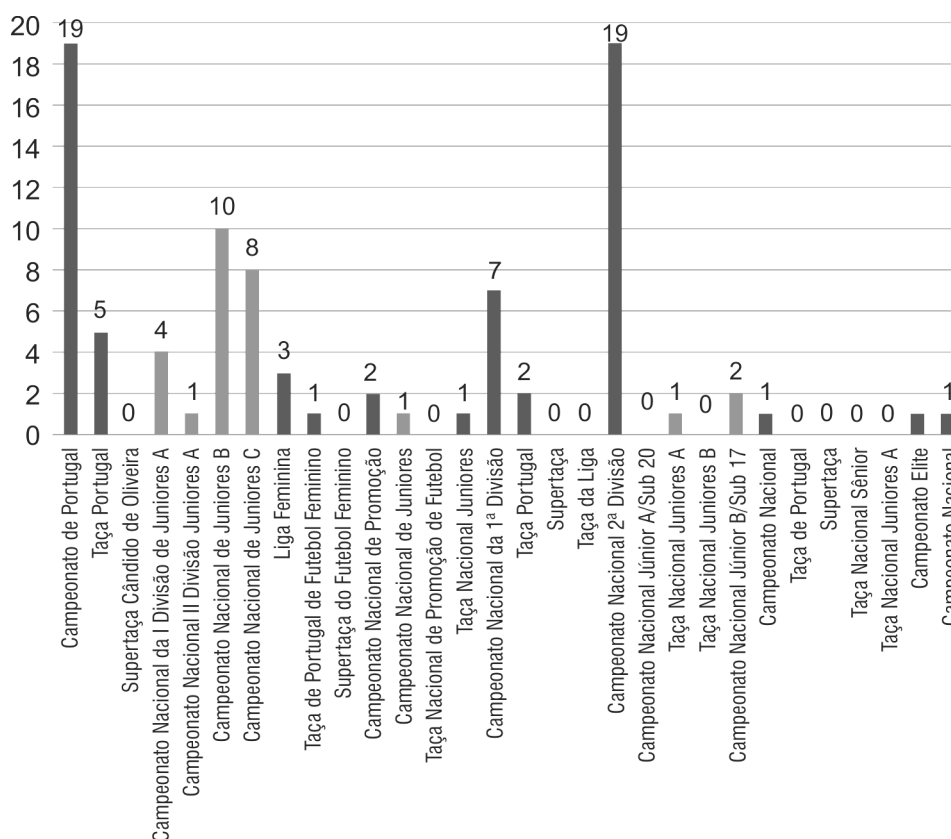
Não se registou a sua aplicação.

33. As ameaças, injúrias e ofensas à reputação, encontram-se no artigo 123.º:

1. O dirigente de clube que dirigindo-se a terceiros ou ao visado, imputar por palavras à FPF, às suas atividades estatutárias, a órgãos sociais, a comissões, a sócios ordinários, a delegados da FPF, a árbitros, a observadores de árbitros, a cronometristas, a outro clube e aos respetivos membros, dirigentes, colaboradores ou empregados e a outros agentes desportivos no exercício das suas funções ou por virtude delas, mesmo sob a forma de suspeita, um facto, ou formular sobre eles um juízo, ofensivos da sua honra, consideração ou dignidade é sancionado com suspensão de 1 mês a 1 ano e multa a fixar entre 3 e 8 UC.
2. O dirigente de clube que, atuando concertadamente com outro agente desportivo, tente forçar qualquer elemento da equipa de arbitragem ou outro agente desportivo através de intimidação, durante o decorrer e um jogo, a praticar determinado ato, ou a abster-se de o fazer, é sancionado com suspensão de 2 meses a 1 ano e multa a fixar entre 4 e 10 UC.
3. Em caso de reincidência os limites mínimos e máximos das sanções de suspensão são elevados ao dobro.

São uma infração amplamente praticada por delegados ao jogo dos clubes, treinadores e outros agentes desportivos, como se pode verificar no gráfico de decisões sumárias:

Figura 5 - Artigo 123.



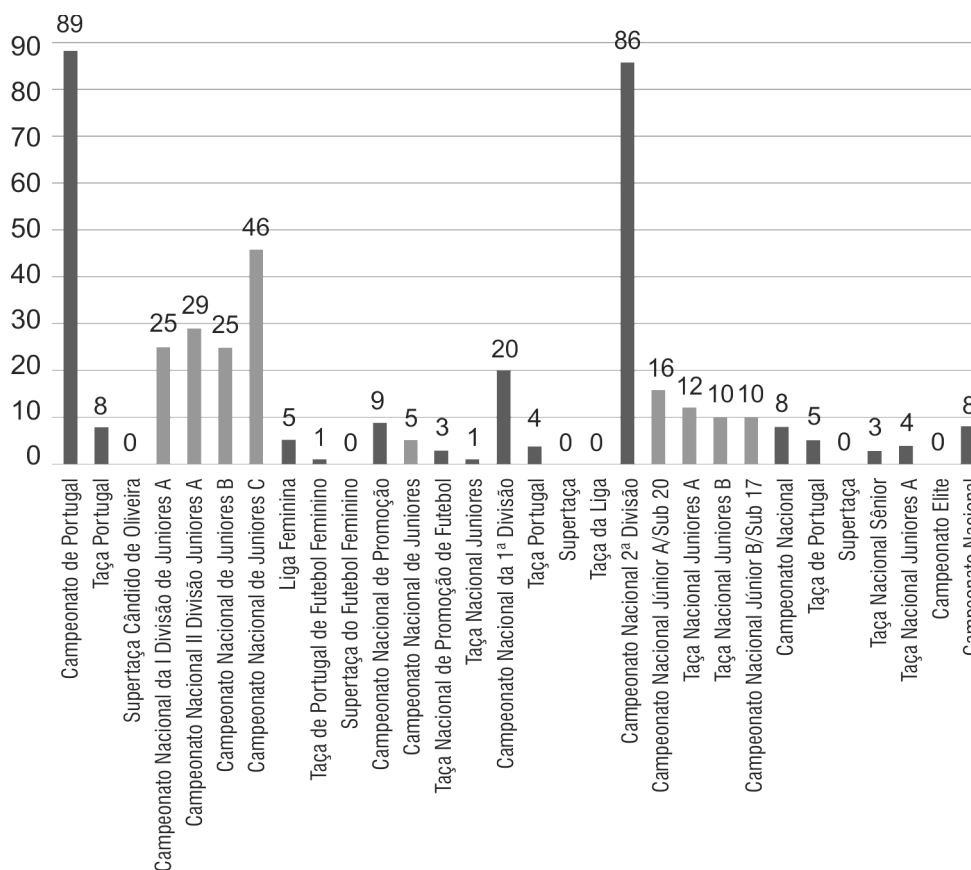
Em termos absolutos, o maior número de infrações encontra-se no Campeonato Portugal e no Campeonato Nacional da 2.ª Divisão de Futsal, seguidos do Campeonato Nacional de Juniores B e C.

Já em termos relativos, é o Campeonato Nacional da 1.ª Divisão (futsal masculino) que surge em primeiro lugar, depois a Taça de Portugal e em igualdade o Campeonato Nacional de Juniores B, a Liga Feminina, a Taça de Portugal de Futebol Masculino e o Campeonato Nacional da 2.ª Divisão.

Em processo disciplinar, o Conselho de Disciplina aplicou vinte vezes o artigo 123.º.

34. Os atos contra a equipa de arbitragem (artigo 127.º) são a infração mais praticada (432 decisões sumárias) pelos delegados ao jogo dos clubes, treinadores e outros agentes desportivos, como se constata no gráfico a seguir:

Figura 6 - Artigo 127.



Em procedimento disciplinar comum, em oito ocasiões diferentes foram preenchidos os pressupostos do artigo 127.º.

35. Por outro lado, ainda aqui, prevê-se um núcleo de infrações específicas de agentes de arbitragem e de delegados ao jogo da FPF, enquanto organizadora da competição.

Para esta nossa análise, contamos com as que seguem.

36. Sobre a falsificação do relatório do jogo, estabelece o artigo 155.º:

O elemento da equipa de arbitragem, observador de árbitro ou delegado ao jogo da FPF que altere, deturpe, falseie ou omita a descrição no relatório do jogo dos factos ocorridos no jogo ocorridos no recinto desportivo antes, durante ou após a realização do jogo, ou que posteriormente preste falsas declarações ou informações sobre o mesmo, é sancionado com suspensão a fixar entre 1 a 4 anos.

Não se registou a sua aplicação.

37. Das ofensas corporais ocupa-se o artigo 157.º:

1. O elemento da equipa de arbitragem, observador de árbitro ou delegado ao jogo da FPF que, no exercício das suas funções ofenda corporalmente qualquer agente desportivo, espetador ou pessoa autorizada a permanecer na zona técnica, é sancionado com suspensão a fixar entre 1 e 6 meses.

2. Nos casos de reincidência, a sanção de suspensão será fixada entre 5 e 10 anos.

Não se registou a sua aplicação.

38. O artigo 158.º prevê o *comportamento discriminatório*:

1. O elemento da equipa de arbitragem, observador de árbitro ou delegado ao jogo da FPF que através de atos ou palavras ofenda a dignidade de agente desportivo, em função da sua ascendência, sexo, raça, nacionalidade, etnia, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual é punido com suspensão a fixar entre 6 meses a 2 anos.

2. Se a infração for cometida em circunstâncias que revelem especial censurabilidade, a sanção da suspensão será fixada entre 1 a 3 anos.
3. É suscetível de revelar especial censurabilidade, entre outras, a circunstância da infração ser cometida:
 - a) Contra titular de órgão social da FPF ou de qualquer Sócio Ordinário da FPF.
 - b) Por meio de órgão da comunicação social.

Não se registou a sua aplicação.

39. Artigo 161.º Interrupção injustificada de jogo

1. O elemento da equipa de arbitragem que, sem fundamento, não inicie ou reinicie o jogo ou o dê por terminado antes do tempo regulamentar, é sancionado com suspensão até 90 dias.
2. Em caso de reincidência o elemento da equipa de arbitragem é punido com suspensão por 90 a 180 dias.

Não se registou a sua aplicação.

40. O artigo 163.º versa sobre os *Erros graves na elaboração do relatório do jogo*:

1. O elemento da equipa de arbitragem, observador de árbitros ou delegado ao jogo da FPF que, na elaboração do relatório do jogo, cometa erros ou omissões deliberadamente, ou, sendo solicitados a informar a entidade competente o não façam dentro do prazo que lhes estiver sido fixado, são sancionados com suspensão até 180 dias.
2. Em caso de reincidência a sanção prevista no número anterior é fixada entre 180 dias e 1 ano.

Não se registou a sua aplicação.

41. O *comportamento incorreto* encontra-se estatuído no artigo 164.º:

1. O elemento da equipa de arbitragem, observador de árbitro ou delegado ao jogo da FPF que, antes, durante ou após a realização do jogo, se dirija a qualquer pessoa presente no recinto desportivo com expressões, oralmente ou por escrito, ou gestos de carácter ameaçador, injurioso, difamatório ou grosseiro, de modo a ofender a dignidade da autoridade que lhe é regularmente atribuída, é sancionado com suspensão a fixar até 180 dias.
2. O elemento da equipa de arbitragem, observador de árbitro ou delegado ao jogo da FPF que dirigindo-se a terceiros ou ao visado, imputar por palavras à FPF, às suas atividades estatutárias, a órgãos sociais, a comissões, a sócios ordinários, a delegados da FPF, a árbitros, a observadores de árbitros, a cronometristas, a outro clube e aos respetivos membros, dirigentes, colaboradores ou empregados e a outros agentes desportivos no exercício das suas funções ou por virtude delas, mesmo sob a forma de suspeita, um facto, ou formular sobre eles um juízo, ofensivos da sua honra, consideração ou dignidade é sancionado com suspensão a determinar entre de 2 a 8 meses.
3. Em caso de reincidência os limites mínimos e máximos da sanção de suspensão são elevados ao dobro.

Apenas em um caso, no âmbito de processo disciplina, se deu como provado que um árbitro teve um comportamento incorreto.

42. A última das infrações por nós analisada neste capítulo é a prevista no artigo 169.º (Erros no relatório do jogo e no atraso no seu envio), que dita:

1. Sem prejuízo do disposto nos artigos anteriores, o elemento da equipa de arbitragem, observador de árbitro ou delegado ao jogo da FPF, que elabore o relatório do jogo em violação às normas regulamentares, designadamente de forma negligente, defeituosa ou incompleta, é sancionado com repreensão e, em caso de reincidência, com suspensão até 30 dias.
2. O elemento da equipa de arbitragem, observador de árbitro ou delegado ao jogo da FPF que não remeta o relatório do jogo à entidade organizadora no prazo regulamentar é sancionado nos termos seguintes:
 - a) Primeira infração no decurso da época desportiva: repreensão.
 - b) Segunda infração: multa a fixar entre 1 e 3 UC.
 - c) Infrações seguintes: suspensão até 30 dias.

Apenas em processo sumário o Conselho de Disciplina aplicou uma vez o artigo 169.º.

43. Por fim, o espaço relativo às infrações disciplinares dos espetadores.

A primeira infração é a que resulta do preceituado no artigo 181.º, *as ofensas corporais muito graves a agente desportivo*:

1. O clube cujo sócio, adepto ou simpatizante agrida fisicamente agente desportivo, agente das forças de segurança pública em serviço, coordenador de segurança, assistente de recinto desportivo ou pessoa autorizada a permanecer no terreno de jogo ou na zona entre as linhas exteriores do terreno de jogo e a entrada nos balneários, tal como representada na definição da zona técnica, de forma a determinar justificadamente o árbitro a não dar início ou reinício ao jogo ou a dá-lo por findo antes do tempo regulamentar, é sancionado, conforme a gravidade dos atos e das suas consequências, com as sanções de derrota, perda de pontos, a estabelecer entre 4 e 8, interdição do recinto desportivo, a fixar entre um e cinco jogos, realização de jogos à porta fechada, a fixar entre um e cinco jogos, e, acessoriamente, multa a fixar entre 10 e 50 UC.
2. Pode ainda ser aplicada a sanção de exclusão da competição desportiva que esteja relacionada com os atos praticados, quando se verifique a infração prevista no número anterior por três vezes na mesma época desportiva, determinadas por decisão definitiva na ordem jurídica desportiva.
3. Em caso de reincidência os limites das sanções são agravados para o dobro.
4. Às infrações aqui previstas não são aplicáveis às reduções de multa estabelecidas no presente Regulamento.
5. Se dos atos referidos no número 1 resultarem danos para as infraestruturas desportivas que ponham em causa as condições de segurança, o recinto desportivo permanece interdito pelo período necessário à reposição das mesmas.

Somente no âmbito de um processo disciplinar foi aplicada esta norma.

44. Segue-se o artigo 182º (Invasões e distúrbios coletivos graves):

1. O clube cujos sócios ou simpatizantes invadam o terreno de jogo com o intuito de protesto ou exercício de ameaça à integridade física de qualquer pessoa aí referida, ou provoquem distúrbios que determinem justificadamente o árbitro a não dar início ou reinício ao jogo ou a dá-lo por findo antes do tempo regulamentar é punido interdição do seu recinto desportivo por 1 a 3 jogos e perda de pontos na tabela classificativa a fixar entre 1 a 5 ou, no caso de prova por eliminatórias, exclusão da competição por período a determinar entre 1 e 3 épocas desportivas.
2. Em caso de reincidência os limites das sanções previstas no artigo anterior são agravados para o dobro.

Não se registou a sua aplicação.

45. No que concerne ao *arremesso perigoso de objetos com reflexo no jogo* dispõe o artigo 183.º:

1. O Clube cujos sócios ou simpatizantes arremessem para dentro do terreno de jogo objetos, líquidos ou quaisquer outros materiais que pela sua natureza sejam idóneos a provocar lesão de especial gravidade aos elementos da equipa de arbitragem, elementos das forças de segurança em serviço, delegados e observadores da FPF, dirigentes, jogadores, treinadores e demais agentes desportivos ou qualquer pessoa autorizada por lei ou regulamento a permanecer no terreno de jogo e que, dessa forma, determinem que o árbitro, justificadamente, atrase o início ou reinício do jogo ou interrompa a sua realização por período superior a cinco minutos, é sancionado com a sanção de realização de jogos à porta fechada a fixar entre 1 e 3 jogos, e, acessoriamente, com sanção de multa a fixar entre 10 e 20 UC.
2. Nos casos de reincidência, o limite mínimo e máximo da sanção são elevados ao dobro.

Em reunião restrita semanal de sumários, o Conselho de Disciplina entendeu estarem verificados os pressupostos da norma e sancionou um clube participante do Campeonato Portugal.

47. No artigo 185.º enquadram-se *as ofensas corporais graves a agente desportivo com reflexo no decurso do jogo*:

1. O Clube cujo sócio, adepto ou simpatizante agrida fisicamente agente desportivo, agente das forças de segurança pública em serviço, coordenador de segurança, assistente de recinto desportivo ou pessoa autorizada a permanecer no terreno de jogo ou na zona entre as linhas exteriores do terreno de jogo e a entrada nos balneários, tal como representada na definição da zona técnica, de forma a determinar justificadamente o árbitro a atrasar o início ou reinício do jogo ou a interromper a sua realização por período superior a 5 minutos, é sancionado, conforme a gravidade dos atos e das suas consequências, com sanções de derrota, interdição de jogar no seu estádio a determinar entre 1 e 5 jogos, perda de pontos, a estabelecer entre 4 e 8 e, acessoriamente, multa a fixar entre 10 e 32 UC.
2. Em caso de reincidência, os limites das sanções são agravados para o dobro.

Não se registou a sua aplicação.

48. A respeito das *invasões e distúrbios coletivos com reflexo no jogo* prevê o artigo 186.º:

1. O clube cujos sócios ou simpatizantes invadam o terreno de jogo com o intuito de protesto ou exercício de ameaça à integridade física de pessoa autorizada a permanecer no terreno de jogo ou de outros espetadores, ou provoquem distúrbios que determinem justificadamente o árbitro a atrasar o início ou reinício do jogo ou a interromper a sua realização é sancionado com jogos à porta fechada a determinar entre 1 e 4 jogos e, acessoriamente, multa a fixar entre 10 e 32 UC.
2. Em caso de reincidência, os limites das sanções são agravados para o dobro.

Quanto a esta infração, em cada um dos procedimentos disciplinares analisados, o número total de infrações foi o mesmo, quatro. Em sumário, ocorreram no Campeonato Nacional da 1.ª e 2.ª Divisão e, em dois momentos, no Campeonato Nacional de Futebol Praia.

49. Ainda com implicações no jogo surgem outras ofensas corporais a agente desportivo (artigo 187.º):

1. Sem prejuízo do disposto nos artigos anteriores, o clube cujo sócio, adepto ou simpatizante agrida fisicamente agente desportivo, agente das forças de segurança pública em serviço, coordenador de segurança, assistente de recinto desportivo ou pessoa autorizada a permanecer no terreno de jogo ou na zona técnica, de forma a determinar o árbitro a atrasar o início ou reinício do jogo ou a interromper a sua realização por período igual ou inferior a cinco minutos, é sancionado com jogos à porta fechada a determinar entre 1 e 4 jogos e, acessoriamente, multa a fixar entre 10 e 32 UC.
2. Se a agressão tiver por objeto elemento da equipa de arbitragem, dirigente de clube participante no jogo, jogador, treinador ou qualquer agente desportivo inscrito na ficha técnica, o clube é sancionado com a sanção de realização de jogos à porta fechada a fixar entre 1 e 3 jogos, e, acessoriamente, com sanção de multa a fixar entre 5 e 15 UC.
3. Em caso de reincidência, os limites das sanções são agravados para o dobro.

Constata-se um número reduzido de infrações, uma no Campeonato Portugal, sancionada em processo sumário e duas em processo disciplinar comum.

50. Ainda nas ofensas corporais, prevê o artigo 188.º:

Ofensas corporais a espetadores e outras pessoas

1. Sem prejuízo do disposto nos artigos anteriores, o clube cujo sócio ou simpatizante agrida fisicamente espetador ou pessoa presente dentro dos limites do recinto desportivo, antes, durante ou depois da realização de jogo é sancionado com realização de jogos à porta fechada a determinar entre 1 a 5 jogos e multa a fixar entre 8 e 30 UC.
2. Em caso de reincidência, os limites das sanções são agravados para o dobro.

As duas situações sancionadas em sumário verificaram-se no Campeonato Nacional Júnior A/Sub 20.

No que respeita a processos disciplinares, foi igualmente aplicado por duas vezes o artigo. Por despacho, um Conselheiro convolou um processo de averiguações, com base em indícios da prática da norma em apreço.

51. As ofensas corporais graves nos limites exteriores do complexo desportivo encontram-se previstas no artigo 189.º:

1. Sem prejuízo do disposto nos artigos anteriores, o clube cujo sócio ou simpatizante agrida fisicamente pessoa presente dentro dos limites exteriores ao complexo desportivo no exercício de funções relacionadas direta ou indiretamente com a ocorrência do jogo, antes, durante ou depois da realização do jogo, forma a causar de lesão de especial gravidade ou, caso não determine lesão ou doença grave, tenha sido realizada por meio especialmente perigoso suscetível de as determinar é sancionado com a sanção de realização de jogos à porta fechada a fixar entre 1 e 3 jogos, e, acessoriamente, com sanção de multa a fixar entre 5 e 15 UC.
2. Em caso de reincidência, os limites das sanções são agravados para o dobro.

Apenas se registou um despacho de convoação por indícios da prática de ofensas corporais graves nos limites exteriores do complexo desportivo.

52. Do arremesso perigoso de objetos com reflexo no jogo trata o artigo 190.º:

1. O clube cujos sócios ou simpatizantes arremessem para dentro do terreno de jogo objetos, líquidos ou quaisquer outros materiais que pela sua natureza sejam idóneos a provocar lesão de especial gravidade aos elementos da equipa de arbitragem, elementos das forças de segurança em serviço, delegados e observadores da FPF, dirigentes, jogadores, treinadores e demais agentes desportivos ou qualquer pessoa autorizada por lei ou regulamento a permanecer no terreno de jogo e que, dessa forma, determinem que o árbitro, justificadamente, atrase o início ou reinício do jogo ou interrompa a sua realização por período igual ou inferior a cinco minutos, é sancionado com a sanção de multa a fixar entre 5 e 15 UC.
2. Nos casos de reincidência, o limite mínimo e máximo da sanção é elevado ao dobro.

Quanto a esta disposição apenas existiram decisões sumárias, cinco, quatro na Taça de Portugal e uma no Campeonato Nacional da 1.ª Divisão.

53. No artigo 192.º encontram-se previstas as *ofensas corporais nos limites exteriores do complexo desportivo*:

1. O clube cujo sócio ou simpatizante agrida fisicamente pessoa presente dentro dos limites exteriores do complexo desportivo no exercício de funções relacionadas direta ou indiretamente com a ocorrência do jogo, antes, durante ou depois da realização deste, causando-lhe lesão que não seja considerada grave nos termos previstos nos artigos anteriores, é sancionado com multa a fixar entre 8 e 30 UC.
2. A tentativa ou a prática de qualquer ato intimidatório é sancionado com sanção de multa a fixar entre 5 e 10 UC.
3. Em caso de reincidência, o limite mínimo da sanção de multa é fixado entre 20 e 30 UC, podendo ainda o clube ser sancionado com interdição de recinto desportivo por 1 jogo.

Apenas um processo disciplinar dois clubes foram sancionados pela prática desta infração. Dois processos de averiguações foram convolados por haverem indícios, em cada um deles, de duas infrações do artigo 192.º.

54. Quanto ao arremesso perigoso de objetos sem reflexo no jogo dita o artigo 193.º:

1. O clube cujos sócios ou simpatizantes arremessem para dentro do terreno de jogo objetos, líquidos ou quaisquer outros materiais que pela sua natureza sejam idóneos a provocar lesão de especial gravidade aos elementos da equipa de arbitragem, elementos das forças de segurança em serviço, delegados e observadores da FPF, dirigentes, jogadores, treinadores e demais agentes desportivos ou qualquer pessoa autorizada por lei ou regulamento a permanecer no terreno de jogo, sem que tal dê causa ou perturbe o início, reinício ou realização do jogo, é sancionado com a sanção de multa a fixar entre 2 a 5 UC.
2. Nos casos de reincidência, o limite mínimo e máximo das sanções são elevados ao dobro.

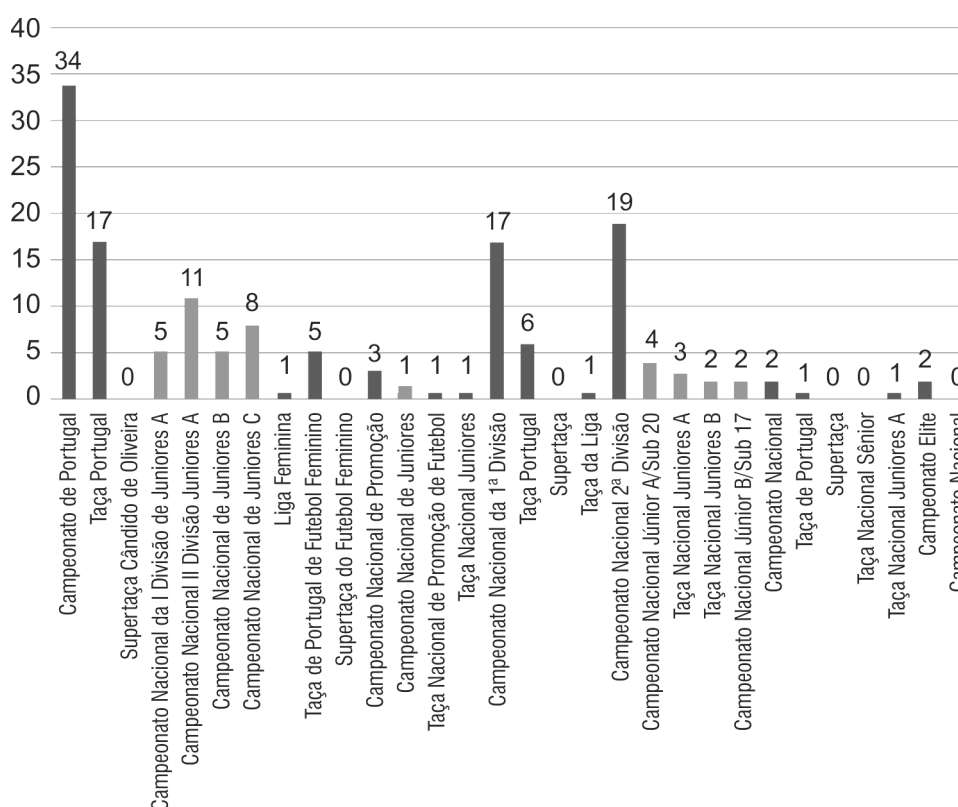
Das nove decisões sumárias, uma verificou-se no Campeonato Portugal, quatro na Taça de Portugal, uma na Liga Feminina, uma no Campeonato Nacional de Promoção e duas no Campeonato Nacional da 1.ª Divisão. Em processo disciplina a norma foi aplica em uma ocasião.

55. Por fim, a norma mais aplicada a clubes, o artigo 194.º, sobre o *comportamento incorreto do público*:

1. O clube cujos sócios, adeptos ou simpatizantes mantenham no decurso do jogo um comportamento socialmente reputado incorreto, designadamente a prática de ameaças ou coação sobre agente desportivo, agente das forças de segurança pública em serviço, coordenador de segurança, assistente de recinto desportivo ou pessoa autorizada a permanecer no terreno de jogo ou na zona entre as linhas exteriores do terreno de jogo e a entrada nos balneários, tal como representada na definição da zona técnica, o arremesso de objetos para o terreno de jogo, insultos e ainda outros atos que não revistam especial gravidade ou que pratiquem atos não previstos nos artigos anteriores que perturbem ou ameacem perturbar a ordem e a disciplina, é sancionado com multa a fixar entre 10 e 20 UC.
2. Em caso de reincidência, os limites da sanção referida no número anterior são agravados para o dobro.
3. Se dos atos referidos no número um resultarem danos para as infraestruturas desportivas que ponham em causa as condições de segurança, o recinto desportivo permanece interdito pelo período necessário à reposição das mesmas.

Atento ao número de decisões sumárias, os dados foram transpostos graficamente.

Figura 7 - Artigo 194.



Sem prejuízo infrações estarem distribuídas por todos os campeonatos, em termos absolutos, o maior número de sancionamentos verificou-se no Campeonato Portugal, seguido do Campeonato Nacional 2.ª Divisão e, com o mesmo número de violações, Taça de Portugal, Taça Nacional Juniores e Campeonato Nacional da 1.ª Divisão.

Em termos relativos, destaque para a Taça da Liga (futsal masculino), Taça de Portugal e Campeonato Nacional da 1.ª Divisão.

Espaço conclusivo

1. O objetivo deste trabalho era simples: proceder a uma leitura possível da vivência de um número significativo de competições de futebol, cobrindo as suas variantes, a diversidade com base no sexo e nos escalões etários, sob a lupa da norma disciplinar.

Quando se partiu para a feitura do mesmo, havia algumas ideias, feitas do dia a dia, um sentir da experiência de uma época desportiva de decisões disciplinares, que tais competições, não obstante – o que é positivo – não registarem ocorrências de infrações muito graves em termos de atentatórios da verdade desportiva, *carregavam*, jogo a jogo, competição a competição, um número considerável de infrações disciplinares de um certo tipo.

Este trabalho confirmou essa ideia de princípio. Ganham destaque, pela negativa, os comportamentos incorretos ou indignos, as agressões e o meu comportamento do público.

Por outro lado, quisemos também realçar – e constata-se agora – que os agentes de arbitragem surgem como um alvo – sujeito passivo ou vítima – de muitas dessas infrações.

2. Em termos absolutos, registou-se um padrão: a maioria das infrações foi praticada no Campeonato de Portugal, Campeonato Nacional da 2.^a Divisão (futsal masculino) e nas competições de juniores de futebol masculino.

A infração mais praticada foi a prevista no artigo 149.º (prática de jogo violento e outras faltas intencionais).

Por outro lado, em termos relativos, é o futsal masculino que obtém foros de sentido negativo evidente.

A infração mais praticada por jogo foi o comportamento incorreto dos adeptos na Taça da Liga (futsal masculino).

3. Deseja-se, afinal, que este contributo possa servir de incentivo – ou chamada de atenção – para que outros – mais distanciados da realidade disciplinar e mais qualificados –, prossigam na via do estudo e análise do futebol (diríamos) real.

Tais estudos, seja-nos permitido o alvitre, devem ser orientados para a tomada de decisões políticas que, desde logo ao nível da formação dos agentes desportivos, possam determinar, no futuro, outros resultados.

Ou seja, a questão disciplinar não é uma “mera” questão regulamentar, de um melhor Regulamento Disciplinar. Bem longe disso.

A questão disciplinar é, acima de tudo, uma questão de educação e formação.

E isso é algo que uma norma disciplinar não pode oferecer.

O importante é competir?

Valores e atitudes associados ao fenômeno esportivo¹

Jean Carlo Ribeiro²
Carlos Mendes Rosa³
Luanna Rodrigues⁴
Mírian Carvalho Lopes⁵

Introdução

O presente trabalho procura fazer uma análise acerca da compreensão dos acadêmicos da Universidade Federal do Tocantins (UFT), *campus* universitário de Miracema sobre os valores relacionados ao esporte. Assumimos o esporte enquanto um fenômeno cultural, de caráter social que interfere nos diversos meios de sociabilidade e que, ao longo de sua história, tem passado por processos de reorganização e ressignificação de valores.

Para abordarmos valores que estão relacionados ao esporte, nos parece importante ressaltar a lógica neoliberal a que a sociedade está submetida, lógica esta que remete o esporte à categoria de mercadoria. Nesse sentido, o ideário mercantilista relacionado às práticas esportivas nos traz uma aparência de ser o que não é, numa busca pela “saúde” e pela “qualidade de vida”, associada à vertente do consumismo. Segundo Sennett (2002), há uma transformação de valores, isto é, a lealdade, confiança, comprometimento e ajuda mútua são características que teriam cada vez mais sido intimidadas com o avanço do capitalismo, mesmo sendo, contraditoriamente, aspectos considerados importantes para o desenvolvimento social e o convívio em sociedade.

Por meio de uma revisão bibliográfica sobre os temas “valores”, “esporte” e “contemporaneidade” este trabalho pretende também contribuir para reflexão do valor enquanto expoente analítico do pensamento sobre a contemporaneidade. A partir de perspectivas que divergem na abordagem do tema, procuramos mostrar que a questão do valor não se restringe à esfera da individualidade, mas está diretamente relacionada aos amplos processos de mundialização da cultura capitalista, assim como da consolidação da hegemonia burguesa.

Esporte, valores e contemporaneidade

Pensamos o valor como produção cultural, política e social, cujo desenvolvimento está diretamente associado à emergência das chamadas sociedades de massa e aos meios estratégicos de uma hegemonia realizada, sobretudo, através da ordem comercial. Para isso, partimos de análises de teóricos como o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2003), que encaram a contemporaneidade com receio, devido à superficialidade e ao conformismo observados na sociedade.

Refletir a questão do valor e seu desenvolvimento ao longo da história é um amplo desafio, uma vez que ele é constantemente modificado e reconstruído, de acordo com a época e a sociedade bem como os múltiplos contextos que são adotados como formas de entender o mundo. O autor citado se coloca diante dessa tarefa de modo persistente, ao buscar entender a sociedade moderna desde o individualismo até as

¹ Esta pesquisa contou com o apoio do Programa Bolsa de Produtividade da UFT.

² Colegiado de Educação Física, Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil.

³ Colegiado de Psicologia, Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil.

⁴ Colegiado de Serviço Social, Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil.

⁵ Colegiado de Psicologia, Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil.

relações de trabalho, família e comunidade onde o tempo e o espaço deixam de ser concretos e absolutos para serem líquidos e relativos. O conceito de valor não se encaixa com uma mera fundamentação objetiva, natural, alheia às ideias culturais baseadas na troca, ao contrário de Karl Marx (2013), que entende o conceito de valor limitado à própria noção de preço ou de valor de mercado. Para o autor polonês, o ser humano não pode ser mensurado como no caso das trocas dos bens e das mercadorias, ou seja, no nível daqueles valores que são constituídos socialmente e comercialmente.

O esporte, conhecido por impregnar valores de jogos amigáveis, voltados para o contentamento dos participantes, passa a ter sua importância baseada na excelência, na motivação singular e social direcionadas para a produção, colaborando para a ampliação de um modelo esportivo altamente competitivo, que desvaloriza os derrotados e aplaude os vencedores. Contrariando essa tendência reducionista em relação às possibilidades do esporte, Bento (2010) nos apresenta esse fenômeno como uma manifestação da ordem da cultura, que auxilia na construção humana de acordo com sua condição social, cultural e moral, em determinado local e data, sendo passível, a todo o momento de reflexão e redimensionamento.

A abrangência desse fenômeno nos permite elencar situações impactantes na rotina social, tais como, o gigantesco mercado financeiro movimentado pelos eventos esportivos que geram lucros astronômicos para as empresas que investem nesse tipo de atividade, ou mesmo as remoções de famílias de suas casas para que fossem construídas as arenas que foram palco da Copa do Mundo de 2014. Esse último fato, em particular, foi descrito por Souto Maior (2014) como “[...] atos que lembram práticas nazistas de casas que são marcadas num dia para serem demolidas no dia seguinte, gente passando com tratores por cima das casas [...]” (p. 1) e tantos outros abusos éticos e constitucionais cometidos em nome do esporte. Estima-se que mais de 170 mil pessoas tenham sido removidas de suas casas para viabilização das construções dos dois grandes eventos sediados no Brasil, a copa do mundo de futebol masculino de 2014 e os jogos olímpicos de 2016.

Outro exemplo, mais próximo da nossa realidade local, se trata da visibilidade que determinados eventos podem trazer para comunidades marginalizadas ou em condição de exclusão social, tais como os Jogos Indígenas que ocorreram no mês de outubro de 2015 em Palmas, no Estado do Tocantins. O fato é que existem muitas maneiras de se enxergar o esporte, suas manifestações, seus impactos e consequências, as formas de vinculação dos sujeitos às práticas de movimento e, especialmente, a relação que se estabelece entre o fenômeno esportivo e a subjetividade de cada um.

Ardoino e Brohm (1995) afirmam que assim como a pena de morte ou o aborto, o esporte afeta e divide, profundamente, opiniões porque gera uma polarização emocional e ideológica, desse modo, diante de um objeto investido de tanta libido e afetividade é difícil permanecer neutro ou indiferente.

Diante do exposto, podemos afirmar que uma das justificativas presumíveis para tamanha mobilização afetiva está no fato de que vários são os valores atrelados ao esporte contemporâneo que remontam a sua procedência, sendo um deles o egoísmo, imaginado na busca de superação dos limites, assim como a persistência observada na construção e busca da mais perfeita figura atlética. Segundo Rúbio (2001), essas qualidades trabalhavam parte da moral do homem grego antigo, período de gênese do esporte, e baseavam a busca da transcendência da finitude e da perfeição.

Entretanto, na antiguidade o esportista competia, contudo, sua busca pela vitória não estava fundamentada na derrota do adversário e sim na superação dos próprios limites; ou seja, ao alcançar o seu máximo na competição havia a experimentação de uma condição divina, a afirmação da permanência. A vitória sobre o adversário era uma decorrência desse processo. Para a sociedade grega helênica os vitoriosos seriam todos aqueles que superassem seus limites, físicos e morais. No esporte contemporâneo o melhor desempenho passou a se associar à conquista da primeira colocação, ou ainda ao recorde, diferenciando seu executor dos demais participantes da competição. A procura pelos melhores resultados deixou de ser superação do próprio limite para se tornar a superação do resultado do adversário.

Conforme Mandell (1986) o esporte como se conhece na sociedade contemporânea surgiu em um momento histórico marcado por condições particulares e foi modelado conforme princípios de uma sociedade regida pelo sistema liberal.

Essa maneira de “praticar esporte” tem algumas consequências imediatas. Uma delas é um distanciamento cada vez maior entre o público e seus ídolos, especialmente no sentido de uma tentativa, por parte dos meros mortais, de seguir na prática esportiva, limitando-se, muitas vezes a assistir pela televisão as transmissões de cada competição. Avalizando ainda mais a assertiva de Michel de Certeau (1994), “[...] seja esportista, do conforto de sua sala de estar” (p. 37), a qual já retratava esse fenômeno na última metade do século passado.

É o advento do esporte como mercadoria e não mais como uma prática que possa se encaixar no cotidiano das pessoas, mas sim que precisa ser consumida, adquirida. Não sem razão, aparecem aqui os *gadgets* que acompanham toda e qualquer modalidade esportiva (camisas, meias e tênis personalizados, equipamentos de marca etc). Nesse contexto, assistimos também a uma elitização da prática esportiva e ainda amparada pelo discurso predominante da medicina, que justifica a utilização de tais *gadgets* através de argumentos que apontam para a melhoria da saúde. Algo do tipo “Se eu praticar esportes com o tênis de ‘tal’ marca, isso diminuirá o impacto na minha coluna, resultando em qualidade de vida”.

Sem adentrar no universo específico da qualidade deste ou daquele produto desenvolvido para a prática esportiva, alertamos que o problema reside no fato de termos consciência que esse ideário tem a função principal de sustentar o comércio de produtos no meio esportivo, fomentando a ideia de que as pessoas teriam “problemas” ao invés de “benefícios” se praticassem esporte sem usar tais produtos.

Outra consequência dessa lógica de percepção do esporte é o distanciamento, cada vez maior, entre esporte em alto nível e os parâmetros recomendáveis de saúde. Como relatam vários atletas brasileiros, o nível de competição exige uma entrega tal que os cuidados com a saúde ficam relegados a segundo plano.

O esporte de alto rendimento transformou-se em um processo constante de otimização das capacidades. Em busca da excelência esportiva, o atleta trabalha no limiar da sua condição. Diante disso, a sobrecarga de treinos e competições introduz uma prática marcada pelo excesso, que convoca o atleta a ultrapassar suas possibilidades. Ao desafiá-lo em prol do rendimento, o atleta se aproxima da probabilidade de sofrer lesões. É comum que muitos atletas treinem e participem de competições lesionados ou em constante estado de dor. Dessa forma, o esporte competitivo acaba por se tornar uma agressão ao corpo.

Mas a subversão aos valores descritos acima, mesmo como exceção, também ocorre no fenômeno esportivo. Oportuno ressaltar o episódio que se sucedeu em Dezembro de 2012 em Navarra (Espanha), em uma corrida que trazia como protagonistas o espanhol Ivan Fernandez Anayara e o queniano Abel Mutai. Ao perceber que o queniano havia diminuído o ritmo da sua corrida por ter imaginado que já havia cruzado a linha de chegada (quando na realidade faltavam ainda alguns metros), o espanhol ao invés de tirar vantagem dessa distração fez o que muitos jamais fariam, alertou o concorrente o acompanhando, sem ultrapassá-lo até o fim do percurso. Com esse gesto, demonstrou para a sociedade que o *status* de vencedor e uma medalha não são o que há de mais extraordinário em uma competição, ressaltando outros valores que estão além disso, embora a atual sociedade tenha dificuldade em reconhecê-los.

Entretanto, do ponto de vista das grandes competições, há uma desvalorização dos competidores que não ocupam o primeiro lugar, associando-lhes estereótipos, sepultando um dos principais objetivos dos grandes eventos esportivos que gostam de alardear de forma vazia o lema “o importante é competir”. Sendo assim, o esporte tem a potencialidade para ensinar a viver com limites e a vitória teria a função de advertir essa condição.

Como salienta Debord (2000), partindo do pressuposto de que o jogo acaba quando começa o esporte, destarte, o esporte não é um jogo, é uma função, isto é, ele já não é um jogo, passa a formar um elo para adquirir fama e dinheiro, edificado na sociedade do espetáculo.

Esses valores são responsáveis pelos enigmas éticos encontrados no esporte, entre eles a exaltação dos vencedores e o eclipse dos derrotados. Fundamentado no pensamento de Bourdieu (1974), no esporte isso tem levado a uma desumanização do atleta e à sua alienação.

Outra questão problemática que é facilmente encontrada nas práticas ligadas ao esporte trata do *doping* dos atletas, ou seja, o uso elevado e frequente de medicações ou intervenções para a melhoria de um estado ou característica, não com objetivo terapêutico, mas sim com a função de potencializar sua *performance*. O sociólogo francês Alain Ehrenberg (2010) nos informa que essa prática não fica restrita aos praticantes de esportes, mas atravessa toda a atual cultura de medicalização da vida, indo fazer morada, no caso dos não atletas, na melhoria, via medicamentos, de *performances* profissionais, sexuais e estéticas. Enfim, auxiliando na busca da tão propagada (e propagandeada) felicidade.

É inegável observar aqui o papel do esporte como portador de alguns valores, que podem ter sido origem ou consequência de comportamentos sociais. Aqui podemos adotar com Piaget (1954) a noção de valor como uma troca afetiva que o sujeito realiza com o exterior, com objetos ou pessoas. Nesse sentido, os valores e as avaliações que fazemos cotidianamente pertencem à dimensão geral da afetividade e são construídos a partir das projeções afetivas que fazemos sobre os objetos ou pessoas.

Ou podemos, em contrapartida, pensar como Edgar Morin (2000), para quem a compreensão não desculpa nem acusa: pede que se evite a condenação pronta e irremediável, como se nós mesmos nunca tivéssemos cometido erros. Desse modo, deixamos em suspenso, temporariamente, a conclusão acerca da eterna dúvida de quem vem primeiro, “o ovo ou a galinha?”. Ou seja, se o esporte influencia nos comportamentos sociais, ou se este é fruto da lógica social mais ampla.

Em última análise, falar de valores nos remete a um debate acerca da ética. Segundo o próprio autor, esta não pode ser ensinada por meio de lições de moral, mas é formada através da consciência de que o humano é, ao mesmo tempo, indivíduo, sociedade e espécie. Assim, o desenvolvimento humano deve compreender a autonomia individual, a participação comunitária e a consciência mais global de pertencer à espécie humana.

Stach-Haertel (2017) alerta que, já no sentido Kantiano, a ética seria a instância da reflexão sobre nossos valores e condutas, bem como sua influência no contexto das coletividades que almejamos ser. Deixa de ser uma instância reflexiva meramente passiva e passa a ser assumida como indissociavelmente ativa. O processo, para além de evidenciar as potencialidades individuais, aponta também para a diferenciação de cada um de nós em relação aos demais; somos o que somos como resultado singular de nosso percurso de interação e integração deste movimento: outorgando sentido às próprias trajetórias e atribuindo significado para sua própria existência.

Considerando que a ética para Aristóteles, dito de maneira simplificada, seria uma curva tensa entre o eixo do desejo humano, apontando para o prazer, e o eixo da razão (logos), discurso do social, que aponta para a reflexão sobre os atos, na contemporaneidade, atentando aos chamados do hedonismo individualista e da lógica da vitória a qualquer preço (bem como dos “ganhos” associados ao ato de vencer), a dimensão reflexiva alteritária (no sentido daquele que considera o outro) acaba por se tornar um mero adorno que se assume oportunamente, um subterfúgio com o qual se servem aqueles que não desejam perder o seu *status* de “ser ético”. Mas Vaz (1988) alerta que, se a *phronesis* (prática) é o núcleo de uma lógica da ação, “a decisão assume um lugar fundamental na estrutura da *praxis*, pois nela se define a orientação efetiva para o fim, tanto pela escolha adequada dos meios quanto pela concretização do princípio universal do agir ético [...] na ação singular” (p. 122).

Dentro do universo esportivo essa nova configuração do agir ético encontra seu paradigma nas práticas do *fair play*. Algo como um artefato manipulável que muitas vezes é instrumentalizado para fins de obtenção de vantagens, utilizado como argumento para se alinhar a um campo ético estabelecido.

O certo é que o esporte se apresenta como um fértil campo na promoção de experiências que podem dignificar a existência humana em função da sua grandiosa expansão enquanto fenômeno sociocultural, ocorrida, principalmente, durante o século XX.

Nesse sentido, Ribeiro (2012) complementa que a abordagem filosófica da corporeidade nos auxilia na percepção do homem que pretendemos construir, a partir de nossas conexões conosco mesmo e com o ambiente externo (os outros e o mundo), valorizando o ato de se relacionar como uma experiência profundamente humana. Ou seja, configura-se no encontro de corpos que perpetua valores e conhecimentos, utilizando para isso a história e a cultura.

Percurso metodológico

O objeto de estudo deste projeto é, fundamentalmente, ligado às práticas e ações, de maneira que não poderia ser trabalhado somente de um ponto de vista teórico. Assim, busca-se desenhar um estudo que abranja a complexidade de seu objeto, sem, contudo, perder a riqueza da subjetividade e dos discursos dos sujeitos envolvidos. Para tanto, além da pesquisa bibliográfica interdisciplinar realizada, se fez necessário o desenvolvimento de uma pesquisa de campo, momento de dar voz ao participante e partilhar dimensões inacessíveis pela via exclusivamente teórica.

Trata-se de uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa, que de acordo com Rudio (1982), tem como preocupação principal observar e descobrir fenômenos, procurando sempre a descrição, a classificação e a interpretação dos mesmos.

Esta pesquisa foi realizada na UFT, *campus* de Miracema, instituição localizada na cidade de Miracema do Tocantins. Atualmente o *campus* possui quatro cursos de graduação regular e presencial em funcionamento (Psicologia, Pedagogia, Serviço Social e Educação Física-licenciatura).

O grupo de sujeitos participantes é composto por amostra da comunidade acadêmica discente, matriculada no primeiro período de cada um dos quatro cursos de graduação regular e presencial, com idade entre dezoito e vinte e cinco anos.

Partindo do rigor científico e visando obter informações necessárias à proposta deste estudo, será adotada como instrumento para a coleta de dados, a entrevista estruturada. A entrevista é um instrumento composto de perguntas orientadas, formuladas pelo pesquisador, com um objetivo definido, frente a frente com o respondente. Segundo Lakatos e Marconi (2006):

A entrevista estruturada é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Ela se realiza de acordo com um formulário elaborado e efetuado de preferência com pessoas selecionadas (p. 93-94).

Uma sequência de três perguntas foi aplicada ao grupo de sujeitos pesquisados:

- 1) Qual a sua relação com o esporte?
- 2) Qual a importância da vitória no contexto esportivo?
- 3) Qual a sua opinião sobre a frase “o importante é competir”?

Para a análise dos dados utilizamos a “Análise de Conteúdo: Técnica de Elaboração e Análise de Unidades de Significado”, de Moreira, Simões e Porto (2005). Esta técnica nos permitiu organizar as informações coletadas por meio dos discursos dos sujeitos. O procedimento de análise se deu em três momentos, identificados como: “Relato ingênuo”; “Identificação de atitudes” e “Interpretação”.

- Relato ingênuo: registro do discurso dos sujeitos mediante a apresentação das questões geradoras, na sua forma original, sem sofrer nenhum tipo de modificação. O pesquisador pode também, se possível, anotar os comportamentos dos respondentes, no sentido de criar o pano de fundo para melhor interpretar o fenômeno investigado;
- Identificação de atitudes: seleção das unidades mais significativas dos discursos dos sujeitos, subtraídas dos relatos ingênuos, criando indicadores e, posteriormente, categorias que servirão de referencial para a interpretação;
- Interpretação: com o quadro geral das ideias de cada sujeito montado e caracterizado pela identificação das unidades de significado, passamos para a análise interpretativa do fenômeno, buscando compreendê-lo em sua essência. Para isso, é conveniente agora recuperar os pressupostos teóricos constantes sobre o fenômeno pesquisado, confrontando os pontos de vista dos autores com o relato dos pesquisados.

Resultados e interpretações

Após a aplicação da técnica de análise de dados, emergiram algumas unidades de significado relacionadas às questões formuladas. Estas foram definidas a partir dos indicadores extraídos do relato ingênuo dos participantes e foram organizadas nos quadros abaixo, os quais foram separados por pergunta. Assim temos:

Quadro 1 - Unidades de significado relativas à pergunta 1
(Qual a sua relação com o esporte?).

	S 1	S 2	S 3	S 4	S 5	S 6	S 7	S 8
1- Gosto de esporte	X				X			
2- Acompanhamento modalidades	X							
3- Prático modalidades							X	
4- Não prático			X	X		X		X
5- Já pratiquei		X			X	X	X	X

Como podemos depreender do quadro 1, a relação com o esporte se dá, predominantemente, no nível da prática de modalidades esportivas. Aqui percebemos certa relação utilitarista com o esporte, onde os aspectos subjetivos e os valores sociais da vivência prática esportiva, tanto positivos (perseverança, espírito de equipe) quanto negativos (individualismo, ausência de *fair play*, egoísmo) não se evidenciam nos relatos. Ao que tudo indica no imaginário social partilhado pela amostra aqui apresentada, a relação estabelecida com o esporte não pressupõe a atribuição destes valores.

O relato de S1 acerca da primeira unidade de significado constitui uma exceção a essa tendência objetivista, pois o participante afirma em seu discurso ser “apaixonado por futebol” o que indica uma relação afetiva com o esporte. Em nosso debate teórico, já havíamos apontado para a maneira como o esporte é capaz de mobilizar afetivamente as pessoas, uma característica que também pode ser depreendida de uma fala de S5 ao afirmar ser “amante de uma modalidade de luta”.

O sujeito S1 ainda é o único que relaciona o esporte com o acompanhamento de modalidades, saindo da dicotomia “prático” ou “não prático” modalidades, que será referida por todos os demais participantes da pesquisa.

Acerca da temática “prática de modalidades” como elemento de ligação dos sujeitos com o esporte⁶, emergem três diferentes versões nas unidades de significado (3, 4 e 5), ressaltando S7 como o único que ainda pratica alguma modalidade esportiva. Da amostra pesquisada, quatro participantes afirmam não praticar modalidades, sendo que dois sequer afirmam já terem praticado.

Se pensarmos que a pesquisa tem como contexto um ambiente universitário e como participantes jovens entre 18 e 25 anos, o nosso universo de pesquisa indica um baixo envolvimento com a prática de modalidades esportivas. Fato que sinaliza algo já apontado no referencial teórico, qual seja, o eclipse do esporte como fenômeno lúdico presente em diversos espaços sociais. Destarte, o conjunto de valores eclipsados dos quais tratamos perpassam a cooperação, o divertimento, a participação etc., algo que pode promover ou facilitar elementos vivenciais interessantes. Na contramão dessa tendência, são produzidos valores voltados para a *performance* motora, carregados pelo individualismo, egoísmo e a busca incessante da vitória, assumindo que a prática do esporte esteja, invariavelmente, vinculada ao alto rendimento esportivo.

⁶ Sobre este aspecto compreendemos que a relação do ser humano com o fenômeno esportivo supera a dimensão da prática específica de uma modalidade. Para isso nos apoiamos nas ideias de Bento (2010), que propõe o fomento a múltiplas formas do desporto e de outras criações culturais em que está presente o movimento humano, buscando esse sentido mais profundo e abrangente do esporte, para além da mera atividade física configurada nos campos da saúde e do rendimento. Ele afirma que o esporte não está restrito por parâmetros motores, fisiológicos e biomecânicos, porque para além de seres biologicamente determinados, somos seres socio-culturalmente configurados.

Quadro 2 - Unidades de significado relativas à pergunta 2
(Qual a importância da vitória no contexto esportivo?).

	S 1	S 2	S 3	S 4	S 5	S 6	S 7	S 8
1- Visibilidade social		X						
2- Incentivo à prática				X				X
3- Traz benefícios		X	X			X		
4- Importante	X						X	
5- Importância mínima				X	X			

Apesar da existência da unidade de significado atribuindo “importância mínima” à vitória, notamos que para a maioria dos sujeitos existe uma função da vitória associada a benefícios, visibilidade social e também um incentivo para a continuidade da prática esportiva. Como apontado anteriormente, a prática do esporte na atualidade se ancora muito mais na vitória, na superação dos adversários, do que em qualquer outra motivação. O esporte, sob esse prisma, aparece como reflexo de uma sociedade baseada na produção e na incessante busca individualista de superação, onde as figuras do empreendedor e do *self made man* se lançam como baluartes da condição humana, algo que empobrece os valores da coletividade.

Emerge aqui também, particularmente na primeira unidade de significado, um fenômeno social bastante presente na contemporaneidade, qual seja a invisibilidade social daqueles que não foram vitoriosos em competições esportivas de qualquer nível. O conceito de invisibilidade social, desenvolvido pelo psicólogo Fernando Braga da Costa (2004), em seu célebre estudo etnográfico com os garis que trabalhavam no *campus* da Universidade de São Paulo (USP), refere-se a seres socialmente invisíveis, seja pela indiferença, seja pelo preconceito, o que nos leva a compreender que tal fenômeno atinge, na maioria das vezes, aqueles que estão à margem da sociedade.

Em nosso caso específico, falamos daqueles que se tornam invisíveis por uma questão de insuficiência, ou seja, não serem bons o bastante, não estarem à altura das expectativas que lhes são impostas. Na cultura que cultua o sucesso, a derrota é vista com suspeita, ou simplesmente ignorada, ficando toda visibilidade para o vencedor, símbolo máximo da eficiência esperada dos sujeitos e dos corpos na contemporaneidade.

Dentre os dois sujeitos que atribuíram “importância mínima”, um deles (S4) coloca a vitória como um elemento de incentivo à continuidade da prática esportiva. O segundo (S5) apresenta em seu discurso um sentimento de tristeza ao não obtê-la em uma competição. Mesmo de forma implícita, o discurso dos sujeitos atribui valor de importância à vitória. Estas falas não fazem outra coisa senão confirmar uma tendência cultural já apresentada.

O esporte nas condições apontadas acima faz com que o divertimento e o prazer de jogar deixem de ser prioridade para que o resultado – nomeadamente a vitória sobre o adversário – passe a ser a razão de sua realização. Desta forma, o esporte condicionado ao modelo vitória-derrota pode ser questionado por propiciar que o vencedor seja sempre lembrado e valorizado pela suplantação do outro, o derrotado, que se sente envergonhado pelo objetivo não cumprido, sentindo-se fracassado, não tendo mais prazer em jogar.

Quadro 3 - Unidades de significado relativas à pergunta 3
(Qual a sua opinião sobre a frase “o importante é competir?”).

	S 1	S 2	S 3	S 4	S 5	S 6	S 7	S 8
1- Concordo	X	X				X	X	X
2- Nem todos pensam assim	X							
3- Competir é divertido				X		X		

O quadro acima apresenta uma situação na qual, após a aplicação da técnica, dois sujeitos não forneceram indicadores que servissem de base para a produção de unidades de significado. Para além disso, outro fenômeno interessante foi a ampla concordância dos sujeitos com a frase, afirmando ser uma

frase bonita, marcante, que revela o verdadeiro valor do esporte, que exalta a competição limpa e promove a interação entre as pessoas. De certa forma, todas essas respostas refletem ideias presentes no senso comum, veiculadas pelos meios de comunicação, o que demonstra a superficialidade com que a questão foi abordada.

Mais uma vez emerge a questão do esporte associado com a prática quando a diversão é relacionada com a competição. Algo que já havia ficado evidente nas respostas à primeira questão.

Se comparamos os dois quadros (1 e 3), salta aos olhos a contradição presente na prática esportiva. Quando se fala de vitória os valores vão para os benefícios e a visibilidade social, porém, quando influenciados pela expressão socialmente consagrada, a concordância com a frase surge automática e irrefletidamente. Percebemos assim a tendência do “politicamente correto”, assumindo uma postura que aos olhos do senso comum não seria questionada.

Considerações finais

No presente trabalho procuramos mostrar que a questão do valor não se restringe à esfera da individualidade, mas está diretamente relacionada aos amplos processos de mundialização da cultura capitalista, assim como da consolidação da hegemonia burguesa. Os valores gerados por uma parte da sociedade encontram-se baseados na perfeição e persistência individual e social retrocedidos para a produção. Contudo, esse modelo de vida provoca o desenvolvimento de um modelo esportivo, que prepara crianças e jovens para o sucesso em uma vida altamente competitiva.

Destarte, notamos que a dimensão mais ampla do fenômeno esportivo (com seus valores, comportamentos, exemplos e interações sociais) pouco se evidencia nas respostas dos entrevistados. O que aparece é tão somente a dimensão instrumental do esporte, como se este fosse apenas algo a ser utilizado em benefício próprio (visibilidade social e motivação pessoal), nas instâncias do lazer e da prática esportiva.

Além disso, lançando um olhar mais abrangente, percebemos um distanciamento entre aquilo que perpassa o discurso dos participantes e os valores efetivamente praticados no campo esportivo. Nas falas notamos uma elevação do esporte a um patamar louvável e diferenciado em relação a outras práticas, enquanto as ações “dentro de campo” ou em cena fazem, muitas vezes, deturpar valores e distorcê-los para que estes sirvam ao benefício próprio.

Referências

- ARDOINO, J.; BROHM, J. M. Reperes et jalons pour une critique du phenomene sportif contemporain. In: BAILLETTE, F.; BROHM, J. M. (Ed.). **Critique de la modernite sportive**. Paris: Les Editions de la Passion, 1995.
- BAUMAN, Z. **Comunidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.
- BENTO, J. O. Conjuntura corporal, inatividade e obesidade: papel do desporto e da escola. In MOREIRA W. W. et al. (Org.). **Educação Física, esporte, saúde e educação**. Uberaba: Editora e gráfica Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2010.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COSTA, F. B. da. **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2004.
- DEBORD, G. **Sociedade do espetáculo**. São Paulo: Contraponto, 2000.

- EHRENBERG, A. **O culto da performance**: da aventura empreendedora à depressão nervosa. Aparecida, SP: Ed. Ideias e Letras, 2010.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MANDELL, R. D. **Historia cultural del deporte**. Barcelona: Bellaterra, 1986.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MOREIRA W. W.; SIMÕES R.; PORTO E. Análise de conteúdo: técnica de elaboração e análise de unidades de significado. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, n. 4, out./dez., p. 107-114, 2005.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.
- PIAGET, J. **Les relations entre l'affectivité et l'intelligence**. Paris: Sorbonne, 1954.
- RIBEIRO, J. C. Corporeidade no esporte: a intervenção como ato educativo. In: MOREIRA, W. W. et al. (Org.). **Ciência do esporte**: educação, desempenho e saúde. Uberaba: UFTM, 2012. p. 25-38.
- RÚBIO, K. **O atleta e o mito do herói**: o imaginário esportivo contemporâneo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SENNETT, R.. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SOUTO MAIOR, J. L.. A copa já era. **Direito UNIFACS – Debate Virtual**, Salvador, n. 167, p. 1-22, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/3094/2227>>. Acesso em: jan. 2018.
- STACH-HAERTEL, B. U. **Afetividade, valores e referências morais**: um estudo com jovens estudantes da rede estadual paulista. 2017. 166f. Tese (Doutorado em Educação)– Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- VAZ, H. C. L. **Escritos de filosofia II**; ética e cultura. São Paulo: Loyola, 1988.

Apêndice



Carta ao Comitê Organizador do XVII Congresso de Ciências do Desporto e de Educação Física dos países de língua portuguesa:

EM DEFESA DA ARTE E DA LITERATURA NAS CIÊNCIAS DO DESPORTO E NA EDUCAÇÃO FÍSICA

Nós, professores e pesquisadores pertencentes ao movimento da Lusofonia abaixo listados, manifestamos nosso apoio ao fortalecimento das pesquisas e atividades que veiculem e disseminem os componentes da *Arte* e da *Literatura* no âmbito do Desporto e da Educação Física.

No decorrer do XVI Congresso de Ciências do Desporto e de Educação Física dos Países de Língua Portuguesa (2016), ficou manifesta, por meio da exposição de Artes Plásticas “*EM JOGO, Desporto, Arte e Lusofonia*”¹, a importância da *Arte* e da *Literatura*, ação que se aproximou das iniciativas realizadas na segunda e na terceira edição do movimento, em que vimos as primeiras exposições artísticas e publicações inéditas: “*O desporto na arte*” (1991; 1992)².

Não obstante, no que tange às diversas linhas temáticas que foram estabelecidas na XVII edição (2018), a *Arte* e a *Literatura* foram olvidadas enquanto *corpus theoreticus* que constituem uma área temática. Por esta razão, cabe a seguinte indagação:

- Por que estamos olvidando e ignorando manifestações tão insígnies como a *Arte* e a *Literatura* no âmbito do Desporto e da Educação Física?

Como bem recorda Bernard Jeu (1987, p. 20, grifo nosso)³, “A *arte* e a *literatura* são para o esporte uma sociologia indireta, uma psicanálise, um testemunho de dignidade”.

Ainda sublinhamos que os mais atentos à história da Educação Física não esquecem a célebre iniciativa do pedagogo Pierre de Coubertin em relacionar, por meio dos Jogos Olímpicos, o Esporte às Artes e às Letras. Em 1906, realizou, no *Théâtre de la Comédie-Française*, a *Conférence Consultative des Arts, Lettres et Sports*, como se pode comprovar em um dos anuários do *Comité International Olympique* (1908)⁴.

¹ EM jogo: desporto, arte e lusofonia. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Desporto/Faculdade de Belas Artes, 2016. Exposição realizada de 27 de setembro a 31 de outubro de 2016 na Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

² O DESPORTO na arte. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, 1991. Catálogo da exposição realizada no Palácio da Bolsa, Porto, de 31 de janeiro a 10 de fevereiro de 1991.

O DESPORTO na arte. Recife: UPE-FESP, Escola Superior de Educação Física; UFPE, Núcleo de Educação Física, 1992. Catálogo da exposição realizada no Centro de Convenções, Recife – PE, de 03 a 07 de setembro de 1992.

³ JEU, Bernard. *Analyse du sport*. Paris: PUF, 1987.

⁴ COMITÉ INTERNATIONAL OLYMPIQUE. *Annuaire*: 1908. [Lausanne]: Comité International Olympique, 1908.

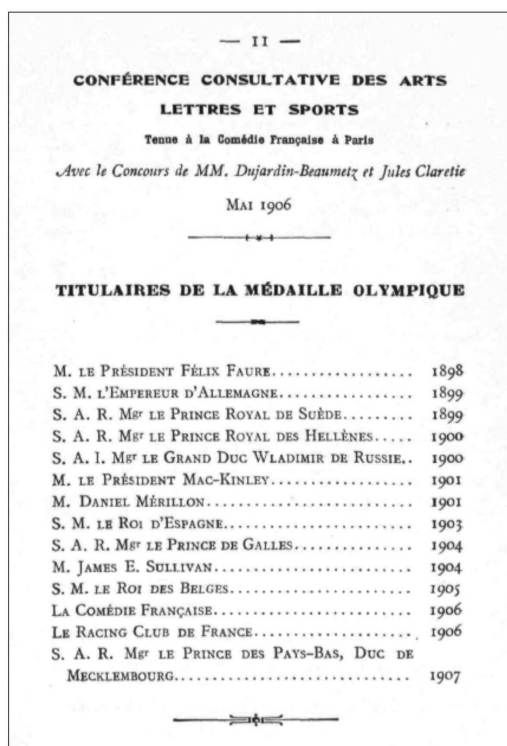


Figura 1 - *Conférence Consultative des Arts, Lettres et Sports* (Comité International Olympique, 1908, p. 11).

Seis anos mais tarde, nas Olimpíadas de Estocolmo (1912), aconteceu o primeiro concurso artístico (que também incluía a *Literatura*).

Após um século do primeiro concurso artístico, o Comitê Olímpico Internacional (COI), por intermédio da publicação *Olympic Charter* (2015, p. 67)⁵, continua recomendando que cada Comitê Olímpico Nacional “inclua em suas atividades a promoção da cultura e das artes em um dos campos do esporte e do Olimpismo”.

Diante de todo o exposto, recomendamos algumas iniciativas que podem reavivar a *Arte* e a *Literatura* no âmbito do XVII Congresso de Ciências do Desporto e de Educação Física dos Países de Língua Portuguesa (2018):

- 1) Incluir, no programa científico, uma área temática sobre *Arte*, *Literatura*, Desporto e Educação Física, que discuta este tipo de manifestação, além de fomentar e veicular a produção de textos, livros e também de ensaios enquanto gênero acadêmico-literário.
- 2) Desenvolver, no contexto do evento, exposições sobre *Arte* e *Literatura* e suas relações com o Desporto e a Educação Física.
- 3) Oferecer, no programa social, atividades de visitação a museus, exposição de documentários, rodas de poesia e outras atividades de interlocução com o Desporto e com a Educação Física.

À guisa de reflexão final, consideramos que as propostas explicitadas neste documento ressaltam os elementos culturais e linguísticos da Comunidade Lusófona no âmbito dos Congressos de Ciências do Desporto e de Educação Física dos Países de Língua Portuguesa.

Rio de Janeiro/Porto, 20 de março de 2018.

Respeitosamente,

Prof. Dr. Rafael Guimarães Botelho

Doutor em Educação Física e Esporte: Didática e Desenvolvimento Profissional – Universidade Autônoma de Barcelona

Prof. Dr. Alfredo Faria Junior

Doutor em Educação Física – Universidade Livre de Bruxelas
Doutor *Honoris Causa* em Ciências do Desporto – Universidade do Porto

Prof. Dra. Helena Bento

Doutora em Ciências do Desporto – Universidade do Porto

Prof. Dra. Teresa Marinho

Doutora em Ciências do Desporto – Universidade do Porto

⁵ INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Olympic charter**. Lausanne: International Olympic Committee, 2015.